

Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras



Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Ficha Técnica**Nome**

Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras

Financiamento

Câmara Municipal de Oeiras

Coordenação

João Sebastião e Luís Capucha

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Joana Campos, Marcos Correia, Patrícia Santos, Sara Nunes, Sónia Pintassilgo

Data

outubro de 2020 (revisão janeiro 2022)

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO	2
O ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO.....	2
O ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	7
CAPÍTULO 1 : HISTÓRIA, TERRITÓRIO E TRANSPORTES.....	14
1.1: CARACTERIZAÇÃO SOCIO HISTÓRICA.....	14
1.2: OEIRAS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	15
1.3: TERRITÓRIO DE OEIRAS	16
1.4: TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES	17
1.4.1 RETRATO ATUAL	17
1.4.2 CENÁRIO FUTURO	18
CAPÍTULO 2 : CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	20
2.1: CRESCIMENTO POPULACIONAL INTERCENSITÁRIO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	20
2.2: DENSIDADE POPULACIONAL	28
2.3: ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	29
2.4: FAMÍLIAS E ALOJAMENTOS	36
2.5: DINÂMICA POPULACIONAL: CRESCIMENTO TOTAL, NATURAL E MIGRATÓRIO	41
2.5.1: DINÂMICA POPULACIONAL: NATALIDADE E FECUNDIDADE – AML, OEIRAS E FREGUESIAS	45
2.6: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA – AML, CONCELHO DE LISBOA E FREGUESIAS.....	49
2.7: POPULAÇÃO ‘COM DIFICULDADES’	57
2.8. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	57
2.9: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	60
CAPÍTULO 3 : CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	66
3.1: POPULAÇÃO ATIVA E TAXAS DE ATIVIDADE	66
3.2: NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÕES	71
3.3: EMPREGO	75
3.4: DESEMPREGO	82
3.5: TECIDO EMPRESARIAL	86
3.6: RENDIMENTOS	91
3.7. APOIOS SOCIAIS.....	96
CAPÍTULO 4 : O CONCELHO E A EDUCAÇÃO PELOS AGENTES LOCAIS.....	103

4.1: ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS.....	103
4.2: AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CONCELHIOS PARA A EDUCAÇÃO	124
4.3: PRIORIDADES EDUCATIVAS DO CONCELHO	126
4.4: PAPEL ATRIBUÍDO À CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA CARTA EDUCATIVA E PLANO EDUCATIVO MUNICIPAL	140

ANEXOS..... 156

ANEXO 1: FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA (FOLHA DE ROSTO).....	156
ANEXO 2: QUESTIONÁRIO AOS EDUCADORES E DOCENTES DA REDE PÚBLICA	157
ANEXO 3: GUIÃO PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL AOS DIRETORES DOS AE/ENA.....	174
ANEXO 4: GUIÕES PARA ENTREVISTAS <i>FOCUS GROUP</i>	176
ANEXO 5: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PRIORIDADES DE MELHORIA DO CONCELHO DE OEIRAS	184
ANEXO 6: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PRIORIDADES DE MELHORIA DAS UNIDADES ORGÂNICAS	185
ANEXO 7: ACP COM ROTAÇÃO VARIMAX SOBRE PAPEL DA CÂMARA MUNICIPAL	186

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1: Número de docentes e educadores, de respostas obtidas e taxas de resposta por UO</i>	10
<i>Tabela 2: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por ciclo/nível de ensino</i>	11
<i>Tabela 3: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por tipo de vínculo contratual</i>	11
<i>Tabela 1.1: Média e Desvio Padrão dos Tempos de Viagem entre Subsecções (2011) e Estabelecimentos Escolares (2019)</i>	19
<i>Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 2001 e 2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos</i>	21
<i>Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001 e 2001-2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos</i>	21
<i>Tabela 2.3: População residente nos momentos censitários no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991, 2001 e 2011</i>	24
<i>Tabela 2.4: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011</i>	24
<i>Tabela 2.5: Grupos de freguesias de Oeiras em função da dinâmica de crescimento (tipo de crescimento) em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)</i>	25
<i>Tabela 2.6: População residente no concelho de Oeiras e nas freguesias ou uniões de freguesia, nos momentos censitários 1991, 2001 e 2011</i>	26
<i>Tabela 2.7: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011 (%)</i>	26
<i>Tabela 2.8: Grupos de freguesias¹ de Oeiras em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)</i>	27
<i>Tabela 2.9: Densidade populacional (N.º/km²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011</i>	28
<i>Tabela 2.10: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesia ou uniões de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011</i>	31
<i>Tabela 2.11: Índice de Envelhecimento e Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011</i>	31
<i>Tabela 2.12: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia</i>	35
<i>Tabela 2.13: População residente, Famílias, Dimensão média das famílias e Taxa de Variação (%), 2001 e 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos</i>	37
<i>Tabela 2.14: Famílias, Famílias com filhos menores de 15 anos (2011) e Dimensão média das famílias, por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011</i>	38
<i>Tabela 2.15: Alojamentos familiares clássicos e Taxa de variação (%), por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011</i>	40
<i>Tabela 2.16: População residente em 2001 e 2011, total de nados-vivos e óbitos 2001-2010 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2001-2011, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia, concelho de Oeiras</i>	42
<i>Tabela 2.17: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e concelhos, 2001, 2009-2018</i>	45
<i>Tabela 2.18: Nados-vivos por local de residência da mãe, concelho de Oeiras e freguesias, 1996-2018</i>	47
<i>Tabela 2.19: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos</i>	50
<i>Tabela 2.20: População estrangeira com estatuto legal de residente e Taxa de Crescimento, em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e nos concelhos de Lisboa e Oeiras, 2008-2018</i>	51
<i>Tabela 2.21: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira e taxa de variação no período (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e concelhos, 2011-2018</i>	53
<i>Tabela 2.22: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018</i>	54
<i>Tabela 2.23: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Freguesias de Oeiras</i>	55
<i>Tabela 2.24: População residente, População e Proporção (%) de população com pelo menos uma dificuldade, homens e mulheres com pelo menos uma dificuldade, relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade, por freguesias do concelho de Oeiras, 2011</i>	57
<i>Tabela 2.25: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001</i>	58
<i>Tabela 2.26: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2011</i>	58

<i>Tabela 2.27: Taxa de variação (%) da população por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001-2011</i> -----	58
<i>Tabela 2.28: População total estimada, para 2015 e 2019, por freguesia, concelho de Oeiras</i> -----	59
<i>Tabela 2.29: População estimada por grupos etários escolares, para 2015, por freguesia, Concelho Oeiras</i> -----	60
<i>Tabela 2.30: População estimada por grupos etários escolares, para 2019, por freguesia, Concelho Oeiras</i> -----	60
<i>Tabela 2.31: Projeções da População Total para 2020 e 2025, por freguesias e cenários</i> -----	62
<i>Tabela 2.32: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)-</i>	63
<i>Tabela 2.33: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Carnaxide e Queijas, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i> -----	63
<i>Tabela 2.34: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i> -----	64
<i>Tabela 2.35: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Barcarena, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i> -----	64
<i>Tabela 2.36: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Porto Salvo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)</i> -----	65
<i>Tabela 3.1: População ativa no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal</i> -----	66
<i>Tabela 3.2: População ativa nas freguesias ou uniões de Freguesia do concelho de Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal</i> -----	67
<i>Tabela 3.3: Taxa de atividade no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo (%)</i> -	69
<i>Tabela 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos de idade por nível de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, em 2011 (%)</i> -----	72
<i>Tabela 3.5: Taxa de analfabetismo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho e nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, em 2011 (%)</i> -----	75
<i>Tabela 3.6: População residente no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão, em 2011</i> -----	77
<i>Tabela 3.7: População residente no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão e por sexo, em 2011</i> -----	78
<i>Tabela 3.8: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o setor de atividade, em 2001 e 2011</i> -----	80
<i>Tabela 3.9: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte I)</i> -----	81
<i>Tabela 3.10: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte II)</i> -----	82
<i>Tabela 3.11: Número de inscritos no Instituto e Emprego e Formação Profissional no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2014 e 2019</i> -----	83
<i>Tabela 3.12: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, por ramo de atividade económica, em 2018</i> -----	90
<i>Tabela 4.1: Relação entre a componente “Representação das famílias” e outras variáveis</i> -----	124

Índice de Figuras

Figura 1.1: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa	15
Figura 1.2: Ocupação do Solo em Oeiras	16
Figura 1.3: Rede de Infraestruturas de Transporte de Oeiras	17
Figura 2.1: Taxa de crescimento total intercensitário na Área Metropolitana de Lisboa, total e por concelho, 1991-2001 e 2001-2011 (%)	22
Figura 2.2: Tipologia de crescimento no concelho de Oeiras por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2011	27
Figura 2.3: Densidade populacional (N.º/ km ²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011	29
Figura 2.4: Pirâmide etária (%) Concelho Oeiras, 2011	30
Figura 2.5: Pirâmide etária (%) UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011	30
Figura 2.6: Pirâmide etária (%), UF Carnaxide e Queijas, 2011	30
Figura 2.7: Pirâmide etária (%), UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011	30
Figura 2.8: Pirâmide etária (%) Freguesia Barcarena, 2011	30
Figura 2.9: Pirâmide etária (%) Freguesia Porto Salvo, 2011	31
Figura 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	32
Figura 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011	33
Figura 2.12: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Concelho Oeiras, 2011	34
Figura 2.13: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011	34
Figura 2.14: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Carnaxide e Queijas, 2011	34
Figura 2.15: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011	34
Figura 2.16: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Barcarena, 2011	34
Figura 2.17: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Porto Salvo, 2011	35
Figura 2.18: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia, concelho de Oeiras	36
Figura 2.19: Dimensão média das famílias, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011	39
Figura 2.20: Proporção de famílias com menores de 15 anos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011	39
Figura 2.21: Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	40
Figura 2.22: Taxa de crescimento total, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	43
Figura 2.23: Taxa de Crescimento Natural, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	44
Figura 2.24: Taxa da Balança Migratória, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011	44
Figura 2.25: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e respetivos concelhos, 2001, 2009-2018	46
Figura 2.26: Nados-vivos no concelho de Oeiras, 1996-2018	48
Figura 2.27: Nados-vivos por local de residência da mãe, Freguesias do Concelho de Oeiras, 1996-2018	49
Figura 2.28: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018	54
Figura 2.29: Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%) nas freguesias de Oeiras, 2011	56
Figura 2.30: Proporção de população estrangeira, por freguesias, concelho de Oeiras, 2011	56
Figura 3.1: Variação da população ativa nas freguesias ou união de freguesias de Oeiras e do concelho, entre 2001 e 2011 (%)	68
Figura 3.2: Taxa de Atividade por freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, 2011	70
Figura 3.3: Evolução das taxas de atividade das freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, por sexo, em 2001 e 2011	71
Figura 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível/ciclo de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, por sexo e em 2011 (%)	73
Figura 3.5: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade completo por freguesia ou união de freguesia, em 2011 (%)	74
Figura 3.6: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, total e por sexo, em 2001 e 2011 (%)	76
Figura 3.7: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, por escalões etários, em 2001 e 2011 (%)	77
Figura 3.8: Proporção de empregados, residentes no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por setor de atividade, em 2001 e 2011 (%)	79
Figura 3.9: Taxa de desemprego no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, segundo o sexo, em 2001 e 2011	83

Figura 3.10: Taxa de desemprego por freguesia ou união de freguesia, segundo o sexo, em 2011	84
Figura 3.11: Proporção de desempregados segundo o grau de ensino completo por freguesia ou união de freguesia, 2011	85
Figura 3.12: Taxa de desemprego jovem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2011	86
Figura 3.13: Número de empresas sediadas no concelho de Oeiras, e peso na Área Metropolitana de Lisboa e Continente, entre 2009 e 2018	87
Figura 3.14: Rácio entre população ativa e o número de empresas em 2011, no concelho de Oeiras, AML e Continente	87
Figura 3.15: Número médio de empresas não financeiras por km ² no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2009 e 2018	88
Figura 3.16: Evolução das empresas sediadas no concelho de Oeiras por dimensão, entre 2009 e 2018	88
Figura 3.17: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, em 2009 e 2018, em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa e Continente	89
Figura 3.18: Evolução do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018	91
Figura 3.19: Evolução das diferenças entre homens e mulheres em termos do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017	92
Figura 3.20: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, por escolaridade no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2017	94
Figura 3.21: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana e Lisboa e no concelho de Oeiras, por ramo de atividade, em 2018	95
Figura 3.22: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por qualificação, em 2017	96
Figura 3.23: Número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2003 e 2018	97
Figura 3.24: Número de beneficiários do RMG e RSI por sexo no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018	97
Figura 3.25: Número de pensionistas no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2010 e 2018	98
Figura 3.26: Número de pensionistas por tipo no concelho de Oeiras, em 2018	99
Figura 3.27: Total de beneficiários do subsídio de desemprego	100
Figura 3.28: Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)	100
Figura 3.29: Beneficiários do subsídio de desemprego por sexo	101
Figura 3.30: Número de beneficiários do abono de família	102
Figura 4.1: Perceção da necessidade de renovação e manutenção de equipamentos escolares (%)	103
Figura 4.2: Perceção da necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino (%)	104
Figura 4.3: Perceção da necessidade de rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	105
Figura 4.4: Perceção da ampliação e diversificação da oferta educativa e formativa, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	106
Figura 4.5: Perceção da necessidade de ampliação da oferta de atividades extracurriculares e de apoio às famílias (%)	108
Figura 4.6: Perceção da necessidade de parcerias da UO com empresas e parques tecnológicos (%)	109
Figura 4.7: Perceção da necessidade de parcerias com outros atores sociais por ciclo/nível de ensino (%)	109
Figura 4.8: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)	110
Figura 4.9: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de planeamento, avaliação e articulação entre ciclos/níveis de ensino (%)	111
Figura 4.10: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de avaliação, planeamento e articulação por ciclo/nível de ensino (%)	112
Figura 4.11: Perceção da necessidade de melhorias no conhecimento sobre as aquisições do aluno para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	112
Figura 4.12: Perceção da necessidade de melhorias na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	113
Figura 4.13: Perceção da necessidade de melhorias nas acessibilidades, geral e por ciclo/nível de ensino (%)	114

<i>Figura 4.14: Percepção da necessidade de melhorias na contratação de funcionários, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	115
<i>Figura 4.15: Percepção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	116
<i>Figura 4.16: Percepção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)</i>	116
<i>Figura 4.17: Percepção sobre as melhorias necessárias nas quatro componentes (%)</i>	118
<i>Figura 4.18: Percepção das melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por ciclo/nível de ensino (%)</i>	118
<i>Figura 4.19: Percepção sobre as melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por área disciplinar (%)</i>	119
<i>Figura 4.20: Percepção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por ciclo/nível de ensino (%)</i>	120
<i>Figura 4.21: Percepção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por área disciplinar (%)</i>	120
<i>Figura 4.22: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por ciclo/nível de ensino (%)</i>	121
<i>Figura 4.23: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por área disciplinar</i>	122
<i>Figura 4.24: Percepção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por ciclo/nível de ensino (%)</i>	123
<i>Figura 4.25: Percepção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por área disciplinar (%)</i>	123
<i>Figura 4.26: Percepção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	126
<i>Figura 4.27: Grau de prioridade da oferta de berçário, creche e pré-escolar no concelho de Oeiras atribuído pelos inquiridos, geral e apenas educadores (%)</i>	127
<i>Figura 4.28: Grau de prioridade da diversificação da oferta de modalidades de ensino básico, ensino secundário e ensino profissional (%)</i>	128
<i>Figura 4.29: Grau de prioridade das parcerias entre UO e outros atores (%)</i>	130
<i>Figura 4.30: Grau de prioridade da rentabilização dos serviços/equipamentos disponíveis por parte das UO, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	131
<i>Figura 4.31: Grau de prioridade das ferramentas dos transportes escolares e públicos, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	132
<i>Figura 4.32: Grau de prioridade dos apoios à família, geral e por ciclo/nível de ensino (%)</i>	132
<i>Figura 4.33: Grau de prioridade das ferramentas de gestão no entendimento dos inquiridos (%)</i>	133
<i>Figura 4.34: Grau de prioridade dada às quatro componentes (%)</i>	134
<i>Figura 4.35: Grau de prioridade da oferta para a “Primeira infância”, por ciclo/nível de ensino (%)</i>	135
<i>Figura 4.36: Grau de prioridade das ferramentas dado à “Oferta educativa e formativa”, por área disciplinar (%)</i>	136
<i>Figura 4.37: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por ciclo/nível de ensino (%)</i>	137
<i>Figura 4.38: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por área disciplinar (%)</i>	137
<i>Figura 4.39: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Serviços e apoios”, por ciclo/nível de ensino (%)</i>	138
<i>Figura 4.40: Percepção acerca do papel da CMO na mediação de parcerias (%)</i>	141
<i>Figura 4.41: Percepção acerca do papel da CMO nos processos de autoavaliação, supervisão e articulação (%)</i>	142
<i>Figura 4.42: Percepção acerca do papel da CMO na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores (%)</i>	142
<i>Figura 4.43: Percepção acerca do papel da CMO ao nível do sucesso escolar (%)</i>	143
<i>Figura 4.44: Percepção acerca do papel da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho (%)</i>	144
<i>Figura 4.45: Percepção acerca do papel da CMO na acessibilidade à escola (%)</i>	144
<i>Figura 4.46: Percepção acerca do papel da CMO nos transportes disponíveis (%)</i>	145
<i>Figura 4.47: Percepção acerca do papel da CMO na organização da oferta educativa e formativa em concertação (%)</i>	145
<i>Figura 4.48: Percepção acerca do papel da CMO nos projetos e atividades realizados anualmente (%)</i>	146
<i>Figura 4.49: Percepção acerca do papel da CMO na promoção de atividades (%)</i>	147
<i>Figura 4.50: Percepção acerca do papel da CMO na representação das famílias (%)</i>	148
<i>Figura 4.51: Percepção acerca do papel da CMO na renovação/manutenção de edifícios e equipamentos (%)</i>	148

<i>Figura 4.52: Percepção acerca do papel da CMO na Contratação de funcionários (%)</i>	149
<i>Figura 4.53: Valores relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO</i>	152
<i>Figura 4.54: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por ciclo/nível de ensino</i>	153
<i>Figura 4.55: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por UO</i>	154
<i>Figura 4.56: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por área disciplinar</i>	155

Introdução

O Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras – é o primeiro de três volumes do conjunto de documentos que integra a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras. E que, em conjunto com o Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras –, constitui o diagnóstico com produção de conhecimento sobre o concelho e sobre a educação no concelho, essencial para a redação do Volume III, a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal propriamente ditos.

Este volume inicia-se com uma primeira secção em que se apresentam o enquadramento legislativo e o enquadramento teórico-metodológico onde são expostas as linhas orientadoras que guiaram a elaboração de todo o trabalho desde a fase do diagnóstico até à fase da redação e negociação do documento estratégico final. Divide-se depois em quatro capítulos distintos.

O Capítulo 1: História, território e transportes serve de apresentação ao município, à sua história, ao seu território, às comodidades que oferece à população ao nível dos transportes e vias para mobilidade, analisando em particular os trajetos dos alunos até às escolas da rede pública do concelho.

No Capítulo 2: Caracterização demográfica e projeções da população, analisa-se a evolução da população e da dinâmica populacional de Oeiras, nas últimas décadas, terminando com resultados das projeções da população em idade escolar, para as diferentes freguesias.

O Capítulo 3: Caracterização socioeconómica caracteriza a dinâmica da escolarização, da atividade e do emprego no concelho de Oeiras, numa perspetiva evolutiva, em termos temporais.

No Capítulo 4: O Concelho e a educação pelos agentes locais privilegiados por trabalhar na área da educação ou em áreas que podem contribuir para a sua melhoria e, logo, para o desenvolvimento estratégico do concelho. Serve este capítulo para identificar as perceções dos agentes locais acerca do parque escolar, das escolas e da oferta educativa e formativa existente no concelho de Oeiras, sobre o contexto de descentralização de competências e o papel do Município e, ainda, sobre as necessidades e processos de melhoria que identificam como prioritárias no terreno (quer nas suas unidades orgânicas escolares quer ao nível do concelho).

Enquadramento

O enquadramento legislativo

Pretende-se neste ponto, dedicado ao enquadramento legislativo da Carta Educativa, dar conta dos principais diplomas que estabelecem princípios e critérios relevantes no âmbito do sistema educativo, em especial sobre o ordenamento da rede escolar e o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos escolares.

No que diz respeito à Carta Educativa em concreto, em termos legislativos, a mesma está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, [que] “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

O sistema educativo português mantém como sua característica a centralidade governativa. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (nº 1, art.º 10º do Decreto-Lei nº 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.” (artº 6, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, aprovada pela Assembleia Municipal e submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8.º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta (nº 4, art.º 14 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro)”. A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Com o presente trabalho pretende-se rever a Carta Educativa de Oeiras, com vista a prepará-la para o desenvolvimento de um Plano Estratégico Educativo Municipal com um alcance mais alargado, respondendo aos atuais desafios da escola e às necessidades do concelho no domínio da educação, tendo como vocação a promoção do sucesso escolar e da qualidade das aprendizagens, num quadro de reforço do papel recursivo das autarquias no sistema educativo.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei nº 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

No âmbito da elaboração da Carta Educativa de Oeiras, foi igualmente considerada a Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, de 14 de junho, a qual determinou o encerramento das escolas básicas do 1º ciclo com menos de 21 alunos, com um só professor a lecionar a alunos do 1º ao 4º ano em simultâneo, e sem infraestruturas adequadas (cantina, biblioteca ou equipamentos informáticos). A mesma resolução enfatizou a importância dos agrupamentos verticais (com todos os níveis de ensino, incluindo a educação pré-escolar), para a concretização de uma escolaridade de 12 anos e dos projetos educativos. Na base desta resolução encontra-se a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades, promover o sucesso e combater o abandono escolar.

Em matéria de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, atentou-se nos “Contratos de Autonomia” estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pela primeira vez pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro e alterado pela segunda vez e republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, que introduz a “diferenciação da oferta educativa, transferência de competências na organização do currículo, constituição de turmas e gestão de recursos humanos”. Neste sentido, são de sublinhar os princípios gerais e orientadores deste regime, bem como os seus objetivos, presentes nos artigos 3º e 4º, dos que se destacam a integração das escolas nas

comunidades que servem; a interligação entre o ensino e as atividades sociais, culturais, científicas e económicas; a participação de todos os intervenientes no processo educativo, como professores, alunos, famílias, autarquias e entidades representativas das atividades e instituições sociais, culturais, científicas e económicas, considerando as especificidades dos diferentes níveis de educação e de ensino; a promoção do sucesso escolar, prevenção do abandono e concretização da igualdade de oportunidades; a diversidade de soluções organizativas no exercício da autonomia, particularmente no que respeita à organização pedagógica, entre outros.

Este diploma legal representa um passo relevante no sentido da descentralização da educação e na definição de uma maior autonomia, implicando “(...) a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos (n.º 1, art.º 8.º)”.

É ainda no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que estão definidos os princípios e objetivos dos contratos de autonomia celebrados com os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas. Estes contratos proporcionam uma extensão de competências, comparativamente com as escolas sem os mesmos, sendo estabelecidos após o cumprimento e verificação de um conjunto de critérios e avaliações.

Compreendendo a importância do número de alunos por turma para a avaliação das escolas, seguiu-se o disposto no Despacho Normativo n.º 1-B/2017, de 17 de abril, o qual estabelece os critérios para a distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e definição do período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino, e no Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, que define o regime de matrículas. Atentou-se ainda na Lei do Orçamento de Estado para 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, artigo 173.º, que implementa a redução do número de alunos por turma prevista no Despacho Normativo n.º 1-B/2017, de 17 de abril, a todos os estabelecimentos públicos do Ensino Básico (não ficando cingida aos estabelecimentos integrados na medida TEIP).

Observaram-se ainda os principais diplomas referentes à transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nomeadamente a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, chamada lei dos “Contratos de Execução” e a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro.

Assim, no que se refere à Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, é estabelecido que:

“1. É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.

(...)

3. Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;

- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
- d) Participar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar;
- e) Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
- f) Participar no apoio à educação extraescolar;
- g) Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico (art.º 19º)”.
As condições de transferência das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do número 1. do artigo 2º são definidas em contratos de execução a celebrar entre o Ministério da Educação e os municípios. Adicionalmente, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, transfere para as autarquias as seguintes atribuições e competências no âmbito da educação:

“a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;

b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;

d) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

e) Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

f) Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico (nº 1, art.º 1º)”.

“a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;

b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;

d) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

e) Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

f) Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico (nº 1, art.º 1º)”.

Importa ainda notar a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que dá o cumprimento da reorganização, das quais resultaram a redução do número de freguesias de Oeiras, passando das antigas 9 para as novas 5 freguesias.

No âmbito dos alunos portadores de necessidades educativas especiais vigora atualmente o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que regulamenta um determinado modelo de escola inclusiva. Deve-se salientar a sua importância para a compreensão do regime de educação e ensino especial nos estabelecimentos públicos.

É de mencionar ainda que foi considerado neste trabalho a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, no âmbito das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC) a funcionar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico.

O enquadramento teórico

Na sequência do exposto na secção anterior, o trabalho de elaboração da Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras teve em consideração que se trata de um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e da coesão social nos diferentes territórios concelhios para um período de vigência de 10 anos. A organização do plano de trabalho e a redação dos três volumes que compõem o documento seguem as linhas orientadoras do conceito de planeamento estratégico que se explora de seguida.

Surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003¹). A definição de uma estratégia pressupõe então um compromisso com um futuro desejado e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o planeamento clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998²). Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Cadeira, 2009³) pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridos, para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979⁴), podendo ser, por isso, considerado como adequável à elaboração de um documento municipal de planeamento estratégico.

Os dois primeiros volumes são o resultado da primeira fase do planeamento estratégico: diagnóstico geral e educativo do concelho. Apenas a partir do conhecimento construído sobre o concelho (história, território, demografia, características socioeconómicas da população e perceções dos agentes locais) e sobre a educação no concelho (rede e oferta escolar e população e desempenho escolar) durante a fase do diagnóstico, e sistematizado no Volume III através da metodologia da

¹Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

²Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

³Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa, Almedina.

⁴Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Análise *SWOT*⁵, se poderão identificar as prioridades de intervenção e os correspondentes objetivos estratégicos e criar o plano de ação para os próximos 10 anos, tendo sempre em conta a identidade do concelho, neste caso, sobretudo, o enquadramento político do documento. A identidade que orienta a Carta Educativa e Plano Educativo Municipal de Oeiras, a sistematização dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da realidade educativa concelhia, assim como os objetivos estratégicos e plano de implementação e de monitorização das ações, e a calendarização dos momentos de prestação de contas, compõem o Volume III – Carta Educativa e Plano Educativo Municipal de Oeiras.

O enquadramento metodológico

A metodologia de trabalho para a elaboração do diagnóstico assentou numa abordagem “multimétodo”, porque a triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do trabalho de campo (Godoy, 2005); assim como aumenta a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989). O plano de trabalho incluiu:

- (1) pesquisa documental – análise da legislação referente à Carta Educativa, às competências de diversas entidades, aos processos de matrículas, entre outras; dos documentos que integram a Carta Educativa; de vários documentos estratégicos do concelho como a Carta Social, o Plano Diretor Municipal, o Plano Habitacional 2020-2030 e de outros instrumentos de planeamento;
- (2) a exploração de bases de dados como a do INE - Instituto Nacional de Estatística, do PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo (projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos), da DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, da DGEstE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, do Infoescolas – Estatísticas do Ensino Básico e Secundário, do Júri Nacional de Exames, do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Câmara Municipal de Oeiras e dos vários estabelecimentos escolares;
- (3) a recolha de dados sobre as unidades orgânicas escolares da rede pública através do preenchimento de uma ficha de caracterização socioeducativa (ver folha de rosto destes ficheiros no Anexo 1);
- (4) a realização de um questionário que foi aplicado ao universo dos educadores e docentes das escolas públicas do concelho (ver Anexo 2);
- (5) a realização de entrevistas exploratórias com todos os diretores de agrupamentos de escolas e escola não agrupada da rede escolar pública do concelho (ver guião no Anexo 3);
- (6) a realização de entrevistas de grupo a dirigentes das escolas públicas, a dirigentes das escolas privadas, a dirigentes de representantes da rede social e das instituições de ensino superior, a

⁵A análise *SWOT* – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – consolidou-se como uma ferramenta adequada ao planeamento estratégico por facilitar o processo de sistematização do conhecimento produzido na fase do diagnóstico.

representantes do tecido empresarial concelhio, com representantes de pais e encarregados de educação e associações de pais, com os dirigentes das juntas de freguesia ou uniões de freguesia e, por fim, com as equipas técnica e política da Câmara Municipal (ver guiões no Anexo 4).

No início do plano de trabalho, as entrevistas individuais com os diretores das unidades orgânicas da rede pública concelhia estavam planeadas para acontecer *in loco*, e incluíam a visita às instalações da escola sede e a outros estabelecimentos escolares que os diretores assim entendessem, com o objetivo de preencher uma grelha sobre o estado dos edifícios escolares. Porém, apenas quatro dessas visitas foram realizadas devido ao início das restrições decorrentes da pandemia covid-19, pelo que a maioria destas entrevistas acabaram por ser realizadas via plataformas digitais inviabilizando a aplicação da grelha sobre o estado dos edifícios escolares; optou-se, assim, por retirar este instrumento do plano de trabalhos e por aprofundar o tema nas entrevistas individuais aos diretores da rede pública.

Para as entrevistas individuais e de grupo optou-se pelo modelo de entrevistas semi-diretivas respondendo, dessa forma, à necessidade de questionar os interlocutores sobre dimensões específicas, geralmente incluídas nos estudos que dão origem a documentos estratégicos municipais, embora mantendo níveis de liberdade e de autonomia de resposta por parte dos inquiridos mediante as suas reflexões (Ghiglione e Matalon, 1993). Os guiões que orientaram as entrevistas foram preparados com a colaboração da equipa da Câmara Municipal e servem o propósito de garantir uma necessária normalização de perguntas que permita uma análise comparada entre agentes (Bardin, 2011) e retirar conclusões que possam ser mais facilmente sistematizáveis e comparadas com os resultados das outras análises. Considera-se este instrumento, da entrevista semi-dirigida, o mais adequado para recolher opiniões e perceções, em profundidade, de agentes que são considerados como privilegiados no contexto da educação local e que podem fornecer *insights* importantes sobre como melhorar o sistema educativo e formativo do concelho de Oeiras.

Os educadores (educadores de infância, docentes, formadores, entre outros profissionais), aqueles que são os agentes de primeira linha no âmbito da educação, devem claramente ser também ouvidos. No âmbito deste estudo utiliza-se o termo “educadores” para designar educadores de infância e os termos “professor/docente” para os profissionais que lecionam o ensino básico e secundário. Tendo em conta a dimensão dessa população num concelho com uma rede escolar pública constituída por onze unidades orgânicas, o questionário surge como o instrumento mais adequado. As etapas de elaboração deste instrumento seguiram as orientações que normalmente regem as equipas de investigação (Ghiglione e Matalon, 1993). Este instrumento foi elaborado pela equipa CIES e submetido à revisão não apenas dos elementos da equipa da Câmara Municipal, mas também dos diretores da UO. Depois de aprovado, foi reproduzido na sua versão final numa plataforma *online* (Qualtrics) e devidamente testado (Mattar, 1994).

Os discursos produzidos pelos atores auscultados durante as entrevistas foram analisados através da técnica da análise de conteúdo e recorrendo a uma grelha analítica que permite operacionalizar de forma mais eficiente a comparação entre agentes de diferentes campos de atuação. Esta comparação substitui a necessidade de realizar entrevistas até ao ponto de saturação da informação (Guerra, 2006). A análise de conteúdo é a mais adequada para realizar “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986: 104), de acordo com as dimensões de análise geralmente utilizadas em estudos sobre profissões; e que, em simultâneo, possibilita a construção de novas categorias a partir da interpretação da informação construída (Mayring, 2000). Para a leitura dos resultados do questionário recorreu-se a análise estatística de tipo uni e bivariada e exercícios de análises multivariadas, nomeadamente Análises de Componentes Principais e de Correspondências Múltiplas, através das quais se poderão aferir perfis de educadores e de docentes a partir das suas perceções sobre as dimensões consideradas.

Todo este caminho foi feito mantendo, sempre, um diálogo permanente com o Departamento de Educação da Câmara Municipal e de outros serviços que se julgam de particular relevância ao longo do processo. Considera-se importante manter uma lógica participativa, promovendo o envolvimento tão ativo quanto possível de todas as partes interessadas e, em simultâneo, o desenvolvimento de uma componente mais “pericial”, que permitam uma ampla e diversificada recolha de informação e de perspetivas, interesses e posições dos agentes envolvidos, de forma direta e indireta, no sistema de educação e formação no concelho de Oeiras.

Finaliza-se esta secção com a exposição das dificuldades encontradas e decisões tomadas para as ultrapassar.

Fichas de caracterização socioeducativa das UO da rede pública

Todas as fichas de caracterização socioeducativa foram preenchidas e enviadas para a equipa de investigadores, embora algumas tenham sido preenchidas apenas parcialmente. Ao longo do Volume II, que foi elaborado em grande parte com dados retirados deste instrumento, estão assinaladas todas as faltas de informação, assim como todos os dados que surgem como pouco coerentes.

Questionário aos educadores e docentes da rede pública

O objetivo inicial era aplicar o questionário ao universo dos educadores e docentes das onze unidades orgânicas da rede pública do concelho de Oeiras. No entanto, após onze semanas de aplicação ao longo das quais foram sendo feitos reforços regulares para motivar as respostas de educadores e docentes, não foi possível atingir o objetivo. A informação da tabela 1 mostra como apenas se obtiveram respostas de cerca de 49% dos educadores e docentes do concelho de Oeiras. A representatividade, considerando o limite mínimo de 60%, está assegurada para apenas cinco

unidades orgânicas: a ES Quinta do Marquês (64,7%), os AE Aquilino Ribeiro (90,0%), de São Julião da Barra (76,1%), Conde de Oeiras (60,2%) e de Carnaxide-Portela que apresenta uma taxa de respostas que pode ser explicada, por exemplo, por respostas incorretas ou por profissionais que estejam em funções noutras escolas apesar de pertencerem a este agrupamento. Para as restantes unidades orgânicas não se podem considerar que as respostas sejam representativas dos respetivos corpos docentes.

Tabela 1: Número de docentes e educadores, de respostas obtidas e taxas de resposta por UO

Unidades orgânicas	Universo	Respostas obtidas	Taxas de resposta
AE Aquilino Ribeiro	150	135	90,0
AE de Carnaxide	202	41	20,3
AE de Carnaxide-Portela	53	60	113,2
AE Conde de Oeiras	113	68	60,2
AE de Linda-a-Velha e Queijas	229	96	41,9
AE de Miraflores	180	69	38,3
AE de Paço de Arcos	343	110	32,1
AE de Santa Catarina	171	49	28,7
AE de São Bruno	71	34	47,9
AE de São Julião da Barra	209	159	76,1
ES Quinta do Marquês	102	66	64,7
TOTAL	1.823	887	48,7

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

No entanto, sendo este um importante instrumento por recolher opiniões junto de atores que ocupam um lugar central na concretização das políticas educativas, importava manter a análise embora mudando o foco para o total de educadores e docentes do concelho. As análises que consideram a discriminação dos resultados por unidade orgânica devem ter em conta que seis não estão devidamente representadas pelas respostas obtidas.

Tomando esta decisão, importava verificar se a amostra representa os educadores e docentes através de dois outros indicadores, além da unidade orgânica a que pertencem, considerados importantes no âmbito de um documento de planeamento estratégico municipal: a ciclo/nível em que lecionam e o vínculo contratual. Relativamente ao primeiro indicador optou-se por incluir uma outra opção – da educação especial – por se considerar que estes docentes, que trabalham em qualquer ciclo/nível de ensino, representam um grupo importante para a realidade escolar (são definidos pelo Ministério da Educação com grupos de recrutamento específicos – 910, 920 e 930 – definidos pelo tipo de deficiências em que se especializam e não por áreas disciplinares) e, por isso, deviam ser considerados em todas as análises.

Na tabela 2 observa-se que os casos da amostra se distribuem de forma similar aos do universo, pelo que, neste indicador, fica garantida a representatividade do universo.

Tabela 2: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por ciclo/nível de ensino

Ciclos/níveis	Universo		Amostra	
	N	%	n	%
Pré-escolar	78	4,3	73	6,1
1.º ciclo	309	17,0	217	18,0
2º ciclo	309	17,0	189	15,7
3º ciclo e ES	1.022	56,1	668	55,4
Educação especial	105	5,8	59	4,9
TOTAL	1.823	100,0	1.206¹	100,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

Notas: ¹O total de casos da amostra explica-se pelo facto de muitos inquiridos lecionarem em vários ciclos/níveis em simultâneo.

A comparação das percentagens discriminadas por tipo de vínculo contratual demonstra igualmente que as distribuições dos casos pelos vários vínculos são semelhantes no universo e na amostra, garantindo a representatividade do universo numa análise aos educadores e docentes do concelho.

Tabela 3: Número e percentagem de casos no universo e na amostra por tipo de vínculo contratual

Ciclos/níveis	Universo		Amostra	
	N	%	n	%
Quadro de Escola/Agrupamento	1.212	66,7	610	65,9
Quadro de zona pedagógica	246	13,5	133	14,4
Contratado	341	18,8	176	19,0
Outras situações	18	1,0	7	0,8
TOTAL	1.817¹	100,0	926²	100,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; Questionário aos educadores e docentes, 2020. Cálculos próprios.

Notas: ¹Não se conhece o tipo de vínculo contratual para seis profissionais. ²As diferenças nos totais da amostra são, também, uma consequência de um número considerável de inquiridos que não respondeu ao total do questionário.

Neste caso existem 106 casos que não indicaram o seu vínculo contratual.

Entrevistas individuais aos diretores da rede pública

Quatro das entrevistas individuais aos diretores das unidades orgânicas da rede pública foram realizadas nas respetivas sedes tal como planeado. Devido à pandemia covid-19 e às restrições de mobilidade, o plano de trabalho foi ajustado e estas entrevistas foram realizadas via plataformas digitais seguindo o mesmo guião. O método de análise dos discursos produzidos pelos atores foi o mesmo para todos, e não se registaram limitações na aplicação destas ferramentas a expor.

Entrevistas de grupo aos agentes educativos

Apesar do contexto da pandemia covid-19 e do consequente atraso na execução do plano de trabalho, causou algumas limitações na realização das entrevistas de grupo (ou *focus group*). Nomeadamente a nível do agendamento das reuniões que acabou por ser acelerado para que fosse possível de realizar durante o mês de julho de 2020. Tal facto, juntamente com um aparente

desconhecimento do que cada entidade pode proporcionar no âmbito de um documento de planeamento estratégico e da própria natureza da Carta Educativa, e sobre o papel que cada um pode desempenhar, deu origem a uma fraca adesão por parte dos atores educativos convidados. Apesar disso, resolveu-se avançar com esta etapa considerando importante ouvir todos os atores locais e levantando a hipótese de planear outros momentos de auscultação no futuro.

O primeiro *focus group*, aos onze diretores de agrupamentos de escolas e escola não agrupada da rede pública, realizou-se no dia 9 de julho e participaram oito elementos (os AE de Miraflores, de São Julião da Barra e a ES Quinta do Marquês não estiveram representados).

Para o segundo *focus group* direcionado a representantes das escolas privadas e profissionais do concelho, e calendarizado para o dia 9 de julho, foram convidados oito elementos das seguintes entidades: Escola Profissional Val do Rio, Instituto de Tecnologias Náuticas, Oeiras International School, Colégio São Francisco de Assis, Colégio da Fonte, Externato "Padre António Vieira", Colégio Monte Flor e Instituto Español Giner de Los Rios. Estiveram presentes os representantes do Instituto de Tecnologias Náuticas, do Colégio da Fonte e do Colégio Monte Flor.

O terceiro *focus group* para representantes das instituições de ensino superior e da rede social convocado para dia 10 de julho, previa uma longa lista de convidados: Universidade Atlântica, Instituto Superior Técnico – Campus Tagus Park, Faculdade de Motricidade Humana, Superior Náutica Infante D. Henrique, SCM - Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, Ajuda de Mãe, EMDIIP - Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras, Cercioeiras, Pro-Atlântico, AGA-KHAN Portugal. Estiveram presentes representantes da Universidade Atlântica e da Cercioeiras.

Também para o dia 10 de julho foi marcado o quarto *focus group* dedicado a representante de associações empresariais, parques tecnológicos e empresas e que contava com a presença de: Cisco, Solplay, Instituto de Soldadura e Qualidade, SIC, Novartis, AERLIS e CUF. Estiveram presentes representantes da Cisco, do Instituto de Soldadura e Qualidade, da AERLIS e da CUF.

O quinto *focus group*, a realizar no dia 14 de julho, direcionava-se às associações de pais contava com a presença de representantes nove associações: APEE da EB1 Armando Guerreiro, APEE da EB1/JI Gomes Freire de Andrade, da EB1/JI Alto de Algés, APEE da EB1 Samuel Johnson, APEE da Escola EB 2,3 Vieira da Silva, APEE da ES Luís de Freitas Branco, APEE da ES Aquilino Ribeiro, APEE da ES Professor José Augusto Lucas, APEE da ES Sebastião e Silva. Este foi o grupo que menos aderiu ao convite de participação estando presentes apenas duas representantes da APEE da ES Luís de Freitas Branco.

No mesmo dia a calendarização contava com a realização do sexto *focus group*, para os dirigentes das Juntas ou Uniões de Juntas de Freguesia do concelho de Oeiras, e todos estiveram presentes.

A adesão também foi total nos outros *focus group*. No sétimo, que teve lugar no dia 21 de julho, direcionado para a equipa técnica da educação ou de setores que, pela sua natureza, têm de trabalhar em conjunto com a equipa da educação; todos os elementos previstos estiveram presentes.

O último *focus group* realizou-se no dia 22 de julho com a equipa política da Câmara Municipal, mais especificamente os vereadores e diretores do departamento de educação e de obras públicas.

Capítulo 1 : História, Território e Transportes

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar o concelho de Oeiras, a sua história aqui exposta num breve resumo, o seu território e algumas das comodidades que oferece à sua população, nomeadamente nas áreas dos transportes e do bem-estar.

1.1: Caracterização socio histórica⁶

O concelho de Oeiras, localizado à beira-mar e às portas de Lisboa, é um dos 18 concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa. Por Carta Régia de D. José I, a 13 de julho de 1759, foi atribuída a jurisdição desse território a Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, o primeiro Conde de Oeiras.

Antes dessa data, Oeiras, até pela sua proximidade a Lisboa, era uma região de importância no setor industrial, sobretudo pela exploração de pedreiras e de cal; para a defesa, de que decorre da criação de Fortes; e ainda para as ordens religiosas, tendo sido criados alguns Conventos.

A partir do século XIX a tendência para ser uma região de lazer foi crescendo, primeiramente com o veraneio da classe burguesa, abrindo-se mais tarde, por via da maior amplitude dos meios de transporte, a outras classes sociais. Paralelamente, o setor industrial continuou a desenvolver-se com a instalação de grandes unidades fabris, como a Fundação de Oeiras. Entre os anos 40 e 50, Oeiras é influenciada pelo crescimento de Lisboa e torna-se um concelho-dormitório atendendo ao custo de vida mais baixo, comparativamente à capital.

É a partir dos anos 80 e 90 que Oeiras começa a constituir-se como um polo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa, resultado de uma estratégia de desenvolvimento municipal com especial incidência em atividades ligadas à Ciência e Tecnologia e às novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A organização do território do concelho muda para espelhar tais orientações, estando a maior parte do universo empresarial organizado em espaços empresariais, como o Taguspark ou o Lagoas Park. No que se refere às empresas de Investigação & Desenvolvimento (I&D), o Complexo Investigacional da Quinta do Marquês, mais conhecido como Estação Agronómica, é um exemplo de referência no domínio da biotecnologia.

Hoje, Oeiras é a sede de laboratórios de ciência de referência internacional, como o Instituto de Tecnologia Química e Biológica ou o Instituto Gulbenkian de Ciência, e de desenvolvimento de projetos empresariais e de I&D sobretudo nas áreas das ciências da vida, agroflorestal, biotecnologia, ciências da saúde I&D e farmacêutica. No domínio da tecnologia, em Oeiras está a sede portuguesa da Google e de empresas da área do audiovisual, cibersegurança, comunicações, e-commerce, indústrias criativas, internet e mediatech, tendo vindo a ganhar centralidade no Município.

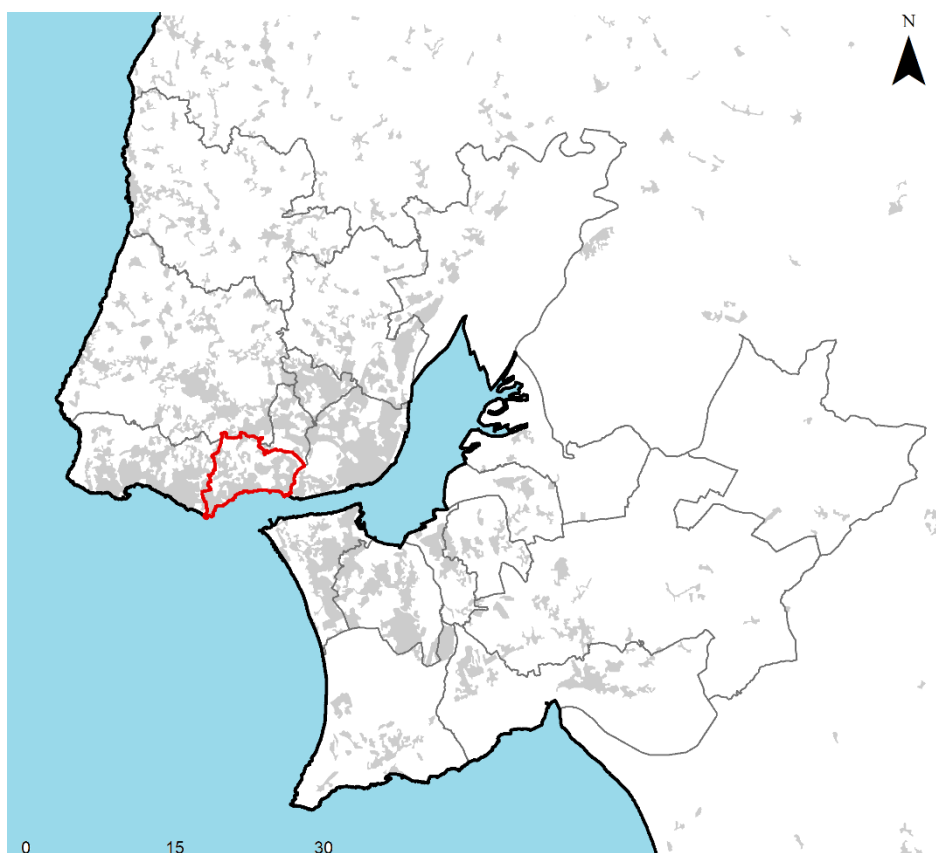
⁶ Para a redação deste subcapítulo utilizaram-se como fontes a Carta Educativa Municipal de Oeiras datada de 2007 e a Brochura Oeiras Valley produzida pelo Município.

Mais recentemente, também devido a todo este dinamismo, a Câmara Municipal promoveu o Concelho como um destino de excelência para investimentos que criem valor acrescentado para a região. A marca Oeiras Valley é assumida como “um ecossistema único para os negócios, a ciência e a tecnologia”. Pretende-se manter a aposta na dinamização económica, ampliando o apoio e acolhimento de empresas, a captação de talento, o apoio à inovação e ao empreendedorismo em ciência e tecnologia, mas também o alargamento do investimento internacional no município. Além disso, o município pretende ampliar o investimento na educação, na cultura, na habitação e no ambiente. O programa Oeiras Educa tem como objetivo interligar as escolas, as famílias e a comunidade tendo em vista o sucesso escolar.

1.2: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa

Oeiras é um concelho incluído na Área Metropolitana de Lisboa, tendo Lisboa, Cascais, Sintra e Amadora como concelhos limítrofes. É o município com maior percentagem, da AML e do país, de população com ensino superior, juntamente com um forte poder de atração de emprego qualificado. A sua localização na AML pode ser visualizada na Figura 1.1.

Figura 1.1: Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa

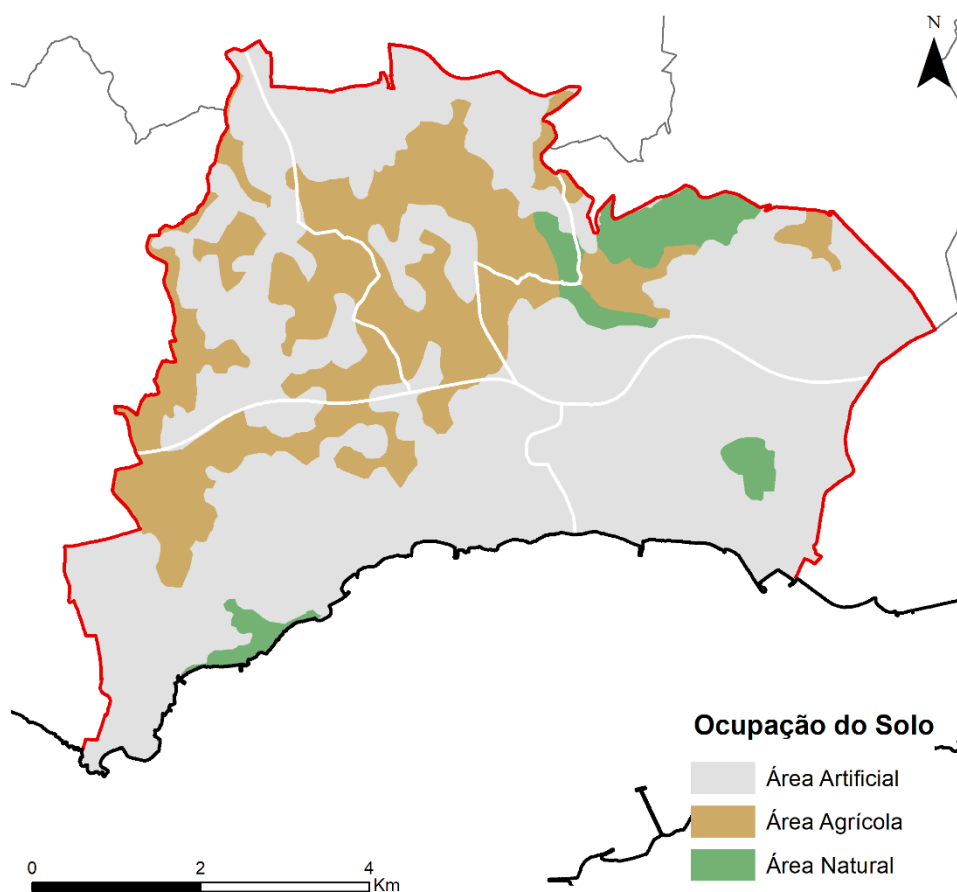


Fonte: construção própria.

1.3: Território de Oeiras

Oeiras tem 45.88 km² estando o território dividido em 5 freguesias ou uniões de freguesia, nomeadamente a União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paços de Arcos e Caxias, a freguesia de Porto Salvo, a freguesia de Barcarena e a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. Analisando a ocupação do solo (com base na Corine Land-Cover 2018) em Oeiras, na figura 1.2 é possível ver que a maioria do território (70%) é urbanizado, sobretudo por espaços residenciais e unidades industriais, comerciais e de transporte. Ainda existe uma significativa percentagem de terrenos agrícolas no concelho (25%), sobretudo a noroeste, sendo esta atividade sobretudo de cariz extensivo e encontrando-se relativamente fragmentada no território. Por fim, a percentagem de espaços verdes naturais é bastante reduzida ocupando apenas 5% do território.

Figura 1.2: Ocupação do Solo em Oeiras



Fonte: construção própria.

Do ponto de vista económico e social, Oeiras tem várias sedes de empresas multinacionais no país, como por exemplo a Nestlé, a General Electric, a Oracle, a HP, a Samsung ou a BMW entre muitas outras, a maioria sediadas nos vários parques industriais do concelho: Taguspark; Lagoas Park; Arquiparque I, Arquiparque II, Quinta da Fonte Office Park, Parque Suécia, Parque Holanda e

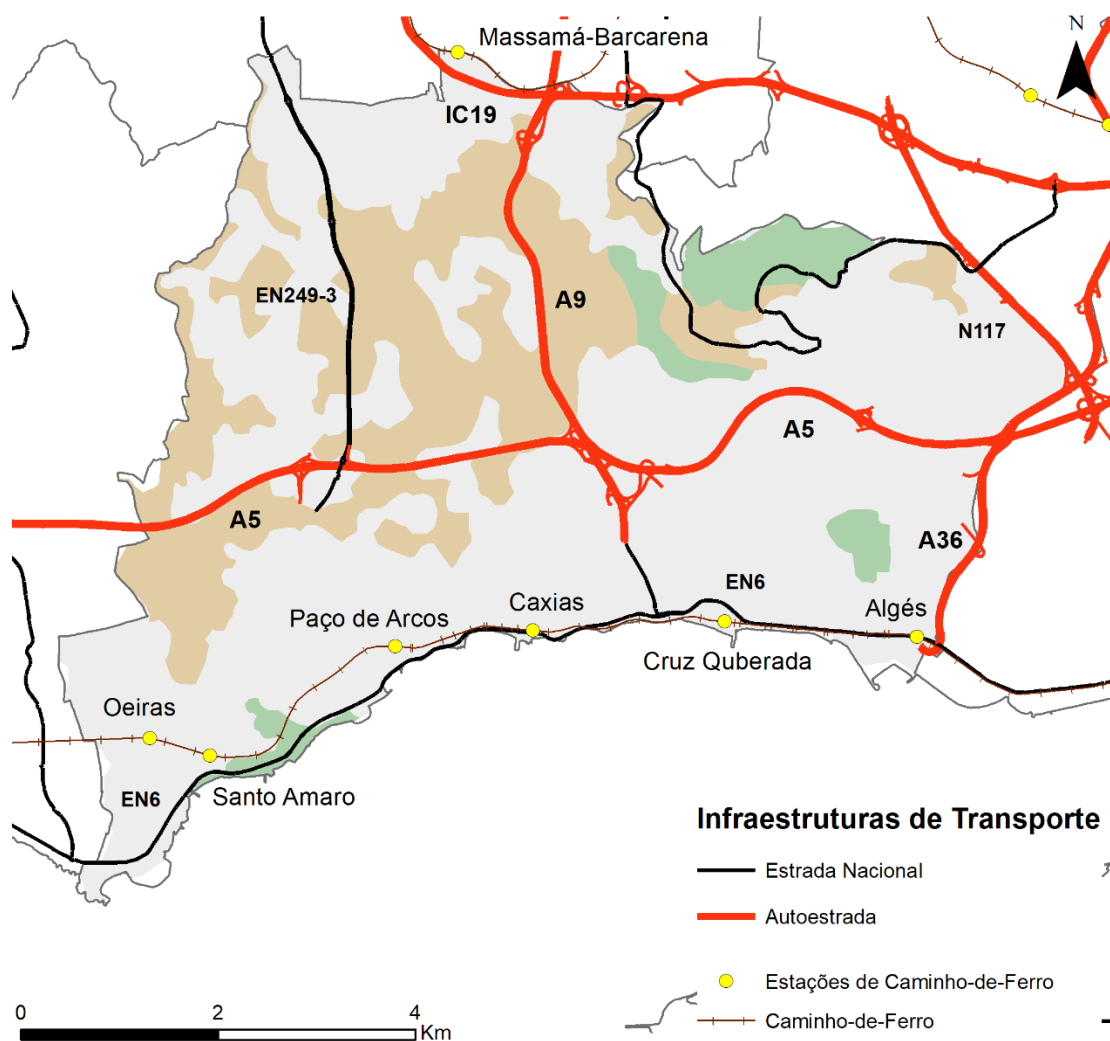
Neopark. No seu território também estão instaladas as sedes do Grupo Impresa e da Media Capital e de outras instituições públicas como, por exemplo, a Federação Portuguesa de Futebol, o Instituto de Socorros a Náufragos, a NATO – North Atlantic Treaty Organization ou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

1.4: Transportes e Acessibilidades

1.4.1 Retrato Atual

Oeiras usufrui de boas infraestruturas de transporte, quer público quer privado, que garantem à maioria da população uma acessibilidade eficaz a Lisboa e a outros concelhos da AML, sobretudo da margem norte do rio Tejo. Na Figura 1.3 é possível observar a rede principal de transportes de Oeiras.

Figura 1.3: Rede de Infraestruturas de Transporte de Oeiras



Fonte: construção própria.

Além da rede local, as principais infraestruturas rodoviárias são constituídas pelas autoestradas e estradas nacionais. A A5 atravessa o concelho de oeste a leste (e, naturalmente, também no sentido inverso) permitindo um acesso rápido a Lisboa e a Cascais. A A9 (CREL) inicia-se no concelho, na costa do Estoril circundando a cidade de Lisboa e terminando no eixo urbano de Alverca-Vila Franca de Xira, passando pelos concelhos de Odivelas e Loures. O IC19 com um acesso em Barcarena, já no limite do concelho com Sintra, é o principal e mais usado eixo viário da AML, ligando Sintra e Amadora a Lisboa. A A36 (CRIL) que também se origina em Oeiras, em Algés, circunda a cidade de Lisboa nos seus limites, até Sacavém, sendo mais uma alternativa de deslocação da população de Oeiras para diferentes pontos de entrada em Lisboa, tal como a A5 e o IC19. Neste grupo de conexão com Lisboa também está a EN6, também conhecida como “marginal”, conectando Cascais com Lisboa. Por fim, em Oeiras existem mais dois eixos viários de relativa importância, nomeadamente a EN117 e a EN249-3, ligando os centros urbanos de Oeiras com Sintra e Amadora.

Relativamente ao transporte público, este é assegurado quase na sua maioria pelos serviços de caminho-de-ferro e complementarmente por transporte rodoviário. Oeiras é atravessada no sentido este-oeste ao longo da sua marginal pela linha de serviços urbanos de Cascais, que liga a cidade de Lisboa a Cascais. As estações existentes em Oeiras são as de Algés, Cruz-Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro e Oeiras. A norte do concelho, em Barcarena, existe uma estação, Massamá-Barcarena, que assegura a conectividade da população de Oeiras com os serviços urbanos da linha de Sintra, permitindo um acesso alternativo não só à cidade de Lisboa, mas também a Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira e linha do Norte. Em complemento ao transporte público pesado, existem também operadoras de transporte público rodoviário que asseguram a acessibilidade dentro do concelho e deste com os concelhos limítrofes. Presentemente as empresas que asseguram estes serviços são a Vimeca, Scotturb e a Carris. Há ainda um serviço de transporte gratuito fornecido pela Câmara Municipal de Oeiras, chamado Combus, que assegura parte da mobilidade dentro do concelho, sobretudo nos centros urbanos de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias.

1.4.2 Cenário Futuro

Está previsto e planeado pelo Município de Oeiras o desenvolvimento de novas infraestruturas e serviços de transporte para a próxima década, que deverão melhorar a acessibilidade da população em geral, através de diferentes meios de transporte. No entanto, a presente Carta Educativa & Plano Educativo Municipal é só vigente para os próximos dez anos, o qual é um período demasiado curto para aferir o impacto de possíveis infraestruturas e serviços de transportes cuja operacionalização não tem data prevista.

Atualmente, e considerando apenas a acessibilidade da população aos jardins de infância, às escolas básicas e às escolas secundárias, esta já é efetivamente de boa qualidade. Numa análise preliminar, foi calculada a distância euclidiana (em metros) de todas as subsecções estatísticas de 2011 aos diferentes estabelecimentos escolares mais próximos. Em seguida, criaram-se dois indicadores para refletir o tempo (em minutos) necessário para percorrer essas mesmas distâncias, tendo em conta

os modos de transporte pedonal (5 km/h) e viário (50 km/h), como pode ser observado através da média e desvio padrão apresentados na Tabela 3.1, em baixo.

Tabela 1.1: Média e Desvio Padrão dos Tempos de Viagem entre Subsecções (2011) e Estabelecimentos Escolares (2019)

Medidas	Minutos (A Pé)			Minutos (Veículo Privado)		
	Jardim de Infância	Escola Básica	Escola Secundária	Jardim de Infância	Escola Básica	Escola Secundária
Média	8.36	5.30	14.30	0.51	0.33	1.27
Desvio Padrão	5,18	3,18	8,54	0,32	0,19	0,54

Fonte: construção própria.

Os tempos de viagem reais serão relativamente superiores aos apresentados, sobretudo para o veículo privado. No entanto, são indicadores eficazes que demonstram que presentemente a acessibilidade a qualquer estabelecimento escolar é relativamente fácil, seja qual for o modo de transporte. Assim, o reforço dos serviços de transporte público (Combus, Satuo, Eléctrico ou Carris Metropolitana) deverão ser competitivos (sobretudo em tempo de viagem e custo) com o transporte automóvel privado.

Por outro lado, o reforço da acessibilidade pedociclável, e sobretudo o modo ciclável, deve garantir que efetivamente o uso da bicicleta permita maior rapidez na deslocação do ponto A (casa) ao ponto B (escola), quando comparado com o modo pedonal e até com o transporte individual e público. Além da rapidez, estas infraestruturas devem assegurar a segurança do utilizador e a proteção dos equipamentos, tanto no ponto de partida como no ponto de chegada. Por fim, a promoção dos modos leves de transporte e dos transportes públicos tem de ser acompanhada pelo levantamento de um conjunto de restrições e custos para o uso de automóvel privado.

Para se aferir os impactos reais das novas infraestruturas de transporte serão necessários dados mais recentes (censos 2021), bem como os relatórios desenvolvidos para cada projeto de infraestrutura de transporte, especialmente no caso das infraestruturas rodoviárias. Mais importante, será necessário saber qual será a estratégia futura de planeamento e ordenamento do território da Câmara Municipal de Oeiras tendo em conta estas novas infraestruturas.

Assim, conclui-se que para os próximos dez anos, o modelo territorial existente será ainda bastante realista para a criação da presente Carta Educativa & Plano Educativo Municipal.

Capítulo 2 : Caracterização Demográfica e Projeções Demográficas

O presente capítulo tem por objetivo caracterizar a evolução e projeção da estrutura demográfica da população do concelho de Oeiras, enquadrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML), atual região definida na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível de desagregação II (NUTS II, versão 2013). Atendendo à fineza que se procura introduzir na análise, no que diz respeito ao concelho de Oeiras, o nível de desagregação considerado foi o da freguesia.

As fontes de informação consideradas para este trabalho foram, sobretudo, os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1991, 2001 e 2011 e as Estatísticas Demográficas. O recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população ao longo das últimas décadas. A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 21 de março de 2011, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento. A utilização de estimativas da população para o cálculo dos indicadores que aqui consideramos na análise do estado da população não oferece a garantia de qualidade que se exige a um trabalho desta natureza, para além de que as estimativas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística não se aplicam à fineza da desagregação geográfica (concelho e freguesia) e de caracterização da população com que trabalhamos.

Os dados do próximo recenseamento (previsto para março de 2021) poderão ajudar, no futuro, a completar e atualizar a informação relativa ao estado da população (não sendo expectável a disponibilização dos dados antes de um a três anos a contar da data de realização do censo).

Até essa data, a análise do movimento da população fornecerá uma possível leitura da evolução da mesma, porque são as dinâmicas natural e migratória que determinam o crescimento populacional (positivo, negativo ou nulo). Foi nesse sentido que calculámos, também, estimativas para a população em idade escolar.

Importará, assim, considerar, de forma articulada, a análise do estado e movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001 e 2011), das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2018) e, de seguida, as projeções demográficas para momentos posteriores, a partir da consideração de cenários que consideram tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis têm, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

2.1: Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

Nos quadros seguintes apresentam-se os valores referentes à população recenseada na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e respetivos concelhos, nos dois últimos momentos censitários

(2001 e 2011), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci⁷) da população, nos dois últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011), para as mesmas zonas geográficas.

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 2001 e 2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/Concelho	Ano	
	2001	2011
AML	2 661 850	2 821 876
Alcochete	13 010	17 569
Almada	160 825	174 030
Amadora	175 872	175 136
Barreiro	79 012	78 764
Cascais	170 683	206 479
Lisboa	564 657	547 733
Loures	199 059	205 054
Mafra	54 358	76 685
Moita	67 449	66 029
Montijo	39 168	51 222
Odivelas	133 847	144 549
Oeiras	162 128	172 120
Palmela	53 353	62 831
Seixal	150 271	158 269
Sesimbra	37 567	49 500
Setúbal	113 934	121 185
Sintra	363 749	377 835
V.F. Xira	122 908	136 886

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001 e 2001-2011, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/Concelho	Período	
	1991-2001	2001-2011
AML	5,6	6,0
Alcochete	27,9	35,0
Almada	6,0	8,2
Amadora	-3,2	-0,4
Barreiro	-7,9	-0,3
Cascais	11,3	21,0
Lisboa	-14,9	-3,0
Loures	3,5	3,0
Mafra	24,3	41,1
Moita	3,6	-2,1
Montijo	8,7	30,8
Odivelas	--	8,0
Oeiras	7,1	6,2
Palmela	21,7	17,8
Seixal	28,5	5,3
Sesimbra	37,9	31,8
Setúbal	9,9	6,4
Sintra	39,4	3,9
V.F. Xira	18,7	11,4

Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

O crescimento populacional da AML é positivo ao longo das duas décadas analisadas, variando a taxa de crescimento total 0,4 pontos percentuais entre o primeiro e o segundo período (de 5,6% para 6%). O crescimento registado no concelho de Oeiras é dos que mais se aproxima da média da AML, traduzindo um aumento populacional nos dois períodos intercensitários, e revelando estabilidade nesse crescimento, com resultados próximos nos dois períodos (7,1% e 6,2%).

Para o crescimento da AML, há contributos desiguais dos diferentes concelhos. Lisboa é o concelho com um decréscimo populacional mais elevado, em ambos os períodos intercensitários. Nos restantes concelhos da atual Área Metropolitana de Lisboa verifica-se que, no período

⁷ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $Tci = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

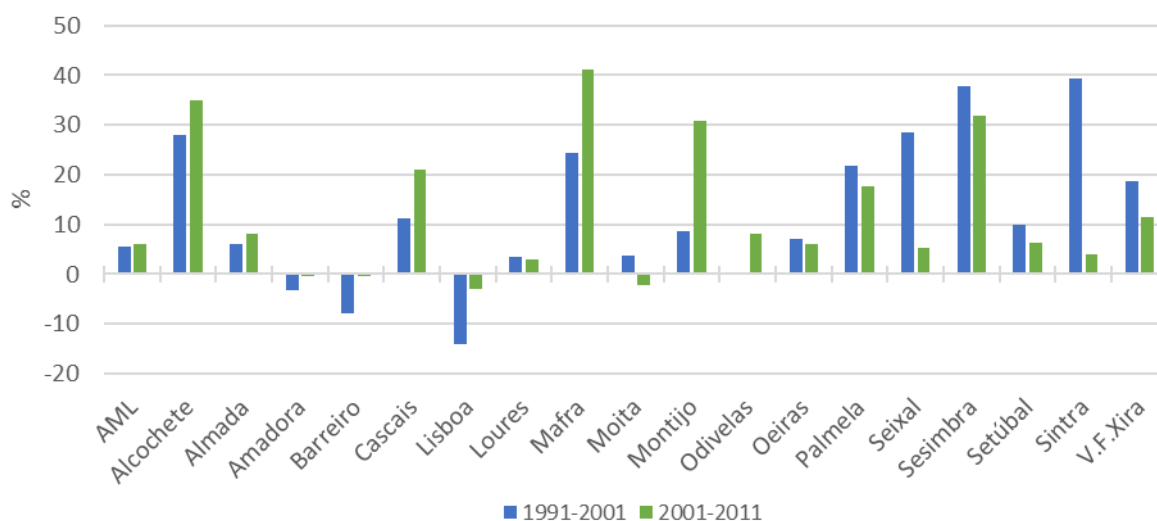
intercensitário mais recente, são os concelhos mais afastados de Lisboa os que ganham mais população (Alcochete, Mafra, Montijo, Sesimbra, Cascais e Palmela), nenhum deles fazendo fronteira com o de Lisboa. Todos estes concelhos registavam já um crescimento populacional positivo no período intercensitário anterior, e todos menos um (Palmela) viram reforçado esse crescimento no último período (2001-2011).

Noutro grupo encontram-se concelhos – Almada, Oeiras, Setúbal, Vila Franca de Xira – que registaram, em ambos os períodos um crescimento tendencialmente estável e moderado. Neste grupo poderiam incluir-se os concelhos de Seixal e Sintra, embora estes tenham registado uma clara diminuição na taxa de crescimento populacional. Em certa medida, parecem ter-se tornado menos atrativos face a outros.

Temos, ainda, os concelhos que perderam efetivamente população em ambos os períodos em análise ou apenas no último. É o caso, já referido, de Lisboa e de três dos concelhos mais próximos da capital – Amadora, Barreiro e Moita.

Assim, os concelhos da orla litoral norte da AML, onde se inclui Oeiras, apesar de revelarem ritmos diferenciados de crescimento, têm mostrado, no seu conjunto, uma capacidade de garantir um crescimento consistente da sua população, como se constata na figura seguinte que apresenta graficamente a informação da tabela anterior.

Figura 2.1: Taxa de crescimento total intercensitário na Área Metropolitana de Lisboa, total e por concelho, 1991-2001 e 2001-2011 (%)



Fonte: Fonte: INE, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Nota: Em Loures regista-se uma quebra de série na informação censitária de 1991 para 2011, que se deve ao surgimento do município de Odivelas (em 1998).

Para além disso, atendendo ao crescimento positivo global da AML, ao aumento do Índice Sintético de Fecundidade nos últimos anos e à pressão urbanística que se faz sentir no concelho de Lisboa, é de admitir um reforço de transferências habitacionais para concelhos limítrofes da capital, com

capacidade atrativa e com uma rede de transportes que responda às atuais exigências dos cidadãos orientados para a responsabilidade ambiental.

O concelho de Oeiras surge, neste contexto, muito bem posicionado, situando-se a menos de 30 minutos do centro de Lisboa e do principal aeroporto do país e com um projeto abrangente de crescimento económico e social, no qual se prevê “investir até 2026 perto de 400 milhões de euros na dinamização económica, na educação, habitação, ambiente e inteligência territorial” (Oeiras Valley, 2019: 3).⁸

No concelho de Oeiras, existem já 5 parques empresariais e de Ciência e Tecnologia, 4 instituições de I&D e 7 instituições de ensino superior. A população do concelho detém recursos escolares e económicos (nomeadamente, o poder de compra) bastante acima da média nacional⁹. A qualidade de vida da população de Oeiras remete, também, para um custo de vida mais baixo do que no concelho de Lisboa (preços mais baixos na habitação e em bens de primeira necessidade); um índice de poluição seis vezes mais baixo do que em Lisboa (para o que tem contribuído o investimento do município na sustentabilidade ambiental); uma área verde correspondendo a 15% do concelho; e um índice de serviços de saúde superior ao de Lisboa (Oeiras Valley, 2019: 17-18).

Sendo o crescimento desigualmente distribuído pelo território, fará sentido uma análise mais fina e geograficamente desagregada. Consideramos, assim, de seguida, a evolução da população nos períodos já referidos, ao nível da freguesia do concelho de Oeiras.

Para a análise, consideraram-se as freguesias de acordo com a anterior divisão administrativa (9 freguesias, considerando Paço de Arcos e Caxias em conjunto)¹⁰ e com a atual divisão (5 freguesias), resultante da reforma de 2012. A análise considerou os dois critérios uma vez que a reforma administrativa aconteceu ao longo do período de análise que consideramos (no segundo período intercensitário considerado) e o maior detalhe na informação, de acordo com a anterior delimitação, poderá interessar na caracterização demográfica do concelho, pelo menos numa primeira fase.¹¹ Assim, apresentam-se, de seguida, os valores referentes aos efetivos populacionais dos três últimos momentos censitários, para cada uma das 9 freguesias (de acordo com a anterior

⁸ Oeiras Valley (2019), *Um Ecossistema único para os Negócios, a Ciência e a Tecnologia*, Câmara Municipal de Oeiras.

⁹ Em 2017, o índice de poder de compra em Oeiras era de 156,6%, face ao valor de referência de Portugal (100%) e ao valor de 100,7% do Continente. Na Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Oeiras é o que apresenta o segundo valor mais elevado, a seguir ao concelho de Lisboa (cujo valor é de 219,6%). INE (2019), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2017*.

¹⁰ A 12 de junho de 2001 foi criada a freguesia de Caxias (autonomizando-se da de Paço de Arcos). Em 2013, de acordo com a reforma administrativa de freguesias, Caxias juntou-se às freguesias de Paço de Arcos e Oeiras e São Julião da Barra, formando uma nova freguesia (União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias). No censo de 2001, os dados apresentados para a freguesia de Paço de Arcos incorporam os de Caxias (que foi elevada a freguesia nesse ano, mas após a realização do recenseamento). Assim, por uma questão de garantia de comparabilidade dos dados e dos indicadores, consideraremos a informação de Caxias e Paço de Arcos agrupada, na análise da informação censitária de 2001.

¹¹ Importa referir que ao longo da análise iremos privilegiar a apresentação de informação de acordo com a atual delimitação geográfica das freguesias, de acordo com a reforma de 2012 (Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP – 2013).

delimitação geográfica das freguesias) do concelho de Oeiras, e os resultados da taxa de crescimento total dos períodos intercensitários.

Tabela 2.3: População residente nos momentos censitários no concelho de Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991, 2001 e 2011

Freguesias	Período		Ano
	1991	2001	2011
Oeiras (concelho)	151 342	162 128	172 120
Algés	20 952	19 542	22 273
Barcarena	9 148	11 847	13 861
Carnaxide	16 630	21 354	25 911
Cruz Quebrada-Dafundo	8 452	6 591	6 393
Linda-a-Velha	24 626	21 952	19 999
Oeiras e S. Julião da Barra	35 035	34 851	33 827
Paço de Arcos e Caxias	16 543	23 496	24 322
Porto Salvo	10 540	13 724	15 157
Queijas	9 416	8 771	10 377

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Tabela 2.4: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho e Oeiras e por freguesia ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011

Freguesias	Período	
	1991-2001	2001-2011
Oeiras (concelho)	7,1	6,2
Algés	-6,7	14,0
Barcarena	29,5	17,0
Carnaxide	28,4	21,3
Cruz Quebrada-Dafundo	-22,0	-3,0
Linda-a-Velha	-10,9	-8,9
Oeiras e S. Julião da Barra	-0,5	-2,9
Paço de Arcos e Caxias	42,0	3,5
Porto Salvo	30,2	10,4
Queijas	-6,9	18,3

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Considerando as 9 freguesias, verificamos disparidades nos respetivos efetivos populacionais, assim como na dimensão das freguesias. Numa visão de conjunto, é perceptível que, no primeiro período intercensitário (1991-2001), há perdas e ganhos populacionais mais acentuados do que no segundo (2001-2011), isto é, as perdas populacionais atenuaram-se no segundo período em análise e o crescimento tornou-se mais equilibrado entre as diferentes freguesias, no último período. Se analisada a evolução do crescimento com mais detalhe, é possível identificar grupos de freguesias que se caracterizam por dinâmicas de crescimento diferenciadas.

Assim, os resultados da taxa de crescimento total por freguesias, nos dois períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos por tipo de crescimento e evolução desse crescimento entre um período e outro, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado, e um reforço desse decréscimo no segundo período intercensitário, isto é, há um aumento de perdas populacionais);
- Decréscimo permanente (com crescimento negativo em ambos os períodos);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se aproximem de zero);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo);

- Inversão para tendência positiva (de um crescimento negativo passou-se para um crescimento positivo);
- Crescimento esbatido (com crescimento positivo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se atenuem consideravelmente);
- Crescimento permanente/consolidado (verifica-se um crescimento positivo em ambos os períodos intercensitários).

No quadro seguinte, encontra-se a distribuição das diferentes freguesias por alguns dos grupos¹ definidos na tipologia de crescimento.

Tabela 2.5: Grupos de freguesias de Oeiras em função da dinâmica de crescimento (tipo de crescimento) em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)

Tipo de crescimento	Freguesias
Decréscimo reforçado	
Decréscimo permanente (2)	Linda-a-Velha, Oeiras e São Julião da Barra
Decréscimo esbatido (1)	Cruz Quebrada-Dafundo
Inversão para tendência negativa	
Inversão para tendência positiva (2)	Algés, Queijas
Crescimento esbatido (1)	Paço de Arcos e Caxias
Crescimento permanente/consolidado (3)	Barcarena, Carnaxide, Porto Salvo

Fonte: Construção própria.

Nota: ¹De acordo com a delimitação geográfica anterior à reforma administrativa de 2012 (Caxias e Paço de Arcos consideradas em conjunto).

Numa análise de conjunto, poder-se-á dizer que as perdas populacionais se atenuaram do primeiro para o segundo período, tendo-se tornado o crescimento mais equilibrado entre as diferentes freguesias, no último período intercensitário.

O concelho de Oeiras situar-se-ia no grupo de crescimento permanente, aquele que agrega o maior número de freguesias. De facto, as freguesias de Barcarena, Carnaxide e Porto Salvo, todas situadas na coroa interior do concelho e com maior dimensão territorial, apresentam resultados de crescimento francamente positivos nos dois períodos em análise. Para além disso, importa referir que a maioria das freguesias apresenta resultados positivos de crescimento. Para além das três freguesias referidas, no caso de Paço de Arcos e Caxias verificou-se uma redução do crescimento, que apresentava um valor muito elevado no primeiro período (passando de 42% para 3,5%) e, em Algés e Queijas, o crescimento populacional negativo no primeiro período deu lugar a um crescimento positivo no segundo.

Na freguesia de Cruz Quebrada-Dafundo, apesar do crescimento negativo em ambos os períodos, é evidente o esbatimento do decréscimo, com um valor final mais próximo de zero.

As freguesias que, em ambos os períodos, apresentavam um crescimento populacional negativo são as de Linda-a-Velha e Oeiras e São Julião da Barra, para o que poderá contribuir a estrutura populacional de ambas, mas também a especificidade das freguesias, na sua dimensão e posição geográfica e administrativa privilegiada, eventualmente potenciadoras de dificuldades no acesso a habitação. Destas, a única freguesia que reforçou uma perda populacional foi a de Oeiras e S. Julião da Barra, ainda assim, com um decréscimo pouco acentuado no segundo período (-2,9%). Esta é a freguesia com mais população, desde o início do período considerado e, apesar da perda populacional, mantém-se, em 2011, como a mais populosa.

A distribuição da população é desigual pelo território do concelho, sendo as freguesias mais populosas em 2011, a já referida, seguida das de Carnaxide, Paço de Arcos e Caxias e Algés. No conjunto das freguesias, três perderam população nos dois últimos períodos intercensitários, quatro ganharam população nos dois períodos e duas perderam no primeiro período, mas ganharam população no último período. O balanço entre ganhos e perdas, apesar de desigual no território e no seio de cada freguesia, revela um equilíbrio interno ao concelho, resultando num crescimento positivo em ambos os períodos, com pouca diferença relativa (7,1 e 6,2%, nos períodos 1991-2001 e 2001-2011, respetivamente).

Esta estabilidade no crescimento populacional no concelho, por oposição a algumas oscilações no crescimento verificado nas freguesias, pode ter que ver com alterações de residências internas ao concelho, resultantes, entre outros fatores, de programas de realojamento. O crescimento em algumas freguesias dever-se-á, assim, "a expansões urbanas clássicas, mas também à realocação de população já residente no concelho (Carta Educativa de Oeiras, 2007, p.5)."

Façamos, agora, um exercício semelhante, considerando as atuais freguesias.

Tabela 2.6: População residente no concelho de Oeiras e nas freguesias ou uniões de freguesia, nos momentos censitários 1991, 2001 e 2011

Freguesias	Período		Ano
	1991	2001	2011
Oeiras (concelho)	151 342	162 128	172 120
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo	54 030	48 085	48 665
U. F. Carnaxide e Queijas	26 046	30 125	36 288
U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	51 578	58 347	58 149
Barcarena	9 148	11 847	13 861
Porto Salvo	10 540	13 724	15 157

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reforma administrativa de 2012.

Tabela 2.7: Taxa de crescimento total intercensitário no concelho de Oeiras e por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2001 e 2001-2011 (%)

Freguesias	Período	
	1991-2001	2001-2011
Oeiras (concelho)	7,1	6,2
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo	-11,0	1,2
U. F. Carnaxide e Queijas	15,7	20,5
U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	13,1	-0,3
Barcarena	29,5	17,0
Porto Salvo	30,2	10,4

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reforma administrativa de 2012.

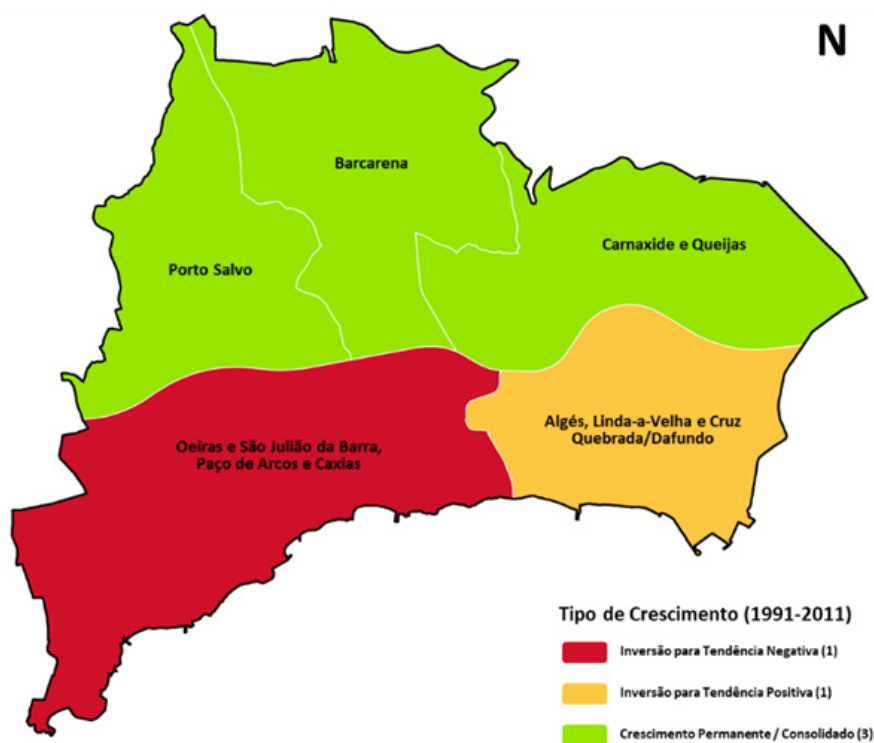
Tabela 2.8: Grupos de freguesias¹ de Oeiras em função da dinâmica de crescimento em duas décadas (1991-2001 e 2001-2011)

Tipo de crescimento	Freguesias
Decréscimo reforçado	
Decréscimo permanente	
Decréscimo esbatido	
Inversão para tendência negativa (1)	U. F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
Inversão para tendência positiva (1)	U. F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo
Crescimento esbatido	
Crescimento permanente/consolidado (3)	U. F. Carnaxide e Queijas, Barcarena, Porto Salvo

Fonte: Construção própria.

Nota: ¹De acordo com a nova delimitação geográfica decorrente da reforma administrativa de 2012.

Figura 2.2: Tipologia de crescimento no concelho de Oeiras por freguesias ou uniões de freguesia, 1991-2011



Fonte: Construção própria.

De acordo com a reorganização territorial que deu origem à nova delimitação geográfica verificam-se ganhos na análise do crescimento, isto é, constata-se uma redução da proporção de casos com evoluções negativas de crescimento. Assim, crescimentos em sentido contrário em freguesias anteriormente existentes, equilibram-se com a nova divisão territorial, possibilitando balanços positivos ou tendencialmente positivos. Há apenas uma exceção, que diz respeito à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias que, tendo tido um crescimento positivo no primeiro período intercensitário, registou uma inversão nesse crescimento, situando-se

em -0,3% de crescimento total entre 2001 e 2011. Três das novas cinco freguesias apresentam um crescimento permanente ou consolidado o que, no conjunto, é um resultado muito positivo. E quatro das cinco freguesias apresentam um crescimento populacional positivo no último período intercensitário.

Estes resultados são um indicador claro da atratividade do concelho que, em mais de metade das freguesias apresenta uma taxa média de crescimento nos 20 anos dos períodos analisados acima dos 15%. No caso de Barcarena, essa taxa é superior a 23% (23,2%).

Ora, o crescimento populacional potencia, em princípio, o rejuvenescimento da estrutura etária das populações, o que, por sua vez, será determinante nas dinâmicas populacionais, nomeadamente, no incremento da fecundidade. Veremos mais à frente como têm evoluído os fenómenos demográficos, como a fecundidade, em Oeiras e respetivas freguesias.

Passaremos a considerar, na análise, as unidades mais agregadas, no sentido de obedecer à atual configuração geográfica decorrente da reforma administrativa de 2012.

2.2: Densidade Populacional

Considerando a concentração desigual da população no concelho de Oeiras, atendendo quer ao volume populacional, quer à área das diferentes freguesias, introduzimos na análise os valores da densidade populacional. Assim, os resultados para a densidade populacional dão conta de que as freguesias da coroa litoral do concelho concentravam, em 2011, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional. As três freguesias que apresentavam o maior número de habitantes por km² eram, então, a partir de dados do Censo de 2011, a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Carnaxide e Queixas que, não estando no litoral, é uma das que faz fronteira com o concelho de Lisboa e com o da Amadora.

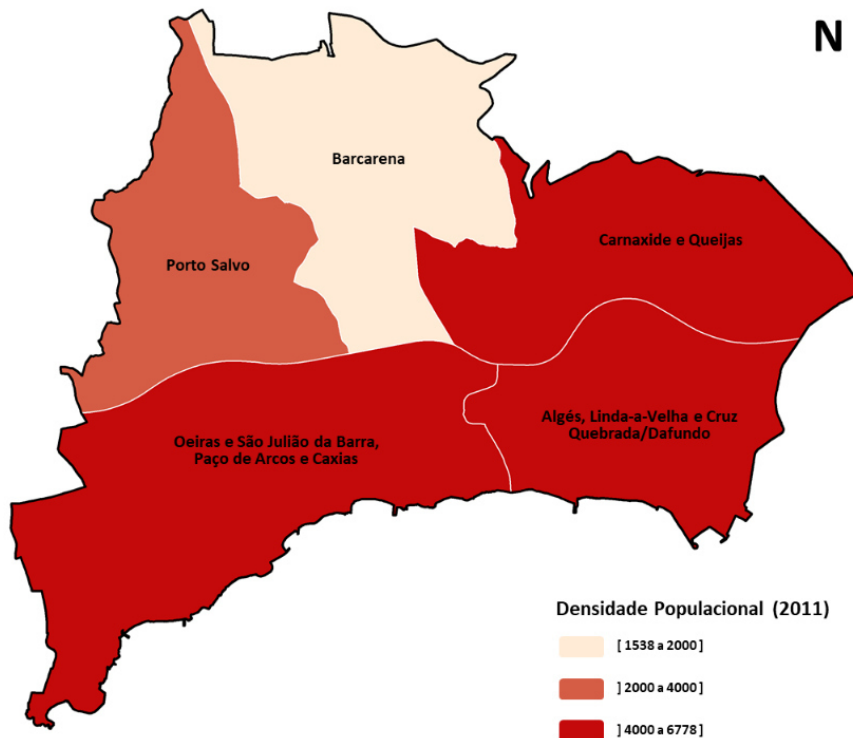
Tabela 2.9: Densidade populacional (N.º/ km²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Pop.	Área	Dens. Pop.
Barcarena	13 861	9,01	1 538,4
Porto Salvo	15 157	7,35	2 062,2
U.F. Carnaxide e Queijas	36 288	8,81	4 119,0
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	13,53	4 297,8
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	7,18	6 777,9
Total Oeiras	172 120	45,88	3 751,5

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de freguesias de Oeiras, área (em km²); Cálculos próprios.

Nota: Considera-se a delimitação geográfica das freguesias de acordo com a CAOP2013.

Figura 2.3: Densidade populacional (N.º/ km²) por freguesia do concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

2.3: Estrutura Demográfica da População Residente

De acordo com as tendências de crescimento e a diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias,¹² o índice de envelhecimento¹³ e as proporções etárias¹⁴ de Oeiras e das freguesias em análise, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações, no momento censitário mais recente.

¹² As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

¹³ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-19 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-19)*100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 19 anos, atendendo ao propósito deste estudo, que se centra na população escolar, e ao facto de a escolaridade obrigatória se estender, atualmente, a 12 anos. No caso de se considerar o grupo dos jovens até aos 14 anos, os valores do índice de envelhecimento seriam, claramente, mais elevados (no caso do município de Oeiras, seria de 124,14%).

¹⁴ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

Figura 2.4: Pirâmide etária (%) Concelho Oeiras, 2011

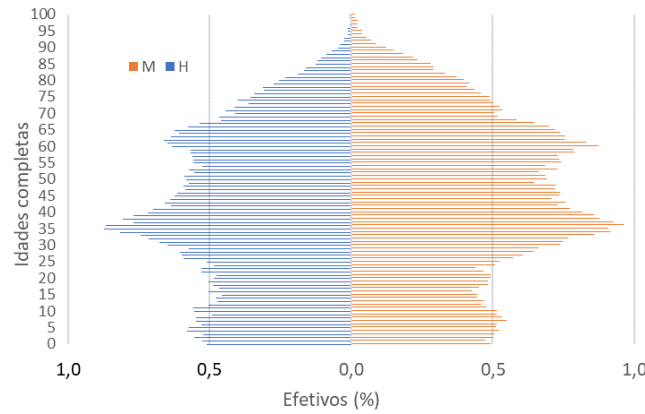


Figura 2.5: Pirâmide etária (%) UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011

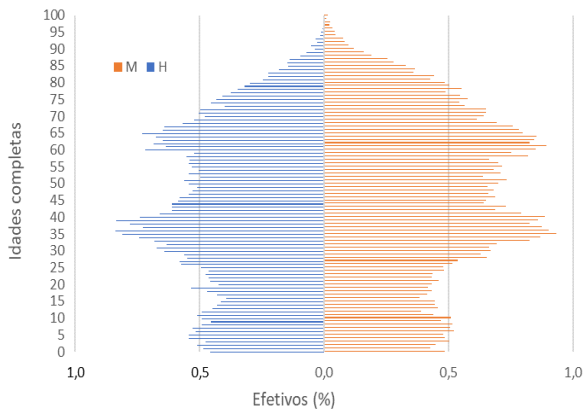


Figura 2.7: Pirâmide etária (%), UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011

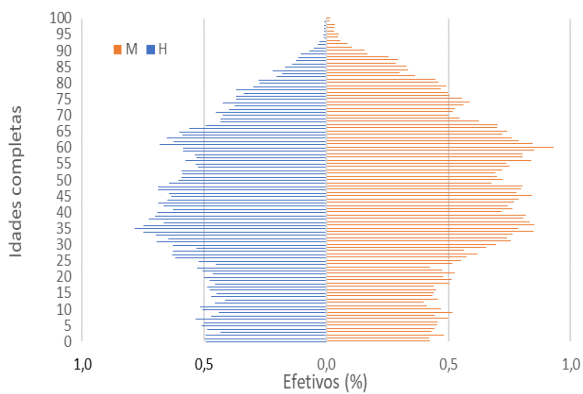


Figura 2.6: Pirâmide etária (%), UF Carnaxide e Queijas, 2011

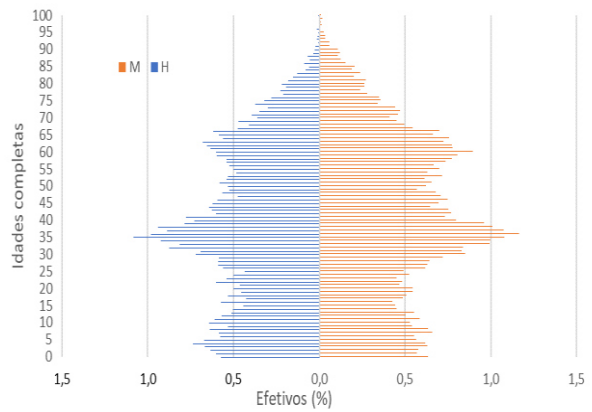


Figura 2.8: Pirâmide etária (%) Freguesia Barcarena, 2011

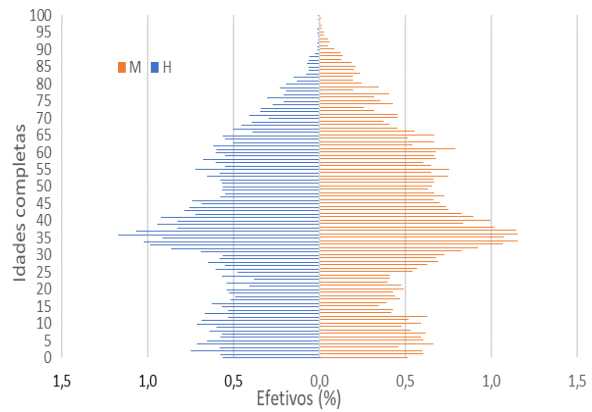


Figura 2.9: Pirâmide etária (%) Freguesia Porto Salvo, 2011

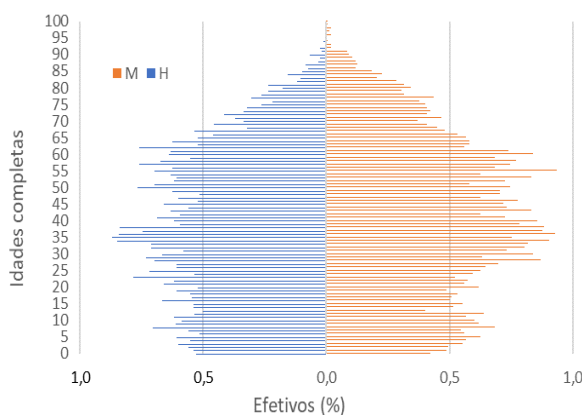


Tabela 2.10: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesia ou uniões de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Total	Jovens (0-19)	Adultos (20-64)	Idosos (65 e +)
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	9 141	28 575	10 949
U.F. Carnaxide e Queijas	36 288	8 162	22 517	5 609
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	10 857	35 184	12 108
Barcarena	13 861	3 109	8 765	1 987
Porto Salvo	15 157	3 390	9 451	2 316
Oeiras Total	172 120	34 659	104 492	32 969

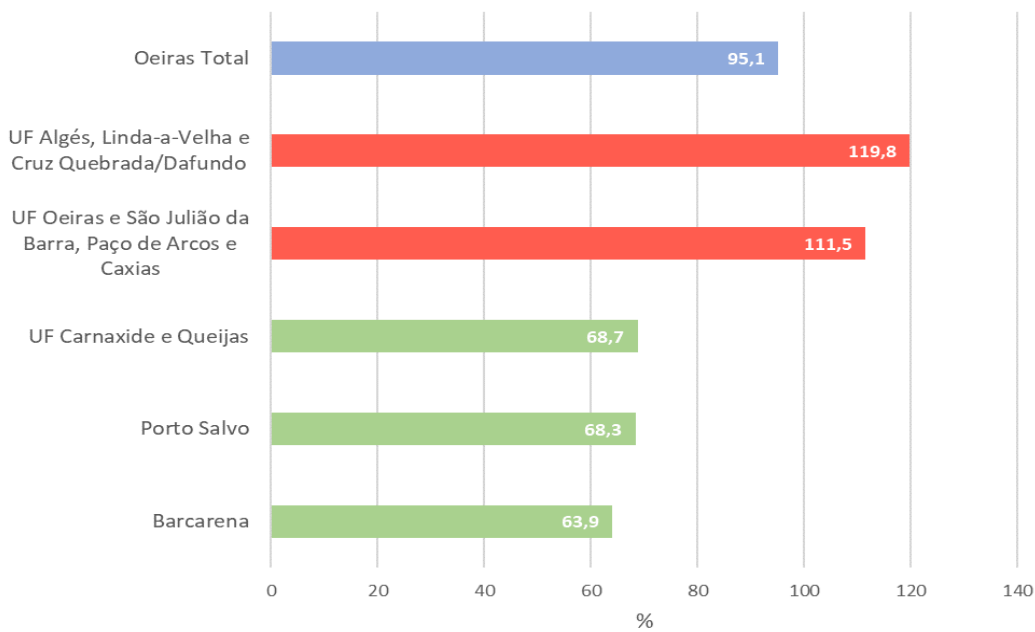
Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Tabela 2.11: Índice de Envelhecimento e Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	Índice Envelhecimento	Proporção Jovens (0-19)	Proporção Adultos (20-64)	Proporção Idosos (65 e +)
Barcarena	63,9	22,4	63,2	14,3
Porto Salvo	68,3	22,4	62,4	15,3
UF Carnaxide e Queijas	68,7	22,5	62,1	15,5
UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	111,5	18,7	60,5	20,8
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	119,8	18,8	58,7	22,5
Oeiras Total	95,1	20,1	60,7	19,2

Fonte: INE, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

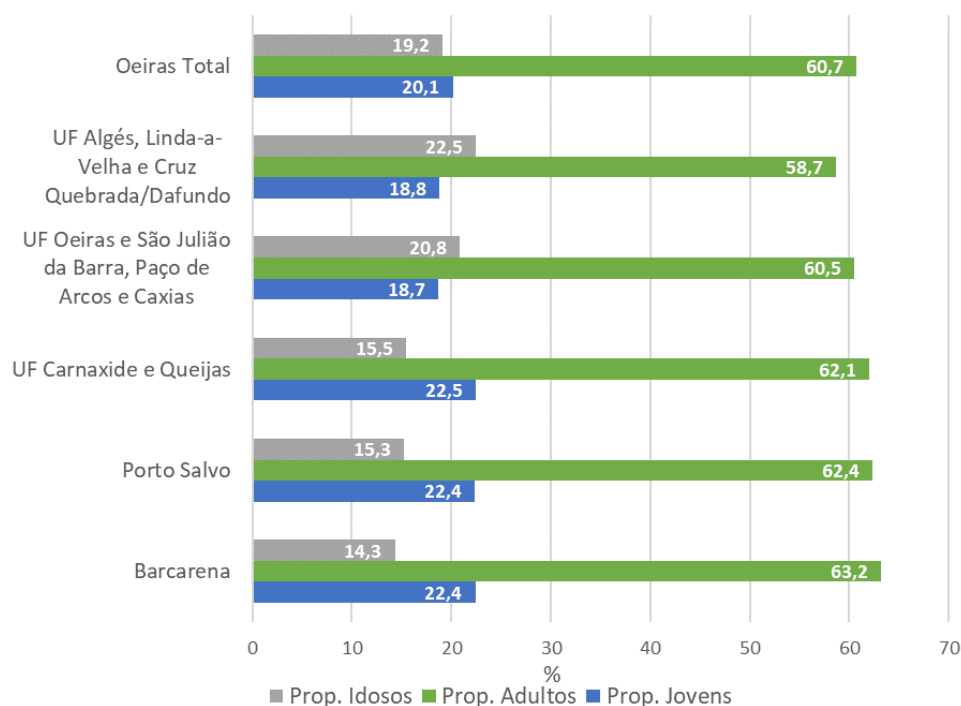
Figura 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

A análise das pirâmides etárias, do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dão conta de um perfil diferenciado de estruturas populacionais entre as freguesias da coroa litoral do concelho e da coroa interior. As duas freguesias do litoral – UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – apresentavam, em 2011, um maior número de idosos do que de jovens, com um índice de envelhecimento superior a 100. As freguesias de Barcarena, Porto Salvo e UF Carnaxide e Queijas, evidenciavam estruturas populacionais mais jovens, com resultados para o índice de envelhecimento inferiores a 70% (isto é, claramente com mais jovens do que idosos). Estes são resultados muito positivos, contribuindo para um índice de envelhecimento, no concelho, favorável aos jovens, de 95,1%.

Figura 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesia ou união de freguesia e total Concelho de Oeiras, 2011



Fonte: Construção própria.

A estrutura populacional das três freguesias com menor índice de envelhecimento revela também proporções mais elevadas de população em idade adulta (dos 20 aos 64 anos). É de notar, inclusivamente, que os grupos etários com maior expressão são os que correspondem às idades em que, atualmente, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Há, assim, nestas freguesias, um potencial de incremento de fecundidade potenciado pelas respetivas estruturas populacionais.

Com efeito, a estrutura populacional tende a condicionar os resultados na fecundidade das populações, no que diz respeito à distribuição da população pelos diferentes grupos etários. Mas, em termos demográficos, existe outro fator a ter em conta, que diz respeito à repartição da população masculina e feminina por cada grupo etário. Atendendo a que, em algumas freguesias, as pirâmides etárias denunciam a existência de algum desequilíbrio entre homens e mulheres, em alguns grupos etários (fator que pode, como referido, condicionar os resultados da fecundidade no curto e médio prazo), vejamos os resultados das relações de masculinidade para as idades férteis (15-50 anos exatos), lembrando que, quanto mais próximo o resultado estiver de 100, maior o equilíbrio entre os efetivos populacionais masculino e feminino (se for superior a 100 é favorável aos homens e se for inferior é favorável às mulheres).

Figura 2.12: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Concelho Oeiras, 2011

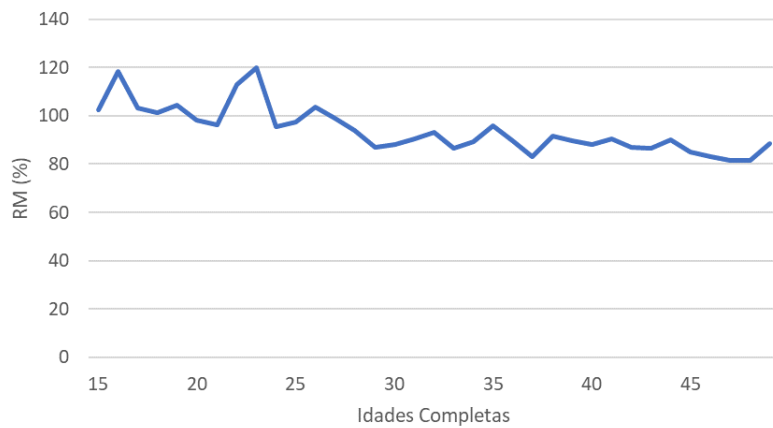


Figura 2.13: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, 2011

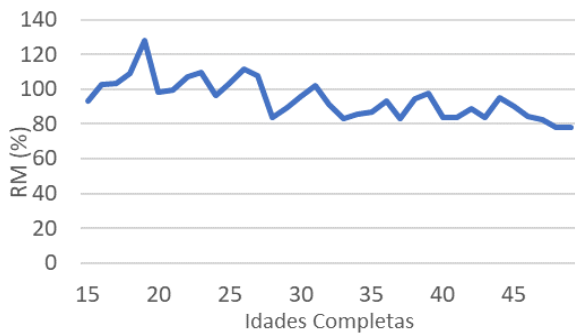


Figura 2.14: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), UF Carnaxide e Queijas, 2011

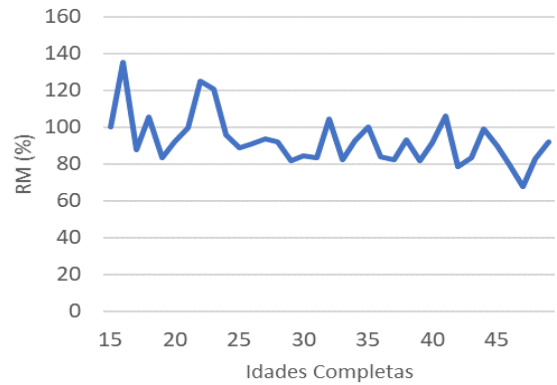


Figura 2.15: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, 2011

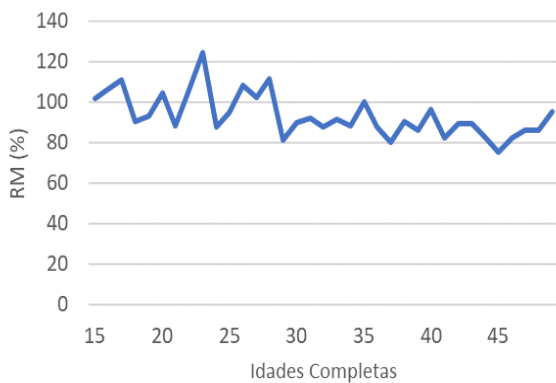


Figura 2.16: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Barcarena, 2011

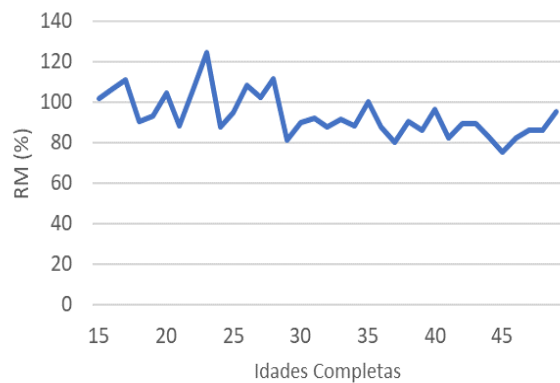
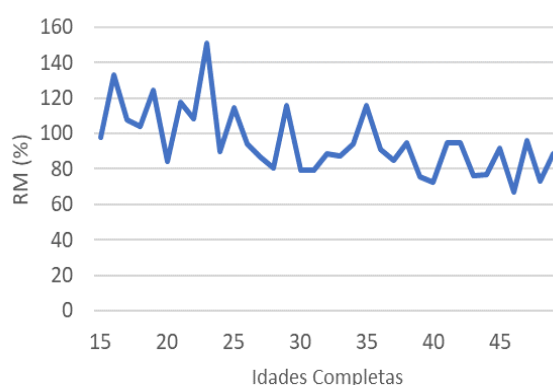


Figura 2.17: Relação de masculinidade (%), 15-49 (ano a ano), Freguesia Porto Salvo, 2011



Dos cálculos efetuados, verifica-se que, tendencialmente, nas idades mais jovens a relação de masculinidade é favorável aos homens, com valores superiores a 100, e que, com o avançar da idade, os resultados se situam mais próximos de 100, com menos oscilações, chegando, no final do grupos etários definidos para o intervalo fértil a valores inferiores a 100, isto é, com mais mulheres do que homens. Como seria de esperar, a UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo a mais populosa, é a que regista uma menor oscilação nos valores, ao logo dos grupos etários. Este indicador (relação de masculinidade), como referido atrás, é expresso em percentagem, viabilizando, por isso, comparações entre freguesias. Mas interessa saber, também, o potencial absoluto da população que protagoniza dinâmicas de movimento, como as da fecundidade. Nesse sentido, interessará analisar os totais absolutos das populações e ver se as freguesias mais populosas são as menos envelhecidas e como têm evoluído.

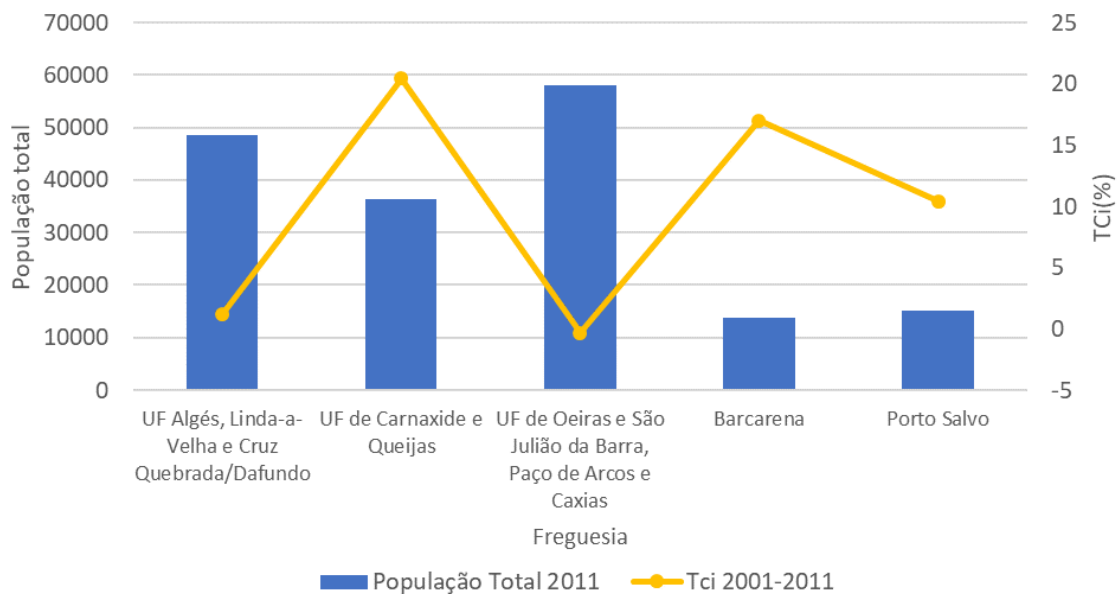
Introduzimos, por isso, um quadro com o total da população, por freguesia, em 2011, e as taxas de crescimento total referentes ao último período intercensitário.

Tabela 2.12: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia

Freguesia	População Total 2011	Tci 2001-2011
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	1,2
UF de Carnaxide e Queijas	36 288	20,5
UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 149	-0,3
Barcarena	13 861	17,0
Porto Salvo	15 157	10,4
Oeiras Total	172 120	6,2

Fonte: INE - XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Figura 2.18: População total em 2011 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2001-2011, por freguesia ou união de freguesia, concelho de Oeiras



A análise dessa informação indica que as freguesias com mais população em 2011 são as que registam um menor crescimento populacional entre 2001 e 2011. Com efeito, o maior crescimento concentra-se nas freguesias menos populosas, que contribuem, ainda assim, de forma evidente, para um crescimento positivo e permanente do concelho.

Esse crescimento populacional potencia o rejuvenescimento da estrutura etária das populações, o que, por sua vez, será determinante nas dinâmicas populacionais, nomeadamente, no incremento da fecundidade e na composição da população em termos familiares.

2.4: Famílias e Alojamentos

Considerando os dados relativos ao número de famílias e à dimensão familiar no contexto nacional e regional (NUTS II, versão 2013), verifica-se que o número de famílias cresceu no último período intercensitário, mas a dimensão média das famílias diminuiu em todos os concelhos da AML, em linha com o verificado no país. Lisboa é o concelho da AML em que o crescimento do número de famílias é mais reduzido (4,03%), verificando-se um maior crescimento do número de famílias nos concelhos de Alcochete, Mafra, Montijo e Sesimbra, precisamente quatro dos concelhos da AML que registaram um maior crescimento populacional, como observado atrás. Estes resultados decorrerão da fixação de novas famílias em concelhos da AML mais distantes da capital e mais acessíveis financeiramente.

O concelho de Oeiras revela, também, capacidade de atração e fixação de novas famílias, tendo apresentado, no período intercensitário de 2001 a 2011 um crescimento de 16% no número de famílias.

Quanto à dimensão média das famílias, de uma forma generalizada, os resultados apontam para uma diminuição generalizada do número médio de pessoas por família na AML. Em todos os concelhos da região se regista uma diminuição da dimensão média das famílias, posicionando-se quase todos abaixo da média nacional, em ambos os anos, à exceção de 3 concelhos mais periféricos, a Norte, Sul e Oeste Litoral de Lisboa (Mafra, Palmela e Sintra, respetivamente), o que coincide com ganhos populacionais no período intercensitário.

Em Oeiras, o indicador não apresenta uma grande variação, entre 2001 e 2011, mas regista-se, ainda assim, uma redução de 2,63 para 2,4 indivíduos por família.

Tabela 2.13: População residente, Famílias, Dimensão média das famílias e Taxa de Variação (%), 2001 e 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região/ Concelho	Ano 2001			Ano 2011			Tx. Var. (%) Famílias	Tx. Var. (%) Dimensão Méd. Famílias
	População	Famílias	Dimensão média famílias	População	Famílias	Dimensão média famílias		
Portugal	10 356 117	3 650 757	2,84	10 562 178	4 043 726	2,61	10,76	-7,9
AML	2 661 850	1 005 671	2,65	2 821 876	1 147 775	2,46	14,13	-7,1
Alcochete	1 010	4 893	2,66	17 569	6 794	2,59	38,85	-2,7
Almada	160 825	60 920	2,64	174 030	71 901	2,42	18,03	-8,3
Amadora	175 872	67 235	2,62	175 136	73 433	2,38	9,22	-8,8
Barreiro	79 012	29 970	2,64	78 764	33 174	2,37	10,69	-9,9
Cascais	170 683	62 866	2,72	206 479	82 093	2,52	30,58	-7,4
Lisboa	564 657	234 451	2,41	547 733	243 892	2,25	4,03	-6,8
Loures	199 059	70 949	2,81	205 054	80 464	2,55	13,41	-9,2
Mafra	54 358	20 012	2,72	76 685	28 887	2,65	44,35	-2,3
Moita	67 449	23 907	2,82	66 029	26 137	2,53	9,33	-10,5
Montijo	39 168	14 819	2,64	51 222	20 576	2,49	38,85	-5,8
Odivelas	133 847	48 853	2,74	144 549	57 744	2,50	18,20	-8,6
Oeiras	162 128	61 717	2,63	172 120	71 584	2,40	15,99	-8,5
Palmela	53 353	18 959	2,81	62 831	23 677	2,65	24,89	-5,7
Seixal	150 271	53 477	2,81	158 269	62 261	2,54	16,43	-9,5
Sesimbra	37 567	13 296	2,83	49 500	19 274	2,57	44,96	-9,1
Setúbal	113 934	42 772	2,66	121 185	48 328	2,51	12,99	-5,9
Sintra	363 749	131 986	2,76	377 835	144 160	2,62	9,22	-4,9
V.F. Xira	122 908	44 589	2,76	136 886	53 396	2,56	19,75	-7,0

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

No interior do concelho de Oeiras, em todas as freguesias houve um aumento do número de famílias entre 2001 e 2011. O aumento foi mais acentuado nas freguesias que se encontram nas categorias de crescimento permanente ou consolidado (da tipologia de crescimento), isto é, com um crescimento populacional reforçado ou permanente ao longo de duas décadas (dois períodos intercensitários: 1991-2001 e 2001-2011). Isto significa que o crescimento populacional é acompanhado do aumento do número de famílias. A freguesia com uma taxa de variação mais elevada no número de famílias é a UF Carnaxide e Queijas, com um crescimento de 33,31%.

Quanto à variação da dimensão média das famílias, os resultados acompanham, de forma generalizada, a tendência do concelho, com uma diminuição dessa dimensão entre 2001 e 2011. Daqui decorre que as freguesias onde se registava, em 2001, um maior número de indivíduos por família, em média, eram as mesmas com os valores mais altos em 2011. Falamos da UF Carnaxide e Queijas, Barcarena e Porto Salvo, com uma dimensão média perto dos 3 indivíduos por família em 2001 e mais perto de 2,5 em 2011. Porto Salvo é sempre a freguesia com um maior número de indivíduos por família em média. As três freguesias com maior crescimento populacional e com maior número médio de pessoas por família, são as que, nos dois momentos censitários, apresentavam uma proporção mais elevada de famílias com indivíduos menores de 15 anos¹⁵ (com valores iguais ou superiores a 30%).

Tabela 2.14: Famílias, Famílias com filhos menores de 15 anos (2011) e Dimensão média das famílias, por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011

Freguesias	Ano 2001			Ano 2011			Tx. Var. (%) Famílias	Tx. Var. (%) Dimensão Méd. Famílias	Famílias com menores de 15 anos 2011	Proporção (%) Fam. com menores 15 anos 2011
	Pop.	Famílias	Dimensão média famílias	Pop.	Famílias	Dimensão média famílias				
U.F._A_LV_CQ/D	48 085	19 345	2,49	48 665	21 119	2,30	9,17	-7,3	4.691	22,2
U.F._C_Q	30 125	10 636	2,83	36 288	14 179	2,56	33,31	-9,6	4.259	30,0
U.F._OSBJ_PA_C	58 347	22 862	2,55	58 149	25 196	2,31	10,21	-9,6	5.453	21,6
Barcarena	11 847	4 234	2,80	13 861	5 415	2,56	27,89	-8,5	1.678	31,0
Porto Salvo	13 724	4 640	2,96	15 157	5 675	2,67	22,31	-9,7	1.703	30,0
Total Oeiras	162 128	61 717	2,63	172 120	71 584	2,40	15,99	-8,5	17.784	24,8

Fonte: - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

É de realçar que, em todas as freguesias, a proporção de famílias com menores de 15 anos se situava, em 2011, acima dos 20%.

¹⁵ O critério etário (menores até aos 15 anos) aqui considerado é definido pelo INE, na publicação de informação censitária, não sendo possível considerar para este indicador, os jovens até aos 19 anos, como apresentado atrás.

Figura 2.19: Dimensão média das famílias, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011

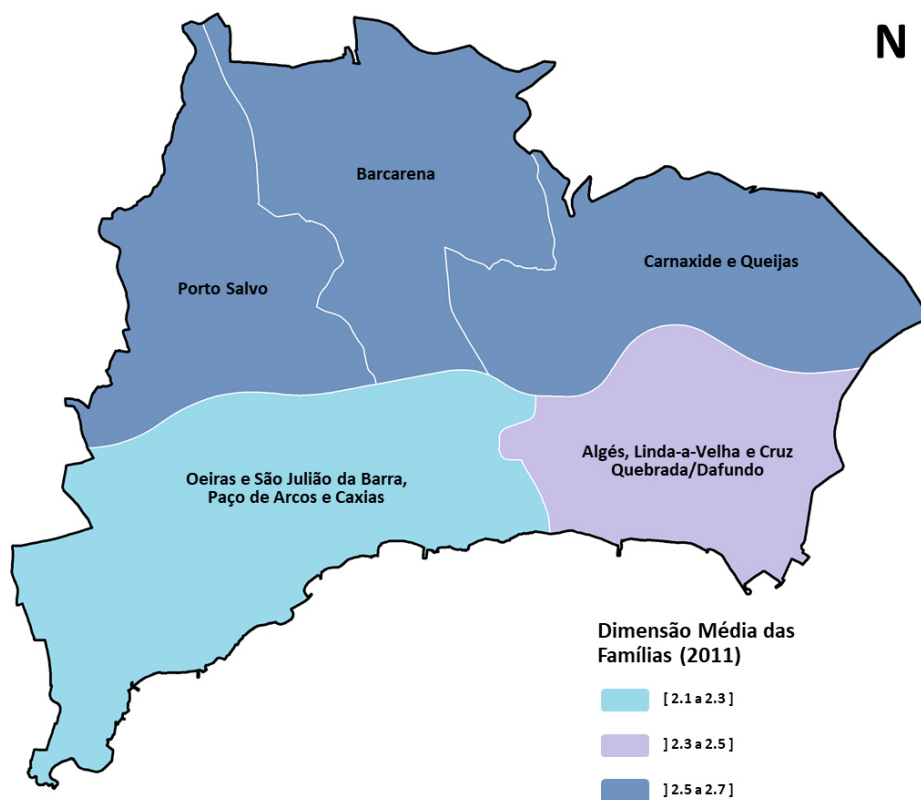
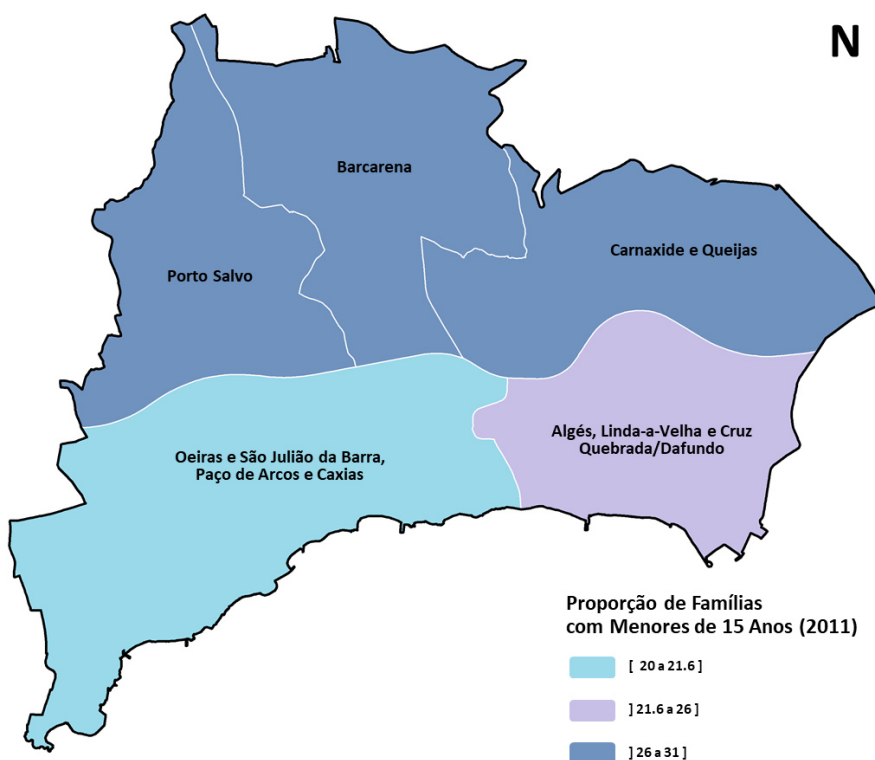


Figura 2.20: Proporção de famílias com menores de 15 anos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2011



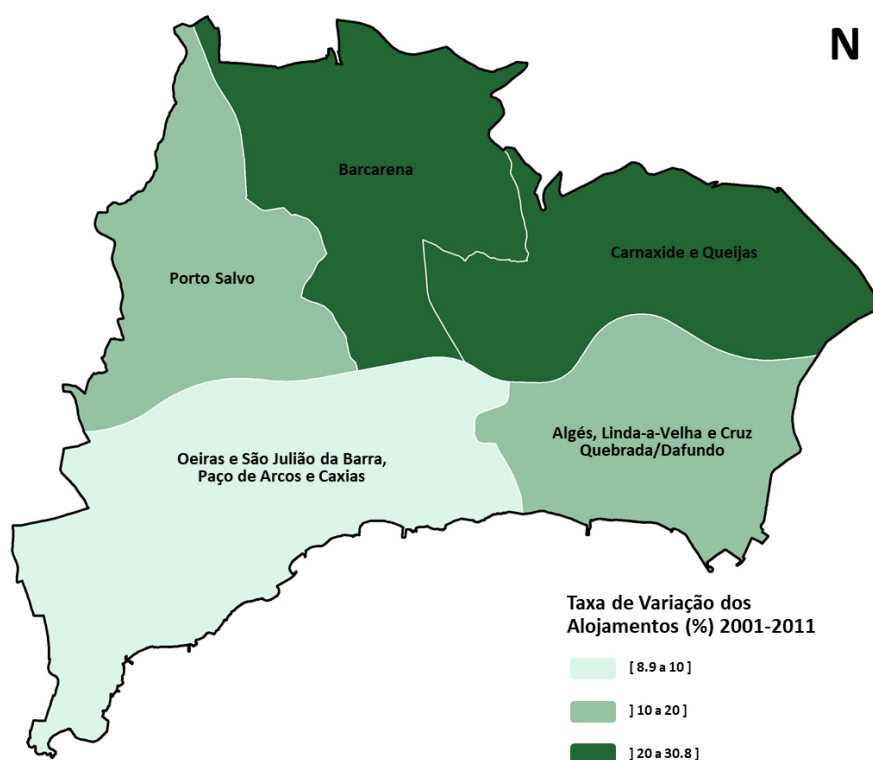
No que concerne ao número de alojamentos familiares clássicos¹⁶, este cresceu, de forma generalizada, no concelho de Oeiras e no conjunto das freguesias, mas o ritmo de crescimento variou entre as diferentes freguesias.

Tabela 2.15: Alojamentos familiares clássicos e Taxa de variação (%), por freguesias do concelho de Oeiras, 2001 e 2011

Freguesia	2001	2011	Tx. Var. (%) Alojamentos
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	23 102	25 452	10,17
U.F. Carnaxide e Queijas	12 528	16 394	30,86
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	28 615	31 166	8,91
Barcarena	5 121	6 392	24,82
Porto Salvo	5 755	6 611	14,87
Total Oeiras	75 121	86 015	14,50

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

Figura 2.21: Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011



A freguesia de Barcarena (24,82%) e, sobretudo, a UF de Carnaxide e Queijas (30,86%) registam os valores mais elevados da taxa de variação do número de alojamentos, entre 2001 e 2011, o que

¹⁶ Os alojamentos familiares clássicos excluem os alojamentos coletivos e outros alojamentos familiares como barracas e casas rudimentares de madeira, móveis, improvisados e outros.

acompanha os resultados anteriormente descritos, em relação ao crescimento do número de famílias. Em todas as outras freguesias, o número de alojamentos cresceu, sendo que Porto Salvo se apresenta como a terceira freguesia com uma taxa de variação mais elevada. As duas freguesias da coroa litoral do concelho apresentam taxas de crescimento próximas de 10%, no número de alojamentos, o que é um indicador bastante positivo relativamente ao crescimento do edificado, atendendo ao facto de serem freguesias com um número de alojamentos consideravelmente mais elevado, à partida, face ao das restantes freguesias.

2.5: Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Introduzindo, agora, indicadores relativos à dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória.

No balanço do movimento natural, migratório e total, verificou-se, em todas as freguesias, ao longo do último período intercensitário, um crescimento natural positivo. Já o movimento migratório só se apresentou positivo no caso das três freguesias da coroa interior do concelho, que se inseriam na categoria de crescimento permanente ou consolidado, na tipologia de crescimento inicialmente definida.

Tabela 2.16: População residente em 2001 e 2011, total de nados-vivos e óbitos 2001-2010 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2001-2011, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento, por freguesia, concelho de Oeiras

Freguesia	Pop.2001	Pop.2011	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat.(%)	TBMort.(%)	TCN ¹ (%)	TBM ¹ (%)	TCT ¹ (%)	Tip. Cresc. ²
U.F._A_LV_CQ/D	48 085	48 665	4 976	4 291	685	-105	10,29	8,9	1,42	-0,22	1,2	2
U.F._C_Q	30 125	36 288	4 446	2 373	2.073	4090	13,39	7,1	6,24	12,32	18,6	3
U.F._OSBJ_PA_C	58 347	58 149	6 792	5 304	1.488	-1686	11,66	9,1	2,55	-2,89	-0,3	1
Barcarena	11 847	13 861	1 581	832	749	1265	12,30	6,5	5,83	9,84	15,7	3
Porto Salvo	13 724	15 157	1 890	1 068	822	611	13,09	7,4	5,69	4,23	9,9	3
Total Oeiras	162 128	172 120	19 685	13 868	5.817	4175	11,78	8,3	3,48	2,50	6,0	3

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 2001-2010; INE, XVI e XV Recenseamentos Gerais da População.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;

U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Notas: ¹TCN - Taxa de Crescimento Natural, TBM - Taxa da Balança Migratória, TCT - Taxa de Crescimento Total

²Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Inversão para tendência positiva; 3 - Crescimento permanente/consolidado.

Com efeito, o crescimento migratório assumiu valores mais elevados e contrastantes do que o crescimento natural, no período intercensitário, contribuindo mais para o crescimento ou decréscimo populacional, na maioria das freguesias, do que a dinâmica natural.

Da combinação dos saldos natural e migratório resulta o crescimento total, que se revelou positivo nas freguesias em que as duas parcelas do crescimento (natural e migratório) apresentam valores positivos, isto é, as três do interior do concelho. As freguesias de Carnaxide e Queijas, Barcarena e Porto Salvo ganharam, assim, população por via do duplo crescimento - natural e migratório.

Já o crescimento total positivo da UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo é tributário do crescimento natural positivo que compensa as perdas migratórias. No caso da UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias o valor do saldo natural positivo não permite compensar o crescimento migratório negativo, resultando o balanço global num crescimento negativo, entre 2001 e 2011, embora próximo de zero, como já referido.

Figura 2.22: Taxa de crescimento total, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011

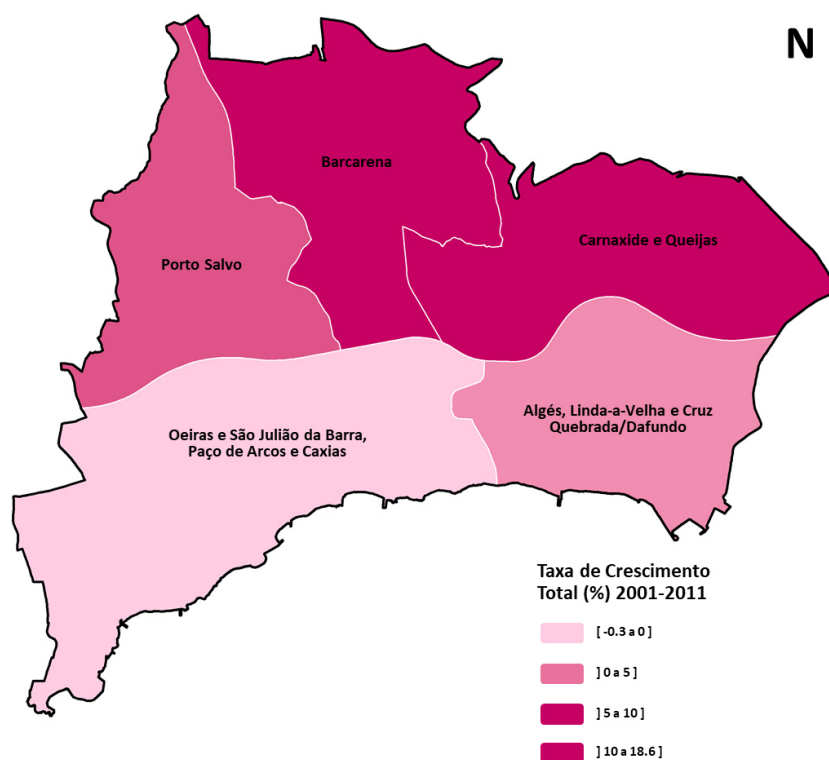


Figura 2.23: Taxa de Crescimento Natural, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011

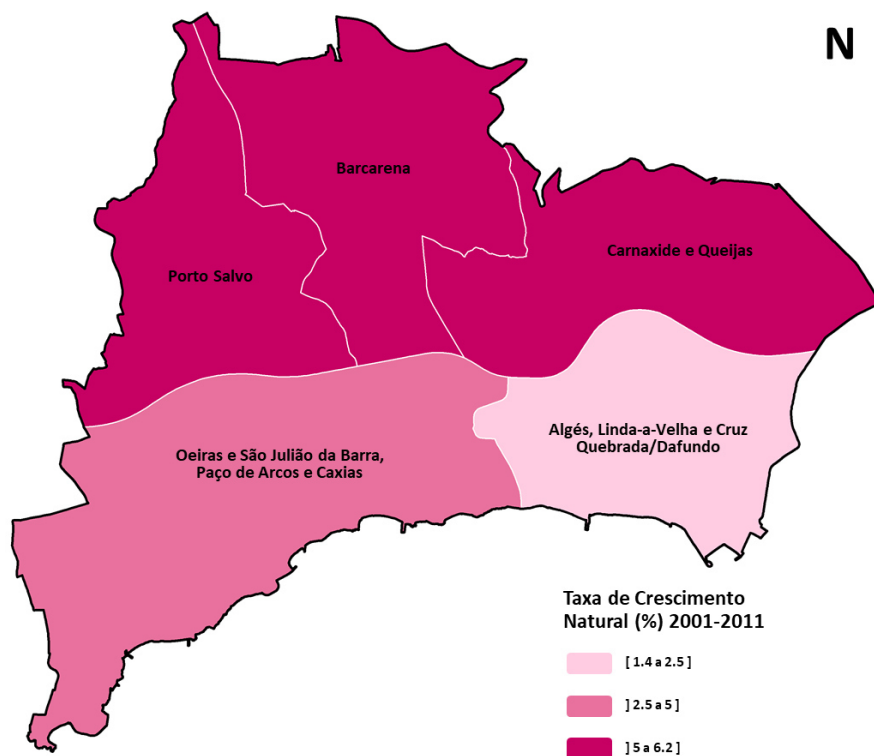
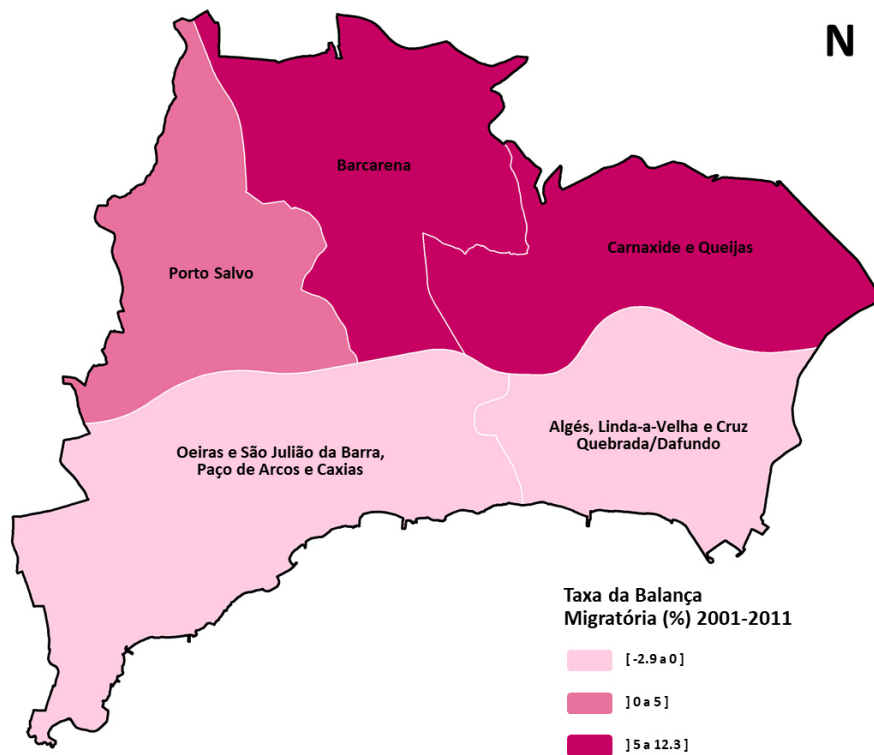


Figura 2.24: Taxa da Balança Migratória, por freguesias, Concelho de Oeiras, 2001-2011



2.5.1: Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade – AML, Oeiras e Freguesias

Se até aqui a análise se centrou na evolução da população até 2011, ano do último censo, importa agora considerar de que forma terá evoluído e continuará a evoluir a população do concelho de Oeiras desde o último momento censitário. Interessa perceber, ainda, como terá evoluído o crescimento populacional, nomeadamente na componente natural, essencial para identificar a futura população escolar¹⁷. E ainda compreender como terá evoluído a fecundidade, considerando as tendências até aqui reveladas.

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para essa análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁸. No sentido de situarmos os resultados de Oeiras no contexto metropolitano e nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador, apresentamos, em primeiro lugar, resultados para o país, para a AML e para os diferentes concelhos que a compõem.

Tabela 2.17: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e concelhos, 2001, 2009-2018

Região\ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,3	1,36	1,37	1,41
AML	1,56	1,57	1,63	1,57	1,51	1,44	1,5	1,56	1,63	1,67	1,72
Alcochete	1,4	1,58	1,72	1,51	1,31	1,35	1,38	1,16	1,26	1,41	1,24
Almada	1,65	1,51	1,59	1,51	1,49	1,39	1,49	1,54	1,68	1,57	1,67
Amadora	1,6	1,54	1,68	1,6	1,57	1,54	1,59	1,64	1,68	1,73	1,8
Barreiro	1,32	1,4	1,52	1,5	1,51	1,31	1,29	1,52	1,42	1,61	1,58
Cascais	1,68	1,61	1,57	1,55	1,46	1,37	1,42	1,49	1,46	1,5	1,51
Lisboa	1,53	1,75	1,78	1,67	1,65	1,71	1,83	2,03	2,2	2,25	2,28
Loures	1,52	1,47	1,66	1,69	1,52	1,5	1,58	1,56	1,64	1,67	1,69
Mafra	1,53	1,53	1,65	1,49	1,3	1,16	1,27	1,25	1,23	1,22	1,33
Moita	1,48	1,63	1,61	1,77	1,62	1,47	1,5	1,39	1,43	1,56	1,69
Montijo	1,53	1,48	1,58	1,6	1,49	1,25	1,31	1,4	1,44	1,46	1,41
Odivelas	1,44	1,38	1,59	1,6	1,59	1,47	1,55	1,59	1,69	1,76	1,73
Oeiras	1,55	1,54	1,55	1,46	1,54	1,39	1,46	1,51	1,56	1,5	1,59
Palmela	1,5	1,4	1,53	1,41	1,47	1,18	1,27	1,3	1,36	1,27	1,32
Seixal	1,54	1,48	1,66	1,5	1,44	1,38	1,33	1,37	1,39	1,52	1,59
Sesimbra	1,57	1,47	1,61	1,47	1,38	1,24	1,34	1,23	1,34	1,49	1,38
Setúbal	1,62	1,63	1,63	1,55	1,41	1,36	1,46	1,47	1,6	1,62	1,67
Sintra	1,61	1,66	1,62	1,56	1,51	1,4	1,42	1,48	1,55	1,65	1,76
V.F. Xira	1,53	1,42	1,54	1,49	1,34	1,26	1,34	1,36	1,45	1,39	1,51

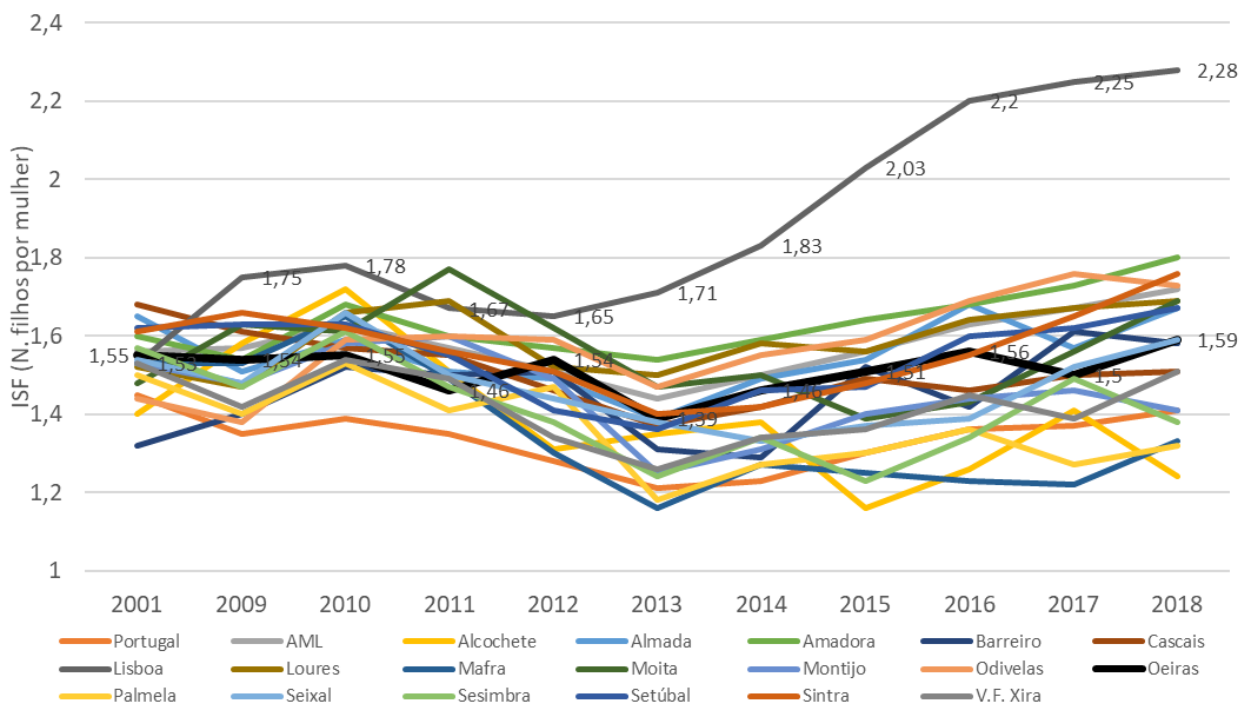
Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: INE - Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2018.

Nota: Quebra de série nos concelhos de Lisboa e Loures, em 2013 e 2014, devido à reforma da divisão administrativa das freguesias, de 2012.

¹⁷ Para a análise da componente migratória do crescimento da população, importa considerar dados sobre a urbanização do concelho, que implicará novos movimentos de entrada. Será o caso de migrações internas, isto é, entradas de população proveniente de outros concelhos do país.

¹⁸ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Figura 2.25: Índice sintético de fecundidade, Portugal, AML e respetivos concelhos, 2001, 2009-2018



Da análise desses valores, verifica-se que os municípios de Mafra, Alcochete, Sesimbra e Palmela são os que apresentam os menores valores para o ISF nos últimos anos do período em análise, sendo, em simultâneo, os concelhos que têm registado mais crescimento neste indicador. Tal pode decorrer do facto de estes serem dos concelhos mais atrativos em termos de população, o que começa a ter reflexos nos resultados da fecundidade.

Do conjunto de concelhos da AML, Lisboa é o que apresenta uma maior recuperação nos resultados do Índice Sintético de Fecundidade. Verifica-se, aliás, que, só no concelho de Lisboa, no último ano em análise, se alcança um valor de ISF superior a 2,1, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

O concelho de Oeiras apresentava, em 2018, um ISF de 1,59 filhos por mulher, o valor mais elevado de todo o período em análise no concelho, em resultado de uma recuperação e tendência de subida dos valores do indicador, a partir de 2014, à semelhança do que acontece na maioria dos concelhos da AML, cujos resultados se situam acima dos da média nacional.

Vejam, de seguida, a dinâmica da natalidade por freguesia.

Tabela 2.18: Nados-vivos por local de residência da mãe, concelho de Oeiras e freguesias, 1996-2018

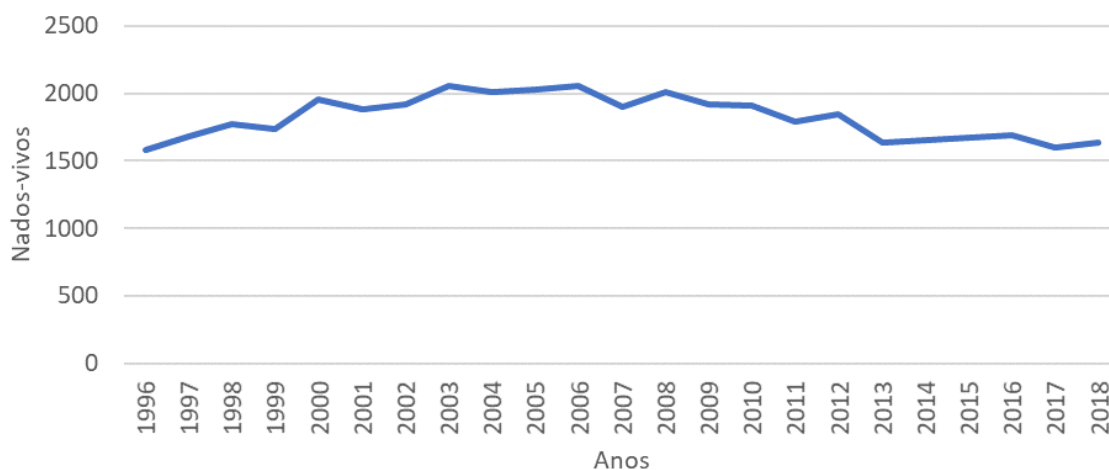
Freguesias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
U.F._A_LV_CQ/D	387	423	505	427	489	459	481	493	509	519	525	490	519	477	504	484	462	410	435	443	430	401	432
U.F._C_Q	322	352	354	340	350	353	394	434	426	430	517	452	503	467	470	438	465	420	375	410	397	345	384
U.F._OSBJ_PA_C	703	713	691	708	828	747	726	799	733	705	648	599	613	616	606	527	568	520	527	519	565	534	497
Barcarena	82	121	112	134	146	154	129	151	154	167	175	157	173	163	158	164	174	142	160	135	135	127	157
Porto Salvo	83	70	115	129	139	169	189	176	185	209	191	204	199	197	171	177	175	146	156	167	163	188	167
Total Oeiras	1577	1679	1777	1738	1952	1882	1919	2053	2007	2030	2056	1902	2007	1920	1909	1790	1844	1638	1653	1674	1690	1595	1637

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1996-2018.

Legenda: U.F._A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo; U.F._C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas;
U.F._OSBJ_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Ao longo do período de duas décadas, entre 1996 e 2016, verifica-se, na evolução dos nados-vivos, uma primeira fase de uma década, com tendência para a estabilização ou ligeiro crescimento do número de nados-vivos no concelho, até 2006, ano com o número de nados-vivos mais alto de todo o período em análise. Entre 2008 e 2013, inclusive, houve um decréscimo claro dos valores dos nados-vivos, seguido de uma ligeira recuperação a partir de 2014.

Figura 2.26: Nados-vivos no concelho de Oeiras, 1996-2018

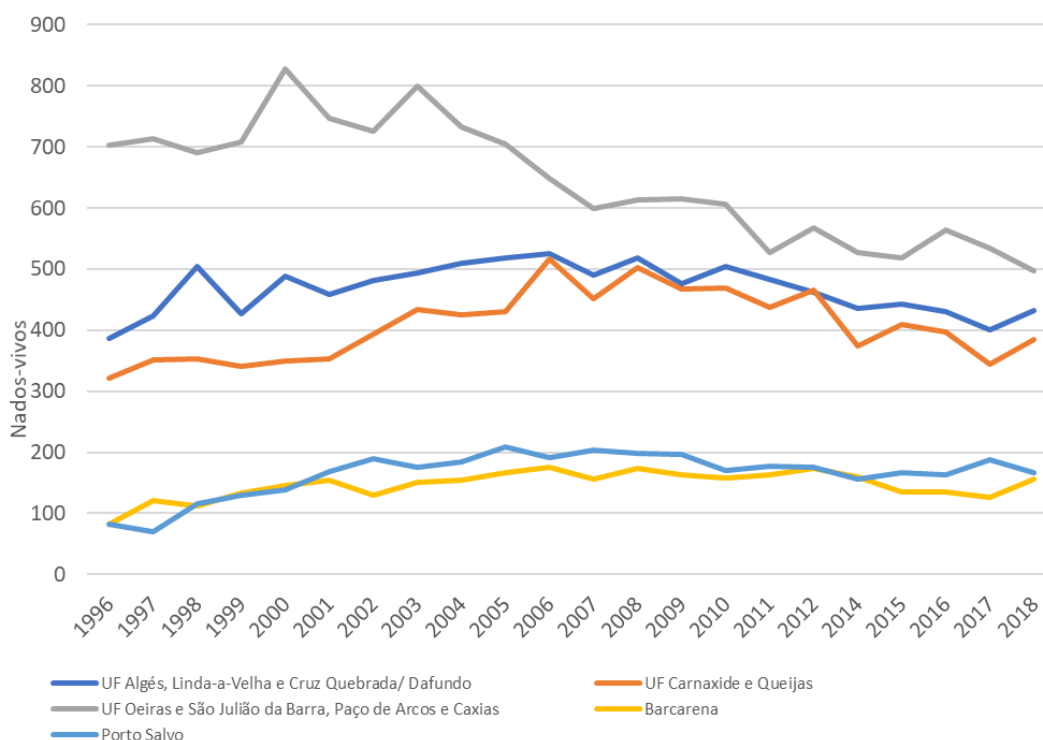


A distribuição dos nados-vivos pelas freguesias não é uniforme, o que resulta, por um lado, da própria dimensão das freguesias e, por outro, das dinâmicas que lhes estão associadas. Assim, considerando as freguesias no seu conjunto, verificamos que são a UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a UF de Carnaxide e Queijas que, por esta ordem, apresentam o maior número de nados-vivos, ao longo do período. As freguesias de Barcarena e de Porto Salvo são as que apresentam os valores mais reduzidos de nados-vivos.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional da freguesia em que ocorrem. Com efeito, as freguesias que apresentam os maiores quantitativos de nados-vivos ao longo do período são as mais populosas. Importa, assim, observar não tanto a grandeza dos valores em cada freguesia, face às restantes, mas, sobretudo, a tendência de evolução da curva dos acontecimentos de cada freguesia.

Nessa perspetiva, a UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias apresenta uma tendência de decréscimo no número de nados-vivos, ao longo de todo o período, de que ainda não recuperou. A UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a UF de Carnaxide e Queijas apresentam tendências próximas entre si, com um decréscimo no número de nados-vivos, na segunda metade do período em análise, de que só no último ano parecem estar a descolar, com uma inversão de tendência.

Figura 2.27: Nados-vivos por local de residência da mãe, Freguesias do Concelho de Oeiras, 1996-2018



As freguesias de Barcarena e Porto Salvo, que registam, no geral, um crescimento populacional permanente ou consolidado revelam, ao nível dos nados-vivos, uma maior estabilidade na evolução dos valores.

2.6: População estrangeira – AML, Concelho de Lisboa e Freguesias

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios na composição do concelho de Oeiras, analisaremos, de seguida, informação relativa à população estrangeira, com o respetivo enquadramento nacional e regional.

A fixação de população estrangeira assumia, em 2011, um maior peso em certos concelhos da AML (nomeadamente, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures), registando os restantes um valor abaixo do da média da AML, o que já se verificava em 2001.

Tabela 2.19: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Portugal, Área Metropolitana de Lisboa, total e concelhos

Região / Concelho	População		Proporção Pop. Nac. Estrangeira (%)
	Total	Nac. Estrangeira	
Portugal	10 562 178	395 049	3,74
AML	2 821 876	203 803	7,22
Alcochete	17 569	787	4,48
Almada	174 030	11 410	6,56
Amadora	175 136	18 900	10,79
Barreiro	78 764	3 438	4,36
Cascais	206 479	18 685	9,05
Lisboa	547 733	34 536	6,31
Loures	205 054	17 650	8,61
Mafra	76 685	3 987	5,20
Moita	66 029	3 285	4,98
Montijo	51 222	3 295	6,43
Odivelas	144 549	12 951	8,96
Oeiras	172 120	10 200	5,93
Palmela	62 831	2 210	3,52
Seixal	158 269	10 664	6,74
Sesimbra	49 500	2 231	4,51
Setúbal	121 185	6 789	5,60
Sintra	377 835	35 027	9,27
V.F.Xira	136 886	7 758	5,67

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Nota: Os dados referentes à população estrangeira incluem população com dupla nacionalidade estrangeira e apátridas

Considerando os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é possível ter uma noção da dinâmica dos fluxos imigratórios no concelho de Oeiras, pelo registo contínuo dos títulos de residência da população estrangeira.

Tabela 2.20: População estrangeira com estatuto legal de residente e Taxa de Crescimento, em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e nos concelhos de Lisboa e Oeiras, 2008-2018

Região	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ¹	2014 ¹	2015	2016	2017	2018	Tx.Cresc.(%) 2008-2018
Portugal	Total (n.)	436 020	451 742	443 055	434 708	414 610	398 268	390 113	383 759	392 969	416 682	477 472	-9,9
	Tx. Cresc. (%)		3,61	-1,92	-1,88	-4,62	-3,94	-2,05	-1,63	2,40	6,03	14,59	
AML	Total (n.)	224 089	230 334	221 353	217 779	211 217	205 309	203 650	198 217	197 199	206 048	240 963	-12,0
	Tx. Cresc. (%)		2,79	-3,90	-1,61	-3,01	-2,80	-0,81	-2,67	-0,51	4,49	16,95	
Concelho Lisboa	Total (n.)	42 396	43 777	43 142	44 128	44 367	44 972	48 225	49 780	53 470	62 424	78 614	26,1
	Tx. Cresc. (%)		3,26	-1,45	2,29	0,54	1,36	7,23	3,22	7,41	16,75	25,94	
Concelho Oeiras	Total (n.)	10 461	10 845	10 343	10 100	9 774	9 277	9 041	8 536	8 509	8 546	9 836	-18,7
	Tx. Cresc. (%)		3,67	-4,63	-2,35	-3,23	-5,08	-2,54	-5,59	-0,32	0,43	15,09	

Fonte: INE, SEF, Estatísticas Demográficas 2008-2016 (consulta em PORDATA, População, Migrações), formato do quadro adaptado de CML, IGOT, Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa 2015-2017, vol.II - Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa.

Nota: 'Inclui os estrangeiros com título de residência, ou seja, que possuem uma autorização de residência ou cartão de residente da UE.

Exclui os titulares de vistos de longa duração prorrogados, os vistos de longa duração concedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e os detentores de autorizações de permanência (nos anos em que tal figura legal vigorou).¹ (PORDATA, População, Migrações, Metainformação).

¹Quebra de série para o concelho de Lisboa, no seguimento da reforma administrativa de 2012 e consequente alteração da delimitação geográfica do concelho, o que implica uma leitura cautelosa do resultado das taxas de crescimento a partir de 2014 e para todo o período, para o concelho de Lisboa.

Os resultados obtidos para Lisboa (que usamos aqui como concelho de referência, pelo facto de poder concentrar um maior número de novos registos, mesmo que com endereços temporários), apresentam uma dinâmica francamente positiva entre 2008 e 2016, por comparação com o total da AML e do país (ambos com crescimento migratório negativo no mesmo período) mas poderão estar sobrevalorizados, eventualmente pela sua contabilização cumulativa e sem a anulação exaustiva de registos referentes a população que deixou a residência declarada aquando do pedido de autorização de residência, junto do SEF, e não são comparáveis com os apresentados pelo recenseamento. Atendendo à diferente natureza das duas fontes, à conceção dos instrumentos de notação, à carga simbólica e instrumental que lhe é atribuída pelos indivíduos observados, poderemos assumir uma sub-representação da população estrangeira no Recenseamento e uma sobrevalorização da mesma população nos dados das Estatísticas Demográficas, decorrentes dos registos administrativos provenientes do SEF.

Não deixa de ser, contudo, interessante a análise dos resultados a partir das duas fontes, quer pelo facto de o Recenseamento ser a operação estatística com maior garantia de exaustividade na cobertura da população e suas características num determinado momento, quer pelo facto de os registos do SEF serem a melhor indicação da dinâmica imigratória observada em Portugal e diferentes regiões ou concelhos, no caso em análise.

Em Oeiras, apesar de uma evolução negativa da população estrangeira com estatuto legal de residente, ao longo da maior parte do período, deve assinalar-se o salto de 15,09% na variação deste indicador entre 2017 e 2018, situando-se muito próximo da média da AML.

Estes resultados têm implicações nos resultados da fecundidade dos concelhos onde se fixa mais população estrangeira, que tenderá a reproduzir, em muitos casos, numa primeira fase, os padrões de fecundidade do país de origem, com níveis de intensidade acima dos verificados em Portugal nas últimas décadas.

Tabela 2.21: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira e taxa de variação no período (%), Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e concelhos, 2011-2018

Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tx.var. 2011-2018(%)
Portugal	10,3	9,8	8,9	8,7	8,4	8,8	9,7	10,8	4,5
AML	19,1	17,8	16,8	16,3	16,0	16,9	18,1	19,8	3,5
Alcochete	8,3	10,9	10,8	10,7	9,4	15,3	9,3	10,9	31,4
Almada	20,4	16,1	15,6	15,2	13,8	16,5	17,7	18,8	-7,6
Amadora	28,6	26,4	27,3	25,4	23,4	27,4	27,9	29,4	2,8
Barreiro	11,8	13,8	13,3	11,4	12,0	12,8	11,7	20,6	73,9
Cascais	21,6	20,4	16,0	17,2	15,7	16,9	18,4	20,4	-5,9
Lisboa	16,8	16,2	15,7	16,3	16,2	17,4	17,8	20,3	20,6
Loures	24,6	20,4	21,1	19,3	17,6	19,5	21,0	21,2	-13,6
Mafra	11,7	11,0	8,7	5,8	7,9	7,5	7,8	9,8	-16,4
Moita	14,7	13,4	12,8	12,8	8,5	9,4	10,4	14,1	-4,4
Montijo	14,3	12,3	12,8	10,8	10,4	11,0	14,1	16,0	11,5
Odivelas	21,7	21,3	20,7	19,4	21,8	19,8	23,3	24,2	11,6
Oeiras	14,0	13,5	12,4	13,1	12,7	11,5	13,4	14,1	0,6
Palmela	7,7	8,4	7,5	7,7	8,1	8,4	7,1	7,7	0,7
Seixal	17,7	16,2	15,1	13,0	13,0	14,1	16,3	17,9	1,3
Sesimbra	12,5	8,3	8,9	7,6	6,6	8,2	6,6	10,5	-15,6
Setúbal	13,3	12,2	10,1	9,6	10,4	10,2	9,6	12,6	-5,5
Sintra	26,0	25,3	22,6	22,6	22,9	22,5	24,0	25,0	-4,1
V. F. Xira	14,2	13,0	11,0	10,6	10,4	10,9	13,0	13,2	-6,7

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011- 2018; Cálculos próprios.

Nota: resultado de Alcochete deve ser lido atendendo ao reduzido volume populacional do concelho.

É nesse sentido que se introduz na análise a proporção dos nados-vivos de mães com nacionalidade estrangeira, no conjunto dos nados-vivos. Na AML, tal como no país, no período de 2011 a 2016, verificou-se uma redução do peso dos nados-vivos filhos de mães estrangeiras. Contudo, alguns concelhos da AML contrariam essa tendência, apresentando um aumento do peso referido ao longo do período. É o caso de Alcochete, Barreiro, Palmela e Lisboa. Nalguns deles, a população reduzida, por comparação com os restantes, poderá influenciar oscilações nos resultados.

Se observarmos não a evolução do peso dos nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira, mas a proporção em si, no início e no final do período (anos de 2011 e 2016), verifica-se, efetivamente, que os concelhos da AML com maior peso de população residente de nacionalidade estrangeira, são também aqueles em que se verifica um maior peso de nados-vivos filhos de mães estrangeiras, no conjunto dos nados-vivos. É o caso dos concelhos de Amadora, Loures e Sintra, mas, também, Odivelas e Lisboa.

No concelho de Oeiras, verifica-se o efeito da presença de população estrangeira nos resultados da fecundidade, nomeadamente nos últimos dois anos em análise, pela proporção crescente de nados-

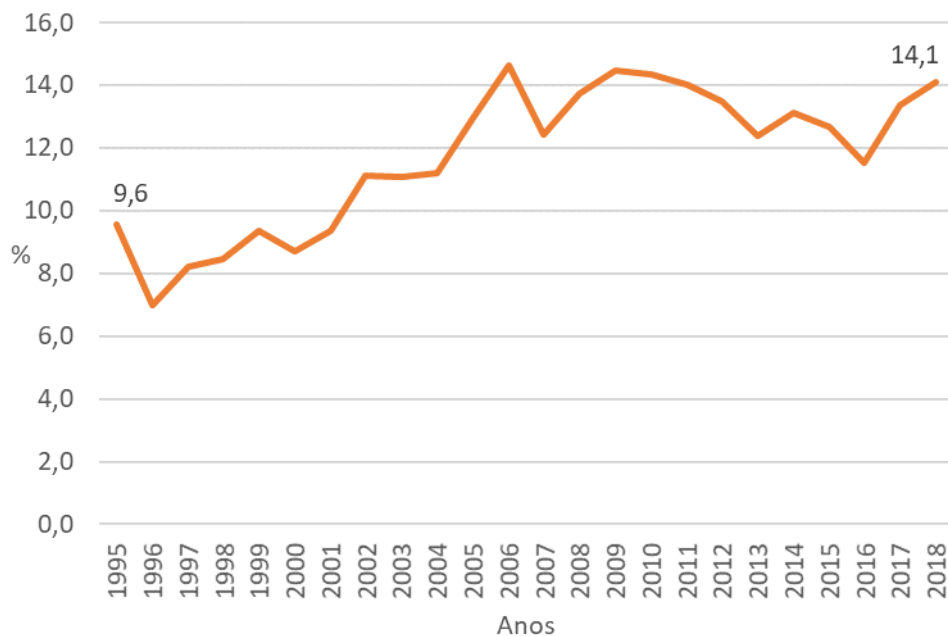
vivos filhos de mulheres com nacionalidade estrangeira, apesar da quebra verificada em anos anteriores.

Tabela 2.22: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018

Ano	Prop. (%)	Ano	Prop. (%)
1995	9,6	2007	12,4
1996	7,0	2008	13,8
1997	8,2	2009	14,5
1998	8,4	2010	14,4
1999	9,4	2011	14,0
2000	8,7	2012	13,5
2001	9,4	2013	12,4
2002	11,1	2014	13,1
2003	11,1	2015	12,7
2004	11,2	2016	11,5
2005	13,0	2017	13,4
2006	14,6	2018	14,1

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 2011-2016; Cálculos próprios.

Figura 2.28: Proporção de nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%), concelho de Oeiras, 1995-2018



Daqui decorre que as freguesias com mais população estrangeira e uma relação de masculinidade equilibrada poderão sair beneficiadas, no que diz respeito aos resultados da fecundidade e consequente incremento populacional.

A análise da população residente com nacionalidade estrangeira, por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2011, dá conta de que as duas freguesias com maior peso populacional – UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – registavam uma proporção mais elevada de população residente de nacionalidade estrangeira face às que têm um volume populacional mais reduzido. Ora, sendo estas as freguesias com um índice de envelhecimento mais elevado, poderão beneficiar dessa realidade, em função da distribuição etária da população. Mas, sobrepondo-se às duas freguesias identificadas, é a freguesia de Porto Salvo aquela que, no conjunto do concelho, apresenta uma maior proporção de população de nacionalidade estrangeira, com um valor de 7,4%. Este resultado não decorre do maior efetivo populacional, mas de dinâmicas específicas da freguesia, nomeadamente, de natureza migratória.

Tabela 2.23: População residente total e de nacionalidade estrangeira (n. e %), 2011, Freguesias de Oeiras

Freguesias	População		Proporção Pop. Nac. Estrangeira (%)
	Total	Nac. Estrangeira	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 665	3 156	6,5
UF Carnaxide e Queijas	36 288	1 870	5,2
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	58 149	3 592	6,2
Barcarena	13 861	464	3,3
Porto Salvo	15 157	1 118	7,4
Total Oeiras	172 120	10 200	5,9

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Nota: Os dados referentes à população estrangeira incluem população com dupla nacionalidade estrangeira e apátrida.

Figura 2.29: Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%) nas freguesias de Oeiras, 2011

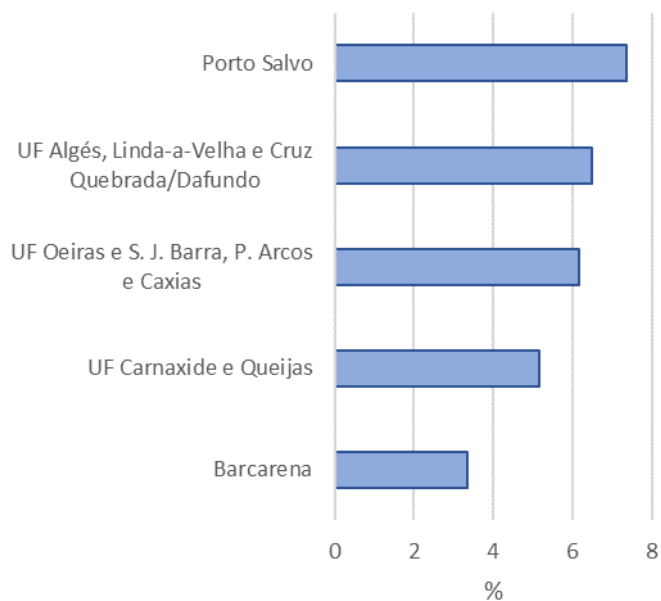
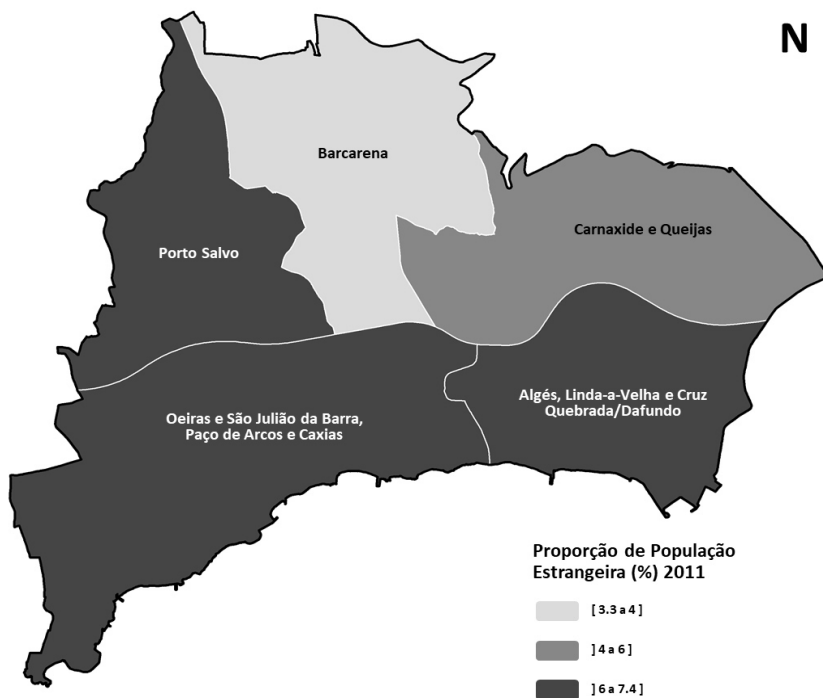


Figura 2.30: Proporção de população estrangeira, por freguesias, concelho de Oeiras, 2011



2.7: População ‘com dificuldades’

Considerando, agora, a especificidade da população com dificuldades¹⁹ das diferentes freguesias do concelho de Oeiras, verifica-se que não há diferenças assinaláveis entre freguesias. Aquela em que se regista um maior peso de população com pelo menos uma dificuldade é a de Porto Salvo (14,3% de população com, pelo menos, uma dificuldade), não correspondendo, ao contrário do que seria de esperar, a uma das freguesias com valores mais elevados na proporção de idosos.

Tabela 2.24: População residente, População e Proporção (%) de população com pelo menos uma dificuldade, homens e mulheres com pelo menos uma dificuldade, relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade, por freguesias do concelho de Oeiras, 2011

Freguesia	População residente	População com pelo menos 1 dificuldade	Proporção de população com pelo menos uma dificuldade (%)	Homens com pelo menos 1 dificuldade	Mulheres com pelo menos 1 dificuldade	Relação de masculinidade de população com pelo menos 1 dificuldade (%)
UFALVCQD	48 665	6 475	13,31	2 292	4 183	54,8
UFCQ	36 288	4 420	12,18	1 686	2 734	61,7
UFOSJPAC	58 149	7 500	12,90	2 710	4 790	56,6
Barcarena	13 861	1 764	12,73	676	1 088	62,1
Porto Salvo	15 157	2 126	14,03	846	1 280	66,1
Total Oeiras	172 120	22 285	12,95	8 210	14 075	58,3

Fonte: INE -XV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Legenda: UFALVCQD = U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; UFCQ = U.F. Carnaxide e Queijas; UFOSJPAC = U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

As mulheres apresentam-se claramente maioritárias na identificação de pelo menos uma dificuldade no último recenseamento, em todas as freguesias. A relação de masculinidade da população com pelo menos uma dificuldade revela que, na generalidade das freguesias, as mulheres nesta condição podem ser até cerca do dobro dos homens.

2.8. População em idade escolar

A população em idade escolar, considerada entre os 3 e os 19 anos completos, apresentou uma distribuição desigual e um crescimento desiguais nas diferentes freguesias, no período de 2001 a 2011, como se apresenta de seguida.

¹⁹ Adotamos, aqui a terminologia do INE, no último censo (2011), constando do questionário individual a seguinte questão relativa à autoperceção de dificuldades dos indivíduos: “Nas perguntas seguintes, indique o grau de dificuldade que sente diariamente na realização de algumas actividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento)”.

Tabela 2.25: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 180	1 451	785	1 098	1 309	1 152	6 975
UF Carnaxide e Queijas	852	1 158	628	1 004	1 112	842	5 596
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 560	2 214	1 090	1 607	1 790	1 440	9 701
Barcarena	350	477	251	346	405	338	2 167
Porto Salvo	407	602	322	530	654	464	2 979
Total Oeiras	4 349	5 902	3 076	4 585	5 270	4 236	27 418

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Tabela 2.26: População por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2011

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 472	1 947	948	1 295	1 209	902	7 773
UF Carnaxide e Queijas	1 410	1 713	857	1 122	1 016	741	6 859
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 603	2 246	1 109	1 531	1 596	1 136	9 221
Barcarena	511	639	348	445	405	261	2 609
Porto Salvo	532	729	360	475	503	331	2 930
Total Oeiras	5 528	7 274	3 622	4 868	4 729	3 371	29 392

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Tabela 2.27: Taxa de variação (%) da população por grupos etários escolares (3-19 anos completos), por freguesia, no concelho de Oeiras, 2001-2011

Freguesias	Idades						Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	24,7	34,2	20,8	17,9	-7,6	-21,7	11,4
UF Carnaxide e Queijas	65,5	47,9	36,5	11,8	-8,6	-12,0	22,6
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	2,8	1,4	1,7	-4,7	-10,8	-21,1	-4,9
Barcarena	46,0	34,0	38,6	28,6	0,0	-22,8	20,4
Porto Salvo	30,7	21,1	11,8	-10,4	-23,1	-28,7	-1,6
Total Oeiras	27,1	23,2	17,8	6,2	-10,3	-20,4	7,2

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos próprios.

Consideram-se seis grupos etários dos 3 aos 19 anos completos (3-5, 6-9, 10-11, 12-14, 15-17, 18-19), correspondentes aos diferentes ciclos de ensino até ao final do percurso da escolaridade obrigatória. Ao longo do último período intercensitário, verifica-se um crescimento total da população em idade escolar de 7,2%, no concelho de Oeiras. Para esse acréscimo contribuem, de

forma muito positiva, a UF Carnaxide e Queijas (com uma taxa de variação de 22,6%) e a Freguesia de Barcarena (20,4%), mas também a UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo (11,4%). Por outro lado, na UF de Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e na freguesia de Porto Salvo registou-se um decréscimo da população em idade escolar. Estas duas freguesias são contíguas, apresentam volumes e estruturas populacionais desiguais, tendo em comum o facto de serem as mais distantes do concelho de Lisboa. São, também, as duas únicas freguesias que revelam um crescimento negativo na população em idade escolar a partir dos 12 anos, enquanto as restantes mantêm uma variação positiva na maior parte dos grupos etários.

Com efeito, apesar de, no conjunto dos grupos etários escolares se verificar um aumento populacional em três freguesias e uma diminuição em duas, na verdade, em todas as freguesias se verificou um crescimento da população nos grupos etários iniciais e uma diminuição nos grupos etários mais velhos. Os resultados das três freguesias com crescimento positivo – UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, UF Carnaxide e Queijas, Barcarena – apresentam uma taxa de variação da população até aos 14 anos francamente positiva, chegando aos 65,5% de crescimento. Estes resultados dão conta de como o crescimento da população em idade escolar terá sido um fator impulsionador do crescimento total positivo das freguesias de crescimento permanente ou consolidado. No caso de Porto Salvo, o abrandamento do crescimento da população total entre o primeiro e o segundo período intercensitários terá condicionado o próprio crescimento da população em idade escolar, afetando os diferentes grupos populacionais, mesmo mantendo uma estrutura populacional jovem, como se viu atrás.

Apresenta-se, de seguida, o resultado de um exercício de cálculo de estimativas para a população total e para a população escolar, por grupos etários, para o ano de 2015 e 2019. Considerou-se como população de partida a do censo de 2011 de cada freguesia, à qual se fez intervir o efeito do movimento natural decorrido ao longo dos anos, entre 2011 e 2019. De seguida, aplicou-se a esses resultados a proporção dos grupos etários escolares, verificada a partir dos dados censitários de 2011, no pressuposto de uma alteração residual da estrutura demográfica nesses grupos etários, ao longo de cinco anos. O que é suportado pela evolução da dinâmica natural, com uma tendência de evolução decrescente no início desse período de alguma recuperação no final do período, ou até uma tendência de estabilidade no movimento natural.

Tabela 2.28: População total estimada, para 2015 e 2019, por freguesia, concelho de Oeiras

Freguesias	Total 2015	Total 2019
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	48 684	48 424
UF Carnaxide e Queijas	36 992	37 451
UF Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	58 120	57 834
Barcarena	14 060	14 233
Porto Salvo	15 364	15 570
Total Oeiras	173 220	173 512

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2014 e 2011-2018.

Tabela 2.29: População estimada por grupos etários escolares, para 2015, por freguesia, Concelho Oeiras

Freguesia	Grupos etários escolares						
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	Total
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 473	1 948	948	1 296	1 209	902	7 776
UF Carnaxide e Queijas	1 437	1 746	874	1 144	1 036	755	6 992
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 602	2 245	1 108	1 530	1 595	1 135	9 216
Barcarena	518	648	353	451	411	265	2 646
Porto Salvo	539	739	365	481	510	336	2 970
Total Oeiras	5 569	7 326	3 648	4 902	4 761	3 393	29 600

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2014.

Tabela 2.30: População estimada por grupos etários escolares, para 2019, por freguesia, Concelho Oeiras

Freguesia	Grupos etários escolares						
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	Total
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1 465	1 937	943	1 289	1 203	898	7 735
UF Carnaxide e Queijas	1 455	1 768	884	1 158	1 049	765	7 079
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	1 594	2 234	1 103	1 523	1 587	1 130	9 171
Barcarena	525	656	357	457	416	268	2 679
Porto Salvo	546	749	370	488	517	340	3 010
Total Oeiras	5 585	7 344	3 657	4 915	4 772	3 401	29 674

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011 e da aplicação do saldo natural no período 2011-2018.

De acordo com os resultados encontrados, estima-se que as variações na população em idade escolar no concelho de Oeiras tenham evoluído no sentido de aumentos ligeiros, nas diferentes freguesias, incluindo Porto Salvo, eventualmente impulsionada pelo fator imigratório. A exceção remete para a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias que denota, pelo exercício de estimativas, um ligeiro decréscimo nos diferentes grupos da população em idade escolar.

2.9: Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios em que se apresentam tendências de evolução populacional, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, antes de mais, o de compreender as consequências, em termos de evolução da população, da concretização de determinadas hipóteses definidas. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas natural (fecundidade e mortalidade) e migratória, que resultam em cenários que poderão concretizar-se, no futuro (de acordo com os limites temporais definidos), determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento produzido pelo Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA), com o Diagnóstico Demográfico e Projeção da População para o município de Oeiras, cobrindo o período de 1960 a 2040, apresenta projeções da população residente para o concelho, assumindo como metodologia a observação de tendências do passado para a projeção da população para o futuro. Desta forma, “o objetivo é fornecer um panorama dos futuros possíveis através de um exercício de simulação que permite pôr em evidência o que poderá acontecer segundo diversos pressupostos previamente estabelecidos e justificados.” (Pimentel, s.d.: 13)

As projeções de população aí apresentadas consideraram 4 cenários evolutivos possíveis:

“Cenário sem migrações – neste cenário projeta-se a população sem influência dos movimentos migratórios.

Cenário central [moderado] – projeta-se a população adotando hipóteses moderadas de evolução dos indicadores.

Cenário otimista – projeta-se a população adotando hipóteses otimistas de evolução dos indicadores.

Cenário pessimista – projeta-se a população adotando hipóteses pessimistas de evolução dos indicadores.” (Pimentel, s.d.: 13).²⁰

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica do concelho de Oeiras, serão adotados os cenários moderado e otimista, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelas diferentes freguesias.

O cenário central do estudo referido aponta para um aumento moderado da fecundidade em alguns grupos etários, um crescimento moderado da esperança de vida no nascimento e uma retoma do saldo migratório, para valores positivos, a partir de 2015, com um aumento progressivo, até 2020, com tendência para estabilizar posteriormente.

Já o cenário otimista assume uma tendência crescente do ISF, com base no crescimento das taxas no grupo etário dos 30 aos 34 anos completos, um crescimento mais rápido da esperança de vida e um aumento das migrações mais intenso até 2020, mantendo-se o saldo migratório positivo a partir dessa data.

É de referir que as migrações consideradas neste tipo de estudo poderão ser de outros concelhos – migrações internas – ou de outros países – migrações internacionais. Ora, considerando a análise efetuada nos subcapítulos anteriores, é plausível a assunção de que estas duas formas de migrações podem assumir um peso crescente no crescimento populacional total.

O exercício que faremos para a projeção da população das freguesias considerará o cenário moderado para a possível evolução da população de todas as freguesias. Será, ainda, considerado o cenário otimista para todas as freguesias, sendo pouco plausível a sua aplicação à UF de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Assim, começamos por apresentar o resultado das projeções, decorrentes da adoção dos dois cenários referidos, para as diferentes freguesias.

²⁰ Pimentel, T. (s.d.), *Município de Oeiras. Diagnóstico Demográfico e Projeção da População*. ESCXEL, CESNOVA, CMO

De seguida, apresentam-se as projeções por freguesia e grupos etários escolares, considerando, também os dois cenários. Nesse exercício, adotaram-se as proporções dos grupos etários escolares projetadas para o concelho de Oeiras, sendo essa projeção aplicada às diferentes freguesias em análise, de acordo com os cenários identificados. Considerou-se, também, a aplicação das proporções dos grupos etários escolares resultantes do censo de 2011 aos resultados das projeções, numa perspetiva favorável à proximidade entre as estruturas etárias da população recenseada em 2011 e da população projetada para 2025.

Começamos por apresentar os resultados das projeções para a população total das freguesias, de acordo com o cenário moderado e o cenário otimista, para 2020 e 2025.

Tabela 2.31: Projeções da População Total para 2020 e 2025, por freguesias e cenários

Freguesias	Cenário moderado		Freguesias	Cenário otimista	
	2020	2025		2020	2025
UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	49 094	49 497	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	49 680	50 667
UF Carnaxide e Queijas	36 608	36 908	UF Carnaxide e Queijas	37 045	37 781
UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	58 662	59 143	UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias	59 362	61 858
Barcarena	13 983	14 098	Barcarena	14 150	14 431
Porto Salvo	15 291	15 416	Porto Salvo	15 473	15 781
Total Oeiras	173 638	175 062	Total Oeiras	175 711	179 202

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pimentel, s.d.: 21.

De seguida, apresentam-se as projeções para a população dos grupos etários escolares, por freguesia, para 2025, considerando os cenários moderado e otimista e de acordo com a proporção da população em idade escolar observada em 2011, por comparação com a proporção dos grupos etários escolares, projetada para o concelho.

Do conjunto dos resultados, sinalizaremos, com cor, os que se revelam mais plausíveis, de acordo com a análise até aqui apresentada.

Tabela 2.32: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 497	1 047	1 533	1 093
6-9	1 980	1 550	2 027	1 584
10-11	964	870	987	878
12-14	1 317	1 521	1 348	1 526
15-17	1 230	1 538	1 259	1 545
18-19	917	1 065	939	1 071
Total	7 906	7 591	8 093	7 697

Tabela 2.33: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Carnaxide e Queijas, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 434	781	1 468	815
6-9	1 742	1 156	1 783	1 181
10-11	872	649	892	655
12-14	1 141	1 134	1 168	1 138
15-17	1 033	1 147	1 058	1 152
18-19	754	794	771	798
Total	6 976	5 660	7 141	5 740

Tabela 2.34: População dos grupos etários escolares para 2025, UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	1 630	1 251	1 705	1 334
6-9	2 284	1 852	2 389	1 934
10-11	1 128	1 040	1 180	1 072
12-14	1 557	1 818	1 629	1 863
15-17	1 623	1 838	1 698	1 886
18-19	1 155	1 272	1 208	1 307
Total	9 379	9 070	9 809	9 397

Tabela 2.35: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Barcarena, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	520	298	532	311
6-9	650	441	665	451
10-11	354	248	362	250
12-14	453	433	463	435
15-17	412	438	422	440
18-19	265	303	272	305
Total	2 654	2 162	2 716	2 192

Tabela 2.36: População dos grupos etários escolares para 2025, Freguesia de Porto Salvo, segundo projeções de população (cenários moderado e otimista) para a freguesia, segundo peso dos grupos etários em 2011 (censo) e segundo proporções dos grupos etários projetado para concelho (cenários moderado e otimista)

Grupos etários escolares	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário moderado) com peso projetado para 2025 (cenário moderado) para concelho	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com proporções etárias de 2011 da freguesia	Projeção população por grupos etários escolares (cenário otimista) com peso projetado para 2025 (cenário otimista) para concelho
3-5	541	326	554	340
6-9	741	483	759	494
10-11	366	271	375	274
12-14	483	474	495	475
15-17	512	479	524	481
18-19	337	332	345	333
Total	2 980	2 364	2 930	2 397

Estes resultados serão articulados com todo o trabalho desenvolvido no âmbito da presente Carta Educativa e com a informação disponibilizada sobre o desenvolvimento municipal (nomeadamente a relativa a planos de urbanização), com o objetivo de identificar os cenários mais plausíveis para a evolução da população em idade escolar e a sua distribuição territorial, bem como a adequação da rede escolar do concelho a esses cenários.

Capítulo 3 : Caracterização socioeconómica

Neste capítulo procura-se caracterizar o concelho de Oeiras a partir de vários indicadores socioeconómicos, nomeadamente sobre a população ativa e taxa de atividade, escolarização, emprego e desemprego, tecido empresarial e apoios sociais, através de uma análise comparada com Portugal Continental e com a Área Metropolitana de Lisboa. Sempre que pertinente apresentam-se os dados relativos a Portugal Continental, à Área Metropolitana de Lisboa (AML) a par dos relativos ao concelho de Oeiras e respetivas freguesias.

3.1: População ativa e taxas de atividade

De acordo com os valores dos censos de 2011, existiam em Portugal Continental cerca de 4,8 milhões de residentes em idade ativa e na AML eram pouco mais do que 1,4 milhões (Tabela 3.1). A população ativa²¹ no concelho de Oeiras era quase de 86 mil, o que, no ano de 2011, correspondia a um pouco mais de 6% do total da AML e a perto de 2% da do Continente. Ao contrário do verificado nos panoramas nacional e da AML, em que o total da população ativa aumentou ligeiramente em 2011 face aos números de 2001, em Oeiras o total de residentes em idade ativa diminuiu ainda que apenas em 1,4%.

Essa quebra deveu-se, sobretudo, à diminuição da população ativa de sexo masculino no concelho (-5,6%), à semelhança do assinalado quer para o Continente (-5,6%) e para a AML, embora nesta em menor proporção (-3,8%). Relativamente às mulheres em idade ativa regista-se um aumento de 2,9% em Oeiras, o qual ficou aquém do observado nas outras unidades territoriais: 6,9% no Continente e 6,4% na AML.

Tabela 3.1: População ativa no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal

Unidades territoriais	2001			2011			²² Variação decenal ¹		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	N	N	N	N	N	N	%	%	%
Continente	4 778 115	2 617 974	2 160 141	4 780 963	2 472 635	2 308 328	0,1	-5,6	6,9
AML	1 389 939	726 369	663 570	1 405 058	698 989	706 069	1,1	-3,8	6,4
Oeiras	87 167	43 840	43 327	85 959	41 378	44 581	-1,4	-5,6	2,9

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

²¹ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito.

²² No cálculo da variação decenal utilizou-se a fórmula da taxa de variação homóloga que, de acordo com o INE, compara o nível da variável em estudo entre o período de referência corrente e o mesmo período do ano anterior.

Na Tabela 3.2 surgem os números totais e por sexo da população residente em idade ativa das cinco freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras. A União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo são as que apresentam, pela ordem, o maior número de residentes em idade ativa, apesar de serem as únicas que registaram uma descida compreendendo o período de 2001 e 2011. Do lado oposto encontram-se as freguesias de Barcarena e de Porto Salvo com números totais de residentes ativos inferiores aos 8 mil, embora com aumentos em ambos os casos entre os anos considerados, em particular no caso de Barcarena.

A par do panorama do concelho, em todas as freguesias e uniões de freguesias foi a população ativa de sexo masculino que mais diminuiu no caso da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, ou que menos aumentou entre as restantes. Na figura 3.1 exploram-se as taxas de variação com maior pormenor, porque isso permite uma melhor visualização em termos de comparação entre as freguesias ou uniões de freguesias e com o concelho de Oeiras.

Tabela 3.2: População ativa nas freguesias ou uniões de Freguesia do concelho de Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo, e variação decenal

Freguesias/ Uniões de freguesia	2001			2011			Variação decenal ¹		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	N	N	N	N	N	N	%	%	%
Barcarena	6 625	3 463	3 162	7 398	3 670	3 728	11,7	6,0	17,9
Porto Salvo	7 050	3 700	3 350	7 585	3 715	3 870	7,6	0,4	15,5
U.F. A_LV_CQ/D	25 536	12 713	12 823	23 642	11 349	12 293	-7,4	-10,7	-4,1
U.F. C_Q	16 657	8 382	8 275	18 734	8 970	9 764	12,5	7,0	18,0
U.F. OSJB_PA_C	31 299	15 582	15 717	28 600	13 674	14 926	-8,6	-12,2	-5,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

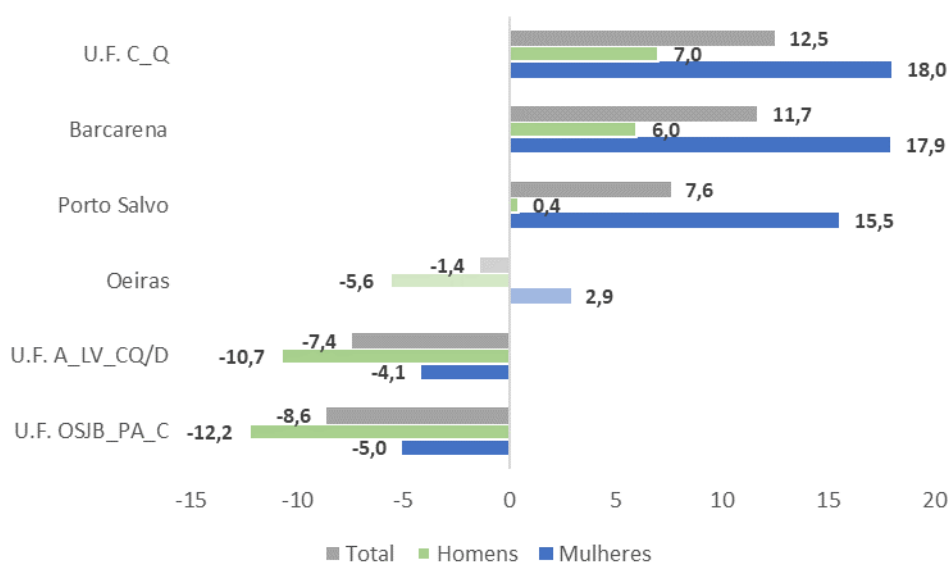
Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

A Figura 3.1 permite uma melhor visualização da comparação entre as taxas de variação da população ativa de cada freguesia ou união de freguesias e o concelho de Oeiras. Confirma-se que, ao contrário do que sucedeu no concelho de Oeiras, em que diminuiu em 1,4%, a população de residentes ativos, aumentou de forma considerável em Porto Salvo (7,6%), Barcarena (11,7%) e em Carnaxide e Queijas (12,5%).

Nessas freguesias, registaram-se aumentos elevados entre a população ativa de sexo feminino, de 15,%, 17,9% e de 18,0%, respetivamente, quando comparados com a média do concelho (2,9%) e, em particular, com as outras duas uniões de freguesia onde se registaram diminuições: de -7,4% em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, e de -8,6% em Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

A diminuição da população ativa de sexo masculino foi mais acentuada nas Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo (-10,7%) e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (-12,2%), ambas consideravelmente inferiores à média concelhia, de -5,2%. Nas restantes freguesias, relativamente à população ativa masculina, em Porto Salvo a variação foi irrisória; e em Barcarena (6,0%) e na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas (7,0%) os aumentos foram positivos, embora bastante inferiores aos verificados para o sexo feminino.

Figura 3.1: Variação da população ativa nas freguesias ou união de freguesias de Oeiras e do concelho, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011. ¹Cálculos próprios.

Nota: Reconstituição própria dos efetivos populacionais das atuais freguesias e uniões de freguesias de Oeiras, cujas delimitações são resultantes da reorganização administrativa de 2012.

Em resumo, a população de residentes ativos aumentou no interior de Oeiras, com maior incidência entre os indivíduos do sexo feminino, e diminuiu no litoral. Porém, as freguesias do litoral - nas Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – são as que maiores proporções de população ativa apresentam, representando em conjunto mais de 60% do concelho.

Analisam-se de seguida as taxas de atividade²³ para os anos de 2001 e 2011, ou seja, as proporções que representam os números da população ativa sobre a população total no Continente, AML, Oeiras e respetivas freguesias e uniões de freguesias. Na comparação com o Continente e a AML, as taxas de atividade registadas para o concelho nos anos de 2011 e de 2011 surgiram ligeiramente superiores, aproximando-se os valores no último ano (tabela 3.3).

²³ De acordo com o INE, a taxa de atividade permite definir o peso da população ativa (população empregada e desempregada em idade ativa – 15 aos 64 anos – sobre o total da população total.

Nos dois anos, entre as mulheres, as taxas de atividade em Oeiras (50,8% e 48,5%, respetivamente) foram consideravelmente superiores às verificadas para o Continente (42,3% e 44,0%) e igualmente mais elevadas, embora de forma ligeira, em relação às da AML (47,9% e 47,5%). No que respeita à taxa de atividade entre os homens era, em 2001, inferior no concelho quer quando comparada com o Continente quer com a AML, aproximando-se bastante em 2011 com diferenças apenas decimais (51,6% em Oeiras, face aos 51,6% no Continente e aos 52,4% na AML).

Tabela 3.3: Taxa de atividade no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, em 2001 e 2011, por sexo (%)

Unidades territoriais	2001			2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Continente	48,4	57,7	42,3	47,6	51,5	44,0
AML	52,2	52,1	47,9	49,8	52,4	47,5
Oeiras	53,7	49,2	50,8	49,9	51,6	48,5

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011.

Com o apoio da Figura 3.2, e através da análise às taxas de atividade por freguesia ou união de freguesia é visível que é no interior do concelho de Oeiras que são mais elevadas; em 2011, eram iguais a 50% em Porto Salvo, cerca de 51% na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e de mais de 53% em Barcarena. Isto deve-se ao facto de estas freguesias terem uma população residente mais jovem tal como identificado no Capítulo 2 dedicado à demografia, o que aumenta o peso da população ativa sobre o total da população. Não é de estranhar, por isso, que as uniões de freguesia localizadas junto ao litoral, em que a população tem, em média, mais anos de idade, as taxas de atividade sejam inferiores aos 50% - 49,9% na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e 48,4% na de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo.

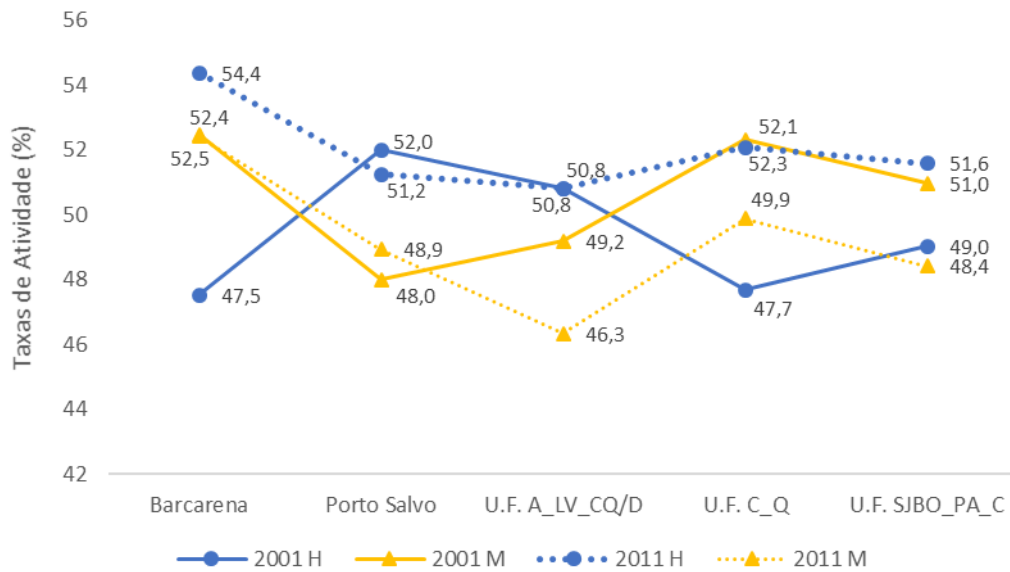
Figura 3.2: Taxa de Atividade por freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011. Construção própria.

Atentemos agora na evolução das taxas de atividade por sexo por freguesias ou uniões de freguesia. Na freguesia de Porto Salvo e na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, as taxas de atividade do sexo masculino foram consideravelmente superiores às do sexo feminino nos dois anos em análise. Entre as mulheres nota-se que, em 2011, houve um ligeiro aumento da taxa de atividade em Porto Salvo e uma diminuição de praticamente três pontos percentuais na outra. Já na freguesia de Barcarena, a população do sexo feminino registou, nos dois anos, uma taxa de atividade de cerca de 52%, enquanto entre os homens se verifica um aumento muito acentuado de 47,5% em 2001 para mais de 54% em 2011. Nas Uniões de Freguesias de Carnaxide e Queijas e de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a taxa de atividade do sexo masculino aumentou entre 2001 e 2011, de forma mais acentuada no primeiro caso; entre as mulheres, identifica-se o movimento contrário, ou seja, em 2011 houve uma diminuição na taxa de atividade ficando, em ambas as uniões de freguesia, abaixo dos 49%.

Figura 3.3: Evolução das taxas de atividade das freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras, por sexo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001 e 2011.

Notas: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Em resumo, as uniões de freguesia localizadas no litoral do concelho têm maiores proporções de residentes em idades ativas, mas taxas de atividade inferiores às registadas no interior; e as taxas de atividade do sexo masculino aumentaram entre 2001 e 2011 ou mantiveram-se similares (no caso de Porto Salvo e de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, enquanto as do sexo feminino diminuíram de forma considerável em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, Carnaxide e Queijas e Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

3.2: Níveis de escolaridade e qualificações

A população residente do concelho de Oeiras tem, em média, níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com a AML e com o Continente. A proporção de população sem qualquer nível de escolaridade em 2011 era no concelho 9,0%, inferior à verificada na AML (11,2%) e no Continente (12,6%). A diferença aumentava quanto à percentagem de residentes com Ensino Superior completo, que em Oeiras era de um mais de 34%, face aos 21,5% então registados na AML e aos 15,1% do Continente. Tal como nas outras unidades territoriais consideradas, a maior parcela da população residente detinha apenas o Ensino Básico (referindo-se ao 1º ciclo, ao 2º ciclo ou a 3º ciclo de escolaridade). Em Oeiras as pessoas com esse nível de escolaridade representavam cerca de 38% da população residente, inferior, no entanto, aos valores da AML (48,4%) e do Continente (56,8%). No Ensino Secundário, Oeiras (19,4%) também se situa à frente da AML (19,0%) e do Continente (15,5%).

Tabela 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos de idade por nível de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, em 2011 (%)

Unidades Territoriais	Sem escolaridade	Ensino Básico	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Continente	12,6	56,8	15,5	15,1
AML	11,2	48,4	19,0	21,4
Oeiras	9,0	37,5	19,4	34,1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Aprofundando a análise, com maior discriminação dos níveis de escolaridade por sexo (figura 3.4), verifica-se que a distribuição das percentagens de homens e de mulheres no concelho de Oeiras são muito semelhantes, sendo de destacar o valor um pouco mais elevado de mulheres com o 1º ciclo do Ensino Básico completo (20,7%) em relação ao sexo masculino com o mesmo nível de escolaridade (17,6%); e, ainda, que perto de 20% dos homens tinha concluído o Ensino Secundário, em relação aos 17,3% de mulheres com o mesmo nível de ensino.

Até ao 2º ciclo de escolaridade do Ensino Básico, Oeiras mantinha de forma consistente percentagens inferiores às da AML e às do Continente; neste último, as proporções de população residente nestas categorias são sempre maiores.

No 3º ciclo do Ensino Básico, as proporções de residentes no concelho de Oeiras continuam a ser inferiores, mas agora é a AML que apresenta os valores mais elevados, ainda que se trate de valores bastante similares entre unidades territoriais.

As percentagens de residentes com Ensino Secundário completo são inferiores no Continente e ligeiramente inferiores entre os homens na AML; Oeiras e a AML apresentam ambos cerca de 17% de mulheres com este nível de ensino completo.

A diferença mais acentuada verifica-se ao nível do Ensino Superior, em que Oeiras apresenta um quadro claramente mais favorável, com proporções de homens e de mulheres próximos dos 35%, bastante superiores às da AML (com 19,4% de homens e 23,0% de mulheres) e, sobretudo, do Continente, em que apenas 12,6% dos homens e 17,3% das mulheres concluíram este nível de ensino.

Figura 3.4: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível/ciclo de escolaridade completo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Oeiras, por sexo e em 2011 (%)



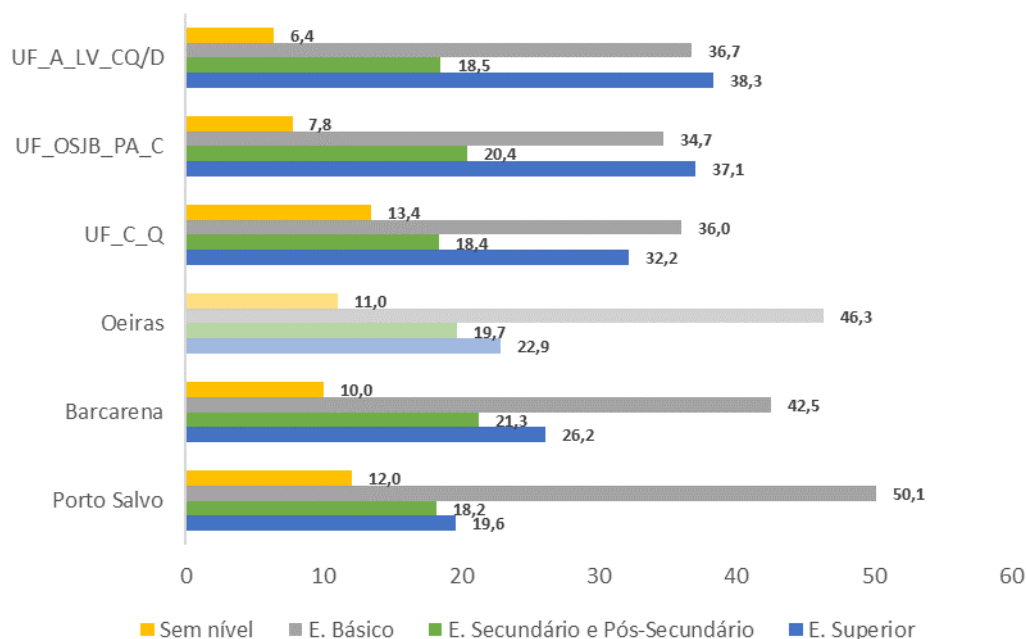
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Entre as freguesias, verifica-se na Figura 3.5 que são as localizadas no litoral – União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - juntamente com a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, as que têm maiores proporções de residentes com um diploma de ensino superior (38,3%, 37,1% e 32,2%, pela ordem). Nas outras duas freguesias as percentagens de diplomados do ensino superior diminuem acentuadamente, assumindo maior peso os residentes que têm apenas o Ensino Básico completo – 42,5% em Barcarena e metade da população residente de Porto Salvo (50,1%). Ainda assim, as percentagens relativas a residentes com qualificação ao nível do Ensino Básico completo são elevadas nas outras freguesias – 36,7% na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, 34,7% na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e 36,0% na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.

Há ainda a considerar a proporção de residentes que não têm nível de escolaridade completo na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas (13,4%), de Porto Salvo (12,0%) e de Barcarena (10,0%). Nas freguesias do litoral a proporção de residentes sem escolaridade surge abaixo dos 10%.

Ao nível do ensino secundário, não se registam grandes diferenças nas percentagens entre as cinco freguesias.

Figura 3.5: Distribuição da população residente com mais de 15 anos por nível de escolaridade completo por freguesia ou união de freguesia, em 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Notas: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Atentemos agora na análise das taxas de analfabetismo²⁴ da população residente (Tabela 3.5). No ano de 2011, a taxa de analfabetismo no concelho de Oeiras era claramente inferior à do Continente, quer entre os residentes do sexo masculino quer do feminino. Oeiras apresentava também percentagens de analfabetos inferiores às da AML, embora com diferenças menores sobretudo entre os homens (1,3% no concelho face aos 1,9% na AM); no que respeita às mulheres, a diferença em relação à AML (4,4%) aumenta com vantagem para Oeiras (3,0%).

Em todas as freguesias repete-se o padrão de maiores taxas de analfabetismo entre as mulheres, tal como se observa para o Continente, para a AML e para o concelho. A freguesia de Porto Salvo é a que apresenta maiores proporções de residentes analfabetos entre homens (2,5%) e entre mulheres (proporção mais elevada, de 5,5%). É seguida pela União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e pela freguesia de Barcarena que apresentam percentagens semelhantes e que se posicionam acima da média do concelho de 2,2% de analfabetos (2,8% e 2,4%, respetivamente).

Tendo em conta todos os dados analisados ao longo deste subcapítulo, não é de estranhar que seja nas uniões de freguesia localizadas no litoral do concelho de Oeiras que se registam as taxas de analfabetismo menores, embora seja de referir que rondam os 3% entre o total de residentes do sexo feminino.

²⁴ De acordo com o INE, designa-se por analfabeto o indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

Tabela 3.5: Taxa de analfabetismo no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e concelho e nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, em 2011 (%)

Unidades territoriais, Concelho e Freguesias/Uniões de Freguesia	Total	H	M
Continente	5,2	3,4	6,8
AML	3,2	1,9	4,4
Oeiras	2,2	1,3	3,0
Barcarena	2,4	1,5	3,1
Porto Salvo	4,1	2,5	5,5
U.F. Carnaxide e Queijas	2,8	1,6	3,8
U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	1,9	1,1	2,7
U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo	1,8	0,8	2,7

Resumindo, a população residente no concelho de Oeiras é mais qualificada e apresenta maiores níveis de escolaridade quando comparada com a AML e o Continente. Porém, existem diferenças internas acentuadas relativamente às qualificações dos residentes em todas as freguesias, acentuando o peso da proporção de população menos qualificada nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo; e, ainda, relativamente às diferenças entre homens e mulheres no que respeita à taxa de analfabetismo, que é maior entre o sexo feminino.

3.3: Emprego

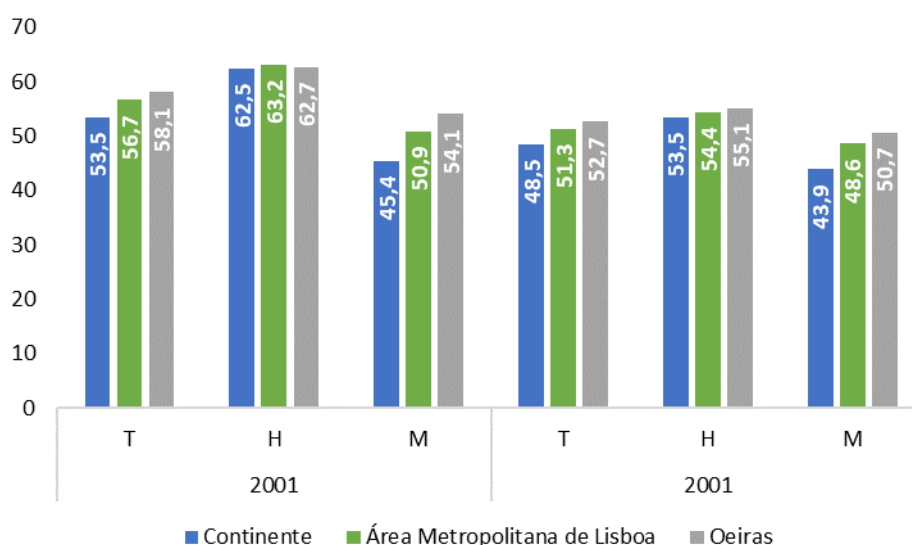
As taxas de emprego²⁵ (residentes entre os 15 e os 64 anos de idade empregados, sobre o total dos residentes) totais foram, nos dois anos em análise, ligeiramente mais elevadas no concelho de Oeiras do que na AML e, sobretudo, no Continente (Figura 3.6); e regista-se uma diminuição igual ou superior a 5% entre 2001 e 2011 nos três níveis de unidades territoriais. No Continente passou de perto de 54% para cerca de 48,5%, na AML de 56,7% para um pouco acima dos 54%, e em Oeiras, de 58,1% baixou para 43,9%.

O cenário é similar no que respeita à taxa de emprego de homens e de mulheres. No entanto, quer em 2001, quer em 2011, a taxa de emprego entre as mulheres foi sempre inferior dos homens, sendo de realçar a aproximação das percentagens no último ano em análise, por via da acentuada diminuição da taxa de emprego masculina. Em Oeiras, a taxa de emprego entre as mulheres era em 2001 de 54,1% e a dos homens de 62,7%, ambas diminuindo em 2011 para 50,7% e 55,1%, respetivamente.

De notar que a taxa de emprego aumentou na AML no ano de 2017, para 53,4% (INE), pelo que é provável que o concelho de Oeiras também tenha recuperado, embora não seja ainda possível verificar por não existirem dados mais recentes para municípios.

²⁵ Segundo o INE, a taxa de emprego (série 2001 e 2011) permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Figura 3.6: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, total e por sexo, em 2001 e 2011 (%)



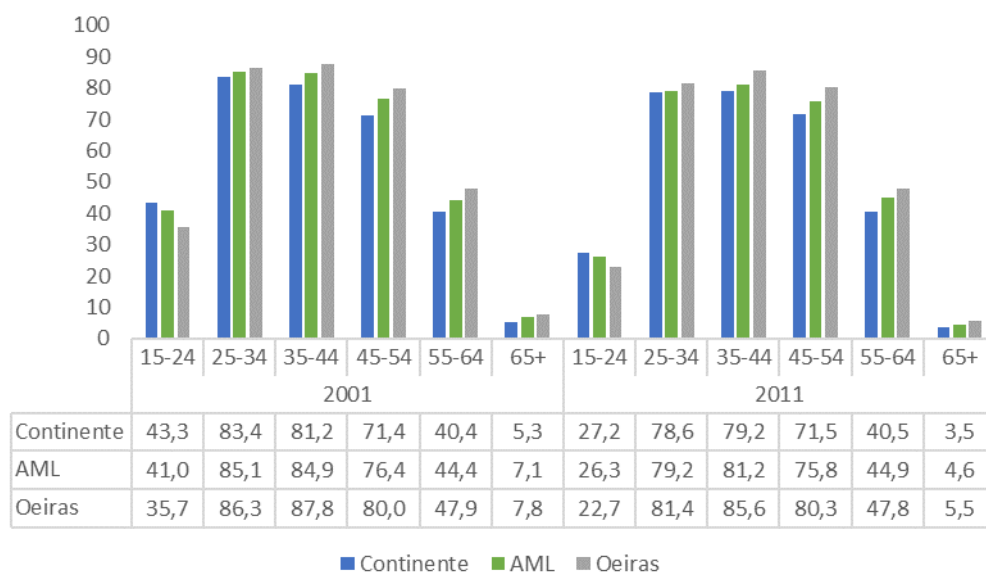
Fonte: PORDATA; Fontes de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Com o apoio da figura 3.7, propõe-se agora uma análise às taxas de emprego por escalões etários. Entre 2001 e 2011, de uma forma geral, a taxa de emprego diminuiu ligeiramente em todas as idades nas três unidades territoriais, com exceção da faixa entre os 45 e os 64 anos de idade, em que as alterações foram diminutas.

Já no escalão dos 15 aos 24 anos, as quedas das taxas de emprego foram acentuadas, diminuindo dezasseis pontos percentuais entre 2001 e 2011 no Continente, cerca de quinze pontos na AML e treze no concelho de Oeiras. Esta é a faixa etária em que Oeiras apresenta uma taxa de emprego inferior à das outras unidades territoriais. O que pode ser explicado por este ser um concelho de elevadas qualificações académicas, incentivando os jovens a permanecer no sistema superior por mais tempo.

Em todas as faixas etárias para além dos 25 anos de idade, a taxa de emprego da população residente no concelho de Oeiras surge constantemente superior à registada no Continente e na AML.

Figura 3.7: Taxa de emprego no Continente, Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras, por escalões etários, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: PORDATA; Fontes de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Analisa-se agora as distribuições das populações de residentes por situação na profissão (Tabela 3.6). À semelhança do que se verifica no Continente e na AML, a maior parte da população residente no concelho de Oeiras integra a categoria de trabalhador por conta de outrem, representando mais de 80% do total de residentes em cada unidade territorial. Surgem, de seguida, os empregadores, que correspondem a cerca de 11% no Continente e na AML e a 12% em Oeiras. Há também que mencionar as proporções dos trabalhadores por conta própria, que representam cerca de 7% dos residentes no Continente e um pouco mais de 5% da população residente quer na AML quer em Oeiras.

Tabela 3.6: População residente no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão, em 2011

Situação na profissão	Continente		AML		Oeiras	
	N	% ¹	N	% ¹	N	% ¹
Empregador	440 175	10,6	128 007	10,5	9 148	11,9
Trabalhador por conta própria	272 672	6,6	64 916	5,3	3 917	5,1
Trabalhador familiar não remunerado	22 511	0,5	3 636	0,3	152	0,2
Trabalhador por conta de outrem	3 365 532	81,1	1 009 021	82,5	62 151	81,0
Membro de uma cooperativa de produção	2 018	0,04	539	0,04	14	0,02
Outra situação	47 344	1,1	17 157	1,4	1 335	1,7
Total	4 150 252	100	1 223 276	100	76 717	100

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; ¹cálculos próprios.

Focando a análise no concelho e distinguindo entre residentes do sexo masculino e do sexo feminino verifica-se na Tabela 3.7 que, no total de residentes de Oeiras, a proporção de mulheres que

trabalham por conta de outrem é superior à dos homens (44,0% do sexo feminino face aos 37,1% do masculino). Relativamente aos empregadores, há mais residentes masculinos (7,2%) do que femininos (4,8%), verificando-se o mesmo para os trabalhadores por conta própria, ainda que a diferença seja para esta situação muito ligeira: 2,7% dos residentes do sexo masculino e 2,4% do sexo feminino.

Tabela 3.7: População residente no concelho de Oeiras e empregada, segundo situação na profissão e por sexo, em 2011

Situação na profissão	Total		Homens		Mulheres	
	N	% ¹	N	% ¹	N	% ¹
Empregador	9 148	11,9	5 490	7,2	3 658	4,8
Trabalhador por conta própria	3 917	5,1	2 088	2,7	1 829	2,4
Trabalhador familiar não remunerado	152	0,2	48	0,1	104	0,1
Trabalhador por conta de outrem	62 151	81,0	28 431	37,1	33 720	44,0
Membro de uma cooperativa de produção	14	0,02	8	0,01	6	0,01
Outra situação	1 335	1,7	582	0,8	753	1,0
Total	76 717	100	36 647	47,8	40 070	52,2

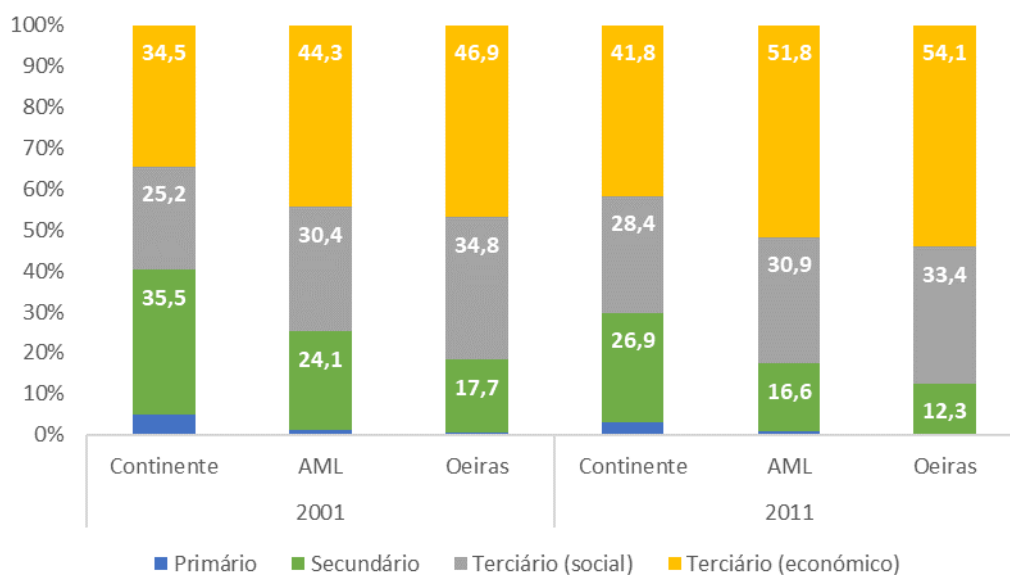
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; ¹cálculos próprios.

Na Figura 3.8 analisam-se as distribuições de empregados residentes pelos setores de atividade nas três unidades territoriais. O setor terciário social e o terciário económico empregam a maior parte dos residentes trabalhadores no território nacional continental, mas assumem maior peso quer em 2001 quer em 2011, no concelho de Oeiras, registando-se um aumento das proporções no último ano em análise – 54,1% no terciário económico e 33,4% no terciário social.

O setor secundário, pelo contrário, apresenta proporções de empregados residentes no Continente e na AML maiores do que as verificadas no concelho de Oeiras, sendo visível que o seu peso diminuiu no panorama nacional em 2011. Em Oeiras, neste ano, apenas 12,3% dos empregados residentes trabalhavam neste setor, contra os 16,6% da AML e os 26,9% do Continente.

Quanto ao setor primário, este apenas apresenta algum peso ao nível do Continente (perto de 5% em 2001 e cerca de 3 em 2011), sendo residual quer na AML, quer no concelho de Oeiras.

Figura 3.8: Proporção de empregados, residentes no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por setor de atividade, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Na Tabela 3.8, verifica-se que Oeiras apresenta uniformidade da distribuição do emprego dos seus residentes no setor de atividade primário, confirmando-se a expressão incipiente que tem neste concelho (inferiores aos 0,8% em todas as freguesias ou uniões de freguesia em 2001 e igual ou inferior aos 0,3% em 2011). Relativamente aos outros setores de atividade observam-se algumas diferenças que, entretanto, se diluíram em 2011.

No setor secundário, a proporção de residentes empregados diminuiu em todas as freguesias ou uniões de freguesia, com particular destaque no caso Barcarena e de Porto Salvo; no entanto, em 2011, estas são as freguesias que apresentam percentagens superiores às concelhias (15,8% e 15,7%, respetivamente, em comparação com a percentagem do concelho, de 12,3%). A União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, que em 2001 surgia acima do valor concelhio, aparece em 2011 com percentagem similar à do concelho.

A distribuição de empregados do setor terciário social manteve-se idêntica nos dois anos em análise, mas em 2011 verifica-se que o peso destes residentes empregados aumentou ligeiramente nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo e na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas que, ainda assim, permanecem abaixo ou próximos dos valores do concelho (31,0%, 32,5% e 33,6%, pela ordem de freguesias, face aos 33,4% do concelho). O número de residentes empregados no setor terciário social assume maior peso na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (35,5% em 2011, acima do valor concelhio de 33,4%), embora tenha sofrido uma diminuição na proporção em relação ao valor de 2001 (de 38,3%).

As baixas identificadas na maioria dos setores devem-se, em grande parte, ao aumento do peso do setor terciário económico registado no ano de 2011 em todas as freguesias ou uniões de freguesia. Em todas, o peso de residentes empregados neste setor aumentou bastante para percentagens que

rondam dos 52% aos 56% (sendo o valor do concelho de 54,1%). Este setor assume maior peso nas Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e na de Carnaxide e Queijas.

Tabela 3.8: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o setor de atividade, em 2001 e 2011

Concelho/ Freguesias	2001					2011				
	Total	Prim.	Sec.	Ter. S.	Ter. E.	Total	Prim.	Sec.	Ter. S.	Ter. E.
	N	%	%	%	%	N	%	%	%	%
Oeiras	81 010	0,6	17,7	34,8	46,9	76 717	0,3	12,3	33,4	54,1
Barcarena	6 176	0,5	24,2	28,9	46,4	6 717	0,3	15,8	31,0	52,9
Porto Salvo	6 445	0,4	24,9	32,2	42,4	6 513	0,2	15,7	32,5	51,6
U.F._A_LV_CQ/D	23 761	0,6	15,8	34,6	49,0	21 313	0,3	10,9	33,6	55,2
U.F._C_Q	15 465	0,4	19,2	32,0	48,4	16 667	0,2	12,4	31,2	56,2
U.F._OSJB_PA_C	29 163	0,7	15,4	38,3	45,6	25 507	0,3	11,5	35,5	52,6

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de

Arcos e Caxias. Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

O ramo de atividade económica com maior expressão no concelho de Oeiras, medida pelo número de residentes empregados, é o *comércio por grosso e a retalho* (G) que emprega 14,8% do total dessa população. Seguem-se a *educação* (com 9,5%), as *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e as *atividades de saúde humana e apoio social* (ambos com 9,0%); e, ainda, as atividades da *administração pública e defesa e segurança social obrigatória* (com 8,6%).

De uma forma geral, as percentagens de residentes empregados não variam muito nas freguesias em relação aos valores concelhios, mas existem algumas diferenças que convém realçar. Na Tabela 3.9 observa-se que Barcarena e Porto Salvo e a União de Freguesia de Carnaxide e Queijas, as localizadas no interior do concelho de Oeiras, têm as proporções mais elevadas de residentes a trabalhar no ramo do *comércio por grosso e a retalho* (17,1%, 15,5% e 16,4%, respetivamente).

Em Barcarena destacam-se também os 9,8% que se empregam nas *indústrias transformadoras* e os 4,9% nos *transportes e armazenagem*.

No caso de Porto Salvo, também se registam proporções consideráveis de residentes empregados na *construção* (7,3) e também no *alojamento, restauração e similares* (6,7). Por último, na União de Freguesias de Carnaxide e de Queijas, há ainda a realçar os 7,4% de residentes que trabalham no ramo das *atividades de informação e de comunicação*.

Tabela 3.9: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte I)

Concelho/ Freguesias	Total	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Oeiras	76 717	0,3	0,0	6,8	0,5	0,6	4,3	14,8	4,0	5,8	6,7
Barcarena	6 717	0,3	0,0	9,8	0,6	0,5	4,9	17,1	4,9	5,8	6,7
Porto Salvo	6 513	0,2	0,0	7,0	0,4	1,1	7,3	15,5	4,0	6,7	5,5
U.F. A_LV_CQ/D	21 313	0,3	0,1	6,4	0,5	0,3	3,6	14,3	3,9	5,9	6,6
U.F. C_Q	16 667	0,2	0,0	7,1	0,6	0,4	4,4	16,4	3,9	5,3	7,4
U.F. OSJB_PA_C	4 029	0,3	0,0	7,0	0,4	0,7	4,9	14,4	3,5	5,6	6,7

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Os setores de atividade económica são: A = Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B = Indústrias extrativas; C = Indústrias transformadoras; D = Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E = Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F = Construção; G = Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H = Transportes e armazenagem; I = Alojamento, restauração e similares; J = Atividades de informação e de comunicação.

Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

Relativamente aos ramos de atividade incluídos na tabela 3.10 é visível uma maior disparidade no concelho. Em Barcarena destaca-se a proporção de residentes empregados no ramo das *atividades de saúde humana, e apoio social*, que é a mais elevada no concelho (9,8%) face ao total de 9,0%.

Em Porto Salvo há a destacar, por registarem as maiores percentagens no contexto do concelho de Oeiras, os residentes que trabalham *nas atividades administrativas e dos serviços de apoio* (com uma percentagem de 7,8% face à do concelho, de 5,9%).

Nas uniões de freguesia localizadas no litoral, verifica-se que em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo há mais trabalhadores nos ramos das *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e da *educação* que representam 10,2%, percentagem superior aos 9,0% concelhios.

Na União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paços de Arcos e Caxias é o ramo da *administração pública e defesa; segurança social obrigatória* que regista a proporção mais elevada de residentes empregados no cenário do concelho (12,2%, face à percentagem de 8,6% do concelho), o que talvez possa ser explicado pelo facto de ser sede de concelho concentrando, dessa forma, mais serviços.

Tabela 3.10: Proporção dos empregados da população residente nas freguesias ou uniões de freguesia de Oeiras, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (Parte II)

Concelho/ Freguesias	Total	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Oeiras	76 717	6,4	1,2	9,0	5,9	8,6	9,5	9,0	1,7	4,9
Barcarena	6 717	6,0	0,8	6,6	4,8	7,8	8,1	9,8	1,5	4,1
Porto Salvo	6 513	5,1	0,9	5,8	7,8	9,6	8,2	7,5	1,3	6,1
U.F. A_LV_CQ/D	21 313	7,1	1,5	10,2	5,6	7,9	10,3	9,2	1,8	4,6
U.F. C_Q	16 667	6,9	1,1	8,7	6,2	7,1	8,3	9,5	1,7	5,0
U.F. OSJB_PA_C	4 029	5,2	1,2	8,0	6,1	12,2	8,7	8,5	1,5	5,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Os setores de atividade económica são: L = Atividades financeiras e de seguros; M= Atividades imobiliárias; N = Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; O = Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P = Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; Q = Educação; R = Atividades de saúde humana e apoio social; S = Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; T = Outras atividades de serviços.

Quanto ao sistema de cores, assinalaram-se a verde as células em que os valores das freguesias ou uniões de freguesia são superiores aos valores do concelho, e a rosa os inferiores. As células em branco correspondem a valores iguais ou com diferenças inferiores a 0,5 em relação aos valores do concelho.

Em suma, o concelho de Oeiras caracteriza-se por (i) ter taxas de emprego elevadas, por, (ii) apesar de a maioria dos residentes ser composta por trabalhadores por conta de outrem à semelhança dos quadros nacional e regional, ter uma maior proporção de empregadores, sobretudo, do sexo masculino, e (iii) também pelo peso particularmente acentuado do setor terciário económico. Existe uma oferta elevada de trabalho qualificado por força da existência de vários parques tecnológicos que abrangem todas as freguesias ou uniões de freguesia, mas nota-se uma maior concentração de residentes empregados em ramos de atividades menos qualificados no interior do concelho.

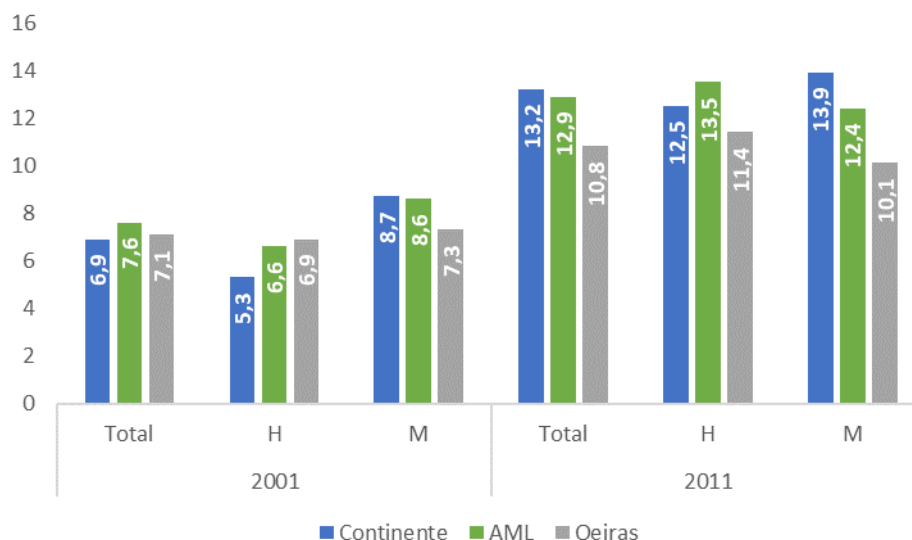
3.4: Desemprego

Quanto ao desemprego²⁶, a primeira ilação a retirar da figura 3.9 é a do aumento acentuado das percentagens de desempregados por cada 100 ativos em 2011 em todo o território nacional.

Sendo esse cenário igualmente real no caso de Oeiras, destaca-se este concelho pelas proporções consideravelmente inferiores da taxa de desemprego, quer entre homens, quer entre mulheres, em comparação com as observadas no Continente e na AML. Além dos aumentos terem sido menos acentuados, em 2011, ano em que já se faziam sentir fortemente os efeitos da crise de 2007/2008, a taxa de desemprego ronda os 11% para os dois sexos, inferior aos cerca de 13% registados no Continente e na AML.

²⁶ De acordo com o INE, a taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos, isto é, por cada 100 residentes entre os 15 e os 64 anos, disponíveis para trabalhar, empregados e desempregados.

Figura 3.9: Taxa de desemprego no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, segundo o sexo, em 2001 e 2011



Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: INE – X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Para este indicador – taxa de desemprego - é possível apresentar dados mais recentes, recorrendo ao número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP),²⁷ mesmo que correspondam a uma aproximação ao número real de desempregados, tendo em conta que nem todos estão inscritos naquela entidade. Na Tabela 3.11, verifica-se que o número de inscritos, em média anual, tem diminuído acentuadamente desde 2014 no Continente, na AML e no concelho de Oeiras.

Em 2019, o número de inscritos no centro de emprego era de 3.619,9, um valor muito inferior ao observado em 2014, de 7.497,7. Existem algumas previsões quanto à taxa de desemprego para o ano de 2020 e futuros, mas que ainda não apresentam fiabilidade suficiente, tendo em conta a situação única que se vive por altura da elaboração deste documento²⁸.

Tabela 3.11: Número de inscritos no Instituto e Emprego e Formação Profissional no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2014 e 2019

Unidades territoriais	Total (média anual)					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Continente	604 566,3	527 337,1	491 577	407 132,1	332 709,2	291 495,7
AML	152 269,7	133 218,8	126 984,9	105 296,3	86 065,8	73 937,6
Oeiras	7 497,7	6 472,1	6 265,0	5 473,0	4 374,8	3 619,9

Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: IEFP/MTSSS.

²⁷ Segundo o PORDATA, considera-se candidato inscrito num Centro de Emprego quem não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho.

²⁸ Ano da pandemia mundial associada ao Covid19.

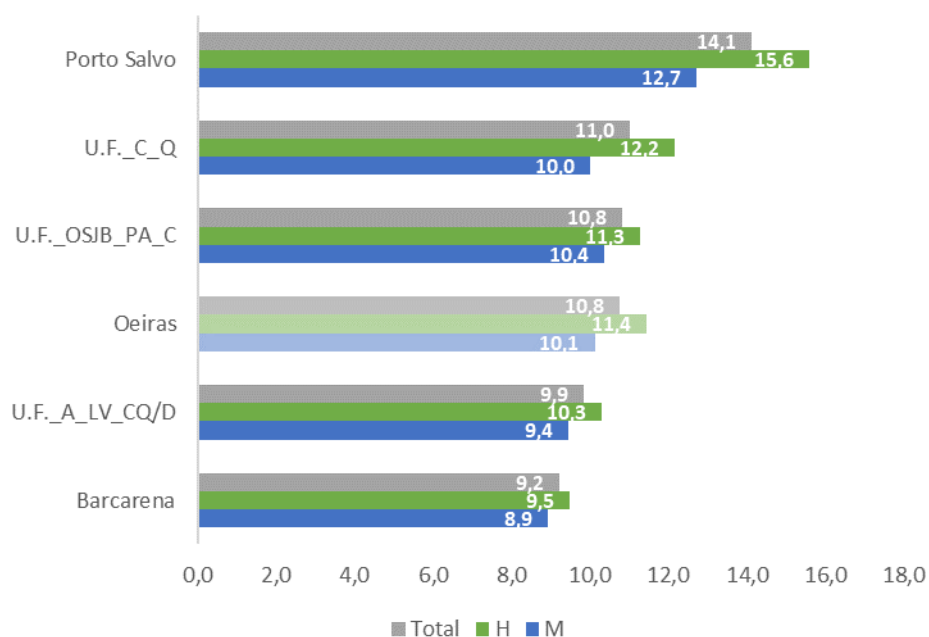
Regressando aos dados dos censos, analisam-se na figura 3.10 as taxas de desemprego por freguesia ou união de freguesia. Comparando as taxas de desemprego de cada uma com as percentagens do concelho, a União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a freguesia de Barcarena destacam-se positivamente com percentagens inferiores em 1% e em 2%, pela ordem.

Nas Uniões de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e na de Carnaxide e Queijas as taxas de desemprego total, do sexo masculino e do sexo feminino, são bastante semelhantes às concelhias.

O cenário agrava-se quando se observam as taxas de desemprego na freguesia de Porto Salvo, em particular entre o sexo masculino, que atingem 15,6%, ou seja, perto de 16 por cada 100 homens ativos, um valor bastante superior ao do concelho, de 11,3%; a taxa de desemprego entre as mulheres era de 12,7%, igualmente superior à do concelho (10,4%).

Tendo em conta os indicadores trabalhados neste capítulo até este momento, que versam sobre tópicos mais estáveis na caracterização de uma população, e que dão conta de um contexto socioeconómico menos favorável nesta freguesia, calcula-se que o cenário espelhado na Figura 3.10 ao nível das freguesias ou uniões de freguesia se mantenha, ainda que com percentagens mais baixas.

Figura 3.10: Taxa de desemprego por freguesia ou união de freguesia, segundo o sexo, em 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

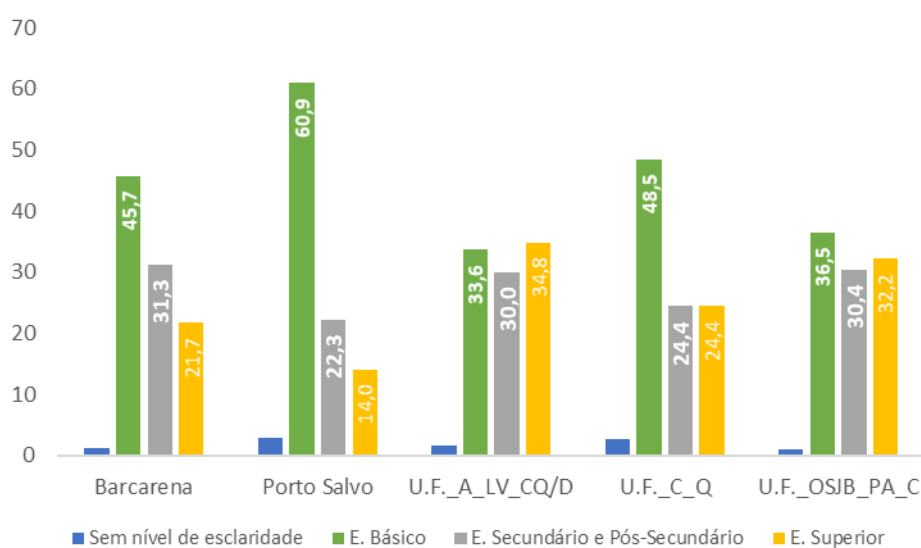
Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Na Figura 3.11 analisa-se a taxa de desemprego relacionando-a com o nível de escolaridade completo dos desempregados. Em todas as freguesias ou uniões de freguesia do concelho de Oeiras,

as proporções de desempregados que têm Ensino Básico completo tendem a ser mais elevadas em relação aos desempregados que têm nível Ensino Secundário, Pós-Secundário ou Ensino Superior. Não é de estranhar que as proporções sejam maiores nas freguesias de Barcarena e de Porto Salvo, onde os residentes com apenas o Ensino Básico completo tem maior expressão.

Estes dados expressam, no geral, a necessidade de prestar atenção à qualificação escolar da população adulta com níveis inferiores ao Ensino Secundário.

Figura 3.11: Proporção de desempregados segundo o grau de ensino completo por freguesia ou união de freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. Cálculos próprios.

Legenda: U.F. A_LV_CQ/D = União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo; U.F. C_Q = União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; U.F. OSJB_PA_C = União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

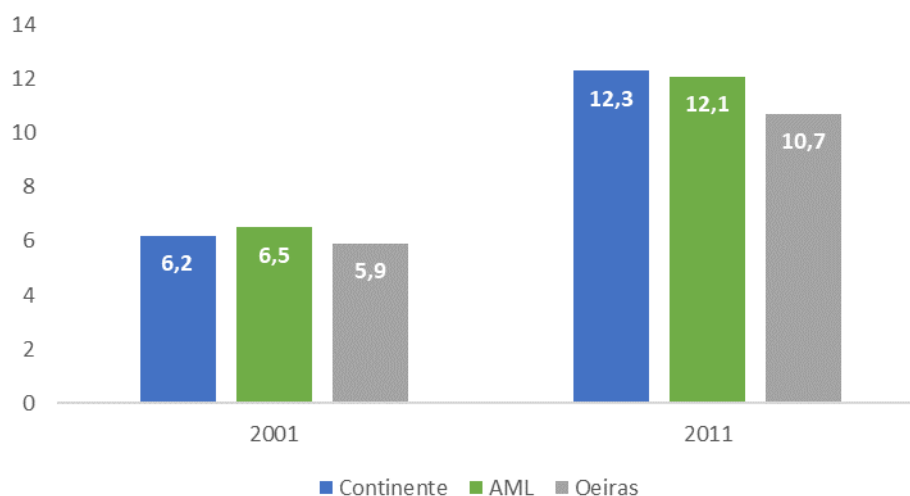
Notas: As percentagens foram calculadas sobre o número total de desempregados sobre os quais se conhecem os níveis de escolaridade completos.

Ao contrário do que aconteceu com a taxa de desemprego total, a figura 3.12 revela que entre a faixa etária dos 24 aos 35 anos de idade o número de desempregados por cada 100 ativos quase duplicou entre 2001 e 2011 nas três unidades territoriais em análise.

No concelho de Oeiras, a proporção de desempregados jovens²⁹ continua a ser menor quando comparada com o Continente e a AML, mas também se regista um aumento de cerca de 6% em 2001 para quase 11% no ano de 2011.

²⁹ De acordo com o INE, o desemprego jovem foca o conjunto de desempregado que se encontram na faixa etária entre os 24 e os 35 anos.

Figura 3.12: Taxa de desemprego jovem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2011



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População; Cálculos próprios.

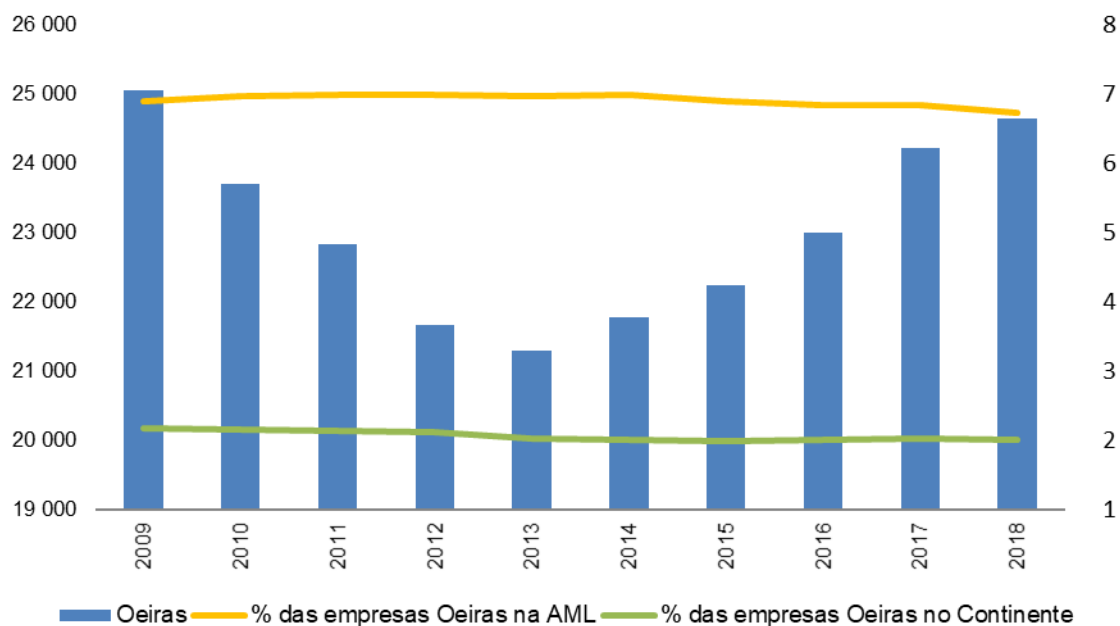
Resumindo, a análise da taxa de desemprego mostra uma tendência de diminuição constante no concelho, à semelhança do quadro nacional e regional e de inferioridade em relação ao Continente e à AML, porém há indício de grupos mais vulneráveis a este fenómeno em Oeiras, nomeadamente os residentes com níveis de escolaridade mais baixos e os jovens entre os 24 e os 35 anos de idade.

3.5: Tecido empresarial

Entre 2009 e 2018 o número de empresas sediadas no concelho de Oeiras sofreu algumas alterações, como é possível analisar na Figura 3.13. Se entre 2009 e 2013 ocorreu um decréscimo, de 3.757 empresas, entre 2014 e 2018 o número cresceu (um aumento de 2.866 empresas). O número de empresas em 2018 é, contudo, ligeiramente inferior ao registado em 2009 (24.653 em 2018 e 25.048 em 2009).

No período em análise, o peso em Portugal Continental e na AML das empresas sediadas no concelho de Oeiras manteve-se relativamente constante. Em 2018, o total de empresas com sede no concelho de Oeiras representava 7% do total de empresas sediadas nos concelhos da AML e 2% das empresas sediadas no Continente.

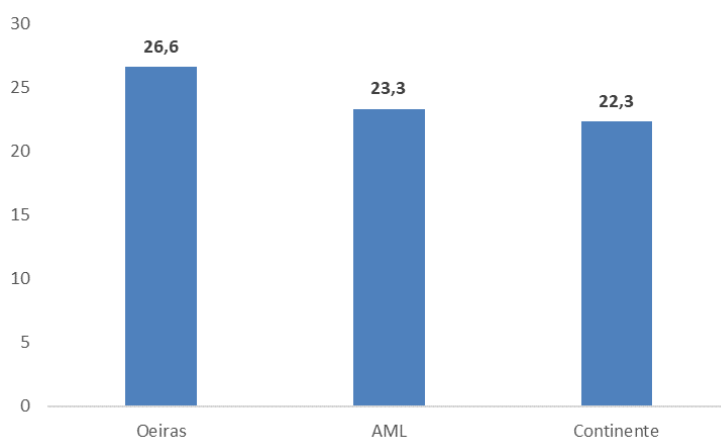
Figura 3.13: Número de empresas sediadas no concelho de Oeiras, e peso na Área Metropolitana de Lisboa e Continente, entre 2009 e 2018



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Cálculos próprios.

Na figura 3.14 analisa-se o rácio entre a população ativa e o número de empresas. Verifica-se nitidamente um rácio maior no concelho de Oeiras, comparativamente à Área Metropolitana de Lisboa e ao Continente. É possível dizer que, em 2011, no concelho de Oeiras para cada 100 pessoas ativas existem aproximadamente 27 empresas, valor superior ao da AML (cerca de 23 empresas por 100 pessoas ativas) e do Continente (cerca de 22 empresas por 100 pessoas ativas).

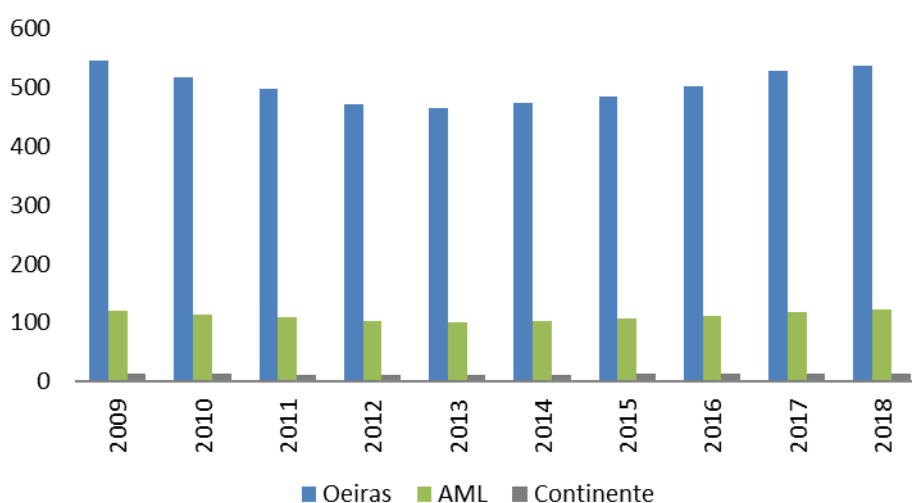
Figura 3.14: Rácio entre população ativa e o número de empresas em 2011, no concelho de Oeiras, AML e Continente



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011; Cálculos próprios.

Analisando o número de empresas no concelho de Oeiras em termos de densidade (empresas por Km²) comparativamente às que se encontram em outros concelhos da AML e do Continente, verificamos que há uma densidade empresarial no concelho de Oeiras muito superior (Figura 3.15). Em termos concretos, em 2018, o concelho de Oeiras apresenta uma média de 502 empresas por Km², na AML são 110 empresas por Km² e em Portugal Continental o número desce para 12 empresas por Km².

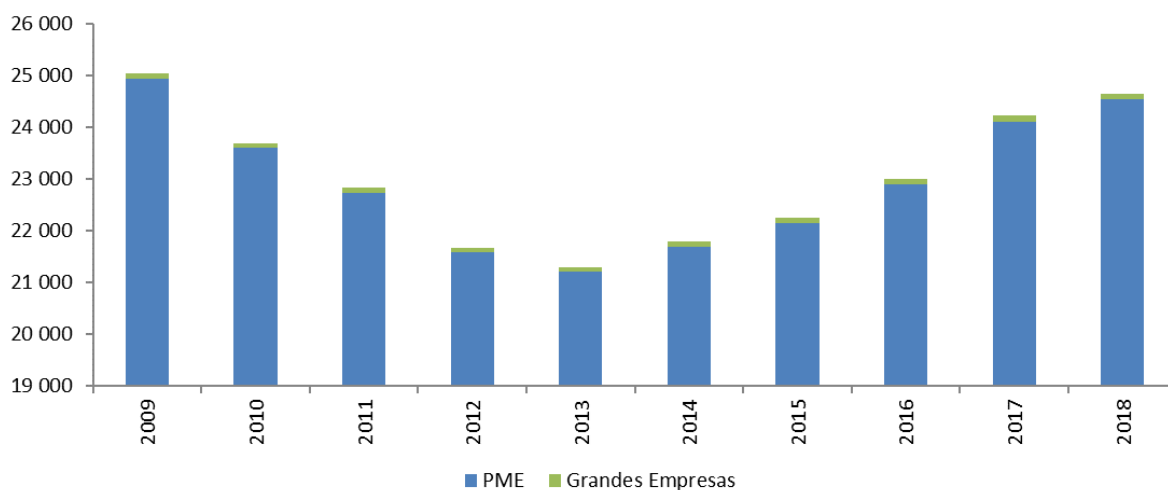
Figura 3.15: Número médio de empresas não financeiras por km² no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2009 e 2018



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: IGP - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0.

Um outro aspeto relevante para a caracterização do tecido empresarial no concelho é a evolução das empresas em termos da sua dimensão (ver figura 3.16). As Pequenas e Médias Empresas são a tipologia mais representativa do tecido empresarial do concelho de Oeiras. Já o número de Grandes Empresas tem-se situado entre 90 (anos 2012 e 2013) e 106 (ano de 2017), correspondendo a 0,4% do total das empresas em cada ano.

Figura 3.16: Evolução das empresas sediadas no concelho de Oeiras por dimensão, entre 2009 e 2018

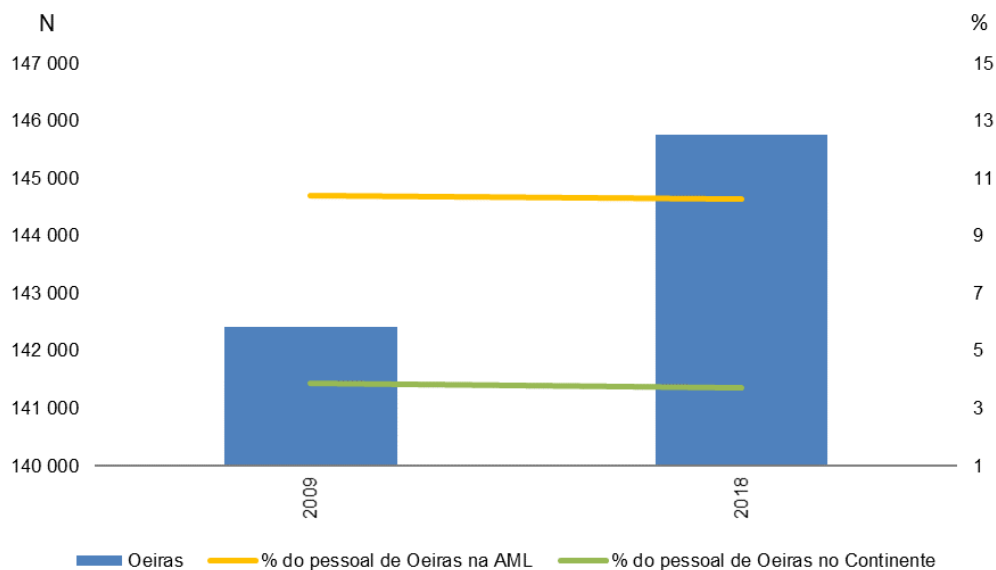


Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A Figura 3.17 permite analisar a distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras, nas unidades territoriais de Portugal Continental, AML e concelho de Oeiras. Evidencia-se um crescimento do número de pessoas nas empresas no concelho de Oeiras entre 2009 e 2018. O número de pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras ascendia em 2018 a 145.771. Este valor situa-se acima do valor de 2009, encontrando-se mais 3.348 pessoas a trabalhar em empresas no concelho de Oeiras. Tal corresponde a aproximadamente 83% da população residente.

Acrescenta-se que o número de pessoas ao serviço no concelho de Oeiras em 2018 correspondia a 10,2% do pessoal em toda a AML, com um ligeiro aumento percentual comparativamente a 2009, e 3,7% do pessoal ao serviço em todo o Continente, com uma ligeira diminuição comparativamente a 2009.

Figura 3.17: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, em 2009 e 2018, em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa e Continente



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Cálculos próprios.

Nota: Dados incompletos para o setor primário.

Em termos concretos, o ramo com maior número de pessoas empregadas é o comércio por grosso e a retalho (G), com 34.768 mil pessoas ao serviço, representando 24% do total.

O segundo ramo com maior peso na distribuição das pessoas ao serviço das empresas no município de Oeiras é o de atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), representando aproximadamente 22% do pessoal ao serviço, 31.256 mil pessoas.

Destaca-se também o pessoal ao serviço nas atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares (M), 12.934 mil, com um peso na ordem dos 9% no total; alojamento, restauração e similares (I), com 12.205 mil pessoas, correspondendo a 8,4%; e, por fim, a construção, que corresponde a 8,3% e 12.046 mil pessoas.

Tabela 3.12: Pessoal ao serviço das empresas não financeiras no concelho de Oeiras, por ramo de atividade económica, em 2018

	Ramo de atividade económica	N	%
--	-----------------------------	---	---

A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	n.a.
B	Indústrias Extrativas	1	n.a.
C	Indústrias Transformadoras	8 552	5,9
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	165	0,1
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	1 114	0,8
F	Construção	12 046	8,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	34 768	24,0
H	Transportes e armazenagem	2 786	1,9
I	Alojamento, restauração e similares	12 205	8,4
J	Atividades de informação e de comunicação	11 138	7,7
L	Atividades Imobiliárias	1 921	1,3
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12 934	8,9
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	31 264	21,6
P	Educação	2 645	1,8
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	9 539	6,6
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2 106	1,5
S	Outras Atividades de serviços	1 852	1,3
	Total	145 035	100

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Legenda: n.a. = não se aplica

Nota: ¹dados confidenciais.

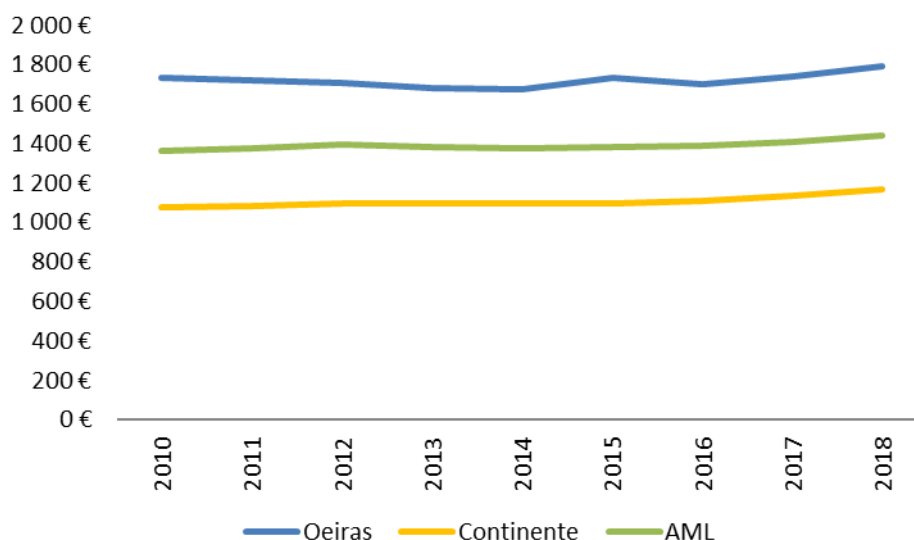
Em jeito de balanço, podemos dizer que se ao pessoal ao serviço de empresas não financeiras juntarmos os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria, teremos um valor superior à população do concelho. O que significa que muita gente que trabalha no concelho de Oeiras reside em outros concelhos. Esta atração do concelho de Oeiras pode ter consequências para a educação, uma vez que muitos dos trabalhadores do concelho tenderão a trazer os filhos para os equipamentos escolares existentes.

3.6: Rendimentos

É evidente na figura 3.18 que o ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018, tem-se mantido no escalão entre 1.600€ e 1.800€, enquanto no Continente o valor de ganho mensal médio situa-se entre 1.000€ e 1.200€ e na AML entre 1.300€ e 1.400€.

Em 2018, um trabalhador por conta de outrem no concelho de Oeiras ganhava em média 1.791,5 euros. Assim, os trabalhadores no concelho de Oeiras obtêm um ganho mensal médio superior aqueles cujas empresas estão localizadas em outros concelhos da AML ou do Continente. Em concreto, o ganho é 9,7% superior ao ganho médio no Continente e 5,4% superior ao ganho médio da AML. Globalmente, tudo indica, portanto, que estamos a estudar um concelho relativamente afluyente.

Figura 3.18: Evolução do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018

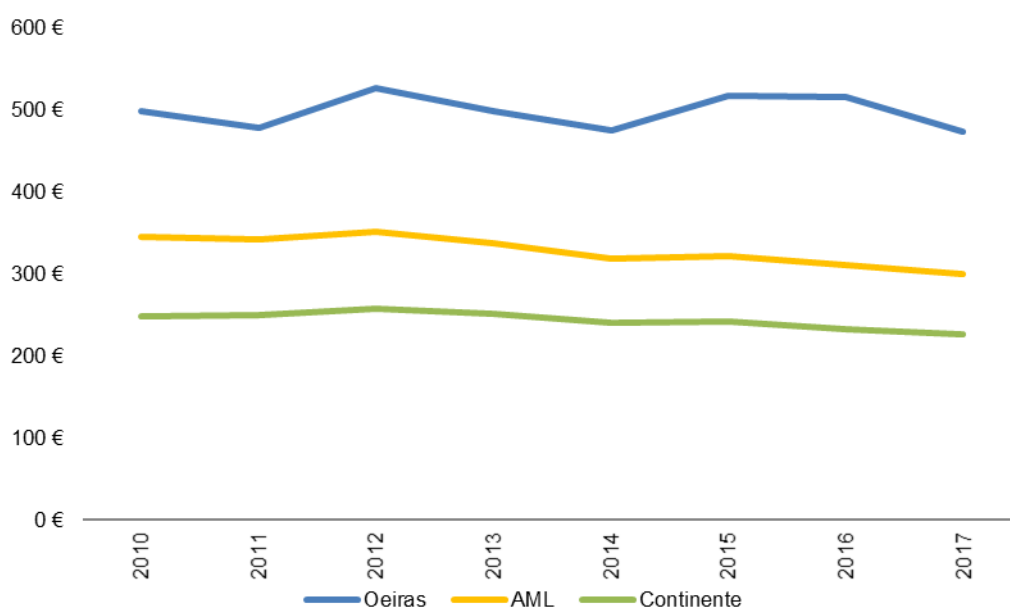


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

A análise das diferenças do ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017, presente na figura 3.19, evidencia períodos em que as diferenças salariais entre homens e mulheres diminuíram, são eles: 2010-2011, 2012-2014 e 2016-2017. Esta evolução é visivelmente mais vincada do que as que ocorreram na AML e no Continente.

Interessa, assim, salientar que é no concelho de Oeiras que as diferenças salariais entre homens e mulheres são mais visíveis, situando-se entre 473€ e 525€, durante o período em análise. Em 2017 (último ano a que temos acesso na base de dados utilizada), no concelho de Oeiras, os homens ganhavam em média 1.957,8 euros, um valor 12,5% superior à média do concelho, enquanto as mulheres ganhavam em média 1.484,8 euros, um valor 14,7% inferior à média. Isto apesar de, como vimos atrás, a escolaridade ser mais elevada, em média, entre as mulheres do que entre os homens.

Figura 3.19: Evolução das diferenças entre homens e mulheres em termos do ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2017

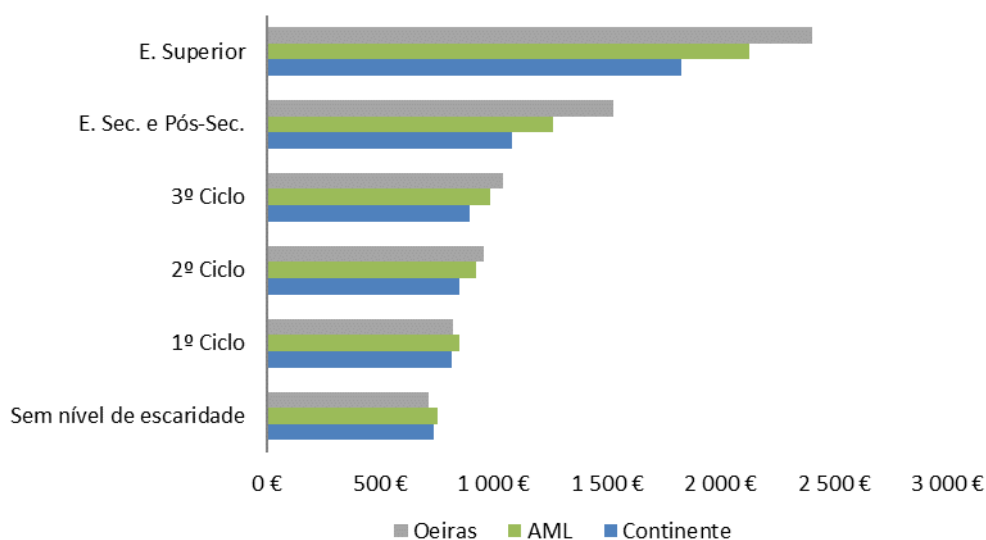


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Como expectável os ganhos médios mensais crescem com o aumento do nível de escolaridade (ver Figura 3.20). Tendo por referência que em 2017, no concelho de Oeiras, o ganho médio mensal era de 1.740,2 euros, os trabalhadores com escolaridade até ao 2.º ciclo do Ensino Básico auferem em média ganhos inferiores a 1.000 euros mensais. No sentido oposto, os trabalhadores que possuem um diploma de ensino superior auferem em média mais 657 euros por mês.

Os ganhos médios mensais no concelho de Oeiras são superiores aos ganhos médios na AML e no Continente em todos os níveis de habilitações, exceto para os indivíduos com qualificações inferiores ao 1.º ciclo EB ou com este nível de escolaridade. Só os trabalhadores com um nível de habilitação superior (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento) recebem mais do que o valor médio total, seja em Lisboa, na AML ou no Continente.

Figura 3.20: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, por escolaridade no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, em 2017



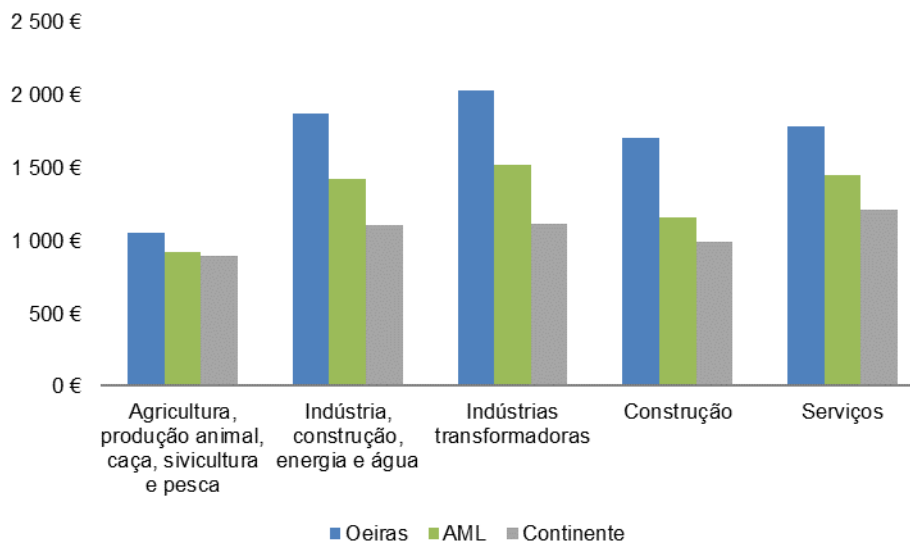
Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Como visível na Figura 3.21, o pessoal do ramo da *construção* e dos *serviços* no concelho de Oeiras recebe uma remuneração mensal mais próxima ao valor médio, sendo a diferença de menos 90,5 euros no primeiro caso e de menos 8,8 euros no segundo. Tanto os trabalhadores da *indústria, construção, energia e água*, como das *indústrias transformadoras*, auferem um ganho mensal superior à média do concelho. No primeiro caso o valor é de mais 75,8€ e no segundo caso de mais 240,4€.

Novamente, os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no município de Oeiras, tendo como referência o ano de 2018, ganham mais, em média, do que os trabalhadores na AML e no resto do Continente, em todos os ramos de atividade económica. Apesar disso, o retrato descrito para o concelho de Oeiras é próximo do que poderia ser feito para a AML e para o Continente, seguindo as mesmas tendências. São os trabalhadores das *indústrias transformadoras* os que ganham um salário médio mensal mais elevado, tanto no concelho de Oeiras, como na AML (2.031,9€ e 1.521,3€, respetivamente), ainda que a diferença entre os dois territórios seja de mais de 500 euros. No Continente é o ramo dos *serviços* que apresenta uma remuneração superior (1.208,9€), sendo o valor inferior à AML e a Oeiras.

Existem, no entanto, alguns pontos distintos que merecem ser considerados: as diferenças com o valor médio mensal são menos significativas na AML e no Continente no que diz respeito ao ramo da *agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* (uma diferença de 522,5€ na AML e uma diferença de 273,9€ no Continente); as atividades da *construção* apresentam um valor médio acentuadamente mais baixo comparativamente à média (menos 279€ na AML e menos 177,1€ no Continente); e no Continente os trabalhadores da *indústria* recebem um ganho mensal ligeiramente inferior ao ganho médio do país (uma diferença de cerca de 60€).

Figura 3.21: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana e Lisboa e no concelho de Oeiras, por ramo de atividade, em 2018

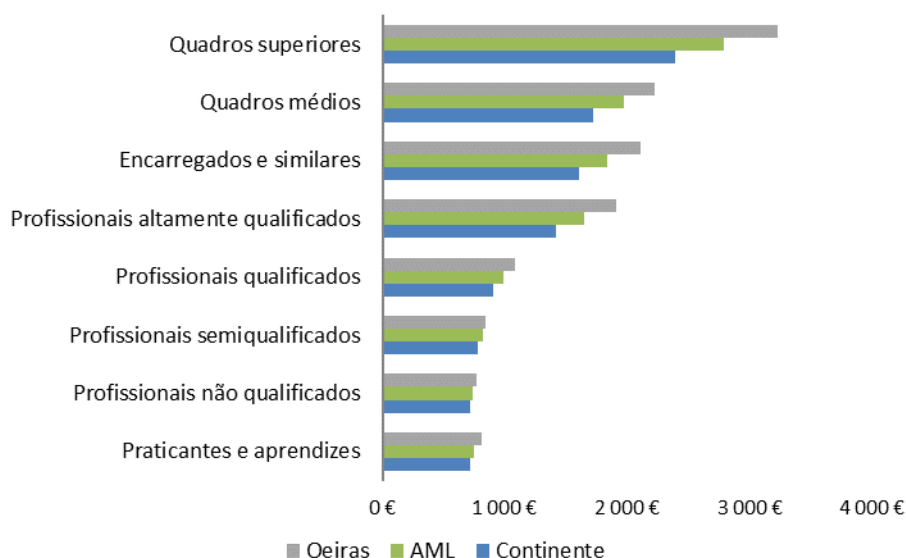


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

Tal como acontece nos ramos de atividade económica em análise na figura anterior, os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do concelho de Oeiras auferem um ganho superior aos trabalhadores na AML e no Continente tendo em conta nos níveis de qualificação (ver Figura 3.22). No concelho de Oeiras apenas os praticantes e aprendizes, os profissionais não qualificados e os profissionais semiqualeificados têm ganhos médios inferiores à média do concelho (variando entre 67,5% e 74,3% da média do concelho). No sentido inverso, são os quadros superiores, seguidos dos quadros médios, dos encarregados e similares e os profissionais altamente qualificados que auferem um valor superior ao valor médio do concelho. Os quadros superiores auferem mais 184% do que a média do concelho, valor acima de qualquer nível de qualificação dentro e fora do concelho de Oeiras.

É importante salientar ainda que no Continente apenas os quadros superiores apresentam um ganho mensal médio superior à média territorial (137% superior), enquanto os profissionais não qualificados e semiqualeificados apresentam um ganho mensal de menos de metade da média nacional. A AML segue a mesma tendência do concelho de Oeiras, apesar de diferenças menos acentuadas acima da média (profissionais altamente qualificados, encarregados e similares, quadros médios e quadros superiores) e diferenças mais acentuadas nos casos localizados abaixo da média de ganho mensal (praticantes e aprendizes, profissionais não qualificados, profissionais semiqualeificados e profissionais qualificados).

Figura 3.22: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos no Continente, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Oeiras, por qualificação, em 2017

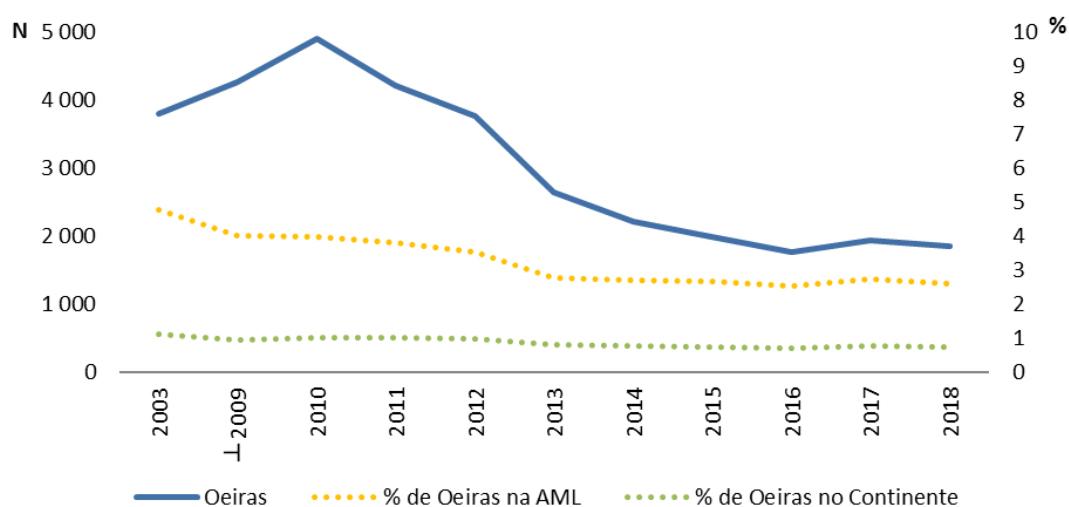


Fonte: PORDATA; Fontes de dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal.

3.7. Apoios sociais

Ao analisar a evolução do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e do Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Oeiras, verifica-se que houve um aumento do número de beneficiários entre 2003 e 2010 e que, a partir desse ano o número de beneficiários tem baixado, havendo uma certa continuidade em termos de número de beneficiários a partir de 2015. Em 2018, no concelho de Oeiras, 1.850 indivíduos beneficiaram do RSI ou do RMG, o número mais baixo no período em análise. Tal número representa 1,2% da população residente no concelho de Oeiras com 15 e mais anos, comparativamente a 3,4% da população residente em 2010. Este número representa 3% do número total de beneficiários na Área Metropolitana de Lisboa e 0,7% no Continente, um peso que tem diminuído ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao Continente.

Figura 3.23: Número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2003 e 2018

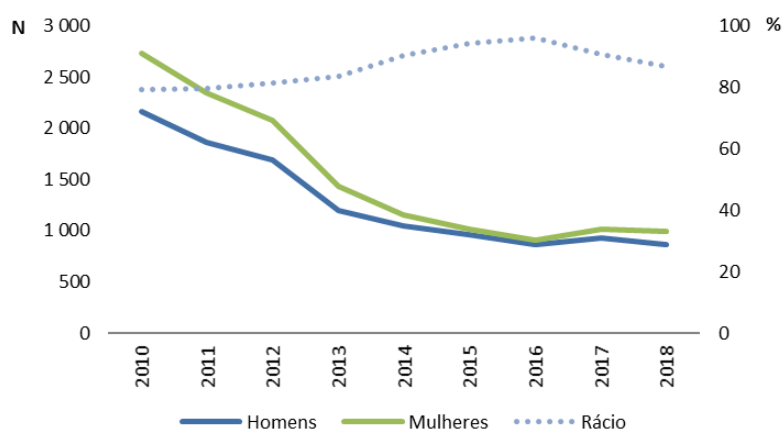


Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.
 Legenda: ⊥ = Quebra de série

Na Figura 3.24, ao analisar a evolução do número de beneficiários por sexo, entre 2010 e 2018, verifica-se que o número de beneficiários do sexo masculino e do sexo feminino diminuiu até 2016, havendo um ligeiro aumento em 2017 e voltando a decrescer em 2018.

Em 2018 eram 860 os homens beneficiários de RMG ou RSI e 990 as mulheres. Por sua vez, a análise do rácio evidencia que o número de homens beneficiários tem aumentado, sobretudo até 2016, havendo uma diminuição em 2017 e 2018. No ano de 2018 para cada 100 mulheres beneficiárias havia 87 homens.

Figura 3.24: Número de beneficiários do RMG e RSI por sexo no concelho de Oeiras, entre 2010 e 2018

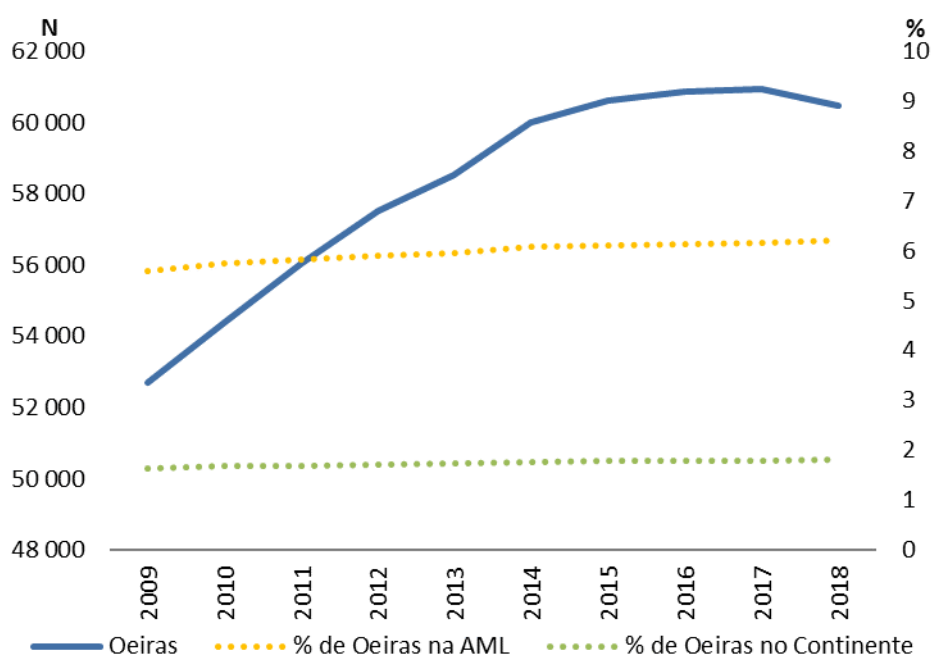


Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Ao contrário do que acontece com o RSI e o RMG, o número de pensionistas tem aumentado ao longo do tempo, como é visível na Figura 3.25. Entre 2009 e 2017 o número de pensionistas aumentou de 52.690 para 60.923, havendo um ligeiro decréscimo em 2018 para 60.470. Estas tendências seguem o fluxo do número de pensionistas na AML e no Continente.

Contudo, em termos de percentagem dos pensionistas do concelho de Oeiras na AML e no Continente, verifica-se um ligeiro aumento até 2018, sem decréscimos. Assim sendo, se em 2009 a percentagem de pensionistas em Oeiras correspondia a 5,6% dos pensionistas da AML e 1,6% do Continente, em 2018 correspondia a 6,20 da AML e 1,8% do Continente.

Figura 3.25: Número de pensionistas no concelho de Oeiras e peso na Área Metropolitana de Lisboa e no Continente, entre 2010 e 2018

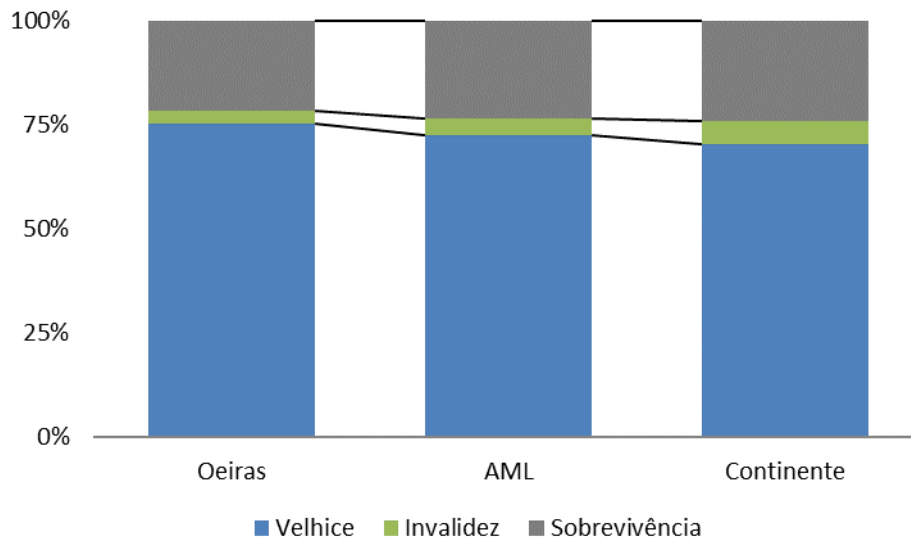


Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS, CGA/MTSSS; Cálculos próprios.

Como a Figura 3.26 evidencia, nos três territórios são as pensões por velhice as mais expressivas, correspondendo a 75% das pensões no concelho de Oeiras, 72% na AML e 70% no Continente.

O número de pensões por invalidez e de sobrevivência é maior na AML e no Continente, relativamente ao concelho de Oeiras, sendo que neste concelho as pensões de sobrevivência são 22% das pensões e as de invalidez 3%.

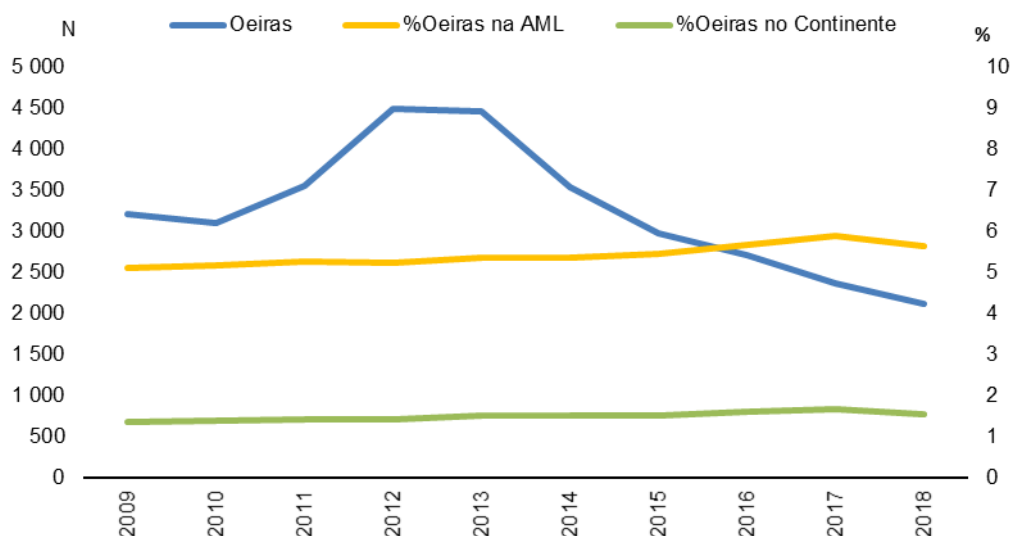
Figura 3.26: Número de pensionistas por tipo no concelho de Oeiras, em 2018



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Na Figura 3.27 é possível observar a evolução do número total de beneficiários do subsídio de desemprego entre 2009 e 2018 no concelho de Oeiras. É possível identificar três períodos distintos. Um primeiro período de crescimento, entre 2009 e 2012, em que o número de beneficiários deste subsídio aumentou em 2.645 casos (havendo em 2012 4.4.91 beneficiários). Um segundo período de estabilização, entre 2012 e 2013, em que o número médio de beneficiários situava-se nos 4.473,5. Finalmente, um terceiro período de decréscimo, entre 2013 e 2018, com menos 2.368 beneficiários. Assim sendo, em 2018 existiam 2.123 beneficiários de subsídios desta natureza. Tal número corresponde a 5,6% do total de beneficiários do subsídio de desemprego na Área Metropolitana de Lisboa e 1,6% no Continente. A Figura revela ainda que o peso do total de beneficiários do subsídio de desemprego nos dois territórios tem-se mantido ao longo do período em análise, acompanhando as tendências na AML e no Continente.

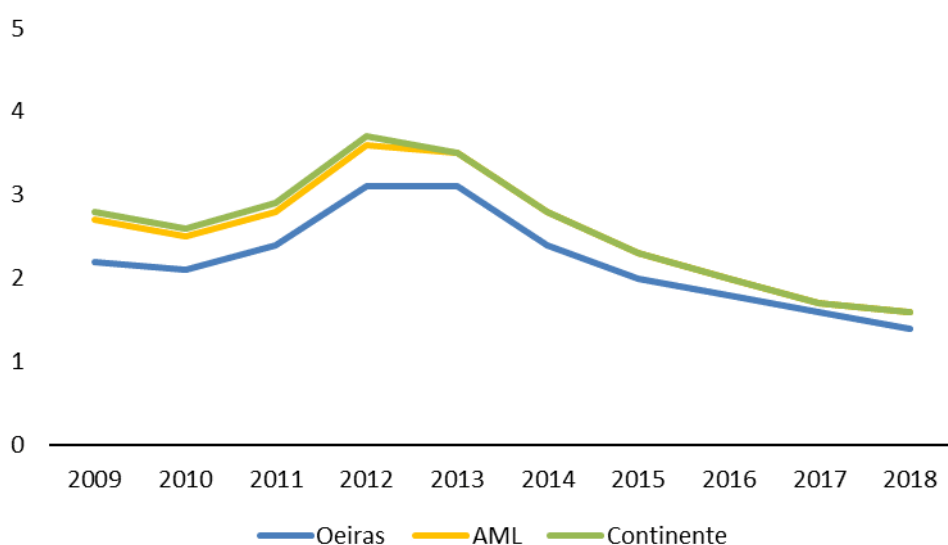
Figura 3.27: Total de beneficiários do subsídio de desemprego



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente e II/MTSSS; Cálculos próprios.

A Figura 3.28 onde se analisa a percentagem de beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente sublinha o cenário em cima descrito e evidencia o acompanhamento das tendências nos três territórios. Sobressai, contudo, o facto de a percentagem de beneficiários na população residente no concelho de Oeiras ser menor do que na AML e no Continente, como já evidenciado nos dados sobre o desemprego acima relatados. Esta percentagem varia entre 3,1% em 2012 e 2013 e 1,4 em 2018.

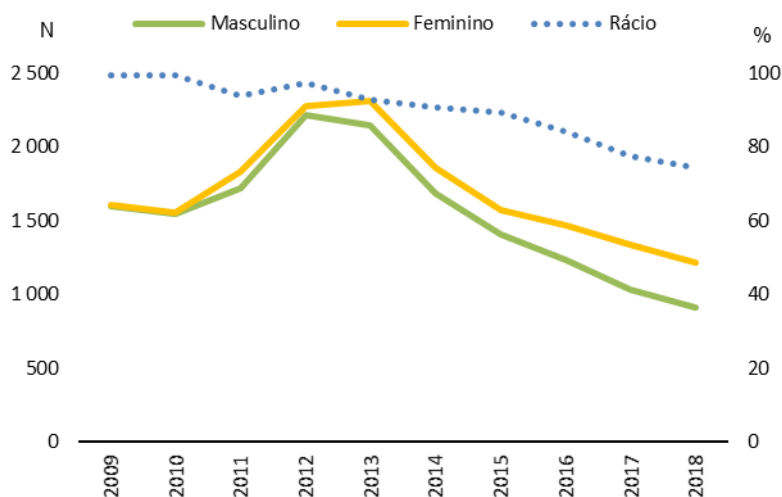
Figura 3.28: Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente e II/MTSSS; Cálculos próprios.

Ainda sobre as medidas de apoio ao desemprego, se analisarmos o número de beneficiários por sexo, verificamos que o número de beneficiários de sexo feminino tem aumentado ao longo do período em análise, sendo em 2018 mais 311 casos. A análise do rácio evidencia, assim, que o número de homens beneficiários de subsídio de desemprego tem diminuído. No ano de 2018 para cada 100 mulheres beneficiárias havia 74 homens.

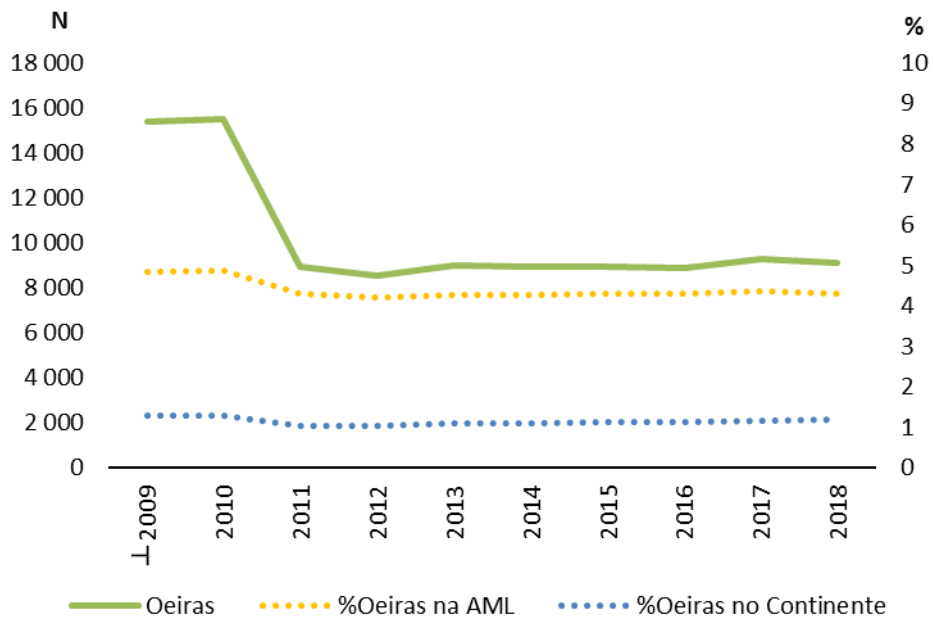
Figura 3.29: Beneficiários do subsídio de desemprego por sexo



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

Interessa nesta análise focada nos apoios sociais e na evolução do número de beneficiários no concelho de Oeiras, comparativamente à AML e ao Continente ainda debruçar-nos sobre os beneficiários do abono de família para crianças e jovens. A Figura 3.30 evidencia uma quebra abrupta entre 2010 e 2011 no número de beneficiários deste apoio social (de 15.494 em 2010 para 8.968 em 2011). A partir do ano de 2011 verifica-se uma estabilização do número, com um ligeiro crescimento em 2017 (9.304 beneficiários). Em 2018 eram 9.131 o número de beneficiários do abono de família no concelho de Oeiras, o que correspondia a 4,3% do número de beneficiários deste apoio na AML e 1,2% do número de beneficiários no Continente.

Figura 3.30: Número de beneficiários do abono de família



Fonte: PORDATA; Fonte de dados: II/MTSSS; Cálculos próprios.

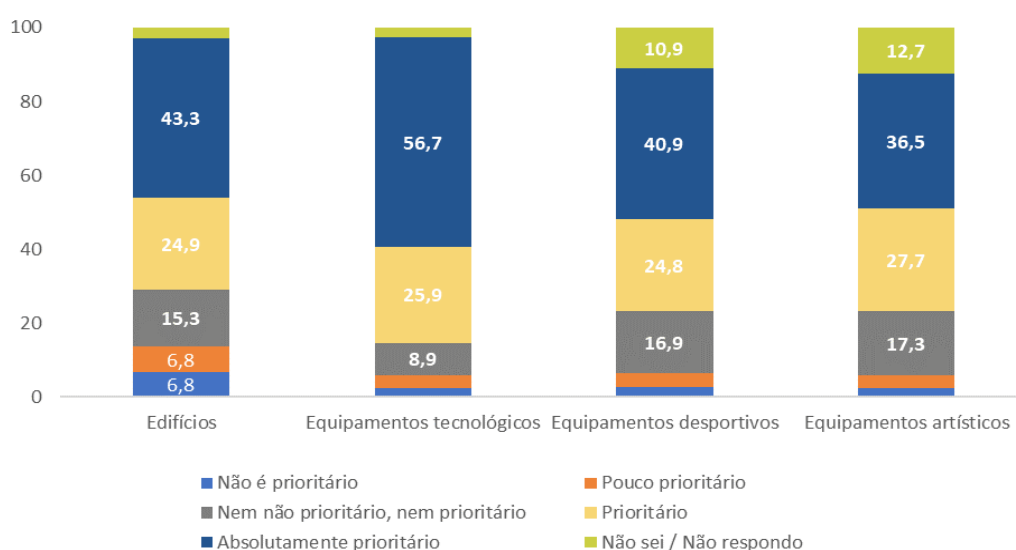
Capítulo 4 : O concelho e a educação pelos agentes locais

Neste capítulo apresentam-se as perceções dos agentes educativos locais – diretores das escolas públicas e privadas, docentes das escolas públicas, representantes de instituições de ensino superior e da rede solidária, do tecido empresarial, das associações de pais, das juntas ou uniões de freguesia e das equipas técnica e política da Câmara Municipal de Oeiras – recolhidos, analisados e sistematizados através dos instrumentos descritos na secção sobre o enquadramento teórico-metodológico, sobre os aspetos positivos e negativos das Unidades Orgânicas (UO) escolares, em particular da rede pública, sobre quais consideram ser as prioridades educativas do concelho, sobre os projetos de educação concelhios e, por último, sobre o papel de atribuem à Câmara Municipal enquanto entidade promotora da Carta Educativa e Projeto Educativo Municipal de Oeiras.

4.1: Aspetos positivos e negativos das unidades orgânicas

Questionados sobre quais os tópicos que precisam ser melhorados nas suas UO, os educadores e professores inquiridos responderam como sendo prioritário ou absolutamente prioritário renovar ou promover uma melhor manutenção dos equipamentos tecnológicos (82,6%). Seguida da renovação e/ou manutenção dos edifícios (68,2%), dos equipamentos desportivos (65,7%) e, finalmente, dos equipamentos artísticos (64,2%). Ainda em relação a esta dimensão, importa referir que a perceção quanto à necessidade de melhoramentos no equipamento está relacionada com a pertença dos inquiridos a determinada UO (V de Cramer = 0,223, $p < 0,001$), sendo esta dimensão mais apontada por educadores e professores dos AE de Linda-a-Velha e Queijas (89,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), Conde de Oeiras (89,3%) e Aquilino Ribeiro (86,3%).

Figura 4.1: Perceção da necessidade de renovação e manutenção de equipamentos escolares (%)



Fonte: Questionário a educadores e professores do concelho de Oeiras, 2020.

As intervenções no espaço físico das escolas de forma a adequar infraestruturas e equipamentos aos objetivos dos projetos educativos das UO é um aspeto salientado por diversos atores nas entrevistas e grupos focais. Apesar de muitos atores auscultados considerarem como aspeto positivo, o forte investimento efetuado pela Câmara Municipal na requalificação de equipamentos escolares, uma parcela importante mantém que é imprescindível investir mais na requalificação dos espaços escolares e equipamentos, incluindo equipamentos tecnológicos, infraestruturas para educação física e refeitórios; e também com o objetivo de possibilitar novos métodos de ensino o que implica a necessidade de um debate sobre a organização dos espaços escolares, nomeadamente sobre o modelo da sala de aula do futuro, e as alternativas pedagógicas que espaços mais flexíveis podem proporcionar. As citações em baixo ilustram os dois tipos de perceção.

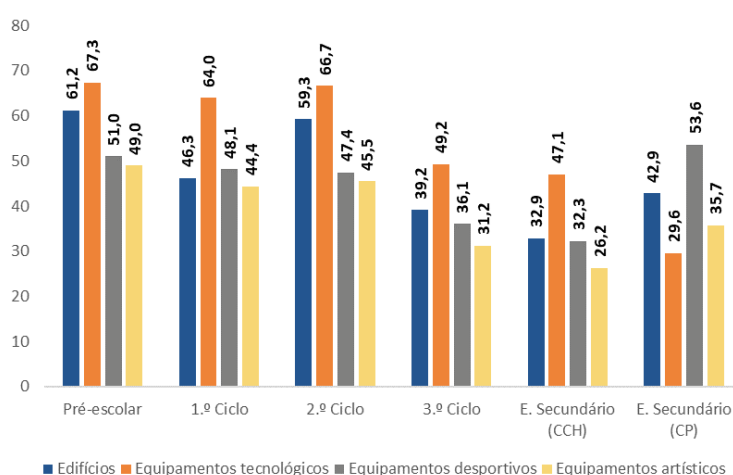
“O município de Oeiras está empenhado em criar boas condições para alunos e profissionais.”
(FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia)

“As condições físicas de alguma forma criam alguns constrangimentos na adoção de práticas diferenciadas e pedagogias mais ativas.” (Diretor, Rede pública)

“Algumas escolas encontram-se em situações que não são compatíveis com os padrões de qualidade do concelho.” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia)

Na figura 4.2 analisa-se a necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino e tendo apenas em consideração as percentagens que consideram absolutamente prioritário. Podemos constatar que os equipamentos tecnológicos são os considerados mais prioritários no conjunto da amostra, excetuando os professores do Ensino Profissional que valorizam mais os equipamentos desportivos (53,6%). Ressaltamos ainda que são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo do Ensino Básico os que consideram mais urgente a renovação e manutenção dos edifícios (61,2% e 59,3%, respetivamente). A prioridade dada aos equipamentos artísticos diminui com o aumento do ciclo de ensino, excetuando no caso do Ensino Profissional.

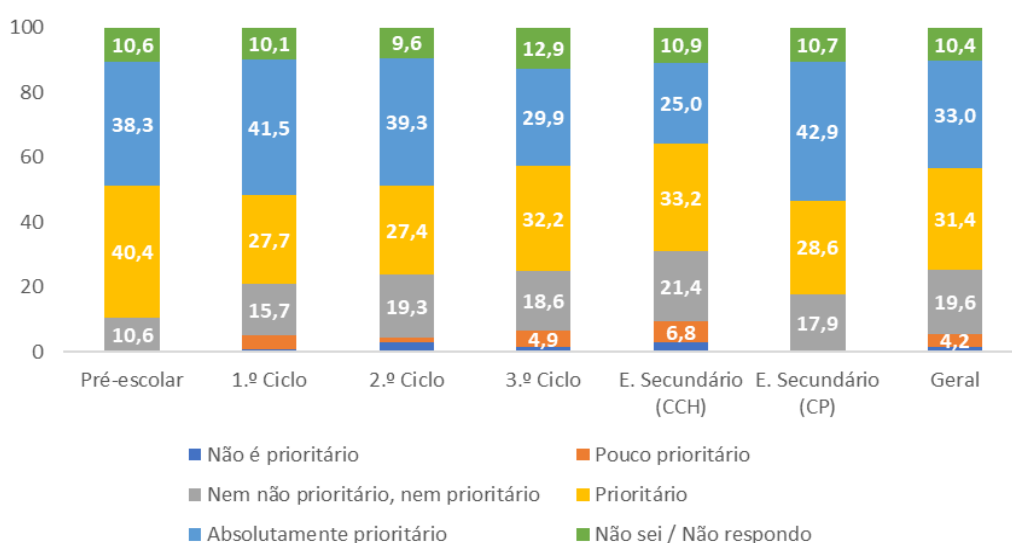
Figura 4.2: Perceção da necessidade de renovação e manutenção por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.
Notas: Apenas foram contabilizadas as respostas “absolutamente prioritário”.

Quanto à rentabilização dos serviços e equipamentos (desportivos, culturais e artísticos) disponíveis no concelho, a figura 4.3 mostra que 33,0% dos inquiridos considera que é uma mudança “absolutamente prioritária” a fazer nas UO; e 31,4% considera-a “prioritária”. A figura mostra esta tendência geral e por ciclo de ensino, evidenciando que acima da média encontram-se os educadores de infância, os professores do 1.º ciclo, seguidos pelos professores do ensino profissional (38,3%, 41,5% e 42,9%, respetivamente).

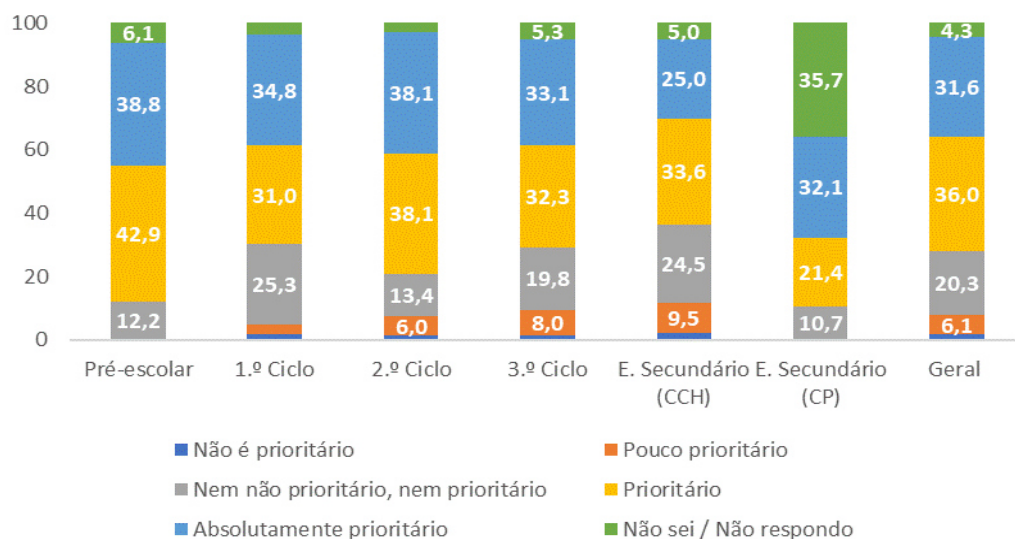
Figura 4.3: Perceção da necessidade de rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto a mudanças na oferta educativa e formativa, também a maioria dos inquiridos (67,6%) considera que são necessárias reestruturações “prioritárias” ou “absolutamente prioritárias”. A figura 4.4 mostra ainda diferenças assinaláveis por ciclo/nível de ensino. São os professores do ensino secundário “regular” os que mais evidenciam a prioridade desta dimensão: 58,2% dos inquiridos considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Assinala-se ainda a percentagem de professores do ensino profissional que optaram pela hipótese “não sei/não respondo”.

Figura 4.4: Perceção da ampliação e diversificação da oferta educativa e formativa, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

As entrevistas e grupos focais vão na mesma direção, indicando que existem alguns atores sociais que consideram que a oferta formativa é adequada, complementar entre UO e diversificada, de forma a chegar às preferências e interesses dos alunos (n = 4), entre eles diretores da rede pública, associações de pais e equipa política da CMO. Já outros atores, nomeadamente do tecido empresarial, presidentes de juntas ou uniões de freguesia e, igualmente, a equipa política da CMO, consideram que se deve ampliar a diversidade da oferta escolar, incluindo a dinamização de competências transversais e a oferta das componentes de cidadania, arte e cultura, desporto. As citações que se transcrevem de seguida ilustram esta perspetiva.

“A aposta na educação está, neste momento, muito bem alicerçada e gizada. Muito bem pensada e muito bem executada, a nível das creches até ao ensino superior [...] O que me preocupa é que esses planos curriculares sejam desprovidos de uma formação humanista e que além disso não exista na oferta [de escola], fazerem teatro, intervirem civicamente na comunidade, clubes de literatura, aprender retórica argumentativa.” (FG8, Equipa política CMO)

“O investimento que é feito nas escolas tem de passar por uma formação de cidadãos, não é só apresentar os conteúdos programáticos. Destacar [...] criatividade, resiliência, etc., que são características muito importantes para o sucesso na vida dos jovens” (FG4, Tecido empresarial).

Outro aspeto salientado por diretores da rede pública e da rede privada é a maior promoção, acompanhamento e reconhecimento do ensino profissional pela CMO (n = 2): “Nós temos tido cursos de educação e formação de pastelaria e panificação com muito sucesso” (Diretor, Rede pública).

Outros aspetos positivos elencados pelos atores auscultados quanto à oferta educativa e formativa foram: a) maior estruturação das medidas adicionais/seletivas (Diretores escola pública), b) trabalho articulado com todas as UO, quer na vertente da inclusão quer no apoio dos projetos da

CMO (rede social e IES), c) formação de professores, aposta em ferramentas e áreas digitais (*data science*), preparação para a "escola do futuro" (rede social e IES), d) oferta de qualidade e especializada, com introdução ao mercado de trabalho (estágios e componentes práticas) e que complementa a oferta universitária (com aposta em pós-graduações, especializações) por parte das IES (IES).

Outros aspetos a melhorar quanto à oferta educativa que os atores referiram: a) oferta de percursos alternativos mais cedo (citação em baixo); b) pensar na resposta para depois do final da escolaridade obrigatória dos alunos com medidas adicionais (citação em baixo); c) Importante "desmistificar as formas de avaliação" (FG1, Diretores da rede pública).

"Nós consideramos que (...) as alternativas que há para outros percursos, com 15 anos e duas retenções já é tarde, muitas vezes os alunos já começam a perder o interesse (...) se eles pudessem ingressar nestes currículos alternativos mais cedo, faria toda a diferença." (FG1, Diretores da rede pública)

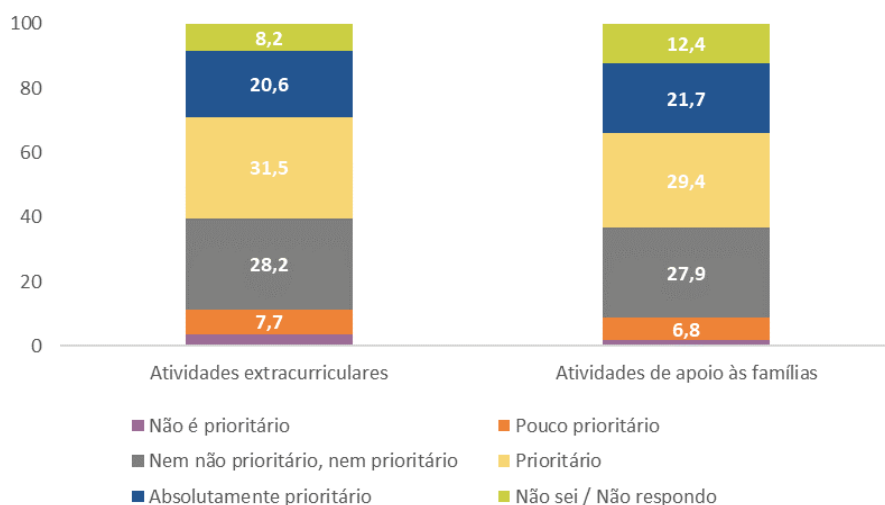
"Não está a funcionar. (...) É fundamental que o município crie uma rede de oferta, através da associação que faz com as diferentes empresas para os alunos (...) terem capacidade de ser integrados de uma forma digna em atividades que eles possam levar por diante." (FG1, Diretores da rede pública)

Os diretores da rede privada consideram ainda a dificuldade de adaptação à nova forma de ensino à distância provocada pela pandemia ao nível da gestão dos horários dos alunos e da disponibilidade de computadores para todos os estudantes. Existe uma preocupação relativamente à possibilidade de as escolas fecharem com os impactos económicos da pandemia:

" Isso é um problema também para o concelho, não há capacidade (...) e qual era a minha proposta, porque não, com essas empresas fazer algumas parcerias (...) com as escolas, e oferecer os computadores (...) ou pelo menos puderem ter acesso a preços acessíveis." (FG2, Diretores da rede privada)

A figura 4.5 mostra que a maioria dos inquiridos considera que tanto a oferta das atividades extracurriculares como de atividades de apoio à família devem sofrer alterações (52,1% e 51,1% consideram "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente). São os professores do 1.º ciclo e do ensino secundário os que mais priorizam as atividades extracurriculares (60,2% e 60,9% considera "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente) e os do ensino profissional que menos consideram este tipo de atividades (39,3% considera "prioritário" ou "absolutamente prioritário"). Quanto às atividades de apoio à família, são os docentes do 1.º e 3.º ciclos do Ensino Básico os que priorizam esta dimensão (62,5% e 59,6% consideram "prioritário" ou "absolutamente prioritário", respetivamente); no sentido oposto encontram-se os educadores de infância (51,0%).

Figura 4.5: Perceção da necessidade de ampliação da oferta de atividades extracurriculares e de apoio às famílias (%)

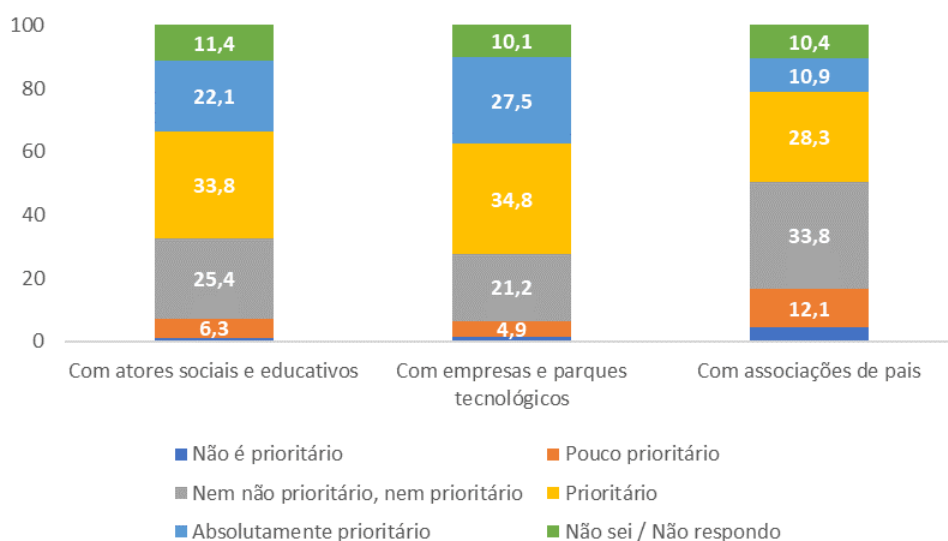


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A este respeito é de assinalar a intenção das equipas técnicas e política da CMO de promover a reestruturação das atividades extracurriculares, através do apoio ao seu planeamento e à sua participação. A intenção é ter uma oferta “mais diversificada”, com “atividades de qualidade, informação, não escolarizadas, sem funcionamento em grupo-turma”, em que “os alunos se inscrevem consoante os interesses, não se sobrepõem a componente curricular embora se possa complementar” (FG7, Equipa técnica CMO).

Na figura 4.6 é possível verificar que são as parcerias com empresas e parques tecnológicas as consideradas mais pertinentes no âmbito do contexto educativo das UO, com 62,3% dos inquiridos a considerar como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Em segundo lugar, 55,9% dos inquiridos considera as parcerias com atores sociais e educativos e, por último, as parcerias com associações de pais (39,2%).

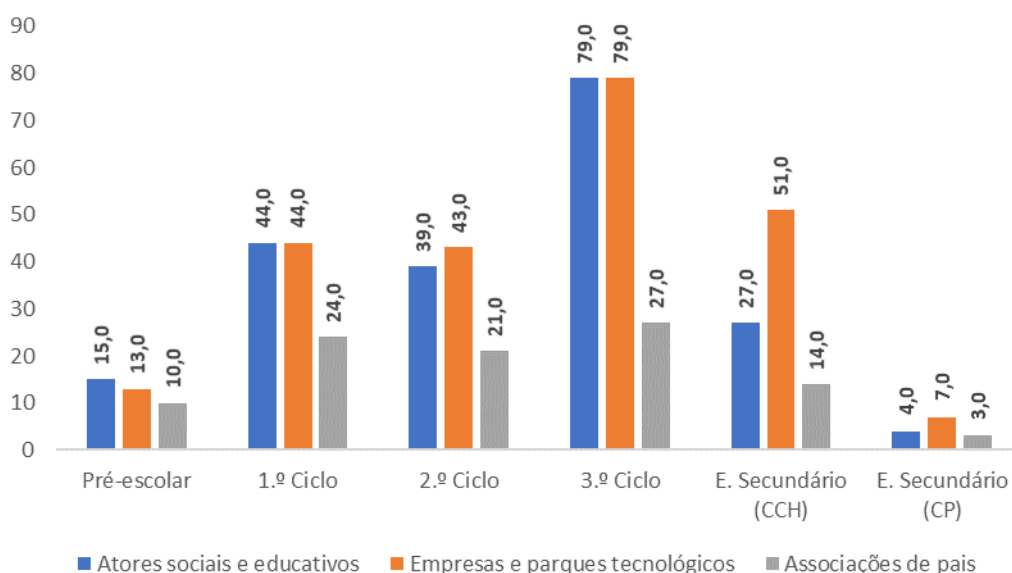
Figura 4.6: Perceção da necessidade de parcerias da UO com empresas e parques tecnológicos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Uma análise mais detalhada, na figura 4.7, evidencia que são os professores do 3.º ciclo do Ensino Básico os que mais priorizam as parcerias, sobretudo com atores sociais e educativos e empresas e parques tecnológicos (79% em ambos os casos). Pelo contrário, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional os que menos consideram um tema prioritário.

Figura 4.7: Perceção da necessidade de parcerias com outros atores sociais por ciclo/nível de ensino (%)



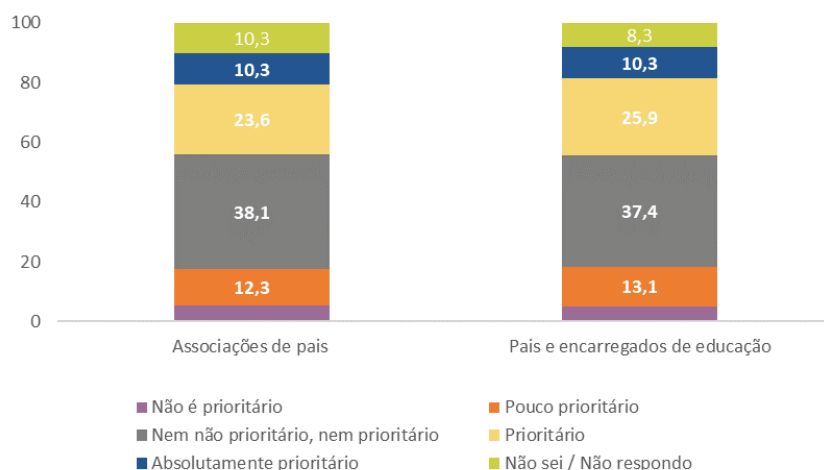
Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A importância das parcerias, sobretudo com o tecido empresarial e social da região, é também salientada por um conjunto diverso de atores (diretores da rede pública, atores da rede social, das IES e do tecido empresarial). Considera-se que estas poderão facilitar a integração profissional dos jovens e podem ser dinamizadas de diferentes formas, tais como: bolsas de voluntários, *workshops* nas escolas e estágios.

“Seria interessante haver parcerias diretas entre escolas e as empresas (...), já que as empresas identificam determinadas necessidades e um curso ou uma formação mais específica é adequada a essas necessidades” (FG4, Tecido empresarial)

Questionados diretamente sobre o papel da família e das respetivas associações nas UO, os inquiridos não consideram uma dimensão prioritária. A maioria (55,6%) considera-o entre “não prioritário” e “nem não prioritário, nem prioritário”. Em ambos os casos, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional que mais valorizam as melhorias no papel das famílias. Contudo, alguns diretores da rede pública, tal como a associação de pais auscultada, consideram que deveria ser reforçada a comunicação das escolas e da CMO com as famílias, de forma a colmatar a pouca expectativa e apoio dos pais, bem como situações económicas familiares fragilizadas, que têm um impacto nos resultados e abandono escolares: “há famílias que querem ajudar mas também não sabem como” (Diretor escola pública).

Figura 4.8: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)

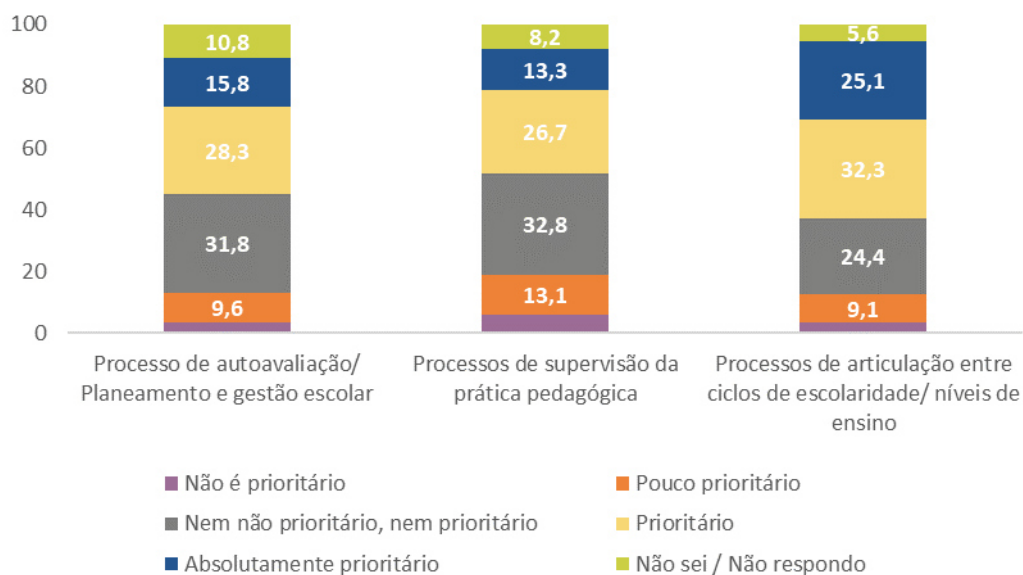


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Três subdimensões foram analisadas quanto aos processos de planeamento, avaliação e gestão (ver figura 4.9). São os processos de articulação vertical os que parecem carecer de maior atenção, segundo os inquiridos, sendo que a sua maioria (57,4%) considera como “prioritário” ou “absolutamente prioritário” este aspeto. No sentido oposto, encontram-se os processos e supervisão da prática pedagógica, sendo que 51,9% não prioriza este aspeto. A este respeito alguns

inquiridos consideram necessário melhorar a burocratização dos processos e os processos de avaliação externa.

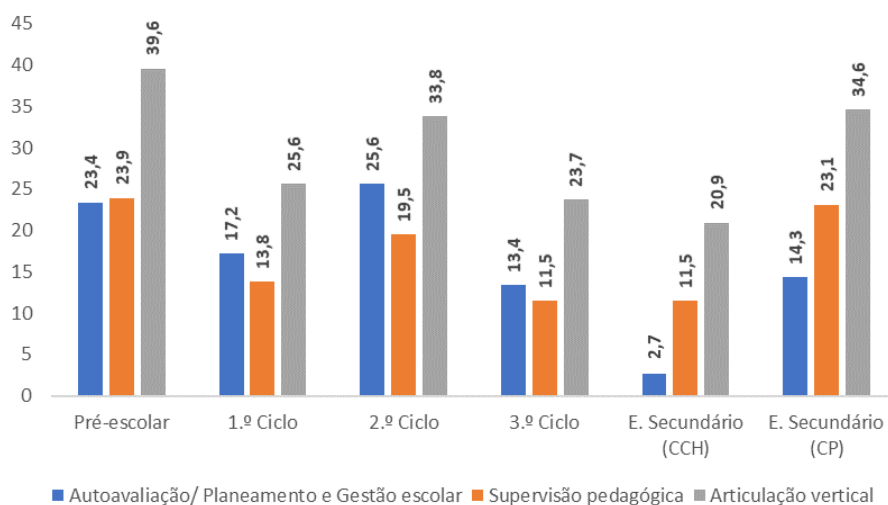
Figura 4.9: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de planeamento, avaliação e articulação entre ciclos/níveis de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020

Todos os inquiridos, independentemente do ciclo/nível de ensino que lecionam, dão maior importância aos processos de articulação vertical (ver figura 4.10): consideram “absolutamente prioritário” entre 39,6% dos educadores de infância e 20,9% dos professores do ensino secundário. Já os processos de autoavaliação e planeamento e gestão escolar são mais fortemente considerados pelos professores do 2.º ciclo Ensino Básico (25,6%) e os processos de supervisão pedagógica pelos educadores de infância (23,9%) e professores do Ensino Profissional (23,1%).

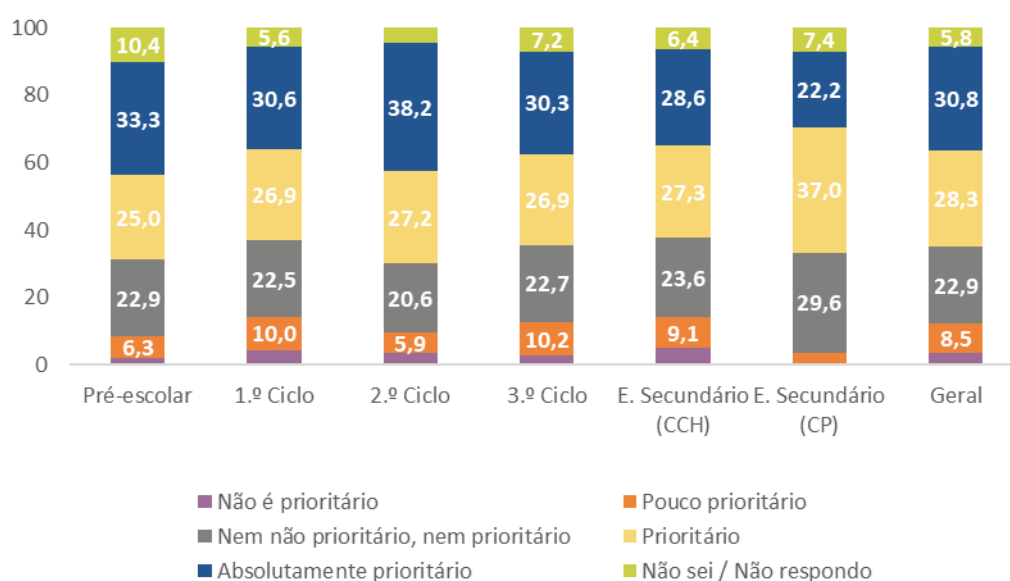
Figura 4.10: Perceção da necessidade de melhorias nos processos de avaliação, planeamento e articulação por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.
Nota: Apenas foram contabilizadas as respostas “absolutamente prioritário”.

Outra dimensão revelante é o conhecimento sobre as aquisições que um aluno precisa de adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte. Como a figura 4.11 revela, 59,1% considera que deve haver melhorias neste aspeto. A figura revela ainda que acima da média encontram-se apenas os professores do 2.º ciclo do Ensino Básico e os professores do Ensino Profissional (65,4% e 59,3% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente).

Figura 4.11: Perceção da necessidade de melhorias no conhecimento sobre as aquisições do aluno para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



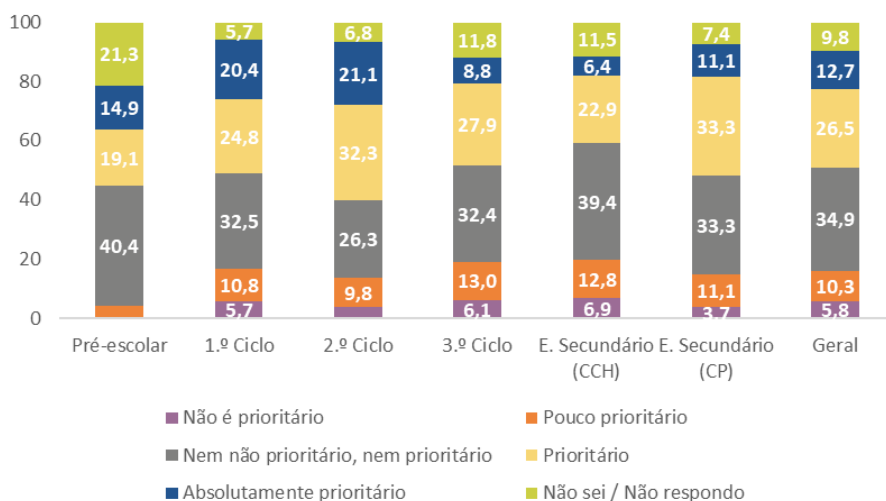
Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Importa salientar a este respeito que a perceção quanto à articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo para os diretores auscultados é realizada, na maioria dos casos, de forma eficiente, sobretudo quando as crianças já estão em instituições da rede pública no pré-escolar, como a citação em baixo ilustra. Contudo, alguns diretores consideram que há falta de articulação entre os diferentes ciclos do ensino básico.

“Fazemos sempre articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo e fazemos até ao final do 1.º ano para ver o que é que está, se resultou (...). Miúdos que me chegam de outras instituições e outros jardins-de-infância é diferente” (FG1, Diretores da rede pública).

Menos importante parece ser a regulação da implementação das metas previstas nos documentos estratégicos das UO (o projeto educativo, por exemplo): 51,0% dos inquiridos não considera como “prioritário” ou “absolutamente prioritário” (ver figura 4.12). Os inquiridos que mais valorizam esta dimensão são os professores do 2.º ciclo (53,4% como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

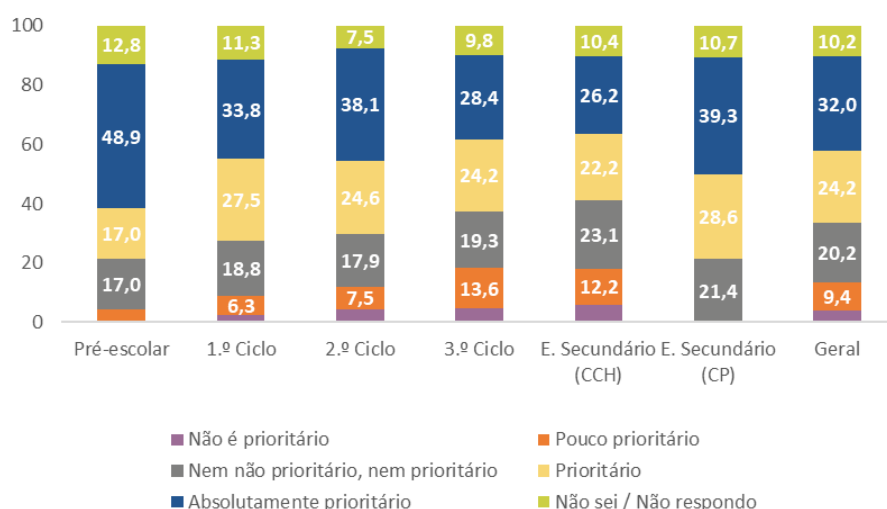
Figura 4.12: Perceção da necessidade de melhorias na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A maioria dos inquiridos considera a necessidade de fazer melhoramentos em termos de acessibilidades à escola onde leciona, mais especificamente 32,0% consideram “absolutamente prioritário” e 24,2% “prioritário” (ver figura 4.13). São os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional os que mais priorizam esta dimensão (66,0% e 67,9% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente). Pelo contrário, são os professores do Ensino Secundário os que menos consideram esta dimensão como prioritária (48,4%).

Figura 4.13: Perceção da necessidade de melhorias nas acessibilidades, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

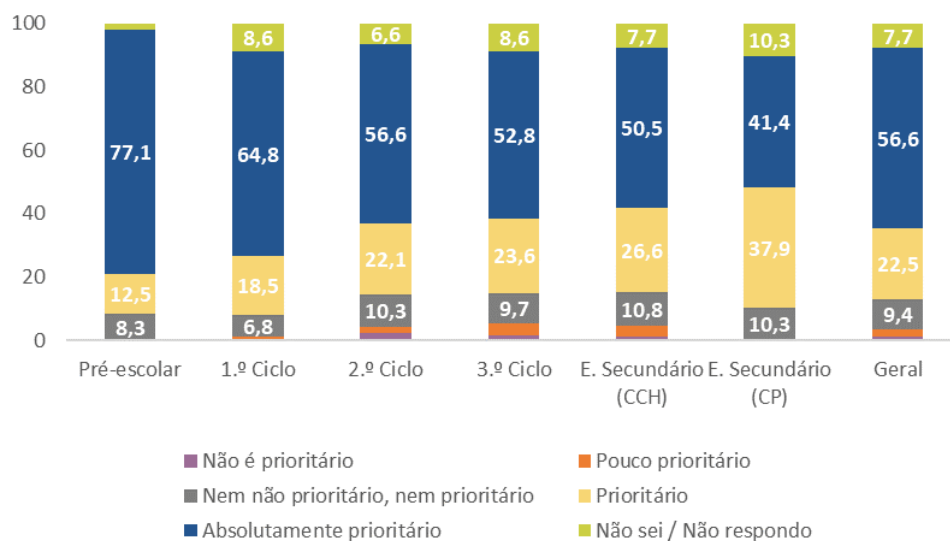
Este é também um aspeto que divide opiniões. Se alguns diretores da rede pública consideram que tem havido melhorias na rede de transportes escolares e equipa técnica da CMO reforça a ideia da concretização de um novo plano de mobilidade, outros atores consideram este aspeto como merecedor de atenção. Sendo esta última percepção mais unânime entre alguns diretores da rede pública, associações de pais e presidentes da Junta de Freguesia/União de Freguesias. Para estes, a rede de transportes é fraca e há falta de transportes diretos para algumas das UO. Elencam-se ainda problemas relacionados com falhas nos horários e questões de insegurança. Os dois tipos de percepção são ilustrados em baixo.

“A maior parte da nossa população vem de carro ou a pé. Só os miúdos que habitam nas zonas interiores do concelho [...], mas mesmo assim têm transportes. Não é uma situação difícil” (Diretor, Rede pública).

“Podia ser uma melhor solução, eventualmente em determinadas horas em utilização exclusiva ou quase exclusiva aos alunos para garantir a pontualidade e um pouco mais de segurança” (Diretor, Rede pública).

A figura 4.14 evidencia que a contratação de funcionários - incluindo assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados – é considerado um aspeto a melhorar por uma percentagem considerável dos inquiridos (79,1% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”). Acima da média encontram-se os educadores de infância, professores do 1.º ciclo e professores do Ensino Profissional (89,6%, 83,3% e 79,3%). Como resposta a “outros”, alguns dos inquiridos fazem referência em específico a psicólogos e professores de apoio.

Figura 4.14: Perceção da necessidade de melhorias na contratação de funcionários, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

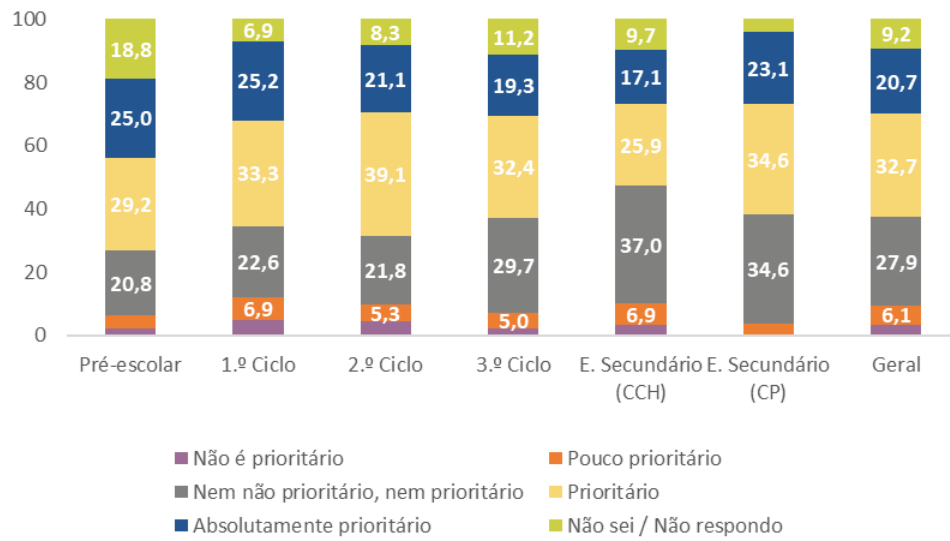
Alguns dos atores auscultados fazem referência em específico a psicólogos, assistentes operacionais e professores de apoio. Os excertos das entrevistas exemplificam esta ideia.

“No mínimo devíamos ter um técnico [em cada UO] para dar resposta na hora e eficaz e com a qualidade desejada. Estão a surgir situações em idades cada vez mais precoces e também é importante a despistagem precoce” (Diretor, Rede pública).

“A insuficiência resulta do número de crianças com necessidades educativas especiais, sem autonomia, que carecem do acompanhamento durante todo o tempo que estão dentro da escola” (Diretor, Rede pública).

O desenvolvimento de projetos e atividades concelhios na UO também se revelou um aspeto merecedor de melhorias (ver figura 4.15). Nomeadamente, 53,4% dos inquiridos considera-o “prioritário” ou “absolutamente prioritário”. Abaixo da média ficam apenas os professores do 3.º ciclo e do Ensino Secundário, onde a oferta de projetos e atividades parece estar mais de acordo com as suas expectativas.

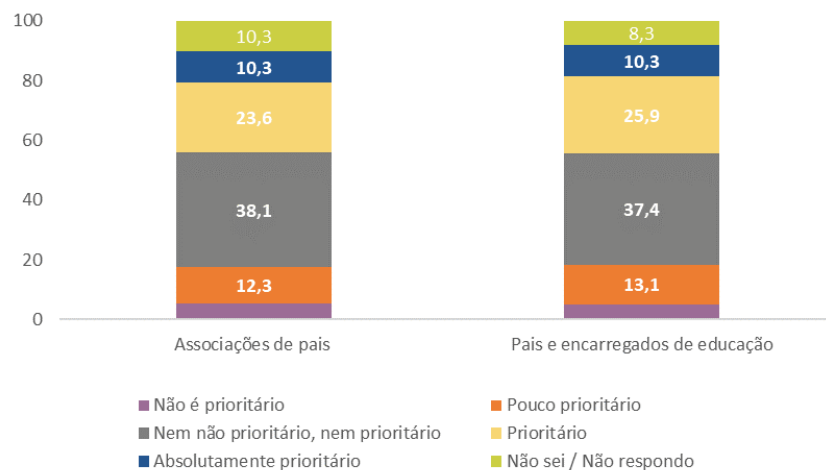
Figura 4.15: Perceção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Questionados sobre o papel da família e das respetivas associações nas UO, os inquiridos não consideram uma dimensão prioritária. A maioria (55,6%) considera-o entre “não prioritário” e “nem não prioritário, nem prioritário”. Em ambos os casos, são os educadores de infância e os professores do Ensino Profissional que mais valorizam as melhorias no papel das famílias.

Figura 4.16: Perceção da necessidade de melhorias nos papéis das famílias (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente à prioridade de melhorias necessárias nas unidades orgânicas foram trabalhados num exercício de estatística multivariada – Análise de Componentes Principais (ACP)³⁰ – com o objetivo de aferir tendências globais de resposta.

A ACP sobre a avaliação dos inquiridos quanto às prioridades de melhoria das UO³¹ permitiu a extração de quatro componentes principais, ou de quatro novas variáveis³², que foram designadas, após interpretação analítica dos indicadores que as compõem³³, como: i) Articulação e Regulação; ii) Recursos concelhios e Oferta escolar; iii) Equipamentos e Funcionários; iv) Representação das famílias (ver Anexo 6).

Para finalizar esta secção, importa analisar agora as novas variáveis construídas a partir da Análise de Componentes Principais, que darão um retrato mais sintético sobre as várias dimensões em consideração. Tendo por base a figura 4.17 verificamos que é a componente equipamentos e funcionários aquela em que os inquiridos consideram existir uma maior necessidade de melhorias na sua UO (42,4%). Em seguida encontra-se as melhorias em termos de recursos concelhios e oferta escolar (22,1%), os processos de articulação e regulação (15,4%) e, finalmente, a representação das famílias (10,0%).

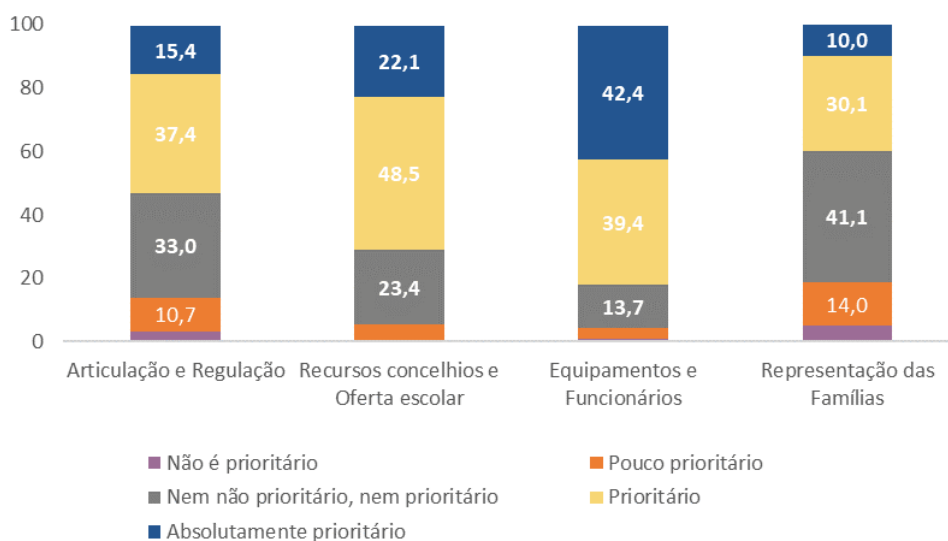
³⁰Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra (n = 454) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 (21 x 5 = 105).

³¹Apresenta resultados com um grau de adequabilidade perto de muito boa (KMO = 0,935; Teste de Bartlett $X^2(210) = 6525,112$, com $p < 0,001$) e que explicam 63,4% da variância global.

³²Foram criadas as quatro novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente para as variáveis Articulação e Regulação (0,905) e Representação das famílias (0,918) e boa para Recursos concelhios e Oferta escolar (0,890) e Equipamentos e Funcionários (0,826).

³³A primeira componente, Articulação e Agregação, agrega os processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino e de supervisão da prática pedagógica, o conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte, a regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, o processo de autoavaliação e planeamento e gestão escolar. A segunda componente, Recursos concelhios e Oferta escolar, é composta pelos itens referentes às parcerias, tanto com empresas e parques tecnológicos, como com atores sociais e educativos, a oferta educativa e formativa, atividades no âmbito da componente de apoio às famílias, a rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, os projetos e atividades concelhios e por fim, com menor peso, as atividades no âmbito das atividades extracurriculares. Adicionou-se a esta componente o tópico das acessibilidades à escola. Para a composição da terceira componente, Equipamentos e Funcionários, contribuíram os itens que remetiam para a renovação e manutenção de equipamentos desportivos, de edifícios, de equipamentos tecnológicos e artísticos. Com uma contribuição inferior a Contratação de funcionários também entra nesta componente. A quarta componente, Representação das famílias, é formada pelo papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação, pelas associações de pais nos agrupamentos ou escolas e pelas parcerias com as mesmas.

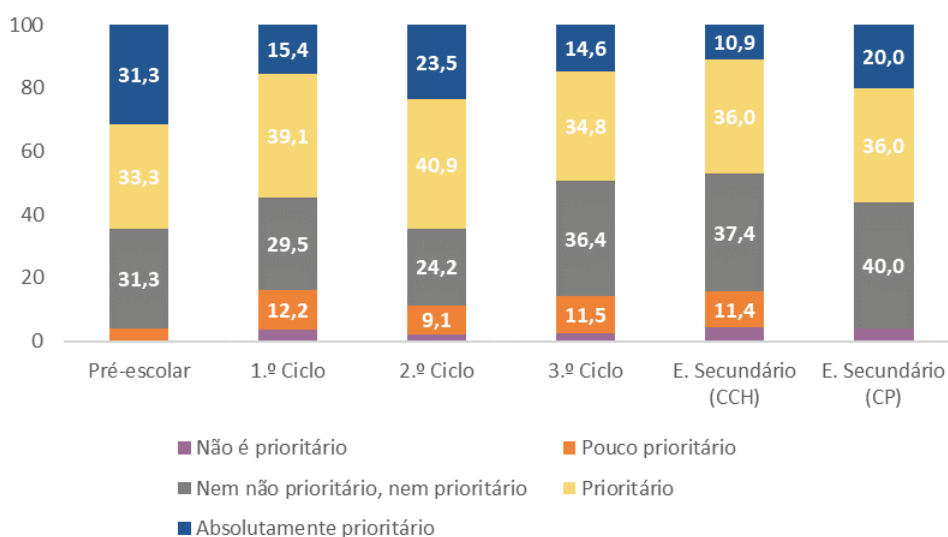
Figura 4.17: Perceção sobre as melhorias necessárias nas quatro componentes (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à questão da articulação e regulação, na figura 4.18 verificamos que são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo os que mais consideram que se trata de dimensões que devem ser melhoradas nas UO que integram. Sendo assim, 64,6% dos educadores e 64,4% dos professores do 2.º ciclo inquiridos consideram estes aspetos “prioritários” ou “absolutamente prioritários”.

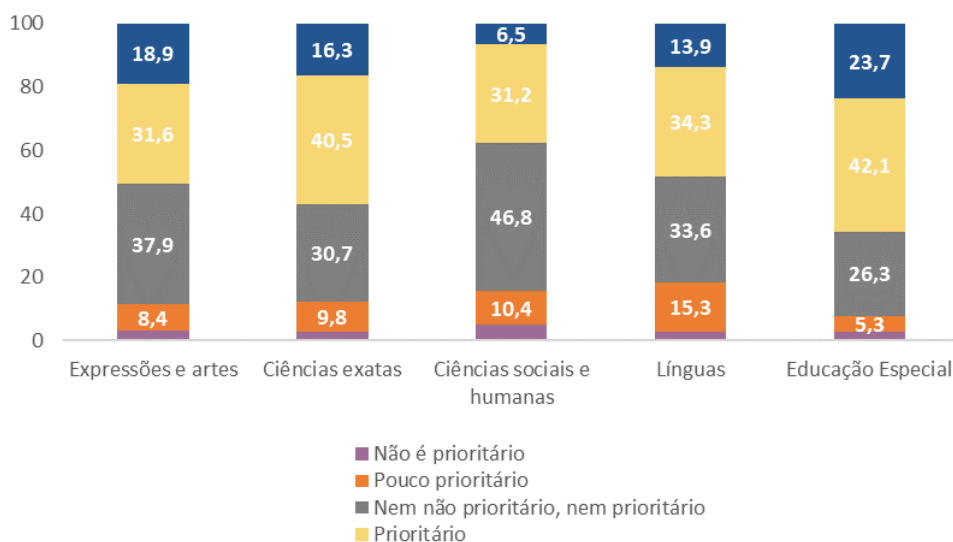
Figura 4.18: Perceção das melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Analisando por área disciplinar, na figura 4.19 verificamos que apenas os professores na área das ciências sociais e humanas e nas línguas não consideram, na sua maioria, esta componente como prioritária (apenas 37,7% e 48,2% o fazem, respetivamente).

Figura 4.19: Perceção sobre as melhorias necessárias na componente “Articulação e Regulação” por área disciplinar (%)

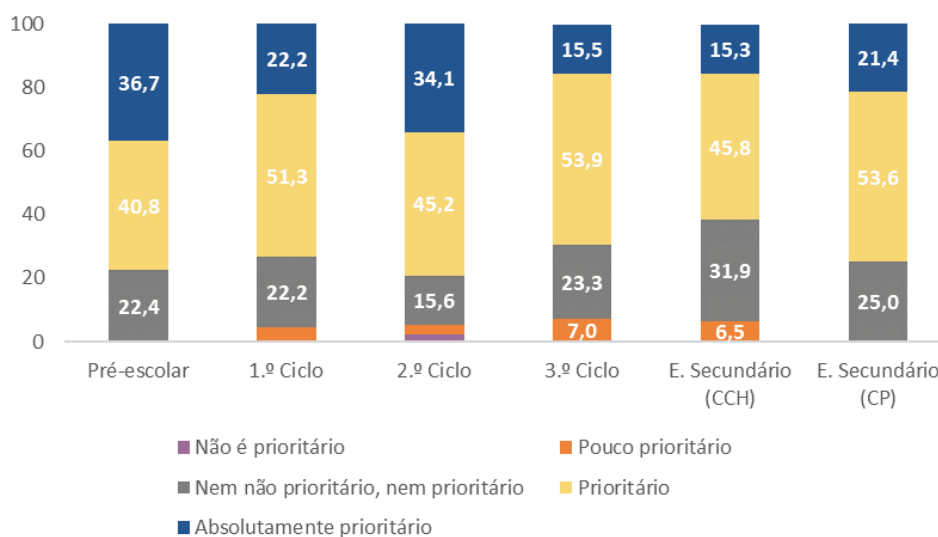


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Novamente, são os educadores de infância e os professores do 2.º ciclo aqueles que percecionam a dimensão “recursos concelhios e oferta escola” de forma mais negativa, isto é, os que consideram mais necessárias medidas nestes campos (ver figura 4.20): 77,6% dos educadores e 79,3% dos docentes do 2.º ciclo consideram necessárias medidas “prioritárias” ou “absolutamente prioritárias”. Também uma percentagem significativa dos professores do ensino profissional inquiridos (75,0%) considera este aspeto como “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

Esta dimensão é ainda significativamente relacionada com a UO onde os inquiridos lecionam ($Eta = 0,200$), explicando 0,40 ($Eta^2 = 0,040$). São os AE de Carnaxide-Portela e de Carnaxide que mais consideram esta dimensão (85,7% e 79,3% consideram “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, respetivamente).

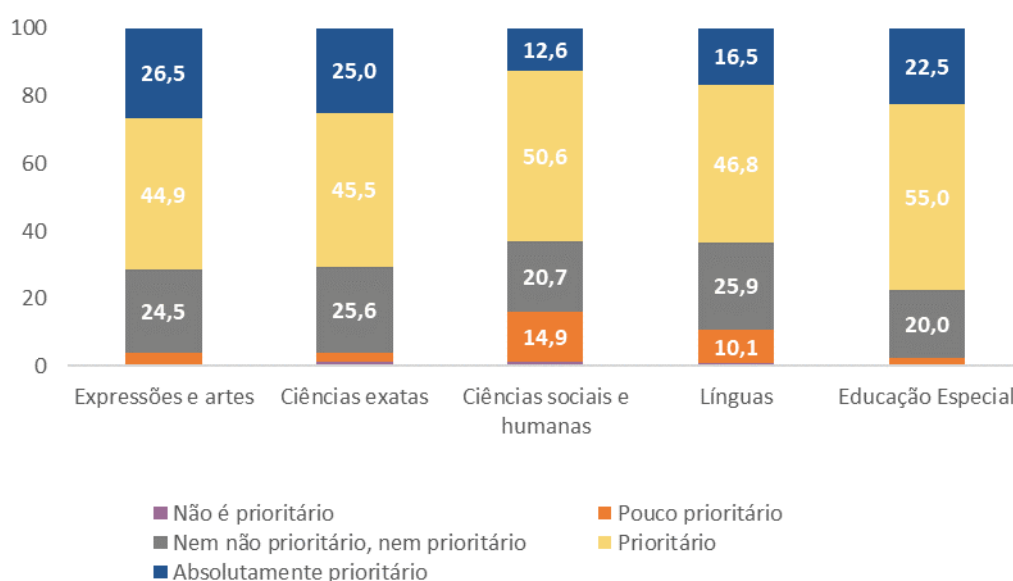
Figura 4.20: Perceção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A figura 4.21 evidencia que os inquiridos de todas as áreas disciplinares priorizam esta dimensão, salientando-se, contudo, os inquiridos no campo das artes e expressões e da educação especial como os que mais valorizam a questão do aproveitamento dos recursos concelhios em combinação com a oferta escolar: 71,4% e 77,5%, pela ordem de áreas, consideram-no “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

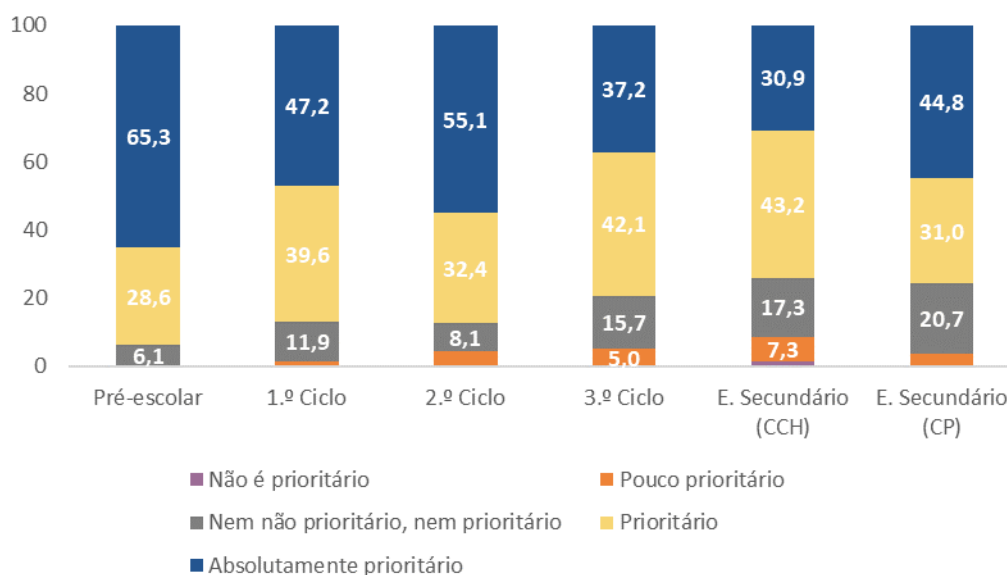
Figura 4.21: Perceção das melhorias necessárias na componente “Recursos concelhios e Oferta escolar” por área disciplinar (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos equipamentos e funcionários, a análise por ciclo/nível de ensino (figura 4.22) revela uma acentuada percepção da necessidade de melhorias nesta dimensão. Contudo, a figura revela também que essa percepção tem uma tendência para diminuir com o ciclo/nível de ensino que os professores lecionam. Exemplificando, se para 93,9% dos educadores de infância esta dimensão é “prioritária” ou “absolutamente prioritária”, tal percentagem desce para 74,1% dos professores do ensino secundário inquiridos. Esta é a dimensão que mais fortemente se encontra relacionada com a UO onde os inquiridos lecionam ($E_{ta} = 0,349$), explicando 12,2% da percepção sobre a necessidade de melhorias nos equipamentos e funcionários ($E_{ta}^2 = 0,122$). São os professores e educadores dos AE de Carnaxide-Portela, de Conde de Oeiras e de Linda-a-Velha e Queijas, aqueles que mais priorizam as melhorias quanto a esta dimensão (91,4%, 92,9% e 94% assinalam como “prioritário” e “absolutamente prioritário”, respetivamente).

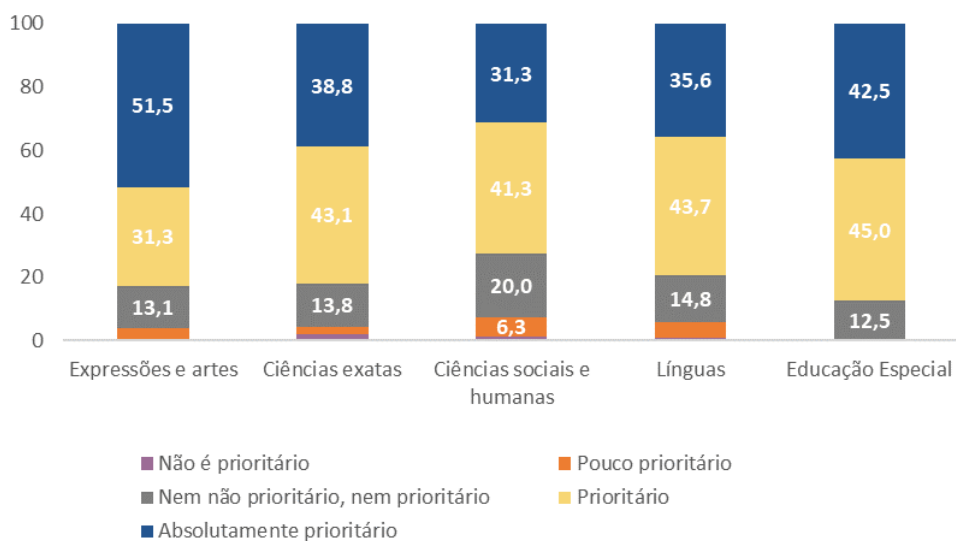
Figura 4.22: Percepção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Tal como acontecia na primeira dimensão agrupada, são novamente os professores de ciências sociais e humanas e de línguas os que menos fortemente consideram que equipamentos e número de funcionários necessitava de melhorias, ainda assim a maioria assinala como prioritário (72,5% e 79,3%, respetivamente).

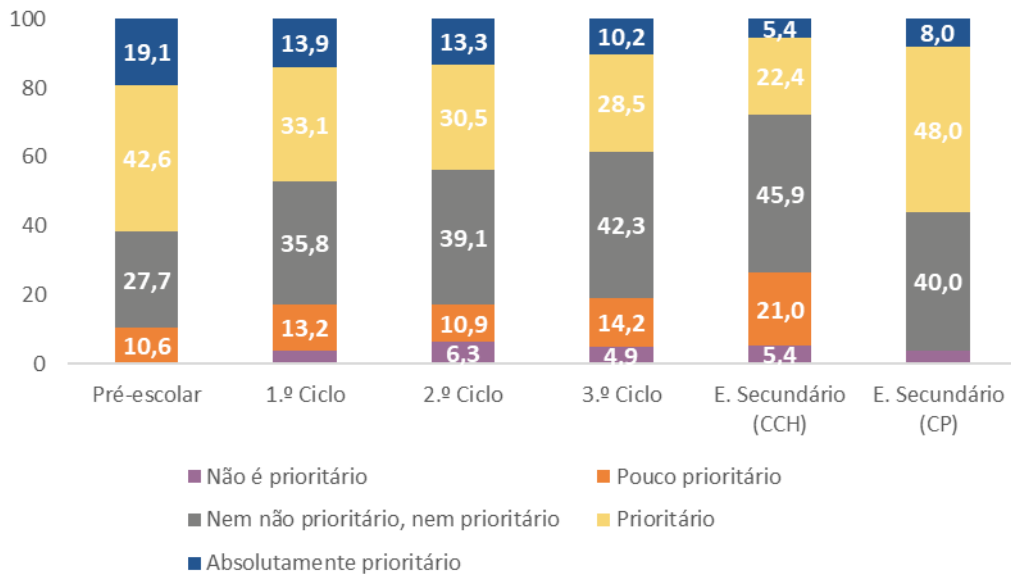
Figura 4.23: Perceção das melhorias necessárias na componente “Equipamentos e Funcionários” por área disciplinar



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Por último, a representação das famílias parece ser um dos aspetos menos considerado na perceção das melhorias necessárias nas UO, havendo uma tendência decrescente na valorização deste aspeto em termos de ciclo/nível de ensino (ver figura 4.24). Assim sendo, são os educadores de infância aqueles que mais estão atentos a esta dimensão da vida escolar (61,7% considera “prioritária” ou “absolutamente prioritária”). Contudo, assinala-se que os professores do ensino profissional quebram tal tendência, havendo uma maioria que considera prioritário este aspeto (56,0%). Esta dimensão está ainda relacionada significativamente com a UO a que os inquiridos pertencem ($Eta = 0,199$), explicando esta variável 0,39% da perceção quanto à representação das famílias na UO ($Eta^2 = 0,039$). São os AE de Santa Catarina e de Carnaxide-Portela os que mais consideram esta dimensão (50% e 62,9%, respetivamente).

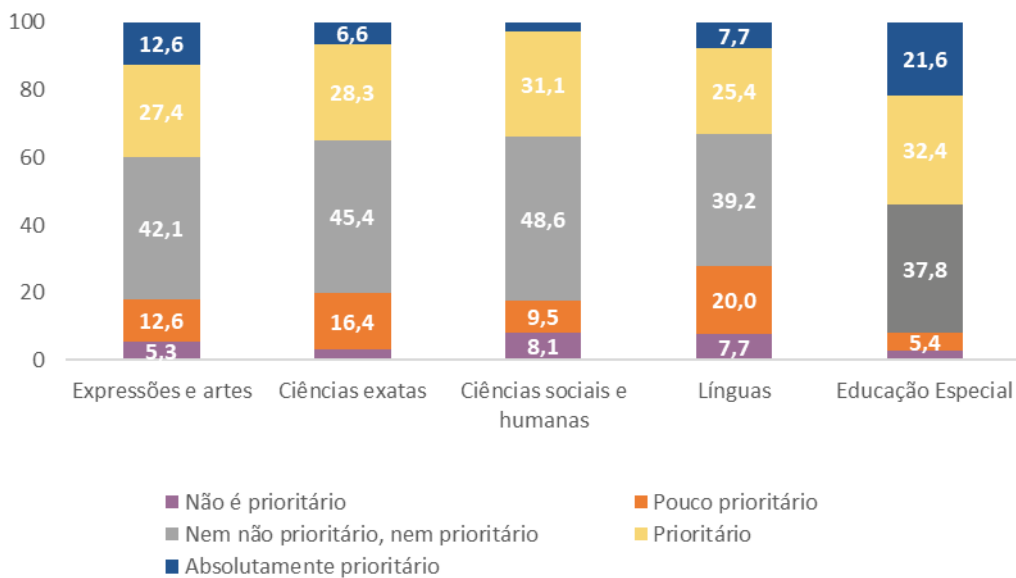
Figura 4.24: Perceção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Como seria de se esperar, a figura 4.25 revela que são os professores de educação especial aqueles que mais consideram a representação das famílias na UO a que pertencem (54,1% assinala como “prioridade” e “absolutamente prioritário”).

Figura 4.25: Perceção das melhorias necessárias na componente “Representação das Famílias” por área disciplinar (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os anos de serviço dos inquiridos, inclusive os anos de serviço em que é professor na escola, e o número de vezes que mudou de escola nos últimos 5 anos são variáveis correlacionadas com esta dimensão. Apesar de se tratar de relações fracas, são significativas, como mostra a tabela 4.1.

Tabela 4.1: Relação entre a componente “Representação das famílias” e outras variáveis

Variáveis	Coefficiente de Pearson
Há quantos anos é professor(a)?	0,080*
Há quantos anos é professor(a) nesta escola?	0,083*
Nos últimos 5 anos, quantas vezes mudou de escola?	0,105*

Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Nota: * $p < 0,05$. Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Outros aspetos apenas salientados pelos diretores da rede pública são a promoção da formação de professores:

“Os próprios profissionais no terreno que têm de dar respostas pedagógicas diferenciadas para uma população diferenciada. Acho que devem ser estas as linhas prioritárias e muito decorre da formação, acompanhamento em contexto dos professores” (FG1, Diretores da rede pública).

4.2: Avaliação dos projetos concelhios para a educação

Neste subcapítulo são apresentados os resultados da análise dos discursos produzidos pelos vários atores locais (entrevistas individuais com os diretores das unidades orgânicas da rede pública e representantes da comunidade nas entrevistas de grupo) acerca da avaliação de educadores e docentes de alguns dos projetos dinamizados pela Câmara Municipal de Oeiras (CMO).

Existe um sentimento geral de satisfação para com o investimento que a Câmara Municipal tem vindo a fazer junto das escolas incluindo no que respeita à dinamização e/ou complementação de vários projetos.

“(…) são projetos interessantes que ajudam à formação integral dos alunos que serem só para alguns alunos também me parece limitado.” (Diretor, Rede Pública)

“Os projetos da câmara vêm enriquecer os currículos dos alunos.” (Diretor, Rede pública)

Não obstante, durante as entrevistas com vários atores locais, nomeadamente, com os diretores das UO, identificou-se uma preocupação generalizada com a quantidade e a qualidade destes projetos em termos pedagógicos e também quanto à continuidade dos mesmos. Os seguintes excertos exemplificam estas inquietações:

“Eu já não podia ouvir mais falar de projetos. Eu não tinha necessidade deles, mas eu vejo que muitos desses projetos fizeram sentido para as escolas que os abarcaram.” (Diretor, Rede pública)

“Os projetos pedagógicos devem emergir da escola e a Câmara deve ser um facilitador dos projetos que a escola considere importantes (...). Pode acontecer que estes projetos se atoplem tornando projetos importantes insignificantes.” (Diretor, Rede pública)

“Devia dar-se mais continuidade aos projetos implementados, avaliar os seus resultados e melhorar e corrigir o que não funcionou, mas não começar do zero todas as vezes.” (FG3, Rede social e Instituições de Ensino Superior)

Este “excesso de projetos”, aos quais as UO se veem compelidas a atender, concretiza-se na dificuldade de coordenação e articulação entre os projetos promovidos pela CMO, os projetos desenvolvidos por cada escola e ainda as diretrizes do Ministério da Educação, à qual acresce alguns sentimentos de incapacidade dos educadores e professores em responder a tanta solicitação e de falta de autonomia da coordenação das escolas e agrupamentos, como ilustra a seguinte citação.

"As escolas precisam de timings, de tempo para implementar projetos e muitas vezes são-nos pedidas coisas para ontem (...) e nós não conseguimos dar resposta...temos muitas atividades que foram feitas e ficam feitas porque se fizeram, mas não com o sumo que se pretendia [...] Eu penso que aqui a política educativa terá de repensar o seu modelo (...), na ótica do ano de escolaridade. As pessoas muitas vezes recusam projetos e participar em determinadas atividades por causa disso." (Diretor, Rede pública)

“Em 2017 e 2018 houve um ímpeto muito forte na direção da mobilização de parceiros, projetos, iniciativas. Mas as escolas começaram a dizer «já chega».” (FG8, Equipa Política da CMO).

Neste âmbito foi ainda sugerido que houvesse, no início de cada ano letivo, uma proposta da câmara com os projetos para o ano, a sua discussão e distribuição pelas UO, "(...) na ótica daquilo que foi feito com o Oeiras Educa, em que as coisas estão lá e as pessoas vão à procura." (Diretor, Rede pública), bem como a existência de "(...) pivot nas escolas, que leve a informação e dinamize" de forma a que seja facilitada a integração dos projetos nas escolas (FG8, Equipa política da CMO).

Também a falta de avaliação dos resultados dos projetos camarários desenvolvidos e da continuidade de outros, cujos efeitos positivos foram notórios, são também enunciadas por vários dos entrevistados como medidas importantes para a gestão dos projetos propostos pela CMO.

“Nós quando fazemos um esforço temos de ter avaliação desse esforço económico. O Oeiras Educa tem coisas muito giras, tem de ser avaliado e não podem encher a escola de projetos (...).” (Diretor, Rede pública)

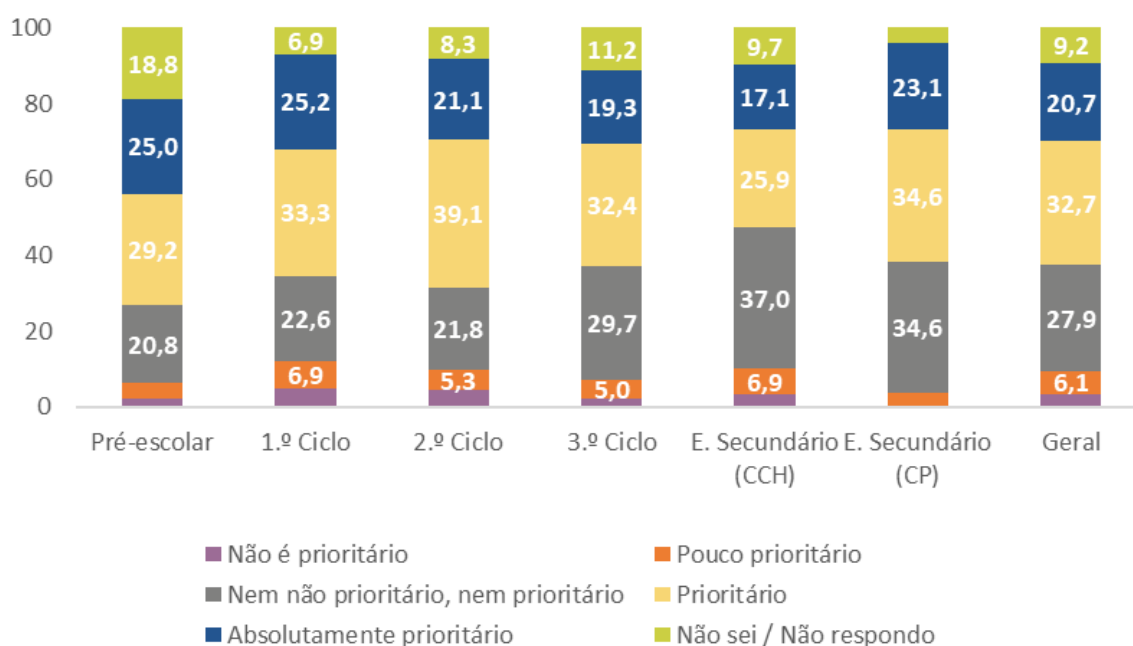
Ainda assim, é possível verificar, de forma global, a existência de interesse e vontade por parte dos atores educativos, na integração e desenvolvimento dos projetos promovidos pela CMO, vistos como potenciais ferramentas para o desenvolvimento e complemento do currículo dos alunos, em diversas áreas, especificamente na melhoria das componentes de educação para a cidadania e educação inclusiva, constituindo-se também como um fator importante para a motivação dos alunos.

"Todos os projetos que são apresentados na escola e que sejam no sentido de melhorar as aprendizagens e de ajudar a abrir um bocadinho os horizontes, para que os nossos alunos acreditem que vale a pena, (...) nós aceitamos." (Diretor, Rede pública)

Porém os impasses decorrentes do excesso de oferta no que diz respeito aos projetos propostos pela autarquia, do pouco planeamento em articulação com outras atividades letivas e da falta de avaliação das atividades realizadas apontam para uma necessidade de repensar a forma como a

gestão dos projetos educativos concelhios tem vindo a ser realizada. Os dados relativos à perceção dos educadores e professores sobre as necessidades de melhorias em projetos e atividades concelhios (figura 4.26) vêm reforçar esta ideia, pois 53,4% dos inquiridos considera “prioritária” ou “absolutamente prioritária” a concretização dessas melhorias. Abaixo da média ficam apenas os professores do 3.º ciclo e do ensino secundário, onde a oferta de projetos e atividades parece estar mais de acordo com as suas expectativas.

Figura 4.26: Perceção da necessidade de melhorias em projetos e atividades concelhios, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

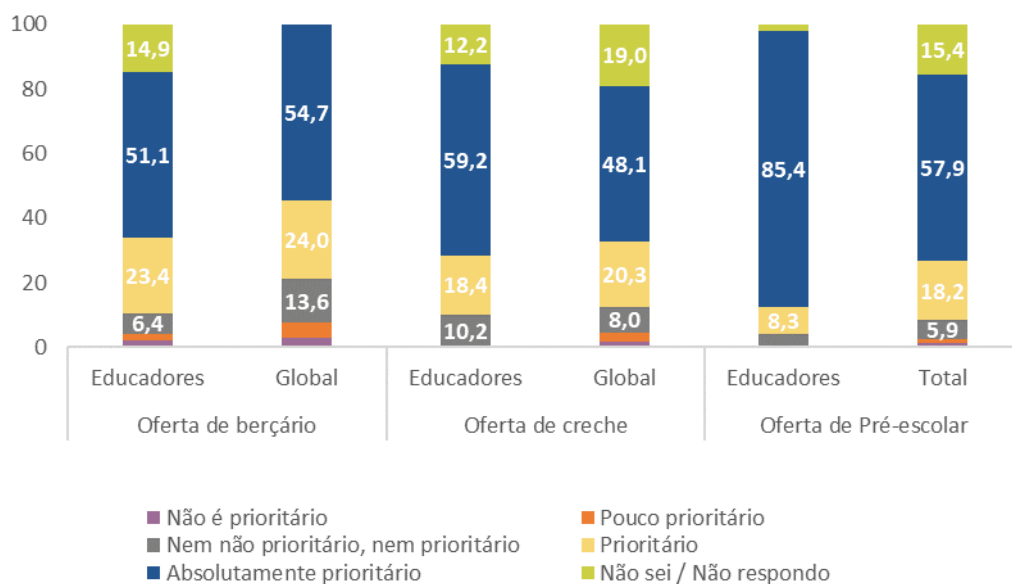
4.3: Prioridades educativas do concelho

Nesta secção relatamos os resultados analisados quanto aos tópicos que, segundo o conjunto de educadores e professores entrevistados, devem ser priorizados na política educativa do concelho de Oeiras.

Questionados sobre a oferta de berçário, creche e pré-escolar do concelho, os inquiridos priorizam mais intensamente a necessidade de aumentar a oferta de berçário, seguindo-se de pré-escolar e finalmente de creche (ver figura 4.27). Em termos concretos, 78,7% dos inquiridos considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”, a melhoria da oferta de berçário, enquanto 68,4% dos inquiridos avalia da mesma forma a oferta de creche e 76,1% a oferta de pré-escolar. A figura revela ainda a perceção dos educadores inquiridos quanto a esta oferta e diferenças assinaláveis. O pré-escolar é entendido pelos educadores inquiridos como a oferta que merece maior priorização

(93,8% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), seguindo-se neste caso da creche e do berçário (77,6% e 74,5%, respetivamente).

Figura 4.27: Grau de prioridade da oferta de berçário, creche e pré-escolar no concelho de Oeiras atribuído pelos inquiridos, geral e apenas educadores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

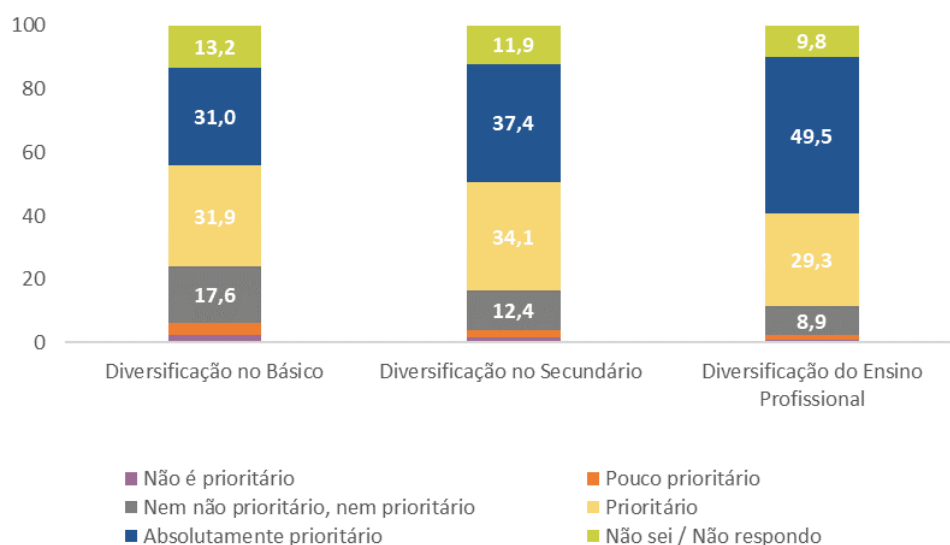
Os diretores da rede pública e dos presidentes das juntas ou uniões de freguesia consideram a premência de alargar a oferta no pré-escolar com a intenção de vir a construir uma rede universal nesta fase da vida das crianças. Para tal, a maioria dos atores concorda com a integração das redes pública e privada como “rede única” com “gestão integrada”.

“Há algum défice de resposta de pré-escolar, tanto que a generalidade entra com 5 anos, só estão connosco um ano, o que indicia que a resposta é insuficiente. Por outro lado, esta zona de Oeiras tem algumas IPSS com pré-escolar, se abrir salas a rede pública de pré-escolar elas vão à falência. (...). Acho que fazia sentido, numa lógica municipal, em vez de o público estar a criar mais salas, criar avenças, articular com o privado” (Diretor, Rede pública).

“O importante é garantir que em Oeiras todas as crianças dos 3 aos 5 anos têm a oportunidade de ter uma escola, com educadoras, profissionais e equipamentos que lhes permitam desenvolver o manancial de capacidades que têm nessa fase, para depois iniciarem o 1.º ciclo, (...), com valores equilibrados em função do que as famílias possam suportar, garantindo a igualdade de oportunidades” (Diretor, Rede pública).

A figura 4.28 assinala que é no ensino profissional que o conjunto dos inquiridos considera haver uma necessidade mais premente de diversificação das modalidades de ensino (78,8% escolhe as opções “prioritário” e “absolutamente prioritário”). Por sua vez, 71,5% dos inquiridos considera prioritária a diversificação das modalidades de ensino no secundário, enquanto 62,9% considera a prioridade da diversificação de modalidades no ensino básico.

Figura 4.28: Grau de prioridade da diversificação da oferta de modalidades de ensino básico, ensino secundário e ensino profissional (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Estes resultados vão ao encontro de uma preocupação evidente dos diferentes atores locais no sentido da necessidade de uma maior aposta na oferta de ensino profissional. Diretores da rede pública, diretores da rede privada, atores da rede social, das IES e do tecido empresarial, tal como presidentes das juntas ou uniões de freguesia e equipas técnicas e políticas da CMO salientam a importância de uma resposta mais estruturada que tenha em conta uma articulação com o mercado de trabalho (sendo falada a possibilidade de lançar um estudo aprofundado sobre o mercado de trabalho no concelho de Oeiras e as suas necessidades), assegurando as condições físicas e recursos materiais necessários (falando-se na possibilidade de concentrar o ensino profissional numa UO já existente). Fala-se, ainda a este respeito, da necessidade de desconstrução de ideias negativas de professores, alunos e famílias quanto a esta modalidade de ensino.

“Falta de oferta a nível de cursos técnico-profissionais ligada ao mundo do trabalho. São pedidos pela população e são bastante importantes. (...). Cada vez mais existem profissões que são muito procuradas e que não existem pessoas, que são precisamente as técnicas” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

“Temos uma oferta residual, (...), nomeadamente com novas áreas que têm muita procura a nível profissional, áreas ligadas ao mar, farmacêutica, novas tecnologias. (...). Percebemos que as ofertas que temos não dão resposta àquilo que eventualmente possam ser estas áreas (...). Também queremos desconstruir a ideia de que o ensino profissional é para os piores alunos, tanto nos alunos como nas famílias. (...). As escolas têm de parar de olhar para os cursos profissionais como o parente pobre” (FG7, Equipa técnica da CMO).

“Seria importante pensar na concentração de oferta de cursos numa unidade ou criar essa mesma unidade. (...). Os professores também têm de ser especializados em cursos profissionais, porque são registos completamente diferentes (...) para que aqueles alunos sejam efetivamente bem acompanhados. (...). Pode até ser com protocolos com o ensino superior” (Diretor, Rede pública).

Ainda a este respeito, consideram que a ampliação da oferta escolar nos diferentes ciclos e níveis de ensino deve reforçar a dinamização de competências transversais e reforço das componentes da cidadania, arte, cultura e desporto como mencionado anteriormente. A essa ideia acrescenta-se agora a crença dos atores auscultados acerca de como essas componentes podem ser importantes para cativar algumas comunidades caracterizadas por uma maior tendência de abandono escolar precoce.

“A escola tem de cativar os alunos dos bairros sociais, se não o fizer estes alunos têm tendência a abandonar a escola ou a não ligar nenhuma à escola. Se houver uma oferta cultura, desportiva, de lazer, cativa os alunos” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

Outro tema que surge de forma recorrente nos discursos dos auscultados é a ênfase numa escola inclusiva e a criação de condições para alunos com necessidades educativas especiais. Os mesmos atores propõem, por exemplo, cursos de cariz profissionalizante que ajudem estes alunos a fazer a transição para a vida ativa, mas também uma maior articulação da rede pública e privada em termos de apoios e projetos.

“Se a oferta é uma oferta inclusiva, numa escola para todos? Não. Há um grande caminho a fazer, que não pode também ser só feito pelo ensino particular. (...) Penso que neste momento temos muitos serviços que têm de ser desenvolvidos. (...). O Decreto-Lei nº 54/2018 implica que todos os envolvidos percebam o que é a inclusão e o que é que ela implica, portanto a nova legislação não mexeu ainda e não sei se vai mexer, naquilo que é a base, que é como é que as nossas escolas estão organizadas para receber de facto a diversidade” (FG3, Rede social e Instituições de Ensino Superior).

“É pena não termos uma rede de contactos para darem apoio às nossas crianças em termos de educação inclusiva (...) se houvesse uma rede de parceria com centros educativos, com equipas multidisciplinares (...) que permita fazer um trabalho efetivo com estas crianças que necessitam de apoios e de intervenção (...). Acho que podia ser interessante a Câmara envolver-nos e criar uma rede de partilha” (FG2, Diretores, Rede privada).

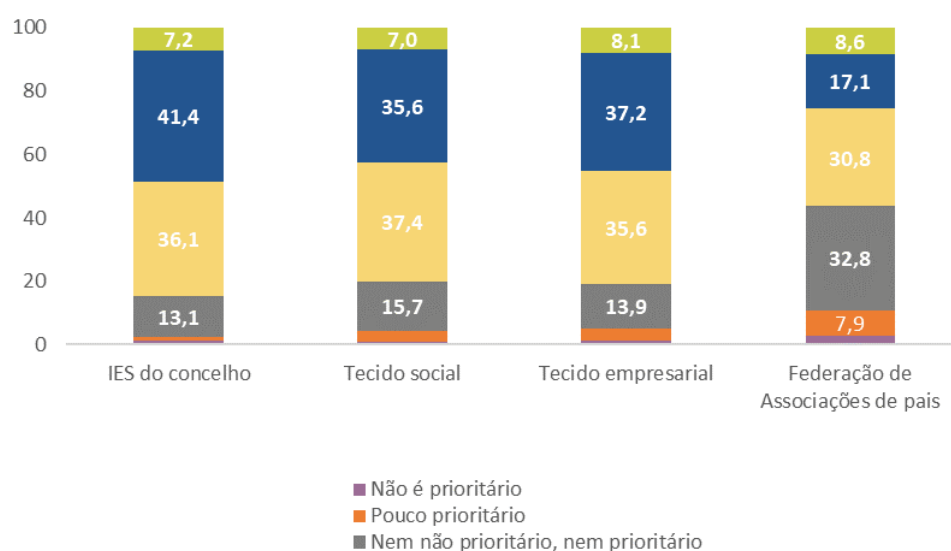
“É fundamental que o município crie uma rede de oferta através da negociação que fazem com diferentes empresas para os alunos puderem realizar os trabalhos autónomos fora do contexto escolar (...). As empresas aqui de Oeiras têm um perfil mais tecnológico e às vezes têm dificuldade em integrar esses miúdos. (...) A Câmara pode agenciar no sentido de ser facilitadora a inclusão destes miúdos na comunidade” (FG1, Diretores, Rede pública).

As parcerias entre UO com outros atores do concelho de Oeiras são também consideradas prioritárias pelo conjunto dos educadores e professores inquiridos. A ordem de prioridade é a seguinte: instituições de ensino superior do concelho (77,5%), tecido social (73,0%) e tecido empresarial (72,8%). Exceção é a federação de associações de pais que, como mostra a figura 4.29, é considerada uma parceria prioritária apenas para 47,9% dos inquiridos (17,1% selecionaram a opção “absolutamente prioritário” e 30,8% “prioritário”). Um dos inquiridos fez ainda referência a parcerias entre as várias UO.

Embora o conjunto dos inquiridos valorize a promoção de parcerias com diferentes atores, vale a pena ressaltar que há alguma variação quando se efetua o cruzamento com o ciclo/nível escolar

que os inquiridos lecionam. Realça-se que são os educadores de infância que mais priorizam as parcerias com instituições de ensino superior (83,3% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”), com o tecido social (81,6%) e com a federação das associações de pais (60,7%); e são os professores do Ensino Profissional que mais fortemente priorizam as parcerias com o tecido empresarial (89,3%). No caso da federação das associações de pais a priorização decresce com o aumento do ciclo/nível de ensino. Assim sendo, são os professores do ensino secundário os que menos consideram este tipo de parceria como uma prioridade (apenas 13,0% considera “absolutamente prioritário), com distinção para os do ensino profissional que valorizam este aspeto (60,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.29: Grau de prioridade das parcerias entre UO e outros atores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

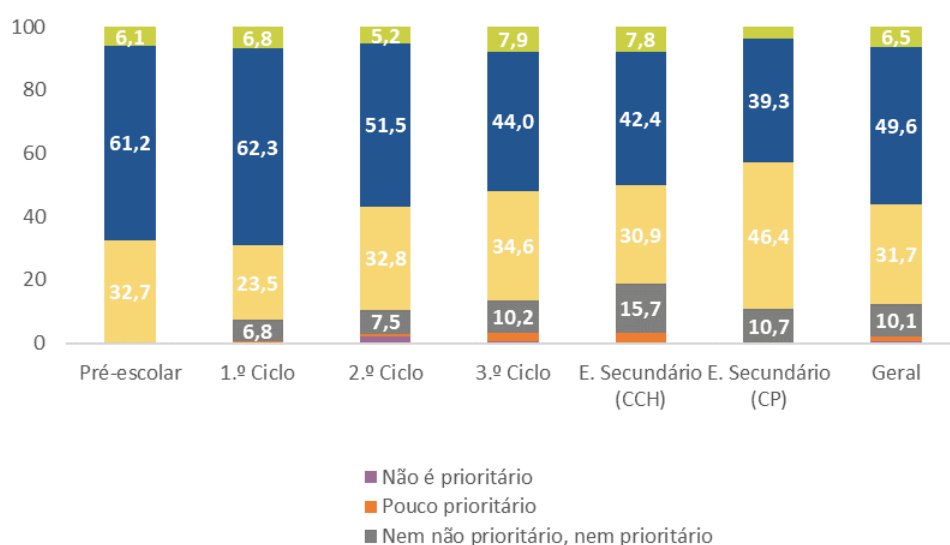
Os atores municipais auscultados priorizam também o aumento das parcerias com o tecido social concretizadas em projetos, nacionais e internacionais, mas também na reestruturação das atividades extracurriculares, tema desenvolvido no ponto 4.1. As parcerias com o tecido empresarial também são consideradas imprescindíveis, com o fim último de aumento da empregabilidade dos alunos, podendo concretizar-se, por exemplo, em bolsas de voluntários das empresas nas escolas e estágios nas empresas.

“Parece que deve ser encontrado um modelo com todos os parceiros de forma a proporcionar a todas as crianças e jovens formação desportiva, formação cultural, formação musical, a opção que os pais e os alunos entendessem fazer” (FG6, Presidentes das juntas e uniões de freguesia).

“Seria interessante haver parcerias diretas entre escolas e as empresas (...), já que as empresas identificam determinadas necessidades e um curso ou uma formação mais específica é adequada a essas necessidades” (FG4, Tecido empresarial).

A figura 4.30 mostra que a grande maioria dos inquiridos (81,3%) considera prioritária ou absolutamente prioritária a rentabilização dos serviços e equipamentos (desportivos, culturais e artísticos) disponíveis no concelho por parte das UO. É de notar que a prioridade concebida a este aspeto diminui com o aumento do ciclo/nível de ensino. Nesse sentido, enquanto 93,9% dos educadores consideram tal rentabilização “prioritária” ou “absolutamente prioritária”, 73,3% dos docentes do ensino secundário têm a mesma perceção. Mais uma vez são os professores do ensino profissional que contrariam esta tendência, apresentando valores elevados (85,7% considera “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.30: Grau de prioridade da rentabilização dos serviços/equipamentos disponíveis por parte das UO, geral e por ciclo/nível de ensino (%)

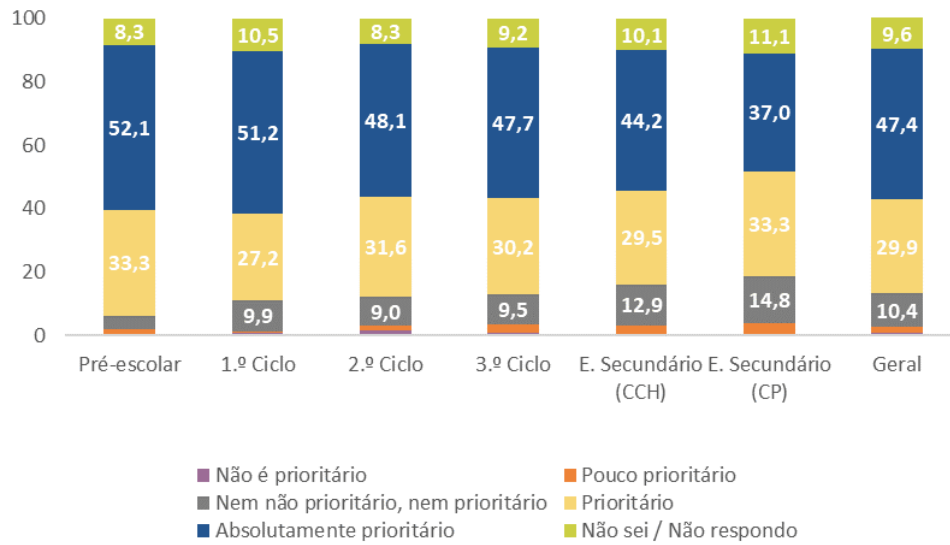


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Os transportes escolares e públicos são considerados uma dimensão prioritária por 77,3% dos inquiridos (ver figura 4.31). Em termos concretos, verifica-se que a prioridade dada a esta dimensão diminui com o aumento do ciclo/nível de ensino lecionado. Assim sendo, 85,4% dos educadores consideram “prioritária” ou “absolutamente prioritária” a atuação do concelho de Oeiras neste aspeto, e 73,7% dos professores do ensino secundário valorizam esta dimensão.

Como evidenciamos no ponto 4.1, um número significativo de atores auscultados, entre eles diretores da rede pública, associações de pais, presidentes de juntas ou uniões de freguesia, prioriza também a questão da rede de transportes, considerando a falta de transportes diretos, as falhas nos horários e questões de segurança.

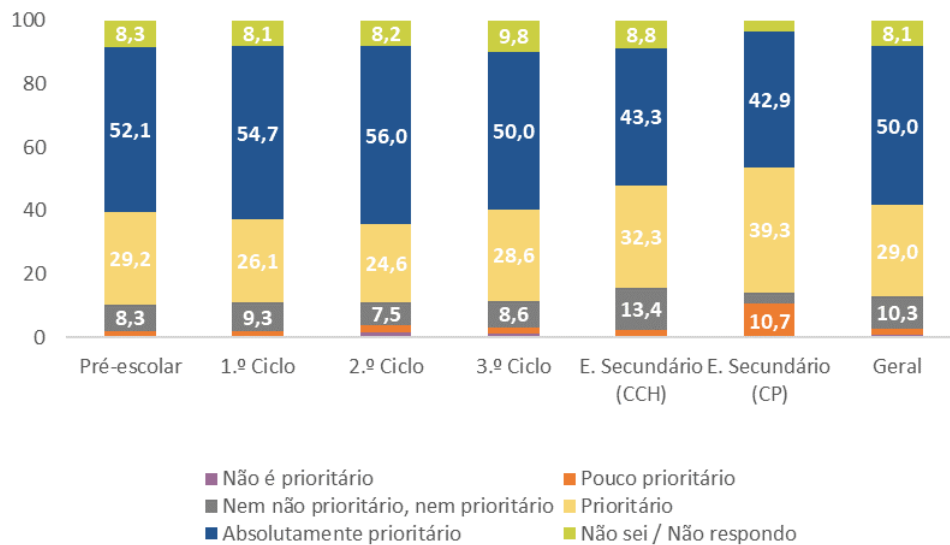
Figura 4.31: Grau de prioridade das ferramentas dos transportes escolares e públicos, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos apoios à família – por exemplo, bolsas, prémios e passes – a maioria dos inquiridos considera “absolutamente prioritário” (ver figura 4.32, excetuando os professores do ensino secundário “regular” e profissional (43,3% e 42,9%, respetivamente). No campo aberto para esta questão, três inquiridos discriminaram apoios que consideram necessários, entre eles “apoios suficientes para ficarem com os bebés em casa” e “apoio à habitação”.

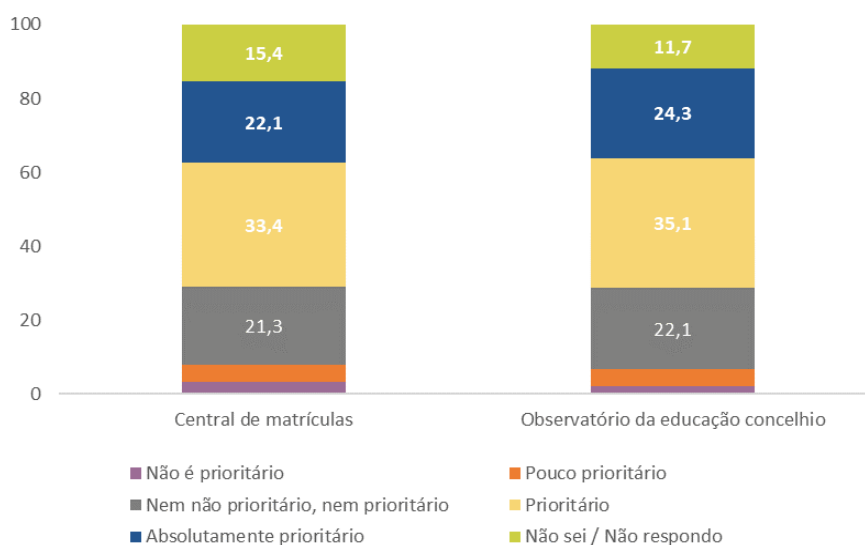
Figura 4.32: Grau de prioridade dos apoios à família, geral e por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Tanto a central de matrículas como o observatório da educação são ferramentas consideradas pela maioria dos inquiridos como prioritárias (55,5% e 59,4% opta por considerar “prioritário” e “absolutamente prioritário”, respetivamente). Comparando as respostas por ciclo/nível de ensino, a figura 4.33 evidencia que apenas os professores do ensino secundário têm uma perceção menos prioritária relativamente à central de matrículas, 25,5% não tendo opinião formada sobre este aspeto. É também neste nível de ensino que se verifica uma menor valorização do observatório da educação, mesmo que a maioria dos inquiridos considere este aspeto prioritário (52,1% opta por “prioritário” ou “absolutamente prioritário”).

Figura 4.33: Grau de prioridade das ferramentas de gestão no entendimento dos inquiridos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Outros aspetos foram elencados pelos inquiridos na opção aberta do questionário. Entre eles, destaca-se a promoção e o apoio de projetos por parte da Câmara Municipal (n = 3) – “Apoiar projetos apresentados pelas escolas” e “Promover congressos, palestras e concursos para alunos/escolas”. Destaca-se ainda o apoio psicológico aos alunos (n = 2), a formação contínua de docentes (n = 2) – “Formação de professores em contexto da sua ação (na escola)” – e a desburocratização dos processos (n = 2) – “Todos os concursos públicos para a aquisição de serviços ou bens deveriam ser processados por um departamento da CMO no sentido de libertar a direção/serviços administrativos das UO para outras tarefas mais importantes”.

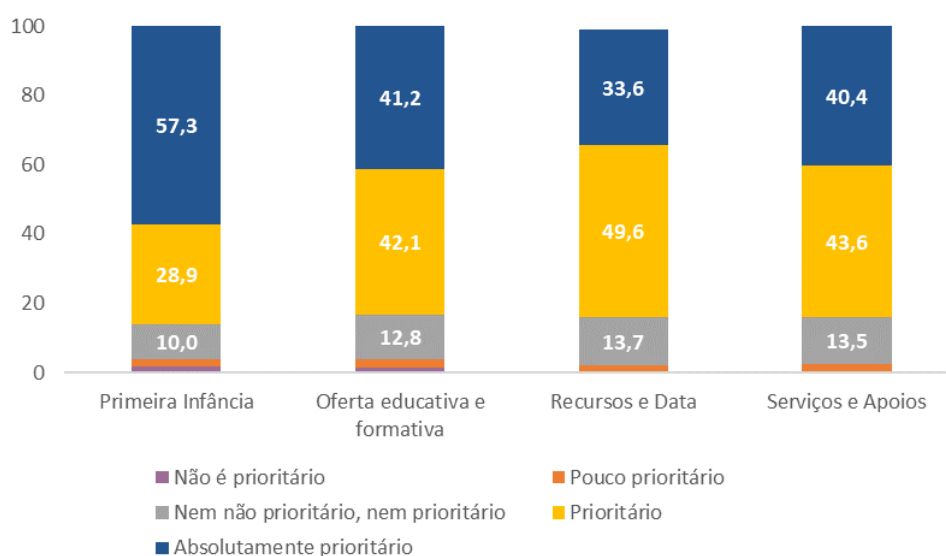
Os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente à prioridade de melhorias no âmbito da educação no concelho foram trabalhados num exercício de estatística multivariada, Análise de Componentes Principais (ACP)³⁴, com o objetivo de aferir tendências globais de resposta.

³⁴Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações

A ACP sobre a avaliação dos inquiridos quanto às prioridades de melhoria do concelho³⁵ permitiu a extração de quatro componentes principais, ou de quatro novas variáveis³⁶, que foram designadas, após interpretação analítica dos indicadores que as compõem³⁷, como: i) Recursos e Data; ii) Primeira infância; iii) Serviços e Apoios; iv) Oferta educativa e formativa (ver Anexo 5).

Importa agora ter em consideração as quatro componentes que compõem as prioridades. A figura 4.34 evidencia que é a oferta para a primeira infância a componente mais fortemente considerada prioritária para a maioria dos inquiridos (57,3%), seguindo-se da ampliação da oferta educativa e formativa (41,2%), dos serviços e apoios (40,4%) e, finalmente, dos recursos e data (33,6%).

Figura 4.34: Grau de prioridade dada às quatro componentes (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente à componente relacionada com a primeira infância, na figura 4.35, mostra que, como era expectável, são os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo os que mais priorizam esta dimensão, decrescendo a sua valorização com o aumento do ciclo/nível de ensino em que os

significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra (n = 432) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 (25 x 5 = 75).

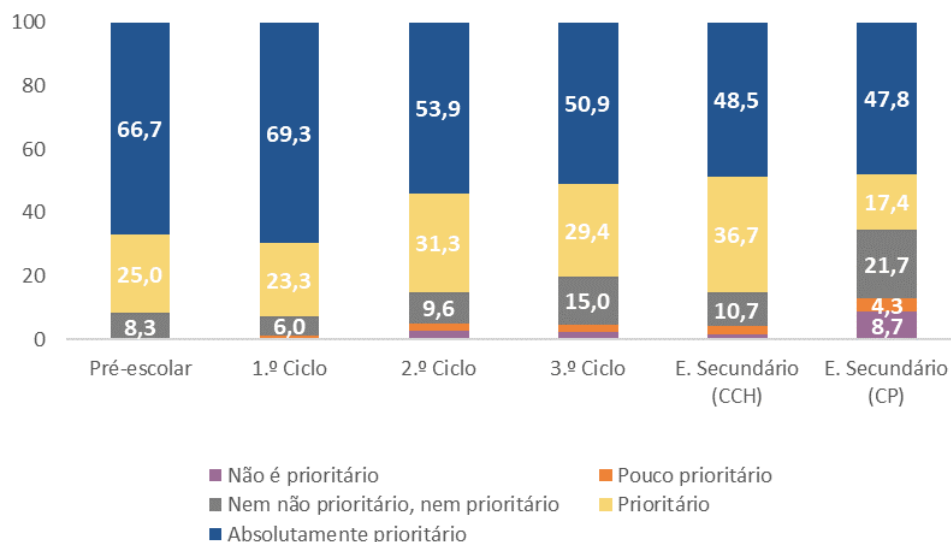
³⁵Apresenta resultados com um grau de adequabilidade perto de muito boa (KMO = 0,877; Teste de Bartlett $X^2(105) = 33892,437$, com $p < 0,001$) e que explicam 71,7% da variância global. A solução foi forçada a quatro dimensões uma vez que, pelo critério de Kaiser a solução não era satisfatória.

³⁶Foram criadas as quatro novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente para a variável Primeira Infância (0,916), boa para Recursos e Data (0,883) e Oferta Educativa e Formativa (0,853) e aceitável para Serviços e Apoios (0,726).

³⁷A primeira componente, Recursos e Data, agrega as parcerias entre as escolas e diversos atores, a rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis, bem como o observatório da educação concelhio. A segunda componente, Primeira Infância, agrega a oferta de creche de berçário e de pré-escolar. A terceira componente, Serviços e Apoios, inclui os transportes, a central de matrículas e outros apoios às famílias. Por fim, a quarta componente, Oferta educativa e formativa, agrega as três opções de diversificação, seja do ensino secundário, do ensino básico como do ensino profissional.

inquiridos lecionam: 66,7% dos educadores e 69,3% dos professores do 1.º ciclo consideram a melhoria da oferta de berçário, creche e pré-escolar uma prioridade absoluta do concelho.

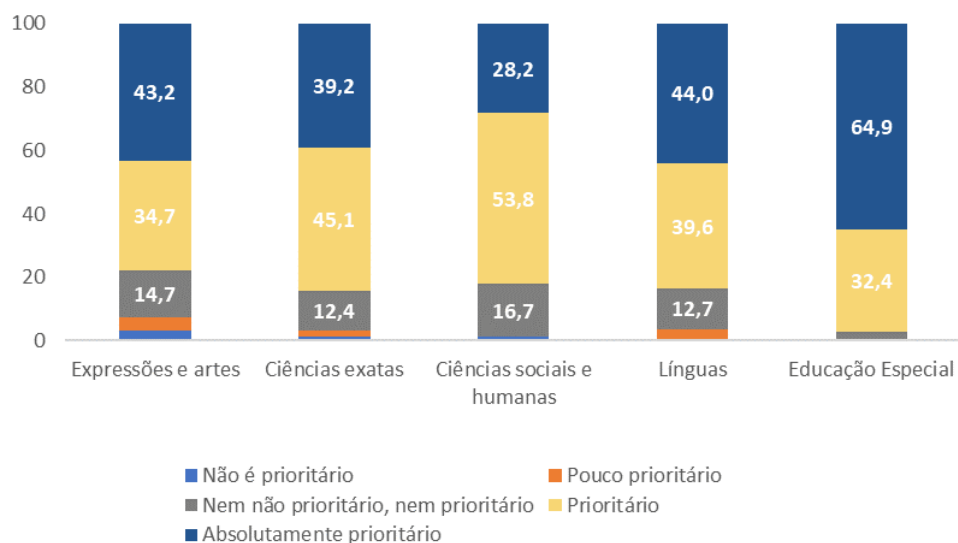
Figura 4.35: Grau de prioridade da oferta para a “Primeira infância”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A diversificação da oferta educativa e formativa parece uma componente perçecionada de forma bastante similar pelo conjunto dos inquiridos, variando a prioridade entre 81,4% e 81,57%. Esta componente varia mais se comparando as respostas em termos de áreas disciplinares dos inquiridos (figura 4.36). São os professores de educação especial que mais apontam esta dimensão como uma prioridade concelhia (97,3% assinala “prioritária” ou “absolutamente prioritária”). Sendo entre os docentes das expressões e artes que menos a consideram prioritária (77,9%). Esta componente varia significativamente, embora de forma fraca, com o número de inquiridos que mudou de escola nos últimos 5 anos (Pearson = 0,100, $p < 0,05$).

Figura 4.36: Grau de prioridade das ferramentas dado à “Oferta educativa e formativa”, por área disciplinar (%)

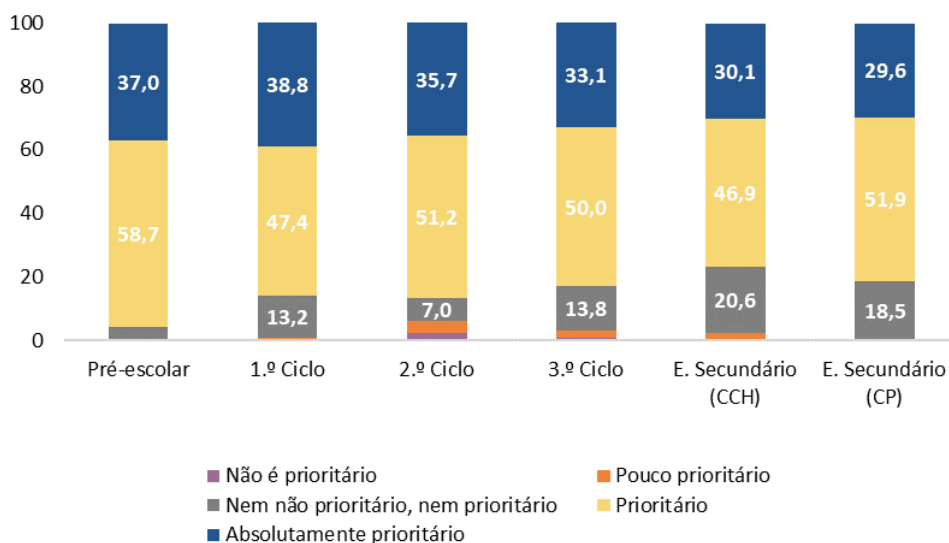


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

A componente – recursos e data – quando cruzada com os ciclos/níveis de ensino em que lecionam evidencia que estas dimensões são mais valorizadas por educadores e docentes do ensino básico do que por professores do ensino secundário. Assim, a quase totalidade dos educadores prioriza esta componente (95,7% opta por considerar “prioritária” ou “absolutamente prioritária”) enquanto apenas 77,0% dos professores do ensino secundário considera a gestão dos recursos e informação da mesma forma (figura 4.37).

É de assinalar que esta componente varia significativa e negativamente com o número de anos que o inquirido é professor (R ó de Spearman = -0,098, $p < 0,05$). Ou seja, quantos mais anos de carreira, menor é a consideração sobre a importância dos recursos e informação disponibilizada pela Câmara Municipal.

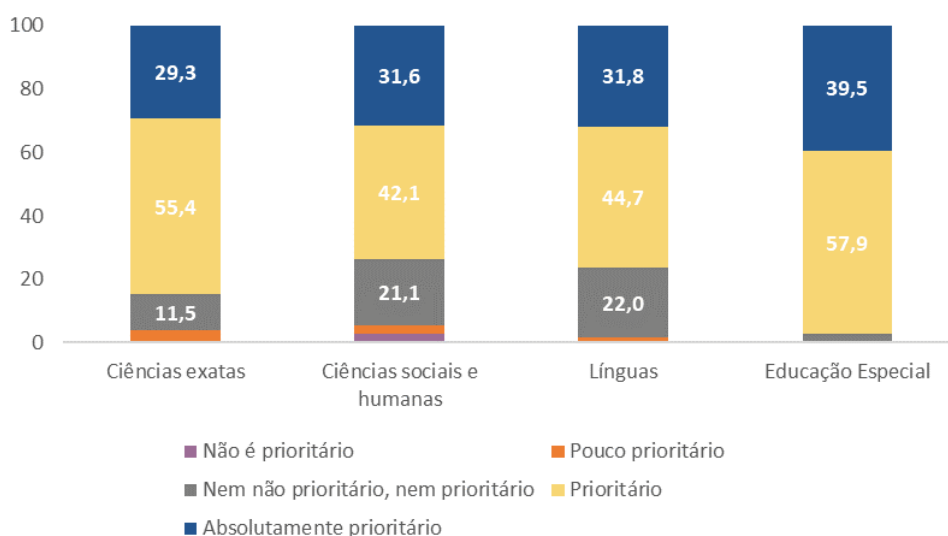
Figura 4.37: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Através da figura 4.38 verifica-se que são os professores das áreas das ciências exatas e da educação especial os que mais priorizam esta componente: 84,7% no primeiro caso e 97,4% no segundo caso optam por “prioritário” ou “absolutamente prioritário”.

Figura 4.38: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Recursos e data”, por área disciplinar (%)

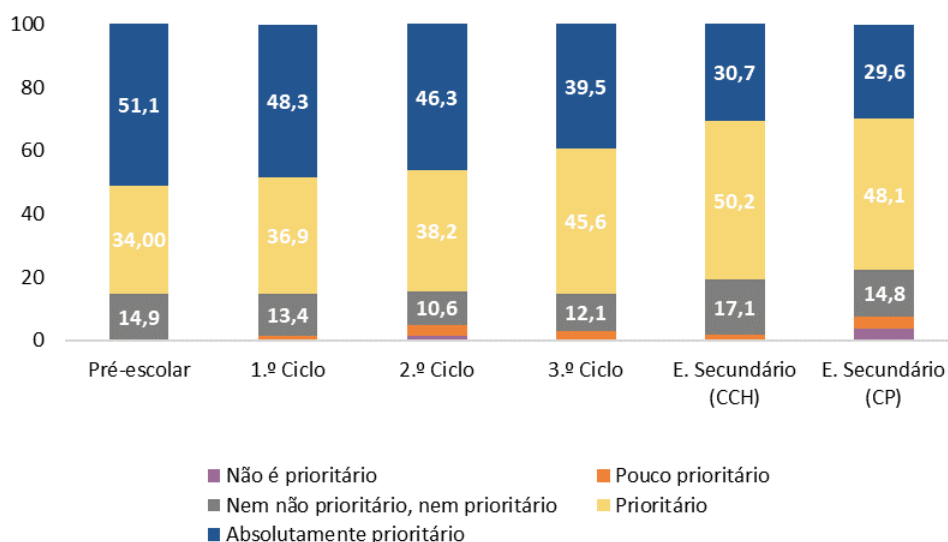


Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Quanto aos serviços e apoios por parte da Câmara (figura 4.39), apenas o ensino profissional tem uma percentagem menor de inquiridos que consideram um aspeto “prioritário” ou “absolutamente

prioritário”, sendo que as percentagens variam entre 85,2% para o 1.º ciclo e 77,8% para os docentes do ensino profissional. Não se verificam diferenças assinaláveis quanto ao grupo disciplinar nesta componente, variando a prioridade entre 100% e 81,1%.

Figura 4.39: Grau de prioridade das ferramentas dado aos “Serviços e apoios”, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores do Concelho de Oeiras, 2020.

Em complemento, os atores auscultados a partir de entrevistas individuais e grupais centram as suas prioridades em outros aspetos relacionados com o território e a rede escolar. Em primeiro lugar, encontra-se a insuficiente requalificação e investimento nos espaços escolares e equipamentos, incluindo tecnológicos, infraestruturas para educação física e refeitórios, aspeto salientado pelos diretores da rede pública, por atores do tecido empresarial e presidentes de juntas ou uniões de freguesia. Este aspeto já foi desenvolvido no subcapítulo 4.1, contudo completamos com a necessidade premente, segundo os atores, de apostar na infraestrutura e equipamento tecnológico.

“É importante prepararmos a nossa infraestrutura de uma forma mais eficiente. (...). Também temos de salvaguardar que temos todos os alunos com computadores em casa e com internet e sabemos que nas escolas do 1.º ciclo grande parte dos alunos não tem, (...), adaptando a escola a um novo modelo compatível com a nova realidade de comunicação tecnológica” (FG4, Tecido empresarial).

Em segundo lugar, como também já evidenciado, diretores de rede pública, presidentes de junta ou uniões de freguesia, equipa técnica e política da CMO, consideram como prioritária a reorganização da rede de escolas, eliminando os agrupamentos demasiado grandes, garantido a relação de proximidade entre os vários atores educativos. Em termos particulares, fala-se da construção de escola de pré-escolar e 1.º ciclo na freguesia de Barcarena, reagrupamento da Visconde de Leceia no AE Aquilino Ribeiro, de resolver a situação de não agrupamento do AE Conde de Oeiras e da ES

Quinta do Marquês e das UO de Carnaxide, e, ainda, a questão da ocupação de várias freguesias pelo AE de Linda-a-Velha.

“Quando se constituíram os agrupamentos algumas unidades orgânicas ficaram demasiado alargadas. (...).

Eu acho que não traz um benefício quando o agrupamento é excessivo. (...). Eu acho que a vantagem do nosso agrupamento é a proximidade, é não deixar que o 1.º ciclo ou pré-escolar seja algo tão distante que não é acompanhado por nós (...).” (Diretor, Rede pública).

“Ao longo dos anos, após encerramento de 2 escolas de 1º ciclo uma em Barcarena e outra em Caxias, tem-se a percepção de que o ideal era reorganizar a rede em parceria com Carnaxide, na sequência de um plano de construção de mais um edifício com valência de pré-escolar e de 1º ciclo e que tanto poderia ser junto da escola de São Bruno ou mais acima na zona de Barcarena para onde confluíam as crianças das zonas já referidas e ainda Queluz e Valejas, porque, mesmo as escolas pequenas continuarem a fazer sentido tendo em conta a idade das crianças, o processo de modernização de espaços e equipamentos [faz sentido]; seria bom as escolas terem mais espaços, bibliotecas, refeitório, espaços para educação física, espaços para trabalho em grupo, tudo numa linha mais moderna de ensino” (Diretor, Rede pública).

“Não faz sentido haver escolas próximas com o ensino secundário e o 3.º ciclo separados, acho que isto não resulta.” (Diretor, Rede pública).

“A pressão sobre o Alto de Algés [AE de Miraflores] é enorme. Pretende-se criar uma escola nova em Linda-a-Velha, também para permitir outros modelos educativos” (FG7, Equipa técnica da CMO).

“O sítio com maior densidade de bairros municipais é a Outorela [em que as escolas] são frequentadas [maioritariamente] pelas famílias dos bairros e a diversidade na convivência não existe (...).” (FG8, Equipa política CMO).

De forma mais residual, surgem outras duas prioridades mencionadas por diretores da rede pública:

a) a desarticulação administrativa entre juntas ou uniões de freguesia e a Câmara municipal, e b) a necessidade de intervenção ao nível da segurança na escola.

“A dificuldade maior é articular mesmo com duas autarquias [Cascais e Oeiras] e neste caso articular (...) duas juntas de freguesia” (Diretor, Rede pública).

“Somos um agrupamento muito disperso, no concelho de Oeiras talvez o agrupamento mais disperso. (...) Em termos físicos e humanos, de agregação de pessoal docente e não docente, traz-nos muitos problemas.” (Diretor, Rede pública).

“À porta da escola sede temos alguns assaltos e a Escola Segura faz o que pode. Agora estão em Oeiras e demoram 20 minutos a chegar aqui (...), quando eles chegam já a malta se pirou” (Diretor, Rede pública).

Em termos de promoção do sucesso escolar encontram-se dois temas enfatizados nas percepções e discursos dos diferentes atores. Em primeiro lugar, o aumento dos recursos humanos, aspetos já salientando no subcapítulo 4.1.

“Todas as escolas deviam ter equipas multidisciplinares, uma mediadora, um animador sociocultural, para fazer a ponte com a parte da sociedade e das famílias, isso não devia ser característico de uma escola ou de outra, todas precisam” (Diretor, Rede pública).

“Os assistentes operacionais, o problema é que nunca vêm todos, nunca tive os 52 funcionários que na teoria temos cá colocados. Em média temos 40 a funcionar, que é pouco. O problema vem do Ministério e não da Câmara, por causa das quotas” (Diretor, Rede pública)

Em segundo lugar, encontra-se a adequação e relevância da formação contínua de professores e funcionários, também em termos de competências digitais e éticas, salientando pelos diretores da rede pública e pelos atores do tecido empresarial auscultados.

“As escolas são confrontadas com um conflito com o conhecimento básico de alguma carência com as novas tecnologias (...) o que caracteriza este problema é que não se adaptou [a escola] e se continuarmos este caminho que estamos a seguir, nunca se vai adaptar. (...) É importante criar dinâmicas com capacidade adaptativa das necessidades”. (FG1, Diretores, Rede pública).

4.4: Papel atribuído à Câmara Municipal no âmbito da Carta Educativa e Plano Educativo Municipal

No presente capítulo são analisados os dados relativos à perceção dos educadores e professores do concelho de Oeiras sobre o papel da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) no apoio aos profissionais dos AE/ENA no âmbito de um projeto concelhio para a educação. Neste sentido, foi pedido aos inquiridos que atribuíssem um grau de prioridade (de 1 “não pertinente” a 5 “totalmente pertinente”) a um conjunto de dimensões, relacionadas com: i) articulação e regulação ii) recursos concelhios e oferta escolar; iii) representação das famílias; e iv) equipamentos e funcionários.

Articulação e regulação

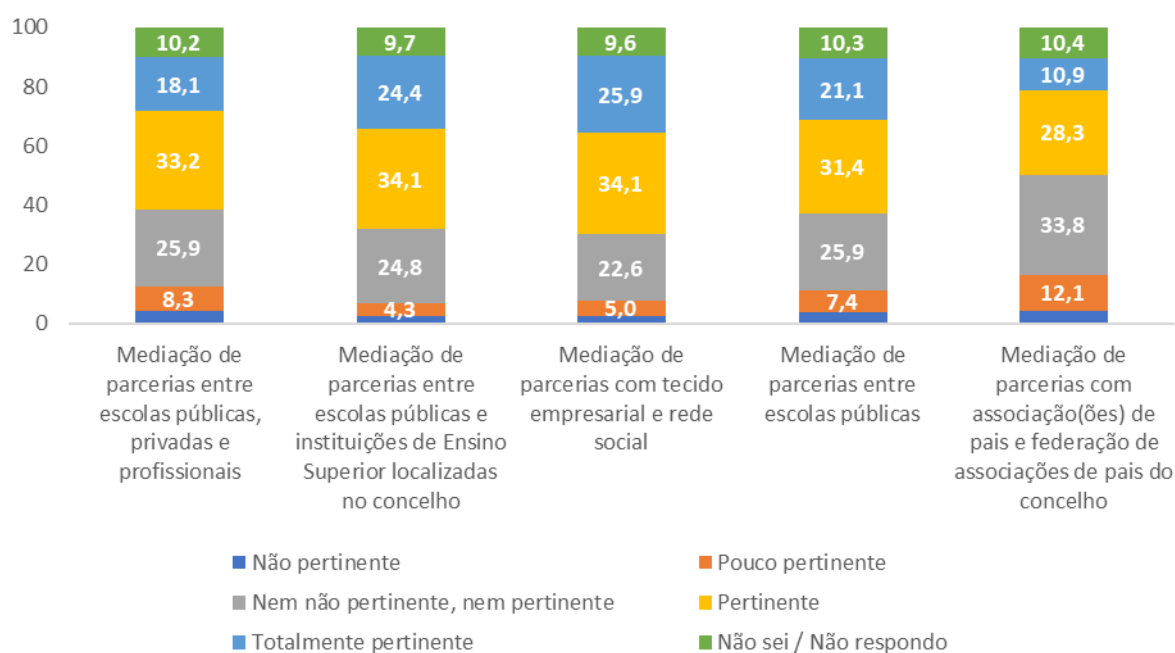
Na avaliação do apoio da CMO no que diz respeito às funções de articulação e regulação educativas do concelho, foram avaliados indicadores relacionados com: mediação de parcerias entre os vários atores sociais - escolas públicas e privadas; instituições de ensino superior; tecido empresarial e rede social; e associações de pais -; processos de autoavaliação, supervisão e articulação da gestão escolar e práticas pedagógicas; regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores; e conhecimento e promoção do sucesso escolar.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às funções de mediação de parcerias entre os atores sociais enunciados, podemos observar, através da figura 4.40, que cerca de metade dos inquiridos considera pertinente o apoio da CMO na mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de ensino superior localizadas no concelho, entre o tecido empresarial e a rede social (34,1%, respetivamente, consideram “pertinente” e 24,4% e 25,9% consideram “totalmente pertinente, também respetivamente), entre escolas públicas, privadas e profissionais (33,2% consideram “pertinente” e 18,1% “totalmente pertinente”) e somente entre escolas públicas (31,4% afirmam ser “pertinente” e 21,1% “totalmente pertinente”).

Ainda assim, existe uma percentagem considerável de inquiridos que considera ser indiferente o apoio da CMO nestas tarefas de mediação de parcerias (25,9% acha que “nem não pertinente, nem pertinente” no caso da mediação de parcerias entre escolas públicas e escolas publicas, privadas e profissionais; 24,8% tem a mesma opinião para a mediação de parcerias entre escolas publicas e

instituições de ensino superior localizadas no concelho e 22,6% para a mediação de parcerias entre o tecido empresarial e a rede social). Não obstante, importa destacar que a mediação de parcerias entre o tecido empresarial e a rede social é, de todas as atividades de articulação, aquela em que os inquiridos mais consideram ser pertinente o apoio da CMO. Em oposição, o apoio da CMO na mediação de parcerias com associação(ões) de pais e com federação de associações de pais do concelho, é visto como o menos pertinente (33,8% dos inquiridos considera que o apoio da CMO “nem não pertinente, nem pertinente” e 12,1% que é “pouco pertinente”).

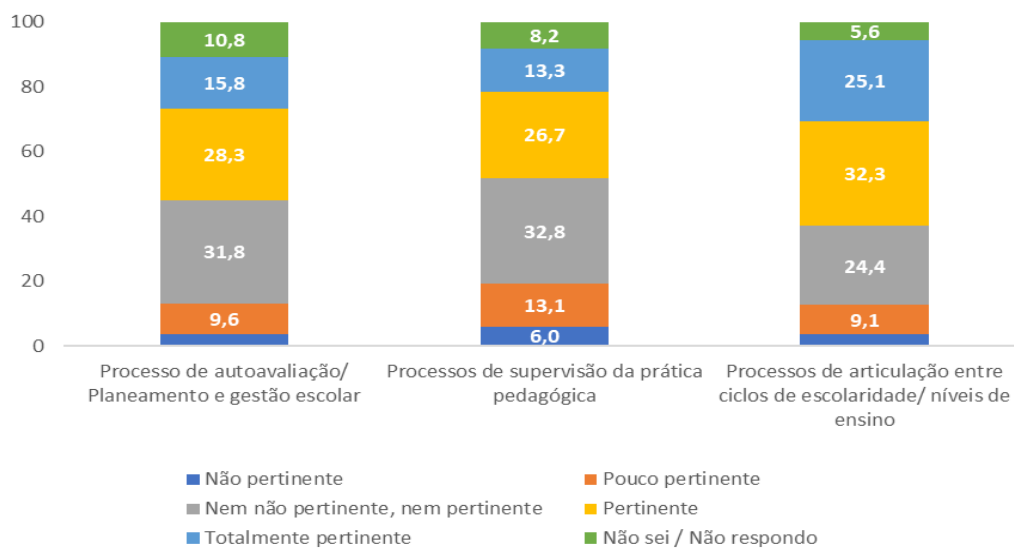
Figura 4.40: Perceção acerca do papel da CMO na mediação de parcerias (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente ao apoio da CMO nos processos acima descritos, os dados na figura 4.41 demonstram que, em todos os casos, as opiniões do inquiridos se dividem entre os que consideram o papel da câmara “pertinente” ou “totalmente pertinente” - que surgem com destaque para o processo de articulação vertical (25,1% consideram “totalmente pertinente” e 32,3% consideram “pertinente”) - e os que se posicionam de forma indiferente em relação a esta questão - cerca de um terço, desta vez com destaque para o processo de supervisão da prática pedagógica, que apresenta a maior proporção de inquiridos que diz não ser pertinente nem não pertinente o apoio da CMO (32,8%). O processo de supervisão pedagógica é também aquele que concentra a maior proporção de inquiridos que afirmam que o papel da câmara não é pertinente (6,0%) ou é “pouco pertinente” (13,1%).

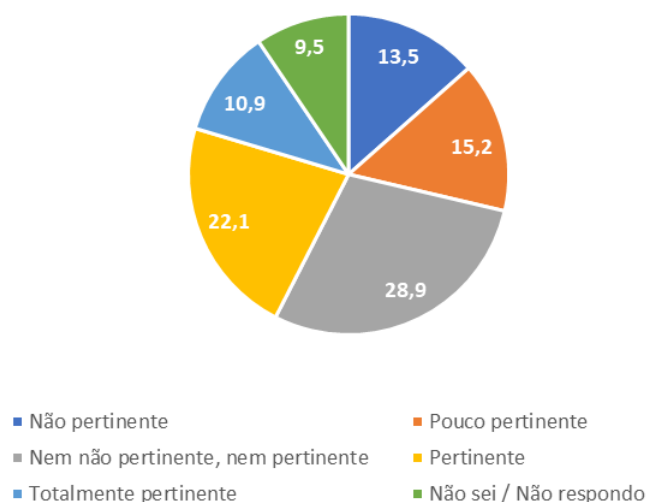
Figura 4.41: Perceção acerca do papel da CMO nos processos de autoavaliação, supervisão e articulação (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores da UO, o papel da CMO é visto pelos inquiridos de forma bastante diferenciada, pois apesar de muitos considerarem o apoio camarário importante (22,1% consideram “pertinente” e 10,9% que é “totalmente pertinente”), cerca de um terço afirma que é indiferente (28,9% acha que “nem não pertinente, nem pertinente”) e outro tanto que não é um apoio importante (28,7% consideram que é “pouco pertinente” ou “não pertinente”).

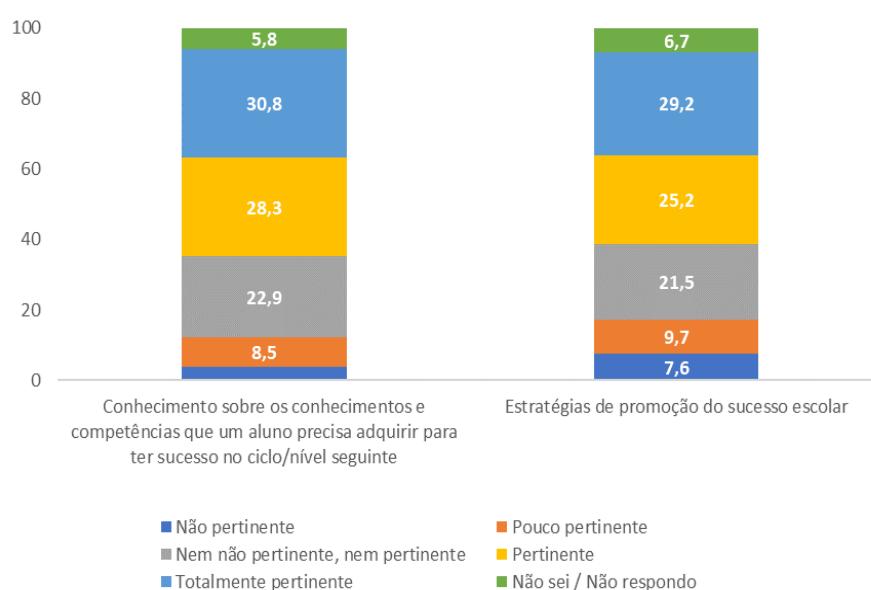
Figura 4.42: Perceção acerca do papel da CMO na regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Sobre o papel da CMO, ao nível do sucesso escolar, nomeadamente no conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte e nas estratégias de promoção do sucesso escolar, verificamos que, em ambos os casos o apoio da CMO é visto como “totalmente pertinente” (30,8% e 29,2%, respetivamente) ou “pertinente” (28,3% e 25,2%, também respetivamente); ainda que exista uma proporção considerável de inquiridos que afirma que esse apoio é “nem não pertinente, nem pertinente” (22,9% e 21,5% em cada um dos casos), bem como cerca de um quarto de respostas que, no caso das estratégias de promoção do sucesso escolar, considera o apoio da CMO pouco ou nada pertinente (9,7% considera “pouco pertinente” e 7,6% “não pertinente”).

Figura 4.43: Perceção acerca do papel da CMO ao nível do sucesso escolar (%)



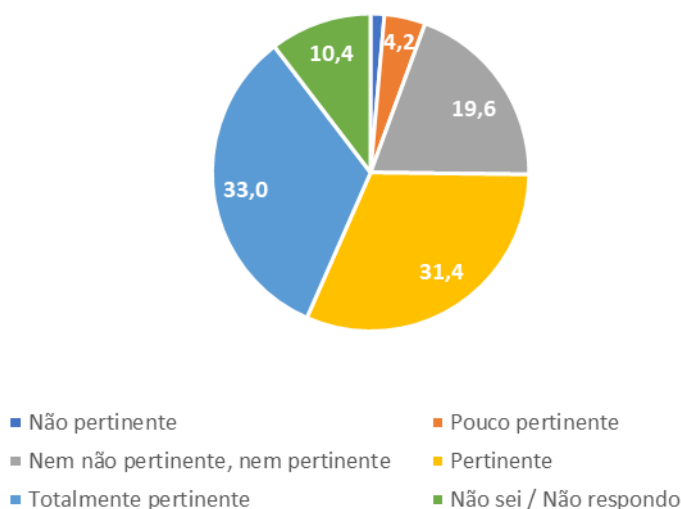
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Recursos concelhios e oferta escolar

Para a avaliação da perceção dos inquiridos acerca do papel da CMO, no que diz respeito à gestão dos recursos concelhios e oferta escolar, foi avaliada a importância do apoio camarário ao nível: da rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho; da acessibilidade às escolas e transportes disponíveis; bem como, ao nível da organização da oferta educativa e formativa em concertação; dos projetos realizados anualmente e da promoção de atividades.

Analisando os dados relativos à perceção dos inquiridos relativamente ao apoio da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho, verificamos através da figura 4.44 que cerca de dois terços dos educadores e professores consideram que o apoio da câmara é “totalmente pertinente” (33%) ou “pertinente” (31,4%), 19,6% considera que “nem não é pertinente, nem pertinente”, 10,4% não sabe ou não responde e a restante parte considera que é “pouco pertinente” (4,2%) ou “não pertinente” (1,4%).

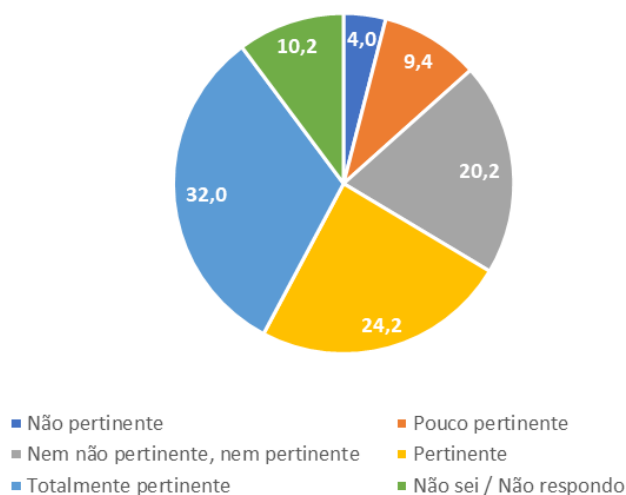
Figura 4.44: Perceção acerca do papel da CMO na rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Quanto à acessibilidade à escola, a perceção dos inquiridos em relação ao papel da CMO tende a ser mais diferenciada. Ainda assim, pouco mais de metade considera o apoio camarário “totalmente pertinente” (32%) ou “pertinente” (24,2%), sendo que 20,2% julga ser indiferente (20,2% considera “nem não pertinente, nem pertinente”), 10,2% não sabe ou não responde e 13,4% diz ser “pouco pertinente” (9,4%) ou “não pertinente” (4%).

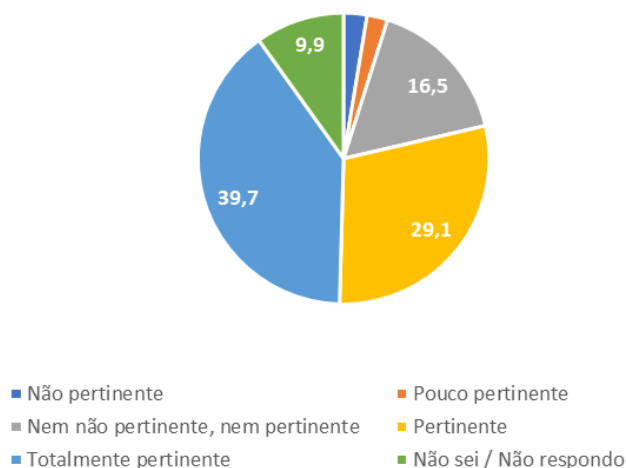
Figura 4.45: Perceção acerca do papel da CMO na acessibilidade à escola (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Ao nível dos transportes disponíveis, também a maioria dos inquiridos considera que o apoio da CMO é “totalmente pertinente” (39,7%) ou “pertinente” (29,1%), sendo que apenas uma ínfima percentagem considera “pouco pertinente” (2,3%) ou “não pertinente” (2,6%).

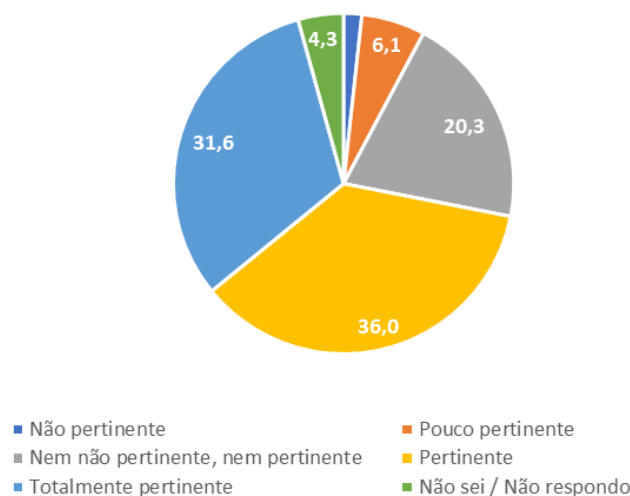
Figura 4.46: Perceção acerca do papel da CMO nos transportes disponíveis (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

No que respeita à organização da oferta educativa e formativa em concertação, a generalidade dos inquiridos, volta a considerar que o papel da CMO é bastante pertinente (36% acha “pertinente” e 31,6% acha “totalmente pertinente”), existindo uma proporção de educadores e professores que considera pouco ou nada pertinente inferior a 10% (6,1% considera “pouco pertinente” e 1,7% “não pertinente”).

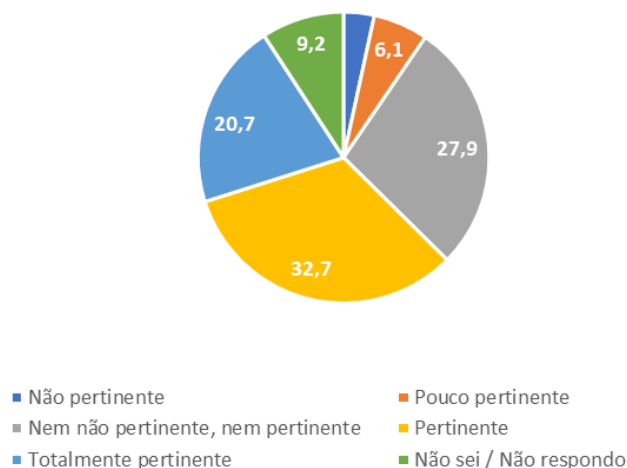
Figura 4.47: Perceção acerca do papel da CMO na organização da oferta educativa e formativa em concertação (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

No âmbito do apoio da CMO aos projetos e atividades realizados anualmente, os dados revelam ainda que cerca de metade dos inquiridos o considera “pertinente” (32,7%) ou “totalmente pertinente” (20,7%), enquanto cerca de um terço “nem não pertinente, nem pertinente” (27,9%) e apenas uma pequena parte considera “pouco pertinente” (6,1%) ou “não pertinente” (3,4%).

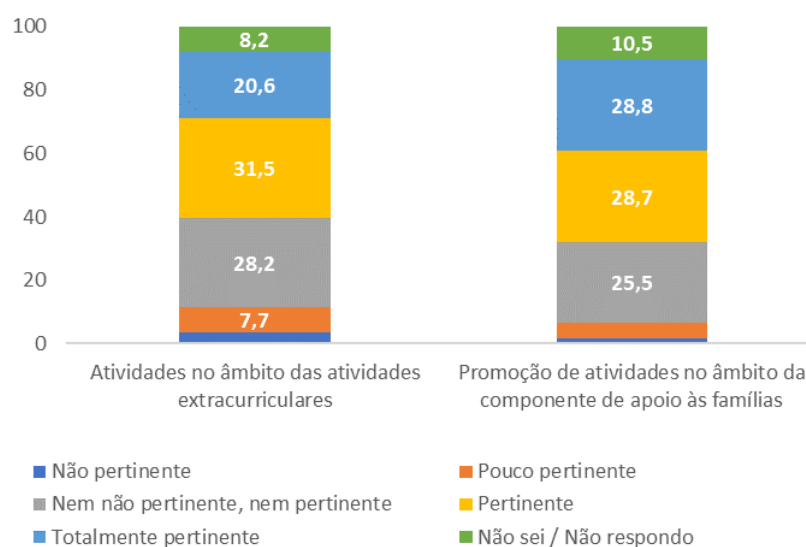
Figura 4.48: Perceção acerca do papel da CMO nos projetos e atividades realizados anualmente (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Também os dados acerca da promoção de atividades revelam que o papel da CMO (figura 4.49) é visto como “pertinente” (31,5%) ou “totalmente pertinente” (20,6%) por pouco mais de metade dos inquiridos (52,1%), no que diz respeito às atividades extracurriculares, sendo que quase um terço considera o apoio camarário nesta matéria “nem não pertinente, nem pertinente” (28,2%). Na figura 4.52 observa-se que a restante parte dos inquiridos (19,6%) reparte as suas opiniões entre “não sei/não respondo” (8,2%), “pouco pertinente” (7,7%) ou “não pertinente” (3,7%). A percepção do papel da CMO na promoção de atividades de apoio às famílias apresenta uma tendência semelhante: mais de metade dos inquiridos considera esse apoio “pertinente” (28,7%) ou “totalmente pertinente” (28,8%) e menos de um terço define-o como “nem não pertinente, nem pertinente” (25,5%).

Figura 4.49: Perceção acerca do papel da CMO na promoção de atividades (%)



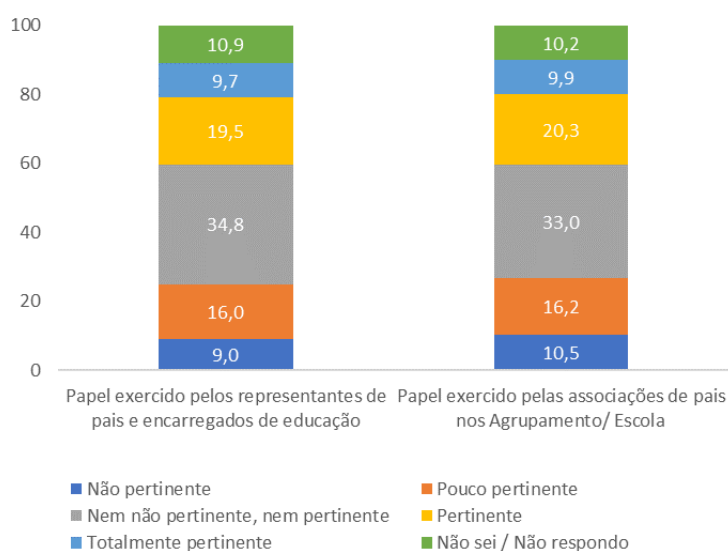
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Representação das famílias

Na sequência da promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias, importa, também, destacar a avaliação feita pelos inquiridos ao papel da CMO no que respeita à representação das famílias quer pelos representantes de pais e encarregados de educação quer pelas associações de pais das UO (figura 4.50).

Em ambos os casos, o apoio camarário é visto pelos inquiridos de forma pouco homogénea. Cerca de um terço, considera o papel da CMO como “nem não pertinente, nem não pertinente” (34,8% e 33%, respetivamente), menos de um terço considera que é “pertinente” (19,5% e 20,3%, também respetivamente) ou “totalmente pertinente” (9,7% e 9,9% em cada um dos casos) e ainda 16% e 16,2% considera que esse apoio é “pouco pertinente” e 9% e 10,5% “não pertinente”. Isto significa que, cerca de dois terços dos educadores e professores inquiridos não veem a CMO como um elemento importante para apoiar as associações de pais e os seus representantes nas ações que desenvolvem nas UO.

Figura 4.50: Perceção acerca do papel da CMO na representação das famílias (%)

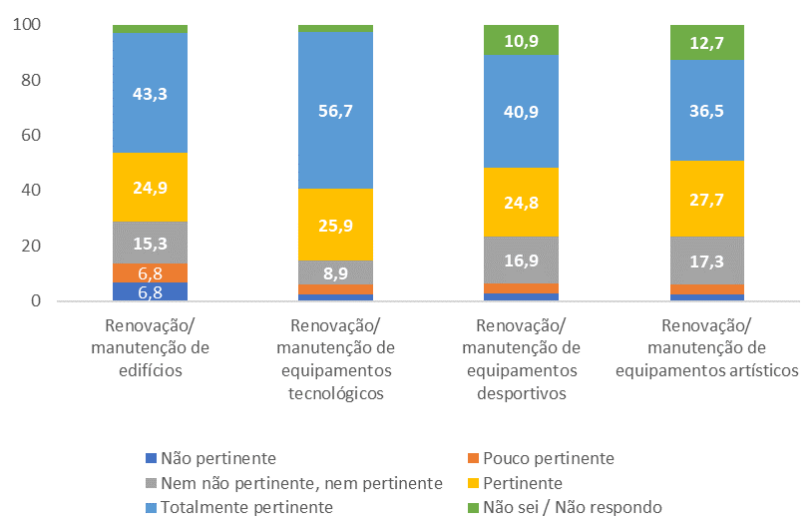


Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Equipamentos e Funcionários

No que diz respeito ao papel da CMO a nível dos recursos materiais e humanos, foi avaliada pelos inquiridos a pertinência do apoio prestado em relação à renovação/manutenção dos edifícios, dos equipamentos tecnológicos, desportivos e artísticos, bem como a contratação de funcionários e as acessibilidades à escola. Relativamente à renovação/manutenção dos edifícios e equipamentos é unânime a pertinência do apoio camarário neste âmbito, com destaque para a renovação/manutenção de equipamentos tecnológicos a ser considerada como “totalmente pertinente” por 56,7% dos inquiridos e “pertinente” por cerca de 25,9%.

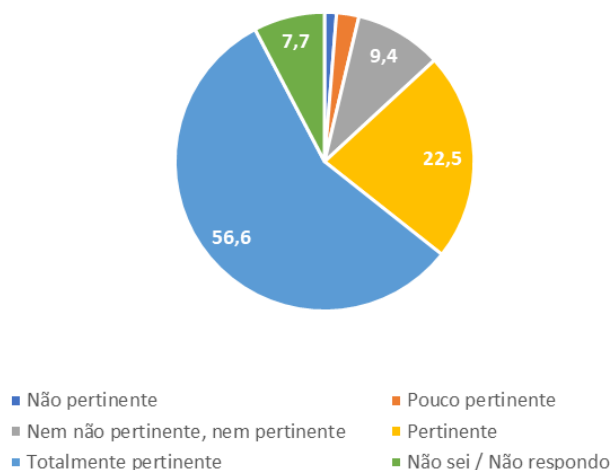
Figura 4.51: Perceção acerca do papel da CMO na renovação/manutenção de edifícios e equipamentos (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

A mesma tendência se verifica a respeito da contratação de funcionários, considerada por 56,6% dos educadores e docentes inquiridos como “totalmente pertinente” e por 22,5% como “pertinente”.

Figura 4.52: Percepção acerca do papel da CMO na Contratação de funcionários (%)



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Percepção do papel da Câmara Municipal: Gestor, mediador, fornecedor

Sobre os tópicos avaliados pelos inquiridos relativamente ao papel da CMO foi realizado um exercício de estatística multivariada – Análise de Componentes Principais (ACP)³⁸ – com o objetivo de explorar os resultados de forma a aferir a tendência das respostas dos inquiridos.

A ACP sobre o papel que os inquiridos atribuem à CMO no âmbito da educação³⁹ permitiu a extração de três componentes principais, ou de três novas variáveis⁴⁰, que combinam os diferentes aspetos avaliados pelos inquiridos, às quais se deu o nome após interpretação analítica dos indicadores que as compõem e que indicam que aspetos são mais relevados pelos inquiridos como aqueles em que a CMO pode apoiar as UO: i) Gestor; ii) Mediador; iii) Fornecedor (ver Anexo 7).

À primeira variável foi atribuída a designação de “Gestor” pois indicam que gostariam que a CMO desse apoio nos processos de gestão pedagógica (articulação entre ciclos/níveis, conhecimentos e competências base dos alunos para ter sucesso no ciclo/níveis seguintes, desenvolvimento de

³⁸Realizada após verificação de todos os pressupostos necessários: i) variáveis possíveis de ser tratadas como métricas por via da utilização de escalas de resposta de Likert com 5 níveis; ii) garantia da normalidade e da linearidade por via da análise das médias e níveis de dispersão; iii) garantia da multicolinearidade por via do teste de Bartlett que garante que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, é uma matriz que apresenta correlações significativas; iv) não foram identificados *outliers* severos em qualquer das variáveis iniciais; v) a dimensão da amostra (n = 698) é bastante superior ao número de variáveis multiplicado por 5 (25 x 5 = 125).

³⁹Apresenta resultados com um grau de adequabilidade muito boa (KMO = 0,942; Teste de Bartlett $\chi^2(300) = 15055,358$, com $p < 0,001$) e que explicam 65,9% da variância global.

⁴⁰Foram criadas as três novas variáveis por apresentarem níveis de consistência interna alfa de cronbach excelente no caso das duas primeiras (0,951 e 0,930, respetivamente); e boa no caso da terceira (0,832).

estratégias de promoção do sucesso escolar e supervisão pedagógica, projetos e atividades anuais), escolar (regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores, autoavaliação/planeamento e gestão escolar) e na gestão da ação dos encarregados de ação, quer por via das associações de pais quer dos representantes de pais e encarregados de educação).

A segunda variável foi designada como “Mediador” entre as escolas públicas e entre estas e as escolas privadas e profissionais, incluindo na concertação sobre a oferta educativa e formativa do concelho; e com as instituições de Ensino Superior, os organismos da rede social, o tecido empresarial, as associações de pais, incluindo como forma de rentabilizar os serviços e equipamentos disponíveis no concelho e promover as atividades extracurriculares e da componente de apoio às famílias e de reorganizar os transportes disponíveis.

A terceira variável recebeu o nome de “Fornecedor” pois o apoio da CMO às UO privilegia aqui o fornecimento de serviços de renovação e manutenção dos edifícios e diversos equipamentos escolares, a contratação de mais funcionários e de garante de mais acessibilidades às várias escolas.

Através da análise da figura 4.53, e considerando que os níveis de resposta aos vários aspetos avaliados pelos inquiridos sobre a pertinência do apoio da CMO (1 – Não pertinente; 2 – Pouco pertinente, 3 – Nem não pertinente, nem pertinente, 4 – Pertinente, 5 – Totalmente pertinente), é possível concluir que apesar de uma das novas variáveis parecer indicar que a CMO poderá apoiar ao nível da gestão das UO nos variados tópicos acima descritos, em média, os inquiridos avaliam o seu papel como “Nem não pertinente, nem pertinente”, o que revela uma menor apetência dos inquiridos para receber apoio nas questões relacionadas.

O cenário muda no caso das outras duas variáveis. A média de respostas sobe para um “pertinente” quanto ao apoio da CMO como mediador entre as várias entidades educativas e as que podem contribuir para uma melhoria dos serviços prestados. E surge entre “pertinente” e “totalmente pertinente” quando se trata da CMO apoiar como uma espécie de fornecedor, sobretudo, ao nível da requalificação/manutenção de edifícios, equipamentos, profissionais e vias de acesso.

Esta avaliação do papel da Câmara Municipal parece ser justificada por diferentes fatores. Identifica-se uma preocupação face à possível intromissão da Câmara Municipal no campo pedagógico, assim como algumas reticências, em particular, na avaliação realizada pela autarquia às escolas, como desatacam alguns entrevistados.

"Estou sempre de pé atrás, porque acho mesmo que às vezes não há esse cuidado. O que eu acho é que eles não podem desconfiar da capacidade que as escolas têm em ver a sua própria realidade. (...) As minhas reservas ao contrato interadministrativo foram sempre estas. Fazer um projeto para absorver o projeto das escolas, não pode ser." (Diretor, Rede pública)

"[Sobre a criação de um projeto educativo concelhio] (...) ainda não estão criadas as condições para que isso aconteça, ainda não temos essas condições...vai haver muita gente contra, nomeadamente o sindicato." (Diretor, Rede pública)

Apesar de tudo, alguns dos atores educativos vêm também esta aposta na descentralização como uma medida bastante positiva, considerando que a política pedagógica do concelho "está no caminho certo"
(Diretor, Rede pública)

"[O projeto educativo concelhio é] Uma boa medida, um documento importante. (...) Quando nós buscamos a uniformidade ela deve ser entendida como um ponto de referência, (...), mas depois as escolas vão-se associar a esses princípios de uma forma diferente e que tem que ver com a sua identidade, mas é importante que haja uma referência mais acima". (Diretor, Rede pública)

"Acredito mais num plano estratégico para o concelho, mais do que num projeto educativo. Exatamente pelas diferenças áreas, comunidades, escolas faz mais sentido haver diferentes projetos educativos, que se tocam em alguns pontos, mas têm os seus objetivos estratégicos." (Diretor, Rede pública)

Quanto ao apoio da CMO como mediador entre as várias entidades educativas e as que podem contribuir para uma melhoria dos serviços prestados, a média de respostas sobe para um "pertinente", tendência que se espelha nas opiniões recolhidas em entrevista a vários atores educativos, em particular no que diz respeito à mediação e promoção da comunicação entre escola-família e escola-sociedade, que deve ser, ainda mais, reforçada. As citações exemplificam.

"A câmara já tem ajudado muito, com os projetos (...) têm-se visto alguns resultados, o interesse dos pais e a participação dos pais. (...) a câmara tem-nos ajudado bastante, só que a intervenção só na escola não chega, tem de ser fora da escola. (...) Fora da escola esse trabalho [positivo com os alunos] estraga-se, no bairro e aos fins de semana e nas férias. (...) Não é só na parte escolar, toda esta intervenção social é muito necessária." (Diretor, Rede pública)

"(...) há todo um conjunto que faz a ponte da escola com a sociedade que a câmara deve ter um papel expresso nessa carta educativa no sentido de complementar o ato educativo, [um papel] facilitador das necessidades que a cada escola vai sentindo e do caminho que cada escola vai percorrendo." (Diretor, Rede pública)

Também ao nível da comunicação dentro da comunidade educativa, entre as várias escolas, públicas e privadas, do concelho, é dada particular importância ao papel da Câmara municipal, igualmente reforçado pela vontade de participação nessa tarefa das juntas ou uniões de freguesia, como indicam as seguintes citações.

"Outra coisa que eu acho importante é a rede entre a câmara e as instituições particulares, acho que há uma falha nesse sentido, que tem vindo a melhorar (...), nós também somos docentes do concelho e estamos a prestar um serviço a cidadãos do concelho e acho que seria bom podermos partilhar as nossas experiências, os nossos projetos (...) seria bom que a câmara pudesse também ajudar e nesse sentido (...)." (FG3, IES e rede social)

"(...) nós [juntas/uniões de freguesia] podemos criar uma rede que facilita a comunicação. (...) Junto da comunidade educativa podíamos debater uma intervenção que complementasse e agilizasse as intervenções nas escolas." (FG6, juntas ou uniões de freguesia)

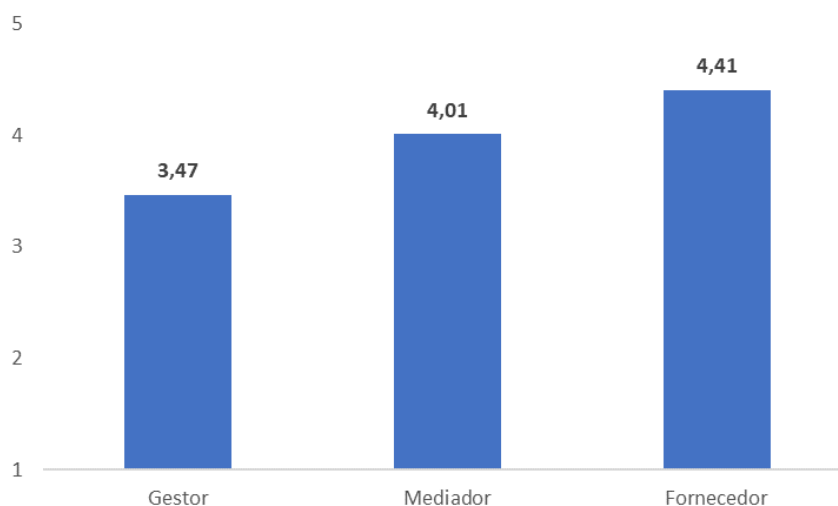
Por fim, é no âmbito da articulação entre escolas e empresas, através da promoção da inserção dos alunos, em particular do ensino profissional, no mercado de trabalho que os atores educativos entrevistados apontam, mais uma vez, a pertinência da ação mediadora da câmara.

“Existe uma grande proximidade e cooperação com a CMO na promoção e no apoio, quer dos projetos desenvolvidos e implementados quer na promoção da articulação do ensino e necessidades do concelho, ao nível das empresas e mercado de trabalho.” (FG3, IES e rede social)

"A CMO enquanto empresa empregadora é a segunda maior do concelho, ou seja, é onde há mais serviços, trabalhadores, funcionários, empregadores, desde gente altamente qualificada até aos operários especializados, (...) [portanto] tem espaço para o estágio, para a integração, para auxílio na entrada para o mercado de trabalho (...)." (FG1, Diretores da rede públicas)

O cenário mantém-se, quando se trata da CMO apoiar como uma espécie de fornecedor, sobretudo, ao nível da requalificação/manutenção de edifícios, equipamentos, profissionais e vias de acesso, surgindo entre “pertinente” e “totalmente pertinente”, pois o apoio financeiro da CMO é significativo para as UO poderem desenvolver os respetivos projetos educativos (FG1, Diretores da rede pública). A câmara é, neste sentido, vista como "agilizador das necessidades da escola" (Diretor da rede pública), ideia partilhada por vários atores educativos entrevistados e que retomaremos mais à frente.

Figura 4.53: Valores relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO



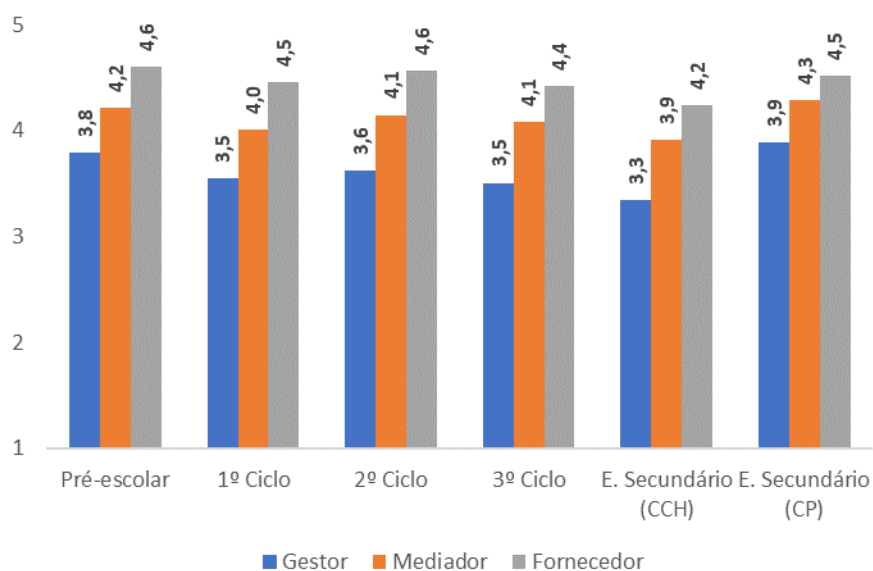
Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Na figura 4.54 observa-se como os valores médios discriminados por ciclo/nível de ensino seguem a tendência dos valores médios do total dos inquiridos analisados na figura anterior, ou seja, é atribuída maior pertinência ao papel da CMO no apoio através dos fornecimentos de serviços relacionados com a renovação e/ou requalificação de edifícios e equipamentos escolares e com a contratação de mais profissionais (não docentes); seguido de perto pelo apoio enquanto mediador entre escolas, públicas, privadas e da rede solidária, e outras entidades sediadas no território

concelho e que podem contribuir para melhorar a educação no concelho; e menor pertinência ao apoio à gestão e planeamento organizacional e pedagógico de docentes e de encarregados de educação.

Porém, há a realçar que os valores médios das novas variáveis encontradas através do exercício da ACP tendem a ser menores entre os professores que lecionam no nível de ensino secundário “regular” que atribuem menor pertinência ao papel da CMO enquanto gestor, mediador ou fornecedor quando comparados aos valores médios dos seus colegas. Os educadores e os docentes do ensino secundário que lecionam nos cursos profissionais atribuem maior pertinência ao papel da CMO no apoio à mediação, e em particular no apoio à gestão, do que os seus colegas ao apresentarem valores médios que praticamente identificam um grau de “pertinente” mais afastado da opção nula da escala de resposta (“nem não pertinente, nem pertinente”).

Figura 4.54: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por ciclo/nível de ensino



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

A análise dos valores médios das três novas variáveis assumem a mesma relação de pertinência quando analisadas por UO (figura 4.55). Os valores médios atribuídos ao papel da CMO no apoio à mediação entre escolas e outras entidades correspondem, sem diferenciação entre UO, ao nível de pertinentes. Em relação ao papel da CMO enquanto fornecedor de serviços e de profissionais, os AE Aquilino Ribeiro, de Carnaxide, Carnaxide-Portela, Conde de Oeiras, e sobretudo, de Linda-a-Velha e Queijas apresenta valores médios que os aproximam de o considerar como muito pertinente; enquanto os restantes mantêm o nível de pertinente. Relativamente ao papel da CMO no apoio aos processos de gestão organizacional e pedagógica de escolas e de representantes ou de associações de representantes de pais e encarregados de educação, na maioria das UO, os valores médios posicionam a tendência de respostas nos tópicos incluídos nesta variável no nível nula da escala.

Quatro AE surgem com valores médios que os posicionam entre o avaliaram estes tópicos com um “nem não pertinente, nem pertinente” e um “pertinente”: Aquilino Ribeiro, Linda-a-Velha e Queijas, Miraflores e Paço de Arcos; e um, o AE de Carnaxide-Portela, avalia o papel da CMO enquanto gestor como pertinente.

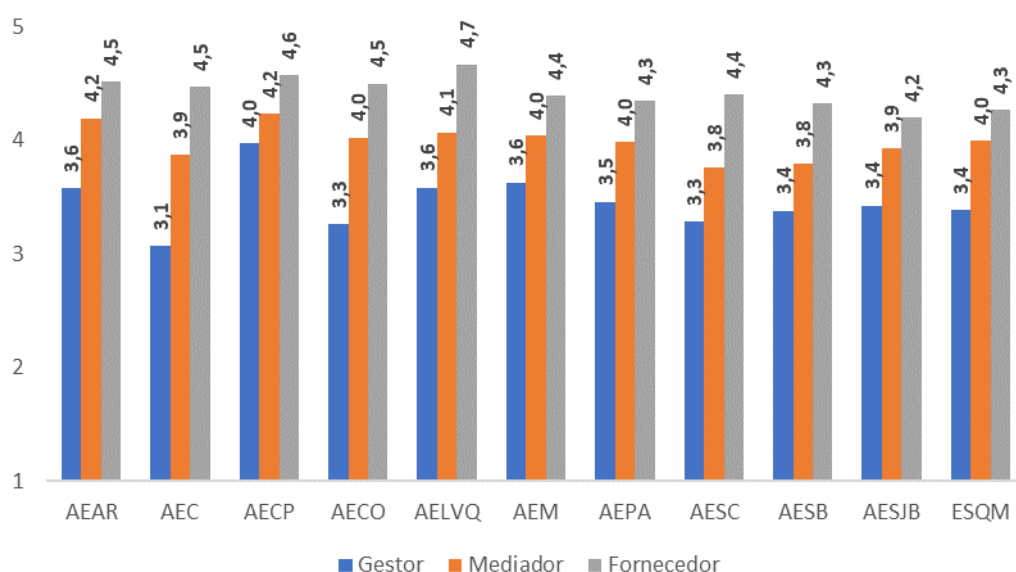
As entrevistas aos diretores das UO da rede pública seguem a mesma tendência, em que alguns consideram o papel de gestão da câmara um importante contributo, ainda que igualmente um risco, e outros um risco para o desempenho das funções administrativas da escola, como provam as seguintes citações.

"Claro que sim, claro que é importante [o papel da CMO e a criação de um projeto educativo concelhio]! Tem de haver uma visão de um território ou de um concelho para a educação nesse mesmo território, que respeite resultados, mas também a própria dinâmica da aprendizagem. Não vejo isso como cortar a liberdade individual de cada escola, agora, cada escola também tem de contribuir para um fim comum. (...) Claro que isto é um desafio." (Diretor, Rede pública)

"Acho ótimo [a criação de um projeto educativo concelhio] (...). Nós temos de trabalhar todos com só um objetivo. Temos de trabalhar todos para melhorar." (Diretor, Rede pública)

"É um risco. A última coisa que nós precisamos é ter duas tutelas, porque mantemos a tutela do Ministério da Educação." (Diretor, Rede pública)

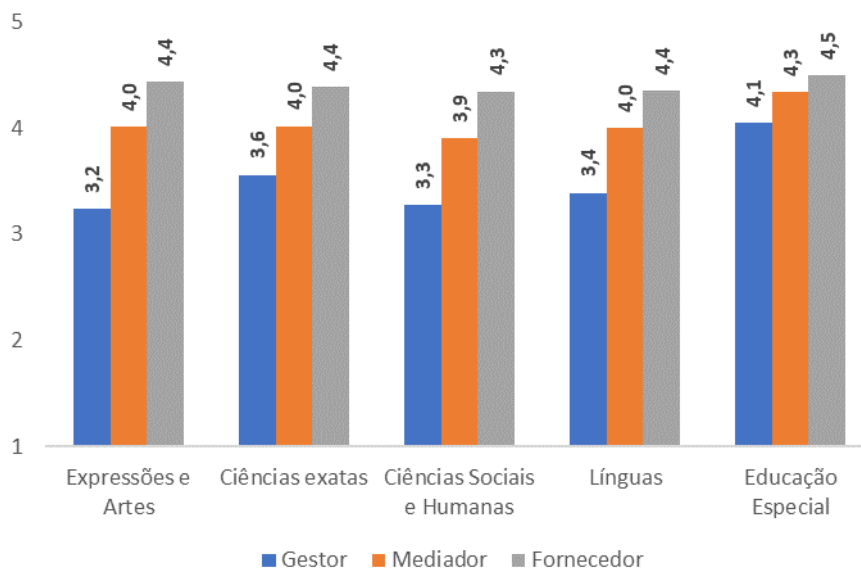
Figura 4.55: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por UO



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

Relativamente à relação entre os papéis da CMO e as áreas disciplinares em que os inquiridos lecionam, a figura 4.56 mostra como os profissionais da área da educação especial avaliam como mais pertinente as três opções de apoio camarário, incluindo o papel de gestor. Pelo contrário, os professores das outras áreas disciplinares todos avaliam como “nem não pertinente, nem pertinente” o papel da CMO como gestor.

Figura 4.56: Valores médios relativos à percepção dos inquiridos sobre o apoio da CMO, por área disciplinar



Fonte: Inquérito a educadores e professores no concelho de Oeiras, 2020.

De uma forma geral, é possível afirmar que o papel da CMO é visto pelos atores educativos do concelho como pertinente, sendo inclusive, mencionado pelos diretores das UO da rede pública como distinto, veja-se:

"A Câmara de Oeiras faz um trabalho que eu tenho sérias dúvidas que ao nível do país se faça ao nível do apoio que dá às escolas, ao nível da disponibilidade que tem." (FG1, Diretores da rede pública)

O apoio ao nível da gestão e manutenção dos equipamentos e funcionários assume uma posição de destaque no que diz respeito ao papel da Câmara Municipal, bem como a atividade de mediação das relações dentro e fora da escola, com as restantes instituições, em particular a família e as empresas, como reforça a seguinte citação.

"A gestão do parque escolar, sim; a manutenção dos espaços verdes, que é uma coisa praticamente ausente, sim; os transportes dos miúdos, sim; a ação social de famílias carenciadas, sim. Há um conjunto de questões que fazem a ponte entre o contexto social e a escola que a Câmara deve ter um papel importante." (Diretor, Rede pública)

Sendo ao nível da regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores e dos processos de autoavaliação, supervisão e articulação da gestão escolar e práticas pedagógicas, que se deteta uma menor valorização ou mesmo algum repúdio quanto à adoção de um papel de gestão por parte da Câmara Municipal. A citação que se segue exemplifica.

"É muito importante que as Câmaras Municipais saibam o seu lugar e a sua função que deverá ser fundamentalmente a melhoria dos espaços escolares e nunca opinar ou decidir sobre aspetos pedagógicos, essa função pertence aos professores e ao Ministério da Educação." (Diretor, Rede pública)

Anexos

Anexo 1: Fichas de caracterização socioeducativa (folha de rosto)

Caro Diretor(a) do Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada

Na sequência da realização da Carta Educativa de Oeiras, vimos por este meio solicitar um conjunto de dados sobre as escolas do Concelho, em particular, da sua Unidade Orgânica (UO).

A disponibilização destes dados é fundamental para uma compreensão correta e alargada sobre a educação e formação no Concelho, pelo que o seu contributo é essencial.

Em baixo pode observar um índice, ao qual corresponde a estrutura dos dados solicitados. Ao clicar em cada um dos pontos do índice é conduzido à respetiva folha.

Dentro de cada folha existe um botão (←) que lhe permite regressar a este índice.

Da mesma forma, em alguns casos, são feitas notas sobre o número de perguntas às quais é necessário responder.

Determinados dados são específicos de certas UO. Caso os mesmos não se adaptem à sua realidade solicitamos que ignore o pedido não preenchendo as respetivas linhas/colunas.

Caso tenha alguma questão, por favor, não hesite em contactar-nos.

Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração.

A Equipa do ISCTE

ÍNDICE

- 1) Caracterização geral
 - 1.1) Alunos
 - 1.2) Alunos em inclusão
 - 1.3) Alunos por nacionalidade
 - 1.4) Docentes
 - 1.5) Funcionários
- 2) Infraestruturas
- 3) Atividades de Animação e de Apoio à Família
- 4) Componente de apoio à família
- 5) Atividades de Enriquecimento Curricular
- 6) Apoios sociais
- 8) Desempenho escolar
 - 8.1) Mobilidade e abandono
 - 8.2) Retenção
 - 8.3) Transição/ Conclusão

Anexo 2: Questionário aos educadores e docentes da rede pública

Caro participante,

Este questionário destina-se a Educadores e Docentes de todos os Agrupamentos de Escolas (AE) e Escola Não Agrupada (ENA) do concelho de Oeiras e insere-se no projeto de pesquisa relativa à Carta Educativa de Oeiras.

O preenchimento do questionário tem a duração de cerca de 20 a 30 minutos; as respostas serão automaticamente gravadas e poderá interromper o preenchimento sempre que necessário podendo regressar ao ponto onde ficou.

De acordo com o Código de Ética do Investigador do ISCTE (que respeita a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e a Lei da Proteção de Dados Pessoais), não se conhecem riscos associados em participar e é garantida a confidencialidade das respostas que são anonimizadas. Os dados recolhidos não serão usados para qualquer outro efeito, ficando assim garantidos os direitos dos respondentes.

Caso deseje colocar alguma dúvida ou partilhar algum comentário, pode contactar a equipa através do e-mail: Eva_Patricia_Goncalves@iscte-iul.pt

Agradecemos a sua disponibilidade e o seu valioso contributo!

A. Caracterização socioprofissional

P1. Sexo:

Feminino

Masculino

P2. Idade: __

P3. Em que ciclo(s) de ensino desempenha atualmente funções letivas? [possibilidade de escolha múltipla]

Pré-escolar

3.º Ciclo do Ensino Básico

1.º Ciclo do Ensino Básico

Ensino Secundário

2.º Ciclo do Ensino Básico

Ensino Profissional

P4. Há quantos anos é professor(a)? ____

P5. Há quantos anos é professor(a) nesta escola? ____

P6. Nos últimos 5 anos, quantos vezes mudou de escola? ____

P7. Qual o seu vínculo contratual

Quando de Escola / Agrupamento - Efetivo

Quando de Zona Pedagógica

Contratado

Outro. Qual?

P8. Que cargos exerce ou exerceu nos últimos 5 anos no AE/ENA:

Diretor de Agrupamento/Escola não Agrupada

Coordenador de Ano

Coordenador de Estabelecimento

Coordenador de Diretores de Turma

Subdiretor de Agrupamento/Escola não Agrupada

Diretor de Turma

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Adjunto do Diretor de Agrupamento/Escola não Agrupada | <input type="checkbox"/> Coordenador de Grupo Disciplinar |
| <input type="checkbox"/> Assessor da Direção | <input type="checkbox"/> Coordenador dos Professores bibliotecários |
| <input type="checkbox"/> Membro do Conselho Geral | <input type="checkbox"/> Coordenador do Desporto Escolar |
| <input type="checkbox"/> Membro do Conselho Pedagógico | <input type="checkbox"/> Coordenador de Projetos |
| <input type="checkbox"/> Coordenador de Ciclo | <input type="checkbox"/> Outras (indique quais): _____ |
| <input type="checkbox"/> Coordenador de Departamento | |

P9. Que funções exerce atualmente no AE/ENA:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Docente | <input type="checkbox"/> Supervisão de estágios (formação inicial de professores) |
| <input type="checkbox"/> Apoio Especializado | <input type="checkbox"/> Supervisão de professores em início de carreira (período probatório) |
| <input type="checkbox"/> Professor Bibliotecário | <input type="checkbox"/> Supervisão de professores das AEC (1º CEB) |
| <input type="checkbox"/> Apoio socioeducativo | <input type="checkbox"/> Supervisão, acompanhamento e/ou tutorias entre pares |
| <input type="checkbox"/> Avaliador de desempenho docente | <input type="checkbox"/> Outra (indique qual): _____ |
| <input type="checkbox"/> Elemento da equipa de avaliação interna do Agrupamento / Escola Não Agrupada | |

P10. Pertence a alguma associação de professores?

- | | |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ |
|------------------------------|---|

[Se sim na P10]

P10.1. Pertence/eu a algum grupo de trabalho da associação nos últimos 5 anos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim |
|------------------------------|------------------------------|

P10.2. Pertence/eu a órgãos de direção nos últimos 5 anos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim |
|------------------------------|------------------------------|

P11. Pertence a algum sindicato de professores?

- | | |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ |
|------------------------------|---|

[Se sim na P11]

P11.1. Pertence/eu a algum grupo de trabalho do sindicato nos últimos 5 anos?

Não

Sim

P11.2. Pertence/eu a órgãos de direção nos últimos 5 anos?

Não

Sim

B. Formação inicial e contínua

P12. No âmbito da formação inicial, indique por favor o tipo de diploma [certificação/habilitação para a docência] que possui:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão do curso _____

P13. Indique por favor os respetivos códigos:

Departamento curricular: _____

Grupo Disciplinar: _____

P14. No âmbito da formação contínua, indique que cursos/diplomas adquiriu:

P14.1 Pós-graduação/Especialização

Não

Sim

Se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.1.1. Especifique:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão _____

P14.2 Mestrado

Não

Sim

Sim, mas apenas a parte curricular

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.2.1 Especifique:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão _____

P14.3 Doutoramento

Não

Sim

Sim, mas apenas a parte curricular

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P14.3.1 Especifique:

Curso _____

Instituição de formação _____

Data de conclusão _____

P15. Encontra-se a frequentar algum curso com vista à obtenção de diploma?

Não

Sim

[se sim, abre-se possibilidade de preenchimento da informação sobre este diploma, se não segue para a pergunta seguinte]

P15.1 Especifique:

Grau académico _____

Curso _____

Instituição de formação _____

P16. Indique por favor a regularidade com que frequentou outras modalidades de formação contínua - como Ações de Formação, Círculos de Estudos, Oficinas de Formação - que frequentou enquanto **formando(a)** nos últimos 5 anos, em que 1 significa “nunca” e 5 “Muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Centro de Formação

Instituição de Ensino Superior

Associação de professores

Sindicato

Outra. Qual?

P17. Indique por favor a regularidade com que frequentou outras modalidades de formação contínua - como Ações de Formação, Círculos de Estudos, Oficinas de Formação - que lecionou enquanto **formador(a)** nos últimos 5 anos, em que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Centro de Formação

Instituição de Ensino Superior

Associação de professores

Sindicato

Outra. Qual?

P18. Com que objetivos faz formação contínua? Indique por grau de importância os seguintes fatores, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Por obrigatoriedade da direção

Por orientação/sugestão da direção

Para efeitos de progressão na carreira

Pela relevância científica da formação

Pela relevância pedagógica da formação

Pela relevância didática da formação

Outro. Qual?

P19. Indique a importância atribuída ao tipo de conhecimento profissional que mais procura adquirir através de formação contínua, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pedagógico

Didático

Científico (saberes/conteúdos)

Sobre políticas educativas / medidas ministeriais

Sobre elaboração de documentos estratégicos

Sobre gestão e planeamento escolar

Sobre supervisão e/ou avaliação de desempenho

Sobre temáticas transversais (interculturalidade, cidadania, sustentabilidade, etc.)

Outro. Qual?

P20. Indique a importância atribuída ao tipo de conhecimento profissional que mais mobiliza no seu trabalho em sala de aula, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pedagógico

Didático

Científico (saberes/conteúdos)

Sobre temáticas transversais (interculturalidade, cidadania, sustentabilidade, etc.)

Outro. Qual?

C. Participação em projetos de intervenção e científicos

P21. Relativamente à **participação em projetos de intervenção no AE/ENA nos últimos 5 anos**, indique por favor a sua função e regularidade de participação, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Assumindo a coordenação

Integrando equipa do projeto por sua iniciativa

Integrando equipa do projeto por sugestão/recomendação da Direção de Escola/Agrupamento

P22. Relativamente aos **projetos de intervenção indicados acima**, identifique por favor qual(is) a(s) instituição(ões) promotoras e a sua regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/Escola Não Agrupada

Instituição do Ensino Superior

Associação de Professores

Sindicato

P23. Indique até 3 projetos que considera significativos e que estão a ser dinamizados no seu AE/ENA por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, e quanto contribuem para promover os seguintes objetivos, numa escala de 1 a 5, em que 1 significa que “não contribuiu” e 5 que “contribui bastante”.

Escreva nome do projeto 1

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1 2 3 4 5 NS/ NR

Desenvolver competências transversais

1 2 3 4 5 NS/ NR

Envolvimento do aluno com a comunidade

1 2 3 4 5 NS/ NR

Escreva nome do projeto 2

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1 2 3 4 5 NS/ NR

Desenvolver competências transversais

1 2 3 4 5 NS/ NR

Envolvimento do aluno com a comunidade

1 2 3 4 5 NS/ NR

Escreva nome do projeto 3

Desenvolver os conteúdos das disciplinas

1	2	3	4	5	NS/ NR
Desenvolver competências transversais					
1	2	3	4	5	NS/ NR
Envolvimento do aluno com a comunidade					
1	2	3	4	5	NS/ NR

P24. Relativamente à participação em **projetos de investigação** nos últimos 5 anos, indique por favor a sua função e regularidade de participação, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Assumindo a coordenação

Integrando equipa do projeto por sua iniciativa

Integrando equipa do projeto por sugestão/recomendação da Direção de Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

P25. Relativamente aos **projetos de intervenção indicados acima**, identifique por favor qual(is) a(s) instituição(ões) promotoras e a sua regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Instituição do Ensino Superior

Associação de Professores

FCT

Outra. Qual?

D. Uso e Produção de Recursos

P26. No âmbito da sua prática profissional com que **regularidade consulta as seguintes publicações** sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Científicas (conteúdos)

Métodos de Ensino e Didática

Educação e Pedagogia

Manuais Escolares

P27. Consulta essas publicações/fontes por sugestão/indicação de quem?

Científicas (conteúdos programáticos)	Métodos de Ensino e Didática	Educação e Pedagogia	Manuais Escolares
---	---------------------------------	-------------------------	----------------------

Outros professores da escola

Outros professores de outras
escolas

Outros profissionais da escola
(psicólogos, assistentes sociais,
animadores, etc)

Formadores/Especialistas

Associações de professores/áreas
disciplinares-científicas

Outro. Qual?

P28. Consulta essas publicações/fontes em que suporte/onde?

Científicas (conteúdos)	Métodos de Ensino e Didática	Educação e Pedagogia	Manuais Escolares
----------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------

Internet

Leitura de Livros e/ou Revistas

Outro. Qual?

P29. No âmbito da sua prática profissional, usa essas publicações para...

Científicas (conteúdos)	Métodos de Ensino e Didática	Educação e Pedagogia	Manuais Escolares
----------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------

Aquisição/Atualização de informação

Planificação/Preparação das aulas

Preparação de materiais/recursos pedagógicos-
didáticos para uso dos alunos

Preparação de materiais/recursos pedagógicos-
didáticos para seu uso no trabalho letivo

Preparação dos trabalhos de casa dos alunos

Preparação /elaboração dos instrumentos de avaliação dos alunos (fichas, testes e outros)

Resolução de problemas/dificuldades de aprendizagem dos alunos

Resolução de conflitos/problemas entre alunos

Organização/gestão de sala de aula

Adequação dos materiais e estratégias de ensino à diversidade dos públicos escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das metodologias/estratégias usadas nas suas aulas

Outros. Quais?

P30. Assinale com (x) se for autor(a) de algum dos tipos de publicação indicados em baixo:

Científicos (conteúdos)

Educação e pedagogia

Métodos de ensino e didática

Manuais escolares

P31. Indique com que regularidade pesquisa ou participa nos seguintes sites, fóruns e chats, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Pesquisa no site do ministério da educação

Pesquisa em sites sobre ensino e educação

Participa em chats e fóruns sobre ensino e educação

[caso assinale pelo menos uma das opções como 2 a 5, passar para a questão 31.1]

P31.1. Especifique o que consulta:

1 2 3 4 5 NS/NR

Materiais pedagógicos

Planificação de aulas

Instrumentos de avaliação

Exemplos de atividades

Exemplos de projetos

Outro. Qual?

P32. É autor(a) e/ou publica conteúdos sobre ensino e educação em de sites ou blogues?

Não

Sim

[caso indique que sim, passar para P32.1]

P32.1. Indique se disponibiliza:

	1	2	3	4	5	NS/NR
Materiais pedagógicos						
Planificação de aulas						
Instrumentos de avaliação						
Exemplos de atividades						
Exemplos de projetos						
Outro. Qual?						

P33. No âmbito da sua prática profissional recorre a outros profissionais com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

	1	2	3	4	5	NS/NR
Outros professores						
Outros profissionais da escola (psicólogos, educadores sociais, assistentes sociais, etc.)						
Formadores / Especialistas						
Outros. Quem?						

P33.1. Especifique o motivo:

	Outros professores	Outros profissionais da escola (psicólogos, assistentes sociais, etc.)	Formadores/Especialistas
Aquisição de informação			
Preparação de materiais pedagógicos			
Planificação/Preparação das aulas			
Preparação dos trabalhos de casa dos alunos			
Preparação das avaliações			

Resolução de problemas de aprendizagem dos alunos

Resolução de conflitos/problemas entre alunos

Organização/ gestão de sala de aula

Adequação dos materiais e estratégias de ensino à diversidade dos públicos escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das metodologias/estratégias usadas nas suas aulas

Outro. Qual?

P34. No âmbito da sua prática profissional os outros profissionais recorrem a si para...

Outros professores	Outros profissionais da escola (psicólogos, assistentes sociais, etc.)	Formadores/Especialistas
--------------------	--	--------------------------

Aquisição de informação

Preparação de materiais pedagógicos

Planificação/Preparação das aulas

Preparação dos trabalhos de casa dos alunos

Preparação das avaliações

Resolução de problemas de aprendizagem dos alunos

Resolução de conflitos/problemas entre alunos

Organização/ gestão de sala de aula

Adequação dos materiais e estratégias de ensino à

diversidade dos públicos
escolares (alunos)

Avaliação do sucesso das
metodologias/estratégias
usadas nas suas aulas

Outro. Qual?

P35. Participa em grupos de discussão pedagógica/reflexão profissional com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Agrupamento de Escolas/ Escola Não Agrupada

Associações e Movimentos de Professores

Sindicatos

Instituição Ensino Superior/Formação de Professores

Outras. Quem?

P36. Participa em eventos científico-pedagógicos com que regularidade, sendo que 1 significa “nunca” e 5 “muito regularmente”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Assiste a eventos científico-pedagógicos (congressos, jornadas, colóquios, etc.)

Organiza eventos científico-pedagógicos (congressos, jornadas, colóquios, etc.)

Apresenta trabalhos/comunicações em eventos científico-pedagógicos
(congressos, jornadas, colóquios, etc.)

E. Referências e influências para o trabalho de professor

P37. Escolha 3 dos seguintes níveis de pertença em termos de relevância para a sua identificação profissional:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nível/ciclo de ensino | <input type="checkbox"/> Unidade orgânica (agrupamento/escola não agrupada) |
| <input type="checkbox"/> Grupo disciplinar ou de recrutamento | <input type="checkbox"/> Classe profissional dos professores |
| <input type="checkbox"/> Departamento curricular | <input type="checkbox"/> Função pública |
| <input type="checkbox"/> Estabelecimento escolar | |

P38. Para si, o trabalho dos professores hoje é essencialmente influenciado por qual destes níveis? Classifique-os, sendo que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”?

1 2 3 4 5 NS/NR

Ação do Ministério da Educação

Ação do poder local

Direção do agrupamento /escola não agrupada

Coordenação do estabelecimento escolar

P39. O professor deve entender a sua responsabilidade profissional como respondendo perante: (Ordene os itens em cima, em função do grau de importância que atribui a cada um, sendo 1 o mais importante.)

A sociedade

A comunidade educativa

Os encarregados de educação

A comunidade científica

Os alunos

A tutela

Os pares

A si próprio

F. Prioridades educativas

P40. Pensando no **concelho de Oeiras**, indique quais são para si os tópicos que precisam de ser melhorados no âmbito da **educação**, atribuindo a cada tópico um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não é prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”.

1 2 3 4 5 NS/NR

Oferta de berçário

Oferta de creche

Oferta de Pré-escolar

Diversificação das modalidades de ensino no Básico (não regular)

Diversificação das modalidades de ensino no Secundário (regular e não regular)

Diversificação do Ensino Profissional

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e instituições Ensino Superior localizadas no concelho

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido social

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido empresarial

Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e federação de Associações de pais

Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho por parte das Escolas/ Agrupamentos

Observatório da educação concelho

Transportes escolares/ públicos

Apoios às famílias (bolsas, prémios, passes, etc.)

Central de matrículas

Outras. Quais?

P41. Pensando no seu AE/ENA, indique quais são para si os tópicos que precisam de ser melhorados no âmbito da educação, atribuindo a cada tópico um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não é prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”

	1	2	3	4	5	NS/NR
Renovação/ manutenção de edifícios						
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos						
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos						
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos						
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares						
Oferta educativa e formativa						
Atividades no âmbito da componente de apoio às famílias						
Parcerias com tecido social						
Parcerias com tecido empresarial						
Parcerias com associaçã(o)es) de pais						
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho						
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar						
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)						
Processos de supervisão da prática pedagógica						
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino						
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte						
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)						
Projetos e atividades concelhios						
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola						
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação						
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores						
Outros. Quais?						

G. Papel atribuído à Câmara Municipal de Oeiras

P42. Entre os tópicos seguintes indique aqueles onde gostaria que a Câmara Municipal apoiasse os profissionais dos AE/ENA, atribuindo a cada um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não prioritário” e 5 “absolutamente prioritário”.

	1	2	3	4	5	NS/NR
Renovação/ manutenção de edifícios						
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos						
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos						
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos						
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares						
Transportes disponíveis						
Organização da oferta educativa e formativa em concertação						
Promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias						
Mediação de parcerias entre escolas públicas						
Mediação de parcerias entre escolas públicas, privadas e profissionais						
Mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho						
Mediação de parcerias com tecido empresarial e rede social						
Mediação de parcerias com associação(ões) de pais e federação de associações de pais do concelho						
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho						
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar						
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)						
Processos de supervisão da prática pedagógica						
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino						
Estratégias de promoção do sucesso escolar						
Conhecimento dos sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte						
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)						
Projetos e atividades realizados anualmente						
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola						

Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação

Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores

G. Papel atribuído aos Investigadores

P43. A Carta Educativa de Oeiras está a ser revista com o apoio de um centro de investigação. Entre os tópicos seguintes indique aqueles em que considera adequado o apoio da equipa de investigadores, atribuindo a cada um grau de prioridade numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não se adequa” e 5 “totalmente adequado”.

	1	2	3	4	5	NS/NR
Recolha e sistematização de informação sobre as escolas (públicas, privadas e profissionais)						
Recolha e sistematização de informação sobre o concelho						
Elaboração do diagnóstico educativo de cada escola (pública, privada e profissional)						
Elaboração do diagnóstico educativo do concelho						
Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito das infraestruturas (edifícios, equipamentos, materiais)						
Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito dos transportes						
Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito das parcerias						
Decisão sobre estratégias e respetivas ações de melhoria no âmbito da promoção do sucesso escolar						
Elaboração da Carta Educativa/ Plano Educativo Concelhio						
Planeamento das ações de melhoria						
Implementação das ações de melhoria						
Monitorização da implementação das ações de melhoria						
Promoção de reuniões entre escolas públicas						
Promoção de reuniões entre escolas públicas, privadas e profissionais						
Promoção de reuniões entre escolas públicas e Câmara Municipal/ Juntas de Freguesia						
Promoção de reuniões entre escolas públicas e Associações de pais e Federação Concelhia das Associações de pais						
Promoção de reuniões entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho						

Outros. Quais?

Agradecemos a sua colaboração!

Anexo 3: Guião para entrevista individual aos diretores dos AE/ENA

Dimensão: **Agrupamento/ Escola Não Agrupada**

[apresentação, história, vantagens]

Q1: Em que ano surgiu o AE/ENA no seu formato atual? Quem escolheu e porquê o nome?

Q2: O que distingue este AE/ENA das escolas mais próximas?

Q3: Quais os principais objetivos estratégicos expressos no Projeto Educativo?

Q4: Em que medida considera o projeto educativo relevante para a qualidade da educação e o sucesso escolar?

Q5: Qual é a avaliação que faz do projeto?

Q6: Quais os principais problemas e limitações da sua implementação?

Dimensão: **Instalações, Equipamentos e Recursos**

[identificação das necessidades do AE/ENA]

Q7: Em que medida os edifícios, as infraestruturas e os equipamentos escolares estão adaptados às necessidades (obras de requalificação total, parcial, recursos que tem que ser adaptados)?

Q8: O número de assistentes administrativos e operacionais é o adequado à realidade do AE/ENA (em termos de número de alunos, de tipos de oferta, das AEC, CAF e Oferta Complementar)?

Q9: Em que medida os transportes escolares que servem a escola são suficientes?

Q10: Existe alguma parceria entre a escola e outra entidade nesta área?

Q11: Qual é o meio mais utilizado para acessibilidade à escola (transporte público, escolar, bicicleta, pé, carro)?

Dimensão: **Organização, gestão e ambiente escolar**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q12: Como avalia a segurança da escola?

Q12: Tem conhecimento de situações de violência dentro da escola?

Q14: Como avalia os serviços de limpeza e manutenção da escola?

Q15: Como define as relações interpessoais e profissionais ao interior do AE (entre docentes, direção, funcionários, etc.) ao nível de eficiência e reciprocidade?

Q16: E entre profissionais e alunos?

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Estratégias pedagógicas**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q17: Como caracteriza a oferta educativa e formativa da sua UO e quais as potencialidades dessa oferta (adequação ao público, sinergias entre estabelecimentos)?

Q18: Quais as estratégias atuais para a implementação da educação inclusiva (como sinalizam alunos que tenham necessidade de medidas seletivas e adicionais, o que mudou nos critérios de avaliação de desempenho destes alunos)?

Q19: Quais as estratégias previstas como parte integrante da flexibilização do currículo em implementação na UO (constituição de domínios de autonomia curricular, implementação da organização do ano letivo em semestres, novas disciplinas, etc.)?

Q20: Existem limitações na implementação dessas estratégias?

Dimensão: **Sucesso escolar e perfil do aluno**

[problemas, medidas e soluções; o que falta fazer?]

Q21: Como define o perfil do aluno que “procura” e “frequenta” o AE/ENA (que famílias procuram o AE/ENA e será pela área de residência, para integração social, integração no mercado de trabalho, ensino superior; quais as expectativas)?

Q22: Quais as competências e aprendizagens, associadas a esse perfil?

Q23: Como caracterização o sucesso escolar no AE/ENA no geral e nos vários ciclos de escolaridade e níveis de ensino?

Q24: Quais os fatores explicativos dos fenómenos de insucesso escolar e do abandono escolar precoce?

Q25: Descreva as medidas utilizadas para combater o insucesso escolar (a nível de acompanhamento, monitorização, apoios, programas, projetos, etc.).

Dimensão: Concelho, descentralização e Papel da Autarquia e do Investigador

[problemas, medidas e soluções; qual o papel a desempenhar pelos vários atores educativos locais?]

Q26: O que pensa sobre o sistema de organização administrativa dos AE (que dificuldades identifica na gestão, administração, áreas de influência, juntas de freguesia)?

Q27: Como define as relações com a comunidade (famílias, encarregados de educação); com a autarquia (CML e JF); outros parceiros educativos?

Q28: Como caracteriza o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q29: Em que medida, os órgãos autárquicos (CML e JF) podem vir contribuir para o sucesso escolar do seu AE/ENA?

Q28: Tem conhecimento da anterior Carta Educativa do Município de Oeiras (perguntar se foram auscultados na realização da anterior carta de 2008)?

Q29: O que acha da criação de um “projeto educativo concelhio”?

Q30: Quais as prioridades de melhoria no âmbito da educação no concelho de Oeiras?

Q31: Em que medida podem o AE/ENA concretizar esse projeto concelhio?

Q32: Em que medida podem os investigadores contribuir para a elaboração de um projeto concelhio?

Q33: Em que momentos reúne com outras entidades do concelho (do tecido empresarial, social, escolas privadas e profissionais, câmara municipal e juntas de freguesia, associações de pais) para debater sobre questões da educação do concelho?

Q34: Alguma vez participou na definição de estratégias concelhias em articulação com outras entidades locais?

Q35: Em caso afirmativo, que informação (tipo e fontes) utilizaram para definir os objetivos dessas estratégias e como é que as monitorizaram?

Q36: Alguma outra questão que queira mencionar?

Anexo 4: Guiões para entrevistas *focus group*

FOCUS GROUP 1: Diretores de Agrupamentos/ Escola Não Agrupada

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas escolas ou em parceria com associações, empresas, IPSS, outras, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q9: Com que critérios criam e/ou implementam os projetos de promoção de sucesso escolar nas UO?

Dimensão: **Oportunidades de formação para profissionais escolares**

Questões gerais: **Quais as áreas em que se sentem mais lacunas na formação dos profissionais? Em função de que objetivos?**

Q10: Existem programas de formação dos professores, assistentes operacionais e administrativos e técnicos especializados no concelho? Quem os promove?

Q11: Como veriam uma parceria com a CM neste âmbito (cf. Como intermediária)?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?**

Q12: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Quais são os principais parceiros das UO no concelho? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas UO?**

Q13: Como caracterizam a colaboração educativa com a CM?

Q14: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q15: Quais os grandes eixos a privilegiar na colaboração entre CM e escolas?

Q16: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q17: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre o trabalho das escolas? Que respostas foram preparadas pelas escolas, e com a CM? Quais as principais limitações encontradas?

Q18: Que oportunidades e riscos advém das novas formas de trabalho docente (Cf. digital)?

Q19: Que impactos preveem sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q20: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias?

Q21: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 2: Escolas Privadas e Profissionais

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Existem no concelho projetos para a educação que impliquem as escolas privadas e profissionais? Se sim, em que consistem? E são adequadas e suficientes?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas escolas ou em parceria com associações, empresas, IPSS, outras, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q9: Com que critérios criam e/ou implementam os projetos de promoção de sucesso escolar nas escolas?

Dimensão: **Oportunidades de formação para profissionais escolares**

Questões gerais: **Quais as áreas em que se sentem mais lacunas na formação dos profissionais? Em função de que objetivos?**

Q10: Existem programas de formação dos professores, assistentes operacionais e administrativos e técnicos especializados no concelho? Quem os promove?

Q11: Como veriam uma parceria com a CM neste âmbito (cf. Como intermediária)?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?**

Q12: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Quais são os principais parceiros das vossas escolas no concelho? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas escolas?**

Q13: Como caracterizam a colaboração educativa com a CM?

Q14: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q15: Quais os grandes eixos a privilegiar na colaboração entre CM e escolas?

Q16: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q17: Como podem as escolas privadas e profissionais contribuir para esse projeto concelhio?

Q18: Como veem a possibilidade de integrar as redes pública e solidária de pré-escolar de forma a garantir o acesso universal das crianças entre 3 e 5 anos de idade?

Q19: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre o trabalho das escolas? Que respostas foram preparadas pelas escolas, e com a CM? Quais as principais limitações encontradas?

Q20: Que oportunidades e riscos advém das novas formas de trabalho docente (Cf. digital)?

Q21: Que impactos preveem sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q22: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias?

Q23: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 3: Instituições de Ensino Superior e da Rede Social

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **A oferta educativa e formativa do concelho responde às necessidades de todos os alunos do concelho e respondem adequadamente ao perfil de aluno necessário ao ingresso no ensino superior? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Conhecem os motivos pelos quais as vossas instituições se instalaram no concelho? Este tem respondido às expectativas?

Q2: Para a RS, as modalidades de ensino existentes dão resposta a todos os perfis de crianças e jovens que residem no concelho? Se não, o que falta e como desenvolver?

Q3: Para o ES, as modalidades de ensino existentes no concelho respondem ao perfil de aluno de acesso ao ensino superior? Se não, existem conversas com as escolas sobre o perfil necessário? Se não existem, como as desenvolver?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos no contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Como podem as vossas instituições contribuir para um projeto concelhio de promoção do sucesso escolar?**

Q6: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q7: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q8: Existem no concelho projetos para a educação que envolvam as instituições da rede social e do ensino superior? Se sim, em que consistem? São adequadas e suficientes?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas instituições? Como podem as vossas instituições contribuir para esse projeto concelhio?**

Q9: Como avaliam as parcerias existentes com as escolas públicas e privadas? E que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q10: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q11: Quais impactos da pandemia Covid19 sobre as vossas atividades? Que respostas foram preparadas? Quais as principais limitações encontradas?

Q12: Que transformações preveem na sequência da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias? Como podem as instituições de ensino superior e da rede social contribuir para esse objetivo?

Q13: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 4: Associações Empresariais, Parques tecnológicos e Empresas

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **A oferta educativa e formativa do concelho responde ao perfil de profissional que necessitam para as vossas organizações?**

Q1: Conhecem os motivos pelos quais as vossas organizações se instalaram no concelho? Este tem respondido às expectativas?

Q2: Se modalidades de ensino existentes não dão resposta ao perfil de profissional necessário, quais os conhecimentos e competências que importa trabalhar?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos no contexto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Como podem as vossas instituições contribuir para um projeto concelhio de promoção do sucesso escolar?**

Q4: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q5: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Q6: Existem no concelho projetos para a educação que envolvam as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos? Se sim, em que consistem? São adequadas e suficientes?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e do tecido empresarial em particular? Como podem as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos contribuir para esse projeto concelhio?**

Q7: Como caracterizam a colaboração com as escolas e com a CM para a área da educação?

Q8: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q9: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q10: Que transformações preveem na sequência da pandemia covid19 e da crise que se avizinha e como pode a CE & PEM contribuir para suavizar as transições necessárias? Como podem as empresas, associações empresariais, parques tecnológicos contribuir para esse objetivo?

Q11: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 5: Associações de Pais e Federação das Associações de Pais

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos dirigidos pelas associações de pais ou em parceria com as escolas, para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO?**

Q9: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Como avaliam a parceria das associações de pais com as escolas? Que aspetos prioritários deve a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho e das vossas UO?**

Q10: Como caracterizam a colaboração educativa das associações com as escolas?

Q11: E que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q12: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q13: Como podem as associações de pais contribuir para esse projeto concelhio?

Q14: Que impactos teve a pandemia Covid19 sobre os alunos? Sobre a forma como as famílias se relacionam com os educandos? Sobre a relação entre famílias e as escolas/professores e entre famílias e as Associações de Pais? Que impactos preveem que irá ter sobre o sucesso escolar dos alunos?

Q15: Quais as oportunidades, riscos e limitações da utilização dos novos instrumentos ao serviço dos docentes, educadores, mediadores e outros profissionais (Cf. Digital)?

Q16: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 6: Juntas de Freguesia

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q2: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q3: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q4: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q5: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q6: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q7: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q8: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q9: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como podem as juntas de freguesia contribuir para esse projeto concelhio?**

Q10: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q11: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q12: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q13: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas pelas Juntas de Freguesia? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q14: Como deve ser desenvolvido o processo de descentralização em educação? E que papel podem as Juntas de Freguesia desempenhar nesse processo?

Q15: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 7: Equipa Técnica da Câmara Municipal

Dimensão: Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Qual a visão que tem acerca do futuro da Educação no Concelho? Qual a participação da Câmara Municipal na concretização dessa visão? E quais são os principais obstáculos que antecipam?

Q2: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q3: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q6: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q7: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q8: Que outros projetos para a educação foram implementados no concelho por iniciativa da Câmara Municipal? Como os caracterizam em termos de sucesso?

Q9: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q10: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: Medidas de apoio às famílias

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q11: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como pode a Câmara Municipal contribuir para esse projeto concelhio?**

Q12: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q13: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q14: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q15: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q16: Como veem o processo de descentralização em educação? Quais as medidas que consideram ideais? E quais são as que consideram possíveis?

Q17: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

FOCUS GROUP 8: Equipa Política da Câmara Municipal

Dimensão: **Oferta educativa e formativa e Rede escolar concelhia**

Questões gerais: **Que aspetos consideram mais positivos e mais negativos na oferta educativa e formativa do concelho? A atual organização da rede escolar é adequada?**

Q1: Qual a visão que tem acerca do futuro da Educação no Concelho? Qual a participação da Câmara Municipal na concretização dessa visão? E quais são os principais obstáculos que antecipam?

Q2: Como veem a relação/equilíbrio entre as diferentes modalidades de ensino no concelho?

Q3: O concelho oferece condições para a concretização da aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente, ao nível da educação para adultos? Se não, o que falta?

Q4: Identificam outras falhas ao nível da oferta educativa e formativa no concelho de Oeiras? Em caso afirmativo, como fazer para as desenvolver?

Q5: Caso não considerem a rede escolar do concelho adequada, o que alterariam?

Dimensão: **Oportunidades educativas para os alunos num projeto concelhio**

Questões gerais: **Acham que os jovens do concelho encontram as oportunidades de estudo e de futuro a que têm direito? Face ao desempenho atual das UO, como definir um projeto concelhio para promoção do sucesso escolar?**

Q6: Consideram a oferta de atividades de enriquecimento curricular (AEC, CAF, OC) do concelho adequada? Se não, o que alterariam e/ou acrescentariam?

Q7: Existem no concelho outros projetos para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens? Se sim, qual a sua articulação com as atividades educativas das escolas? São adequadas e suficientes?

Q8: Que outros projetos para a educação foram implementados no concelho por iniciativa da Câmara Municipal? Como os caracterizam em termos de sucesso?

Q9: Como caracterizam o sucesso escolar no concelho de Oeiras?

Q10: Quais as questões principais a abordar no projeto concelhio de promoção do sucesso escolar? E quais os parceiros a mobilizar?

Dimensão: **Medidas de apoio às famílias**

Questões gerais: **Os atuais apoios do município destinados às famílias respondem às necessidades verificadas no concelho/ UO? Existem apoios fornecidos pelas juntas de freguesia?**

Q11: Em quê/e como poderiam ser melhorados?

Dimensão: **A carta educativa e plano educativo municipal (CE & PEM)**

Questões gerais: **Que aspetos prioritários devem a CE & PEM incluir tendo em conta a realidade do concelho? Como pode a Câmara Municipal contribuir para esse projeto concelhio?**

Q12: Como caracterizam a colaboração educativa com as escolas?

Q13: Como avaliam as parcerias existentes e que outras parcerias seriam desejáveis (Cf. Universidades, Centros de investigação, Empresas, Espaços culturais, etc.)?

Q14: Que objetivos devem ser seguidos no planeamento da OEF de Oeiras para os próximos 10 anos?

Q15: Que impactos teve a pandemia Covid19 o trabalho desenvolvido junto das escolas? Quais as respostas encontradas? E as limitações?

Q16: Como veem o processo de descentralização em educação? Quais as medidas que consideram ideais? E quais são as que consideram possíveis?

Q17: Querem mencionar algum outro aspeto que considerem relevante?

Anexo 5: ACP com rotação Varimax sobre prioridades de melhoria do concelho de Oeiras

Variáveis originais	Componentes principais				Comunalidades
	Recursos e Data	Primeira Infância	Serviços e Apoios	Oferta educativa e formativa	
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e instituições Ensino Superior localizadas no concelho	0,84	0,09	0,09	0,24	0,775
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido social	0,82	0,06	0,21	0,25	0,786
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e tecido empresarial	0,81	0,10	0,15	0,18	0,712
Parcerias entre Escolas/ Agrupamentos e federações de Associações de pais	0,63	0,11	0,35	0,17	0,562
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho por parte das Escolas/ Agrupamentos	0,57	0,18	0,42	0,11	0,538
Observatório da educação concelhio	0,57	-0,01	0,52	0,11	0,603
Oferta de creche	0,09	0,93	0,14	0,14	0,921
Oferta de berçário	0,01	0,90	0,16	0,14	0,850
Oferta de Pré-escolar	0,18	0,83	0,16	0,12	0,755
Transportes escolares/ públicos	0,15	0,19	0,74	0,23	0,657
Central de matrículas	0,25	0,10	0,69	0,20	0,592
Apoios às famílias (bolsas, prémios, passes, etc.)	0,27	0,35	0,67	0,12	0,657
Diversificação das modalidades de ensino no Secundário (regular e não regular)	0,27	0,11	0,18	0,86	0,848
Diversificação das modalidades de ensino no Básico (não regular)	0,15	0,15	0,26	0,84	0,811
Diversificação do Ensino Profissional	0,36	0,2	0,13	0,71	0,687
Percentagem da variância explicada	43,4	14,1	8,1	6,2	
<i>Alfa de cronbach</i>	0,883	0,916	0,726	0,853	

Anexo 6: ACP com rotação Varimax sobre prioridades de melhoria das unidades orgânicas

Variáveis originais	Componentes principais				Comunalidades
	Articulação e Regulação	Recursos concelhios e Oferta escolar	Equipamentos e Funcionários	Representação das famílias	
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino	0,817	0,194	0,106	0,208	<i>0,759</i>
Processos de supervisão da prática pedagógica	0,808	0,165	0,032	0,239	<i>0,738</i>
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte	0,785	0,307	0,062	0,161	<i>0,740</i>
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores	0,731	0,204	0,120	0,315	<i>0,689</i>
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar	0,673	0,391	0,168	0,278	<i>0,712</i>
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)	0,519	0,343	0,341	0,092	<i>0,512</i>
Parcerias com empresas e parques tecnológicos	0,146	0,788	0,134	0,170	<i>0,689</i>
Parcerias com atores sociais e educativos	0,214	0,754	0,170	0,314	<i>0,742</i>
Oferta educativa e formativa	0,331	0,645	0,176	0,167	<i>0,585</i>
Atividades no âmbito da componente de apoio às famílias	0,316	0,636	0,195	0,347	<i>0,663</i>
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho	0,294	0,585	0,335	0,150	<i>0,564</i>
Projetos e atividades concelhios	0,433	0,532	0,146	0,252	<i>0,555</i>
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares	0,260	0,436	0,329	0,385	<i>0,514</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos	0,075	0,144	0,828	0,103	<i>0,722</i>
Renovação/ manutenção de edifícios	0,049	0,072	0,818	0,108	<i>0,688</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos	0,111	0,142	0,78	0,055	<i>0,644</i>
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos	0,087	0,298	0,739	0,158	<i>0,667</i>
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)	0,256	0,396	0,402	-0,057	<i>0,388</i>
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação	0,412	0,195	0,128	0,812	<i>0,884</i>
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola	0,385	0,267	0,123	0,804	<i>0,882</i>
Parcerias com associação(ões) de pais	0,231	0,422	0,142	0,746	<i>0,808</i>
Percentagem da variância explicada	46,0	11,0	5,6	4,5	
Alfa de cronbach	0,905	0,890	0,826	0,918	

Anexo 7: ACP com rotação Varimax sobre papel da Câmara Municipal

Variáveis originais	Componentes principais			Comunalidades
	Gestor	Mediador	Fornecedor	
Processos de articulação entre ciclos de escolaridade/ níveis de ensino	0,887	0,196	0,082	0,832
Conhecimento sobre os conhecimentos e competências que um aluno precisa adquirir para ter sucesso no ciclo/nível seguinte	0,873	0,198	0,083	0,809
Processos de supervisão da prática pedagógica	0,867	0,232	0,077	0,812
Regulação da implementação das metas previstas nos documentos orientadores	0,843	0,27	0,145	0,804
Estratégias de promoção do sucesso escolar	0,820	0,216	0,112	0,732
Processo de autoavaliação/ Planeamento e gestão escolar	0,775	0,345	0,138	0,740
Papel exercido pelos representantes de pais e encarregados de educação	0,716	0,391	0,181	0,699
Papel exercido pelas associações de pais nos Agrupamento/ Escola	0,675	0,402	0,202	0,659
Projetos e atividades realizados anualmente	0,531	0,416	0,284	0,535
Mediação de parcerias entre escolas públicas, privadas e profissionais	0,356	0,804	0,157	0,798
Mediação de parcerias entre escolas públicas e instituições de Ensino Superior localizadas no concelho	0,315	0,801	0,143	0,762
Mediação de parcerias com tecido empresarial e rede social	0,270	0,758	0,184	0,682
Mediação de parcerias entre escolas públicas	0,386	0,751	0,181	0,745
Promoção de atividades no âmbito da componente de apoio às famílias	0,232	0,709	0,248	0,619
Mediação de parcerias com associação(ões) de pais e federação de associações de pais do concelho	0,412	0,667	0,226	0,666
Rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis (desportivos, culturais e artísticos) no concelho	0,225	0,588	0,415	0,569
Organização da oferta educativa e formativa em concertação	0,422	0,539	0,23	0,521
Atividades no âmbito das atividades extracurriculares	0,315	0,515	0,437	0,555
Transportes disponíveis	0,098	0,497	0,483	0,490
Renovação/ manutenção de equipamentos tecnológicos	0,115	0,037	0,811	0,672
Renovação/ manutenção de equipamentos desportivos	0,046	0,235	0,789	0,680
Renovação/ manutenção de edifícios	0,148	0,060	0,774	0,624
Renovação/ manutenção de equipamentos artísticos	0,030	0,362	0,707	0,632
Contratação de funcionários (assistentes operacionais, administrativos, técnicos especializados)	0,161	0,267	0,531	0,379
Acessibilidades à escola (transportes, acessos rodoviários, etc.)	0,214	0,449	0,488	0,485
	Percentagem da variância explicada	26,6	23,4	15,9
	<i>Alfa de cronbach</i>	0,951	0,930	0,832

Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras



Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cies _ iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Ficha Técnica**Nome**

Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras

Financiamento

Câmara Municipal de Oeiras

Coordenação

João Sebastião e Luís Capucha

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Igor Correia, Joana Campos, Marcos Correia, Patrícia Santos, Sara Nunes, Sónia Pintassilgo

Data

outubro de 2020 (revisão janeiro 2022)

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

Índice

INTRODUÇÃO.....	8
ENQUADRAMENTO	9
A. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS	9
B: ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA.....	10
C: EDUCAÇÃO NÃO COMPULSIVA E/OU OPCIONAL	15
CAPÍTULO 5 - REDES, ATORES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO	17
5.1: ENSINO SUPERIOR.....	17
5.2: REDES ESCOLARES PRIVADA LUCRATIVA E SOLIDÁRIA	18
5.2.1: REDE PRIVADA LUCRATIVA E DE ESCOLAS/INSTITUTOS PROFISSIONAIS	18
5.2.2: REDE PRIVADA SOLIDÁRIA	22
5.3: REDE DO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO	26
5.4: REDE PÚBLICA.....	26
5.4.1: EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E REDE.....	26
5.4.2: IRRADIAÇÃO, POPULAÇÃO BASE E ÁREAS DE INFLUÊNCIA	46
CAPÍTULO 6 : OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA	49
6.1: PRÉ-ESCOLAR.....	50
6.1.2: DINÂMICAS DA OFERTA EDUCATIVA NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO CONCELHO DE Oeiras e por unidade de freguesia – NECESSIDADES DA REDE ATÉ 2025.....	50
6.1.3. POPULAÇÃO EM IDADE PRÉ-ESCOLAR E PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO	52
6.2: ENSINO BÁSICO	58
6.2.1: 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	58
6.2.2: DINÂMICAS DA OFERTA EDUCATIVA NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE Oeiras e por unidade de freguesia – NECESSIDADES DA REDE ATÉ 2025.....	59
6.2.3: 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	63
6.3: ENSINO SECUNDÁRIO	65
6.4: ENSINO PROFISSIONAL	68
6.5: ENSINO ARTÍSTICO	70
6.6: EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	70
6.7: ENSINO SUPERIOR	72
6.8: EDUCAÇÃO PARA ADULTOS.....	73
6.9: PROJETOS EDUCATIVOS, DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E DE APOIO À FAMÍLIA.....	73
6.9.1: ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, CAF e AAAF e outros projetos educativos	74
6.9.2: OUTROS PROJETOS EDUCATIVOS.....	79
CAPÍTULO 7 : CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR	81
7.1: CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE	81

7.1.1: NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO DE OEIRAS, POR TIPO DE ENSINO	81
7.1.2: NÚMERO DE ALUNOS NO CONCELHO DE OEIRAS, POR CICLOS/NÍVEIS E UNIDADES ORGÂNICAS.....	83
7.1.3: ALUNOS COM MEDIDAS ADICIONAIS, POR CICLOS/NÍVEIS E UNIDADES ORGÂNICAS	92
7.1.4: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA.....	94
7.2: CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE	100
7.2.1: NÚMERO DE DOCENTES NO CONCELHO DE OEIRAS, POR CICLOS/NÍVEIS E UNIDADES ORGÂNICAS	100
7.2.2: SEXO.....	102
7.2.3: FAIXA ETÁRIA	104
7.2.4: VÍNCULO CONTRATUAL	106
7.2.5: OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES.....	109
7.3: CARACTERIZAÇÃO DE OUTROS PROFISSIONAIS	116
<u>CAPÍTULO 8 : DESEMPENHO ESCOLAR.....</u>	<u>121</u>
8.1: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO.....	121
8.1.1: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 1º CICLO	121
8.1.2: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 2º CICLO	122
8.1.3: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO	124
8.1.4: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO ENSINO SECUNDÁRIO - CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO	125
8.1.5: PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO ENSINO SECUNDÁRIO – CURSOS PROFISSIONAIS	126
8.1.6: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS PDS	128
8.2: RESULTADOS ESCOLARES.....	130
8.2.1: RESULTADOS DAS PROVAS NACIONAIS DE EXAME DO 9º ANO	130
8.2.2: RESULTADOS DAS PROVAS NACIONAIS DE EXAME NO ENSINO SECUNDÁRIO.....	136
8.2.3: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS RESULTADOS ESCOLARES	141
8.3: TAXAS DE TRANSIÇÃO	143
8.4: TAXAS DE RETENÇÃO.....	148
8.5: MOBILIDADE DISCENTE.....	151
8.6: ABANDONO ESCOLAR.....	153

Índice de Tabelas

Tabela 5.1: Estabelecimentos de Ensino Superior.....	17
Tabela 5.2: Número de estabelecimentos com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada lucrativa, 2019/2020	18
Tabela 5.3: Lista de estabelecimentos com oferta de serviços de infância e número de alunos por freguesia da rede privada lucrativa, 2019/2020	19
Tabela 5.4: Lista de estabelecimentos com oferta de serviços de infância e número de alunos por freguesia da rede privada lucrativa, 2019/2020 (Cont.).....	20
Tabela 5.5: Estabelecimentos da rede privada lucrativa por tipologia, 2018/2019	21
Tabela 5.6: Lista dos estabelecimentos escolares da rede privada lucrativa, por nível/ciclo e por freguesia, 2018/2019	21
Tabela 5.7: Número de estabelecimentos por oferta e número total de alunos por ciclo de ensino da rede privada lucrativa, 2018/2019	22
Tabela 5.8: Número de estabelecimentos da Rede Solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada solidária, 2019/2020.....	23
Tabela 5.9: Lista das Instituições pertencentes à rede solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada solidária, 2019/2020.....	23
Tabela 5.10: Lista das Instituições pertencentes à rede solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede solidária, 2019/2020 (Cont.)	24
Tabela 5.11: Número de IPSS por freguesia e total de alunos, 2019/2020.....	25
Tabela 5.12: Número de estabelecimentos por tipologia	27
Tabela 5.13: Número e estabelecimentos por tipologia e por freguesia	27
Tabela 5.14: Rede de escolas pública de Oeiras	29
Tabela 5.15: Rede de escolas pública de Oeiras (Cont.).....	30
Tabela 5.16: Número de estabelecimentos por unidade orgânica e total de alunos, 2019/2020	31
Tabela 5.17: Número de alunos matriculados em Jardim-de-Infância na rede pública, grupos e salas, por freguesia, 2019/2020	32
Tabela 5.18: Número de alunos matriculados no 1º ciclo na rede pública, turmas e salas, por freguesia, 2019/2020 ...	32
Tabela 5.19: Número de alunos matriculados no 2º e 3º ciclo e ensino secundário na rede pública, turmas e salas, por freguesia, 2019/2020.....	32
Tabela 5.20: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de pré-escolar, por freguesia, número de alunos, grupos, salas e dimensão média de turma, 2019/2020.....	34
Tabela 5.21: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 1º ciclo, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020	35
Tabela 5.22: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 1º ciclo, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020 (Cont.)	36
Tabela 5.23: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020.....	37
Tabela 5.24: Representação da Taxa Global de Ocupação (TGO), por UO, por ciclo de ensino	39
Tabela 5.25: Estimativa (capacidade) do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, balanço e taxa de ocupação	40
Tabela 5.26: Estimativa (capacidade) do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, balanço e taxa de ocupação (Cont.).....	41
Tabela 5.27: Estimativa (capacidade) do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, balanço e taxa de ocupação.....	42
Tabela 5.28: Rácio computador/aluno por unidade orgânica	43
Tabela 5.29: Equipamentos e recursos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras	44
Tabela 5.30: Equipamentos e recursos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras (Cont.).....	45
Tabela 5.31: Irradiação máxima, população base e áreas de influência das unidades orgânicas, por estabelecimento escolar.....	47
Tabela 5.32: Irradiação máxima, população base e áreas de influência das unidades orgânicas, por estabelecimento escolar (Cont.).....	48
Tabela 6.1: Número de alunos nas redes privada, solidária e pública, por ciclos/níveis de ensino	50
Tabela 6.2: Número de alunos matriculados no pré-escolar, por UO e número de salas jardim-de-infância, 2019/20... 50	50
Tabela 6.3: População (2011), estimativas de população (2019), projeções de população (2025) em idade escolar (3-19 anos completos) e taxas de variação (%), por freguesia e no concelho de Oeiras	51
Tabela 6.4: População em idade pré-escolar (3-5 anos completos), em 2011, 2019, 2025 e taxas de variação quinquenais (%), concelho de Oeiras e Freguesias	52

Tabela 6.5: Alunos inscritos no ensino Pré-escolar, 2019-20, Rede Pública, Rede Privada (lucrativa) e Solidária e Total, concelho de Oeiras e freguesias.....	53
Tabela 6.6: Taxas de pré-escolarização (%) e Proporção de alunos inscritos (%), 2019-20, Rede Pública Ministério Educação, Rede Privada e Total, concelho de Oeiras e freguesias	54
Tabela 6.7: Alunos inscritos no ensino Pré-escolar, 2019-20, Capacidade das escolas, Ocupação Escolas, Concelho de Oeiras e Freguesias, Rede Pública Ministério da Educação e Rede Privada Lucrativa e Solidária	56
Tabela 6.8: Projeções do n.º alunos (R. Pública), da população 3-5 anos para 2025, Alunos do ensino Pré-escolar a cobrir pela Rede Pública do ME até 2025 (meta 50%), Vagas e Salas necessárias para Rede Pública do ME até 2025 (meta 50%)	57
Tabela 6.9: Projeções do n.º alunos total, da população 3-5 anos para 2025, Alunos do ensino Pré-escolar a cobrir pela Rede Pública do ME até 2025 (meta 100%), Vagas e Salas necessárias para Rede Pública do ME até 2025 (meta 100%)	57
Tabela 6.10: Alunos matriculados no 1º ciclo do Ensino Básico, na rede pública do concelho de Oeiras, 2019/2020	58
Tabela 6.11: População com idades dos 6 aos 9 anos completos, em 2011, 2019, 2025 e taxas de variação quinquenais (%), concelho de Oeiras e Freguesias.....	59
Tabela 6.12: Alunos inscritos no 1º Ciclo (Ens. Público), 2019-20, Concelho de Oeiras e Freguesias	60
Tabela 6.13: Taxas de escolarização 1º Ciclo (Ens. Público) (%), 2019-20, Concelho de Oeiras e Freguesias	60
Tabela 6.14: Alunos inscritos no 1º Ciclo, 2019-20, Ensino Público, Ensino Privado e Total, Concelho de Oeiras	60
Tabela 6.15: Taxas de escolarização 1º Ciclo (%), 2019-20, Ensino Público, Ensino Privado e Total, Concelho de Oeiras.....	60
Tabela 6.16: Alunos inscritos no 1º Ciclo (Ens. Público), Capacidade das escolas, Ocupação Escolas, Concelho de Oeiras e Freguesias, 2019-2020.....	61
Tabela 6.17: Projeções da população 6-9 anos e alunos, Vagas e Salas necessárias até 2025, Concelho de Oeiras e Freguesias	62
Tabela 6.18: Nº Salas necessárias no 1º ciclo até 2025, Ensino Público, Salas asseguradas no Ensino Privado, Concelho Oeiras.....	63
Tabela 6.19: Número de alunos do 3º ciclo do ensino básico nas escolas públicas do concelho de Oeiras, por tipo de oferta educativa e por UO, 2019/2020.....	64
Tabela 6.20: Número de alunos do ensino secundário, por tipo de oferta educativa regular e profissional e por UO, 2019/2020	65
Tabela 6.21: Número de turmas previstas para oferta educativa e formativa no ensino secundário na rede pública no concelho de Oeiras, 2020-2021.....	67
Tabela 6.22: Número de alunos matriculados por curso profissional, na rede pública e nas Escolas Profissionais do concelho de Oeiras, 2020-2021.....	69
Tabela 6.23: Número de alunos matriculados no ensino artístico articulado, na rede pública do concelho de Oeiras, 2020-2021.....	70
Tabela 6.24: Taxa de Participação dos alunos de 1º ciclo nas Atividades de Enriquecimento Curricular, por atividade e por Unidade Orgânica, 2019/2020	76
Tabela 6.25: Proporção de crianças do pré-escolar e do 1º ciclo de ensino inscritas nas atividades das AAAF e das CAF, por unidade orgânica, 2019/2020	78
Tabela 7.1: Número de alunos nas unidades orgânicas do concelho de Oeiras, por nacionalidade, 2019/2020.....	96
Tabela 7.2: Média do número de anos de habilitação das mães no ensino básico e secundário, por UO, 2014/2015	99
Tabela 7.3: Percentagem de alunos sem ASE, no 9º ano e no 12º ano, por UO, 2014/2015	100
Tabela 7.4: Pertença profissional dos professores: níveis elevados de pertença profissional (%)	116
Tabela 7.5: Distribuição dos profissionais (rácios da DGEstE e efetivos) pelos estabelecimentos escolares por categoria (2020/2021).....	117
Tabela 7.6: Distribuição dos profissionais por género e por faixa etária.....	120
Tabela 7.7: Distribuição dos profissionais por habilitações académicas e por categoria.....	120
Tabela 8.1: Número de alunos em mobilidade no 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020	151
Tabela 8.2: Número de alunos em mobilidade no 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020	152
Tabela 8.3: Número de alunos em mobilidade no 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020	152
Tabela 8.4: Número de alunos em mobilidade no ensino secundário por UO, 2017/2018 – 2019/2020.....	153
Tabela 8.5: Número de alunos em abandono no ensino secundário por UO, 2017/2018 – 2019/2020.....	154

Índice de Figuras

Figura 5.1: Localização dos estabelecimentos da rede privada lucrativa.....	22
Figura 5.2: Localização dos estabelecimentos da rede de IPSS	25
Figura 5.3: Localização dos estabelecimentos da rede pública	28
Figura 7.1: Distribuição dos alunos no concelho de Oeiras por tipo de ensino, 2019/2020 (%)	81
Figura 7.2: Distribuição alunos no concelho de Oeiras por tipo de ensino e por ciclo/nível de escolaridade, 2019/2020 (%).....	82
Figura 7.3: Distribuição dos alunos por tipo de ensino e por UO, 2019/2020 (%)	83
Figura 7.4: Evolução do número de alunos no concelho de Oeiras por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020... ..	84
Figura 7.5: Distribuição dos alunos no concelho de Oeiras por ciclo/nível, 2019/2020 (%)	85
Figura 7.6: Número total de alunos por UO, 2019/2020	86
Figura 7.7: Número total de alunos por ciclo/nível e por UO, 2019/2020	86
Figura 7.8: Evolução do número de alunos no AEAR por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020	89
Figura 7.9 Evolução do número de alunos no AEC por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	89
Figura 7.10: Evolução do número de alunos no AACP por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	89
Figura 7.11: Evolução do número de alunos no AECO por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020	89
Figura 7.12: Evolução do número de alunos no AELVQ por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020	89
Figura 7.13: Evolução do número de alunos no AEM por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020	89
Figura 7.14: Evolução do número de alunos no AEPA por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	90
Figura 7.15: Evolução do número de alunos no AESC por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020	90
Figura 7.16: Evolução do número de alunos no AESB por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	90
Figura 7.17: Evolução do número de alunos no AESJB por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	90
Figura 7.18: Evolução do número de alunos na ESQM, por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020.....	90
Figura 7.19: Rácio aluno/docente no concelho de Oeiras, por ciclo/nível de ensino, 2019/2020	91
Figura 7.20: Rácio aluno/docente por UO, 2019/2020.....	92
Figura 7.21: Distribuição dos alunos com medidas adicionais no concelho de Oeiras por tipo de ensino, 2019/2020 (%)	92
Figura 7.22: Número de alunos com medidas adicionais, por tipo de ensino e por UO, 2019/2020.....	93
Figura 7.23: Número de alunos com medidas adicionais, por UO e por ciclo no ensino regular, 2019/2020	94
Figura 7.24: Evolução do número de alunos no concelho de Oeiras por nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	95
Figura 7.25: Evolução do número de alunos no AEAR segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	96
Figura 7.26: Evolução do número de alunos no AEC segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	96
Figura 7.27: Evolução do número de alunos no AEACP segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020	97
Figura 7.28: Evolução do número de alunos no AECO segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	97
Figura 7.29: Evolução do número de alunos no AELVQ segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	97
Figura 7.30: Evolução do número de alunos no AEM segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020	97
Figura 7.31: Evolução do número de alunos no AEPA segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020	97
Figura 7.32: Evolução do número de alunos no AESB segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	97
Figura 7.33: Evolução do número de alunos no AESC segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020.....	98
Figura 7.34: Evolução do número de alunos no AESJB segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020	98
Figura 7.35: Evolução do número de alunos na ESQM segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020	98
Figura 7.36: Número de docentes do concelho de Oeiras por ciclo/nível de ensino, 2019/2020	101
Figura 7.37: Número total de docentes por UO, 2019/2020	101
Figura 7.38: Número total de docentes por ciclo/nível e por UO, 2019/2020	102
Figura 7.39: Distribuição dos docentes no concelho de Oeiras por sexo, 2019/2020 (%).....	103
Figura 7.40: Docentes por sexo no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%)	103
Figura 7.41: Docentes por sexo nas UO, 2019/2020 (%)	104
Figura 7.42: Docentes por faixa etária no concelho de Oeiras, 2019/2020 (%).....	105
Figura 7.43: Docentes por faixa etária no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%).....	105
Figura 7.44: Docentes por faixa etária nas UO, 2019/2020 (%)	106
Figura 7.45: Docentes por vínculo contratual no concelho de Oeiras, 2019/2020 (%)	107
Figura 7.46: Docentes por vínculo contratual no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%) ..	108
Figura 7.47: Docentes por vínculo contratual nas UO do concelho de Oeiras, 2019/2020 (%)	109
Figura 7.48: Distribuição dos inquiridos por escalões de anos de docência	110
Figura 7.49: Distribuição dos inquiridos por escalões de tempo de serviço na UO.....	110
Figura 7.50: Número de vezes que os professores mudaram de escola nos últimos 5 anos	111

<i>Figura 7.51: Número de educadores e docentes com mestrado, doutoramento e outros cursos</i>	112
<i>Figura 7.52: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por sexo (%)</i>	112
<i>Figura 7.53: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por ciclo/nível de ensino (%)</i>	113
<i>Figura 7.54: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por área disciplinar (%)</i>	113
<i>Figura 7.55: Cargos exercidos pelos educadores e docentes nos últimos 5 anos (%)</i>	114
<i>Figura 7.56: Distribuição dos educadores e docentes por sentido de pertença profissional</i>	115
<i>Figura 7.57: Número de outros profissionais no concelho de Oeiras, por tipo de função, 2019/2020</i>	118
<i>Figura 7.58: Número de outros profissionais nas UO, 2019/2020</i>	119
<i>Figura 8.1: Taxa de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo, no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	121
<i>Figura 8.2: Taxa de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	122
<i>Figura 8.3: Taxa de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo, no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	123
<i>Figura 8.4: Taxa de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	123
<i>Figura 8.5: Taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2016/2017 – 2018/2019 (%)</i>	124
<i>Figura 8.6: Taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo por UO, 2016/2017– 2018/2019 (%)</i>	125
<i>Figura 8.7: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - científico humanístico no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2016/2017 – 2018/2019 (%)</i>	125
<i>Figura 8.8: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2016/2017 – 2018/2019 (%)</i>	126
<i>Figura 8.9: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - cursos profissionais no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	127
<i>Figura 8.10: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - cursos profissionais por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	127
<i>Figura 8.11: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino básico, por UO</i>	128
<i>Figura 8.12: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 9º ano de escolaridade, por UO</i>	129
<i>Figura 8.13: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino secundário, por UO</i>	129
<i>Figura 8.14: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 12º ano de escolaridade, por UO</i>	130
<i>Figura 8.15: Média de classificações internas finais do 9º ano no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018</i>	131
<i>Figura 8.16: Média de classificações internas finais do 9º ano por unidade orgânica, 2015/2016 – 2017/2018</i>	131
<i>Figura 8.17: Média de classificações externas do 9º ano no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018</i>	132
<i>Figura 8.18: Média de classificações externas do 9º ano por UO, 2015/2016 – 2017/2018</i>	133
<i>Figura 8.19: Índice de classificações externas do 9º ano no concelho de Oeiras e na AML (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	133
<i>Figura 8.20: Índice de classificações externas do 9º ano por UO (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	134
<i>Figura 8.21: Evolução da diferença rácio CIF - rácio CE do 9º ano do concelho de Oeiras, da AML e por UO face à diferença rácio CIF – rácio CE nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	135
<i>Figura 8.22: Média de classificações internas finais do ensino secundário no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018</i>	136
<i>Figura 8.23: Média de classificações internas finais do ensino secundário por UO, 2015/2016 – 2017/2018</i>	137
<i>Figura 8.24: Média de classificações externas do ensino secundário no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018</i>	137
<i>Figura 8.25: Média de classificações externas do ensino secundário por UO, 2015/2016 – 2017/2018</i>	138
<i>Figura 8.26: Índice de classificações externas do ensino secundário no concelho de Oeiras e na AML (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	139
<i>Figura 8.27: Índice de classificações externas do ensino secundário por UO (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	140
<i>Figura 8.28: Evolução da diferença rácio CIF - rácio CE do ensino secundário do concelho de Oeiras, da AML e por UO face à diferença rácio CIF – rácio CE nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)</i>	141

<i>Figura 8.29: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino básico, por UO.....</i>	<i>142</i>
<i>Figura 8.30: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 9º ano de escolaridade, por UO</i>	<i>142</i>
<i>Figura 8.31: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino secundário, por UO</i>	<i>143</i>
<i>Figura 8.32: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 12º ano de escolaridade, por UO</i>	<i>143</i>
<i>Figura 8.33: Taxa de transição no 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>144</i>
<i>Figura 8.34: Taxa de transição no 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>145</i>
<i>Figura 8.35: Taxa de transição de ano no 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019.....</i>	<i>146</i>
<i>Figura 8.36: Taxa de transição de ano no ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2017/2018 – 2018/2019</i>	<i>147</i>
<i>Figura 8.37: Taxa de transição no ensino secundário - profissional por UO, 2017/2018 – 2018/2019.....</i>	<i>147</i>
<i>Figura 8.38: Taxa de retenção do 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>148</i>
<i>Figura 8.39: Taxa de retenção do 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>148</i>
<i>Figura 8.40: Taxa de retenção do 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>149</i>
<i>Figura 8.41: Taxa de retenção ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)</i>	<i>150</i>
<i>Figura 8.42: Taxa de retenção ensino secundário - cursos profissionais por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%).....</i>	<i>150</i>

Introdução

O Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras é o segundo documento que integra o conjunto de volumes que constituem a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras, e encerra a primeira fase da sua elaboração, do diagnóstico. No Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho de Oeiras procura-se caracterizar o concelho quanto à sua história, território, características demográficas e socioeconómicas, neste volume o foco aproxima-se sobre os vários aspetos relacionados com a educação no concelho.

O Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras inicia com uma primeira secção em que se apresenta o enquadramento sobre o sistema educativo Português, sua organização e estrutura, não apenas para conhecimento, mas também como orientação de leitura e interpretação dos capítulos seguintes. Quanto às decisões metodológicas, mantem-se a opção de utilizar uma estratégia multimétodo, recorrendo às mesmas fontes e técnicas de recolha e de análise de informação expostas no enquadramento teórico-metodológico incluído no Volume I.

Divide-se depois em quatro capítulos distintos. No Capítulo 5: Redes, atores e instituições de ensino, explora-se a rede escolar sistematizando todos os estabelecimentos escolares que existem no concelho pertencentes às redes privada, solidária e pública, as respetivas valências e a forma como estão organizados. A análise inclui desde a creche e jardim-de-infância até ao ensino superior.

O Capítulo 6: Oferta educativa e formativa, apresenta todas as opções escolares que as escolas privadas, da rede social e públicas oferecem aos alunos, igualmente desde a creche ao ensino superior, e incluindo a aferição da oferta concelhia nas várias vias de ensino previstas no sistema educativo português. Neste capítulo, procura-se ainda confrontar as ofertas educativas e formativas do concelho com a estratégia de desenvolvimento estratégico que serve de enquadramento político para a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras.

A partir do Capítulo 7: Caracterização da população escolar, a análise foca-se nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que integram a rede pública do concelho de Oeiras, com a caracterização das populações discente, docente e de todos os outros funcionários das escolas públicas.

No Capítulo 8: Desempenho escolar analisam-se não apenas os resultados escolares – classificações internas e externas das unidades orgânicas do concelho – mas outros indicadores de sucesso como os percursos diretos de sucesso, as taxas de retenção, registos de mobilidade, entre outros.

Enquadramento

A. Caracterização da estrutura do sistema educativo Português

A caracterização da estrutura do sistema de ensino português inicia, obrigatoriamente, com referência à Lei de Bases do Sistema Educativo nacional (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) que consagra o direito à educação e à cultura de todos os portugueses no território nacional. Este diploma determina a organização geral do sistema educativo em educação pré-escolar, escolar e extraescolar, e quais as respetivas estruturas de apoio e complementos educativos, recursos humanos e materiais, que permitem concretizar os direitos que preconiza; assim como demarca formas de administração e de desenvolvimento e avaliação do sistema educativo.

Alguns dos tópicos têm sido reformulados desde então, mas mantém-se como o diploma que preconiza algumas das principais características inalienáveis do atual sistema educativo português que possibilita, em particular, a conclusão da escolaridade obrigatória. Em termos objetivos, delimita que: (1) o acesso universal e gratuito a todos os níveis de ensino que compõe a escolaridade obrigatória; (2) as ofertas educativas podem ser responsabilidade tanto de estruturas públicas, como de cooperativas ou privadas; (3) a intervenção e gestão diretas no sistema educativo, se encontram a cargo de uma rede alargada de atores: como o Ministério da Educação e Ciência e de todas as suas estruturas centrais e regionais; as autarquias; os estabelecimentos de educação e ensino públicos, privados e cooperativos, incluindo as instituições particulares de solidariedade social; os centros de formação de professores; as associações profissionais e sindicais; as associações de pais e encarregados de educação e as associações de alunos; prevendo-se, ainda, para alguns casos, a intervenção dos Ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, e da Saúde; (4) o sistema educativo deve prestar respostas a todas as crianças e jovens em idade escolar, a todos os adultos, crianças e jovens com necessidades educativas especiais, não interessando a sua pertença social, étnica, cultural ou religiosa, adequadas à realidade social de forma a corrigir assimetrias de desenvolvimento regional e local; garantir a escolaridade de todos os que ficaram excluídos e daqueles que procuram adquirir novas competências profissionais, bem como, garantir a igualdade de oportunidades de todos indivíduos, pautando-se por princípios equitativos no seu funcionamento.

Atualmente, o sistema educativo nacional compreende: (1) Um período obrigatório, universal e gratuito, de 12 anos de escolaridade, referente aos ensinos básico (9 anos escolares) e secundário (3 anos escolares), e nos quais se encontram integradas diferentes modalidades e ofertas educativas (a oferta regular; as componentes técnicas e artísticas; as ofertas profissionais; a componente de educação de adultos; e as ofertas alternativas que permitem a conclusão da escolaridade obrigatória); e, (2) um período formativo não obrigatório, em que são incluídas a etapa inicial educativa do pré-escolar - 3 anos escolares, e a consagração da universalidade da educação pré-escolar, para as crianças a partir dos 5 anos de idade - e os ensinos pós-secundário e superior. A figura 1 esquematiza e apoia na visualização.

Figura 1: Representação do Sistema Educativo Português

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
Escolaridade Obrigatória																			Ens. Pós-Sec.								
Creche	Educação Pré-escolar	Ensino Básico									Ensino Secundário			Ensino Superior (universitário e politécnico)													
		1º Ciclo				2º Ciclo		3º Ciclo																			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12														

Fonte: Cies, ISCTE.

B: Escolaridade Obrigatória

A escolaridade obrigatória tem a duração de 12 anos desde a publicação da Lei nº 85/2009, de 27 de agosto de 2009, destina-se a todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos de idade, e divide-se em ensino básico e ensino secundário.

A educação básica tem a duração de 9 anos de escolaridade, encontrando-se dividida em 3 ciclos de ensino subsequentes. O 1º ciclo do ensino básico tem a duração de 4 anos e, na maioria dos casos, é iniciado aos 6 anos de idade. Os alunos prosseguem, depois, para o 2º ciclo do ensino básico, composto por 2 anos escolares, na maioria dos casos apresentando 10 anos de idade. Ingressam, seguidamente, aos 12 anos de idade no 3º e último ciclo, composto por 3 anos escolares. Estes três ciclos de escolaridade correspondem, ainda, em termos de comparação internacional, ao “ensino primário inferior” (lower primary) no caso do 1º ciclo; ao “ensino primário superior” (upper primary) no 2º ciclo; e ao “ensino secundário inferior” (lower secondary CITE 2) no que respeita ao 3º ciclo.

O ensino secundário corresponde aos 10º, 11º e 12º anos, sendo normalmente iniciado aos 15 anos de idade e concluído aos 17 anos de idade. O prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, determina a sua conclusão não apenas com o final do 12º ano, como ainda, no momento em que o aluno completa os 18 anos de idade, a idade em que um indivíduo é considerado um adulto legalmente no contexto nacional, independentemente da etapa em que se encontra no ensino obrigatório.

A etapa final da escolaridade obrigatória confere a atribuição de diploma, certificando a formação adquirida regular, ou nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de atividades profissionais (via profissional) (LBSE, nº 5, art. 10º). Em qualquer dos casos, os alunos podem prosseguir para o ensino pós-secundário e, ou o ensino superior, apesar de a via regular estar mais orientada para o acesso ao ensino superior, e as vias profissionalizantes favorecerem o ingresso no mercado de trabalho. Em regime de comparação internacional, o ensino secundário nacional corresponde ao nível “secundário superior” (upper secondary, CITE 3).

B1: Oferta Educativa e Formativa

Ao nível do Ensino Básico, são identificados o ensino com carácter geral e os cursos de ensino artístico especializado e, ainda, consubstanciadas outras modalidades socioeducativas e orientadas para a promoção do sucesso escolar, uma oferta alternativa prevista nos 2º e 3º ciclos do ensino básico: os Cursos de Educação e Formação (CEF), os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e o

Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), esta última, uma medida de carácter excepcional e temporária a ser utilizada apenas após esgotadas todas as medidas de integração escolar prévias.

No que respeita ao 1º ciclo de ensino básico, interessa destacar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Estas atividades são facultativas, de acesso universal e gratuito, traduzindo uma oferta predominantemente lúdica, formativa e sociocultural, pelo que incidem nos domínios do ensino de língua estrangeira (em particular o Inglês, interessando esclarecer que esta componente foi tornada obrigatória nos 3º e 4º anos do 1º ciclo, por decisão do Ministério de Educação), desportivo, artístico, científico, comunicação, audiovisual e tecnológico, promovendo a ligação da escola com a comunidade e do aluno com o mundo no geral. Ainda para o 1º ciclo teve início o Projeto Ensino Bilingue Precoce, uma colaboração entre a Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência e o British Council Portugal, que visa lecionar, desde o início da escolaridade obrigatória, o currículo no deste ciclo, através das línguas portuguesa e inglesa.

Ao nível do Ensino Secundário, é identificada uma oferta diversificada de cursos, alguns dos quais mais orientados para prosseguimento de estudos e para o ingresso no ensino superior, outros mais adaptados à inserção qualificada no mercado de trabalho. Os cursos científico-humanísticos, de ensino artístico especializado e tecnológicos, estão, por isso, mais orientados para o prosseguimento de estudos, enquanto os cursos profissionais, de aprendizagem e os cursos CEF mais direcionados para a inserção ativa no mercado de trabalho.

Assim, os cursos científico-humanístico são compostos por quatro opções: (1) ciências e tecnologias, (2) de ciências socioeconómicas, (3) de línguas e humanidades e (4) de artes visuais. A conclusão de qualquer uma destas áreas confere um diploma de ensino secundário e o nível 3 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

O ensino artístico especializado é iniciado nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, sendo também oferecido ao nível do ensino secundário. Regra geral, preparam todos aqueles que queiram ver desenvolvidas as aptidões e conhecimentos artísticos nas áreas da música, canto gregoriano e dança (no secundário incluindo ainda a valência de canto). Podem funcionar em regime integrado (num único estabelecimento de ensino), ou em regime articulado (em dois estabelecimentos de ensino). A conclusão no ensino básico, confere uma certificação escolar ao nível do 9º ano e certificação profissional de nível 2, de acordo com o QNQ. Considerando o nível do secundário, garantem o acesso ao ensino superior, mas permitem, em igual medida, o exercício de uma profissão numa dada área artística.

Apenas respeitante ao ensino secundário, os cursos tecnológicos são uma oferta profissional e qualificante, orientada tanto para a inserção no mercado de trabalho, como para o prosseguimento de estudos de nível superior. A conclusão destes cursos permite o acesso a um diploma de ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3.

Na mesma medida, os cursos profissionais proporcionam uma formação muito diversificada, orientado os alunos para o exercício de cerca de 250 profissões integradas no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Para além de uma componente de formação técnica, têm também uma forte formação com carácter geral, de modo a favorecer, quando desejado, o prosseguimento de estudos.

O modelo destes cursos está enquadrado na oferta das Escolas Profissionais, pelo que o alargamento destas valências para as escolas públicas aconteceu em 2003, com a reforma do ensino secundário. A conclusão deste tipo de cursos possibilita uma certificação escolar e o nível 4 de qualificação do QNQ.

Os cursos do sistema de aprendizagem, também oferecidos ao nível do ensino secundário, têm como principais destinatários jovens com menos de 25 anos de idade, certificados com o 9º ano de escolaridade, mas sem a escolaridade obrigatória concluída. Oferecem uma formação profissional de tipo inicial, que combina uma componente prática em contexto de trabalho, com uma formação de foro mais teórico e escolar. Conferem certificação escolar e profissional (nível 4 de qualificação do QNQ) e permitem o ingresso no ensino superior. Estes cursos são ministrados nos Centros do IEFP ou nos Centros Protocolares sob tutela do sistema de formação profissional.

No contexto nacional, há ainda a possibilidade de opção pelo ensino individual, ministrado por um professor habilitado a apenas um aluno, fora do contexto escolar, e ensino doméstico, ministrado na residência do aluno por um familiar ou coabitante, ambos regulamentados pela Portaria n.º 69/2019, de 26 de fevereiro, e que se aplica a alunos que queiram frequentar o ensino básico geral e/ou os cursos científico-humanísticos do ensino secundário através desta modalidade. Nas duas opções, os alunos estão sujeitos à avaliação e certificação de aprendizagens, a matrícula deve ser feita através de um estabelecimento escolar das redes pública, privada ou cooperativa mediante entrevista ao aluno e ao seu responsável educativo e apresentação de um projeto educativo do aluno que promova o desenvolvimento do currículo em consonância com os princípios, visão, valores e áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho).

B2: Promoção do sucesso escolar, da aprendizagem ao longo da vida e vias alternativas para a conclusão do ensino obrigatório

A diversificação da oferta educativa visa, sobretudo, responder a princípios democráticos, quando cria oportunidades e ofertas para todos, prevenindo, assim, situações de insucesso escolar, de exclusão social e de abandono escolar precoce. Os cursos tecnológicos e as vias profissionalizantes, constituem, por isso, bons exemplos, particularmente considerando os últimos, uma vez que oferecem uma formação de elevada qualidade, possibilitando um bom enquadramento profissional nas mais diversas áreas do tecido industrial, empresarial, no sector dos serviços, entre outros.

No entanto, no quadro legal do sistema educativo nacional estão também previstas diferentes modalidades e vias para a conclusão da escolaridade obrigatória (ou da escolaridade mínima). Estão orientadas para os casos de jovens que se encontram em iminente risco de abandono escolar, e/ou de insucesso escolar continuado; em situação, ou em risco, de exclusão social; sem certificação escolar e/ou sem certificação profissional; ou ainda, de adultos que, tendo abandonado precocemente o sistema de ensino e a educação formal, pretendam agora obter e ou concluir, a qualificação e certificação escolar. São exemplos desta formação alternativa, os cursos CEF, os PCA, os PIEF e a educação de adultos (que integra diferentes modalidades).

Os cursos CEF, que integram as ofertas do ensino básico e secundário, têm vindo a ser progressivamente reativados a partir de 2017, uma vez que o atual executivo do Ministério de Educação decretou a extinção dos Cursos Vocacionais. Constituem, por isso, uma via alternativa ao ensino regular, destinando-se, no caso do ensino básico, a jovens a partir dos 15 anos de idade com a escolaridade obrigatória por completar ou, quando concluída, sem certificação profissional; e no caso do ensino secundário, a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos, em risco de abandono escolar, ou em situação declarada de abandono escolar da via regular de ensino. Estes cursos apresentam uma grande diversidade de áreas de formação e dividem-se em vários tipos, respondendo à pluralidade de situações, à qualificação e as condições de ingresso dos destinatários. Já no caso dos PCA, funcionam apenas ao nível do ensino básico e destinam-se a jovens que até aos 18 anos de idade se enquadrem numa das seguintes situações: insucesso escolar repetido; em risco de marginalização e de exclusão social; em risco de abandono escolar e, ou, com condicionantes na aprendizagem (forte desmotivação, absentismo, baixa autoestima e falta de expectativas) e, ainda, considerando os casos de alunos com deficiências ou incapacidades de carácter permanente para os quais esta medida responda devidamente. Os PCA visam, sobretudo, a conclusão do 2º e/ou do 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico e combater a exclusão, apresentando uma planificação focalizada em componentes mais artísticas, vocacionais, pré-profissionais ou profissionais, ou noutras competências a desenvolver em função das condições e potencialidades dos alunos.

O PIEF é uma medida socioeducativa implementada depois de esgotadas todas as outras medidas que visam a integração escolar. Pretende, por isso, favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma certificação de 2º ou 3º ciclo. Destina-se aos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos e que se encontrem numa das seguintes situações: com desfasamento etário igual ou superior a 3 anos face ao nível de ensino frequentado, tendo em conta a iniciação da escolaridade aos 6 anos de idade; em situação de risco e/ou perigo, conforme previsto no Artigo 2.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na sua redação atual; envolvidos em processos de promoção e proteção, tutelares educativos ou processos penais; que revelam insucesso escolar grave; e que se encontrem em risco de marginalização, exclusão social e abandono escolar.

No âmbito da missão de prevenir situações de insucesso escolar, de exclusão social e de abandono escolar precoce, devem também ser referidas as opções de Ensino à Distância e do Ensino para a Itinerância. A primeiro, uma modalidade de ensino que se destina, sobretudo, a ser uma alternativa para os alunos impossibilitados de frequentar de forma presencial um estabelecimento escolar e que se baseia na total integração de tecnologias de informação e comunicação, ou TIC, nos processos de ensino e aprendizagem.

O Ensino para a Itinerância é uma alternativa criada para os alunos cuja vida familiar obriga a viajar, não tendo residência permanente/prolongada no mesmo lugar, que passe por integrá-los em várias escolas no mesmo ano letivo ou ao longo do seu percurso escolar, havendo uma base de dados de alunos filhos de profissionais itinerantes (Circular n.º 1/2006, de 2 de janeiro, da então Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular).

Note-se também que no caso de menores de 18 anos, estão previstos alguns regimes excepcionais para a frequência de algumas modalidades de educação para adultos, expostas no ponto seguinte, quando devidamente justificados e enquadrados nos perfis dos alunos.

B3: Educação para adultos

Desde 2017 que o Programa Qualifica concentra os meios e os recursos principais para a qualificação e formação de adultos em Portugal, recuperando, assim, parte da filosofia do programa das Novas Oportunidades (entretanto extinto em 2011). De forma resumida, trata-se de um programa que visa melhorar os níveis de educação e formação dos adultos, uma vez que os níveis de qualificação desta população se mantêm baixos face aos níveis europeus no contexto nacional.

De uma forma geral, a educação de adultos (EA) consubstancia-se em formações que orientam certificação para os níveis de ensino básico e secundário, e são oferecidas em estabelecimentos de ensino públicos e privados, em centros de formação profissional do IEFP, nos Centros Qualifica, ou em instituições protocoladas (empresas, juntas de freguesia, associações de desenvolvimento, etc.) Regra geral, a população destinatária tem 18 ou mais anos de idade, escolaridade inferior ao nível secundário, ou apenas vontade em ver melhoradas as competências nas suas áreas profissionais. Estas modalidades dividem-se em: Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC); Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); programas de Formação em Competências Básicas (FCB); Formações Modulares Certificadas; vias de conclusão do nível secundário de educação; cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL); e Cursos de Especialização Tecnológica (embora estes últimos, respeitantes a formação pós-secundária.)

O Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) visa aumentar os níveis de qualificação dos adultos através da valorização de competências adquiridas ao longo da vida e em diversos contextos, proporcionando uma nova oportunidade de formação a adultos com escolaridade incompleta, ou em situação de abandono da educação e ensino formal. As competências são validadas de acordo com os referenciais de competências-chave de nível básico e de nível secundário. Estes processos podem ainda assumir um cariz profissional, mediante a revelação de competências-chave para tal.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) pretendem não só a progressão na certificação escolar e profissional, como ainda melhorar as condições de empregabilidade. Funcionam mediante a conclusão dos vários módulos necessários à aquisição dos créditos correspondentes ao nível de escolaridade pretendido. Podem conferir certificado profissional e/ou escolar. A certificação escolar num Curso EFA de nível básico (B) permite o prosseguimento de estudos para um Curso EFA de nível secundário (S) ou para um processo de RVCC, com vista à obtenção de uma qualificação e certificação de nível secundário. A certificação num Curso EFA de nível secundário permite o prosseguimento de estudos para um curso de nível superior, mediante o cumprimento dos regulamentos fixados pela tutela do acesso ao ensino superior.

O programa de formação em competências básicas tem por principal objetivo a aquisição das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação necessárias à integração nos cursos EFA, ou nos processos de RVCC de nível básico. Este programa

tem como principais destinatários adultos que não frequentaram ou não concluíram o 4º ano de escolaridade, ou que não possuem aquelas competências; funcionam nos centros de formação do IEFP.

As Formações Modulares Certificadas têm o principal propósito de atualizar os conhecimentos teóricos e práticos, bem como melhorar os níveis escolares e profissionais. A conclusão de uma formação modular confere uma certificação qualificante, que enquadrada no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Estas formações podem também ser frequentadas por menores de 18 anos integrados no mercado de trabalho, ou em centros educativos tutelados pelo Ministério da Justiça.

As vias de conclusão do nível secundário de educação são fundamentalmente de dois tipos: uma via escolar que prevê a conclusão e certificação através da realização de exames, considerando as atuais disciplinas dos cursos científico-humanísticos e cursos profissionais; uma segunda via, concretizada através da frequência em módulos de formação alinhados com os Referenciais de Formação inscritos no CNQ. A conclusão e certificação por esta via, concretizam-se através do aproveitamento obtido nas unidades de competência (UC) e/ou nas unidades de formação de curta duração (UFCD) da formação tecnológica.

Os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) estão destinados à população estrangeira com mais de 18 anos, certificada (no país de origem) ou alfabetizada, e com título válido de residência e/ou permanência em Portugal, ou em situação de obtenção, renovação ou prorrogação desse título. Têm como principal objetivo, por um lado, o acompanhamento dos processos jurídicos para a aquisição da nacionalidade portuguesa, para a concessão da autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração, os quais preveem o requisito de conhecimento da língua portuguesa; e, por outro lado, a promoção da língua portuguesa, visando melhorar a capacidade de expressão e compreensão da língua destas populações. Existem dois níveis de PFOL, A1, A2 (nível inicial) e B1, B2 (continuação). Esta oferta está a cargo dos estabelecimentos de ensino da rede pública e dos centros de emprego e formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

C: Educação não compulsiva e/ou opcional

Como parte da educação não compulsiva e/ou opcional, o sistema educativo português inclui ainda o pré-escolar e o ensino superior.

C.1: Educação Pré-escolar

A entrada na educação pré-escolar corresponde à primeira etapa do sistema educativo nacional e enquadra a primeira fase do processo de aprendizagem ao longo da vida, e é destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Deve ser um complemento à ação educativa das famílias para, através de uma colaboração próxima, promover a formação e desenvolvimento das crianças para a sua inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário, tal como inscrito na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro).

A rede de oferta do pré-escolar é bastante alargada, sendo composta por instituições integradas na rede de escolas públicas e em outras entidades, coletivas ou individuais, particulares e/ou privadas

(associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social).

Apesar de facultativa, o enquadramento legal prevê a universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos 5 anos de idade. Esperava-se que até 2019 a universalidade fosse alongada para os 3 anos de idade, porém, mantém-se atualmente nos 5 anos (incluindo para o ano letivo 2020-2021).

C.2: Pós-Secundário e Ensino Superior

Uma vez obtida certificação no ensino secundário, ou apresentadas as certificações e equivalências necessárias os jovens ou os adultos podem prosseguir nos estudos, ingressando tanto em cursos pós-secundários, como em cursos superiores, uma vez cumpridas as regras e condições de acesso definidas pela tutela e pelas instituições do ensino superior. Entre essas regras inclui-se, por exemplo, a definição das modalidades/vias de acesso, como o regime especial de acesso Maiores de 23 anos de idade.

O ensino pós-secundário não superior é ministrado em estabelecimentos de ensino superior (instituições politécnicas e instituições superiores, públicas, privadas ou cooperativas) e não superior (centros de formação profissional enquadrados na rede coordenada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IEFP, escolas tecnológicas e outras instituições de formação acreditadas pelo Ministério da Economia) compreendendo, essencialmente, a oferta de cursos de especialização tecnológica (CET). Estes cursos oferecem uma formação tecnológica que tem a duração aproximada de 2 anos e destinam-se a jovens com idades compreendidas entre os 18/19 anos de idade e os 23 anos de idade, concedendo uma qualificação de níveis 4 e 5, de acordo com o QNQ.

O sistema de ensino superior inclui, essencialmente, dois sectores: o universitário e o politécnico. Atualmente, o ensino superior encontra-se dividido por ciclos: o 1º ciclo tem a duração de 3 anos e confere o grau de licenciatura; o 2º ciclo diz respeito à obtenção do grau de mestrado, com a duração de 2 anos; e o 3º ciclo, com a duração mínima de 4 anos, confere o grau de Doutoramento (apenas conferido nos institutos universitários). Para o exercício de algumas atividades profissionais, em alguns casos por exigência de entidades reguladores (Ordens profissionais), há cursos que têm a licenciatura e o mestrado integrados (por exemplo, no caso das engenharias, da psicologia, da medicina, entre outros).

Capítulo 5 - Redes, atores e instituições de ensino

Neste capítulo identificam-se as instituições de ensino localizadas no concelho de Oeiras desde a oferta de creches até ao ensino superior, e as redes privada, solidária e pública expondo os respetivos estabelecimentos, número de alunos; termina-se com uma análise das infraestruturas e equipamentos disponíveis nas escolas da rede pública.

5.1: Ensino Superior

No concelho de Oeiras encontram-se quatro estabelecimentos de ensino superior distribuídos pelas várias freguesias ou uniões de freguesia, incluindo nas que se localizam na parte interior do concelho, Porto Salvo e Barcarena. Nas uniões de freguesia do litoral, União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (UFOSJPAC) e União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo (UFALVCQD), encontram-se a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique e a Faculdade de Motricidade Humana, respetivamente, instituições que, pelo desenho do território concelhio, acabam por estar próximas da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas (UFCQ).

Tabela 5.1: Estabelecimentos de Ensino Superior

Instituições	Rede	Freguesias
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Pública	UFOSJPAC
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa	Pública	UFALVCQD
Instituto Superior Técnico - Campus Tagus Park	Pública	Porto Salvo
Universidade Atlântica	Privada	Barcarena

Fonte: CMO.

De acordo com dados da DGEEC, no ano letivo de 2018/2019, estavam inscritos no Ensino Superior 5.234 alunos residentes no concelho de Oeiras, mais 3.508 alunos do que em 1990, correspondendo a aproximadamente 4% do total de alunos da AML matriculados neste ciclo de estudos no ano letivo em evidência.

O ensino superior representa uma importante aposta do concelho, sendo um sector enquadrado nos objetivos do projeto Oeiras Valley, onde é declarado que o concelho de Oeiras é a escolha para a localização de “de algumas das principais instituições de I&D e instituições de ensino superior de Portugal” (Oeiras Valley, p.10) e em que se pretende “criar condições para tornar Oeiras no maior viveiro de inovação, criatividade e tecnologia em Portugal” (Oeiras Valley, p.3).

Estes estabelecimentos integram assim uma importante rede que compreende ainda um conjunto de outras instituições dedicadas à Investigação e Desenvolvimento (I&D), como o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, o Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier, o Instituto Gulbenkian de Ciência e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

5.2: Redes escolares privada lucrativa e solidária

As redes escolares privadas lucrativa e solidária assumem uma grande importância ao nível dos estabelecimentos escolares para a primeira infância, nomeadamente creches e pré-escolar. Apesar de apresentarem menor peso a partir do 1º ciclo de escolaridade do ensino básico em relação às escolas da rede pública, nomeadamente em termos de número de alunos, as escolas privadas lucrativas, da rede social e profissionais, também ocupam o seu espaço até ao ensino secundário. É de se notar que o universo das instituições privadas das redes privadas lucrativa e solidária tem uma natureza muito dinâmica, pelo que os dados aqui apresentados devem ser vistos como uma aproximação (à realidade). A informação compilada foi sobretudo retirada da Carta Social do concelho (2019).

5.2.1: Rede privada lucrativa e de escolas/institutos profissionais

A rede privada lucrativa no concelho de Oeiras é constituída por 55 equipamentos com oferta de educação de infância e educação pré-escolar, e 20 instituições que asseguram oferta nos ensinos básico e ensino secundário (13 acumulando com Jardim-de-Infância).

De acordo com dados da DGEEC, e considerando o ano letivo de 2018/2019, 6.240 alunos encontravam-se matriculados nos ensinos básico e secundário dentro da rede lucrativa, correspondendo a cerca de 31% do total dos alunos do concelho inscritos nos mesmos ciclos de ensino. Apenas no caso do pré-escolar o número de alunos matriculados na rede privada lucrativa (3.205 alunos) ultrapassava consideravelmente aquele que era contabilizado no subsistema público (1.387 alunos).

Os próximos quadros apresentam uma caracterização da rede privada (sem ainda incluir a rede solidária) no concelho de Oeiras, identificando equipamentos, oferta, freguesias e número de alunos. No caso das creches e pré-escolar, os dados são provenientes da Carta Social (2019) e da CMO; para uma análise aos restantes ciclos mobilizaram-se dados da DGEEC (2018/2019) e da CMO.

Tabela 5.2: Número de estabelecimentos com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada lucrativa, 2019/2020

Nível	Número de estabelecimentos	Número de alunos
Creche	13	283
Pré-escolar	20	655
Creche e Pré-escolar	22	1512
Total	55	2450

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Há uma repartição relativamente equilibrada do número de instituições privadas face à oferta de serviços para infância sendo, no entanto, mais preponderante os casos em que a oferta assegurada é completa, isto é, envolvendo tanto creche como pré-escolar. Um total de 2.450 crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos de idade, em 2019, frequentava as 55 instituições

privadas do concelho. Deste total, 994 crianças estavam inscritas em creches e 1.456 crianças, um número superior, em pré-escolar.

Tabela 5.3: Lista de estabelecimentos com oferta de serviços de infância e número de alunos por freguesia da rede privada lucrativa, 2019/2020

Estabelecimentos	Freguesia/UF	Número de alunos Creche	Número de alunos Pré-escolar
A creche da Carolina	UFALVCQD	12	x
Ana e Dias	UFALVCQD	27	x
Centro de Orientação de Tempos Livres	UFALVCQD	0	x
Centro de Orientação e Ocupação de Tempos Livres de Linda-a-Velha	UFALVCQD	x	0
Centro Infantil Curiosa Idade	UFALVCQD	45	25
Colégio B-a Baby	UFALVCQD	43	20
Colégio de Carnaxide	UFCQ	x	33
Colégio D. João de Castro	UFOSJPAC	33	x
Colégio da Fonte	Porto Salvo	x	67
Colégio da Torre	UFOSJPAC	35	89
Colégio de Educação Pré-Escolar Giope	UFOSJPAC	0	0
Colégio Flor da Linha	UFOSJPAC	35	53
Colégio Grow up	UFOSJPAC	35	25
Colégio Monte Flor	UFCQ	39	x
Colégio Os Bobocas	Barcarena	20	25
Colégio Os Filhotes	Porto Salvo	15	x
Colégio Os Gordinhos	Barcarena	x	0
Colégio Santiago	UFCQ	33	45
Colégio São Francisco de Assis	Porto Salvo	45	72
Colégio Taguspark	Porto Salvo	20	40
Creche Jardim de Infância Marcolândia	UFALVCQD	31	25
Creche o Pingucas	UFALVCQD	39	x
Escolinha da Kika	UFALVCQD	32	x
Externato A Minha Escola	UFOSJPAC	46	98
Externato A Palmeirinha	UFOSJPAC	64	47
Externato Alfa Beta	UFCQ	x	54
Externato D. Luís	UFALVCQD	x	0
Externato da Alameda	UFOSJPAC	x	0
Externato Nova Oeiras	UFOSJPAC	18	56
Externato O Balão Azul	UFOSJPAC	x	25
Externato Padre António Vieira	UFALVCQD	x	44
Externato Santa Catarina	UFALVCQD	17	72
Golfinho Saltitão	UFALVCQD	32	x
Gugulândia	UFCQ	0	x
Instituto Espanhol	UFALVCQD	x	214
Jardim de Infância Canteiro dos Sonhos	Barcarena	20	16
Jardim de Infância O Nosso Miminho	UFCQ	x	37
Jardim de Infância O Novo Recanto	UFCQ	x	0
Jardim de Infância O Recantinho	Porto Salvo	x	17
Jardim de Infância Os Afonsinhos	UFALVCQD	x	0

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Notas: i) os "0" correspondem na sua maioria a casos com informações imprecisas; ii) o "x" indica que a oferta não faz parte da instituição.

Tabela 5.4: Lista de estabelecimentos com oferta de serviços de infância e número de alunos por freguesia da rede privada lucrativa, 2019/2020 (Cont.)

Estabelecimentos	Freguesia/UF	Número de alunos Creche	Número de alunos Pré-escolar
Jardim de Infância Os Nossos Tempos Livres	UFALVCQD	x	44
Jardim de Infância Os Piratinhas	UFOSJPAC	x	0
Jardim de Infância Parkids	UFOSJPAC	48	69
Jardim Escola Monte Flor	UFCQ	x	74
Jardim Escola O Cebolinha	Barcarena	x	24
Jardim Infantil O Castelinho	UFOSJPAC	x	0
Kriabebés	UFALVCQD	80	0
Maria da Conceição da Silva Portela Marques	UFALVCQD	1	x
O Golfinho Saltitão	UFALVCQD	x	22
O Parque - Tagus Park	Porto Salvo	0	0
O Recantinho	Porto Salvo	15	x
Os Nossos Tempos Livres	UFALVCQD	27	x
Os pequenos marqueses	UFOSJPAC	61	x
Recanto Infantil Mafalda	UFOSJPAC	0	24
Refúgio dos Anjos - Creche e Jardim de Infância, LDA.	Porto Salvo	26	0
TOTAL		994	1456

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Notas: i) os “0” correspondem na sua maioria a casos com informações imprecisas; ii) o “x” indica que a oferta não faz parte da instituição.

Verifica-se ainda que existe uma maior concentração de equipamentos – sejam Externatos, Jardins de Infância, Colégios, etc. – com estas ofertas, na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e na União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo. Cerca de 73% das crianças integradas na rede privada em modalidade creche, frequentam instituições localizadas nestas freguesias. Esta proporção sendo também elevada no caso do pré-escolar, ronda os 67%. É de se notar que estes territórios são dos mais populosos do concelho, não obstante apontarem para algumas tendências de quebra no crescimento populacional e algum envelhecimento, tal como demonstrado no Capítulo 2: Caracterização demográfica e projeções demográficas, no Volume I. Em 20 equipamentos da rede lucrativa são ainda lecionados os restantes ciclos de ensino que compreendem o sistema educativo nacional.

De acordo com dados de 2018/2019 facultados pela DGEEC, o total de alunos afetos à rede lucrativa nos 1º, 2º, 3º ciclos e no ensino secundário era de 3.104 alunos.

Tabela 5.5: Estabelecimentos da rede privada lucrativa por tipologia, 2018/2019

Ciclo de Estudos	Número de estabelecimentos
1ºciclo	2
1º ciclo + Jardim-de-Infância	11
1º e 2º ciclo + Jardim-de-Infância	2
1º e 2º ciclo	1
1º, 2º e 3ºciclo	0
Jardim-de-Infância + Ensino Básico	0
Ensino Secundário	1
Ensino Secundário, 2º e 3º ciclo	1
Ensino Secundário, 3º ciclo	1
Toda oferta	1
TOTAL	20

Fonte: CMO; DGEEC, consultada em 2020.

Tabela 5.6: Lista dos estabelecimentos escolares da rede privada lucrativa, por nível/ciclo e por freguesia, 2018/2019

Instituições	Freguesias	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário
Academia São Miguel dos Arcos	Porto Salvo		x	x		
AEMAR - Instituto de Tecnologias Náuticas	UFOSJBPAC				x	x
Colégio da Fonte	Porto Salvo	x	x			
Colégio da Torre	UFOSJBPAC	x	x	x		
Colégio S. Francisco de Assis	Porto Salvo	x	x			
Externato "A Minha Escola"	UFOSJBPAC	x	x			
Externato "Alfa-Beta"	UFCQ	x	x			
Externato "Nossa Senhora das Dores"	UFOSJBPAC		x			
Externato "Nova Oeiras"	UFOSJBPAC	x	x			
Externato "Padre António Vieira"	UFALVCQD	x	x	x		
Externato A Palmeirinha	UFOSJBPAC	x	x			
Externato Santa Catarina	UFALVCQD	x	x			
Instituto Espanhol de Lisboa	UFALVCQD	x	x	x	x	x
International Sharing School TagusparK	Porto Salvo	x	x			
Jardim Escola "Monte Flor", Lda.	UFCQ	x	x			
Oeiras International School	UFOSJBPAC			x	x	x
Parkids	UFOSJBPAC	x	x			
Externato D. Luís	UFALVCQD	x	x			
Externato Dádá	UFOSJBPAC		x			
Escola Profissional Val do Rio	UFOSJBPAC					x

Fonte: CMO; DGEEC consultada em 2020.

O 1º ciclo é claramente aquele em que a resposta é mais visível, envolvendo 1.504 alunos. Também existe alguma expressão ao nível do ensino secundário, explicado em parte pelo número de alunos que frequentam as vias profissionalizantes do concelho na rede de escolas e institutos profissionais.

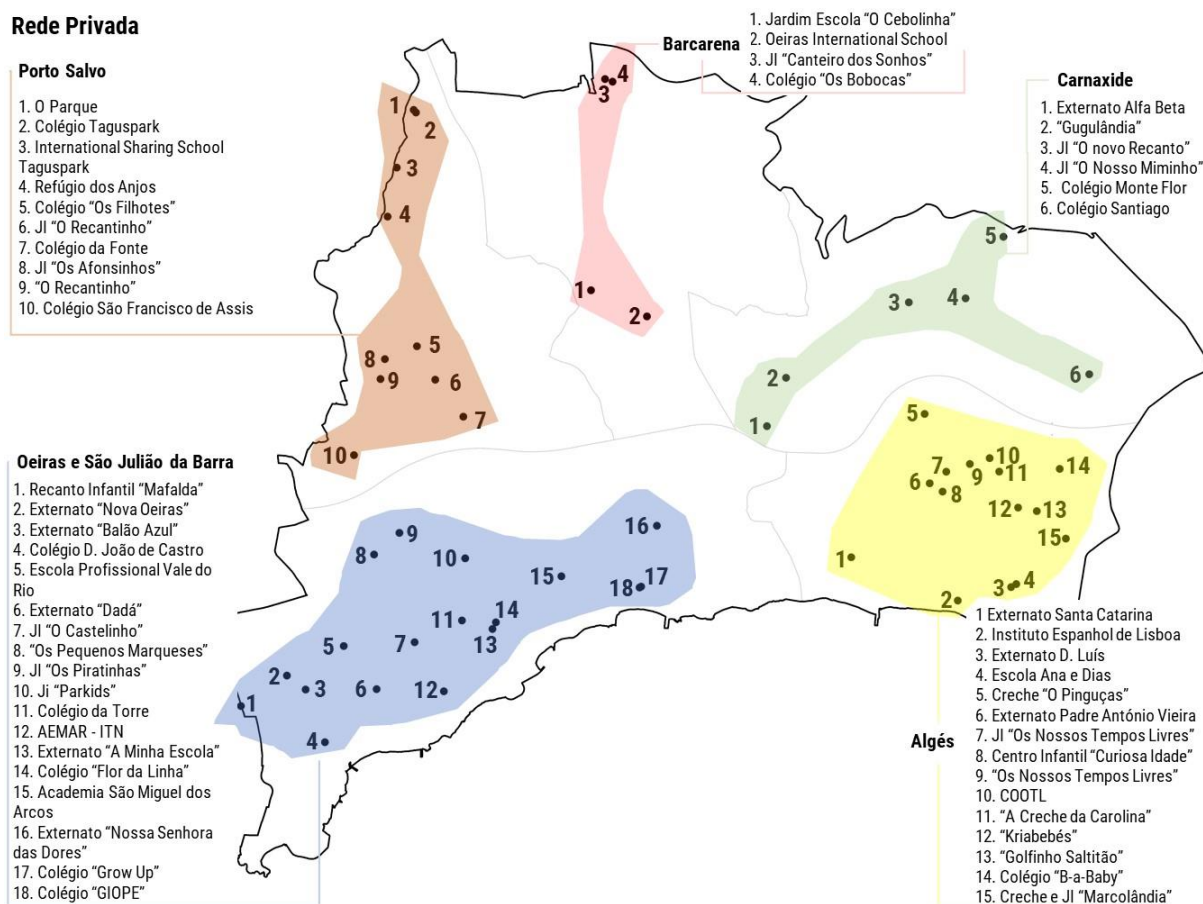
Tabela 5.7: Número de estabelecimentos por oferta e número total de alunos por ciclo de ensino da rede privada lucrativa, 2018/2019

Ciclo de Estudos	Número de estabelecimentos	Número de alunos
1º ciclo	17	1504
2º Ciclo	5	306
3º ciclo	3	448
Secundário	4	846
TOTAL	29	3014

Fonte: CMO; DGEEC, consultada em 2020.

Apesar da dispersão dos equipamentos por todas as unidades de freguesias, os dados apontam para a maior concentração destas instituições na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, que reúnem também cerca de 50% do total dos alunos afetos a estes ciclos de ensino e dentro deste subsistema (1.556 alunos).

Figura 5.1: Localização dos estabelecimentos da rede privada lucrativa



Fonte: Construção própria.

5.2.2: Rede privada solidária

A rede privada não lucrativa ou solidária é fundamentalmente promovida por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), mas também por outras instituições sem fins lucrativos.

No concelho de Oeiras são 48 as instituições com oferta nos cuidados de infância e no pré-escolar. Os quadros abaixo permitem caracterizar os equipamentos, os utentes e a cobertura por freguesia.

Tabela 5.8: Número de estabelecimentos da Rede Solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada solidária, 2019/2020

Oferta	Número de Instituições	Número de alunos
Creche	13	561
Pré-escolar	12	580
Creche e Pré-escolar	23	2445
TOTAL	48	3586

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Partindo destas 48 instituições, abaixo identificadas no quadro 5.9, verificamos que 13 têm apenas oferta de creche (561 alunos), 12 oferta de pré-escolar (580 alunos) e 23 oferecem ambas as valências (1.069 em creche e 1.376 em pré-escolar). Em termos globais, a rede IPSS no concelho de Oeiras absorve 3.586 crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos. Destas, 1.630 crianças frequentavam a creche e 1.956 o pré-escolar, verificando-se, assim, que existe uma predominância na oferta da educação pré-escolar – tal como visto com a rede privada –, o que é, por um lado, demonstrativo da necessidade de criação de respostas face a um segmento da educação que, não sendo ainda obrigatório, teve um exponencial crescimento nos últimos anos e que se aproxima de taxas de escolarização de 100% a nível nacional.

Tabela 5.9: Lista das Instituições pertencentes à rede solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede privada solidária, 2019/2020

Instituições	Freguesias	Número de alunos Creches	Número de Alunos Pré-escolar
A Praceta	UFOSJPAC	21	30
Associação para Inserção Sócio-cultural Profissional da Família	UFCQ	21	X
Caíque - Cooperativa de Apoio à Infância de Queijas	UFCQ		62
Casa da Criança Rainha Santa Isabel - Núcleo de Instrução e Beneficência de Paço de Arcos	UFOSJPAC	25	135
Casa de N ^a Senhora de Fátima - Instituto das Filhas de Caridade Canossianas	Barcarena	X	71
Casa de São Bento - Centro Comunitário Paroquial N. Sr ^a das Dores	Barcarena	X	0
Centro Social e Paroquial de N ^a Senhora do Cabo	UFALVCQD	X	31
Centro Comunitário Moinho das Rolas	Porto Salvo	40	0
Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores	UFOSJPAC	41	0
Centro de Assistência Infantil Nossa Senhora das Dores	UFOSJPAC	33	128
Centro de Infância de Tercena - Centro Social e Paroquial de Barcarena	Barcarena	64	66
Centro Infantil "O Palhaço" – SCSMO	UFALVCQD	58	50
Centro Sagrada Família - Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas	UFALVCQD	102	97

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Notas: i) o "x" indica que a oferta não faz parte da instituição.

Tabela 5.10: Lista das Instituições pertencentes à rede solidária com oferta de creche e pré-escolar, e número de alunos da rede solidária, 2019/2020 (Cont.)

Instituições	Freguesias	Número de alunos Creches	Número de Alunos Pré-escolar
CEPI - Centro de Educação e Proteção Infantil	UFOSJBPAC	X	0
Colégio Rik Rok	UFCQ	81	75
Creche do Bugio	UFOSJBPAC	32	X
Creche e ATL do Centro Comunitário do Moinho das Rolas - Centro Social e Paroquial de Porto Salvo	Porto Salvo	40	36
Creche e Jardim de Infância O Pingolé – SCMO	Porto Salvo	43	35
Creche e Jardim de Infância O Tão Balalão - SCMO	Porto Salvo	72	63
Creche e Jardim de Infância 1.º de Maio – SCMO	UFCQ	42	84
Creche e Jardim de Infância da Outurela - Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição	UFCQ	43	73
Creche e Jardim de Infância da Quinta da Politeira - Centro Social e Paroquial de Barcarena	Barcarena	25	50
Creche e Jardim de Infância de Santa Ana – SCMO	UFOSJBPAC	48	38
Creche e Jardim de Infância de São Marçal – SCMO	UFCQ	54	39
Creche e Jardim de Infância Madre Maria Clara	UFCQ	56	44
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora do Rosário de Fátima - Santa Casa da Misericórdia de Oeiras	UFOSJBPAC	X	46
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora do Acolhimento - Obra Social Madre Maria Clara	UFOSJBPAC	X	69
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora do Acolhimento - Obra Social Madre Maria Clara	UFOSJBPAC	X	69
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora da Rocha – SCMO	UFCQ	X	50
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora do Rosário de Fátima – SCMO	UFOSJBPAC	37	X
Creche e Jardim de Infância Nª Senhora da Rocha – SCMO	UFCQ	57	X
Creche “O Pioneiro” – SCMO	Barcarena	X	X
Creche Rainha D. Leonor – SCMO	Porto Salvo	54	X
Creche Santa Madalena Canossa	Barcarena	42	X
Escola do Arco	UFOSJBPAC	68	X
Escola do Arco - Associação Ajuda de Mãe	UFOSJBPAC	X	58
Grãos de Gente - Creche e Jardim de Infância do Campus da Quinta do Marquês	UFOSJBPAC	51	63
Infantário O Pombal - Centro Social e Paroquial de Oeiras	UFOSJBPAC	42	0
Infantário de Santo Amaro - Centro Social e Paroquial de Oeiras	UFOSJBPAC	X	92
Infantário Popular - Associação Popular de Paço de Arcos	UFOSJBPAC	41	64
Instituto Condessa de Cuba	Porto Salvo	44	30
Jardim de Infância O Bambi – SCMO	UFALVCQD	X	56
Jardim de Infância e ATL O Novo Pinóquio	UFALVCQD	17	88
Jardim de Infância Nossa Senhora - Conferência Feminina de Nossa Senhora das Graças	UFALVCQD	48	48
Ninho da Cegonha	UFCQ	62	X
O Chorão – SCMO	Porto Salvo	61	40
O Pioneiro	UFALVCQD	29	X
Obra Social Madre Maria Clara - Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	UFCQ	36	X
Traquinas - SCMO	UFCQ	X	45
TOTAL		1.630	1.956

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Notas: i) o “x” indica que a oferta não faz parte da instituição.

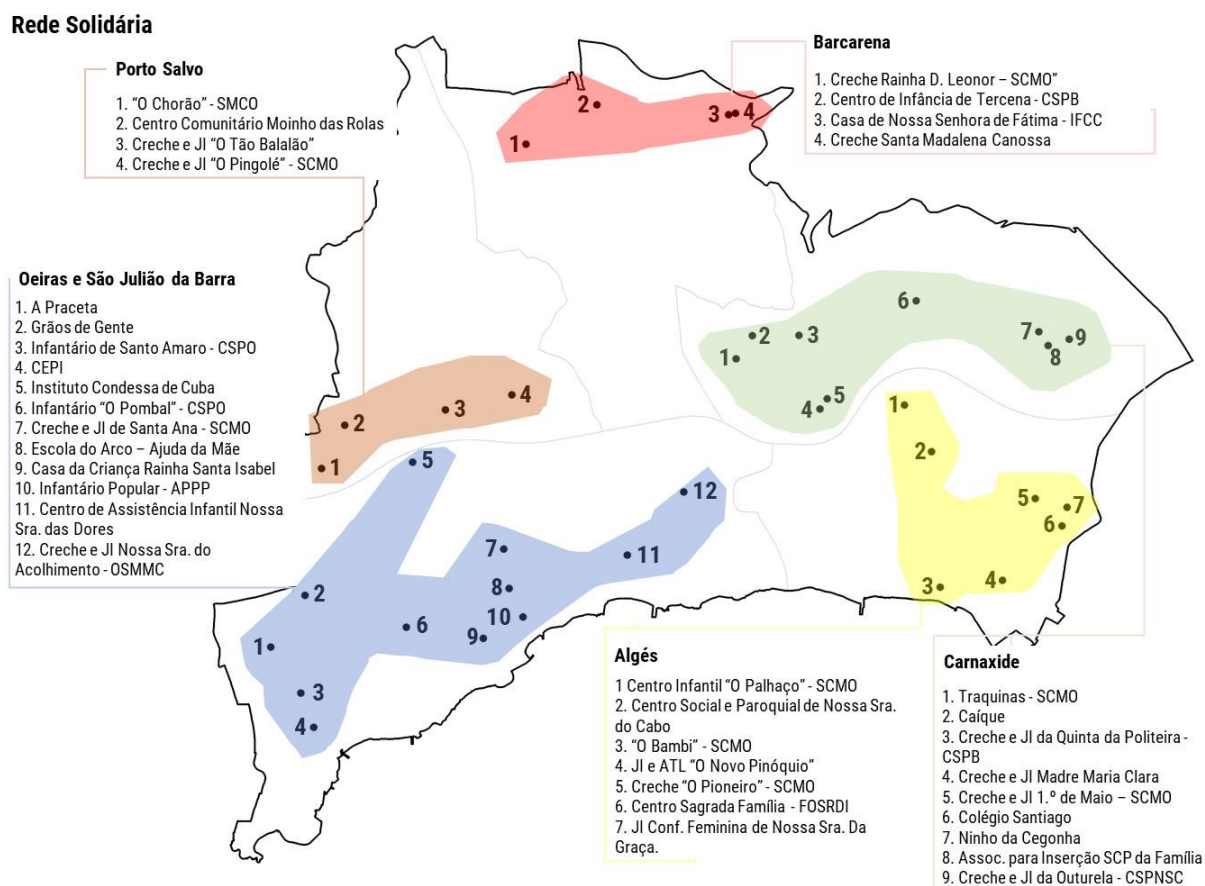
Tabela 5.11: Número de IPSS por freguesia e total de alunos, 2019/2020

Freguesias	Número de instituições da rede solidária	Número de alunos em creche	Número de alunos no pré-escolar
Barcarena	6	131	187
Porto Salvo	7	354	204
UFCQ	12	452	472
UFOSJB PAC	16	439	723
UFALVCQD	7	254	370
TOTAL	48	1630	1956

Fonte: Carta Social, 2019; CMO.

Interessa ainda referir que, tal como observado na rede privada, e como indicado no quadro 5.11, é também na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias que existe a maior concentração destas instituições (16), com predominância da oferta da educação pré-escolar (cerca de 40% do total de alunos do pré-escolar em IPSS).

Figura 5.2: Localização dos estabelecimentos da rede de IPSS



Fonte: Construção própria.

5.3: Rede do Ensino Artístico Especializado

Os Cursos Artísticos Especializados no domínio da música, da dança e das artes visuais, são de nível básico e secundário e compreendem diferentes regimes de frequência: integrado, articulado e, no caso da música, ainda o supletivo. O regime integrado prevê que todas as componentes do currículo são lecionadas no mesmo estabelecimento de ensino, ao passo que no ensino articulado, a leção das disciplinas da educação artística fica a cargo de uma escola do ensino artístico, e as restantes valências com caráter geral, asseguradas por uma escola de ensino básico e ou secundário. No caso do regime supletivo, os alunos frequentam complementarmente as disciplinas artísticas da música numa escola de ensino artístico especializado desta variante, independentemente das habilitações e das outras escolares que frequentam.

No concelho de Oeiras existe uma instituição de ensino artístico especializado que assegura a educação artística nas componentes de música e dança e que integra os diferentes regimes de frequência indicados. A Escola de Música da Nossa Senhora do Cabo surgiu ainda nos anos 1970 e desde então foi-se estabelecendo em Oeiras como uma instituição reconhecida a nível nacional e internacional, pelo papel de dinamizador cultural, pela qualidade do ensino e formação prestada e pelos inúmeros músicos e profissionais de excelência que foi lançando ao longo dos seus 40 anos de atividade. Fica localizada em Linda-a-Velha, na união de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, e em 2020/2021 contava com 73 professores e formadores e 346 alunos do ensino básico e do ensino secundário, em regime articulado (envolvendo 9 escolas da rede de ensino público de Oeiras).

Esta escola tem-se destacado não apenas no plano formal educativo artístico, como ainda tem sido promotora de projetos com caráter complementar e extracurricular junto das escolas de 1º ciclo do ensino básico do concelho de Oeiras, como acontece com o projeto Oficinal Coral que compreende o treino das competências auditivas e vocais destes alunos.

5.4: Rede Pública

Na análise da rede pública acrescenta-se um novo elemento, o cálculo da dimensão média das turmas por cada estabelecimento e por cada nível/ciclo de ensino.

5.4.1: Equipamentos, infraestruturas e rede

A rede pública de escolas do concelho de Oeiras é composta por 10 agrupamentos escolares e uma escola secundária com 3º ciclo não agrupada. Em termos globais são contabilizados 47 equipamentos que cobrem os diversos ciclos de estudos, distribuídos pelas diferentes Unidades Orgânicas (UO) e pelas diferentes freguesias ou uniões de freguesias; contando com a Escola de 1º ciclo de Talaíde, estabelecimento que está localizado geograficamente no concelho de Cascais, mas que integra uma das UO de Oeiras (o Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro).

As tabelas 5.12 e 5.13 apresentam de forma agregada a distribuição dos estabelecimentos de acordo com a tipologia, o ciclo/nível de ensino e a freguesia.

Tabela 5.12: Número de estabelecimentos por tipologia

Tipologia	Número de estabelecimentos
Jl	5
EB1/Jl	15
EB1	10
EB12	4
EB123	1
EB23	4
EB23/S	1
ES3	7
TOTAL	47

Fonte: CMO; DGestE.

Tabela 5.13: Número e estabelecimentos por tipologia e por freguesia

Freguesias	Jl	EB1/Jl	EB1 ¹	EB12	EB123	EB23	EB23/S	ES3	Total
Porto Salvo	-	2	-	-	-	-	1	-	3 ¹
Barcarena	-	2	2	-	-	-	-	-	4
UFCQ	1	4	2	1	-	2	-	1	11
UFOSJPAC	1	6	3	1	1	2	-	3	17
UFALVCQD	3	1	2	2	-	-	-	3	11
TOTAL	5	15	9	4	1	4	1	7	46

Fontes: CMO; DGestE.

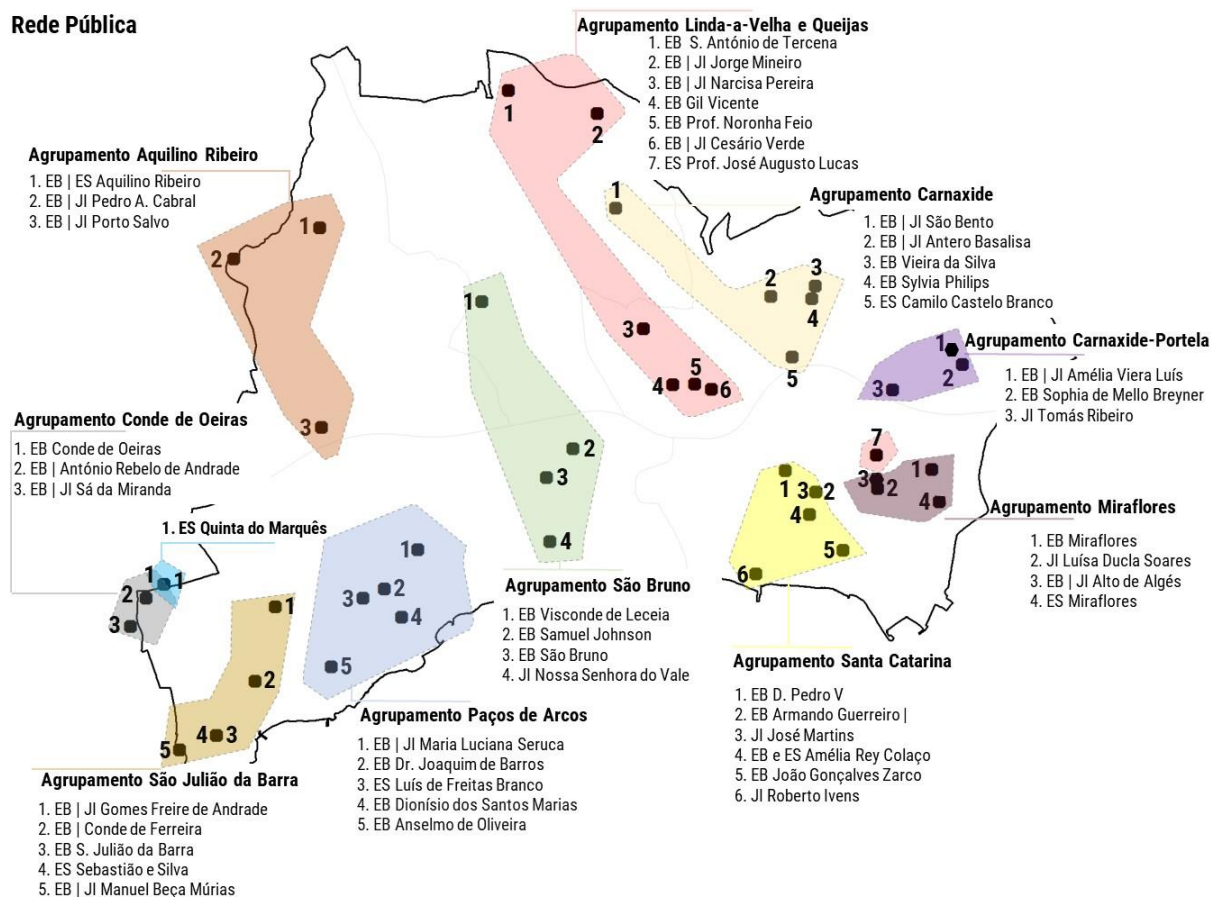
Notas: ¹Uma das escolas EB1 está situada na freguesia de Talaíde, Cascais, integrando, no entanto, um agrupamento pertencente a Oeiras. No total são 10 equipamentos.

Uma análise simples permite notar que existe oferta de educação pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico em todas as freguesias, mas também de ensino secundário, uma vez que a combinação da oferta de ciclos dentro das mesmas instalações permite que exista esta cobertura.

Apesar de existir um relativo equilíbrio na distribuição, verifica-se que Barcarena é, por exemplo, uma freguesia com oferta limitada apenas à educação pré-escolar e ao 1º ciclo. Apesar da relativa dimensão territorial, esta freguesia apresenta uma densidade populacional mais baixa quando comparada com as restantes quatro. Sem grande surpresa, as freguesias mais populosas reúnem maior número de estabelecimentos escolares públicos. Esta tendência já havia sido vista com a distribuição dos equipamentos da rede privada e da rede solidária.

O próximo mapa identifica a localização dos agrupamentos de escolas e da escola não agrupada, assinalando ainda as áreas de influência.

Figura 5.3: Localização dos estabelecimentos da rede pública



Fonte: Construção própria.

As tabelas 5.14 e 5.15 apresentam a rede de escolas públicas em detalhe, isto é, listando os estabelecimentos escolares a partir da sua tipologia/oferta, agrupamento escolar, respetivas freguesias, e identificando a escola sede e a pertença à rede de escolas do programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Na mesma tabela encontram-se as designações e siglas que serão utilizadas para designar as unidades orgânicas ao longo deste volume.

Tabela 5.14: Rede de escolas pública de Oeiras

Unidades Orgânicas (UO)	Estabelecimentos escolares	Tipologia	Freguesias
Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro ¹ (AE Aquilino Ribeiro/AEAR)	Escola Básica de Pedro Álvares Cabral com Jardim de Infância	EB1/JI	Porto Salvo
	Escola Básica de Porto Salvo com Jardim de Infância	EB1/JI	Porto Salvo
	Escola Básica de Talaíde	EB1	Talaíde (Cascais)
	Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro (SEDE)	EB2,3/S	Porto Salvo
Agrupamento de Escolas de Carnaxide (AE Carnaxide/AEC)	Escola Básica São Bento com Jardim de Infância	EB1/JI	Barcarena
	Escola Básica Antero Basalisa com Jardim de Infância	EB1/JI	UFCQ
	Escola Básica Sylvania Philips	EB1	UFCQ
	Escola Básica Vieira da Silva	EB12	UFCQ
	Escola Secundária com 3º ciclo Camilo Castelo Branco (SEDE)	ES3	UFCQ
Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela ¹ (AE Carnaxide-Portela/AECP)	Jardim de Infância Tomás Ribeiro	Ji	UFCQ
	Escola Básica Amélia Vieira Luís com Jardim de Infância	EB1/JI	UFCQ
	Escola Básica Sophia de Mello Breyner (SEDE)	EB23	UFCQ
Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras (AE Conde de Oeiras/AECO)	Escola Básica Sá da Miranda com Jardim de Infância	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica António Rebelo de Andrade	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica de Conde de Oeiras (SEDE)	EB23	UFOSJPAC
Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha e Queijas (AE Linda-a-Velha e Queijas/AELVQ)	Escola Básica Cesário Verde com Jardim de Infância	EB1/JI	UFCQ
	Escola Básica Narcisa Pereira com Jardim de Infância	EB1/JI	UFCQ
	Escola Básica Jorge Mineiro com Jardim de Infância	EB1/JI	Barcarena
	Escola Básica Santo António de Tercena	EB1	Barcarena
	Escola Básica Gil Vicente	EB1	UFCQ
	Escola Básica Professor Noronha Feio	EB23	UFCQ
	Escola Secundária com 3º ciclo Professor José Augusto Lucas (SEDE)	ES3	UFALVCQD
Agrupamento de Escolas de Miraflores (AE Miraflores/AEM)	Jardim de Infância Luísa Ducla Soares	Ji	UFALVCQD
	Escola Básica do Alto de Algés	EB1/JI	UFALVCQD
	Escola Básica de Miraflores	EB12	UFALVCQD
	Escola Secundária com 3º ciclo de Miraflores (SEDE)	ES3	UFALVCQD
Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos (AE Paço de Arcos/AEPA)	Escola Básica Maria Luciana Seruca com Jardim de Infância	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica Anselmo de Oliveira	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica Dr. Joaquim de Barros	EB12	UFOSJPAC
	Escola Básica Dionísio dos Santos Matias	EB1	UFOSJPAC
	Escola Secundária com 3º ciclo Luís de Freitas Branco (SEDE)	ES3	UFOSJPAC

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020.

Notas: ¹Agrupamentos integrados no programa TEIP.

Tabela 5.15: Rede de escolas pública de Oeiras (Cont.)

Unidades Orgânicas (UO)	Estabelecimentos Escolares	Tipologia	Freguesia
Agrupamento de Escolas de Santa Catarina (AE Santa Catarina/AESC)	Jardim de Infância Roberto Ivens	JI	UFALVCQD
	Jardim de Infância José Martins	JI	UFALVCQD
	Escola Básica D. Pedro V	EB1	UFALVCQD
	Escola Básica Armando Guerreiro	EB1	UFALVCQD
	Escola Básica João Gonçalves Zarco	EB12	UFALVCQD
	Escola Secundária com 3º ciclo Amélia Rey Colaço (SEDE)	ES3	UFALVCQD
Agrupamento de Escolas de São Bruno (AE São Bruno/AESB)	Jardim de Infância Nossa Senhora do Vale	JI	UFOSJPAC
	Escola Básica Samuel Johnson	EB1	UFOSJPAC
	Escola Básica Visconde de Leceia	EB1	Barcarena
	Escola Básica de São Bruno (SEDE)	EB123	UFOSJPAC
Agrupamento de Escolas de São Julião da Barra (AE São Julião da Barra/AESJB)	Escola Básica Manuel Beça Múrias com Jardim de Infância	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica Gomes Freire de Andrade com Jardim de Infância	EB1/JI	UFOSJPAC
	Escola Básica Conde de Ferreira	EB1	UFOSJPAC
	Escola Básica de São Julião da Barra	EB23	UFOSJPAC
	Escola Secundária com 3º ciclo Sebastião e Silva (SEDE)	ES3	UFOSJPAC
Escola Secundária Quinta do Marquês /ES Quinta do Marquês/ESQM)	Escola Secundária com 3º ciclo da Quinta do Marquês	ES3	UFOSJPAC

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020.

Existe pouca dispersão das escolas de um dado agrupamento pelas freguesias do concelho; ou seja, a tendência vai no sentido dos estabelecimentos de uma mesma UO estarem concentrados nas mesmas unidades territoriais, com algumas exceções (o AE de Linda-a-Velha e Queijas é o exemplo mais claro neste sentido).

A dimensão dos agrupamentos também é variável, alternando entre unidades que compreendem um mínimo de 3 estabelecimentos escolares, até agrupamentos compostos por 7 equipamentos escolares.

Tabela 5.16: Número de estabelecimentos por unidade orgânica e total de alunos, 2019/2020

Unidade Orgânica	Número de estabelecimentos	Número total de alunos
AE Aquilino Ribeiro	4	1626
AE Carnaxide	5	2364
AE Carnaxide-Portela	3	504
AE Conde de Oeiras	3	1244
AE Linda-a-Velha e Queijas	7	2622
AE Miraflores	4	2272
AE Paços de Arcos	5	3448
AE Santa Catarina	6	1925
AE São Bruno	4	716
AE São Julião da Barra	5	3045
ES Quinta do Marquês	1	1157
TOTAL	47	20923

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020.

Pelo menos três AE, destacados no quadro 5.16, apresentam uma dimensão superior a 2.500 alunos. Dois dos dez AE integram o programa de política educativa nacional Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Genericamente este programa visa a promoção do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar precoce em escolas, e ou AE, situados em territórios marcados por fragilidades socioeconómicas e socioculturais. No concelho de Oeiras estes agrupamentos estão situados na freguesia de Porto Salvo – AE Aquilino Ribeiro – e União de Freguesia de Carnaxide e Queijas – AE de Carnaxide Portela.

Nas tabelas da 5.20 a 5.23 traça-se um retrato administrativo mais pormenorizado de cada unidade orgânica, nomeadamente quando às escolas, número de alunos (total, compreendendo todas as modalidades de ensino com exceção das que se dirigirem a adultos e/ou em horários noturnos), ciclo de estudos, grupos/turmas, número de salas e dimensão média de turma.

As tabelas 5.17, 5.18 e 5.19, imediatamente abaixo, apresentam a mesma informação, mas agregada à unidade de freguesia.

Tabela 5.17: Número de alunos matriculados em Jardim-de-Infância na rede pública, grupos e salas, por freguesia, 2019/2020

Freguesias	Número de alunos	Número de grupos	Número de salas
Barcarena	69	3	3
Porto Salvo	212	8	8
UFCQ	383	16	16
UFALVCQD	312	13	13
UFOSJPAC	445	19	22
TOTAL	1421	59	62

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Tabela 5.18: Número de alunos matriculados no 1º ciclo na rede pública, turmas e salas, por freguesia, 2019/2020

Freguesias	Número de alunos	Número de turmas	Número de salas
Barcarena	468	22	23
Porto Salvo	459	20	24
UFCQ	1159	49	53
UFALVCQD	1153	49	47
UFOSJPAC	1930	81	83
Talaíde ¹	100	4	4
TOTAL	5269	225	234

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Notas: ¹Escola Básica do 1º ciclo integrada no AE Aquilino Ribeiro.

Tabela 5.19: Número de alunos matriculados no 2º e 3º ciclo e ensino secundário na rede pública, turmas e salas, por freguesia, 2019/2020

Freguesias	Número de alunos			Número de turmas			Número de salas total
	2º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Sec.	2º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Sec.	
Barcarena	0	0	0	0	0	0	0
Porto Salvo	239	368	248	12	14	9	45
UFCQ	883	1036	506	35	42	19	92
UFALVCQD	738	1606	1453	29	63	61	229
UFOSJPAC	1335	2277	2718	54	96	108	229
TOTAL	3195	5287	4925	130	215	197	564

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Confirmam-se algumas tendências já antes identificadas, nomeadamente, e por um lado, uma maior concentração de escolas e alunos, afetos a qualquer um dos ciclos de estudos, na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e na União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo. Cerca de 70% do total de alunos (jovens) matriculados na rede pública de escolas do concelho de Oeiras, frequenta, ou pertence no ano letivo em análise, a estabelecimentos dentro destas freguesias.

Por outro lado, Barcarena sobressai na tabela 5.19 uma vez que constitui a única freguesia cuja oferta escolar pública não excede o nível do 1º ciclo do ensino básico¹.

Tendencialmente o indicador de dimensão média de grupo/turma, compreendendo os diferentes ciclos/níveis de ensino das escolas do concelho, e que surge nos quadros seguintes, encontra-se dentro, ou até abaixo dos referenciais estipulados pela atual legislação². Existem, no entanto, algumas exceções sublinhadas nos quadros já mencionados (células a amarelo), em que já se atinge ou excede o limite máximo de alunos por grupo/turma recomendado na legislação em vigor. O limite foi atingido ou ultrapassado em mais estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico.

¹Para uma análise detalhada e informada é necessário perceber se esta inexistência causa problemas, ou se poderá vir a causar; para isso é preciso mobilizar um exercício com projeções, análise das áreas de influência; e análise das capacidades das UO.

²Jardim de Infância até 25 alunos; 1º ciclo até 24 alunos; restantes ciclos de ensino, entre os 24 e os 28 alunos.

Tabela 5.20: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de pré-escolar, por freguesia, número de alunos, grupos, salas e dimensão média de turma, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Número de alunos	Número de grupos	Número de salas	Dimensão média do grupo
AE Aquilino Ribeiro	EB1/JI Pedro Álvares Cabral	Porto Salvo	110	4	4	27,5
	EB1/JI Porto Salvo	Porto Salvo	102	4	4	25,5
			212	8	8	26,5
AE Carnaxide	EB1/JI São Bento	Barcarena	19	1	1	19,0
	EB1/JI Antero Basalisa	UFCQ	117	5	5	23,4
			136	6	6	22,7
AE Carnaxide-Portela	JI Tomás Ribeiro	UFCQ	95	4	4	23,8
	EB1/JI Amélia Vieira Luís	UFCQ	49	2	2	24,5
			144	6	6	24,0
AE Conde de Oeiras	EB1/JI António Rebelo de Andrade	UFOSJPAC	49	2	2	24,5
	EB1/JI Sá da Miranda	UFOSJPAC	69	3	3	23,0
			118	5	5	23,6
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB1/JI Cesário Verde	UFCQ	76	3	3	25,3
	EB1/JI Narcisa Pereira	UFCQ	46	2	2	23,5
	EB1/JI Jorge Mineiro	Barcarena	50	2	2	25,0
			172	7	7	21,5
AE Miraflores	JI Luísa Ducla Soares	UFALVCQD	99	4	4	24,8
	EB1/JI do Alto de Algés	UFALVCQD	94	4	4	23,5
			193	8	8	24,1
AE Paço de Arcos	EB1/JI Maria Luciana Seruca	UFOSJPAC	45	2	3	22,5
	EB1/JI Anselmo de Oliveira	UFOSJPAC	47	2	3	23,5
			92	4	5	23,0
AE Santa Catarina	JI Roberto Ivens	UFALVCQD	44	2	2	22,0
	JI José Martins	UFALVCQD	75	3	3	25,0
			119	5	5	23,8
AE São Bruno	JI Nossa Senhora do Vale	UFOSJPAC	60	3	4	20,0
			60	3	4	20,0
AE São Julião da Barra	EB1/JI Manuel Beça Múrias	UFOSJPAC	75	3	3	25,0
	EB1/JI Gomes Freire de Andrade	UFOSJPAC	100	4	4	25,0
			175	7	7	25,0
TOTAL			1421	59	62	23,3

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Tabela 5.21: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 1º ciclo, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Número de alunos	Número de turmas	Número de salas	Dimensão média da turma
AE Aquilino Ribeiro	EB1/JI Pedro Álvares Cabral	Porto Savo	86	4	8	21,5
	EB1/JI Porto Salvo	Porto Salvo	373	16	16	23,3
	EB1 Talaíde	Talaíde (Cascais)	100	4	4	25,0
			559	24	28	23,3
AE Carnaxide	EB1/JI São Bento	Barcarena	82	4	4	20,5
	EB1/JI Antero Basalisa	UFCQ	94	4	4	23,5
	EB1 Sylvia Philips	UFCQ	263	11	11	23,9
	EB12 Vieira da Silva	UFCQ	206	8	8	25,8
			645	27	27	23,9
AE Carnaxide-Portela	EB1/JI Amélia Vieira Luís	UFCQ	174	8	11	21,6
			174	8	11	21,6
AE Conde de Oeiras	EB1/JI António Rebelo de Andrade	UFOSJPAC	229	9	9	25,2
	EB1/JI Sá da Miranda	UFOSJPAC	182	8	8	22,8
			411	17	17	24,1
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB1/JI Cesário Verde	UFCQ	112	5	5	22,4
	EB1/JI Narcisa Pereira	UFCQ	163	7	8	23,3
	EB1/JI Jorge Mineiro	Barcarena	176	8	8	22,0
	EB1 Santo António de Tercena	Barcarena	159	7	7	22,7
	EB1 Gil Vicente	UFCQ	147	6	6	24,5
			757	33	34	22,9
AE Miraflores	EB1/JI do Alto de Algés	UFALVCQD	457	19	16	24,1
	EB12 Miraflores	UFALVCQD	123	5	6	24,6
			580	24	22	24,2
AE Paço de Arcos	EB1/JI Maria Luciana Seruca	UFOSJPAC	86	4	5	21,5
	EB1/JI Anselmo de Oliveira	UFOSJPAC	113	5	5	22,6
	EB12 Dr. Joaquim de Barros	UFOSJPAC	176	8	9	22,0
	EB1 Dionísio dos Santos Matias	UFOSJPAC	157	7	7	22,4
			532	24	26	22,2

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Tabela 5.22: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 1º ciclo, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020 (Cont.)

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Número de alunos	Número de turmas	Número de salas	Dimensão média da turma
AE Santa Catarina	EB1 Escola Básica D. Pedro V	UFALVCQD	232	10	10	23,2
	EB1 Armando Guerreiro	UFALVCQD	116	5	5	23,2
	EB12 João Gonçalves Zarco	UFALVCQD	225	10	10	22,5
			573	25	25	22,9
AE São Bruno	EB1 Samuel Johnson	UFOSJPAC	88	4	4	22,0
	EB1 Visconde de Leceia	Barcarena	51	3	4	17,0
	EB123 de São Bruno (SEDE)	UFOSJPAC	119	5	4	23,8
			258	12	12	21,5
AE São Julião da Barra	EB1/JI Manuel Beça Múrias	UFOSJPAC	201	8	8	25,1
	EB1/JI Gomes Freire de Andrade	UFOSJPAC	379	15	16	25,3
	EB1 Conde de Ferreira	UFOSJPAC	200	8	8	25,0
			780	31	32	25,2
TOTAL			5269	225	234	23,4

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Tabela 5.23: Estabelecimentos de ensino da rede pública com oferta de 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, por freguesia, número de alunos, turmas, salas e dimensão média de turma, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Número de alunos			Número turmas	Número salas	Dimensão média da turma		
			2º Ciclo	3º Ciclo	Ens.Sec.			2º Ciclo	3º Ciclo	Ens.Sec.
AE Aquilino Ribeiro	EB23/S Aquilino Ribeiro (SEDE)	Porto Salvo	239	368	248					
			239	368	248	35	45	19,9	26,3	27,6
AE Carnaxide	EB12 Vieira da Silva	UFCQ	399	0	0					
	ES Camilo Castelo Branco (SEDE)	UFCQ	0	678	506					
			399	678	506	61	65	24,9	26,1	26,6
AE Carnaxide-Portela	EB23 Sophia de Mello Breyner (SEDE)	UFCQ	102	113	0					
			102	113	0	10	27	25,5	18,8	n.a.
AE Conde de Oeiras	EB23 Conde de Oeiras (SEDE)	UFOSJPAC	444	269	0					
			444	269	0	30	21	24,7	22,4	n.a.
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB23 Professor Noronha Feio	UFCQ	382	245	0					
	ES Professor José Augusto Lucas (SEDE)	UFALVCQD	0	459	607					
			382	704	607	65	80	25,5	26,1	26,4
AE Miraflores	EB12 Miraflores	UFALVCQD	410	0	0					
	ES Miraflores (SEDE)	UFALVCQD	0	601	487					
			410	601	487	62	75	25,6	25,0	22,1
AE Paço de Arcos	EB12 Dr. Joaquim de Barros	UFOSJPAC	361	0	0					
	ES3 Luís de Freitas Branco (SEDE)	UFOSJPAC	0	635	1008					
			361	635	1008	89	86	24,1	21,2	22,9
AE Santa Catarina	EB12 João Gonçalves Zarco	UFALVCQD	328	0	0					
	ES3 Amélia Rey Colaço (SEDE)	UFALVCQD	0	546	359					
			328	546	359	51	43	25,2	24,8	22,4
AE São Bruno	EB123 de São Bruno (SEDE)	UFOSJPAC	166	240	0					
			166	240	0	20	19	20,8	20,0	n.a.
AE São Julião da Barra	EB23 São Julião da Barra	UFOSJPAC	364	177	0					
	ES3 Sebastião e Silva (SEDE)	UFOSJPAC	0	459	1050					
			364	364	1050	78	71	28,0	26,5	25,6
ES Quinta do Marquês	ES3 Quinta do Marquês	UFOSJPAC	0	497	660					
			0	497	660	41	32	n.a.	27,6	28,7
TOTAL			3195	5287	4925	542	564	24,6	24,6	25,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO complementadas com informação da CMO nos casos em que não houve resposta por parte das unidades orgânicas relativamente ao ano em análise, CIES/CMO, 2020.

Legenda: n.a. = não se aplica.

Contudo, a dimensão média de turma sendo um indicador importante para avaliar a capacidade de organização e gestão de um AE, diz-nos pouco sobre a taxa de capacidade e de ocupação das escolas, ainda que possa apontar para alguns indícios de sobrelotação ou sublotação.

De forma a melhor captar o nível da ocupação dos equipamentos da rede pública do concelho, foram calculadas: a) estimativas de capacidade dos equipamentos considerando os diferentes níveis de ensino; b) o balanço que a partir dessas estimativas permite chegar à variação do número de alunos do presente ano letivo de 2019/2020; e, finalmente, c) a taxa de ocupação do cada estabelecimento de ensino. Este exercício permite que seja feita uma aproximação ao número de escolas que se apresentam sobrelotadas, ou pelo contrário, ainda com margem para acolher mais alunos (ver tabelas 5.25 a 5.28).

Os procedimentos de cálculo das estimativas consideradas foram os seguintes:

- Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas * ponto médio dos limites/referenciais da dimensão de turma (22,5 no pré-escolar, 23 no 1º ciclo e 26 no 2º, 3º ciclo e ensino secundário; note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos no inquérito administrativo de 2020)
- Balanço: Número de alunos 2019/2020 – Capacidade (nº máximo de alunos)
- Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço *100

A tabela 5.24 permite uma leitura gráfica da taxa global de ocupação de cada unidade orgânica, considerando os diferentes ciclos/níveis de ensino. O que se observa é que em termos globais, os AE e escola não agrupada do concelho de Oeiras aproximam-se de um cenário com tendência para a sobrelotação, pelo menos considerando a relação entre o número efetivo de salas de aula disponíveis nos equipamentos, o número de alunos e os referenciais de constituição de dimensão de turma. Claramente que as estimativas apontam para uma sobrelotação sentida ao nível do pré-escolar, o que pode desde já indiciar maiores necessidades neste segmento, sendo também identificadas taxas superiores a 100%, ou muito próximas desse valor, em várias escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Tabela 5.24: Representação da Taxa Global de Ocupação (TGO), por UO, por ciclo de ensino

Unidades Orgânicas	TGO Pré-escolar	TGO 1º ciclo	TGO 2º e 3º Ciclos e Ens.Sec.
AE Aquilino Ribeiro			
AE Carnaxide			
AE Carnaxide-Portela			
AE Conde de Oeiras			s.d.
AE Linda-a-Velha e Queijas			
AE Miraflores			s.d.
AE Paço de Arcos			
AE Santa Catarina			
AE São Bruno			
AE São Julião da Barra			
ES Quinta do Marquês	n.a.	n.a.	

+ /100%
+ 75%
- 75%
- 50%

Legenda: s.d. = sem dados disponíveis; n.a. = não aplicável.

Na verdade, tendo em conta o exercício desenvolvido, verifica-se que existem poucas escolas, ou AE, com taxas de ocupação confortáveis, sendo o cenário, em todo o caso, mais favorável nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Os casos que podem eventualmente necessitar de maior atenção nesta matéria são o AE de São Julião da Barra, uma unidade orgânica que tem até diversidade de oferta educativa e cujo indicador de dimensão média de turma sugeria já uma ideia de sobrelotação nos ciclos iniciais, seguido da escola não agrupada, ES Quinta do Marquês e pelos agrupamentos de Conde de Oeiras, Carnaxide e Miraflores.

Uma nota sobre o caso do AE Carnaxide-Portela, na medida em que a taxa menos elevada evidenciada pode antes indiciar problemas de atratividade e de procura, merecendo por isso uma análise mais aprofundada.

Esta análise deve ainda ser complementada com um estudo que permita conjugar as evidências encontradas com as dinâmicas demográficas do concelho, de forma a tornar as conclusões mais finas e rigorosas. Tal análise pode ser lida no subcapítulo 6.2 deste Volume II.

Tabela 5.25: Estimativa (capacidade) do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, balanço e taxa de ocupação

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Pré-escolar			1º Ciclo		
			Estimativa capacidade máxima	Balanço ¹	Taxa de ocupação	Estimativa capacidade máxima	Balanço ¹	Taxa de ocupação
AE Aquilino Ribeiro	EB1/JI de Pedro Álvares Cabral	Porto Salvo	90,0	20,0	122,2	184	-98	46,7
	EB1/JI de Porto Salvo	Porto Salvo	90,0	12,0	113,3	368	5	101,4
	EB1 de Talaíde	Talaíde (Cascais)	n.a.	n.a.	n.a.	92	8	108,7
	EB2,3/S Aquilino Ribeiro (SEDE)	Porto Salvo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
				180,0	32,0	117,8	644	-85
AE Carnaxide	EB1/JI São Bento	Barcarena	22,5	-3,5	84,4	92	-10	89,1
	EB1/JI Antero Basalisa	UFCQ	112,5	5,0	104,0	92	2	102,2
	EB1 Sylvia Philips	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	253	10	104,0
	EB2,3 Vieira da Silva	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	184	22	112,0
	ES3 Camilo Castelo Branco (SEDE)	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
				135,0	1,0	100,7	621	24
AE Carnaxide-Portela	JI Tomás Ribeiro	UFCQ	90,0	5,0	105,6	n.a.	n.a.	n.a.
	EB1/JI Amélia Vieira Luís	UFCQ	45,0	4,0	108,9	253	-80	68,4
	EB1,2,3 Sophia de Mello Breyner (SEDE)	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
				135,0	9,0	106,7	253	-80
AE Conde de Oeiras	EB1 António Rebelo de Andrade	UFOSJPAC	45,0	24,0	153,3	207	20	109,7
	EB1/JI Sá da Miranda	UFOSJPAC	67,5	-18,5	72,6	184	-2	98,9
	EB2,3 Conde de Oeiras (SEDE)	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
				112,5	6,0	104,9	391	18
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB1/JI Cesário Verde	UFCQ	67,5	9,0	112,6	115	-3	97,4
	EB1/JI Narcisa Pereira	UFCQ	45,0	1,0	102,2	184	-21	88,6
	EB1/JI Jorge Mineiro	Barcarena	45,0	5,0	111,1	184	-8	95,7
	EB1 Santo António de Tercena	Barcarena	n.a.	n.a.	n.a.	161	-2	98,8
	EB1 Gil Vicente	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	138	9	106,5
	EB2,3 Professor Noronha Feio	UFCQ	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	ES3 José Augusto Lucas (SEDE)	UFALVCQD	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
			157,5	14,5	109,2	782	-25	96,8

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020

Notas: ¹Balanço calculado face ao número de alunos 2019/2020.

Legenda: n.a. = não se aplica.

Tabela 5.26: Estimativa (capacidade) do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, balanço e taxa de ocupação (Cont.)

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Pré-escolar			1º Ciclo		
			Estimativa capacidade máxima	Balanço ¹	Taxa de ocupação	Estimativa capacidade máxima	Balanço ¹	Taxa de ocupação
AE Miraflores	JI Luísa Ducla Soares	UFALVCQD	90,0	9,0	110,0	n.a.	n.a.	n.a.
	EB1 Alto de Algés	UFALVCQD	90,0	4,0	104,4	368	89	124,2
	EB2,3 Miraflores	UFALVCQD	n.a.	n.a.	n.a.	138	-15	89,1
			180,0	13,0	107,2	506	74	114,6
AE Paços de Arcos	EB1/JI Maria Luciana Seruca	UFOSJPAC	67,5	-22,5	66,7	115	-29	74,8
	EB1 Anselmo de Oliveira	UFOSJPAC	67,5	-20,5	69,6	115	-2	98,3
	EB1 Dionísio dos Santos Matias	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	161	-4	97,5
	EB2,3 Dr. Joaquim de Barros	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	207	-31	85,0
			135,0	-43,0	68,1	598	-66	89,0
AE Santa Catarina	JI Roberto Ivens	UFALVCQD	45,0	-1,0	97,8	n.a.	n.a.	n.a.
	JI José Martins	UFALVCQD	67,5	7,5	111,1	n.a.	n.a.	n.a.
	EB1/JI D. Pedro V	UFALVCQD	n.a.	n.a.	n.a.	230	2	100,9
	EB1 Armando Guerreiro	UFALVCQD	n.a.	n.a.	n.a.	115	1	100,9
	EB2,3 João Gonçalves Zarco	UFALVCQD	n.a.	n.a.	n.a.	230	-5	97,8
			112,5	6,5	105,8	575	-2	99,7
AE São Bruno	JI Nossa Senhora do Vale	UFOSJPAC	90,0	-30,0	66,7	n.a.	n.a.	n.a.
	EB1 Samuel Johnson	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	92	-4	95,7
	EB1 Visconde de Leceia	Barcarena	n.a.	n.a.	n.a.	92	-41	55,4
	EB1,2,3 de São Bruno (SEDE)	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	92	27	129,3
			90,0	-30,0	66,7	276	-18	93,5
AE São Julião da Barra	EB1/JI Manuel Beça Múrias	UFOSJPAC	67,5	7,5	111,1	184	17	109,2
	EB1/JI Gomes Freire de Andrade	UFOSJPAC	90	10,0	111,1	368	11	103,0
	EB1 Conde de Ferreira	UFOSJPAC	n.a.	n.a.	n.a.	184	16	108,7
			157,5	17,5	111,1	736	44	106,0

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020

Notas: ¹Balanço calculado face ao número de alunos 2019/2020.

Tabela 5.27: Estimativa (capacidade) do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, balanço e taxa de ocupação

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Estimativa capacidade máxima	Balanço	Taxa de ocupação
AE Aquilino Ribeiro	EB2,3/S Aquilino Ribeiro (SEDE)	Porto Salvo	1170	-315	73,1
			1170	-315	73,1
AE Carnaxide	EB2,3 Vieira da Silva	UFCQ	442	-43	90,3
	ES3 Camilo Castelo Branco (SEDE)	UFCQ	1248	-64	94,9
			1690	-107	93,7
AE Carnaxide-Portela	EB1,2,3 Sophia de Mello Breyner (SEDE)	UFCQ	702	-487	30,6
			702	-487	30,6
AE Conde de Oeiras	EB2,3 Conde de Oeiras (SEDE)	UFOSJPAC	546	167	130,6
			546	167	130,6
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB2,3 Professor Noronha Feio	UFCQ	728	-101	86,1
	ES3 José Augusto Lucas (SEDE)	UFALVCQD	1352	-286	78,8
			2080	-387	81,4
AE Miraflores	EB2,3 Miraflores	UFALVCQD	702	-292	58,4
	ES3 Miraflores (SEDE)	UFALVCQD	1248	-160	87,2
			1950	-452	76,8
AE Paço de Arcos	EB2,3 Dr. Joaquim de Barros	UFOSJPAC	546	-185	66,1
	ES3 Luís de Freitas Branco (SEDE)	UFOSJPAC	1690	-47	97,2
			2236	-232	89,6
AE Santa Catarina	EB2,3 João Gonçalves Zarco	UFALVCQD	338	-10	97,0
	EBS Amélia Rey Colaço (SEDE)	UFALVCQD	780	125	116,0
			1118	115	110,3
AE São Bruno	EB1,2,3 de São Bruno (SEDE)	UFOSJPAC	494	-88	82,2
			494	-88	82,2
AE São Julião da Barra	EB1 de São Julião da Barra	UFOSJPAC	598	-57	90,5
	ES Sebastião e Silva (SEDE)	UFOSJPAC	1248	261	120,9
			1846	204	111,1
ES Quinta do Marques	ES3 Quinta do Marquês	UFOSJPAC	832	325	139,1
			832	325	139,1

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, CIES/CMO, 2020.

Notas: ¹Balanço calculado face ao número de alunos 2019/2020.

O quadro 5.30 identifica uma pequena amostra de equipamentos e recursos existentes nas escolas do concelho. As maiores limitações, em termos de quantidade, são identificadas nos seguintes agrupamentos escolares e recursos: i) Laboratórios - AE Carnaxide Portela; AE São Bruno; ii) Auditório – AE Aquilino Ribeiro; iii) Bibliotecas – só dois agrupamentos têm biblioteca em todos os seus equipamentos, AE São Julião da Barra e AE Linda-a-Velha e Queijas; em todos os restantes existem escolas sem biblioteca; iv) Ginásio – várias escolas de 1º ciclo não têm ginásio, nem pavilhão, assim com o caso da ES Quinta do Marquês.

No que diz respeito aos Computadores com ligação à internet, o quadro 5.29 mostra o rácio de computadores por aluno (totais de agrupamento). De uma maneira geral, o rácio varia entre 8 e 10, sendo o valor mais preocupante encontrado na ES Quinta do Marquês (existindo cerca 23,1 alunos para cada um dos computadores).

Tabela 5.28: Rácio computador/aluno por unidade orgânica

Unidades Orgânicas	Número de PC ligados à internet	Rácio
AE Aquilino Ribeiro	200	8,13
AE Carnaxide	234	10,1
AE Carnaxide-Portela	50	10,7
AE Conde de Oeiras	s.d.	s.d.
AE Linda-a-Velha e Queijas	257	8,8
AE Miraflores	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	323	10,7
AE St Catarina	222	8,7
AE S. Bruno	16	44,1
AE S. Julião da Barra	416	6,7
ES Quinta do Marquês	50	23,1

Fonte Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Legenda: s.d. = sem dados disponíveis.

Tabela 5.29: Equipamentos e recursos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras

UO	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Laboratórios	PC/ internet	Auditório	Biblioteca	Pav. desportivo	Ginásio	Refeitório
AE Aquilino Ribeiro	EB1/JI Pedro Álvares Cabral	Porto Salvo	0	13	0	1	0	0	1
	EB1/JI Porto Salvo	Porto Salvo	1	39	0	1	0	0	1
	EB1 Talaíde	Talaíde (Cascais)	0	6	0		0	0	1
	EB2,3/S Aquilino Ribeiro (SEDE)	Porto Salvo	3	142	0	1	1	1	1
			4	200	0	3	1	1	4
AE Carnaxide	EB1/JI São Bento	Barcarena	0	6	0	0	0	0	1
	EB1/JI Antero Basalisa	UFCQ	0	11	0	0	0	0	1
	EB1 Sylvia Philips	UFCQ	0	17	0	1	0	0	1
	EB2,3 Vieira da Silva	UFCQ	0	60	0	1	1	0	1
	ES3 Camilo Castelo Branco (SEDE)	UFCQ	4	140	1	1	0	2	1
			4	234	1	3	1	2	5
AE Carnaxide-Portela	Jl Tomás Ribeiro	UFCQ	0	2	0	0	0	0	1
	EB1/JI Amélia Vieira Luís	UFCQ	0	10	0	1	0	0	1
	EB1,2,3 Sophia de Mello Breyner (SEDE)	UFCQ	1	38	1	1	1	0	1
			1	50	1	2	1	0	3
AE Conde de Oeiras	EB1/Ji Sá da Miranda	UFOSJPAC	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB1 António Rebelo de Andrade	UFOSJPAC	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB2,3 Conde de Oeiras (SEDE)	UFOSJPAC	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
				s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB1/JI Cesário Verde	UFCQ	0	14	0	1	0	1	1
	EB1/JI Narcisa Pereira	UFCQ	0	15	0	1	0	1	1
	EB1/JI Jorge Mineiro	Barcarena	0	11	0	1	0	0	1
	EB1 Santo António de Tercena	Barcarena	0	9	0	1	0	0	1
	EB1 Gil Vicente	UFCQ	0	8	0	1	0	1	1
	EB2,3 Professor Noronha Feio	UFCQ	0	70	0	1	1	1	1
	ES3 José Augusto Lucas (SEDE)	UFALVCQD	3	170	3	1	1	1	1
			3	257	3	4	2	3	4
AE Miraflores	Jl Luísa Ducla Soares	UFALVCQD	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB1 Alto de Algés	UFALVCQD	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB2,3 Miraflores	UFALVCQD	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	ES3 Miraflores (SEDE)	UFALVCQD	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
			s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Notas: s.d. = sem dados.

Tabela 5.30: Equipamentos e recursos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras (Cont.)

UO	Estabelecimentos escolares	Freguesias	Laboratórios	PC/ internet	Auditório	Biblioteca	Pav. desportivo	Ginásio	Refeitório
AE Paços de Arcos	EB1/JI Maria Luciana Seruca	UFOSJPAC	2	15	0	1	0	0	1
	EB1 Anselmo de Oliveira	UFOSJPAC	0	14	0	1	0	0	1
	EB1 Dionísio dos Santos Matias	UFOSJPAC	0	14	0	0	0	0	1
	EB2,3 Dr. Joaquim de Barros	UFOSJPAC	2	80	0	1	1	1	1
	ES3 Luís de Freitas Branco (SEDE)	UFOSJPAC	7	200	1	1	1	1	1
			11	323	1	4	2	2	5
Agrupamento de Escolas de Santa Catarina	Jl Roberto Ivens	UFALVCQD	0	3	0	0	0	0	1
	Jl José Martins	UFALVCQD	0	4	0	0	0	0	1
	EB1/JI D. Pedro V	UFALVCQD	0	11	0		0	1	1
	EB1 Armando Guerreiro	UFALVCQD	0	8	0	1	0	1	1
	EB2,3 João Gonçalves Zarco	UFALVCQD	2	70	0	1	1	1	1
	EBS Amélia Rey Colaço (SEDE)	UFALVCQD	4	126	0	1	1	0	1
			6	222	0	3	2	3	6
AE São Bruno	Jl Nossa Senhora do Vale	UFOSJPAC	0	4	0	0	0	0	1
	EB1 Samuel Johnson	UFOSJPAC	0	4	0	0	0	0	1
	EB1 Visconde de Leceia	Barcarena	0	4	0	0	0	0	1
	EB1,2,3 de São Bruno (SEDE)	UFOSJPAC	2	4	1	1	1	1	1
			2	16	1	1	1	1	4
AE São Julião da Barra	EB1/JI Manuel Beça Múrias	UFOSJPAC	0	46	0	1	0	1	1
	EB1/JI Gomes Freire de Andrade	UFOSJPAC	0	46	0	1	0	1	1
	EB1 Conde de Ferreira	UFOSJPAC	0	30	0	1	0	1	1
	EB1 de São Julião da Barra	UFOSJPAC	2	103	0	1	1	0	1
	ES Sebastião e Silva (SEDE)	UFOSJPAC	6	191	2	1		3	1
			8	416	2	5	1	6	5
ES Quinta do Marquês	UFOSJPAC	8	50	0	1	0	0	0	

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

5.4.2: Irradiação, população base e áreas de influência

Neste subcapítulo exploram-se os dados relativos à irradiação – distância em Km entre a residência e a escola relativa ao aluno que mora mais longe do seu estabelecimento escolar, mas residente no concelho, e à forma de viagem (por transportes ou a pé); à população base, ou valor base tirado “a partir da capacidade de carga do equipamento, isto é, o máximo de população escolar que pode ser acolhido sem colocar em causa a viabilidade económica e funcional do equipamento.” (DGEEC, DGEstE e IGeFE, 2001, p. 17³); e, por último, a área de influência em termos de freguesias ou uniões de freguesias abrangidas por cada estabelecimento escolar.

A primeira conclusão a tirar a partir da análise dos dados contidos nas tabelas 5.31 e 5.32 é que a informação fornecida pelas várias unidades orgânicas tem algumas inconsistências pelo que é necessário um trabalho de consensualização sobre como construir estes três indicadores, uma necessidade que decorre naturalmente das poucas indicações contidas no manual da DGEEC, DGEstE e IGeFE. Esse será um trabalho a desenvolver para a redação final dos documentos orientados para os quais este estudo de diagnóstico tem como objetivo contribuir.

Considerando a informação fornecida pelas unidades orgânicas, os AE de Carnaxide, Carnaxide-Portela, Miraflores e Santa Catarina destacam-se pelos tempos iguais ou bastante superiores a 30 minutos que os alunos residentes no concelho matriculados nos seus estabelecimentos escolares demoram no trajeto de sua casa à escola de matrícula. De uma forma geral, no concelho de Oeiras, os alunos que moram mais longe dos estabelecimentos escolares fazem a viagem entre residência e escola em transportes escolares.

Tendo em conta que os Km de distância entre residência e escolas de matrícula indicados pelas unidades orgânicas, os tempos de viagem por meio de transporte podem ser indicativos de problemas como inexistência de transportes públicos diretos, ou de vias rodoviárias pouco seguras ou com muito tráfego, possibilidades terão de ser confirmadas com o recolher de mais informação e, sobretudo, com a consensualização de como recolher e construir os indicadores em questão.

³ DGEEC, DGEstE e IGeFE (2021). Guião de elaboração da Carta Educativa.

Tabela 5.31: Irradiação máxima, população base e áreas de influência das unidades orgânicas, por estabelecimento escolar

Unidades orgânicas	Estabelecimentos escolares	Irradiação máxima			População base máxima	Área de influência
		Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio		
AE de Aquilino Ribeiro	EB2,3/ Aquilino Ribeiro	12	18	Transportes	1400	Algés, Caxias, Paço de Arcos, Porto Salvo
	EB1/JI Porto Salvo	10	13	Transportes	484	Carnaxide, Caxias, Paço de Arcos, Porto Salvo
	EB1/JI Pedro Álvares Cabral	3,8	7	Transportes	196	Barcarena, Porto Salvo
	EB1 Talaíde	6,8	12	Transportes	96	Barcarena, Porto Salvo
AE de Carnaxide	ES3 Camilo Castelo Branco	8	30	Transportes	s.d.	Carnaxide, Oeiras e Barcarena
	EB12 Vieira da Silva	7	25	Transportes	s.d.	Carnaxide, Oeiras e Barcarena
	EB1/JI São Bento	2,5	5	Transportes	s.d.	Carnaxide, Oeiras e Barcarena
	EB1/JI Antero Basalisa	3,5	5	Transportes	s.d.	Carnaxide e Oeiras
	EB1 Sylvia Philips	3,5	5	Transportes	s.d.	Carnaxide e Oeiras
AE de Carnaxide-Portela	EB23 Sophia de Mello Breyner	12	120	Transportes	400	Carnaxide e Queijas
	EB1/JI Amélia Vieira Luís	5,5	30	Transportes	350	Carnaxide e Queijas
	JI Tomás Ribeiro	6,5	45	Transportes	125	Carnaxide e Queijas
AE de Conde de Oeiras	EB23 Conde de Oeiras	14,5	56	Transportes	832	Oeiras e S. Julião da Barra
	EB1/JI Sá da Miranda	14,5	85	Transportes	266	Oeiras e S. Julião da Barra
	EB1/JI António Rebelo de Andrade	12,5	131	Transportes	266	Oeiras e S. Julião da Barra
AE Linda-a-Velha e Queijas	ES3 José Augusto Lucas	s.d.	s.d.	s.d.	1148	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada / Dafundo
	EB23 Noronha Feio	s.d.	s.d.	s.d.	672	Queijas e Carnaxide
	EB1/JI Cesário Verde	s.d.	s.d.	s.d.	195	Queijas e Carnaxide
	EB1/JI Narcisa Pereira	s.d.	s.d.	s.d.	242	Queijas e Carnaxide
	EB1/JI Jorge Mineiro	s.d.	s.d.	s.d.	242	Barcarena
	EB1 Santo António de Tercena	s.d.	s.d.	s.d.	168	Barcarena
AE de Mirafores	EB1 Gil Vicente	s.d.	s.d.	s.d.	144	Queijas e Carnaxide
	ES3 Mirafores	20	40	Transportes	1250	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada / Dafundo
	EB12 Mirafores	20	40	Transportes	550	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada / Dafundo
	EB1/JI Alto de Algés	20	40	Transportes	540	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada / Dafundo
	JI Luísa Ducla Soares	20	40	Transportes	100	UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada / Dafundo

Fonte: Unidades orgânicas.

Legenda: s.d. – sem dados.

Tabela 5.32: Irradiação máxima, população base e áreas de influência das unidades orgânicas, por estabelecimento escolar (Cont.)

Unidades orgânicas	Estabelecimentos escolares	Irradiação máxima			População base máxima	Área de influência
		Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio		
AE de Paço de Arcos	ES3 Luís de Freitas Branco	8	12	Transportes	2044	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	EB12 Dr. Joaquim de Barros	8	12	Transportes	624	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	EB1/JI Maria Luciana Seruca	8	12	Transportes	192	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	EB1/JI Anselmo de Oliveira	8	12	Transportes	168	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	EB1 Dionísio dos Santos Matias	8	12	Transportes	168	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
AE de São Bruno	EB123 São Bruno	5,3	15/20	Transportes	550	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	EB1 Visconde de Leceia	1	5	Transportes	96	Barcarena
	EB1 Samuel Johnson	1	5	Transportes	96	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
	Ji Nossa Senhora do Vale	6,5	15/20	Transportes	100	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias
AE de Santa Catarina	ES3 Amélia Rey Colaço	12,5	95	Transportes	1036	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
	EB12 João Gonçalves Zarco	12	107	Transportes	598	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
	EB1 D. Pedro V	11,5	63	Transportes	240	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
	EB1 Armando Guerreiro	6,8	56	Transportes	120	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
	Ji Roberto Ivens	5,2	52	Transportes	50	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
	Ji José Martins	4	35	Transportes	75	UF Linda-a-Velha, Cruz Quebrada, Algés e Dafundo
AE S. Julião da Barra	ES3 Sebastião e Silva	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB23 São Julião da Barra	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB1/JI Manuel Beça Múrias	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB1/JI Gomes Freire de Andrade	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	EB1 Conde de Ferreira	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
ES Quinta do Marquês	14	60	Transportes	1260	UF Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Carcavelos e Parede (Bairro Bela Vista), Porto Salvo	

Fonte: Unidades orgânicas.

Legenda: s.d. – sem dados.

Capítulo 6 : Oferta educativa e formativa

Neste capítulo explora-se a oferta de educação e de formação existentes no concelho de Oeiras, desde a primeira infância até ao ensino superior, assinalando as diversas modalidades de ensino. Com esta análise procura-se apresentar uma listagem detalhada das ofertas existentes e, ainda, refletir sobre como respondem à atual estratégia de desenvolvimento do município que se resume nos excertos do projeto Oeiras Valley que a seguir se transcrevem:

“Queremos que Oeiras, à semelhança de Silicon Valley, seja um polo de atração do melhor talento, das melhores ideias e da melhor tecnologia. Queremos fazer de Oeiras o maior ecossistema de inovação do País, favorecendo a instalação de empresas de base tecnológica, farmacêutica, nanotecnológica e investigação oceanográfica, estimulando a criação de empregos com alto valor acrescentado. [...] a aposta do município no programa Oeiras Educa – um programa que interliga as escolas, as famílias e a comunidade, com o objetivo de ter em Oeiras os melhores alunos do País. Na mesma linha de ação, estamos a lançar também a Agenda Para a Ciência, assente em três grandes esferas: Educação e Sociedade, Inovação e Internacionalização. O objetivo desta agenda é criar uma estratégia ambiciosa que envolva a sociedade, as universidades e institutos de investigação, as empresas e que consolide em definitivo a ciência e a tecnologia como parte da identidade do município de Oeiras. [...] aprofundar um perfil cultural que posiciona Oeiras como um dos polos mais importantes das artes, do espetáculo e da inovação e criatividade cultural da Área Metropolitana de Lisboa.” (p.3)

A oferta educativa pública do concelho de Oeiras, que compreende os 12 anos de escolaridade obrigatória, tem nos últimos anos estado mais direcionada para responder a um perfil de ingresso no ensino superior, com maior adesão à frequência nas modalidades que enquadram a chamada via de ensino regular e ou geral.

As vias profissionalizantes (Cursos Profissionais, Vocacionais, CEF, etc.), mas também as vias de recuperação/conclusão da escolaridade obrigatória (PCA, PIEFP) e a Educação de Adultos (EFA, Recorrente, Formações modulares, RVCC), têm, assim, uma expressão mais reduzida, tanto ao nível da oferta propriamente dita, estando a mesma circunscrita a determinados agrupamentos escolares, quanto ao nível da procura. Por um lado, isto aponta para os níveis de maior concretização do sucesso escolar do concelho, e, por outro lado, para bolsas de insucesso escolar confinadas a determinados territórios.

Tendo em conta os dados da tabela 6.1, verifica-se que as redes privada e solidária assumem, à semelhança do que acontece no resto do país, grande importância ao nível da oferta para a primeira infância. No total de alunos matriculados em creches e em jardins-de-infância localizados no concelho, 32,9% frequenta estabelecimentos da rede privada e 47,8% os da rede solidária. Sabendo disso, um dos objetivos da autarquia para a rede escolar concelhia, identificado pelos atores auscultados, é a reabilitação dos estabelecimentos de creches e jardins-de-infância da rede solidária. No ensino básico e no ensino secundário, é a rede de escolas públicas que acolhe a maioria dos alunos que frequenta esses níveis em Oeiras. A rede solidária não tem ofertas para esses níveis e a rede privada mantém algum peso no 1º ciclo de escolaridade do ensino básico com as matrículas de 23,1% dos alunos que frequentam esse ciclo no concelho. Nos 2º e 3º ciclos, apenas recebe 8,7%

e 7,8%, pela ordem; e sobe ligeiramente para os 14,6% alunos no total de alunos matriculados no ensino secundário em Oeiras.

Tabela 6.1: Número de alunos nas redes privada, solidária e pública, por ciclos/níveis de ensino

Ciclos/Níveis	Rede privada ¹	Rede solidária ¹	Rede pública ²
Creche e Pré-escolar	2467	3585	1441 ³
1º Ciclo	1504	-	5011
2º Ciclo	306	-	3197
3º Ciclo	448	-	5711
Ensino Secundário	846	-	4925
TOTAL	5571	3585	20285

Fontes: ¹Carta Social, 2019; ²Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Notas: ³Este número inclui apenas alunos em pré-escolar.

6.1: Pré-escolar

O pré-escolar constitui a primeira etapa do sistema de ensino e enquadra a primeira fase na vida escolar de uma criança. Apesar da frequência ser facultativa, esta etapa beneficia de um enquadramento legal nacional que prevê a sua universalidade.

No ano letivo de 2019/2020, 1.421 crianças frequentaram a rede pública do concelho de Oeiras no pré-escolar, que acumula um total de 62 salas de Jardim-de-Infância, distribuídas por cada um dos 10 agrupamentos escolares (tabela 6.2).

Tabela 6.2: Número de alunos matriculados no pré-escolar, por UO e número de salas jardim-de-infância, 2019/20

Unidades Orgânicas	Alunos Pré-Escolar	Salas de Jardim-de-Infância
AE Aquilino Ribeiro	212	8
AE Carnaxide	136	6
AE Carnaxide-Portela	144	6
AE Conde de Oeiras	118	5
AE Linda-a-Velha e Queijas	172	9
AE Miraflores	193	8
AE Paço de Arcos	92	5
AE Santa Catarina	119	5
AE São Bruno	60	3
AE São Julião da Barra	175	7
TOTAL	1421	62

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

6.1.2: Dinâmicas da oferta educativa no ensino pré-escolar no concelho de Oeiras e por unidade de freguesia – necessidades da Rede até 2025

O próximo exercício procura contribuir para a identificação de uma possível evolução da cobertura da rede pública do concelho de Oeiras, no ensino pré-escolar, em função de necessidades identificadas.

Para tal, consideram-se os resultados apresentados para a oferta educativa no ensino pré-escolar no concelho de Oeiras em articulação com a informação decorrente do exercício de projeções da

população, até 2025 (expostas no Volume I, Capítulo 2), nomeadamente da população nas idades correspondentes aos dois níveis de ensino em análise.

Será importante começar por deixar uma referência à evolução dos cenários considerados para o cálculo de projeções da população em idade escolar para 2025. Essa evolução depende de fatores historicamente conhecidos e cientificamente validados, mas irá ser influenciada, também, pelo efeito da atual pandemia (associada ao vírus COVID-19), que potenciará alterações nas dinâmicas sociais, económicas e demográficas, com impacto nos resultados apresentados neste capítulo, que deverão ser lidos tendo por base uma maior imprevisibilidade nas mudanças sociais decorrentes da atual conjuntura.

As repercussões, em termos demográficos, poderão verificar-se nos resultados das dinâmicas migratória e natural (nomeadamente, pelo aumento da mortalidade e ajustamentos na fecundidade), com efeitos no número de efetivos da população em idade escolar, nos próximos anos. Os efeitos económicos da atual pandemia, considerando o plano da educação, poderão implicar um aumento da procura do ensino público, em detrimento do ensino privado, no seguimento de eventuais agravamentos da situação socioeconómica das famílias.

Atendendo a que a pandemia está em curso e à imprevisibilidade dos seus efeitos no médio prazo, e considerando ajustamentos nas dinâmicas sociais posteriormente, mantemos a escolha dos cenários previamente identificados e considerados mais adequados para o apuramento das projeções demográficas para o concelho.

Deste modo, de acordo com os cenários considerados mais plausíveis, no exercício de projeções atrás apresentado, a população em idade escolar (3-19 anos completos) tenderá a revelar um crescimento positivo⁴ de 0,1% no concelho de Oeiras, de 2019 até 2025, apesar do abrandamento face ao crescimento verificado entre 2011 e 2019.

Tabela 6.3: População (2011), estimativas de população (2019), projeções de população (2025) em idade escolar (3-19 anos completos) e taxas de variação (%), por freguesia e no concelho de Oeiras

Freguesia	Total Grupos etários escolares (3-19 anos completos)				
	2011	2019	2025	Taxa de Variação (%) 2011-19	Taxa de Variação (%) 2019-2025
UFALVCQD	7773	7 735	7802	-0,5	0,9
UF Carnaxide e Queijas	6859	7 79	7141	3,2	0,9
UFOSJPAC	9221	9171	9070	-0,5	-1,1
Barcarena	2609	2679	2716	2,7	1,4
Porto Salvo	2930	3010	2980	2,7	-1,0
Oeiras	29392	29674	29709	1,0	0,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011; da aplicação do saldo natural no período 2011-2018 para estimativas de 2019; de Pimentel, s.d., para projeções 2025.

⁴ Considera-se, para tal, o cálculo da taxa de variação da população do grupo etário definido, que corresponde à taxa de crescimento total (TCi), com a fórmula: $(P1-P0)/P0*100$. O resultado obtido lê-se da seguinte forma: por cada 100 indivíduos existentes no início do período em análise, verifica-se um crescimento de x indivíduos até ao final do período.

Nota: no caso da UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a população projetada para 2025 resulta da média dos dois resultados considerados mais plausíveis.

Essa evolução apresenta uma distribuição desigual no território concelhio, à luz das dinâmicas demográficas diferenciadas das freguesias. Nesse sentido, em 3 das 5 freguesias, a população em idade escolar evoluirá no sentido positivo, sendo que nas restantes duas poderá registar-se um decréscimo da população em idade escolar.

As freguesias com variações positivas são a UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a UF Carnaxide e Queijas e a freguesia de Barcarena, inserem-se nos grupos que apresentaram, até 2011, uma inversão de tendência para crescimento positivo ou um crescimento permanente/consolidado. A UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e a de Porto Salvo, com variações negativas, apresentaram uma inversão de tendência para crescimento negativo e crescimento consolidado, respetivamente. A freguesia de Porto Salvo aproxima-se, com estes resultados, da tendência de crescimento negativo que vem caracterizando a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, com a qual faz fronteira. A UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, com uma inversão para crescimento positivo, poderá beneficiar da proximidade da capital e da zona ribeirinha, incluindo uma rede viária e de transportes alargada.

6.1.3. População em idade Pré-escolar e pré-Escolarização

A evolução projetada para a população em idades correspondentes ao ensino pré-escolar (3 a 5 anos completos) revela resultados de crescimento positivo para o concelho e para todas as freguesias, entre 2019 e 2025. Os valores da taxa de variação da população, entre 3 e 5 anos, ao nível da freguesia, devem ser lidos tendo por referência os valores absolutos de base, cujas oscilações se situam, na maioria dos casos, em poucas dezenas de indivíduos.

Tabela 6.4: População em idade pré-escolar (3-5 anos completos), em 2011, 2019, 2025 e taxas de variação quinquenais (%), concelho de Oeiras e Freguesias

Concelho / Freguesias	Pop. 3-5 2011	Pop. Estimada 3-5 2019	Projeção Pop. 3-5 2025	Tx. Var. Pop. 3-5 2011-2019	Tx. Var. Pop. 3-5 2019-2025
UFALVCQD ⁵	1472	1465	1497	-0,48	2,18
UFCQ	1410	1455	1468	3,19	0,89
UFOSJPAC ⁶	1603	1594	1630	-0,56	2,26
Barcarena	511	525	532	2,74	1,33

⁵ No caso da UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a população projetada para 2025 resulta da média dos dois resultados considerados mais plausíveis para o total da população em idade escolar (quadro anterior). Para a pop. em idade pré-escolar, adotou-se o peso da população do mesmo grupo etário no último momento censitário, admitindo uma variação diferente da assumida para o conjunto da população da freguesia.

⁶ Na UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias considerou-se, para o total da população em idade escolar o resultado da projeção do cenário moderado, com peso projetado para 2025 e, para a população em idade pré-escolar, adotou-se o peso dessa população no último momento censitário.

Porto Salvo ⁷	532	546	554	2,63	1,47
Oeiras	5528	5585	5681	1,03	1,72

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011; da aplicação do saldo natural no período 2011-2018 para estimativas de 2019; de Pimentel, s.d., para projeções 2025.

Na freguesia de Porto Salvo, adotou-se o resultado do cenário moderado para o total da população em idade escolar e do cenário otimista para a população em idade pré-escolar, tendo por referência as proporções etárias do último momento censitário.

Assim, nos dois períodos analisados no conjunto do período de 2011 a 2025, para o concelho, a taxa de variação da população em idade pré-escolar é positiva, sendo o crescimento projetado para o período entre 2019 e 2025 (1,72%) ligeiramente superior ao do período anterior, de 2011 a 2019 (1,03%) (o que significa que, por cada 100 crianças com idades entre 3 e 5 anos completos em 2019, espera-se, até 2025, um crescimento de 1,72 crianças com as mesmas idades). Para esse crescimento verificam-se contributos desiguais entre freguesias, mas, como referido atrás, um crescimento positivo em todas elas, variando entre 0,89% (UF Carnaxide e Queijas) e 2,26% (UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias).

Introduzindo na análise os resultados referentes à escolarização para o ano letivo 2019-20, e considerando a oferta pública, privada e solidária, constata-se que é nestas última que se situa a maioria dos alunos inscritos no ensino pré-escolar no concelho de Oeiras. Do conjunto das freguesias, nesse ano letivo, em nenhuma freguesia se registavam mais alunos inscritos na rede pública face à rede privada e solidária em conjunto.

Tabela 6.5: Alunos inscritos no ensino Pré-escolar, 2019-20, Rede Pública, Rede Privada (lucrativa) e Solidária e Total, concelho de Oeiras e freguesias

Concelho / Freguesias	Alunos inscritos Pré-escolar Público (Rede do ME)	Alunos inscritos Pré-escolar Rede privada e solidária	Alunos inscritos Pré-escolar Rede privada (lucrativa)	Alunos inscritos Pré-escolar Rede solidária	Total de alunos inscritos no pré-escolar
UFALVCQD	312	836	466	370	1148
UFCQ	383	715	243	472	1098
UFOSJPAC	445	1209	486	723	1654
Barcarena	69	252	65	187	321
Porto Salvo	212	400	196	204	612
Oeiras	1421	3412	1456	1956	4833

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; GEP-MTSSS (2020), Carta Social.

⁷ Na freguesia de Porto Salvo, adotou-se o resultado do cenário moderado para o total da população em idade escolar e do cenário otimista para a população em idade pré-escolar, tendo por referência as proporções etárias do último momento censitário.

Daqui decorrem resultados para a taxa de pré-escolarização⁸ superiores para o ensino privado para Oeiras e respetivas freguesias. Com efeito, verifica-se que, na rede pública do Ministério da Educação (o que exclui outros casos de oferta pública, nomeadamente, da rede solidária), a taxa de escolarização era, em 2019-20, de 25,4% no concelho, o que significa que por cada 100 crianças com idades entre os 3 e os 5 anos completos, cerca de 25 alunos frequentavam a rede pública escolar do Ministério da Educação. Considerando os alunos inscritos na rede privada, a taxa de pré-escolarização apresenta um resultado de 61,1%.

A taxa de pré-escolarização total apresenta um resultado de 86,5% para o concelho de Oeiras, em 2019-2020. A diferença deste resultado para o valor de 100% poderá significar que nem todas as crianças residentes estão matriculadas no ensino pré-escolar, mas também que poderão frequentar o sistema de ensino numa localidade diferente da sua área de residência, tendo em conta, por exemplo, a proximidade do local de trabalho dos pais/encarregados de educação.

Ora, os dois fatores referidos, eventualmente combinados com outros, contribuem para resultados na taxa de pré-escolarização total inferiores a 100%, pelo que a leitura do indicador deve integrar essa informação.

Tabela 6.6: Taxas de pré-escolarização (%) e Proporção de alunos inscritos (%), 2019-20, Rede Pública Ministério Educação, Rede Privada e Total, concelho de Oeiras e freguesias

Concelho / Freguesias	Taxa Pré-escolarização Rede Pública - M.Educ (%)	Taxa Pré-escolarização - Rede Priv. e Solidária (%)	Taxa Pré-escolarização 2019-20 (%)	Proporção de alunos inscritos rede privada e solidária 2019-20 (%)	Proporção de alunos inscritos rede pública 2019-20 (%)
UFALVCQDA	21,3	57,1	78,4	27,2	72,8
UFCQ	26,3	49,1	75,5	34,9	65,1
UFOSJPAC	27,9	75,8	103,8	26,9	73,1
Barcarena	13,1	48,0	61,1	21,5	78,5
Porto Salvo	38,8	73,3	112,1	34,6	65,4
Oeiras	25,4	61,1	86,5	29,4	70,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de estimativas calculadas para 2019 e de Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020; GEP-MTSSS (2020), Carta Social.

Nota: As taxas apresentadas correspondem a taxas brutas de escolarização, na medida em que correspondem ao quociente entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos (DGEEC, Sistema de Metainformação, www.dgeec.pt).

Do conjunto das freguesias de Oeiras, as que apresentam um resultado mais elevado na taxa de pré-escolarização, quer para a rede pública, quer privada e solidária, são a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e a freguesia de Porto Salvo. Esses resultados determinam uma taxa de pré-

⁸ As taxas apresentadas correspondem a taxas brutas de escolarização, na medida em que correspondem ao quociente entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos (DGEEC, Sistema de Metainformação, www.dgeec.pt).

escolarização total superior a 100, o que revela pressão na procura de rede de ensino (sobretudo privada) nessas freguesias, incluindo de crianças residentes noutras freguesias.

A freguesia de Barcarena é a que apresenta o resultado da taxa de pré-escolarização total menos elevado (61,1%). A que apresenta uma taxa de pré-escolarização mais elevada na rede pública é a freguesia de Porto Salvo (38,8%) e a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias apresenta a taxa de pré-escolarização mais elevada na rede privada (75,8%), sendo, eventualmente, a freguesia com a oferta mais elevada de vagas e correspondente procura em estabelecimentos privados. Com efeito, as mais elevadas taxas de pré-escolarização na rede privada compensarão a falta de cobertura de rede pública nessas freguesias, mas poderão, também, estar a dar resposta à procura da rede pré-escolar por parte de população não residente.

Atendendo a estes resultados e à indicação que dão quanto à frequência do sistema de ensino em freguesias que não as de residência, será mais plausível que o balanço sobre a oferta e a procura da rede escolar, neste e noutro(s) ciclo(s) de ensino, se faça, sobretudo, ao nível do concelho. Tal significa que quando se avalia a oferta de rede escolar, a melhor opção será considerar a capacidade existente ao nível do concelho, sendo que, na hipótese de existirem zonas (freguesias) em sublotação e outras com elevada procura face à oferta, na oferta da rede pública, poderá existir soluções alternativas à construção de novos equipamentos, passando, por exemplo, pela promoção do transporte escolar. Já a identificação da necessidade de alargamento de rede, a partir de um balanço global feito ao nível do concelho poderá justificar a construção, reconfiguração ou requalificação de equipamentos. Fará, assim, sentido analisar, de seguida, indicadores que remetem para a evolução do número de alunos, e para a capacidade e ocupação das escolas.

Atendendo ao número de alunos no ano letivo de 2019-20, e ao aumento projetado da população, poderá esperar-se que os valores da taxa de escolarização atuais se mantenham em níveis próximos do indicado. Sabendo-se que a procura, em algumas freguesias, se estende a residentes de localidades limítrofes, é de assinalar que a capacidade revelada pelas escolas, em 2019-20, não se encontrava totalmente ocupada⁹.

⁹ A 'taxa' de ocupação das escolas foi calculada considerando a informação para o ano letivo 2019-20, sobre o número de alunos no ensino pré-escolar e a capacidade das escolas (para a qual se considera o número de salas disponíveis para acolher turmas do ciclo de ensino em análise e uma média de 22,5 alunos por turma).

Tabela 6.7: Alunos inscritos no ensino Pré-escolar, 2019-20, Capacidade das escolas, Ocupação Escolas, Concelho de Oeiras e Freguesias, Rede Pública Ministério da Educação e Rede Privada Lucrativa e Solidária

Concelho / Freguesias	Alunos PE Público (Rede do ME)	Capa. PE 2019-20 R. Públ.	Ocup. escolas PE 2019-20 (%) R. Públ.	Alunos 2019-20 PE R. Pri./ Sol.	Cap. escolas 2019-20 R. Priv./ Sol.	Ocup. escolas PE 2019-20 (%) R. Priv./Sol.	Total Alunos PE	Cap. PE 2019-20	Ocup. PE 2019-20 (%)
UFALVCQD	312	293	106,5	836	884	94,6	1148	1177	97,5
UFCQ	383	384	99,7	715	752	95,1	1098	1136	96,7
UFOSJPAC	445	474	93,9	1209	1378	87,7	1654	1852	89,3
Barcarena	69	91	75,8	252	342	73,7	321	433	74,1
Porto Salvo	212	180	117,8	400	552	72,5	612	732	83,6
Oeiras	1421	1422	99,9	3412	3908	87,3	4833	5330	90,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Com efeito, face ao número de salas disponíveis (indicador tomado como referência para avaliar a capacidade das escolas), identifica-se ainda uma margem de perto de 10% para o acolhimento alunos no ensino pré-escolar, o que parece paradoxal, face aos resultados da taxa de escolarização. Tal facto dever-se-á às especificidades das dinâmicas da oferta e da procura, dentro e entre freguesias, dentro do concelho e com concelhos limítrofes, bem como à opção pela oferta privada independentemente da disponibilidade de vagas na rede pública. As freguesias que apresentam uma taxa de ocupação mais elevada (superior a 100%), na rede pública, são a UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e a freguesia de Porto Salvo. A freguesia com uma taxa de ocupação mais elevada, em termos globais, é a UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo (97,5%).

O exercício que se propõe de seguida é o de identificar o número de salas necessárias para o ensino pré-escolar público até 2025, para o concelho de Oeiras, no pressuposto do alargamento da rede suportado no princípio da universalização do ensino pré-escolar. Partindo de uma taxa de pré-escolarização para a rede pública de 25,4%, propõe-se que, até 2025, o número de crianças a cobrir (a partir da população do concelho projetada para o grupo etário 3-5 anos completos) seja de, pelo menos, 50%. Apesar de ser feito o exercício por freguesia, parece-nos indicado, pelas razões já apresentadas, que a análise seja feita ao nível concelhio.

Tabela 6.8: Projeções do n.º alunos (R. Pública), da população 3-5 anos para 2025, Alunos do ensino Pré-escolar a cobrir pela Rede Pública do ME até 2025 (meta 50%), Vagas e Salas necessárias para Rede Pública do ME até 2025 (meta 50%)

Concelho / Freguesias	Projeção do n.º de alunos para 2025 - Pré-escolar (R. Pública) (1)	Projeção Pop. 3-5 2025	Nº de alunos abrangidos até 2025 (2)	Vagas a abrir até 2025 (3)	Nº de Salas Ens. Pré-Escolar necessárias até 2025 (4)	Nº salas por ocupar em 2019/20	Nº de Salas Ens. Pré-Escolar necessárias até 2025 (5)
UFALVCQD	319	1497	749	456	20	-1	21
UFCQ	386	1468	734	350	16	0	16
UFOSJPAC	455	1630	815	341	15	1	14
Barcarena	70	532	266	175	8	1	7
Porto Salvo	215	554	277	97	4	-1	6
Total Oeiras	1445	5681	2841	1419	63	0	63

Fonte: Cálculos próprios.

(1) mantendo-se a atual cobertura da rede pública (com base na população e nº de alunos em 2019-20 e na taxa variação prevista para pop. 3-5 entre 2019 e 2025); (2) alunos a cobrir pela rede escolar até 2025 no ensino pré-escolar público (meta 50%); (3) Necessidade de alargamento da rede para cumprimento de meta de 100% de cobertura de rede do Ministério da Educação até 2025; (4) Salas necessárias para atingir 50% de cobertura de rede entre 2019-20 e 2025 (caso a taxa de ocupação atual fosse de 100%); (5) nº de Salas Ensino Pré-Escolar necessárias para atingir 50% de cobertura de rede entre 2019-20 e 2025.

Tabela 6.9: Projeções do n.º alunos total, da população 3-5 anos para 2025, Alunos do ensino Pré-escolar a cobrir pela Rede Pública do ME até 2025 (meta 100%), Vagas e Salas necessárias para Rede Pública do ME até 2025 (meta 100%)

Concelho / Freguesias	Projeção do n.º de alunos para 2025 - Pré-escolar (1)	Projeção Pop. 3-5 2025	Vagas a abrir até 2025 (2)	Nº de Salas Ens. Pré-Escolar necessárias até 2025 (valor bruto) (3)	Nº salas por ocupar em 2019/20	Nº de Salas Ens. Pré-Escolar necessárias até 2025 (valor líquido) (4)
UFALVCQD	1173	1497	320	14	1	13
UFCQ	1108	1468	332	15	2	13
UFOSJPAC	1691	1630	-222	-10	9	-19
Barcarena	325	532	99	4	5	-1
Porto Salvo	621	554	-178	-8	5	-13
Total Oeiras	4916	5681	351	16	22	-6

Fonte: Cálculos próprios.

(1) mantendo-se a atual cobertura da rede (com base na população e nº de alunos em 2019-20 e na taxa variação prevista para pop. 3-5 entre 2019 e 2025); (2) Necessidade de alargamento da rede para cumprimento de meta de 100% de cobertura de rede até 2025; (3) Salas necessárias para atingir 100% de cobertura de rede entre 2019-20 e 2025; (4) nº de Salas Ensino Pré-Escolar necessárias para atingir 100% de cobertura de rede (pública, privada e solidária) entre 2019-20 e 2025, considerando as salas sem ocupação, em 2019-20.

Assim, de acordo com a população projetada para 2025 para o grupo etário correspondente ao ensino pré-escolar, no concelho de Oeiras, e com o objetivo de cobrir pelo menos 50% dessa população na oferta do ensino pré-escolar, e considerando as vagas existentes em 2019-20, calcularam-se as vagas a abrir até 2025. O número de salas necessárias para a abertura de vagas que cubram 50% da população em idade pré-escolar em 2025, considerando todos os recursos necessários (nomeadamente, reforço de pessoal docente e auxiliar), será de 97 novas salas.

Repetindo o exercício, mas com o objetivo de assegurar as necessidades totais da rede (100% de cobertura) da população em idade pré-escolar, em 2025, e integrando na oferta a rede privada, os resultados apontam, não para a necessidade de novas salas, mas para um excedente de 6 salas no concelho. Para esse excedente, contribuem, sobretudo, os valores encontrados para as freguesias como a UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias e Porto Salvo. Esses valores deverão ser lidos em articulação com os resultados anteriores que apontavam para taxas de pré-escolarização superior a 100%, decorrente, por exemplo, de procura de escola por parte de crianças residentes fora da freguesia. Nesse sentido, as salas excedentes para a população em idade pré-escolar da freguesia, poderão permitir dar resposta à procura vinda de outras freguesias.

6.2: Ensino Básico

No ano letivo de 2019/2020 estavam matriculados no ensino básico, 13.830 alunos. Destes, 5.269 no 1º ciclo, 3.197 no 2º ciclo e, finalmente, representando a maioria do conjunto, 5.364 no 3º ciclo. De seguida apresentam-se algumas especificidades para cada ciclo de ensino.

6.2.1: 1º ciclo do Ensino Básico

Em 2019/20 contabilizam-se 5269 alunos de 1º ciclo distribuídos pelas escolas de 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, e ainda 1504 alunos matriculados na rede privada, de acordo com a informação consultada na DGEEC/Pordata.

Tabela 6.10: Alunos matriculados no 1º ciclo do Ensino Básico, na rede pública do concelho de Oeiras, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Alunos matriculados no 1º ciclo (Rede Pública)
AE Aquilino Ribeiro	559
AE Carnaxide	645
AE Carnaxide-Portela	174
AE Conde de Oeiras	411
AE Linda-a-Velha e Queijas	757
AE Miraflores	580
AE Paço de Arcos	532
AE Santa Catarina	573
AE São Bruno	258
AE São Julião da Barra	780
TOTAL	5269

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

6.2.2: Dinâmicas da oferta educativa no 1º ciclo do ensino básico no concelho de Oeiras e por unidade de freguesia – necessidades da Rede até 2025

O próximo exercício procura contribuir para a identificação de uma possível evolução da cobertura da rede pública do concelho de Oeiras no 1º ciclo, em função de necessidades identificadas e retomando a lógica do exercício realizado com o pré-escolar no ponto 6.1.2.

Para tal, e seguindo a mesma metodologia, considera-se a informação relativa ao 1º ciclo em articulação com a informação decorrente do exercício de projeções da população, até 2025 (expostas no Volume I, Capítulo 2), nomeadamente da população nas idades correspondentes a este nível de ensino em análise. De considerar também para este exercício, o enquadramento inicial apresentado no ponto 6.1.2., com a evolução dos cenários mobilizados para o cálculo de projeções da população em idade escolar para 2025.

De seguida, considera-se a evolução da população em idade escolar correspondente ao 1º ciclo do Ensino Básico. Tal como no grupo etário mais jovem, a população em idade escolar dos 6 aos 9 anos completos, apresentou uma variação positiva entre 2011 e 2019 (de acordo com os dados censitários de 2011 e estimativas para 2019), no concelho de Oeiras, e poderá apresentar um crescimento mais forte até 2025 (chegando, eventualmente, a 1,73%).

Do conjunto das 5 freguesias, 3 apresentam resultados positivos para o crescimento entre 2011 e 2019 e para todas se espera um crescimento positivo até 2025. Nesse sentido, todas as freguesias apresentam uma inversão de tendência (de crescimento negativo para positivo) ou manutenção de crescimento positivo. Ainda assim, as variações positivas entre 2011-19 e 2019-25, em algumas freguesias, devem ser lidas com alguma cautela pela pouca expressão dos valores absolutos. É mais prudente uma leitura ao nível do concelho, em termos relativos.

Tabela 6.11: População com idades dos 6 aos 9 anos completos, em 2011, 2019, 2025 e taxas de variação quinzenais (%), concelho de Oeiras e Freguesias

Concelho / Freguesias	Pop. 6-9 2011	Pop. Estimada 6-9 2019	Projeção Pop. 6-9 2025	Tx. Var. Pop. 6-9 2011-2019	Tx. Var. Pop. 6-9 2019-2025
UFALVCQD	1 947	1 937	1 980	-0,51	2,22
UFCQ	1 713	1 768	1 783	3,21	0,85
UFOSJPAC	2 246	2 234	2 284	-0,53	2,24
Barcarena	639	656	665	2,66	1,37
Porto Salvo	729	749	759	2,74	1,34
Total Oeiras	7 274	7 344	7 471	0,96	1,73

Fonte: Cálculos próprios, a partir dos dados censitários de 2011; da aplicação do saldo natural no período 2011-2018 para estimativas de 2019; de Pimentel, s.d., para projeções 2025.

Nota: no caso da UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, a população projetada para 2025 resulta da média dos dois resultados considerados mais plausíveis para o total da população em idade escolar (quadro anterior).

Para a pop. em idade escolar (6-9), adotou-se o peso da população do mesmo grupo etário no último momento censitário, admitindo uma variação diferente da assumida para o conjunto da população da freguesia. Na UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias considerou-se, para o total da população em idade escolar o resultado da projeção do cenário moderado, com peso projetado para 2025 e, para a população em idade escolar (6-9), adotou-se o peso dessa população no último momento censitário. Na freguesia de Porto Salvo, adotou-se o resultado do cenário moderado para o total da população em idade escolar e do cenário otimista para a população em idade escolar (6-9), tendo por referência as proporções etárias do último momento censitário.

Considerando, agora, o número de alunos inscritos no ensino público no 1º ciclo, no ano letivo de 2019-20, e a respetiva taxa de escolarização, verifica-se que no concelho de Oeiras, por cada 100 crianças com idades entre os 6 e os 9 anos completos, existem 70 alunos matriculados no 1º ciclo do ensino público.

Na UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo encontra-se o valor mais baixo (59,5%) e na UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias, o valor mais alto (86,4%).

Tabela 6.12: Alunos inscritos no 1º Ciclo (Ens. Público), 2019-20, Concelho de Oeiras e Freguesias

Concelho / Freguesias	Alunos inscritos 1º Ciclo (Ens. Público)
UFALVCQD	1 153
UFCQ	1 159
UFOSJPAC	1 930
Barcarena	468
Porto Salvo	459
Total Oeiras	5 169

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Nota: os dados não incluem os alunos da EB1 de Talaide.

Tabela 6.13: Taxas de escolarização 1º Ciclo (Ens. Público) (%), 2019-20, Concelho de Oeiras e Freguesias

Concelho / Freguesias	Taxa Escolarização - Ens. Público (%)
UFALVCQD	59,5
UFCQ	65,6
UFOSJPAC	86,4
Barcarena	71,3
Porto Salvo	61,3
Total Oeiras	70,4

Fonte: Cálculos próprios.

Nota: não é possível calcular a taxa de escolarização para a rede privada por freguesia porque não temos informação sobre o número de alunos inscritos para esse nível de desagregação geográfica.

Não será possível calcular a taxa de escolarização para a rede privada por freguesia porque não temos informação sobre o número de alunos inscritos para esse nível de desagregação geográfica. O apuramento do indicador para a rede privada e para o total é feito, assim, ao nível do concelho.

Tabela 6.14: Alunos inscritos no 1º Ciclo, 2019-20, Ensino Público, Ensino Privado e Total, Concelho de Oeiras

Concelho	Alunos inscritos 1º Ciclo - Ens. Público	Alunos inscritos 1º Ciclo - Ens. Privado	Total de alunos inscritos no 1º Ciclo
Oeiras	5 169	1 504	6 673

Fonte: DGEEC, Alunos matriculados por nível de ensino, 2019-20 (rede privada) (cons. em Pordata); Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020 (rede pública).

Tabela 6.15: Taxas de escolarização 1º Ciclo (%), 2019-20, Ensino Público, Ensino Privado e Total, Concelho de Oeiras

Concelho	Taxa Escolarização - Ens. Público (%)	Taxa Escolarização - Ens. Privado (%)	Taxa Escolarização (%)
Oeiras	70,4	20,5	90,9

Fonte: Cálculos próprios, a partir de DGEEC, Alunos matriculados por nível de ensino, 2019-20 (rede privada); Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020 (rede pública).

Os resultados das taxas de escolarização revelam os diferentes contributos para a taxa de escolarização total, que se situa em 90,9%. A taxa de escolarização do 1º ciclo no ensino público (70,4%) é bastante mais elevada do que a do ensino privado (20,5%).

Relacionando, de seguida, os alunos inscritos em 2019-20 com a capacidade das escolas no mesmo ano letivo, verificamos que a ocupação das escolas no concelho de Oeiras se situa em 97,7%, sendo que duas freguesias (UF Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo e UF Oeiras e S. J. Barra, P. Arcos e Caxias) se encontram em sobrelotação, com uma taxa de ocupação superior a 100%. Nas restantes freguesias, a taxa de ocupação é também muito elevada, sempre superior a 80%.

Tabela 6.16: Alunos inscritos no 1º Ciclo (Ens. Público), Capacidade das escolas, Ocupação Escolas, Concelho de Oeiras e Freguesias, 2019-2020

Concelho / Freguesias	Alunos 2019-20	Capacidade escolas estimada 2019-20	Ocupação 2019-20 (%)
UFALVCQD	1 153	1 081	106,7
UFCQ	1 159	1 219	95,1
UFOSJBPAC	1 930	1 909	101,1
Barcarena	468	529	88,5
Porto Salvo	459	552	83,2
Total Oeiras	5 169	5 290	97,7

Nota: A ocupação das escolas foi calculada considerando a informação para o ano letivo 2019-20, e a capacidade das escolas (para a qual se considera o número de salas disponíveis para acolher turmas do ciclo de ensino em análise e uma média de 23 alunos por turma).

Com base na informação analisada até agora, procuramos identificar as necessidades globais (concelhias) e eventual ajustamento da rede escolar para o 1º ciclo.

Começámos por identificar a necessidade de vagas até 2025, projetando o nº de alunos e a população, a partir da mesma taxa de variação (a taxa variação prevista para pop. 6-9 entre 2019 e 2025). Os resultados desiguais para o concelho e para algumas freguesias relativamente às vagas necessárias até 2025, dão conta da descoincidência eventual entre a população residente na freguesia e a população matriculada no 1º ciclo (ensino público). O que vem reforçar a maior pertinência da análise ao nível do concelho, a que se junta o critério da ocupação das salas que introduzimos de seguida.

Assim, e para o concelho de Oeiras, de acordo com a população projetada para 2025 para o grupo etário dos 6 aos 9 anos completos, seriam necessárias 47 novas salas para o 1º ciclo. Contudo, estando identificadas, em 2019-20, cerca de 5 salas por ocupar, será razoável admitir a necessidade de um número de salas inferior (41).

Tabela 6.17: Projeções da população 6-9 anos e alunos, Vagas e Salas necessárias até 2025, Concelho de Oeiras e Freguesias

Concelho / Freguesias	Projeção do n.º de alunos para 2025 - 1º ciclo (1)	Vagas a abrir até 2025 (2)	Projeção Pop. 6-9 2025	Média projeção 2025 n.º alunos 1.º ciclo e projeção pop. 6-9 anos	Vagas a abrir até 2025, considerando a projeção do n.º de alunos (3)	Nº de Salas 1º ciclo necessárias até 2025 (valor bruto) (4)	Nº salas por ocupar em 2019-20	Nº de Salas 1º ciclo necessárias até 2025 (valor líquido) (5)
UFALVCQD	1 179	98	1 980	1 579	498	22	-3	25
UFCQ	1 169	-50	1 783	1 476	257	11	3	9
UFOSJPAC	1 973	64	2 284	2 129	220	10	-1	10
Barcarena	474	-55	665	570	41	2	3	-1
Porto Salvo	465	-87	759	612	60	3	4	-1
Total Oeiras	5 258	-32	7 471	6 365	1 075	47	5	41

Fonte: Cálculos próprios.

(1) Projeção do n.º de alunos para 2025, no 1º ciclo, mantendo-se a atual cobertura da rede pública (com base na população e nº de alunos em 2019 e na taxa variação prevista para pop. 6-9 entre 2019 e 2025); (2) Necessidade de alargamento da rede - vagas a abrir até 2025 (com base nos alunos projetados para 2025 a partir da taxa de variação prevista para pop. 6-9 entre 2019 e 2025); (3) Necessidade de alargamento da rede - vagas a abrir até 2025 (com base na projeção do nº de alunos); (4) Nº de Salas de 1º ciclo a abrir entre 2019-20 e 2025 (se a taxa de ocupação atual fosse de 100%); (5) Nº de Salas de 1º ciclo necessárias para cobertura necessidades da população em idade escolar do concelho de Oeiras entre 2019-20 e 2025.

Não obstante a análise ser apresentada, até ao momento, para o nível de desagregação geográfica da freguesia, o exercício final apresenta-se para o total do concelho, por duas razões fundamentais, anteriormente afluídas.

A primeira razão prende-se com a dinâmica concelhia na procura de escola, por parte dos alunos e respetivas famílias. A procura verificada na rede pública do 1º ciclo, no concelho de Oeiras, não parece seguir uma ordem demográfica ou geográfica, verificando-se uma maior procura de vagas nas freguesias mais envelhecidas e com menor proporção de jovens (as do litoral), que nem sempre coincidirão com a freguesia de residência dos alunos. Para tal contribuirá uma maior oferta de vagas nessas freguesias, mas existirão também outras razões, nomeadamente, de natureza logística, que motivam a procura de determinada escola no concelho, mas de outra freguesia que não a da residência.

Quanto à segunda razão, considera-se que a identificação de necessidades na rede educativa deverá considerar a oferta privada existente, na qual se verificava em 2019-20 uma taxa de escolarização superior a 20% no concelho. Acontece que os dados disponíveis sobre a rede privada estão disponíveis apenas ao nível do concelho.

Pelas duas razões apontadas, o exercício final de aferição das necessidades é apresentado para o total do concelho. Nesse exercício, é tida em conta a oferta privada no 1º ciclo de 2019-20, no concelho, para o apuramento da necessidade de novas salas até 2025.

Tabela 6.18: Nº Salas necessárias no 1º ciclo até 2025, Ensino Público, Salas asseguradas no Ensino Privado, Concelho Oeiras

Concelho	Novas Salas para cobertura total 1º Ciclo Ens. Público (1)	Número de salas asseguradas pela rede privada 2019-20	Novas Salas necessárias 1º Ciclo até 2025 (2)
Oeiras	41	65	-24

Fonte: Cálculos próprios.

Notas: (1) Nº de Salas de 1º ciclo necessárias para cobertura total da rede até 2025, no pressuposto de ser totalmente assegurada pelo ensino público; (2) Nº de salas de 1º ciclo necessárias até 2025, considerando a rede pública e privada existentes em 2019-20.

Se a oferta da rede privada (que corresponde a 65 salas) se mantiver até 2025, assim como a respetiva procura, as necessidades identificadas para o primeiro ciclo na rede pública, no concelho de Oeiras, não só ficarão supridas, como se verificará um excedente de até 24 salas até 2025.

6.2.3: 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

No ensino básico, e em particular considerando os 2º e 3º ciclos, a maioria dos alunos frequenta as escolas públicas nas designadas vias de ensino regular, sendo menos expressiva a frequência nas vias de ensino alternativas (ver figura 7.2 do Capítulo 7). É de notar que apenas o AE de Carnaxide-Portela, cuja oferta vai apenas até ao 9º ano de escolaridade do ensino básico, tem 5,8% dos seus alunos a frequentar outras vias de ensino alternativas (figura 7.3 do Capítulo 7).

Na tabela 6.19 pode ser analisada a distribuição dos alunos do 3º ciclo pelo tipo de oferta e por unidade orgânica, confirmando-se que a oferta e frequência nas vias de ensino não regular ao nível do ensino básico é mais reduzida.

As vias complementares, alternativas, de educação e formação, e até mesmo de formação e educação de adultos, têm nestes ciclos de ensino um carácter quase residual: por exemplo, no AE de Carnaxide-Portela, contam-se 11 alunos envolvidos no Programa Integrado de educação e Formação (PIEF), ao nível do 2º ciclo. No caso do 3º ciclo verificamos um padrão semelhante: pouco mais de 2,5% dos alunos frequentava os Percursos Complementares Alternativos (PCA) – 17 alunos; um PIEF – 23 alunos; um Curso de Educação e Formação (CEF) de nível básico – 18 alunos; e as modalidades de educação e formação de adultos, mais especificamente na oferta dos cursos EFA de percurso de 3º ciclo – 75 alunos.

É de notar, então, que esta oferta de “fim de linha”, como também é denominada na gíria, e que visa essencialmente a recuperação do aluno e a conclusão da escolaridade obrigatória, está concentrada nos dois agrupamentos do programa TEIP do concelho, depreendendo-se que as necessidades ditam a manutenção destas ofertas.

De referir ainda, 6 alunos em ensino doméstico (AE de Carnaxide-Portela, AE Conde de Oeiras e AE de Miraflores) e 1 aluno em ensino à distância (AE de Carnaxide-Portela). Ao nível do ensino artístico, e considerando o ano letivo de 2020/21, contabilizam-se 137 alunos em regime de ensino articulado no 2º ciclo e 179 alunos no 3º ciclo.

Tabela 6.19: Número de alunos do 3º ciclo do ensino básico nas escolas públicas do concelho de Oeiras, por tipo de oferta educativa e por UO, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Vias para prosseguimento de estudos	Vias de “Recuperação”		Vias profissionalizante	Educação de Adultos	TOTAL
		PCA	PIEF	CEF	EFA	
AE Aquilino Ribeiro	328	17	23	0	0	368
AE Carnaxide	678	0	0	0	0	678
AE Carnaxide-Portela	96	0	0	18	0	114
AE Conde de Oeiras	270	0	0	0	0	270
AE Miraflores	601	0	0	0	0	601
AE Paço de Arcos	635	0	0	0	52	687
AE Santa Catarina	546	0	0	0	0	546
AE São Bruno	240	0	0	0	0	240
A São Julião da Barra	636	0	0	0	23	659
AE Linda-a-Velha e Queijas	704	0	0	0	0	704
ES Quinta do Marquês	497	0	0	0	0	497
TOTAL	5 229	17	23	18	75	5 364

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Na rede privada destacam-se duas instituições. O Instituto Espanhol de Lisboa *Giner de los Rios*, que tem uma oferta desde o pré-escolar até ao ensino secundário, e que segue as orientações

curriculares vigentes em Espanha ¹⁰. E o Instituto de Tecnologias Náuticas que em 2018/2019 detinha dois Cursos de Educação e Formação, de Serralheiro e de Eletromecânico de Refrigeração e Climatização - Sistemas Domésticos e Comerciais, envolvendo um total de 58 alunos.

6.3: Ensino secundário

Observa-se uma tendência semelhante no ensino secundário, isto é, destacando-se a procura pelas ofertas das vias mais vocacionadas para o prosseguimento de estudos, sobressaindo os cursos científico-humanísticos, por contraste aos cursos profissionais.

No ensino secundário a maioria dos alunos inscritos em escolas públicas frequenta os cursos científico-humanísticos (mais de 90%), dispersos de forma relativamente equilibrada pela rede pública das unidades orgânicas com oferta de ensino secundário (num total de oito). Aproximadamente 45% dos alunos optou pelos cursos de Ciência e Tecnologia, seguidos dos de Línguas e Humanidades, das Ciências Socioeconómicas e, por último, das Artes Visuais.

Apenas 8,1% dos alunos está matriculada noutras vias de ensino secundário, destacando-se o AE de Paço de Arcos e o AE Aquilino Ribeiro com 13,4% e 8,1%, respetivamente, de alunos inscritos em cursos profissionais (ver figuras 7.2 e 7.3 do Capítulo 7); e que esgotam este tipo de oferta na rede pública.

Tabela 6.20: Número de alunos do ensino secundário, por tipo de oferta educativa regular e profissional e por UO, 2019/2020

Unidades Orgânicas	Total	Vias para prossecução de estudos ("regular")					Vias "não regulares"
		Total	Ciências e Tecnologias	Ciências Socioeconómicas	Línguas e Humanidades	Artes Visuais	Cursos Profissionais
AE Aquilino Ribeiro	248	156	79	n.e.	77	n.e.	92
AE Carnaxide	506	506	270	86	150	n.e.	n.e.
AE Miraflores	487	487	274	106	107	n.e.	n.e.
AE Paço de Arcos	1 008	701	324	118	213	46	307
AE Santa Catarina	359	359	172	72	115	n.e.	n.e.
A São Julião da Barra	1 050	1 050	471	268	229	82	n.e.
AE Linda-a-Velha e Queijas	607	607	301	86	146	74	n.e.
ES Quinta do Marquês	660	660	346	146	86	82	n.e.
Total	4 925	4 526	2 237	882	1 123	284	399

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Legenda: n.e. = não existe.

Adicionalmente, e considerando o ano letivo de 2019/20, contabilizavam-se 785 alunos adultos envolvidos em modalidades de ensino secundário (cursos EFA e modalidades formativas), e, já considerando o ano letivo de 2020/21, 30 alunos em regime de ensino articulado artístico.

¹⁰ Para mais informação ver: <http://ginerdelosrios.educalab.es/home>

Na tabela 6.21, que contém a oferta que estava planeada para o ano letivo 2020/2021, confirma-se a tendência de foco sobre os cursos científico-humanísticos, em particular, nas Ciências e Tecnologias (27 turmas). Para os cursos de Línguas e Humanidades estava prevista a abertura de 16 turmas e nas Ciências Socioeconómicas, de 12 turmas. Nos cursos de Artes Visuais, a procura mantém-se baixa, com a abertura prevista de apenas 4 turmas.

Entre as várias vias de ensino, com exceção da regular de nível secundário previstas pelo sistema educativo português, apenas se previa a abertura de 4 turmas de cursos profissionais. As outras vias – Cursos Artísticos Especializados, Ensino Secundário na Modalidade de Ensino Recorrente e Cursos Vocacionais – não estavam previstas abertura de turmas no concelho para o ano letivo de 2020/2021.

Tabela 6.21: Número de turmas previstas para oferta educativa e formativa no ensino secundário na rede pública no concelho de Oeiras, 2020-2021

UO	Cursos científico-humanísticos				Outras Vias			
	Ciências e Tecnologia	Ciências socioeconómicas	Línguas e Humanidades	Artes Visuais	Cursos profissionais	Cursos Artísticos especializados	Ensino Recorrente	Cursos vocacionais
AEAR	1	n.e.	1	n.e.	2	n.e.	n.e.	n.e.
AEC	3	1	2	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
AELVQ	4	1	2	1	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
AEM	4	2	1	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
AEPA	4	2	3	1	4	n.e.	n.e.	n.e.
AESC	2	2	2	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
AESJB	5	3	4	1	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
ESQM	4	1	1	1	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
TOTAL	27	12	16	4	6	n.e.	n.e.	n.e.

Fonte: Portal da Educação da CMO; Guia de matrícula do ensino Secundário, 2020.

Legenda: EP = Escola Profissional; AEMAR = Instituto de Tecnologias Náuticas; AERLIS = Associação Empresarial da Região de Lisboa; ISQ = Instituto de Soldadura e Qualidade; n.e. = não existe.

Na rede privada, destaca-se o *Oeiras International School* que segue o programa *International Baccalaureate IB – Swiss Boarding School*¹¹, assim se posicionando como uma oferta diferenciada ao nível do ensino regular.

6.4: Ensino Profissional

Os Cursos Profissionais conferem uma dupla certificação, com qualificação de nível 4, de acordo com Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), garantindo, por um lado, o término da escolaridade obrigatória e, por outro lado, a possibilidade de transição para a vida ativa e inserção direta no mercado de trabalho, de forma mais preparada e qualificada. Permitem ainda o acesso a estudos de nível superior e pós-secundário, estando atualmente mais viabilizados os processos de transição e transferência para essa formação.

Ao nível do concelho de Oeiras, é de destacar que não existem ainda estudos aprofundados sobre a realidade do ensino profissional, sobretudo centrados nas necessidades do tecido empresarial da região, embora haja um entendimento comum sobre o importante papel estratégico destas ofertas para a escolarização das populações e para o progresso económico do concelho.

Atualmente, a rede de ensino profissional de Oeiras está assegurada por duas unidades orgânicas do ensino público e 4 entidades privadas.

Em 2020/21, a oferta compreendia:

- AE Aquilino Ribeiro, dois cursos profissionais, de Técnico de Animação de Turismo e Técnico de Desporto;
- AE de Paço de Arcos, seis cursos profissionais, de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, Técnico de Desporto, Técnico Comercial, Técnico de Apoio à Gestão, Técnico de Informática – Sistemas, Técnico de Mecatrónica Automóvel;
- A Escola Profissional Val do Rio, Técnico de Multimédia, Técnico de Vídeo, Técnico de Eletrónica e Telecomunicações, Técnico de Desenho Digital 3D, Técnico de Design e Comunicação Gráfica, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;
- O Instituto de Tecnologias Náuticas, Técnico de Mecatrónica, Técnico de Frio e de Climatização, Técnico de Mecânica Naval, Contramestre (Marinha Mercante), Serralheiro Mecânico e Técnico de Administração Naval;
- A Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS) com várias vias profissionalizantes gratuitas para empregados e desempregados: Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho; Plano de Marketing, Comunicação Interpessoal e Assertividade; Organização de eventos nacionais e internacionais; Informática - noções básicas; Marketing Digital; Liderança e motivação de equipas;
- O Instituto de Soldadura e Qualidade, com oferta profissionalizante em várias áreas de formação: Automação e Robótica, AVAC e Refrigeração, Eletricidade e Energia, Eletrónica e Telecomunicações, Gestão de Talento e Performance, Manutenção, Qualidade e Lean, Segurança, Soldadura e Processos de Ligação, Sustentabilidade e Ambiente.

¹¹Esta instituição foi convidada pela câmara municipal para participar do *focus group* das escolas privadas, mas não esteve presente. Para mais informação ver: <http://oeirasinternationalschool.com/>

Tabela 6.22: Número de alunos matriculados por curso profissional, na rede pública e nas Escolas Profissionais do concelho de Oeiras, 2020-2021

Curso	AE AR	AE PA	AEMAR	EP VR
Contramestre (Marinha Mercante)	n.e.	n.e.	24	n.e.
Eletromecânico de Refrigeração e Climatização	n.e.	n.e.	26	n.e.
Serralheiro Mecânico	n.e.	n.e.	27	n.e.
Técnico Comercial	n.e.	33	n.e.	n.e.
Técnico de Animação e Turismo	24	n.e.	n.e.	n.e.
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	n.e.	38	n.e.	n.e.
Técnico de Apoio à Gestão	n.e.	38	n.e.	n.e.
Técnico de Desporto	51	45	n.e.	n.e.
Técnico de Desenho digital 3D	n.e.	n.e.	n.e.	70
Técnico de Eletrónica e Telecomunicações	n.e.	n.e.	n.e.	55
Técnico de Frio e Climatização	n.e.	n.e.	13	n.e.
Técnico de gestão de Equipamentos informáticos	n.e.	n.e.	n.e.	71
Técnico de Informática - Sistemas	n.e.	67	n.e.	n.e.
Técnico de Mecânica Naval	n.e.	n.e.	54	n.e.
Técnico de Mecatrónica Automóvel	n.e.	64	n.e.	n.e.
Técnico de Mecatrónica	n.e.	n.e.	35	n.e.
Técnico de Multimédia	n.e.	n.e.	n.e.	71
Técnico de Vídeo	n.e.	n.e.	n.e.	70
Técnico de design de comunicação Gráfica	n.e.	n.e.	n.e.	71
TOTAL	75	285	179	408

Fonte: Fichas de Caracterização do Ensino Profissional.

Legenda: AEMAR = Instituto de Tecnologias Náuticas; EP VR= Escola Profissional Val do Rio; AE AR= Agrupamento de escolas Aquilino Ribeiro; AE PA= Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos; n.e. = não existe.

Além de contribuir para a diversificação da oferta de cursos profissionais no concelho de Oeiras, as quatro instituições privadas também a aproximam da estratégia para o desenvolvimento do município que se encontra no início deste capítulo. Neste ponto, destacam-se as Escolas Profissionais do concelho, não apenas pelo número expressivo de alunos que acolhem por ano, como ainda pelo tipo de cursos ministrados, formando, no caso da ITN, para áreas estratégicas e técnicas especializadas associadas ao trabalho marítimo e, no caso da Escola Profissional Val do Rio, para áreas tecnológicas da informação, comunicação e multimédia.

Neste enquadramento, vemos que a oferta da rede pública continua a estar mais distanciada de áreas-chave para o concelho, como sejam a tecnológica, a farmacêutica, a nanotecnológica, um cenário que tende a persistir pela falta de concertação entre as escolas, públicas e privadas, e as empresas e associações empresariais, sobretudo considerando a implementação e gestão dos planos curriculares face à resposta a dar ao tecido empresarial presente no território. Ficou claro, das auscultações realizadas, que há uma ideia partilhada de que o planeamento estratégico da educação e a gestão da oferta tem estado mais afastada das necessidades das empresas, inclusivamente ao nível do recrutamento do pessoal.

6.5: Ensino Artístico

Como referido no capítulo 5, ponto 5.3, o Ensino Artístico em Oeiras está sobretudo representado pela Escola de Música da Nossa Senhora do Cabo, que tem oferta de música e dança, prevendo diferentes modalidades de frequência, entre as quais, o ensino articulado que compreende um total de 356 alunos com financiamento público, distribuídos pelos 9 agrupamentos escolares da rede pública de Oeiras. A tabela 6.23 mostra a distribuição dos alunos por ciclo de ensino e unidade orgânica.

Tabela 6.23: Número de alunos matriculados no ensino artístico articulado, na rede pública do concelho de Oeiras, 2020-2021

Unidades Orgânicas	Alunos em regime ensino articulado – música e dança		
	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
AE Carnaxide-Portela	13	10	2
AE Conde de Oeiras	7	2	0
AE Linda-a-Velha e Queijas	19	46	22
AE Miraflores	45	50	3
AE Paço de Arcos	14	24	2
AE Santa Catarina	16	19	0
AE São Bruno	5	0	0
AE São Julião da Barra	17	30	0
AE Quinta do Marquês	0	6	1
Outras	1	2	0
TOTAL	137	189	30

Fonte: Fichas de Caracterização da EMNSC, 2020/21.

Há uma maior concentração de alunos no 3º ciclo e nos agrupamentos de Linda-a-Velha e Queijas e de Miraflores. Em todo o caso, e apesar de ser expressivo o número de alunos envolvidos neste regime e oferta, o ensino artístico tem potencial para ser desenvolvido e reforçado no concelho de Oeiras, abarcando até outras áreas artísticas e modalidades. Isto permitirá criar maior dinamismo cultural no concelho e promover uma educação focada também nesses aspetos que, como se sabe, estão muito relacionados com a promoção do sucesso escolar e aliados a uma visão estratégica holística do próprio concelho.

6.6: Educação Inclusiva

Nos últimos anos, tem chegado do Ministério de Educação diversas orientações e projetos que visam a construção da educação/escola inclusiva, procurando-se estimular um ambiente educativo onde as necessidades de todos os alunos são tidas em conta e enquadradas no processo de ensino/aprendizagem. A publicação do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, vem, neste seguimento, procurar estabelecer “(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (nº 1, art.1 Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho). As medidas que mobiliza

estão organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, e são atribuídas ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades então evidenciadas:

-Medidas Universais – prevê a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegia o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas.

- Medidas Seletivas – ligadas aos percursos curriculares diferenciados; há adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente.

- Medidas Adicionais – com adaptações curriculares mais expressivas e visíveis; prevê a construção de um Plano individual de transição; focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Desta maneira, as escolas procuram responder às necessidades educativas específicas de todos os seus alunos e, dentro destes, a todos aqueles cujas necessidades se apresentam com caráter permanente, vistas nas maiores limitações ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia e do relacionamento e participação social.

No concelho de Oeiras, de acordo com a informação disponibilizada e validada pelos AE/E no final do ano letivo 2020/2021, existiam 7 Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos (UAE), que visam promover a participação dos alunos com multideficiência nas atividades curriculares, recorrendo a metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, e 7 Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espetro do Autismo (UEE). As UEE promovem a participação dos alunos com perturbações do espectro do autismo nas atividades curriculares, implementando e desenvolvendo um modelo de ensino estruturado, assente num conjunto diversificado de princípios e estratégias que promovem a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das atividades.

- Ao nível do 1.º Ciclo, estão referenciadas 3 UAE a funcionar nos Agrupamentos de Escolas de Paço de Arcos (EB Dr. Joaquim de Barros), Linda-a-Velha e Queijas (EB Narcisa Pereira) e Aquilino Ribeiro (EB de Porto Salvo) e 3 UEE a funcionar nos Agrupamentos de Escolas de Miraflores (EB do Alto de Algés), Santa Catarina (EB D. Pedro V) e Conde de Oeiras (EB Sá de Miranda).

-Ao nível do 2.º Ciclo, estão referenciadas 2 UAE, nos Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro (EB Aquilino Ribeiro) e Linda-a-Velha e Queijas (EB Prof. Noronha Feio) e 2 UEE nos Agrupamentos de Miraflores (EB Miraflores) e Santa Catarina (EB João Gonçalves Zarco).

-Ao nível do 3.º Ciclo, estão referenciadas 2 UAE nos Agrupamentos de Escolas Aquilino Ribeiro (EB Aquilino Ribeiro) e Linda-a-Velha e Queijas (EB Prof. Noronha Feio) e 2 UEE nos Agrupamentos de Escolas de Miraflores (EB Miraflores) e Santa Catarina (EB Amélia Rey Colaço).

A tabela 6.24 mostra que há uma maior concentração de alunos com medidas seletivas e/ou adicionais nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, e nos agrupamentos onde as unidades referidas estão também concentradas. Verifica-se, ainda, uma tendência para existirem menos casos no pré-escolar, ou seja, logo no início do percurso, e, mais tarde, já na passagem do 3º ciclo para o ensino

secundário, uma diminuição considerável, mostrando que, de facto, os alunos com necessidades mais específicas continuam a ter mais dificuldades para atingir esta etapa de ensino.

Tabela 6.24: Número de alunos com medidas seletivas e/ou adicionais presentes na rede pública do concelho de Oeiras, 2020-2021

Unidades Orgânicas	Alunos com medidas seletivas e/ou adicionais				
	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	E. Secundário
AE Aquilino Ribeiro	3	2	1	6	4
AE Carnaxide	0	1	5	1	3
AE Carnaxide-Portela	0	2	2	2	0
AE Conde de Oeiras	2	22	29	12	
AE Miraflores	1	17	36	39	13
AE Paço de Arcos	4	61	44	92	29
AE Santa Catarina	4	25	20	64	6
AE São Bruno	3	7	32	44	0
A São Julião da Barra	0	0	0	0	2
AE Linda-a-Velha e Queijas	0	6	21	47	17
ES Quinta do Marquês	s.d	s.d	s.d	s.d	s.d
TOTAL	17	143	190	307	74

Fonte: Fichas de Caracterização das UO, 2019/20.

6.7: Ensino superior

A oferta ao nível do ensino superior no concelho está ao cargo de quatro instituições e é particularmente diversificada e aproxima-se bastante das áreas de desenvolvimento estratégico que se pretendem incrementar no concelho. São elas:

- A Escola Superior Náutica Infante D. Henrique inclui no seu leque de oferta quatro cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) que permitem a obtenção de um Diploma de Técnico Superior Profissional, que é equivalente ao nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ): Manutenção Mecânica Naval, Eletrónica e Automação Naval, Redes e Sistemas Informáticos e Climatização e Refrigeração. Importava procurar sinergias entre as ofertas profissionalizantes das redes pública e privada de forma a conjugar os conteúdos programáticos e tornar coerente a transição dos cursos de nível IV para os de nível V. Dentro das áreas ligadas à náutica e respetivas ciências, esta instituição tem no seu leque de oferta cinco licenciaturas e dois mestrados.
- A Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa oferece sete licenciaturas, sete mestrados, dois programas de doutoramento e ainda sete pós-graduações, na sua maioria nas áreas da nutrição, bem-estar, reabilitação física e do desporto, surgindo aqui também a possibilidade de uma aproximação aos cursos profissionais de desporto e de apoio à gestão de desporto que estão disponíveis nas duas unidades orgânicas com esta oferta de nível secundário, o AE Aquilino Ribeiro e o AE de Paço de Arcos.
- O Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa – Campus do Ragus Park, cuja existência responde por si mesmo ao objetivo de aproximar a Universidade das empresas tal como inscrito na missão a instituição. Neste campus, a instituição tem uma oferta de 4 licenciaturas e 4 mestrados nas áreas da informática, telecomunicações, eletrónica e da gestão industrial.

- Por último, a Universidade Atlântica que tem doze licenciaturas e cinco mestrados em áreas diversas, desde a segurança, transportes aéreos, sistemas e computação, saúde, nutrição, contabilidade e auditoria, marketing e comunicação empresarial, entre outros.

Nos *focus group* com os representantes do tecido empresarial, com as instituições de ensino superior, com as escolas públicas e com as escolas privadas verificou-se que a relação é distanciada. Apesar de existirem alguns projetos entre algumas empresas e a câmara municipal para a área da educação e alguns eventos esporádicos entre as instituições de ensino superior e as escolas básicas e secundárias do concelho, não existem encontros para debate sobre a educação concelhia nem sobre como a melhorar e aproximar da realidade do mercado de trabalho e do que é necessário trabalhar no ensino básico e secundário ao nível dos conhecimentos e competências necessárias para obter sucesso no ensino superior.

6.8: Educação para adultos

Muito por força da dinâmica desenvolvida pelo Centro Qualifica, a funcionar na unidade orgânica de Paços de Arcos, este agrupamento concentra a totalidade dos 785 alunos adultos envolvidos em modalidades de qualificação e formação no ensino secundário, ou seja, em cursos EFA (276 no AE de Paço de Arcos e 17 no AE de São Julião da Barra) e em Formações Modulares (492). Este número já é, em todo o caso, bem mais expressivo. Para o ano letivo de 2019/20, não houve registo de processos RVCC, ensino recorrente, ou outras modalidades. Além dos cursos EFA de nível básico (B3 – nível 2 de qualificação) e de nível secundário (tipos A, B e C – nível 3 de qualificação) e das Formações Modulares, o AE de Paço de Arcos também inclui no seu leque de ofertas de educação para adultos, os Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas - níveis A1+A2 e B1+ B2.

A mesma tendência é verificada nível do ensino básico, com 75 adultos envolvidos em cursos EFA no 3º ciclo do ensino básico, distribuídos pelas mesmas escolas acima referidas, como indicado na tabela 6.19.

Considerando as diferenças socioeconómicas internas ao nível da população residente no concelho de Oeiras, assinaladas no Capítulo 3: Caracterização socioeconómica do Volume I, e tendo em conta que um dos objetivos da autarquia para promover o desenvolvimento estratégico do concelho é diluir essas diferenças internas (*focus group* com a equipa política da câmara municipal), a oferta da educação para adultos parece ficar aquém do que seria desejável.

6.9: Projetos educativos, de enriquecimento curricular e de apoio à família

Neste capítulo são apresentados de forma sumária os projetos educativos que têm sido dinamizados no município de Oeiras. Alguns deles têm um enquadramento legal nacional, como acontece com as AEC e CAF, embora sujeitos à gestão local feita pela Câmara de Oeiras e unidades de freguesia, outros são implementados e desenhados no âmbito daquela que é a política educativa local, alinhada com a visão estratégica educativa para Oeiras.

6.9.1: Atividades de Enriquecimento Curricular, CAF e AAAF e outros projetos educativos

As atividades de enriquecimento curricular (AEC) são uma componente destinada aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, e apresentam grande diversidade de áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As CAF (Componente de Apoio à Família) funcionam de forma articulada com as AEC, e com o ensino curricular de 1º ciclo, promovendo o acompanhamento dos alunos, antes e depois, do período de funcionamento das aulas e das atividades de enriquecimento, providenciando ainda resposta nos períodos de interrupção letiva. As Atividades de Animação e Apoio Familiar (AAAF), têm um funcionamento semelhante, mas destinam-se às crianças integradas na rede pública pré-escolar.

No seu conjunto, estas atividades têm particular importância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Regem-se por princípios de inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública.

Estas atividades, apesar de facultativas, apresentam boas taxas de participação nas escolas do concelho e encontram-se integradas na oferta de todos os agrupamentos escolares de Oeiras. O enquadramento legal geral da oferta das AEC prevê uma carga horária na ordem das 5/7 horas semanais, não podendo a totalidade da carga horária curricular e complementar do 1º ciclo básico, ultrapassar as 30 horas semanais. Na generalidade, esta oferta está distribuída por 7 áreas complementares: Inglês (1º e 2º anos do ensino básico); Desporto e Atividade Física; Música e Expressão Musical; Artes e/ou Expressão Plástica e Visual; Movimento, Drama e Teatro; Expressões artísticas e/ou lúdicas (musical, plástica, visual, multimédia, etc.), e Outras (cabendo aqui práticas desportivas específicas, yoga, filosofia para crianças, dança, e apoio à família).

Nas escolas do concelho de Oeiras as componentes das AEC não ultrapassam a carga horária das 5 horas semanais e são organizadas pelos Agrupamentos Escolares em parceria com as Associações de Pais, ou, em alguns casos, com instituições de solidariedade social.

A tabela 6.25 mostra a percentagem de alunos do 1º ciclo envolvidos em Atividades de Enriquecimento Curricular, por agrupamento escolar (com informação disponível), e tendo em conta as componentes mais conhecidas deste universo: inglês, atividade física e desportiva, apoio ao estudo, expressão plástica e visual, expressão musical, teatro e expressão dramática e apoio à família.

Assinalam-se, por um lado, taxas de participação nestas atividades muito positivas, em particular nos AE Aquilino Ribeiro, Carnaxide Portela, São Bruno e Conde Oeiras. Contudo, e no geral, verifica-se que existe pouca diversidade destas ofertas, alguns agrupamentos com taxas de participação menos elevadas (por exemplo, o AE Linda-a Velha e AE de Santa Catarina, apesar de serem aqueles que até apresentam maior diversidade de oferta), ou até mesmo escolas com uma oferta mais reduzida neste campo, como é o caso do AE Paço de Arcos (além das atividades desportivas tem também oferta em atividades lúdicas expressivas)

Ao nível das ofertas que constam do quadro, registam-se poucos alunos inscritos no ensino do inglês e uma maior prevalência da Atividade Física e Desportiva e das atividades relacionadas com o Movimento e Drama/Teatro. Assinala-se que não existiam alunos inscritos em atividades de inglês

nos 3º e 4º anos, nem em componentes de apoio ao estudo, ou de apoio à família. Note-se que em grande parte dos AE existia outras ofertas complementares, incidindo em atividades relacionadas com meio ambiente, ciência, dança, lúdicas e expressivas, brincar, yoga, contos, música, filosofia, horta, clubes e oficinas. As taxas de participação nestes casos são também muito positivas, destacando-se, neste quadro, o AE de Carnaxide que apresenta a maior variedade de oferta.

Tabela 6.24: Taxa de Participação dos alunos de 1º ciclo nas Atividades de Enriquecimento Curricular, por atividade e por Unidade Orgânica, 2019/2020

Atividades de enriquecimento curricular	AE Aquilino Ribeiro	AE Carnaxide	AE Carnaxide Portela	AE Conde de Oeiras	AE Linda-a-Velha	AE Paço de Arcos	AE Santa Catarina	AE São Bruno	AE São Julião da Barra
Ensino do inglês nos 1.º e 2.º anos	x	x	x	45%	8%	x	21%	x	x
Ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ensino da música	x	x	x	x	36%	x	x	x	x
Atividade física e desportiva	94%	100%	x	96%	81%	96%	80%	100%	88%
Apoio ao estudo	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Expressão plástica e visual	94%	x	100%	x	71%	x	41%	100%	88%
Expressão musical	x	x	x	x	14%	x	52%	x	x
Movimento e drama/ teatro	94%	74%	100%	96%	62%	x	34%	89%	x
Apoio à família	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Total de alunos 1º ciclo	559	645	173	411	757	532	573	258	780

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

Nota: Não foi obtida informação sobre o AE de Miraflores.

As CAF e as AAAF, como já referido, visam responder às necessidades das famílias, dado que é cada vez mais difícil a conciliação entre os horários escolares das crianças e os horários de trabalho dos pais e, ou encarregados de educação. Pautam-se pela oferta de atividades lúdico-pedagógicas, concertadas entre as entidades promotoras e os agrupamentos escolares.

De acordo com informação disponibilizada pela CMO as CAF são pagas pelas famílias e, na maioria dos casos, promovidas pelas Associações de Pais e de Encarregados de educação. Como já referido, asseguram o acompanhamento das crianças antes e depois das componentes letivas e das AEC, incluindo períodos de férias.

Já no caso das AAAF a participação é também assegurada pelas famílias (de acordo com 5 escalões de rendimento), constituindo uma oferta para todas as crianças integradas na rede pública do pré-escolar, e em escolas com prolongamento de horário. O horário de funcionamento compreende as 15:30m e as 19.00m e os períodos de pausa letiva. A CMO assegura gratuitamente o acolhimento das crianças entre as 8.00m e as 9:00m. Estas atividades e o prolongamento de horário são promovidos pelas Associações de Pais, ou em alguns casos, pelas IPSS.

A tabela 6.26 apresenta a proporção de crianças inscritas nestas atividades, por unidade orgânica. De uma maneira geral, o que verificamos é que feitas algumas exceções, existe uma maior adesão às atividades das AAAF comparativamente às CAF e vários casos em que se assinala baixas taxas de participação.

Tabela 6.25: Proporção de crianças do pré-escolar e do 1º ciclo de ensino inscritas nas atividades das AAAF e das CAF, por unidade orgânica, 2019/2020

Atividades da Componente de apoio à Famílias e Atividades de Animação e Apoio Familiar	AE Aquilino Ribeiro	AE Carnaxide	AE Carnaxide Portela	AE Conde de Oeiras	AE Linda-a-Velha	AE Paço de Arcos	AE Santa Catarina	AE São Bruno	AE São Julião da Barra
AAAF	24%	65%	99%	83%	33%	53%	48%	42%	66%
Total de alunos Pré-escolar	212	136	144	118	172	92	119	60	175
CAF	45%	4%	9%	54%	x	47%	11%	38%	49%
Total de alunos 1ºciclo	559	645	173	411	757	532	573	258	780

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020.

6.9.2: Outros projetos Educativos

O município de Oeiras tem-se destacado nos últimos anos pela visão estratégica holística que tem das suas várias competências e áreas de intervenção e, entre estas, sobre aquele que é o papel e visão designados para a educação no concelho.

A educação é vista, assim, como uma dimensão global capaz de responder, não apenas aos aspetos relacionados com o processo educativo e a escolarização das suas populações, os quais garantem, desta maneira, a qualificação e a formação de qualidade de todos e todas e ao longo de toda a vida, como também, tornado relevante todo um campo sinérgico de desenvolvimento estratégico do território em termos sociais, culturais, civilizacionais e económicos.

Neste âmbito, destacam-se um conjunto de projetos que a Câmara Municipal de Oeiras tem gerido, implementado e desenhado, para a área educativa do concelho. Entre outros, salienta-se o Oeiras Educa+, um programa desenvolvido no âmbito da Política Educativa Municipal, no domínio do Eixo 5 - Interligar as escolas, as famílias e a comunidade. Este programa tem como principal objetivo o de estabelecer uma ligação entre o ensino, as escolas e os docentes, e toda a oferta educativa não-formal existente no concelho de Oeiras, criando pontos de aproximação e um acesso mais facilitado a recursos e atividades diversas realizadas por todo o concelho. Para isso recorre a um Portal online de divulgação de conteúdos e um serviço de transportes dedicado às atividades, que estão, por seu turno, organizadas em 8 áreas Temáticas: Artes Performativas; Artes Visuais; Língua e Literatura; Ciência e Tecnologia; História e Património; Sociedade e Cidadania; Ambiente e Sustentabilidade; Saúde e Bem-Estar; Custos, transportes e apoio técnico. O acesso, os custos e os transportes são suportados pela Câmara Municipal de Oeiras.

Existem vários outros projetos em curso, nacionais e locais, alguns também envolvidos no Oeiras Educa, e os quais apresentamos de seguida de forma breve:

- O programa Escola Azul, de âmbito nacional, que promove a literacia do Oceano e a educação ambiental;
- O Programa de Educação Ambiental para as Escolas (PEA), que promove a literacia ambiental e que está integrado na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2017-20;
- A Orquestra Geração, desenvolvido para promoção do sucesso educativo, em articulação com a Unidade Orgânica Carnaxide-Portela;
- A Oficina Coral, que envolve os alunos de todo o 1º ciclo de ensino, e resulta de uma parceria com a Escola de Música da Nossa Senhora do Cabo;
- A formalização da Cidade Educadora, integrado no movimento europeu de Cidades Educadoras;
- O projeto Folkezitos de dança, destinado a alunos do pré-escolar;
- Fala-me disso, um projeto de artes do palco e teatro;
- no âmbito do Desporto Municipal, o Programa de Coordenação de Atividade Física e desportiva, que envolve professores do 1º ciclo das escolas do concelho;
- A Equipa Multidisciplinar de Apoio Educativo do MO, dedicada à Educação Inclusiva;

- 1ª Braçada, que promove o desporto aquático entre os alunos integrados em Territórios de Intervenção Prioritária;
- APPS for Good, que promove a educação tecnológica;
- O Mochila Leve, que envolve o corpo docente do município, a gestão de recursos e o trabalho colaborativo;
- Aqui há Horta, uma horta pedagógica criada para os alunos do concelho.

Neste seguimento, e porque é uma área com grande potencial para crescer em Oeiras, merece a pena destacar o Desporto Municipal, dado o dinamismo, o imenso parque desportivo (com um total de 74 equipamentos desportivos municipais), mas também a visão mais inovadora, que tende a ver o Desporto como um complemento educativo válido e que pode estar ao serviço de toda a comunidade. Os projetos principais envolvem, como já descrito, a promoção do desporto escolar ao nível do 1º ciclo, o apoio a projetos escolares de desportos náuticos (Vela, Padel, canoagem, entre outros) e, de uma maneira geral, todo o apoio, recursos, apetrechamento, mobilizados para a concretização de iniciativas como o Fit Escolas, um programa nacional que visa promover estilos de vida saudáveis por via da prática desportiva, e outras.

Capítulo 7 : Caracterização da população escolar

Neste capítulo caracteriza-se a população escolar, mais especificamente o corpo discente, o corpo docente e os outros profissionais, através de dados fornecidos pelas onze Unidades Orgânicas (UO) escolares pertencentes ao concelho de Oeiras.

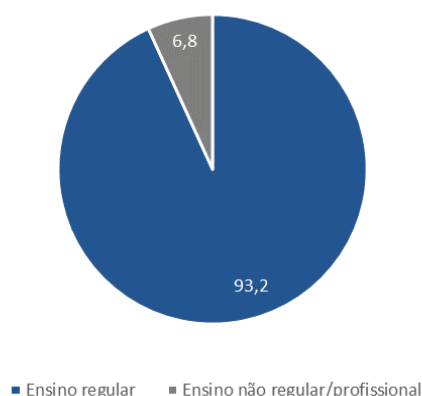
7.1: Caracterização do corpo discente

Em primeiro lugar, elabora-se um retrato do número de alunos no concelho de Oeiras matriculado nas escolas da rede pública, por tipo de ensino (regular ou não regular/profissional), por ciclos e por UO entre o ano letivo de 2017/2018 e o ano letivo de 2019/2020. Em complemento, caracterizam-se os alunos pelo número de medidas adicionais e através de três indicadores socioeconómicos como a nacionalidade, a escolaridade média das mães e a percentagem de alunos não beneficiários da ação social escolar, estes dois últimos utilizando dados recolhidos na DGEEC relativos ao ano de 2014/2015.

7.1.1: Número de alunos no concelho de Oeiras, por tipo de ensino

No ano letivo 2019/2020, 20.961 alunos frequentavam as escolas públicas do concelho de Oeiras desde o pré-escolar ao ensino secundário quando contabilizadas todas as modalidades de ensino, incluindo a educação para adultos. Considerando apenas a escolaridade obrigatória a totalidade do corpo discente no concelho de Oeiras era de 19.532 e encontrava-se, na maioria, a frequentar o ensino regular (93,2%, o correspondente a 18.197 alunos) e apenas uma pequena percentagem o ensino não regular/profissional (6,8%, n = 1.335 alunos).

Figura 7.1: Distribuição dos alunos no concelho de Oeiras por tipo de ensino, 2019/2020 (%)

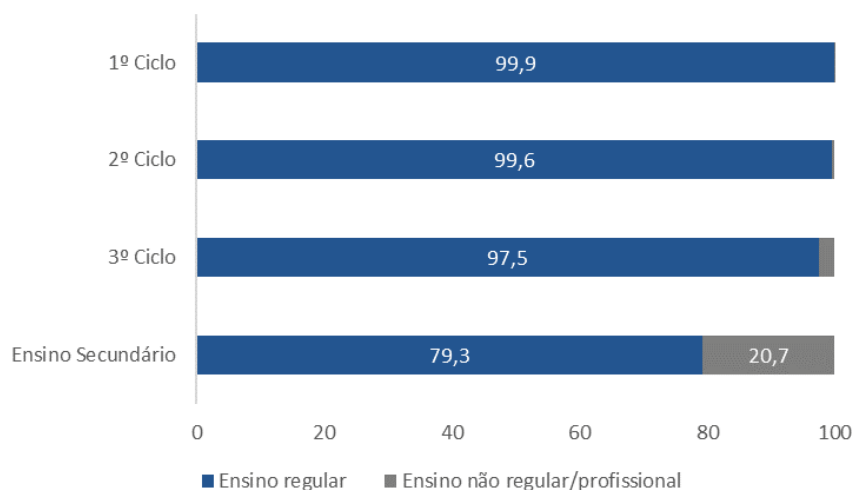


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Estes resultados, quando observados em função dos diferentes ciclos/níveis de ensino na figura 7.2, demonstram que os alunos do ensino geralmente designado como “não regular” frequentam, em

geral, o ensino secundário ou o 3.º ciclo do ensino básico (1.184 e 135 alunos, respetivamente, o equivalente a 20,7% e a 2,5% do total de alunos de ambos os graus de escolaridade). O 1.º e o 2.º ciclo de escolaridade do ensino básico contam com uma dimensão bastante reduzida de alunos a frequentar este tipo de ensino (n = 3 e 13 alunos, respetivamente, o que se traduz em percentagens irrisórias).

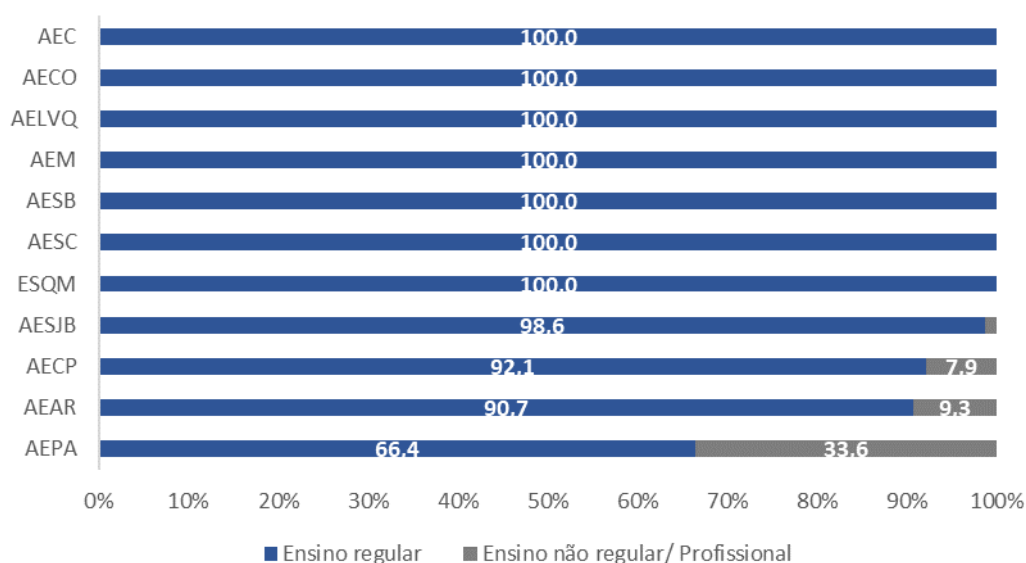
Figura 7.2: Distribuição alunos no concelho de Oeiras por tipo de ensino e por ciclo/nível de escolaridade, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Quando tentamos perceber quais as unidades orgânicas que têm uma maior proporção de alunos no ensino não regular/profissional (figura 7.3) verificamos que se destacam três AE: Carnaxide-Portela com 7,9% dos seus alunos a frequentam vias de ensino não regular sobretudo no 3º ciclo de escolaridade; e Aquilino Ribeiro (9,3%) e Paço de Arcos (33,6%), percentagens que se explicam por serem as únicas UO do concelho com oferta de cursos profissionais no nível de ensino secundário. No cômputo geral, confirma-se o foco do concelho de Oeiras, já identificado no Capítulo 5 deste volume, nas opções das vias de ensino direcionadas para o prosseguimento de estudos no ensino superior. Em sete das UO do concelho 100% de alunos frequentam vias de ensino designadas como “regulares” – a ES Quinta do Marquês e os AE de Santa Catarina, São Bruno, Miraflores, Linda-a-Velha e Queijas, Conde de Oeiras e Carnaxide – acompanhadas de muito perto por São Julião da Barra com uma percentagem mínima de alunos em vias de ensino não regular ao nível do 3º ciclo.

Figura 7.3: Distribuição dos alunos por tipo de ensino e por UO, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

7.1.2: Número de alunos no concelho de Oeiras, por ciclos/níveis e unidades orgânicas

Na figura 7.4, é possível verificar que a dimensão do corpo discente tem vindo a registar algumas alterações, verificadas em todos os níveis de ensino, à exceção do pré-escolar e do 2.º ciclo que apresentam tendências evolutivas bastante estáveis¹².

No que respeita aos restantes ciclos de ensino, assinala-se uma diminuição constante do número de alunos no 1.º ciclo do ensino básico – 5.426 no primeiro ano em análise, 5.361 no ano de 2018/2019 e 5.269 em 2019/2020. No 3.º ciclo de escolaridade o número de alunos diminuiu de forma considerável no ano de 2018/2019 (de 4.936 para 4.744), mas tornou a aumentar bastante em 2019/2020 para o total mais elevado da série, de 5.362. Enquanto no ensino secundário o número total de alunos do concelho tem vindo a aumentar de forma persistente ao longo dos três anos em análise atingindo um total de 5.710.

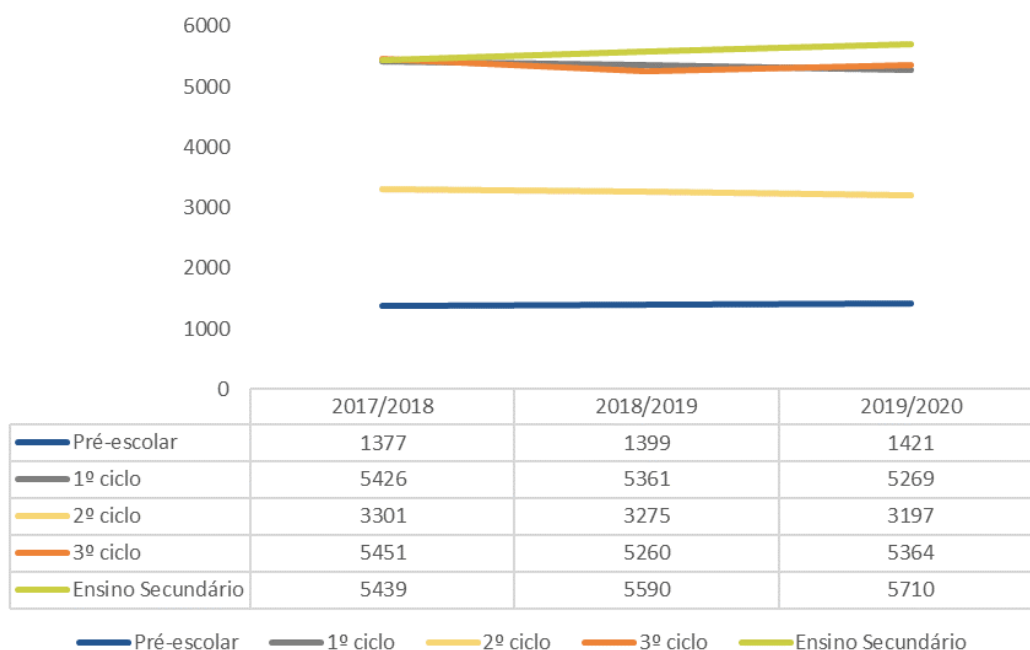
É de notar a descida abrupta na população estudantil quando se compara os números do 1º ciclo com os do 2º ciclo o que, considerando as reduzidas taxas de retenção destes ciclos de ensino, analisadas ao pormenor no Capítulo 8 deste volume, levanta questões acerca do aparente desaparecimento de cerca de 2.000 alunos que se observa na figura.

A população estudantil torna a aumentar no 3º ciclo de escolaridade e, nos anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020, no ensino secundário. Como será possível verificar no Capítulo 8, os dados relativos aos Percursos Diretos de Sucesso (PDS) no concelho de Oeiras revelam o aumento da proporção de alunos que não conseguem terminar esses ciclo/nível dentro do tempo expectável. Este facto é, ainda, reforçado pela crescente oscilação das taxas de retenção dos alunos do 2.º ciclo face aos do 1.º ciclo e dos alunos do 3.º ciclo face aos do 2.º ciclo. Neste sentido, é possível que as tendências de aumento da retenção dos alunos, registadas em anos anteriores, se voltem a verificar

¹²Os dados apresentados incluem os alunos e alunas dos dois tipos de ensino (regular e não regular/profissional).

nos anos letivos seguintes, justificando a diminuição gradual do número de alunos de uns ciclos/níveis de ensino para os outros.

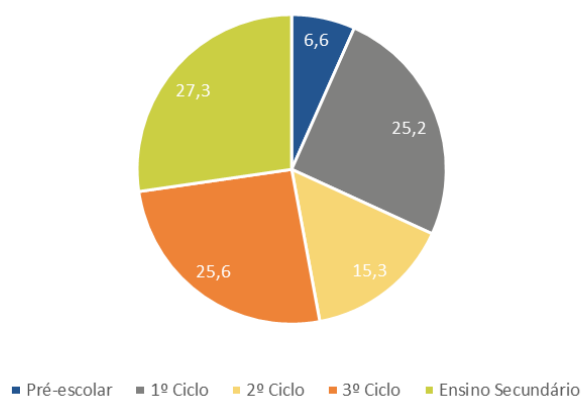
Figura 7.4: Evolução do número de alunos no concelho de Oeiras por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020 Cálculos próprios.

De um modo geral, podemos afirmar que no último ano letivo em análise (2019/2020), havia mais alunos matriculados no ensino secundário, que correspondiam a 27,3% do total de alunos a estudar no concelho. O 3º ciclo de escolaridade era o segundo com maior número de alunos, com 25,6%, seguido de perto pelo 1º ciclo de escolaridade com 25,2%. No 2º ciclo havia apenas 15,3% do total das matrículas em escolas públicas do concelho e a menor percentagem vai, sem surpresas, para o pré-escolar (apenas 6,6% do total de alunos) uma vez que, como exposto no Capítulo 5 do presente volume, a maioria das crianças até aos 5 anos que frequenta estabelecimentos escolares está matriculado maioritariamente em escolas das redes privada e solidária orientadas para a primeira infância.

Figura 7.5: Distribuição dos alunos no concelho de Oeiras por ciclo/nível, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

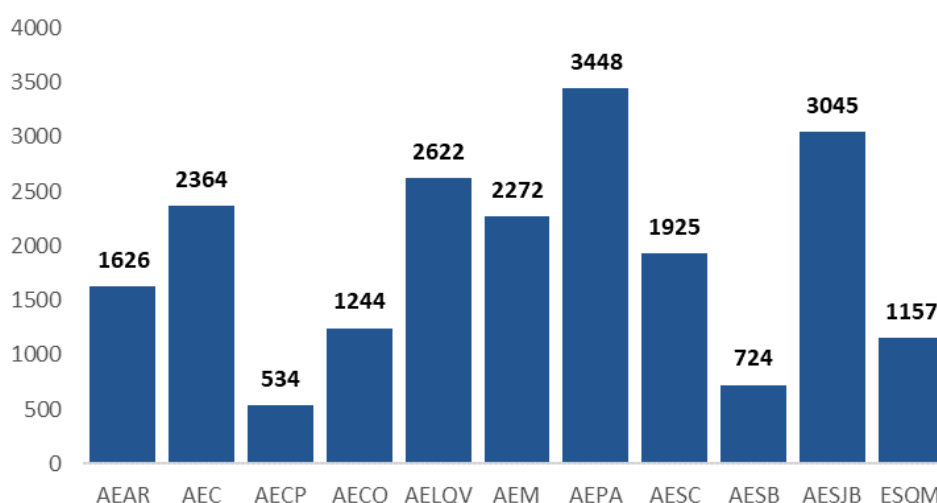
Na figura 7.6 podemos observar a representação gráfica relativa ao número total de alunos de todos os ciclos de ensino, em cada uma das UO do concelho de Oeiras. Existem no concelho duas UO com mais de 2.000 – Carnaxide e Miraflores, Linda-a-Velha e Queijas tem mais de 2.500 e dois AE têm mais de 3.000 – São Julião da Barra e Paço de Arcos¹³.

Surgem de seguida, Santa Catarina e Aquilino Ribeiro, ambos acima dos 1.500 alunos, e Conde de Oeiras (1.244), sendo de considerar que este último tem apenas oferta até ao 9º ano de escolaridade pelo que se pode considerar que é alvo de muita procura por parte dos alunos e suas famílias. Na mesma situação parece estar a ESQM regista um número de alunos relativamente elevado (1.157), sobretudo, quando é a única escola não agrupada do concelho onde são lecionados apenas o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Os dois agrupamentos com a população estudantil mais reduzida são as outras duas UO que oferecem apenas até ao 3º ciclo de escolaridade. São Bruno tem um corpo discente constituído por 724 alunos e Carnaxide-Portela tem apenas 534 distribuídos desde o pré-escolar até ao 9º ano.

¹³O número total de alunos deste agrupamento levanta dúvidas, mas foram confirmados os dados enviados na respetiva ficha de caracterização socioeducativa.

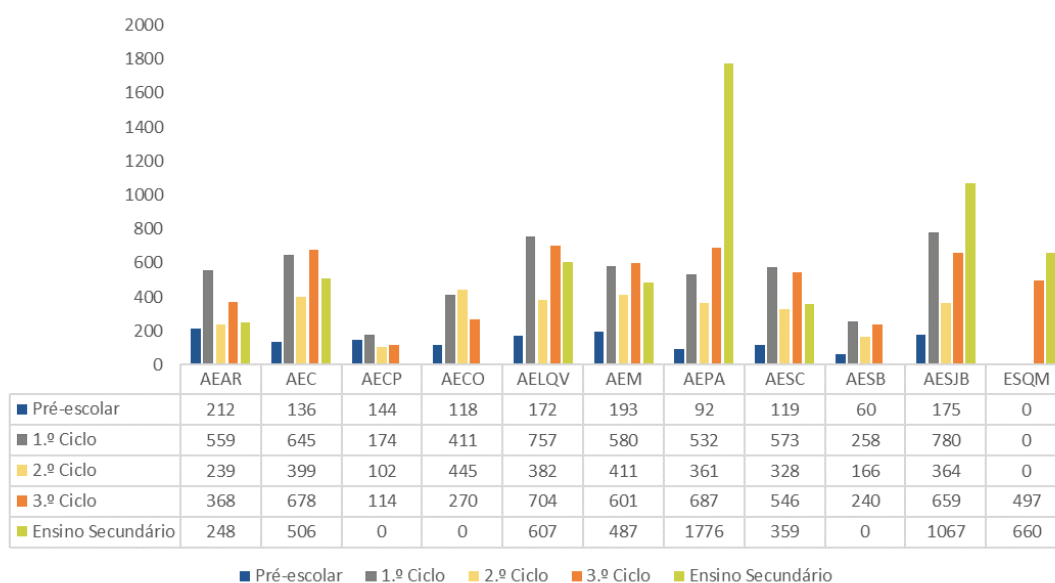
Figura 7.6: Número total de alunos por UO, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Observando a figura 7.7, confirma-se a maior dimensão no 1º ciclo e no ensino secundário na maioria das UO, com destaque para os que frequentam o nível secundário no AE de Paço de Arcos e que pode ser explicado pela diversificação da respetiva oferta escolar identificada no Capítulo 6 deste volume. Apesar de a oferta de pré-escolar pública ser consideravelmente reduzida no concelho quando comparada à privada e solidária, apenas dois AE têm menos de 100 crianças (Paço de Arcos e São Bruno), e um ultrapassa as 200 crianças (Aquilino Ribeiro).

Figura 7.7: Número total de alunos por ciclo/nível e por UO, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Relativamente à evolução do número de alunos em cada unidade orgânica, podemos constatar que alguns agrupamentos, quando comparados com os resultados apresentados ao nível concelhio, apresentam certas particularidades, que passaremos a apresentar em detalhe.

No AE Aquilino Ribeiro (figura 7.8), o 1.º ciclo de ensino é o que apresenta o maior número de alunos em todos os anos letivos, um valor sempre superior aos 550 alunos. O número de alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário tem vindo a registar um aumento considerável, em particular no ano letivo 2019/2020, em que se verificou um total de 368 e 248 alunos, respetivamente. Acrescenta-se uma tendência decrescente no 2.º ciclo, comparativamente aos dados do concelho de Oeiras.

O AE Carnaxide (figura 7.9) tem vindo a registar um progressivo aumento, embora ligeiro, do número de alunos do 3.º ciclo, ao longo dos três anos letivos em análise. O número de alunos do 2.º ciclo regista um decréscimo mais acentuado do que no concelho no ano letivo 2018/2019, mantendo-se, no último ano letivo inferior ao número de alunos registado no ano letivo inicial (2017/2018). Importa também salientar uma maior estabilização do número de crianças no pré-escolar ao longo dos três anos letivos.

No AE Carnaxide-Portela (figura 7.10), salienta-se a tendência de diminuição dos alunos inscritos no 1.º ciclo apesar de, juntamente com as crianças que frequentam o pré-escolar, corresponder à maior fatia. Embora não possamos considerar estas oscilações como acentuadas, a redução do número de alunos no 2.º ciclo pode traduzir a diminuição também ocorrida no número de alunos no 1.º ciclo de ensino. O número de alunos do 3.º ciclo aumentou no último ano letivo o que pode estar relacionado com o facto de ser o agrupamento que regista as maiores taxas de retenção e em que o maior número de alunos pede mobilidade.

À semelhança do anterior, o AE Conde de Oeiras (figura 7.11) abrange apenas o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e pré-escolar. Em todos regista-se uma tendência de decréscimo progressivo, embora ligeiro, do número de alunos, mais acentuado no 2.º ciclo, (482 alunos em 2018/2019 e 445 alunos no ano letivo seguinte).

Quanto à evolução do número de alunos no AE Linda-a-Velha e Queijas (figura 7.12) podemos observar uma estabilidade considerável no número de alunos em todos os ciclos/níveis de ensino, traduzindo a tendência concelhia.

Da mesma forma, também o AE Miraflores (figura 7.13) apresenta uma relativa estabilidade, sendo apenas de registar um reduzido aumento no 2.º ciclo (passando de 568 alunos para 581 alunos) e no 3.º ciclo (de 585 alunos para 601 alunos), no mesmo ano letivo.

No AE Paços de Arcos (figura 7.14), observa-se uma ligeira interrupção na tendência crescente do número de alunos do 1.º ciclo até ao ano letivo 2018/2019, que se mantém no ano letivo seguinte. O 2.º e 3.º ciclo apresentam um decréscimo no número de alunos, mais acentuado no 3.º ciclo. Inversamente, o número de alunos do ensino secundário apresenta um aumento gradual ao longo dos três anos letivos, novamente indicando a possibilidade de saída do agrupamento dos alunos que transitam do 2.º para o 3.º ciclo de ensino e, simultaneamente uma entrada de alunos que vêm para ingressar no ensino secundário. De acordo com os resultados verificados no Capítulo 8, as hipóteses explicativas desta tendência não passam pelo aumento das taxas de retenção nem pelo aumento do número de alunos que sai do agrupamento. Em todos os anos letivos em análise este

agrupamento regista o mais reduzido número de alunos que pede mobilidade, não tendo registado nos últimos dois anos letivos (2018/2019 e 2019/2020).

No que respeita à evolução do número de alunos do AE Santa Catarina (figura 7.15), podemos verificar que se mantem relativamente estável nos últimos três anos letivos, à exceção do 2.º ciclo e do ensino secundário que apresentam, respetivamente, uma tendência gradual de aumento e redução do número de alunos, ainda que pouco acentuada (com 376 alunos do 2.º ciclo em 2017/2018, 346 em 2018/2019 e 328 em 2019/2020; e 300 alunos do ensino secundário no ano letivo 2017/2018, 336 em 2018/2019 e 359 em 2019/2020). Verificamos que o número de alunos no 1.º ciclo de escolaridade é superior ao número de alunos no 2.º ciclo, o que também acontece no caso dos alunos do 3.º ciclo comparativamente aos alunos do ensino secundário. Ao contrário da tendência concelhia, o número de alunos do 3.º ciclo não tem vindo a aumentar, inclusive foi ligeiramente reduzido (passando de 582 alunos em 2017/2018 para 560 em 2018/2019 e 546 em 2019/2020).

No AE São Bruno (figura 7.16), verifica-se também algumas dissemelhanças comparativamente à tendência de evolução do número de alunos no total do concelho. Este agrupamento regista um decréscimo gradual no número de alunos do 3.º ciclo do ensino básico (que passaram de 291 alunos para 253 alunos entre os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019, registando-se um total de 238 alunos no ano letivo seguinte), bem como no número de alunos do 1.º ciclo (266 alunos em 2017/2018, 260 alunos em 2018/2019 e 258 alunos em 2019/2020) e ainda um aumento do número crianças no pré-escolar (um total de 46, 58 e 60 alunos por ordem de anos).

No AE São Julião da Barra (figura 7.17) podemos destacar que, ao contrário da tendência verificada na maioria das unidades orgânicas e também no concelho de Oeiras, o nível de ensino com maior número de alunos é, em todos os anos letivos, o ensino secundário, seguindo-se o 1.º ciclo e o 3.º ciclo. Enquanto o ensino secundário e o 3.º ciclo registam um aumento no número de alunos, do ano letivo de 2018/2019 para o ano letivo de 2019/2020 (574 alunos em 2018/2019 e 659 alunos em 2020), o 1.º ciclo regista um ligeiro decréscimo no número de alunos (812 alunos em 2018/2019 e 780 em 2019/2020) no mesmo período.

Finalmente, na ES Quinta do Marquês (figura 7.18) - na qual são lecionados apenas o 3.º ciclo de escolaridade e ensino secundário -, ao analisar a evolução do número de alunos nos três últimos anos letivos, podemos constatar que, para além de o número de alunos do ensino secundário ser sempre superior ao número de alunos do 3.º ciclo, ambos os níveis de ensino têm vindo a registar um decréscimo no número de alunos desde o ano letivo 2018/2019 (519 alunos do 3.º ciclo em 2018/2019 e 724 alunos do ensino secundário no mesmo ano letivo que, em 2019/2020 passaram a 497 alunos e 660 alunos, respetivamente). Os valores indicam que a redução é mais acentuada no caso da dimensão do corpo discente do ensino secundário, apesar de no ano letivo 2018/2019 ter havido um aumento acentuado (passando de 586 alunos em 2017/2018 para 724 alunos no ano letivo seguinte). No caso dos alunos do 3.º ciclo a quebra no número de alunos foi gradual, ou seja, a dimensão do corpo discente do 3.º ciclo na ESQM tem vindo a diminuir deste 2017/2018.

Figura 7.8: Evolução do número de alunos no AEAR por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

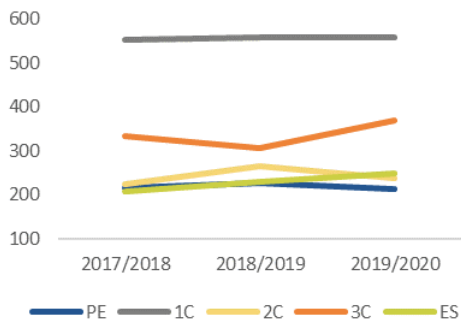


Figura 7.9 Evolução do número de alunos no AEC por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

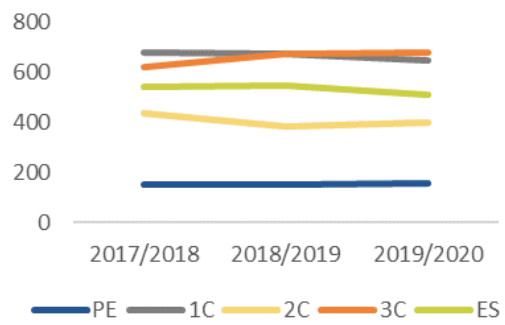


Figura 7.10: Evolução do número de alunos no AECP por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

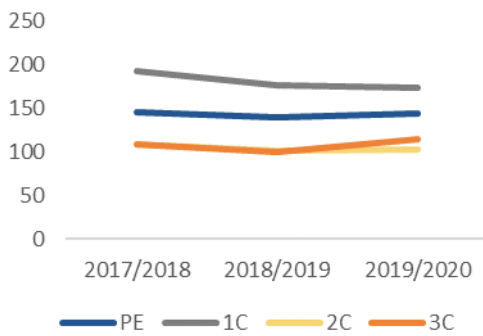


Figura 7.11: Evolução do número de alunos no AECO por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

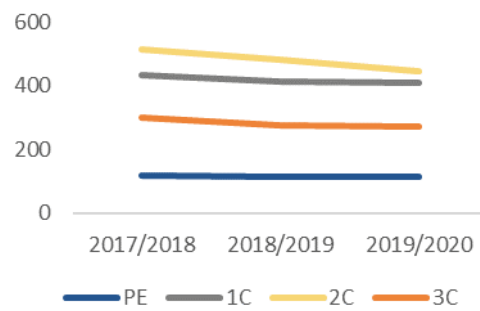


Figura 7.12: Evolução do número de alunos no AELVQ por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

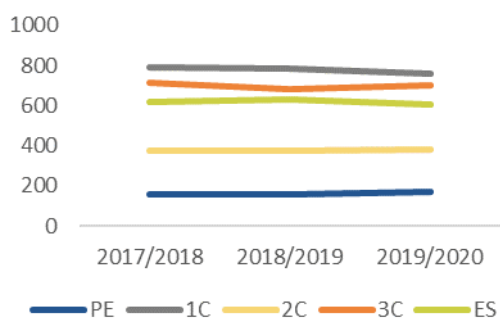


Figura 7.13: Evolução do número de alunos no AEM por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

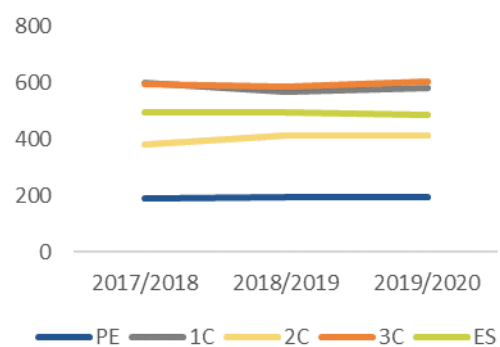


Figura 7.14: Evolução do número de alunos no AEPA por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

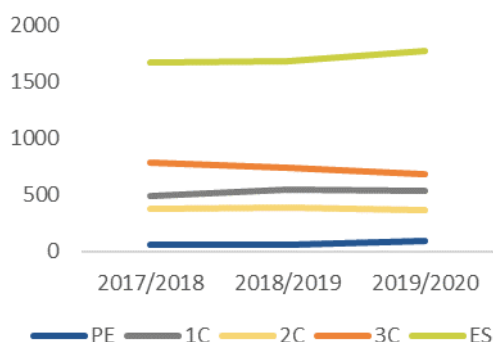


Figura 7.15: Evolução do número de alunos no AESC por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

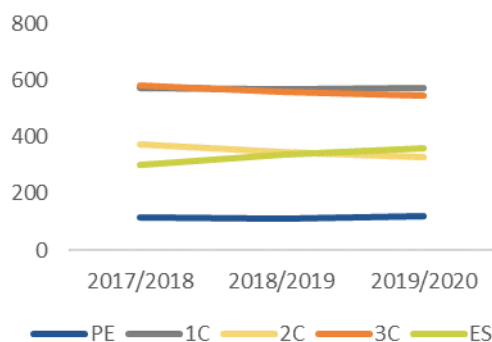


Figura 7.16: Evolução do número de alunos no AESB por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

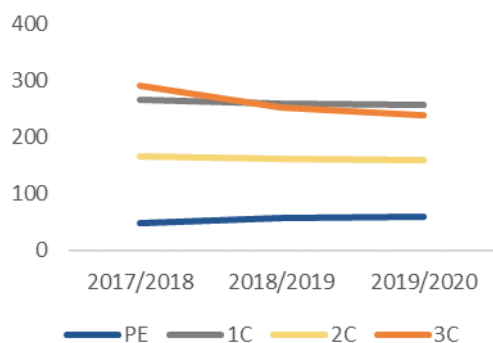


Figura 7.17: Evolução do número de alunos no AESJB por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020

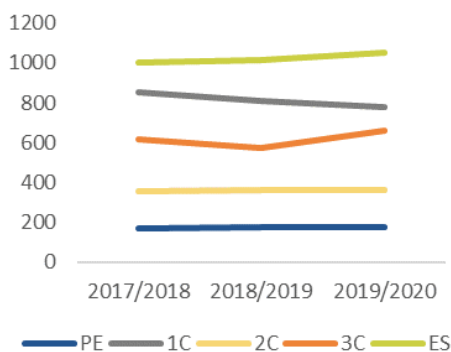
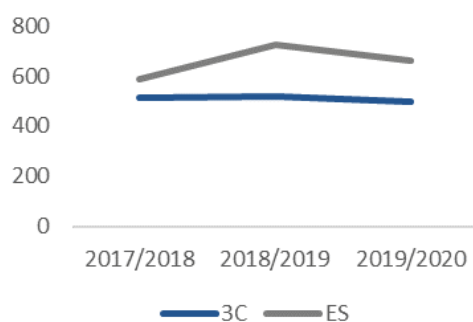


Figura 7.18: Evolução do número de alunos na ESQM, por ciclo/nível de ensino, 2017/2018 - 2019/2020



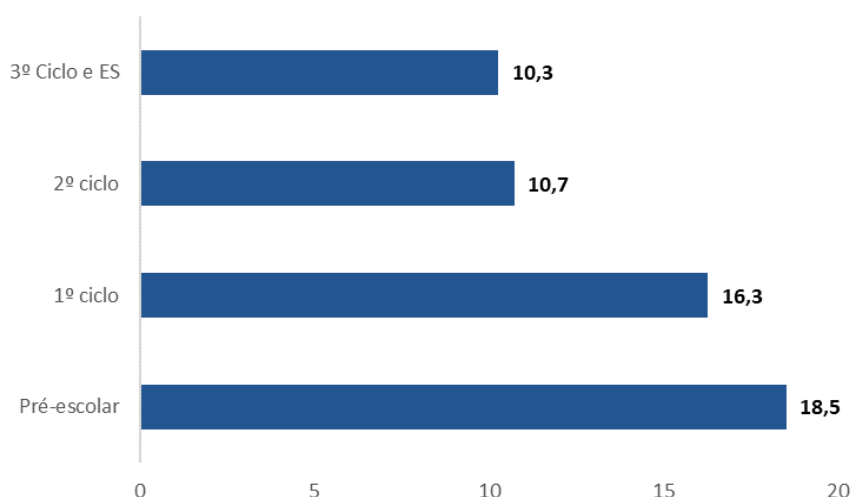
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

De uma forma geral, os dados de todas as UO acompanham as tendências evolutivas apresentadas pelo total do concelho de Oeiras, no que respeita ao número de alunos nos vários ciclos e níveis de ensino ao longo dos três anos letivos. Estas tendências traduzem, assim, uma relativa estabilidade no número de alunos, apesar da frequente redução do número de alunos do 2.º ciclo e ensino

secundário face ao número de alunos do 1.º e 3.º ciclos, respetivamente. Como apontado inicialmente, estes resultados sugerem a possibilidade da existência de taxas de retenção mais elevadas no 1.º ciclo e no 3.º ciclo de escolaridade do ensino básico ou a eventual saída dos alunos para outros sistemas de ensino, escolas ou concelhos, em particular do 1.º para o 2.º ciclo e do 3.º ciclo para o ensino secundário. Apesar desta tendência se verificar, de forma generalizada, em todo o concelho, destacam-se ainda dois agrupamentos onde estes resultados se tornam evidentes – Carnaxide-Portela e Paço de Arcos. No caso do primeiro o que se constata é uma redução no número de alunos do 2.º ciclo, comparativamente ao número de alunos do 1.º ciclo; enquanto em Paço de Arcos o mesmo acontece quanto ao número de alunos do 2.º ciclo, que é inferior ao número de alunos do 3.º ciclo. A hipótese destas tendências serem explicadas por taxas de retenção mais elevadas ou eventualmente pela saída dos alunos para outras vias de ensino, escolas ou outros concelhos, aquando dessas transições, é passível de confirmação, pois os dados trabalhados no Capítulo 8 demonstram, exatamente, que as taxas de retenção bem como a mobilidade dos alunos vão aumentando cumulativamente com o avançar da escolaridade, justificando a diminuição gradual do número de alunos de uns ciclos para os outros.

Observando o rácio entre o número de alunos e o número de docentes no concelho de Oeiras, por ciclo e nível, no ano letivo 2019/2020 (figura 7.19), constatamos que, à medida que os graus de escolaridade vão avançando menor é o número de crianças/alunos por professor, ou seja, no ensino pré-escolar cada docente é responsável por cerca de 19 alunos (18,5), no 1.º ciclo cerca de 16 alunos por professor (16,3), no 2.º ciclo cerca de 11 alunos (10,7) e no 3.º ciclo e ensino secundário 10 alunos (10,3).

Figura 7.19: Rácio aluno/docente no concelho de Oeiras, por ciclo/nível de ensino, 2019/2020

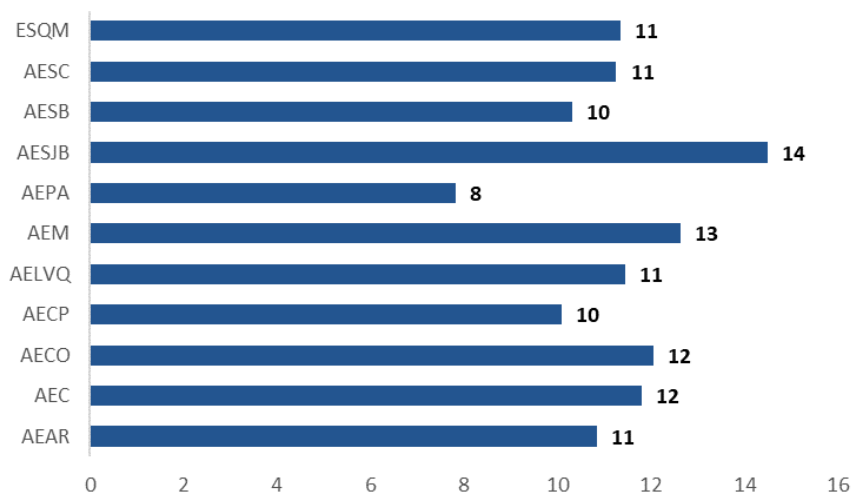


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Quanto ao número de alunos por professor em cada uma das UO do concelho de Oeiras, podemos verificar na figura 7.20, que, na maioria, cada professor tem entre 10 a 12 alunos. O AE Paço de

Arcos destaca-se por contrariar essa tendência, com um número inferior a 8 alunos por docente (7,8). Por outro lado, o AE São Julião da Barra e o AE Miraflores são os agrupamentos que apresentam o maior número de alunos por docente (14,5 e 12,6, pela ordem).

Figura 7.20: Rácio aluno/docente por UO, 2019/2020

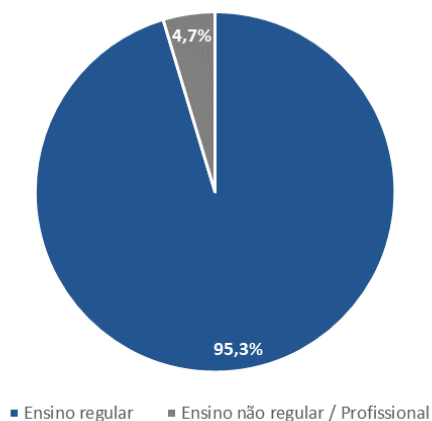


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

7.1.3: Alunos com medidas adicionais, por ciclos/níveis e unidades orgânicas

Nesta secção sistematizam-se os dados relativos aos alunos com medidas adicionais, ou seja, com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão tal como definidas pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho. Os dados apurados indicam que a maioria dos alunos com medidas adicionais frequenta o tipo de ensino regular (95,3%, face a 4,7% na mesma condição, a frequentar o ensino não regular/profissionais).

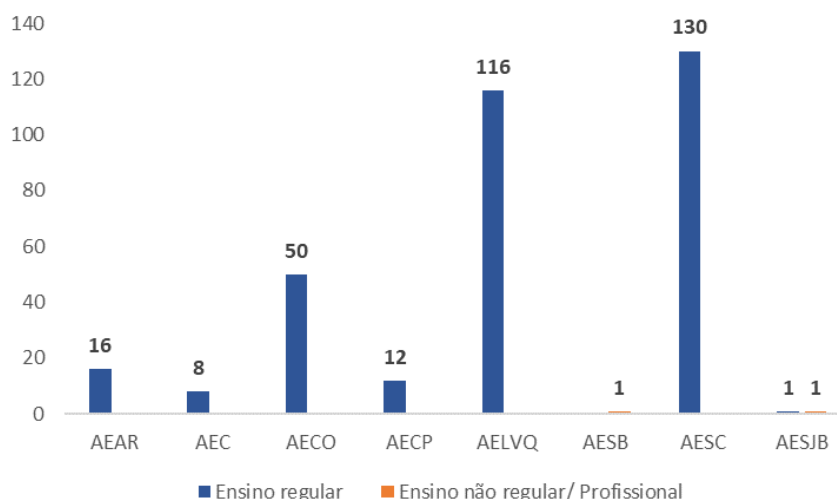
Figura 7.21: Distribuição dos alunos com medidas adicionais no concelho de Oeiras por tipo de ensino, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Na figura 7.22 analisa-se a distribuição dos alunos com medidas adicionais do concelho de Oeiras no último ano letivo (2019/2020), mais uma vez, em função do tipo de ensino, regular ou não regular, mas agora por cada UO. À primeira vista são identificadas três UO que não têm alunos com medidas adicionais, independentemente do tipo de ensino – o AE Miraflores, o AE Paços de Arcos e a ES Quinta do Marquês. Também neste sentido, o AE de São Julião da Barra apresenta um número bastante reduzido de alunos com medidas adicionais (apenas 1 em cada tipo de ensino). Apenas o ES São Bruno tem um aluno com medidas adicionais em regime de ensino não regular/profissional. Em relação ao número de alunos com medidas adicionais em regime de ensino regular os agrupamentos que contam com o maior número de alunos são: Santa Catarina (130 alunos), Linda-a-Velha e Queijas (116 alunos) e Conde de Oeiras (50 alunos). Os restantes apresentam números bastante reduzidos de alunos com medidas adicionais no ensino regular (o AE Aquilino Ribeiro com 16 alunos, o AE Carnaxide-Portela com 12 alunos e o AE Carnaxide com 8 alunos).

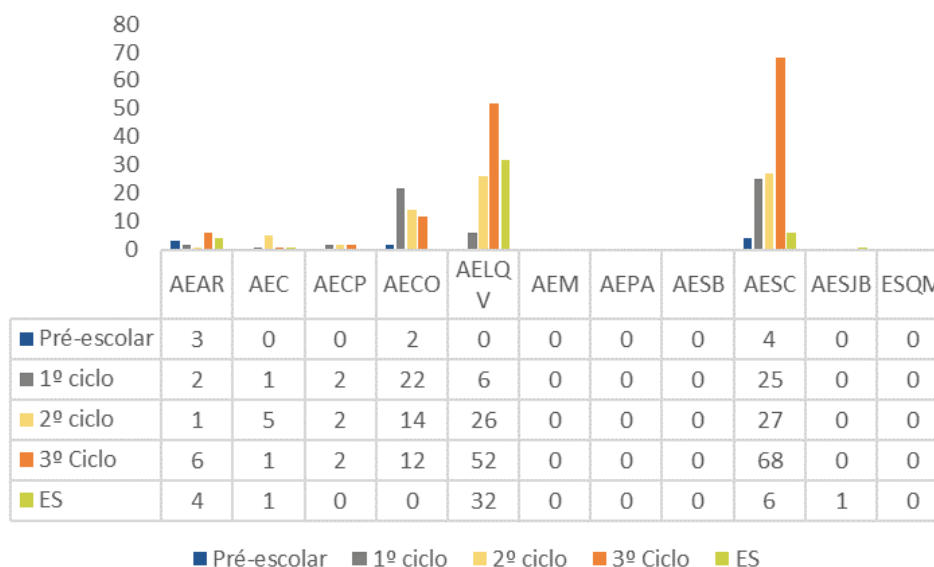
Figura 7.22: Número de alunos com medidas adicionais, por tipo de ensino e por UO, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Quanto à distribuição do número de alunos com medidas adicionais no ensino regular pelos diferentes ciclos/níveis de ensino em cada UO, podemos constatar (figura 7.23) que, nos agrupamentos com maior número de alunos com medidas adicionais, estes se distribuem de forma heterogénea pelos vários ciclos de ensino. No caso dos AE de Santa Catarina, de Linda-a-Velha e Queijas e Aquilino Ribeiro, destaca-se o 3.º ciclo como aquele que conta com o maior número de alunos com medidas adicionais no ensino regular (68 alunos, 52 alunos e 6 alunos, respetivamente). Já no AE de Carnaxide e no AE Conde de Oeiras destacam-se, nas mesmas condições, respetivamente, o 2.º e 1.º ciclo de escolaridade (AE Carnaxide com 5 alunos e AE Conde de Oeiras com 22 alunos). No que diz respeito ao AE de Carnaxide-Portela o número de alunos com medidas adicionais no ensino regular é igual em todos os ciclos de escolaridade – do 1.º ao 3.º ciclo - (2 alunos em cada ciclo, perfazendo um total de 6 alunos com medidas adicionais).

Figura 7.23: Número de alunos com medidas adicionais, por UO e por ciclo no ensino regular, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

7.1.4: Caracterização socioeconómica

Para terminar a caracterização da população discente do concelho de Oeiras, apresenta-se os resultados de alguns indicadores socioeconómicos: nacionalidade dos alunos com dados recolhidos nas fichas de caracterização socioeducativa das unidades orgânicas e, ainda, a média de número de anos de escolarização das mães para os ensinos básico e secundário e a percentagem de alunos sem ação social escolar (ASE), neste caso apenas para o 9º e o 12º anos de escolaridade, dados estes que surgem na literatura como entre os quais mais influenciam a variação dos resultados escolares e que foram recolhidos na DGEEC/ME; ainda que relativos ao ano de 2014/2015, optou-se pela sua utilização por serem os mais recentes a que a equipa teve acesso.

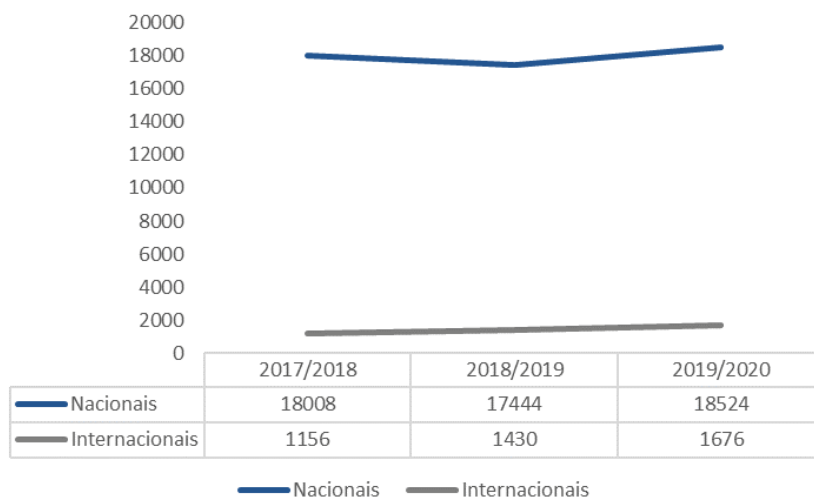
Nacionalidade dos alunos

Antes de avançarmos para a análise concreta da evolução do número de alunos no concelho de Oeiras segundo a nacionalidade – portuguesa ou estrangeira -, importa referir que, em algumas UO, o número total de alunos em função da nacionalidade não é correspondente ao número total de alunos indicado no subcapítulo 7.1.2, onde se encontra a análise ao número de alunos do concelho. Tal facto deve-se ao fator de mobilidade dos alunos, transferidos para outras escolas e agrupamentos, sendo apenas considerados pelos sistemas de gestão de alunos, os alunos que estão em cada momento ativos e não as entradas e saídas de alunos ao longo do ano letivo.

Os dados do ano letivo 2019/2020 (figura 7.24), relativos ao indicador da nacionalidade, demonstram que o número de alunos de nacionalidade portuguesa tem sido sempre superior ao número de alunos de nacionalidade estrangeira, contudo, importa realçar que se regista uma tendência de aumento de alunos estrangeiros. Em 2017/2018, estes representavam perto de 6%

dos alunos no número total do concelho (n = 1.156), em 2018/2019; aumentaram para 1.430, o que corresponde a cerca de 7,6% no total dos alunos do concelho; e aumentaram para 1.676 no ano letivo 2019/2020, passando a representar 8,3% no número total de alunos concelhio. Porém também um aumento acentuado do número de alunos nacionais se registou no ano letivo 2019/2020 (passando de 17.444 em 2018/2019 para 18.524 em 2019/2020).

Figura 7.24: Evolução do número de alunos no concelho de Oeiras por nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: Dados em falta para o ano letivo 2017/2018 e 2019/2020 para o AELVQ.

Com recurso à tabela 7.1, que ilustra a distribuição do número de alunos de nacionalidade portuguesa e estrangeira pelas onze UO do concelho de Oeiras, no ano letivo 2019/2020, podemos verificar que a dimensão do número de alunos de nacionalidade estrangeira assume maior peso no total do corpo discente nos AE de Santa Catarina (15,7% - 299 alunos), de Paço de Arcos (15,2% - 418 alunos), de Carnaxide-Portela (15,0% - 80 alunos) e Aquilino Ribeiro (11,0% - 179 alunos). O AE de Linda-a-Velha e Queijas e a ES Quinta do Marquês destacam-se por ter menos de 5% de alunos de nacionalidade estrangeira (2,5% e 2,7%, respetivamente).

Tabela 7.1: Número de alunos nas unidades orgânicas do concelho de Oeiras, por nacionalidade, 2019/2020

UO	Portuguesa		Estrangeira		Total
	N	%	N	%	
AEAR	1.447	89,0	179	11,0	1.626
AEC	2.252	95,3	112	4,7	2.364
AECP	454	85,0	80	15,0	534
AECO	1.175	95,0	62	5,0	1.237
AELVQ	2.556	97,5	66	2,5	2.622
AEM	2.113	93,0	158	7,0	2.271
AEPA	2.332	84,8	418	15,2	2.750
AESB	644	91,2	62	58,5	706
AESC	1.609	84,3	299	15,7	1.908
AESJB	2.831	93,0	214	7,0	3.045
ESQM	1.126	97,3	31	2,7	1.157
Oeiras	18.539	91,7	1.681	8,3	20.220¹⁴

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Quanto à evolução do número de alunos nacionais e estrangeiros em cada UO, nos três últimos anos letivos (figura 7.25 a 7.35), podemos observar a existência de realidades bastante distintas, comparativamente às tendências evolutivas do concelho. Os AE Aquilino Ribeiro, de Miraflores, de Santa Catarina e a ES Quinta do Marquês apresentam uma relativa estabilidade. Por oposição, as restantes UO apresentam tendências evolutivas ligeiramente crescentes em relação ao número de alunos estrangeiros.

Figura 7.25: Evolução do número de alunos no AEAR segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.26: Evolução do número de alunos no AEC segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



¹⁴Os dados fornecidos pelos AE de Carnaxide-Portela, Conde de Oeiras, Miraflores, Santa Catarina e São Bruno dão origem a um número total de alunos ligeiramente diferente que se pode dever à recolha da informação em épocas diferentes do ano letivo ao longo do qual o número de alunos varia por vários motivos (transferências, novas matrículas, etc.). Apenas no AE de Paço de Arcos se regista para estes dados uma diferença de 698 alunos que se podem explicar, pelas palavras do respetivo Diretor: “Esses números foram obtidos a partir das aplicações de gestão de alunos que apenas consideram os que estão em cada momento ativos, quando temos, ao longo do ano letivo, nos Cursos de Educação e Formação de Adultos, muitas turmas a iniciar e a terminar. Também há formação de curta duração que não ficam associadas à gestão administrativa de alunos, mas funcionam em articulação com o Centro Qualifica.”

Figura 7.27: Evolução do número de alunos no AEACP segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020

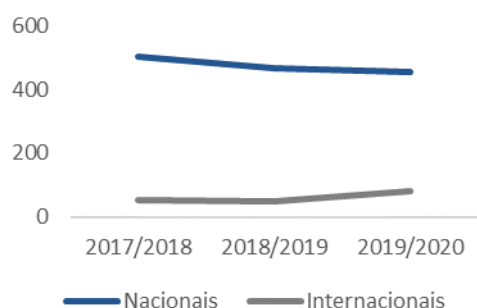


Figura 7.28: Evolução do número de alunos no AECO segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.29: Evolução do número de alunos no AELVQ segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020¹⁵



Figura 7.30: Evolução do número de alunos no AEM segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.31: Evolução do número de alunos no AEPA segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.32: Evolução do número de alunos no AESB segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



¹⁵Sem dados para os anos letivo 2017/2018, pelo que não foi possível realizar a análise da evolução da dimensão do corpo discente em função da nacionalidade no caso do AELVQ.

Figura 7.33: Evolução do número de alunos no AESC segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.34: Evolução do número de alunos no AESJB segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Figura 7.35: Evolução do número de alunos na ESQM segundo a nacionalidade, 2017/2018 - 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Escolaridade das mães

Relativamente à média de anos de escolaridade das mães é possível observar na tabela 7.36 que é bastante elevada no concelho de Oeiras em comparação com a média nacional quer no ensino básico quer, sobretudo, no secundário (tabela 7.2). Quando analisadas as UO, verifica-se que os dois agrupamentos inseridos no programa TEIP – Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela – são aqueles em que a escolaridade média das mães é mais baixa: 10,4 anos e 6,0, pela ordem, face à média de 12,5 do concelho no ensino básico; e 8,6 anos em relação aos 9,8 do concelho no ensino secundário no caso do AE Aquilino Ribeiro.

Entre os restantes destacam-se com médias de escolaridade das mães no ensino básico bastante mais elevadas em comparação às médias do concelho, Conde de Oeiras (14,3), Miraflores (14,3), São Julião da Barra (13,7) e Quinta do Marquês (15,5); e no ensino secundário, Linda-a-Velha e Queijas (14,2) e, igualmente, Miraflores (14,6), São Julião da Barra (14,0) e Quinta do Marquês (15,2) e até nacionais.

Tabela 7.2: Média do número de anos de habilitação das mães no ensino básico e secundário, por UO, 2014/2015

Unidades orgânicas	Habilitação das mães no básico (média do n.º de anos da habilitação)	Habilitação das mães no secundário (média do n.º de anos da habilitação)
AE Aquilino Ribeiro	10,4	8,6
AE Carnaxide	13,0	11,9
AE Carnaxide-Portela	6,0	n.a.
AE Conde de Oeiras	14,4	n.a.
AE Linda-a-Velha e Queijas	12,7	14,2
AE Miraflores	14,3	14,6
AE Paço de Arcos	12,3	11,4
AE Santa Catarina	12,8	12,8
AE São Bruno	12,1	n.a.
AE São Julião da Barra	13,7	14,0
ES Quinta do Marquês	15,5	15,2
Oeiras¹	12,5	12,8
Nacional¹	10,2	9,8

Fonte: DGEEC/ME - Estatísticas da Educação 2015. ¹Cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não se aplica.

Alunos sem ação social escolar

O concelho de Oeiras surge de igual forma bem posicionado face ao quadro nacional ao apresentar percentagens de alunos que não beneficiam de ASE mais elevadas do que o que se verifica à escala nacional, quer no 9º ano quer no 12º ano: 67,9% e 85,2%, pela ordem de anos de escolaridade, comparados com os 56,7% e 71,7% nacionais.

No que respeita à percentagem de alunos sem ASE por UO é possível verificar na tabela 7.3 que são os agrupamentos TEIP, Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela, que mais uma vez apresentam as percentagens mais baixas em relação às médias concelhias. Enquanto os AE de Linda-a-Velha e Queijas, de Miraflores e de São Julião da Barra e a ES Quinta do Marquês se posicionam na situação oposta, ou seja, com as percentagens de alunos não beneficiários da ASE mais elevadas no concelho. Relativamente à média nacional do 9º ano (56,7%) apenas os mesmos AE apresentam percentagens consideravelmente inferiores: 47,4% no Aquilino Ribeiro e 40,9% em Carnaxide-Portela. É de notar que para o 12º ano todas as UO do concelho de Oeiras registam percentagens de alunos não beneficiários de ASE superiores à média nacional.

Tabela 7.3: Percentagem de alunos sem ASE, no 9.º ano e no 12.º ano, por UO, 2014/2015

Unidades orgânicas	Alunos sem ASE no 9.º ano (%) ¹⁶	Alunos sem ASE no 12.º ano (%) ¹⁷
AE Aquilino Ribeiro	47,4	77,8
AE Carnaxide	68,5	82,3
AE Carnaxide-Portela	40,9	n.a.
AE Conde de Oeiras	56,2	n.a.
AE Linda-a-Velha e Queijas	82,9	90,3
AE Miraflores	84,2	87,4
AE Paço de Arcos	65,0	79,4
AE Santa Catarina	69,7	82,8
AE São Bruno	67,6	n.a.
AE São Julião da Barra	76,1	89,8
ES Quinta do Marquês	88,8	91,8
Oeiras¹	67,9	85,2
Nacional¹	56,7	71,7

Fonte: DGEEC/ME - Estatísticas da Educação 2015. ¹Cálculos próprios.

Legenda: n.a. = não se aplica

7.2: Caracterização do corpo docente

A caracterização do corpo docente inclui o número de docentes no concelho de Oeiras, por ciclos e unidades orgânicas, por sexo, faixa etária e por tipo de vínculo contratual. Finalmente, caracterizam-se os funcionários não docentes no contexto escolar no concelho de Oeiras, mas também por ciclo, igualmente por unidade orgânica, e por tipo de função que exercem.

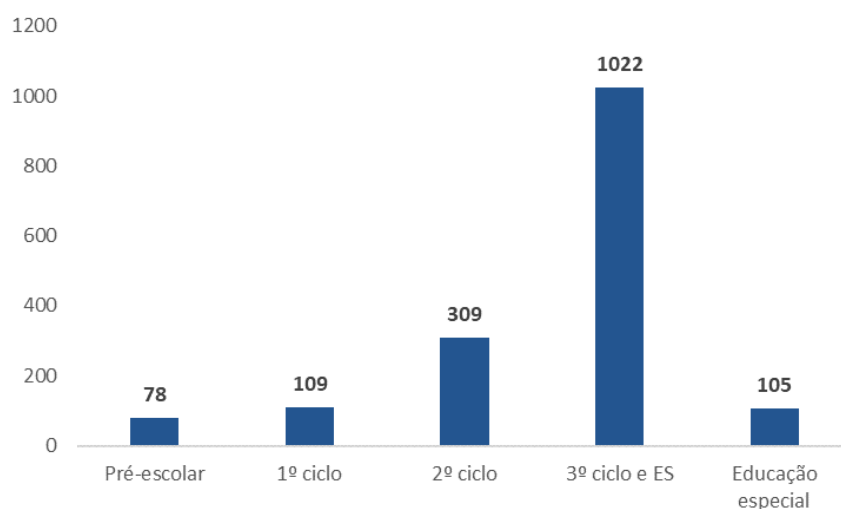
7.2.1: Número de docentes no concelho de Oeiras, por ciclos/níveis e unidades orgânicas

No que diz respeito à dimensão do corpo docente, o concelho de Oeiras apresenta, no ano letivo 2019/2020, um número total de professores corresponde a 1.823. Através da análise dos dados relativos à dimensão do corpo docente do concelho de Oeiras, no mesmo ano letivo, por ciclos/níveis de ensino (figura 7.36) podemos verificar que o 3.º ciclo e ensino secundário são os graus de escolaridade que contam com o número mais elevado de professores (1.022 docentes), seguindo-se o 1.º e 2.º ciclo do ensino básico com o mesmo número de docentes (correspondente a 309 professores, nos dois ciclos), ambos consideravelmente inferiores ao número de docentes no 3.º ciclo e ensino secundário. O ensino pré-escolar conta com o menor número de docentes educadores do concelho (78 docentes), inferior ao número de docentes do ensino especial, particularmente reduzido (108 docentes), tendo em conta quer o número total de alunos do concelho quer os valores relativos aos alunos com medidas adicionais.

¹⁶De acordo com a DGEEC, são apenas considerados os alunos matriculados no 9.º ano do ensino regular e do ensino artístico especializado (regular, em regime integrado).

¹⁷De acordo com a DGEEC, são apenas considerados os alunos matriculados no 12.º ano dos cursos científico-humanísticos do ensino regular e nos cursos do ensino artístico especializado (regular, em regime integrado).

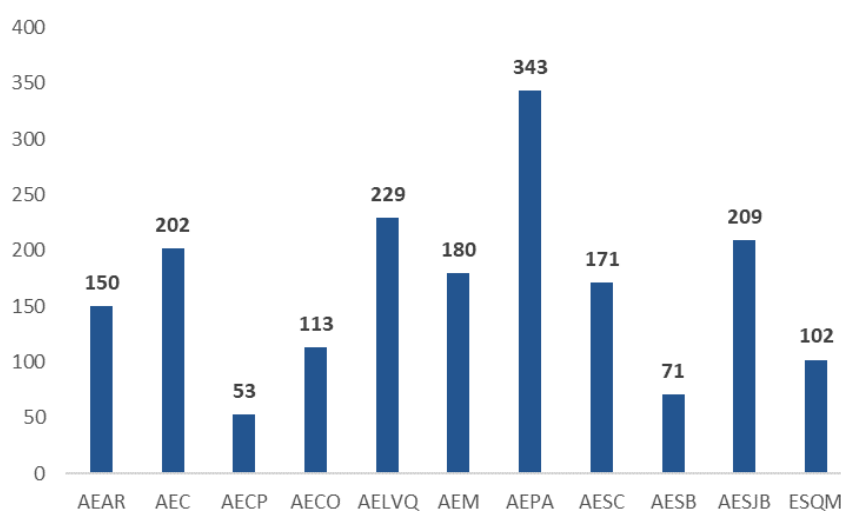
Figura 7.36: Número de docentes do concelho de Oeiras por ciclo/nível de ensino, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Através da figura 7.37, podemos constatar que as unidades orgânicas que contam com o maior número de docentes são o AE Paço de Arcos (343 docentes), o AE Linda-a-Velha e Queijas (229 docentes), AE São Julião da Barra (209 docentes) e o AE Carnaxide (202 docentes), aqueles que registam o número mais elevado de alunos. O AE Carnaxide-Portela e o AE São Bruno registam a dimensão mais reduzida no que respeita ao número de docentes (com 53 e 71 docentes, respetivamente).

Figura 7.37: Número total de docentes por UO, 2019/2020



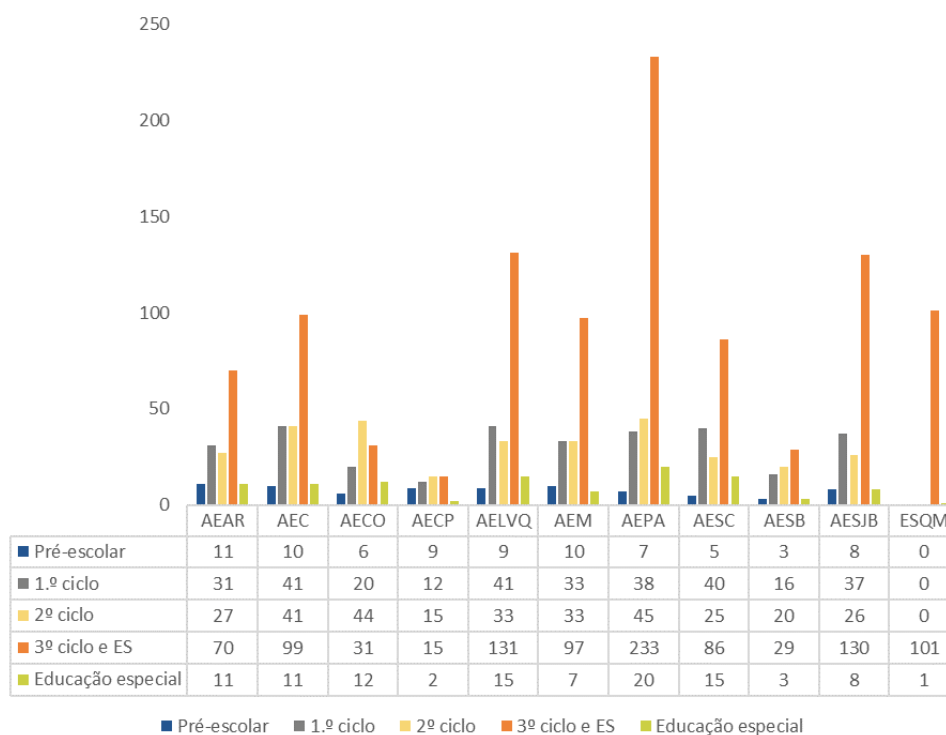
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

No que respeita à distribuição do número de docentes por ciclo/nível de ensino no último ano letivo (figura 7.38), podemos verificar que, de uma forma geral, na maioria das unidades orgânicas, regista-se um maior número de docentes no 3.º ciclo e no ensino secundário. O número de docentes

dos 1.º e 2.º ciclos é bastante próximo em praticamente todas as unidades orgânicas do concelho, à exceção do AECO e do AESC onde o número de docentes do 2.º ciclo é bastante superior ao número de docentes do 1.º ciclo (44 docentes e 21 docentes) e vice-versa (25 docentes e 40 docentes). Ainda no caso do AECO, comparando a dimensão do corpo docente do 1.º e 2.º ciclos de escolaridade com a dimensão do corpo discente (analisada no capítulo anterior), verificamos que, apesar de o número de docentes ser superior no 2.º ciclo, o maior número de discentes entre estes dois ciclos corresponde ao 1.º ciclo.

Quanto à educação pré-escolar, os dados demonstram um número de professores bastante inferior ao dos restantes ciclos/níveis de ensino, muitas vezes ultrapassado pelo número de docentes de educação especial, como é o caso no AEC (10 docentes de pré-escolar e 11 de educação especial), AECO (7 docentes de pré-escolar e 12 de educação especial), AELVQ (9 docentes de pré-escolar e 15 de educação especial) e AESC (3 docentes de pré-escolar e 8 de educação especial).

Figura 7.38: Número total de docentes por ciclo/nível e por UO, 2019/2020

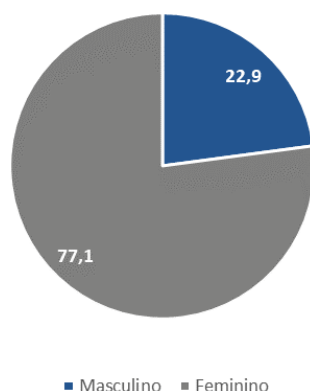


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

7.2.2: Sexo

No que diz respeito à distribuição dos docentes por sexo, no total do concelho de Oeiras, no ano letivo 2019/2020 (figura 7.39), podemos constatar que a maioria dos professores pertence ao sexo feminino (77,1%) e menos de um terço ao sexo masculino (22,9%).

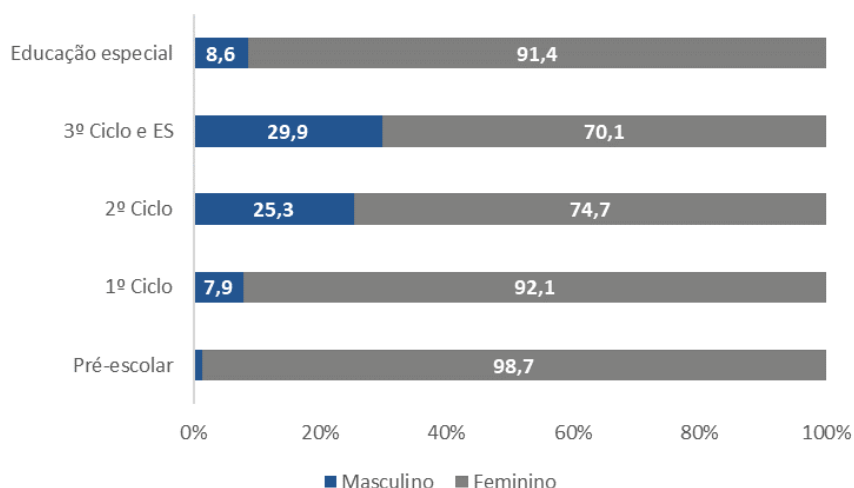
Figura 7.39: Distribuição dos docentes no concelho de Oeiras por sexo, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Analisando estes dados em função do grau de escolaridade (figura 7.40) verificamos que o maior número de docentes do sexo feminino desempenha as suas funções no 3.º ciclo e ensino secundário (29,9%) e no 2.º ciclo do ensino básico (25,3%). O nível de escolaridade que apresenta o menor número de professores do sexo masculino é o ensino pré-escolar (1,3%). Em resumo, podemos constatar que no concelho de Oeiras a população docente continua a ser, no último ano letivo, uma população essencialmente feminina.

Figura 7.40: Docentes por sexo no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%)

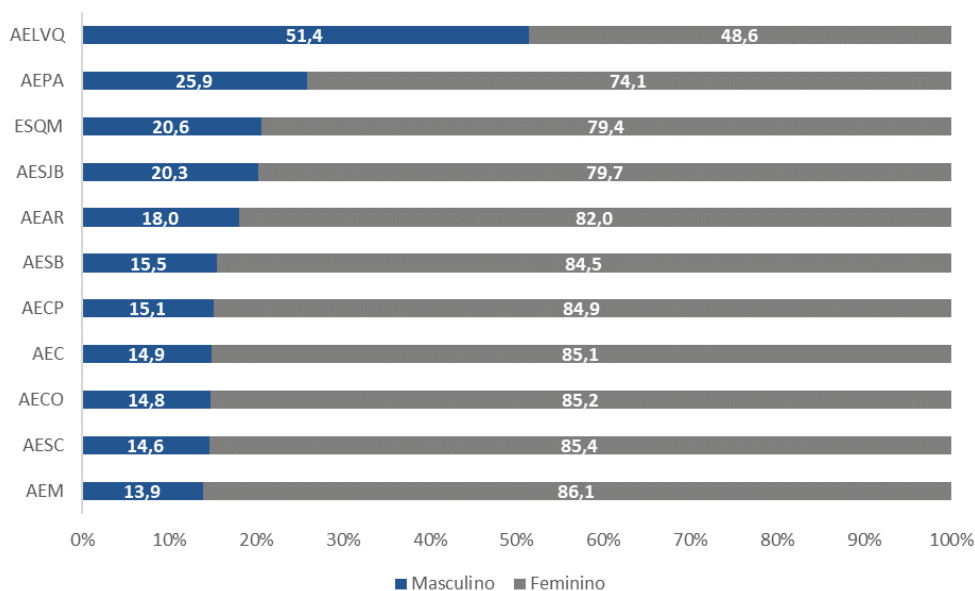


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

A tendência de feminização da profissão docente confirma-se em todos as unidades orgânicas (ver figura 7.41). A proporção de professoras mulheres corresponde em todos os casos a mais de metade do total de professores. Porém, o AE Linda-a-Velha e Queijas, destaca-se por ser o único

agrupamento onde a proporção de professores homens é bastante semelhante à de professoras mulheres, sendo, inclusive, a percentagem dos docentes (do sexo masculino; 51,4%) ligeiramente superior à das docentes (do sexo feminino; 48,6%).

Figura 7.41: Docentes por sexo nas UO, 2019/2020 (%)

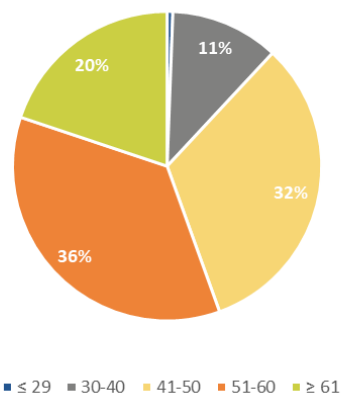


Fonte: CMO. Cálculos próprios.

7.2.3: Faixa Etária

No último ano letivo (2019/2020), Oeiras apresenta uma população docente envelhecida com mais de metade dos professores com idades iguais ou superiores a 51 anos (um total de 55,5% da população docente), inclusive cerca de 20% dos professores do concelho têm mais de 61 anos. Apesar disso, entre os 41 e os 50 anos, regista-se também uma quantidade considerável de docentes, correspondente a quase um terço do total de professores (32,5%). Numa proporção consideravelmente reduzida estão os docentes com idades entre os 30 e os 40 anos (11,4%) e os docentes com menos de 29 anos que apresentam uma percentagem praticamente nula (0,6%).

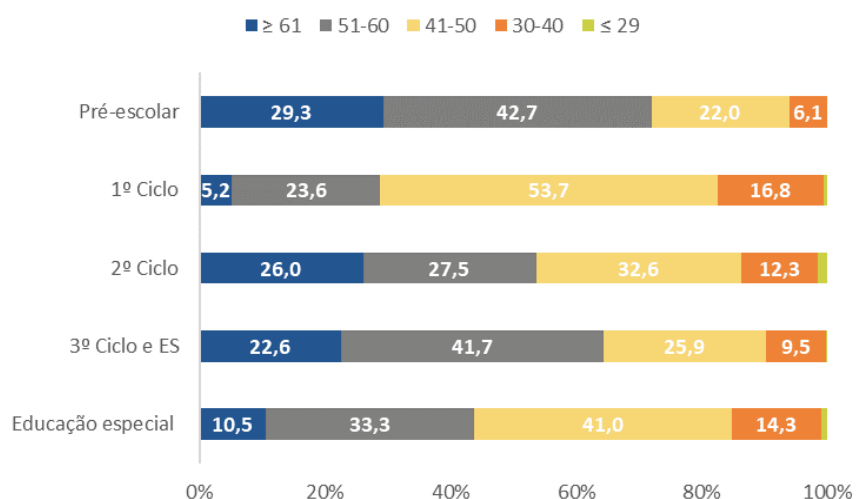
Figura 7.42: Docentes por faixa etária no concelho de Oeiras, 2019/2020 (%)



Fonte: CMO. Cálculos próprios.

Observando a distribuição da idade dos docentes por ciclo de escolaridade (figura 7.43), verificamos que o ensino pré-escolar, o 3.º ciclo e ensino secundário são os que apresentam a população de docentes mais envelhecida, com cerca de 70% dos professores e professoras com idades superiores a 51 anos. Em oposição, o 1.º ciclo de ensino básico apresenta a maior proporção de docentes com idades até 40 anos; verifica-se o mesmo entre os docentes do ensino especial (14,3%). No 1.º ciclo do ensino básico destaca-se ainda a grande proporção de docentes com idades entre os 41 e os 50 anos (53,7%) que neste caso é consideravelmente superior a todos os outros ciclos/níveis de ensino.

Figura 7.43: Docentes por faixa etária no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%)

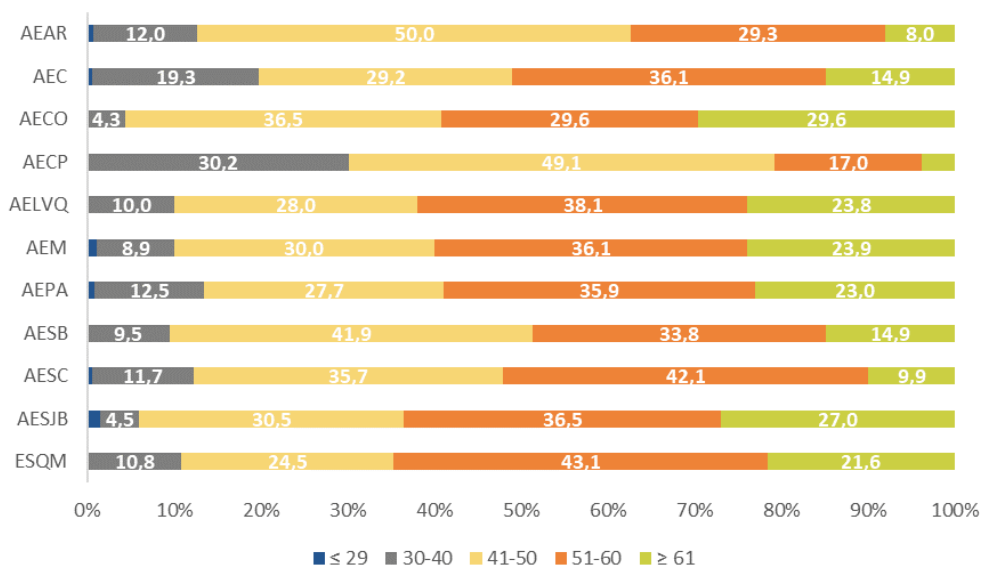


Fonte: CMO. Cálculos próprios.

Relativamente à distribuição das idades dos docentes do concelho de Oeiras no último ano letivo, por unidade orgânica (figura 7.44), podemos afirmar que, de uma forma geral, estes seguem a

tendência concelhia, com a maior proporção de professores a ter entre 41 e 60 anos. Contudo, os agrupamentos de São Julião da Barra, Miraflares, Paço de Arcos, Santa Catarina, Aquilino Ribeiro e Carnaxide destacam-se por apresentar percentagens, ainda que reduzidas, de docentes com idades inferiores ou iguais a 29 anos. O AE Carnaxide-Portela, apesar de não ter professores com menos de 29 anos, destaca-se também por ter a maior proporção de docentes com idades entre os 30 e os 40 anos (30,2%).

Figura 7.44: Docentes por faixa etária nas UO, 2019/2020 (%)

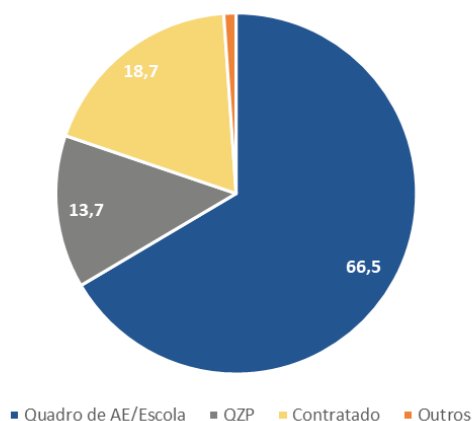


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

7.2.4: Vínculo Contratual

Relativamente à distribuição dos docentes do total do concelho de Oeiras por tipo de contrato, no ano letivo 2019/2020 (figura 7.45), podemos observar que a maioria dos docentes pertence ao quadro de agrupamento ou de escola (Quadro de AE/Escola) (66,5%). Porém, também a percentagem de professores contratados é considerável (18,7%) e muito ao valor do quadro de escola. Em menor percentagem estão os professores pertencentes ao quadro zona pedagógica (13,7%) e noutras situações contratuais (1,1%).

Figura 7.45: Docentes por vínculo contratual no concelho de Oeiras, 2019/2020 (%)



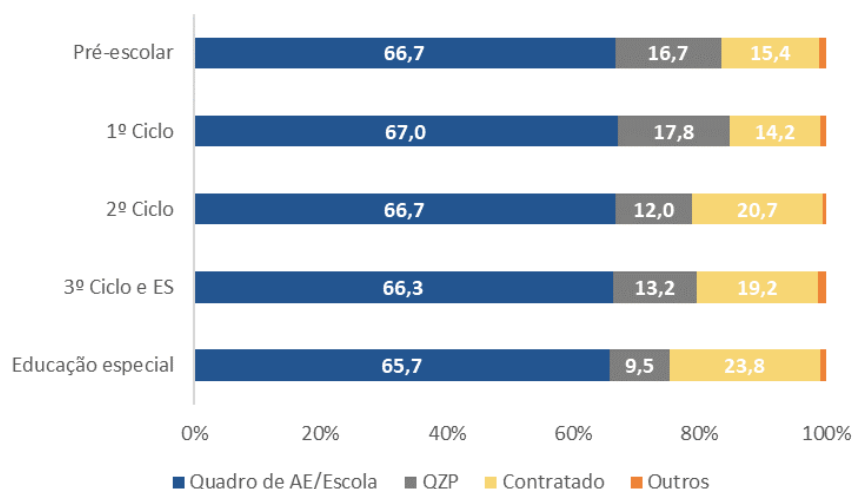
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Observando, agora, o vínculo contratual dos docentes do concelho de Oeiras segundo o ciclo de ensino onde desempenham as suas funções (figura 7.46), podemos constatar que a maioria dos pertence ao quadro de agrupamento ou de escola (Quadro de AE/Escola) em todos os ciclos/níveis e na educação especial. Porém, são de considerar as percentagens de docentes pertencentes ao quadro de zona pedagógica (QZP), entre os 9,5% na educação especial e os 17,8% no 1.º ciclo; e as relativas aos docentes contratados, em particular, no 2.º ciclo (20,7%) e na educação especial (23,8%).

No caso do 2.º ciclo e 3.º ciclo e ensino secundário essa tendência altera-se ligeiramente. A percentagem de professores pertencentes ao quadro do agrupamento é mais reduzida (45,5% no 2.º ciclo e 40,8% no 3.º ciclo e ensino secundário), bem como a percentagem de professores pertencentes ao quadro de zona pedagógica (12% e 13,2%), enquanto as percentagens de professores no quadro de escola e contratados aumentam (no caso do 2.º ciclo, 21,7% dos professores pertencem ao quadro de escolar e 20,7% são contratados; no 3.º ciclo e ensino secundário 25,5% pertencem ao quadro de escola e 19,2% são contratados).

No ensino especial estas tendências voltam a alterar-se, assemelhando-se mais aos valores registados no ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, em que a maioria dos professores pertence ao quadro de agrupamento (48,6%), embora com uma proporção considerável de docentes contratados (23,8%).

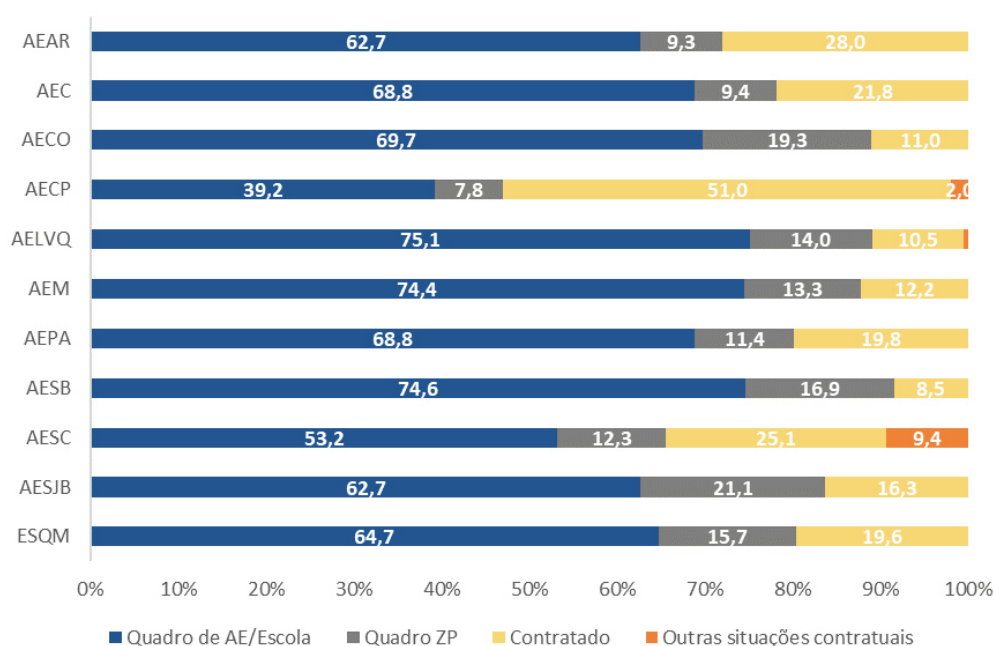
Figura 7.46: Docentes por vínculo contratual no concelho de Oeiras, segundo ciclo/nível de ensino, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Numa análise mais detalhada do vínculo contratual dos docentes em cada unidade orgânica do concelho de Oeiras (figura 7.47), podemos verificar que, confirmando a tendência concelhia, existe uma maior proporção de docentes que fazem parte do quadro de agrupamento e do quadro de escola, ainda que em algumas unidades orgânicas esta última apresente a percentagem mais elevada de docentes – AE Linda-a-Velha e Queijas, AE Carnaxide e AE Aquilino Ribeiro. Porém, o AE Carnaxide-Portela é o único agrupamento que se destaca, por apresentar algumas diferenças face a esta tendência geral, contando com a maior percentagem de professores contratados (51%), superior não apenas aos restantes UO, como também aos restantes tipos de contrato dentro do próprio agrupamento.

Figura 7.47: Docentes por vínculo contratual nas UO do concelho de Oeiras, 2019/2020 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

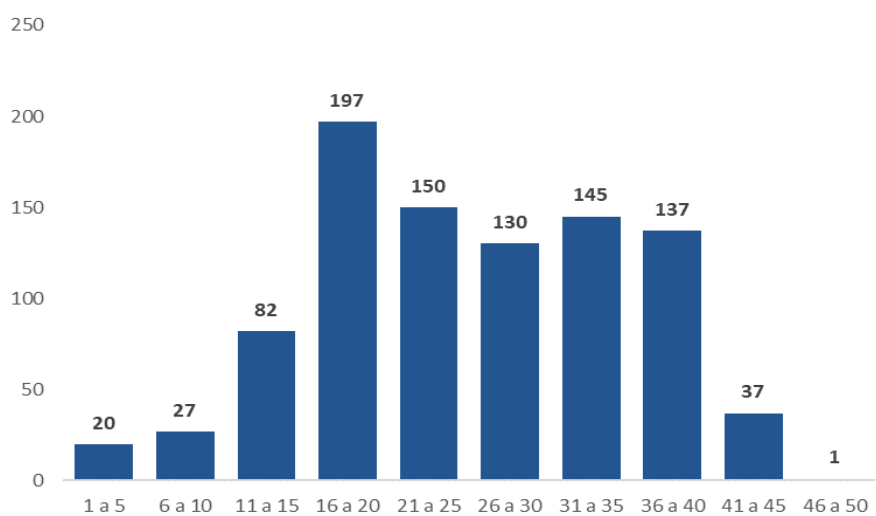
7.2.5: Outras características dos docentes

Para terminar a caracterização do corpo docente utilizaram-se alguns dos resultados do questionário aplicado aos educadores e docentes das escolas públicas do concelho, embora lembrando que estes dados são representativos do concelho, mas não de todas as UO. Nomeadamente quanto ao tempo de serviço na docência e na UO, à qualificação, cargos exercidos e sentido de pertença profissional.

Tempo de exercício profissional

No que diz respeito ao tempo de exercício profissional dos inquiridos a distribuição mostra um corpo docente pouco rejuvenescido, com apenas 20 professores em início de carreira, contrastando com os quase 40 docentes com mais de 40 anos de profissão. É precisamente a partir do intervalo entre os 16 e os 25 anos de carreira que se pode observar o maior número de professores.

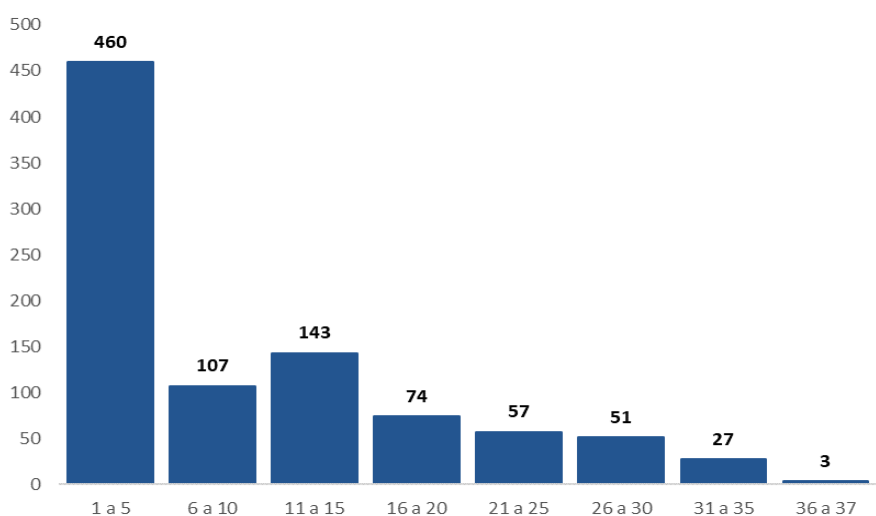
Figura 7.48: Distribuição dos inquiridos por escalões de anos de docência



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Embora se trate globalmente de um grupo envelhecido, a permanência dos professores na mesma escola não é de longa duração; a análise do número de vezes que os docentes mudaram de escola nos últimos 5 anos reforça este resultado. Mais de metade dos docentes inquiridos encontra-se há menos de 10 anos na escola onde atualmente leciona. Destes, apenas 47, como se pode observar na Figura anterior, têm até 10 anos de exercício profissional, logo, não se trata de uma duração ditada pelo tempo reduzido na carreira, mas antes por uma acentuada mobilidade do corpo docente. Observa-se ainda um decréscimo do número de professores quando considerado o intervalo seguinte, respeitante a mais de 10 anos de lecionação na mesma escola, com 138 dos professores a lecionar na (atual) escola há mais de 20 anos.

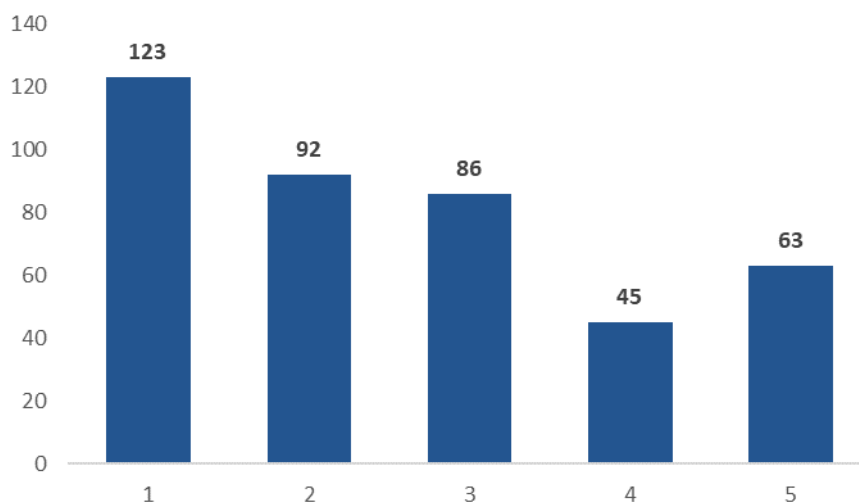
Figura 7.49: Distribuição dos inquiridos por escalões de tempo de serviço na UO



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Os números relativos à mudança de escolas nos últimos 5 anos assinala uma mobilidade de docentes considerável, havendo mais mudanças nos últimos 3 anos, com o último a assumir maior expressão.

Figura 7.50: Número de vezes que os professores mudaram de escola nos últimos 5 anos



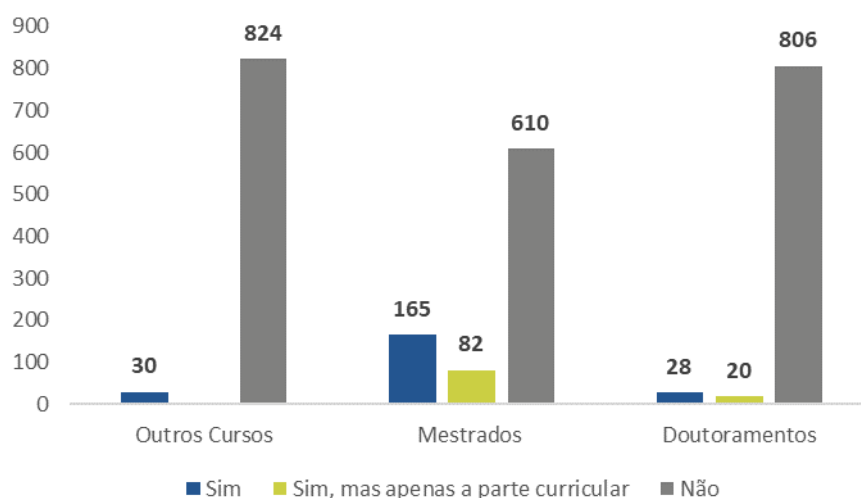
Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Qualificação dos docentes

Relativamente à formação inicial e habilitação para a docência, as respostas dos docentes apresentam uma distribuição que permite observar uma maioria de professores que tem como formação inicial cursos orientados para a educação e docência, incluindo-se neste grupo os cursos de formação de professores das diferentes gerações de formação; incluiu-se neste grande grupo de formações: os cursos de magistério (conferentes de grau de bacharelato) (33), os cursos de licenciatura (558) distribuídos por licenciaturas pré-Bolonha de formação de professores e/ou com vias de ensino integradas e profissionalizantes, os cursos de mestrado (19) que habilitam para a docência (e que são o 2º ciclo de formação após licenciatura em Educação Básica) e ainda outros cursos de Educação como as Ciências da Educação (2). Os restantes cursos são maioritariamente de licenciatura em áreas científicas, tecnológicas e artísticas diversas.

Ainda do ponto de vista da qualificação docentes inquiridos, cerca de 35% dos professores prosseguiram estudos após a licenciatura, com 10% a concluírem o grau de mestrado e 19% apenas a parte curricular dos cursos, no que diz respeito ao grau de doutoramento, apenas 3% o concluíram e 2% a parte curricular dos cursos. Os valores relativos à frequência de outros cursos com vista à obtenção de diploma situam-se também nos 3% dos inquiridos.

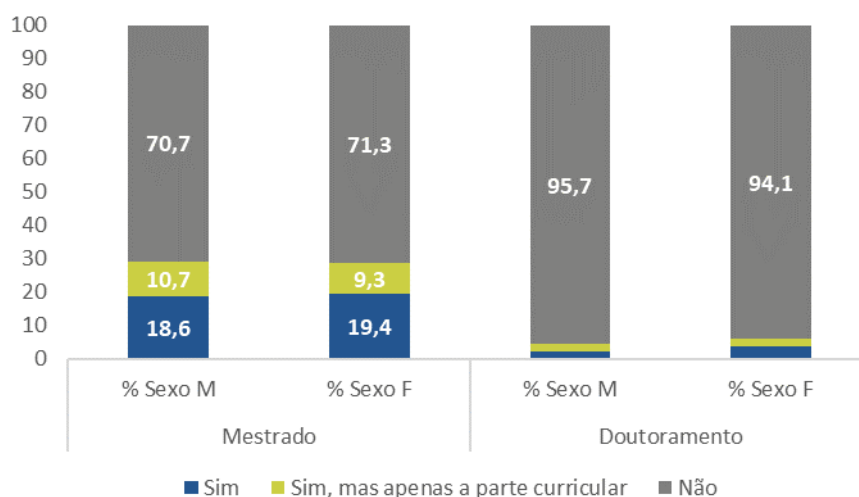
Figura 7.51: Número de educadores e docentes com mestrado, doutoramento e outros cursos



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Embora haja um maior número de professoras a concluírem os cursos ou apenas parte curricular, quer de mestrado, quer de doutoramento, percentualmente a distribuição entre professores homens e mulheres a concluírem estes níveis mais avançados de qualificação é muito aproximada.

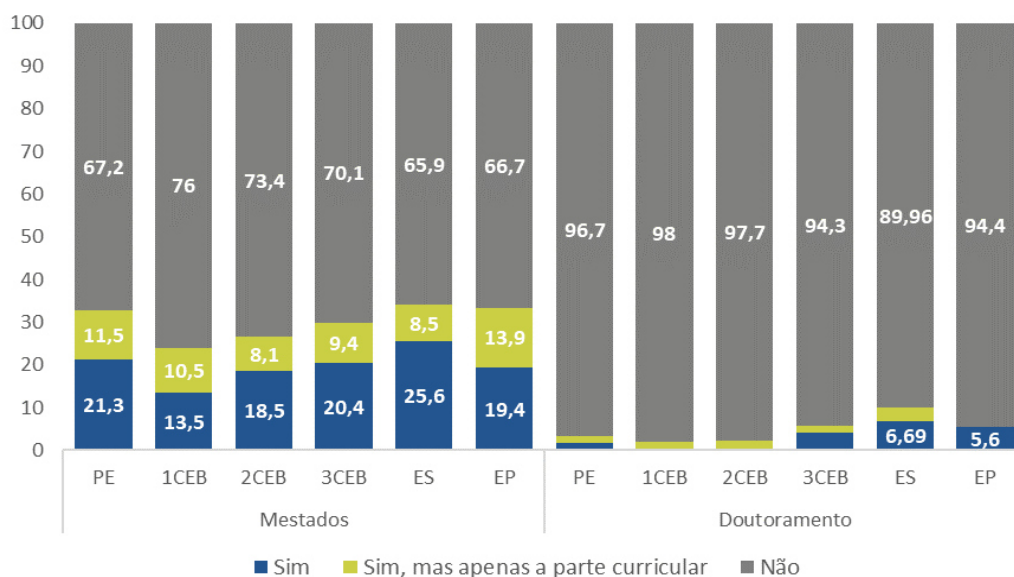
Figura 7.52: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por sexo (%)



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Ainda no que se refere aos docentes inquiridos que concluíram cursos de mestrado e doutoramento (ou parte curricular dos mesmos), observa-se uma distribuição desigual quando considerados os ciclos/níveis de ensino em que lecionam. O maior número de docentes com mestrado concentra-se sobretudo no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. A distribuição parece acompanhar os níveis do sistema educativo, de modo crescente, com exceção para o ensino profissional.

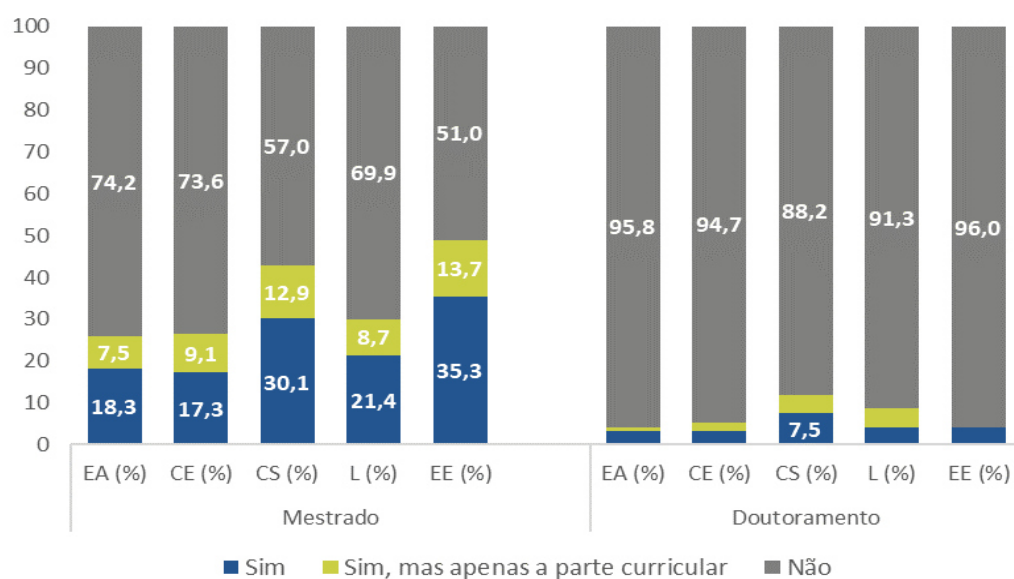
Figura 7.53: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por ciclo/nível de ensino (%)



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

Apresenta-se ainda a distribuição das percentagens de cursos concluídos, e frequentados para obtenção de mestrado e doutoramento, para cada área disciplinar, pretendendo-se deste modo comparar a distribuição percentual em cada área de formação. A análise evidencia no caso dos mestrados um número mais elevado para as Ciências Sociais (CS) e Educação Especial (EE), embora não se distanciem significativamente das restantes áreas, Línguas (L), Ciências Exatas (CE) e Expressões e Artes (EA). No grau de doutoramento, percentualmente, é na área das Ciências Sociais (CS) e Línguas (L) que os valores são mais elevados.

Figura 7.54: Educadores e docentes com mestrado e doutoramento, por área disciplinar (%)

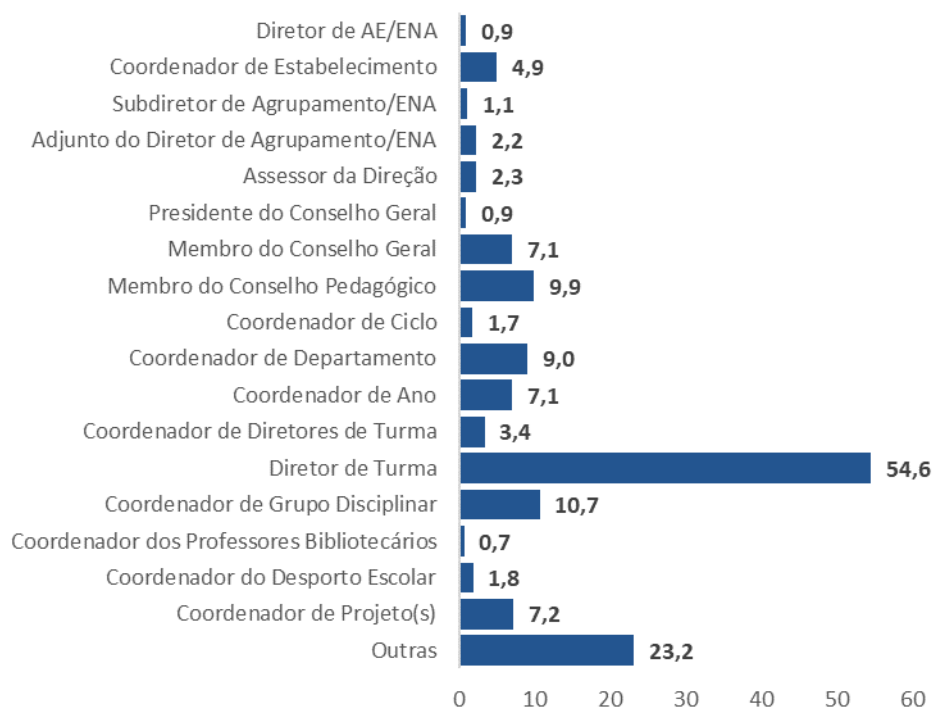


Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020

Cargos exercidos

A análise dos valores apurados para o exercício de cargos nos últimos 5 anos revela, sem surpresa, que a Direção de Turma é o cargo que reúne o maior número de respostas, por ser de duração mais curta, trata-se de um cargo atribuído em cada ano letivo e por ter uma maior oferta, tantas quantas as turmas em cada estabelecimento, para os 2º e 3º CEB e secundário. Já os cargos de maior duração e em menor número, como o de Diretor de AE/ENA, assim como os respetivos subdiretores, adjuntos e assessores, a par do Presidente do Conselho Geral, são os que apontam para valores mais reduzidos e ainda os Coordenadores dos Professores Bibliotecários ou do Desporto Escolar. Das respostas categorizados como Outras é de assinalar as que dizem respeito a cargos indicados pelos docentes e não previstos no questionário como categoria disponível para escolha dos inquiridos, como: Coordenadores e Diretores de cursos (8); Coordenadores das EMAEI (4) e ainda elementos destas equipas (4); Coordenadores de Secretariado de Exames (6) e substitutos destes (1) e ainda membros destes secretariados (2); Diretores de Instalações (inclui laboratórios) (7); Coordenadores (das equipas) Avaliação Interna (7); Cargos de assessoria, apoio, coadjuvação (não categorizados anteriormente) (12); Coordenador do Conselho de Docentes (1); Coordenador do Gabinete de apoio ao aluno (1); Coordenadores de (equipas) de Projetos e/ou Programas (não categorizados anteriormente) (12) e membros dessas equipas (6).

Figura 7.55: Cargos exercidos pelos educadores e docentes nos últimos 5 anos (%)



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

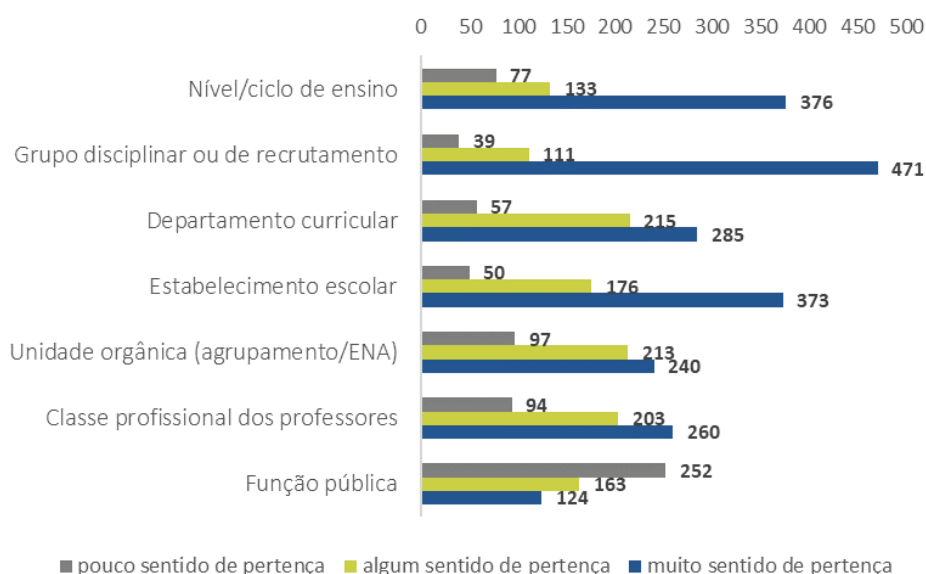
Para o exercício de cargos a distribuição dos professores por sexo não se afasta da distribuição da amostra inquirida para a generalidade dos cargos. Há apenas a salientar ligeiras diferenças face à distribuição da amostra. No caso dos Coordenadores de Professores Bibliotecários verifica-se uma

sobre representação de professoras, assumindo neste caso a totalidade dos respondentes (100%) e ainda nos Coordenadores do Desporto Escolar, neste caso com maior presença de professores homens a assumir o cargo. No caso dos Diretores de AE/ENA observa-se um maior número de mulheres a assumirem o cargo, embora não acompanhe a proporção de mulheres da totalidade.

Sentido de pertença profissional

Os professores foram inquiridos acerca dos níveis de pertença considerando diferentes esferas profissionais, como se pode ler na figura seguinte. Os professores declararam um sentimento de pertença globalmente mais elevado ao grupo disciplinar ou de recrutamento, ciclo de ensino em que lecionam e estabelecimento a que pertencem. parece assim poder considerar-se que a pertença profissional se constrói em torno do contexto escolar, seja no estabelecimento de ensino em que desenvolvem o seu trabalho, seja ainda junto dos docentes com quem partilham o ciclo e áreas disciplinares de docência. provavelmente por ser mais distante do seu quotidiano escolar e ter contorno mais difusos é mais vezes indicado como tendo um menor nível a pertença à função pública e a classe profissional dos professores. na ordem dos que foram mais vezes apontados como sendo elementos menor de pertença regista-se a UO.

Figura 7.56: Distribuição dos educadores e docentes por sentido de pertença profissional



Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020.

No sentido de melhor compreender a distribuição cruzaram-se os níveis de pertença mais extremados por ciclo de ensino em que lecionam. Como se pode ler na tabela seguinte, o “muito sentido de pertença” ao ciclo/ nível de Ensino em que lecionam é mais elevado para os docentes do pré-escolar e os do 1º ciclo. Já para os docentes do 2º e 3º ciclo e ensino secundário é a pertença ao grupo disciplinar ou de recrutamento o que parece ser mais significativo na identificação destes profissionais. No caso do ensino profissional é a pertença ao estabelecimento escolar que é

considerado por mais professores, distinguindo-se neste aspeto, de forma mais vincada, dos outros docentes.

Tabela 7.4: Pertença profissional dos professores: níveis elevados de pertença profissional (%)

Ciclos/níveis de ensino	Nível de Ensino	Grupo de disciplinar ou de recrutamento	Estabelecimento Escolar
Pré-escolar	36,0	31,4	32,6
1.º Ciclo do Ensino Básico	35,7	32,5	31,8
2.º Ciclo do Ensino Básico	29,3	41,7	28,9
3.º Ciclo do Ensino Básico	26,1	42,3	31,6
Ensino Secundário (CCH)	28,5	40,2	31,2
Ensino Secundário (CP)	21,8	38,2	40,0

Fonte: Questionário a educadores e docentes, 2020

7.3: Caracterização de outros profissionais

Com a assinatura do contrato administrativo nº 558/15 de delegação de competências no ano de 2015, o município de Oeiras assumiu, entre outras responsabilidades, a de gerir o Pessoal Não Docente (PND), nomeadamente, os trabalhadores com carreiras de Assistente Técnico (AT) e de Assistente Operacional (AO). A fim de cumprir essa nova função, a CM de Oeiras constituiu uma Unidade de Gestão de Pessoal Não Docente (UGPND) integrada no Departamento de Educação. Os Técnicos Especializados (TE) não transitaram para os municípios, pelo que a responsabilidade da sua gestão - contratação, substituição, etc. – permanece no ministério da educação. No entanto, para uma caracterização completa da população de PND afeto às escolas públicas de Oeiras, todas as categorias foram consideradas independentemente da entidade responsável pela sua gestão. Para isso, foram recolhidos dados sobre o número de PND afetos a cada estabelecimento escolar da rede pública do concelho junto das direções das várias Unidades Orgânicas (UO). Esta recolha foi realizada no final do ano letivo de 2019/2020, através das fichas de caracterização das UO.

Os dados coletados através desse instrumento não coincidem, ainda que com diferenças geralmente bastante reduzidas, com os números expostos no mais recente relatório da UGPND (final de 2020) o que pode ser explicado pelo distanciamento temporal e pelo preenchimento das fichas por parte das UO com os números relativos aos profissionais que se encontravam no momento a serviço (ou seja, não contabilizando os profissionais com baixas médicas, por exemplo, ou até contabilizando outros funcionários a que têm acesso pela dinamização de projetos próprios com ou sem parcerias a outras entidades). De acordo com a UGPND, o cálculo da dotação de PND determinado pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), a ser calculado todos os anos consoante o número de alunos, confere ao concelho de Oeiras 548 Assistentes Operacionais (AO), 107 Assistentes Técnicos (AT) e 10 Técnicos Superiores (TS). Porém, a UGPND declara que conta com 592 AO e 111 AT o que, juntamente com os 10 TS que cabem ao concelho, perfaz um total de 713 efetivos distribuídos pelos diversos estabelecimentos escolares (tabela 7.5), um valor acima dos rácios definidos pelo governo central. Ao longo da análise dos números recolhidos juntos das escolas serão referidas diferenças mais notórias em relação aos valores expostos na tabela 7.5.

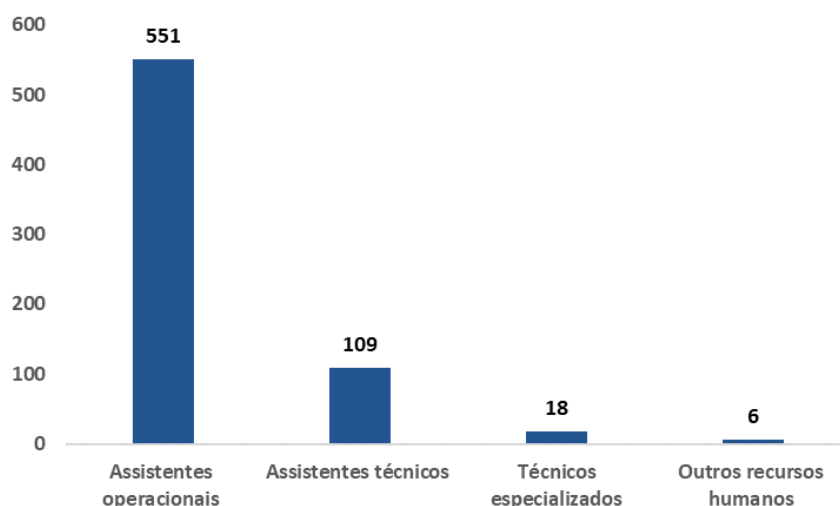
Tabela 7.5: Distribuição dos profissionais (rácios da DGEstE e efetivos) pelos estabelecimentos escolares por categoria (2020/2021)

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos Escolares	Assistentes Operacionais		Assistentes Técnicos		Técnicos Superiores
		Rácio	Efetivo	Rácio	Nº	Efetivo
AE Aquilino Ribeiro	EB Talaíde	47	2	8	-	-
	EB/JI Pedro Álvares Cabral		6		-	-
	EB/JI Porto Salvo		16		-	-
	EB/S Aquilino Ribeiro		27		8	1
	TOTAL Efetivos		51		8	1
AE Carnaxide	EB Sylvia Philips	64	9	11	-	-
	EB Vieira da Silva		19		-	-
	EB/JI Antero Basalisa		11		-	-
	EB/JI São Bento		4		-	-
	ES Camilo Castelo Branco		27		10	1
	TOTAL Efetivos		70		10	1
AE Carnaxide-Portela	EB Sophia Mello Breyner	27	18	5	5	-
	EB/JI Amélia Vieira Luís		7		-	-
	JI Tomás Ribeiro		7		-	-
	TOTAL Efetivos		32		5	0
AE Conde de Oeiras	EB António Rebelo de Andrade	40	9	8	-	-
	EB Conde Oeiras		23		9	1
	EB/JI Sá de Miranda		12		-	-
	TOTAL Efetivos		44		9	1
AE Linda-a-Velha e Queijas	EB Gil Vicente	70	4	11	-	-
	EB Prof. Noronha Feio		17		2	-
	EB Sto António Tercena		4		-	-
	EB/JI Cesário Verde		8		-	-
	EB/JI Jorge Mineiro		7		-	-
	EB/JI Narcisa Pereira		9		-	-
	ES Prof. José Augusto Lucas		24		10	1
	TOTAL Efetivos		73		12	1
AE Miraflores	EB Miraflores	61	14	11	1	-
	EB/JI Alto Algés		16		1	-
	ES Miraflores		29		9	1
	JI Luísa Ducla Soares		4		-	-
	TOTAL Efetivos		63		11	1
AE Paço de Arcos	EB Anselmo de Oliveira	70	7	15	-	-
	EB Dionísio Santos Matias		5		-	-
	EB Joaquim Barros		20		-	-
	EB/JI Maria Luciana Seruca		6		-	-
	ES Luís Freitas Branco		36		17	1
	TOTAL Efetivos		74		17	1
AE Santa Catarina	EB Armando Guerreiro	52	4	10	-	-
	EB D. Pedro V		8		-	-
	EB João Gonçalves Zarco		21		-	-
	EB/S Amélia Rey Colaço		23		10	1
	JI José Martins		4		-	-
	JI Roberto Ivens		3		-	-
	TOTAL Efetivos		63		10	1
AE São Bruno	EB Samuel Johnson	27	3	6	-	-
	EB São Bruno		19		6	0
	EB Visconde Leceia		2		-	-
	EB/JI N. Sr.ª do Vale		4		-	-
	TOTAL Efetivos		28		6	0
AE São Julião da Barra	EB Conde Ferreira	67	5	12	-	-
	EB São Julião da Barra		16		-	1
	EB/JI Gomes Freire de Andrade		14		-	-
	EB/JI Manuel Beça Múria		9		-	-
	ES Sebastião e Silva		26		13	1
	TOTAL Efetivos		70		13	2
ES Quinta do Marquês	ES Quinta do Marquês	23	24	10	10	1
	TOTAL Efetivos		24		10	1
TOTAL OEIRAS		548	592	107	111	10

Fonte: UGPND da CMO.

De acordo com as fichas de caracterização socioeducativa preenchidas pelas UO, o número de profissionais não docentes no concelho de Oeiras correspondia, no ano letivo 2019/2020, a um total de 684 (menos 29 em relação aos números fornecidos da UGPND): 551 AO, 109 AT, 18 técnicos especializados e 6 outros recursos humanos (figura 7.57). Entre os 8 técnicos especializados a mais em relação aos 10 TS reportados pela UGPND e os 6 outros profissionais contam-se assistentes sociais, mediadores, animadores, por exemplo.

Figura 7.57: Número de outros profissionais no concelho de Oeiras, por tipo de função, 2019/2020



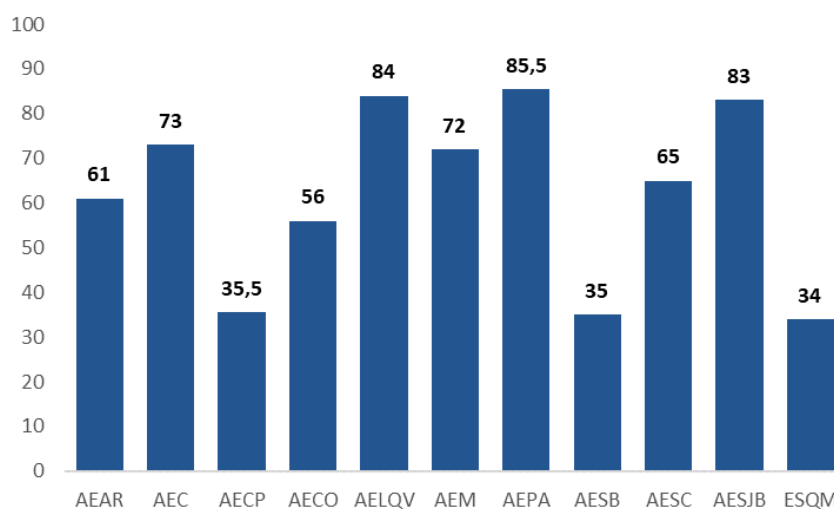
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Na figura 7.58 podemos observar os dados relativos ao número de profissionais não docentes, em cada um dos AE/ENA do concelho de Oeiras, no ano letivo 2019/2020. O AE Paço de Arcos, o AE Linda-a-Velha e Queijas e o AE São Julião da Barra destacam-se por ter o maior número destes efetivos (85,5, 84 e 83 profissionais não docentes, respetivamente). Valores que diferem em relação aos mencionados pela UGPND, sobretudo, no que respeita ao AE de Paço de Arcos (92), e em apenas menos 2 profissionais no caso dos outros AE.

Com o menor número de profissionais não docentes surge o AESB (35) e o AE Carnaxide-Portela (com 35,5 profissionais não docentes¹⁸). A ES Quinta do Marquês apresenta também um número reduzido de outros profissionais (34 profissionais não docentes), no entanto, importa destacar que esta unidade orgânica é composta apenas por uma escola não agrupada. Nestes AE as diferenças no total de PND diferem das da UGPND em cerca de menos 1 profissional por UO.

¹⁸O número de técnicos especializados corresponde a duas técnicas a 35h e uma a 18h.

Figura 7.58: Número de outros profissionais nas UO, 2019/2020



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

As diferenças entre os valores recolhidos juntos das UO e os que foram fornecidos pela UGPND são, como observado, mínimas, e nas entrevistas individuais, os diretores da rede pública revelaram-se bastante satisfeitos com a passagem desta responsabilidade para o município de Oeiras pela forma como este tem gerido esta população, favorecendo quer os profissionais não docentes quer as próprias escolas. As seguintes citações de alguns diretores exemplificam essa satisfação, apontando ainda assim alguns pormenores de melhoria a considerar para o futuro.

“Não porque ganhem mais, porque ganham o mesmo, mas porque têm outras regalias como folga no dia dos anos e outras, acesso à medicina do trabalho, a psicólogo, comissão de trabalhadores, formação, mais atenção e mais rápida. Esta proximidade trouxe uma dinâmica muito positiva à vida da escola.”

“[O rácio] Está em conformidade com o que foi definido. Com o CI, a passagem desta competência para o município, foi uma melhoria efetiva. Passámos a ter mais funcionários nas escolas, administrativos e operacionais. Há o cuidado de em tempo possível, não digo útil, mas em tempo possível garantir substituições quando ocorrem ausências prolongadas por doença, gravidez de risco, licenças de maternidade e aposentações. É um processo que tem sido muito bem trabalhado pela divisão que foi criada dentro do departamento de educação ligado aos recursos humanos da autarquia e que funciona muito em ligação com o elemento da direção [do AE]. Há um nível de satisfação de todos, e isso vê-se até entre os pais e docentes porque os números estavam aquém das necessidades. De momento estão satisfeitas essas necessidades.”

“Penso que o processo podia ser melhorado, assim reduzir os funcionários, mas exigir um perfil de ensino superior. O sistema de gestão, o perfil de pessoas, pode ser melhorado, penso que podiam ser menos e melhores. Temos profissionais excelentes, até temos licenciados, mas que estão aqui de passagem porque estão à procura de melhores condições. Devíamos repensar a forma de fazer a gestão das escolas. [...] Isto havendo escola, nos grandes AE, não digo para uma escola com 400 alunos, mas podia haver um técnico que desse apoio a várias UO.”

“Integrámos em 2015 o contrato interadministrativo com a CM, e o rácio definido tem sido cumprido. O que não quer dizer que estejamos sempre bem. Há épocas em que há bastante necessidade e depois vai-se

recompondo. Hoje soube que há mais uma aposentada, aposentou-se outra há um mês atrás, e não há agora como as repor, vai ser apenas em setembro. De qualquer forma, a reposição dos que estão doentes não se faz de forma consolidada. Algumas vicissitudes continuam a existir, mas quero acreditar que tem sido feito tudo para melhorar.”

Retomando os dados cedidos pela UGPND e com o objetivo de completar a caracterização desta população, a tabela 7.6 que a maioria tem entre os 41 e os 70 anos de idade (cerca de 80%), destacando-se os da faixa entre os 51 e os 60 anos (36,6%); e pertence ao sexo feminino (92%).

Tabela 7.6: Distribuição dos profissionais por género e por faixa etária

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
[21;30[4	0,6	36	5,01	40	5,6
[31;40[9	1,3	92	12,9	101	14,2
[41;50[11	1,5	175	24,5	186	26,1
[51;60[20	2,8	261	36,6	281	39,4
[61;70[13	1,8	92	12,9	105	14,7
TOTAL	57	8,0	656	92,0	713	100

Fonte: UGPND da CMO.

No total dos profissionais não docentes, a maior parte tem o 3º ciclo de escolaridade do ensino básico ou o ensino secundário completo representando cerca de 74% da população. Na tabela 7.7 observa-se uma maior incidência de profissionais com apenas o 1º ciclo ou o 2º ciclo do ensino básico completo entre os AO.

Tabela 7.7: Distribuição dos profissionais por habilitações académicas e por categoria

Habilitações Académicas	Assistentes Operacionais		Assistentes Técnicos		Técnicos Superiores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1º Ciclo	34	4,8	0	0	0	0	34	4,8
2º Ciclo	99	13,9	1	0,1	0	0	100	14,0
3º Ciclo	243	34,1	26	3,7	0	0	269	37,7
Secundário	198	27,8	60	8,4	0	0	258	36,2
Licenciatura	14	2,0	22	3,1	10	1,4	46	6,5
Mestrado	2	0,3	2	0,3	0	0	4	0,6
Bacharelato	2	0,3	0	0	0	0	2	0,3
TOTAL	592	83,0	111	15,6	10	1,4	713	100

Fonte: UGPND da CMO.

Capítulo 8 : Desempenho escolar

O principal objetivo deste capítulo é caracterizar o desempenho escolar no concelho de Oeiras, considerando os percursos diretos de sucesso (em todos os ciclos de ensino), mas também em termos dos resultados escolares (no 9.º ano e ensino secundário), sempre que possível, fazendo uma análise comparada com os dados de Portugal Continental (ou nacional) e da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Este capítulo analisará ainda os dados do concelho relativamente às taxas de transição e de retenção e às questões de mobilidade e abandono entre o ano letivo de 2017/2018 e o ano letivo de 2019/2020, dados esses fornecidos pelo conjunto de unidades orgânicas que integram a presente análise.

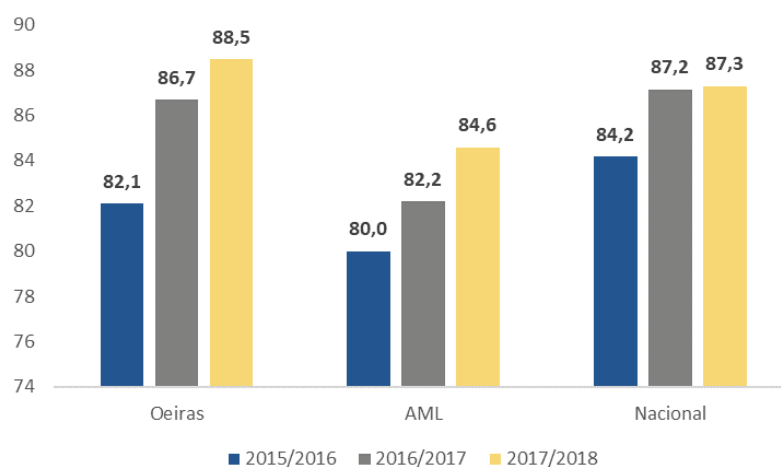
8.1: Percursos diretos de sucesso

Nesta secção apresentam-se as taxas de percursos diretos de sucesso (PDS) por UO. Entende-se com isto a percentagem de alunos que concluem determinado ciclo/nível de ensino dentro do tempo normal previsto. Salienta-se ainda que a média nacional calculada para este indicador se trata dos alunos do país que, ao entrar num ciclo de ensino, tenham um perfil semelhante ao dos alunos da UO em análise.

8.1.1: Percursos diretos de sucesso no 1º ciclo

Através da figura 8.1 observa-se que a taxa de PDS de Oeiras no 1º ciclo tem vindo a crescer gradualmente, registando o valor mais elevado no ano letivo de 2017/2018 (88,5%). As médias de PDS da AML e nacional também têm aumentado, ainda que se verifiquem valores similares no país nos dois últimos anos. Oeiras conseguiu aumentar a sua vantagem à região e ao país.

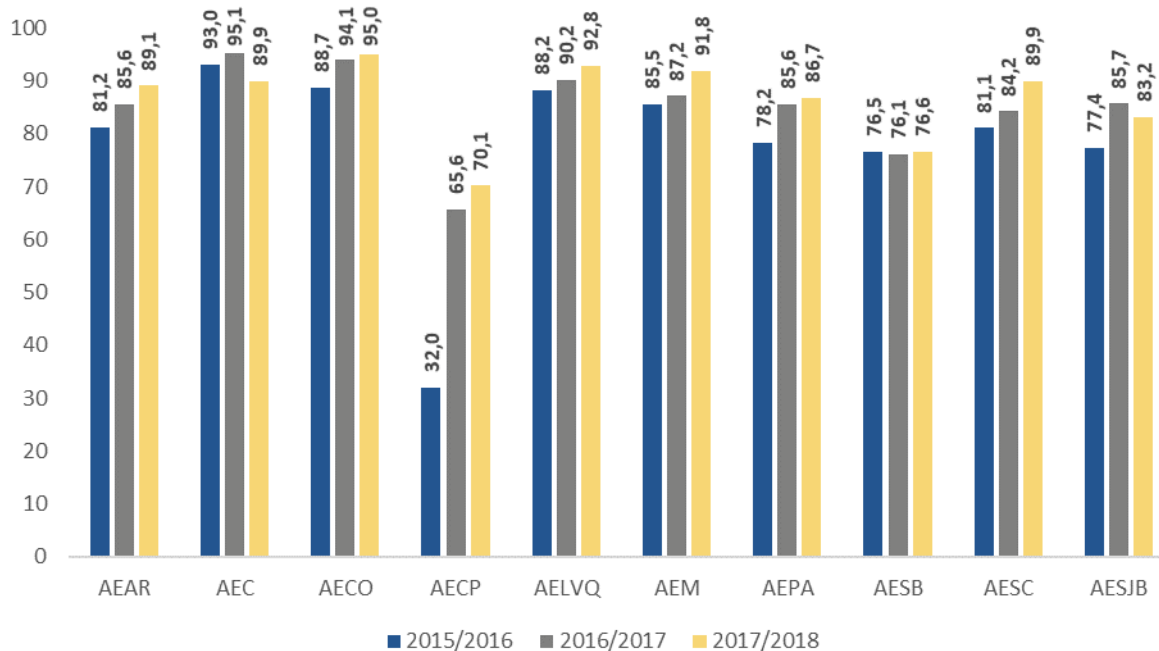
Figura 8.1: Taxa de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo, no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios.

Conforme se pode verificar através da figura 8.2, a taxa de PDS do 1º ciclo é geralmente superior aos 75% e tem vindo a aumentar de forma ligeira na maioria das UO do concelho. Destaca-se que o AE de Carnaxide-Portela, onde o valor é inferior aos 75%, foi o único a registar uma melhoria acentuada ao passar de 32,0% no ano letivo de 2015/2016 para cerca de 70% nos dois últimos anos em análise. O cenário concelhio é bastante positivo, em particular nos AE Conde de Oeiras, Linda-a-Velha e Queijas e Miraflores onde, no último ano, mais de 90% dos alunos completou este ciclo de estudos nos quatro anos previstos.

Figura 8.2: Taxa de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



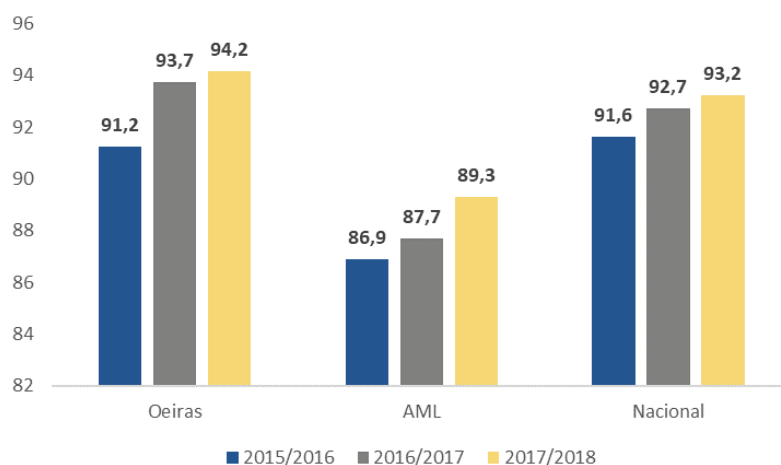
Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios.

8.1.2: Percursos diretos de sucesso no 2º ciclo

Na figura 8.3, relativa aos PDS no 2º ciclo de escolaridade, nota-se que o concelho, a AML e o país também revelam uma tendência de melhoria. Neste ciclo, o concelho revela um desempenho sempre ligeiramente superior em relação ao cenário nacional, mas revela, sobretudo, vantagem face à média da região.

No último ano, por exemplo, 94,2% dos alunos de Oeiras concluíram este ciclo nos dois anos previstos, enquanto na AML a média fica pelos 93,2% e a nível nacional, calculada de acordo com o perfil socioeconómico dos alunos que constituem a totalidade do concelho de Oeiras, pelos 91,5%.

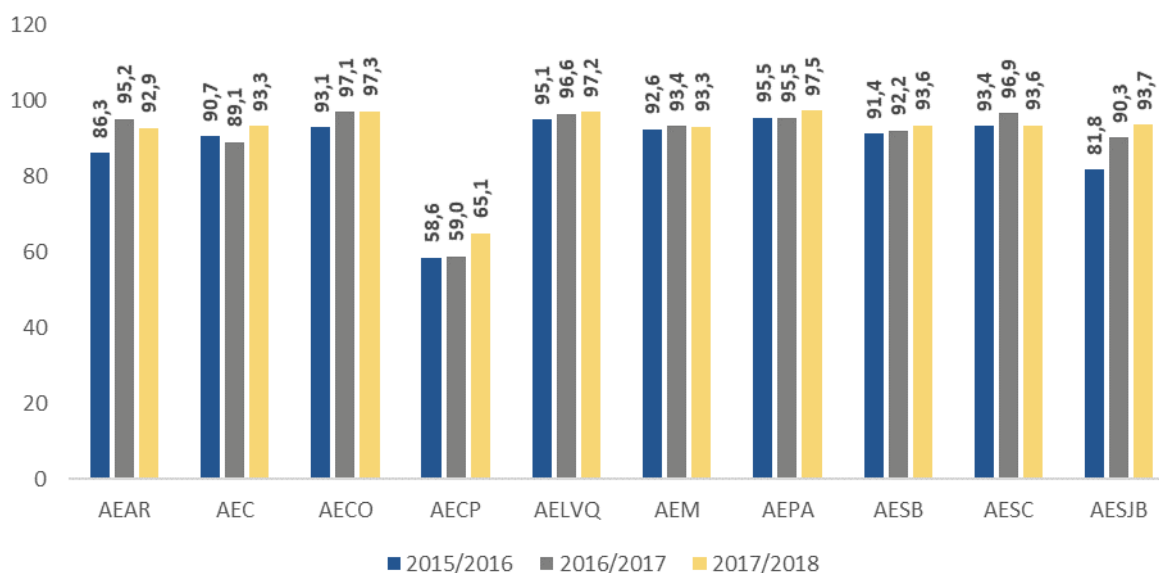
Figura 8.3: Taxa de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo, no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

As taxas de PSD do 2º ciclo de escolaridade (figura 8.4) demonstram que quase todas as UO têm geralmente desempenhos mais estáveis e superiores aos 90%, embora os AE Aquilino Ribeiro e de São Julião da Barra só tenham ultrapassado essa barreira nos dois últimos anos letivos em análise. Novamente, o AE de Carnaxide-Portela é o único que apresenta taxas de PDS inferiores, embora seja de realçar o aumento que conseguiu no último ano, quando 65,1% dos alunos terminou este ciclo nos dois anos previstos face aos menos de 60% nos anos anteriores.

Figura 8.4: Taxa de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



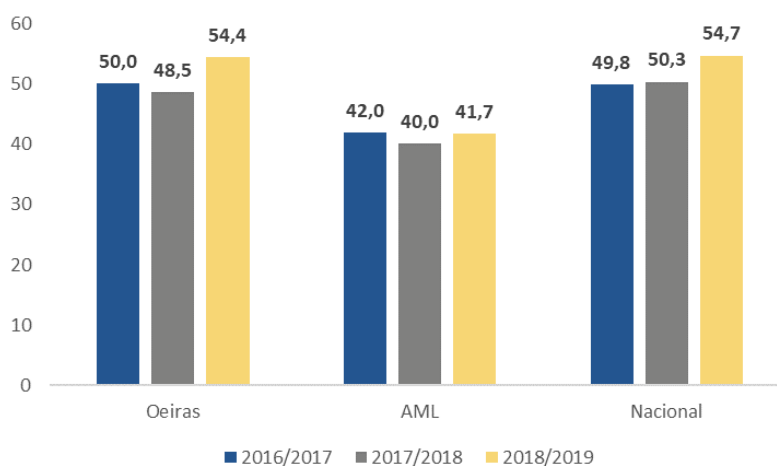
Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

8.1.3: Percursos diretos de sucesso no 3º ciclo

Na análise dos PDS relativos ao 3º ciclo de escolaridade do ensino básico, existem já dados disponíveis para o ano letivo de 2018/2019 sendo, por isso, que se apresentam três anos diferentes. Na figura 8.5 verifica-se que as taxas de PDS do concelho de Oeiras mantêm neste ciclo a vantagem sobre a AML, mas que apresenta percentagens similares às do resto do país.

Destaca-se a melhoria do desempenho dos alunos de Oeiras pois no último ano letivo, de 2018/2019, pois 54,4% terminaram o ciclo de estudos nos três anos previstos; uma subida em relação aos 48,5% do ano anterior. O mesmo aumento regista-se também na AML e a nível nacional, embora de forma mais ligeira.

Figura 8.5: Taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2016/2017 – 2018/2019 (%)

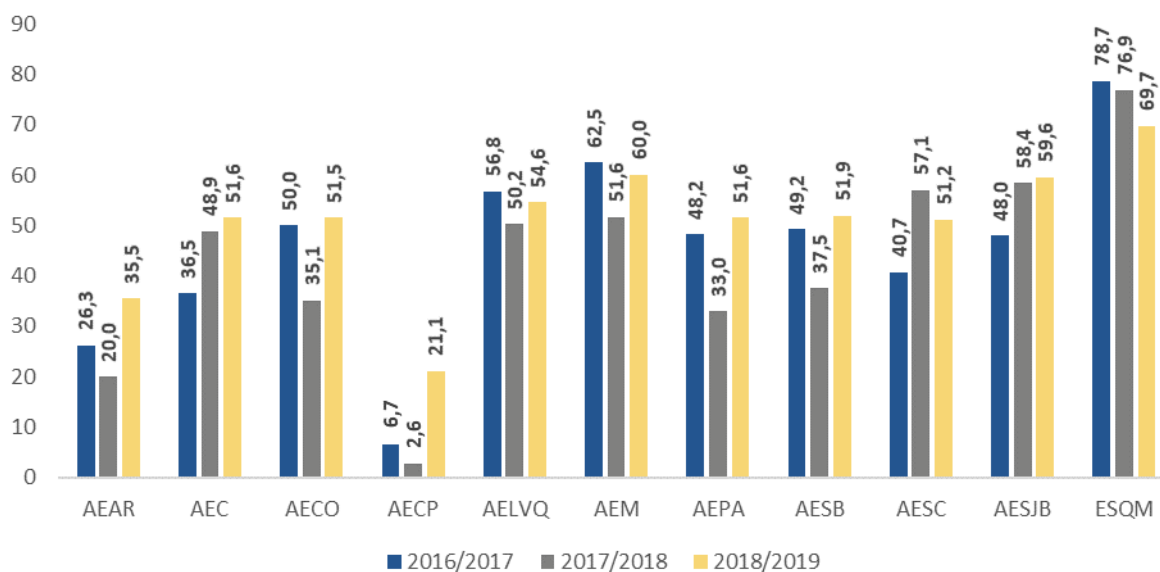


Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

O desempenho das UO revela-se menos estável quando analisadas as taxas de PDS relativas ao 3º ciclo de escolaridade do ensino básico (figura 8.6). Neste ciclo, seis UO destacam-se por apresentarem percentagens de PDS superiores aos 50% em pelo menos dois anos letivos – AE Conde de Oeiras, Linda-a-Velha e Queijas, Miraflores, Santa Catarina, São Julião da Barra e, em particular a ES Quinta do Marquês que apresenta sempre as taxas mais elevadas embora seja a única que apresenta uma tendência de diminuição constante (no último ano regista 69,7% enquanto no primeiro ano tinha 78,7%). Com quadros bastante próximos surgem os AE de Carnaxide, Paço de Arcos e São Bruno, os três atingindo mais de 50% no ano de 2018/2019 (51,6%, 51,6% e 51,9%, respetivamente).

Os AE inseridos no programa TEIP, Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela, são as únicas situações mais preocupantes; apesar de serem os que apresentam as melhorias mais acentuadas no último ano em análise, as taxas de PDS revelam que nestes agrupamentos apenas 35,5% e 21,1%, pela ordem, dos alunos terminam este ciclo de estudos sem experiência de retenções.

Figura 8.6: Taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo por UO, 2016/2017– 2018/2019 (%)

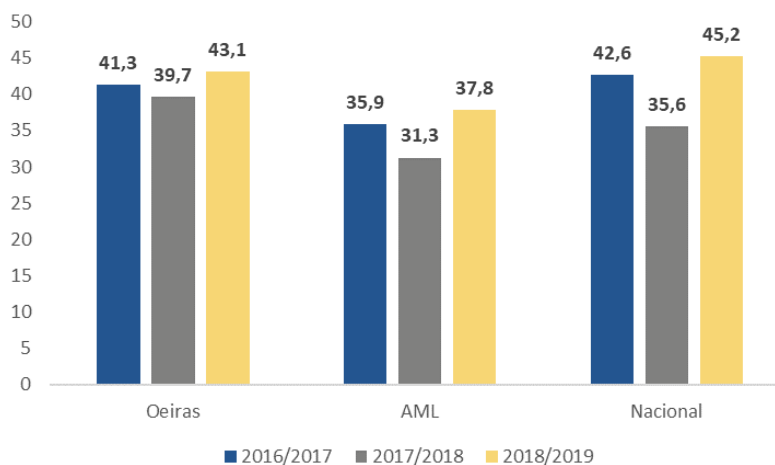


Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

8.1.4: Percursos diretos de sucesso no ensino secundário - científico-humanístico

Relativamente ao ensino secundário, e na vertente dos cursos científico-humanísticos, também existem dados relativos ao ano de 2018/2019, e continua a verificar-se a situação de vantagem do concelho de Oeiras face à região da AML e a proximidade à média nacional (figura 8.7). O ano de 2017/2018 representa uma ligeira retração no desempenho do concelho, da AML e do país, mas no último ano, a recuperação é visível com 43,1% dos alunos de Oeiras a terminar este nível nos três anos previstos, 37,8% na AML e 45,2% no quadro nacional.

Figura 8.7: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - científico humanístico no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2016/2017 – 2018/2019 (%)



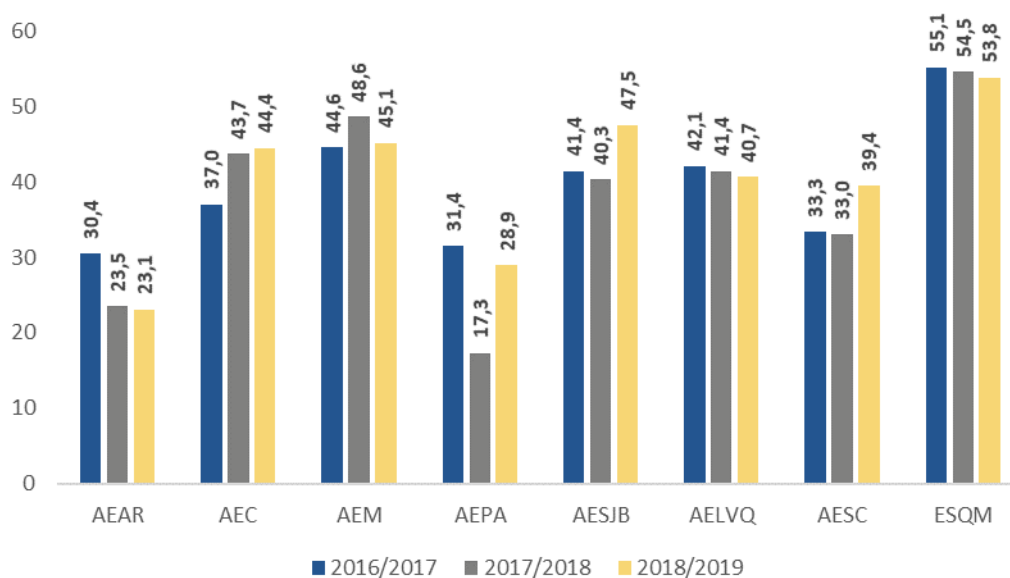
Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

Conforme se verifica na figura 8.8, praticamente todas as UO do concelho de Oeiras têm vindo a registar taxas de PDS inferiores a 50% no ensino secundário - científico-humanístico, com exceção da ES Quinta do Marquês que, apesar de manter a tendência para diminuir também identificada para o 3º ciclo de escolaridade, ainda que agora de forma mais ligeira, regista percentagens sempre superiores aos 50%.

Os AE de Santa Catarina e de São Julião da Barra aumentaram bastante as taxas de PDS no último ano, para 39,4% e 47,5%, respetivamente; e Carnaxide, Miraflores e Linda-a-Velha e Queijas também apresentam percentagens favoráveis face ao cenário do concelho.

Finalmente, o AE Aquilino Ribeiro surge novamente com taxas de PDS consideravelmente inferiores às do concelho (23,1% e 28,9% no último ano letivo), mas agora acompanhado de Paço de Arcos.

Figura 8.8: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2016/2017 – 2018/2019 (%)

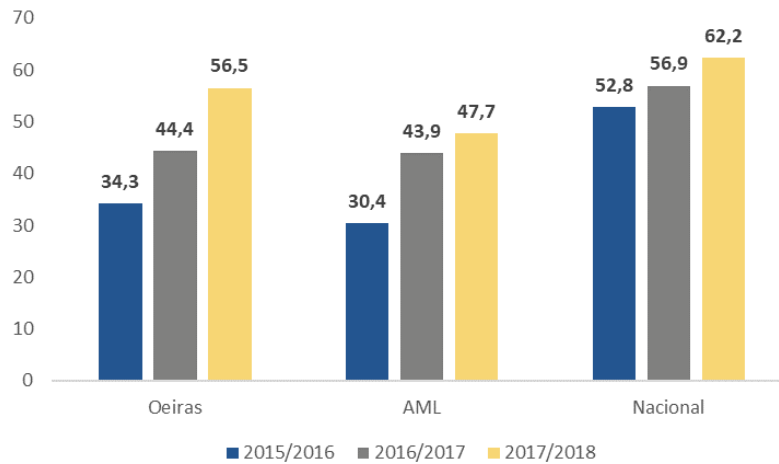


Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

8.1.5: Percursos diretos de sucesso no ensino secundário – cursos profissionais

As taxas de PDS para os cursos profissionais apuradas pelo Ministério da Educação disponíveis no portal Infoescolas só vão até ao ano letivo de 2017/2018. Na figura 8.9 é possível verificar que o concelho de Oeiras mantém a sua vantagem face às percentagens registadas na AML, mas que perde quando comparado ao cenário nacional ficando aquém das percentagens nacionais, em mais de 10 pontos percentuais. Porém, é também visível que a tendência de melhoria é mais acentuada em Oeiras pelo que, a manter esse caminho, conseguirá posicionar-se mais próximo da média de taxas de PDS nacionais nos próximos anos.

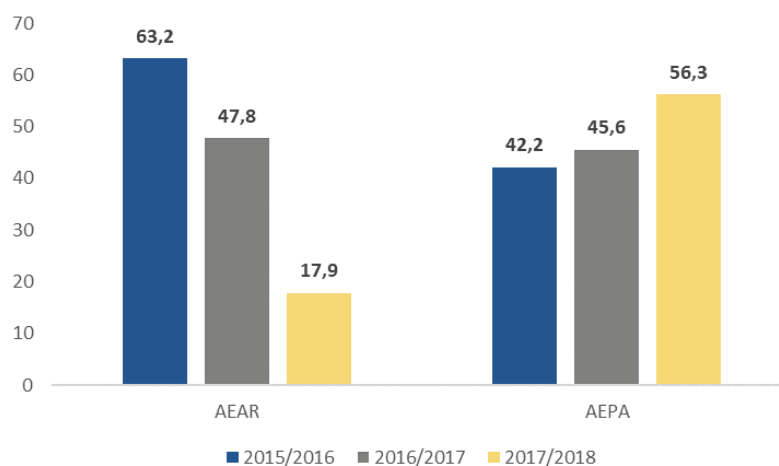
Figura 8.9: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - cursos profissionais no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios.

Analisando as taxas de PDS das duas UO em que existe a oferta de cursos profissionais, observa-se duas situações opostas. De um lado, o AE Aquilino Ribeiro que demonstra uma tendência de diminuição fortemente acentuada – no ano de 2015/2016, 63,2% dos alunos concluíam os seus cursos nos três anos previstos, passando para 47,8% no ano seguinte e para apenas 17,9% em 2017/2018; um cenário que merece um estudo mais aprofundado. Do outro lado, o AE de Paço de Arcos que tem vindo a aumentar a percentagem de alunos que terminam os cursos profissionais no prazo previsto (56,3% no ano de 2017/2018).

Figura 8.10: Taxa de percursos diretos de sucesso no ensino secundário - cursos profissionais por UO, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



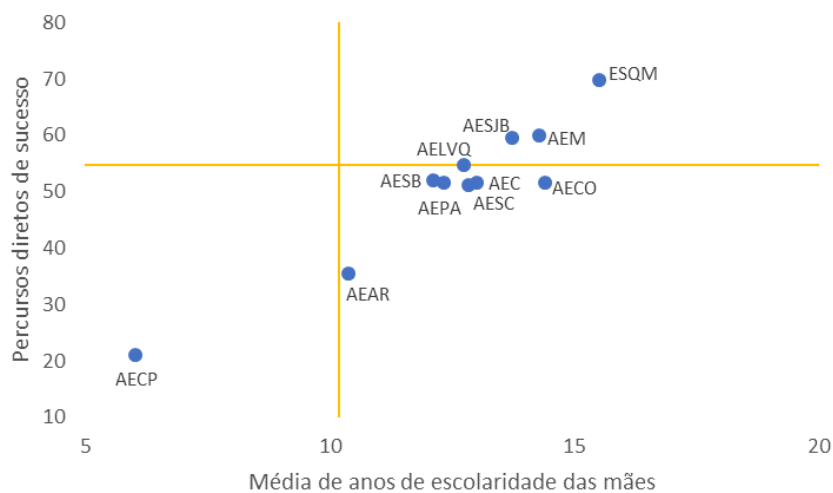
Fonte: Infoescolas. Cálculos próprios

8.1.6: Contextualização socioeconómica dos PDS

Termina-se a análise dos percursos diretos de sucesso com uma aproximação a uma contextualização socioeconómica das percentagens de PDS, através da análise da relação com a nacionalidade dos alunos, a escolaridade das mães e com a percentagem de alunos que não beneficiam de ação social escolar (ASE), indicadores utilizados para caracterizar os alunos socioeconomicamente no Capítulo 7. Nas várias figuras, os eixos assinalados a amarelo representam as médias nacionais dos indicadores em análise.

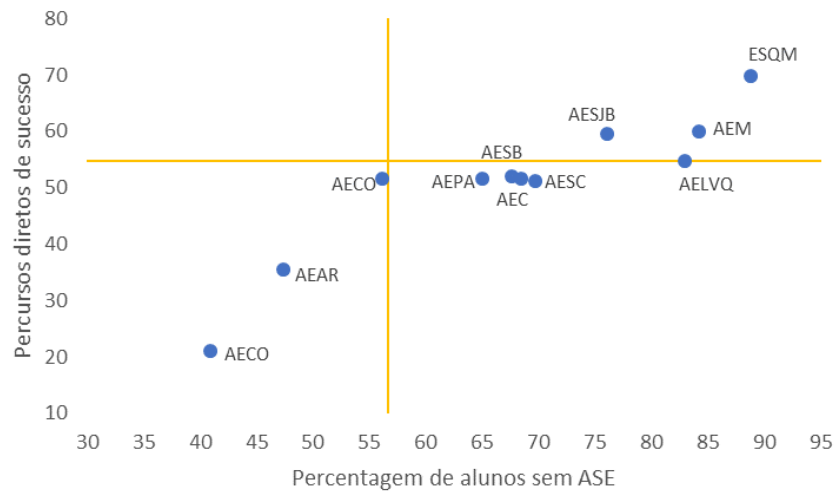
Nas figuras 8.11 e 8.12, confirma-se o cenário favorável das escolas de Oeiras no ensino básico e observa-se como as percentagens de percursos diretos de sucesso tendem a ser menores nos agrupamentos em relação à média nacional, onde a média das mães e a percentagem de alunos não beneficiários de ASE são igualmente bastante inferiores aos valores nacionais: Aquilino Ribeiro e de Carnaxide-Portela. Neste último, acresce o facto de ser onde existe maior percentagem de alunos de nacionalidade estrangeira.

Figura 8.11: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino básico, por UO



Fontes: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

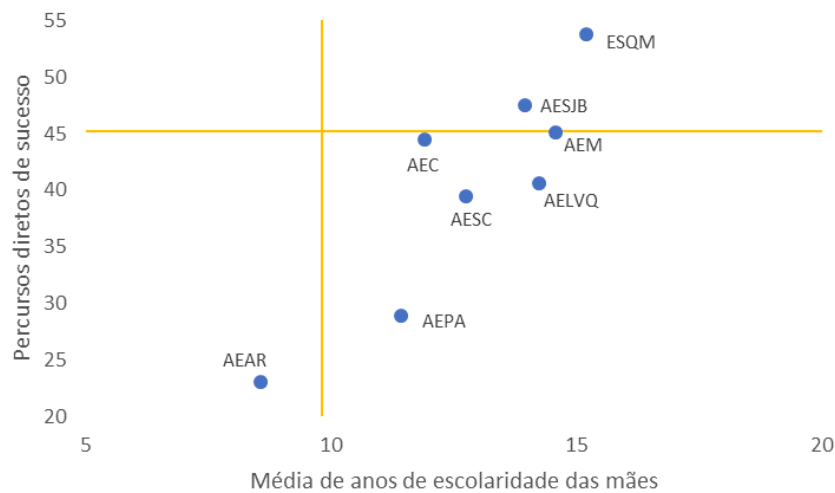
Figura 8.12: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 9º ano de escolaridade, por UO



Fontes: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

No ensino secundário, apenas no AE Aquilino Ribeiro a média de escolaridade das mães é inferior à nacional e coincidente com a mais baixa taxa de percursos diretos de sucesso do concelho. A tendência é de, tal como o verificado para o ensino básico, as percentagens de percursos diretos de sucesso aumentem com a subida da média dos anos de escolaridade das mães (figura 8.13).

Figura 8.13: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino secundário, por UO

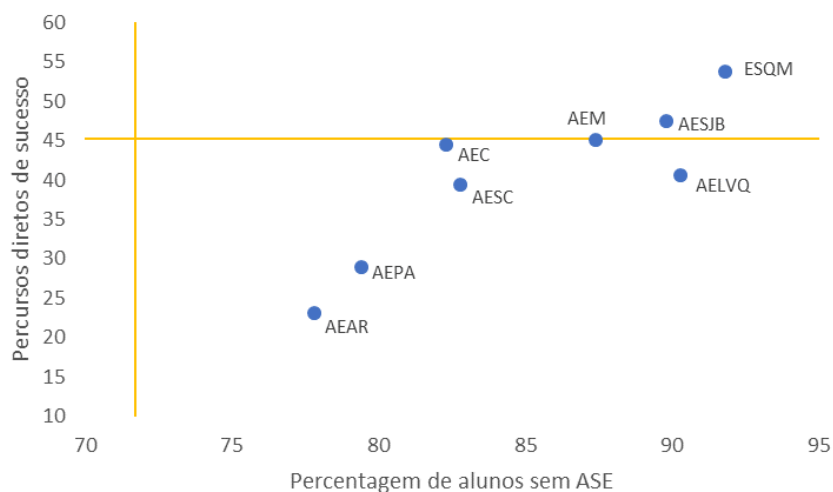


Fontes: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

Quanto à percentagem de alunos não beneficiários de ASE verifica-se a mesma tendência, ou seja, quanto maior essa percentagem, mais alunos terminam o ensino secundário nos três anos previstos

(figura 8.14). Neste nível de ensino, o AE Aquilino Ribeiro passa a ser acompanhado pelo AE de Paço de Arcos, ainda que este apresente um quadro ligeiramente mais favorável.

Figura 8.14: Relação entre percursos diretos de sucesso (2018/2019) e percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 12º ano de escolaridade, por UO



Fontes: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

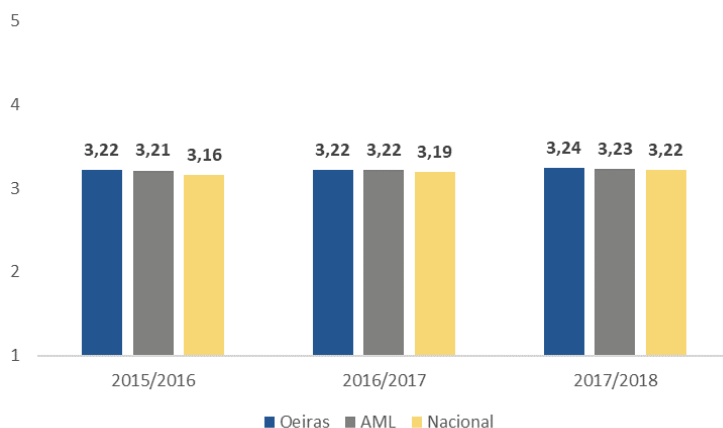
8.2: Resultados escolares

Nesta secção apresentam-se os resultados escolares para o 9.º ano e para o ensino secundário. Para tal analisam-se os resultados internos das unidades orgânicas – Classificações Internas Finais (CIF) – tal como os resultados escolares externos – Classificações Externas (CE) trabalhados pelo Júri Nacional de Exames e, finalmente, a sua comparação. Analisam-se apenas os resultados para estes dois níveis e apenas para o ensino designado como “regular”, para os quais são realizadas as Provas Nacionais de Exame. Acrescenta-se um subcapítulo com o objetivo de contextualizar os resultados obtidos nas provas nacionais de exame utilizando os mesmos indicadores do subcapítulo anterior.

8.2.1: Resultados das provas nacionais de exame do 9º ano

Na figura 8.15, observa-se que o concelho de Oeiras tem mantido, ao longo dos três anos letivos em análise, uma média de 3 valores nas CIF, encontrando-se, deste modo, alinhada com os resultados médios que têm vindo a ser alcançados na AML (3,22) e, simultaneamente, em conformidade com a média registada a nível nacional (3,19).

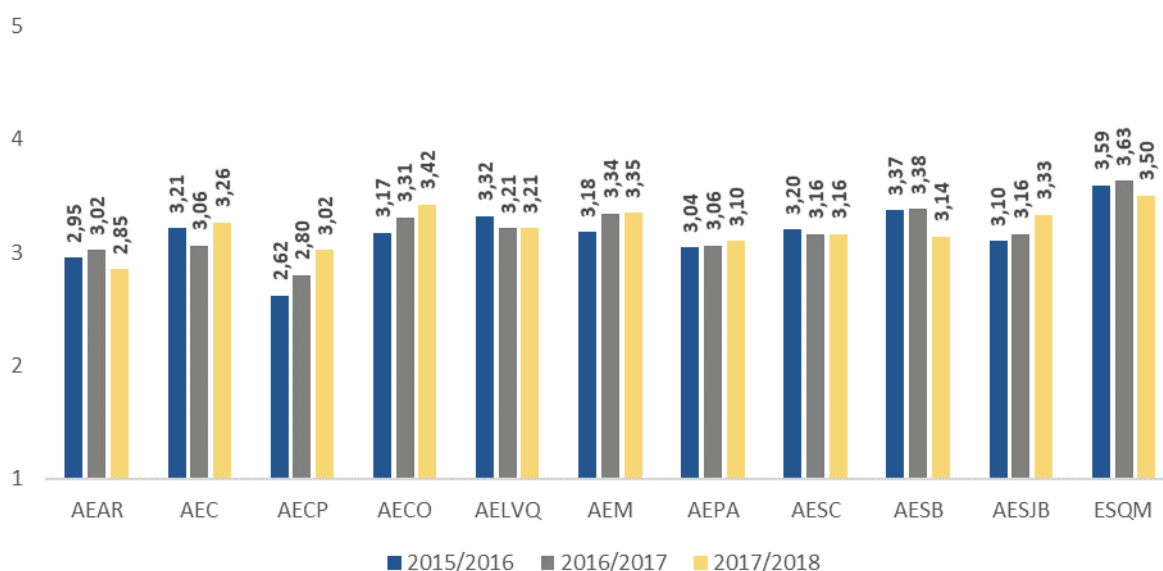
Figura 8.15: Média de classificações internas finais do 9º ano no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Conforme se pode verificar através da leitura da figura 8.16, referente às CIF do 9.º ano, as UO tendem a manter a média de 3 valores. Destacam-se os AE de Carnaxide-Portela, Conde de Oeiras, Miraflores e São Julião da Barra pela melhoria progressiva de resultados. E salienta-se a capacidade da ES Quinta do Marquês de alcançar e manter uma média já mais próxima dos 4 valores. É de notar que, embora mantendo classificações positivas, três agrupamentos têm vindo a diminuir o valor das suas classificações internas - Aquilino Ribeiro, Linda-a-Velha e Queijas e São Bruno.

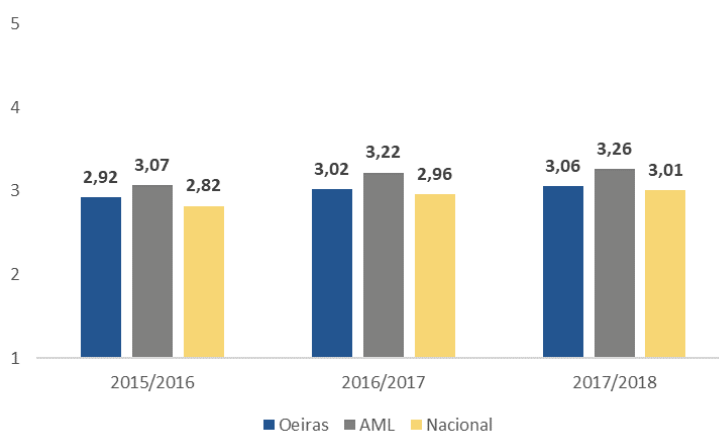
Figura 8.16: Média de classificações internas finais do 9º ano por unidade orgânica, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

No que concerne aos resultados das CE, o concelho de Oeiras, do mesmo modo que ocorre com as CIF, tem alcançado uma média que ronda os 3 valores, igualmente similares às médias registadas na AML e a nível nacional (figura 8.17). Porém há que notar que neste indicador, Oeiras fica sempre aquém das médias CE da AML apenas mantendo uma vantagem sobre as médias nacionais.

Figura 8.17: Média de classificações externas do 9º ano no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018



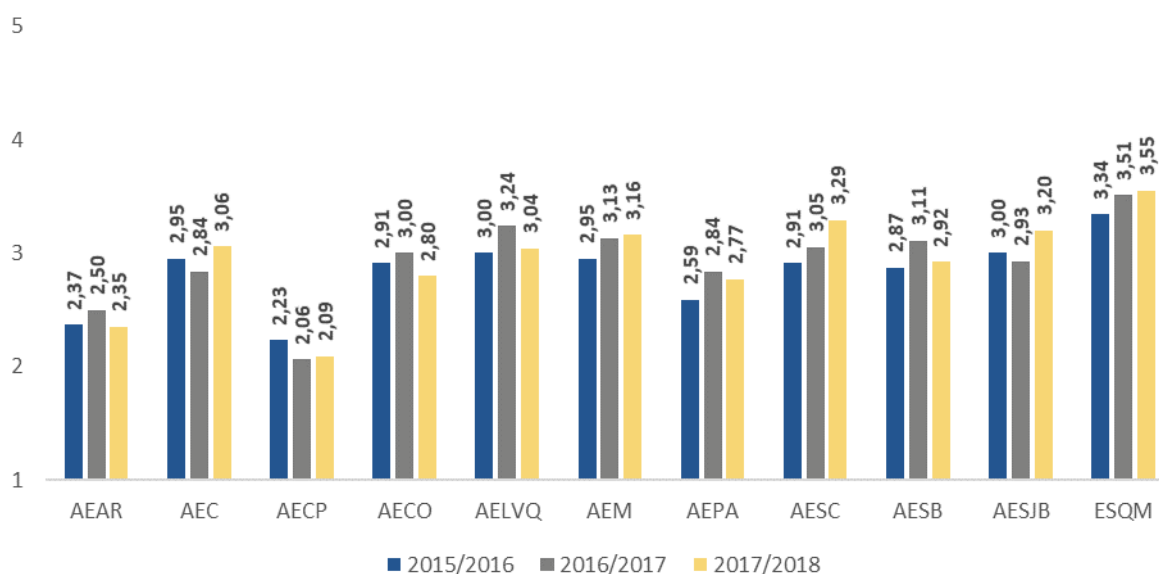
Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

É possível aferir por meio da figura 8.18 que prevalece uma tendência entre as diferentes UO do concelho para alcançar uma média de 3 valores, com exceção dos AE Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela que têm vindo a revelar maiores dificuldades na obtenção de uma média positiva nos exames nacionais.

Nota-se ainda que os AE de Miraflores, Santa Catarina e São Julião da Barra têm registado uma melhoria gradual do seu desempenho nos exames, sendo que a ES Quinta do Marquês, por sua vez, tem alcançado uma média arredonda de 4 valores.

Por último, destacam-se os AE Carnaxide e AE Paço de Arcos pela sua oscilação positiva face aos AE Conde de Oeiras, AE Linda-a-Velha e Queijas e AE São Bruno onde a oscilação é, por sua vez, negativa.

Figura 8.18: Média de classificações externas do 9º ano por UO, 2015/2016 – 2017/2018

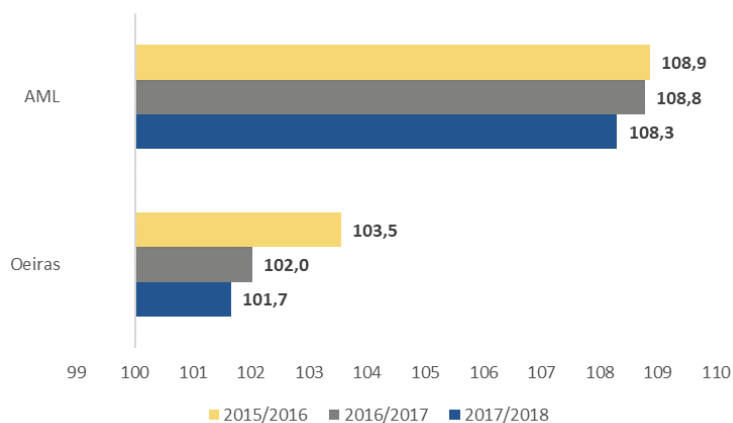


Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Analisadas as médias CE do concelho, da AML e das UO torna-se necessário aferir o desempenho de cada um face à média nacional calculando os índices, ou seja, as médias do concelho, da AML e das UO padronizadas à média nacional que nestas figuras corresponde ao valor 100. Esta análise foca-se nas classificações externas em que o processo de avaliação é mais normalizado a nível nacional.

Relativamente às CE (figura 8.19), identifica-se que as médias concelhias e da AML têm vindo a perder a sua vantagem competitiva face à média, de forma mais intensa no concelho, mas mantêm desvios positivos nos três anos: mais de 8% na AML e cerca de 2% no concelho de Oeiras.

Figura 8.19: Índice de classificações externas do 9º ano no concelho de Oeiras e na AML (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)



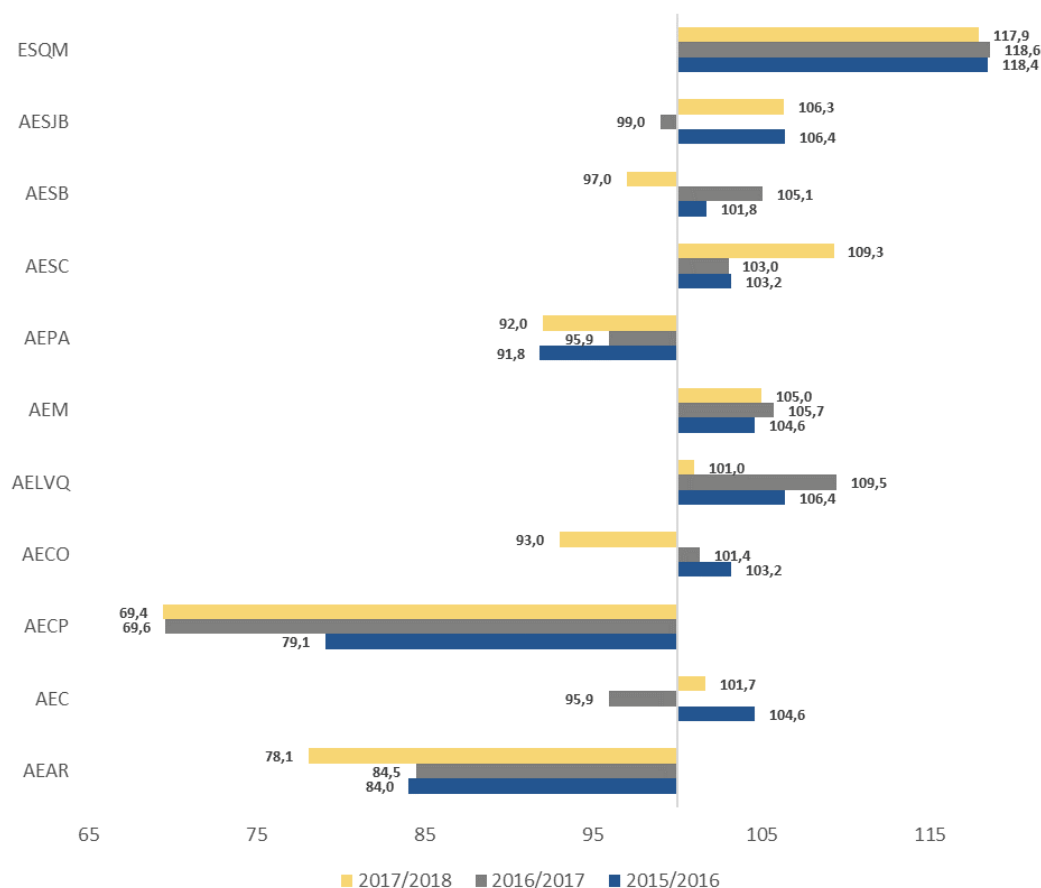
Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Analisando os rácios das UO (figura 8.20), destaca-se a ES Quinta do Marquês que apresenta médias superiores à nacional em cerca de 18% nos três anos em análise. E os AE de São Julião da Barra e de Santa Catarina que também se posicionaram de forma bastante positiva face à média nacional no ano de 2017/2018 com desvios positivos de 6,3% e de 9,3%, pela ordem.

Em situação oposta, há a realçar que o AE de Paço de Arcos regista desvios negativos nos três anos, tornando a aumentar o afastamento no último ano (-8%) e que o AE de Conde de Oeiras passou a apresentar, no mesmo ano, um desvio de -7% perdendo a vantagem competitiva que detinha nos anos anteriores.

No entanto, são os AE de Carnaxide-Portela e Aquilino Ribeiro que apresentam desempenhos mais problemáticos. Carnaxide-Portela piorou no ano de 2016/2017 e de forma mais ligeira no último ano aumentando para um desvio de quase -31%, quando comparado com a média nacional. Os desvios negativos do AE Aquilino Ribeiro são menores, mas há que realçar que no último ano esta UO afastou-se ainda mais da média nacional, surgindo com um desvio de praticamente -22%.

Figura 8.20: Índice de classificações externas do 9º ano por UO (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)



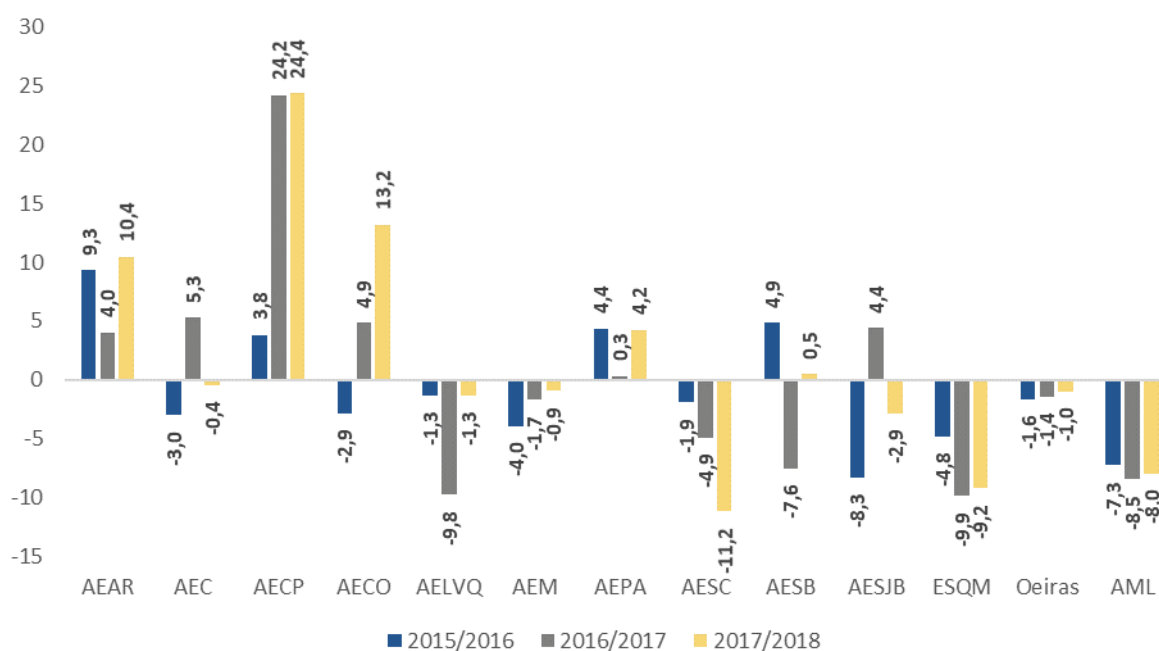
Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Para terminar a análise dos resultados CIF e CE do 9º ano de escolaridade apresenta-se na figura 8.21 a evolução das diferenças entre os rácios CIF e os rácios CE. Importa que esta análise seja feita desta forma pois é natural que os resultados internos, que incluem outros critérios de avaliação além dos académicos, como a assiduidade e pontualidade, a motivação e outros que geralmente são utilizados pelos docentes, tendam a ser mais elevados do que os externos. O indicador diferença entre os rácios CIF e CE mostra a diferença entre as classificações interna e externa, padronizadas às respetivas médias nacionais de diferença entre CIF-CE. Diferenças positivas significam que a CIF do concelho, AML ou da UO foi superior à sua CE, em maior grau do que o verificado à escala nacional. O inverso aplica-se às diferenças negativas.

Na figura é visível que a diferença CIF-CE do concelho de Oeiras e da maioria das UO é geralmente idêntica à diferença CIF-CE nacional. No caso da AML, e tendo em conta que os resultados externos são superiores nesta região face às médias nacionais (figura 8.21), verifica-se uma tendência para uma maior exigência relativa sobre as classificações internas por comparação ao que acontece a nível nacional. Uma situação que também se identifica na ES Quinta do Marquês nos três anos em análise e no AE de Santa Catarina com maior evidência no último ano letivo.

Nos AE Aquilino Ribeiro e de Carnaxide-Portela observa-se o oposto, ou seja, uma situação de favorecimento relativo das classificações internas, sobretudo no caso de Carnaxide-Portela. O mesmo acontece no AE Conde de Oeiras no último ano letivo em que a sua média coincidente com a perda da vantagem competitiva da CE face à média nacional como verificado na figura 8.20.

Figura 8.21: Evolução da diferença rácio CIF - rácio CE do 9º ano do concelho de Oeiras, da AML e por UO face à diferença rácio CIF – rácio CE nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



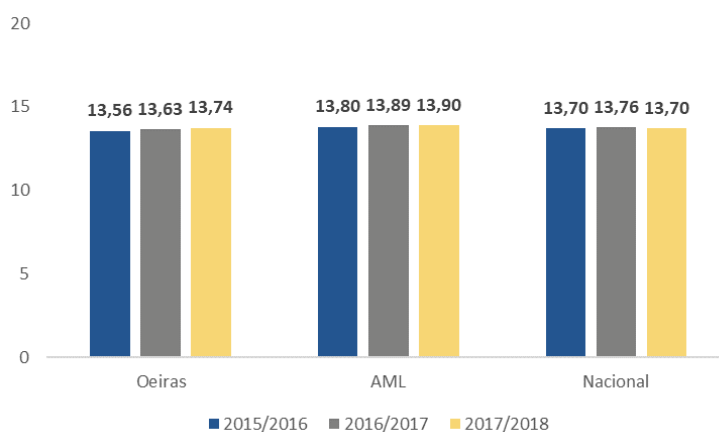
Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

8.3.2: Resultados das provas nacionais de exame no ensino secundário

A análise dos resultados obtidos nas provas nacionais de exame no ensino secundário obedece ao mesmo formato, com uma ligeira diferença no que respeita ao cálculo da média nacional. Neste caso, para cada UO, para o concelho e para a AML, as médias nacionais foram calculadas para cada caso considerando apenas os resultados relativos aos exames realizados em cada um.

Na figura 8.22, observa-se que as médias das CIF de Oeiras, da AML e nacional são similares nos três anos (cerca de 14 valores). É de notar que o concelho de Oeiras e a região da AML registam melhorias constantes ao longo dos três anos da série, ainda que correspondam a aumentos ligeiros.

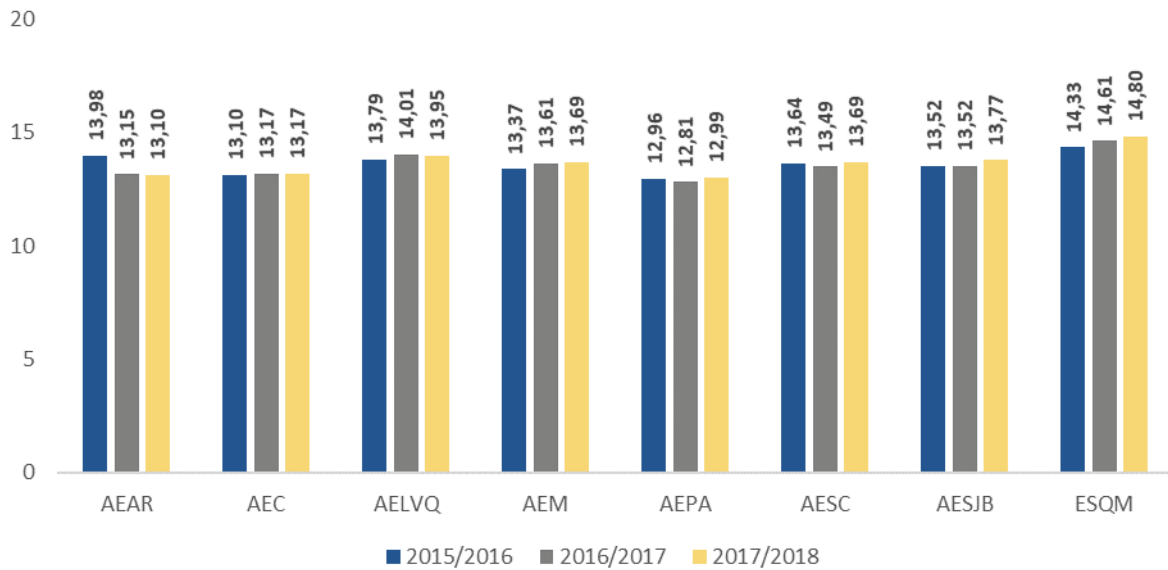
Figura 8.22: Média de classificações internas finais do ensino secundário no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Considerando os resultados internos de cada UO, identifica-se que os alunos dos AE Aquilino Ribeiro, de Carnaxide e de Paço de Arcos ficam geralmente pelos 13 valores (figura 8.23). Enquanto Linda-a-Velha e Queijas, Miraflores e Santa Catarina registam médias de 14 valores. A ES Quinta do Marquês destaca-se por se aproximar dos 15 valores nos dois últimos anos.

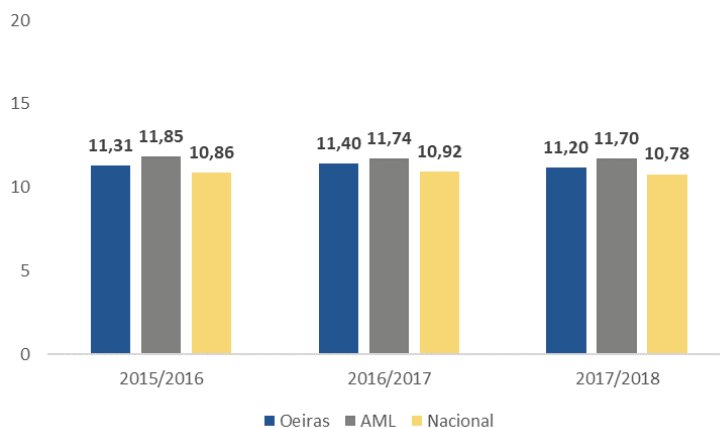
Figura 8.23: Média de classificações internas finais do ensino secundário por UO, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Relativamente às CE é visível na figura 8.24 que houve uma descida ligeira no ano letivo de 2017/2018 e que as médias obtidas no concelho de Oeiras, da AML e a nível nacional são semelhantes: entre 11 valores no último ano e cerca de 12 valores em 2016/2017.

Figura 8.24: Média de classificações externas do ensino secundário no concelho de Oeiras, na AML e nacional, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

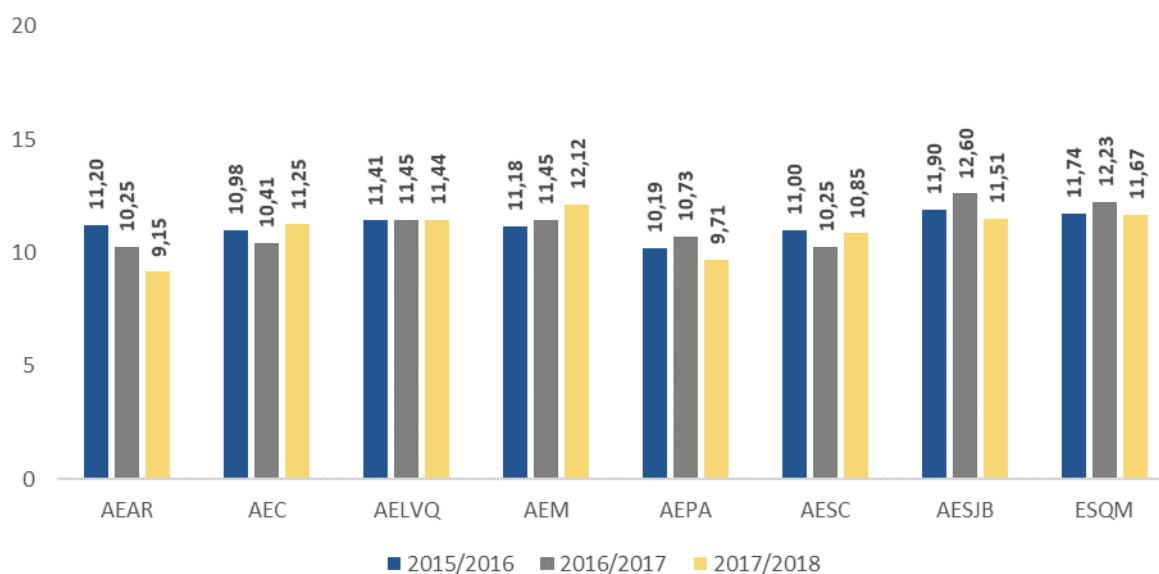
Na figura 8.25 apresentam-se os resultados obtidos por cada UO nas provas nacionais de exame do ensino secundário nos três anos letivos em análise.

O AE de São Julião da Barra e a ES Quinta do Marquês revelam desempenhos similares aos do concelho, atingindo 12 valores, em média, nas CE no último ano em análise. Paço de Arcos também aumentou no ano intermédio e diminuiu no último ano como os anteriores, no entanto, a sua média fica pelos cerca de 10 valores.

O AE de Linda-a-Velha e Queijas demonstra um desempenho estável que ronda os 11 valores, idêntico a Carnaxide e a Santa Catarina que recuperaram a sua prestação no último ano face à descida ligeira que tinham sofrido no ano de 2016/2017.

Dois agrupamentos destacam-se dos demais: de forma positiva o de Miraflores porque mostra uma tendência de subida constante, ainda que muito ligeira, e porque consegue ultrapassar os 12 valores no último ano; e o AE Aquilino Ribeiro porque demonstra uma tendência contrária, para diminuir, e que acaba por ficar pelos 9 valores no ano letivo de 2017/2018.

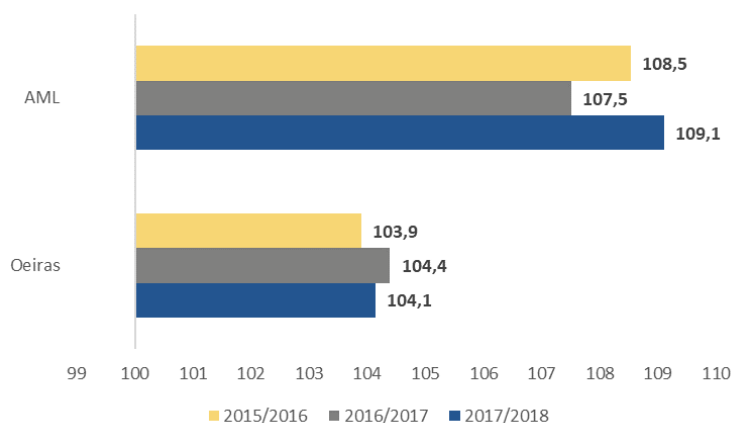
Figura 8.25: Média de classificações externas do ensino secundário por UO, 2015/2016 – 2017/2018



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Passa-se agora a analisar o posicionamento das médias CE do concelho e da AML face à média nacional. No ensino secundário mantém-se a relação de superioridade dos dois territórios, porém, o concelho de Oeiras aumenta a sua vantagem competitiva neste nível de ensino, para um rácio de 4% (recorde-se que no 9º ano de escolaridade do ensino básico o desvio face à média nacional era de 2%).

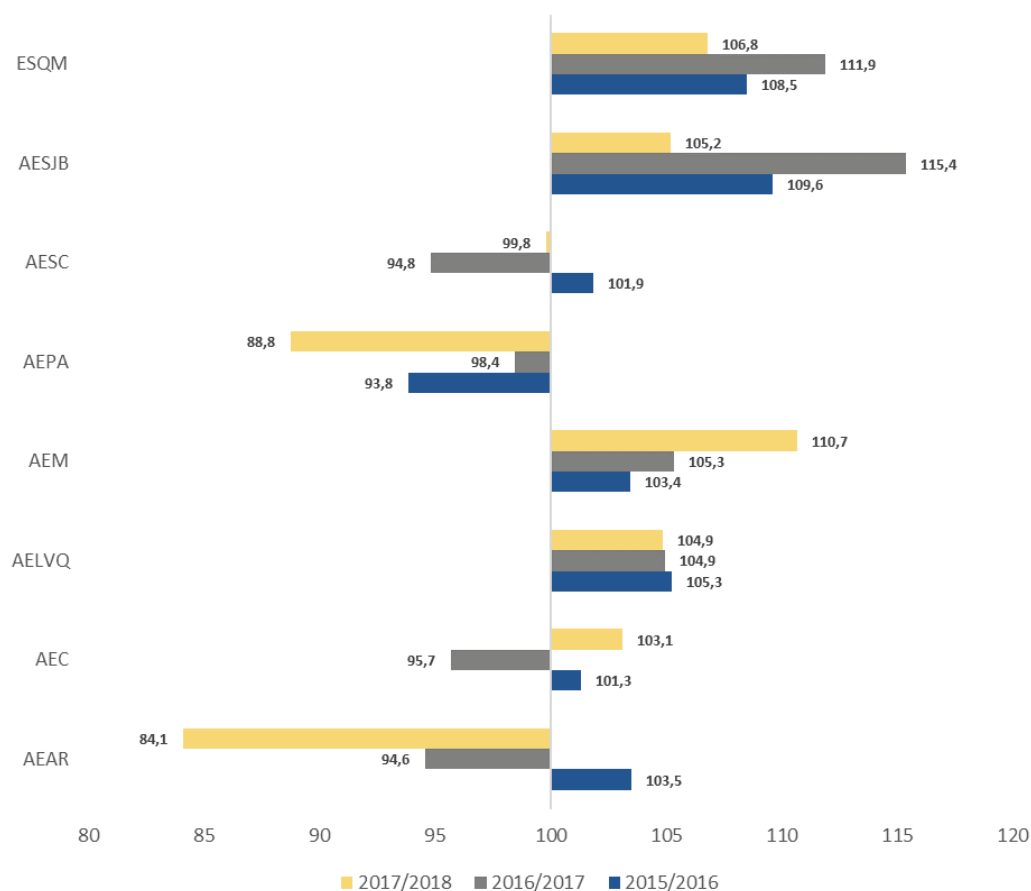
Figura 8.26: Índice de classificações externas do ensino secundário no concelho de Oeiras e na AML (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Considerando os posicionamentos das UO face à média nacional (figura 8.27), quatro destacam-se por manterem desvios positivos nos três anos em análise: Linda-a-Velha e Queijas que apresenta desvios que rondam os 5%; a ES Quinta do Marquês e o AE São Julião da Barra que, porém, perderam alguma da sua larga vantagem no último ano em análise, ainda assim ficando com cerca de 7% e de 5%, respetivamente, acima da média nacional; e, com particular destaque, o AE de Miraflores que registou em 207/2018 o maior desvio à média nacional nos três anos e do concelho (perto de 11%). Os AE de Santa Catarina e de Carnaxide reaproximaram-se da média nacional no último ano, surgindo com desvios praticamente nulos. Pelo contrário, o quadro agravou-se nos AE de Paço de Arcos e Aquilino Ribeiro que no último ano aumentaram o afastamento negativo à média nacional ao apresentar desvios de -11,2% e de -15,9%, respetivamente, o que representa um desempenho bastante inferior à média do concelho de Oeiras e da AML.

Figura 8.27: Índice de classificações externas do ensino secundário por UO (nacional = 100), 2015/2016 – 2017/2018 (%)



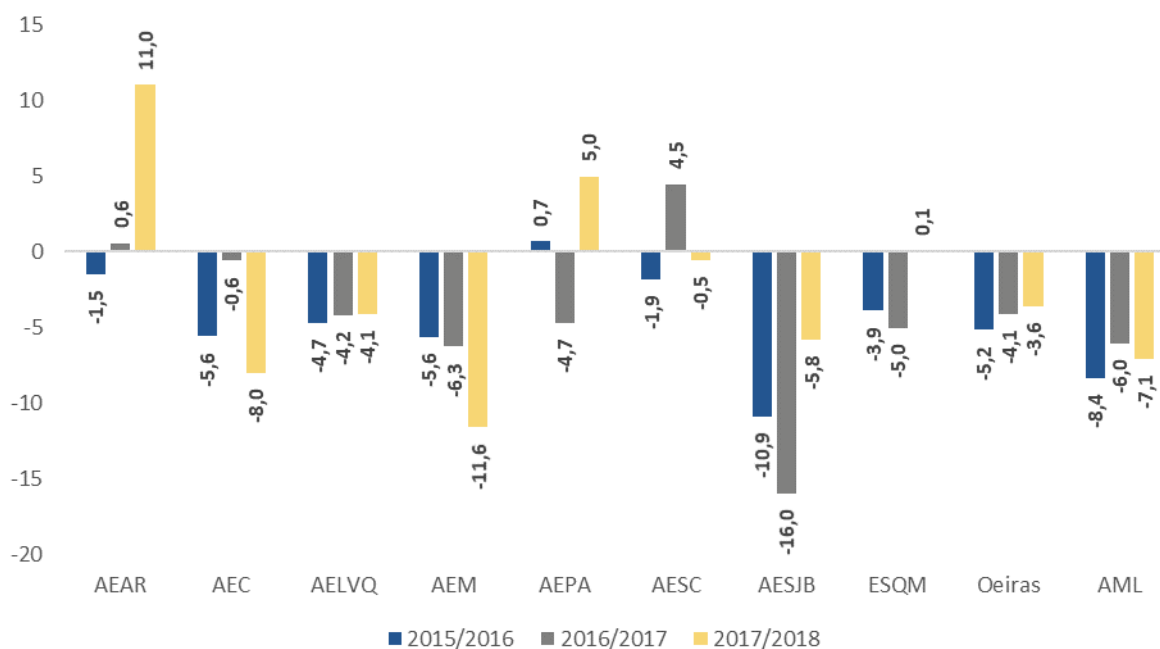
Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

Finaliza-se este subcapítulo com nova análise da evolução da diferença do rácio CIF-CE no concelho, na AML e em cada UO face à diferença CIF-CE nacional, agora para o ensino secundário.

Tendo também em conta a análise dos rácios da figura anterior, na 8.28 é notório que se verifica de um modo global uma situação de exigência relativa sobre as classificações internas nas escolas do concelho e na região da AML face ao que sucede no cenário nacional.

As únicas exceções foram o AE de Santa Catarina no ano de 2016/2017, e os AE Aquilino Ribeiro e Paço de Arcos no último ano letivo em análise que coincidiu com os maiores desvios negativos das médias destas UO à média nacional.

Figura 8.28: Evolução da diferença rácio CIF - rácio CE do ensino secundário do concelho de Oeiras, da AML e por UO face à diferença rácio CIF – rácio CE nacional, 2015/2016 – 2017/2018 (%)



Fonte: Júri Nacional de Exames (JNE). Cálculos próprios.

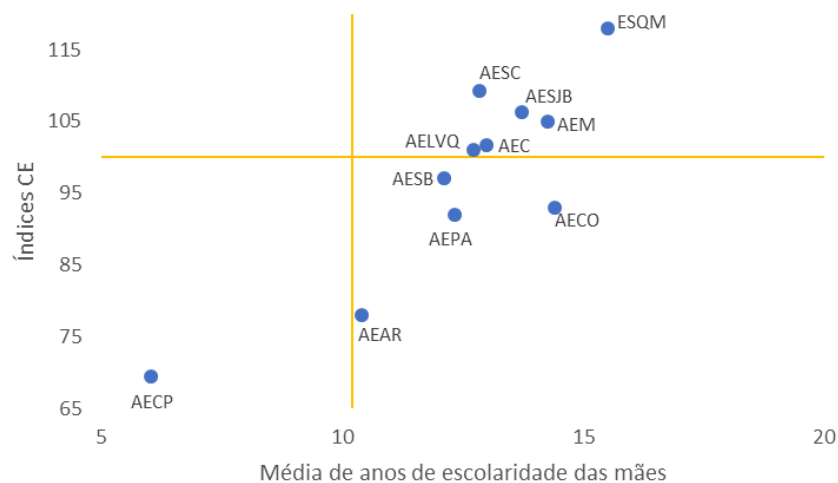
8.2.3: Contextualização socioeconómica dos resultados escolares

Repete-se agora o exercício de contextualização dos resultados escolares, neste caso apenas para os índices das classificações externas das UO no ano letivo de 2017/2018, utilizando os mesmos indicadores: nacionalidade dos alunos, escolaridade das mães e alunos sem ASE. Lembra-se que os eixos amarelos representam os valores nacionais para cada indicador.

A análise dos índices das CE em relação com os indicadores socioeconómicos selecionados mostra que, no ensino básico, se mantém a tendência de melhoria do desempenho escolar com o aumento da escolaridade média das mães e da percentagem de alunos não beneficiários de ASE.

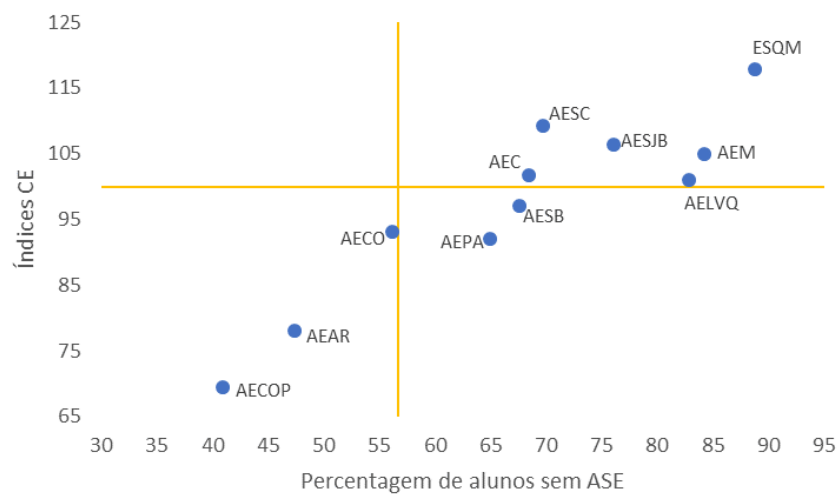
Nas figuras 8.29 e 8.20 é visível que em Oeiras os índices mais baixos obtidos nas classificações externas no ano de 2017/2018 correspondem aos AE em que a escolaridade média das mães e a percentagens de alunos sem ASA são as menores do concelho – Aquilino Ribeiro e Carnaxide-Portela (onde também se regista maior percentagem de alunos com nacionalidade estrangeira), as únicas unidades orgânicas que integram o programa TEIP.

Figura 8.29: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino básico, por UO



Fonte: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

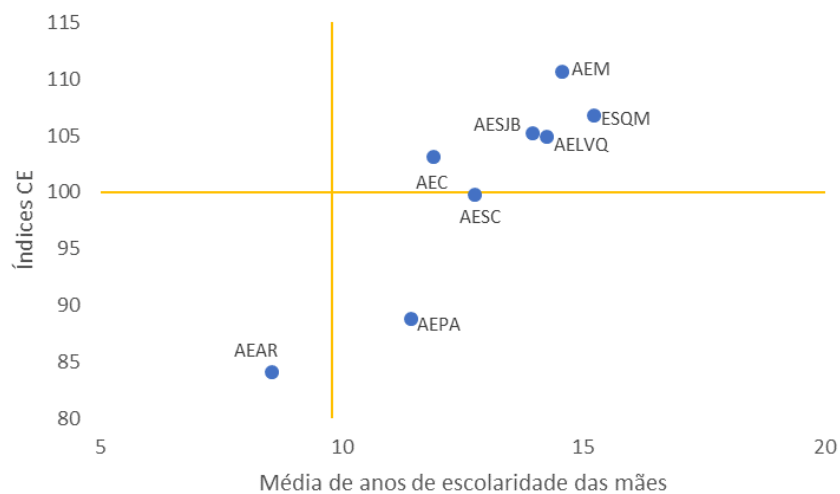
Figura 8.30: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 9º ano de escolaridade, por UO



Fonte: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

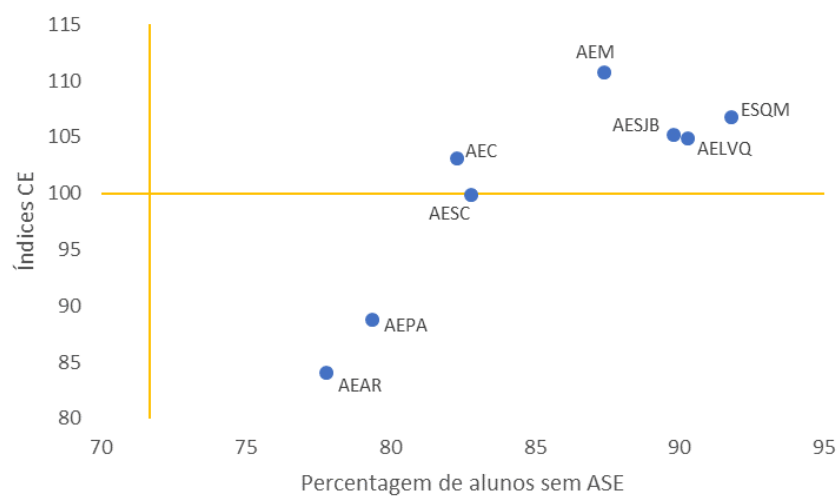
A mesma relação de aumento das CE face à média nacional coincidente com o aumento da escolaridade média das mães e da percentagem de alunos sem ASE verifica-se no ensino secundário. No concelho de Oeiras, neste nível de ensino, corrobora-se a posição mais desfavorável do AE Aquilino Ribeiro que passa a ser acompanhada de perto pelo AE de Paço de Arcos.

Figura 8.31: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a escolaridade média das mães (2014/2015) no ensino secundário, por UO



Fonte: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

Figura 8.32: Relação entre o índice de CE (2017/2018) e a percentagem de alunos sem ASE (2014/2015) no 12.º ano de escolaridade, por UO



Fonte: Júri Nacional de Exames; DGEEC.

8.3: Taxas de transição

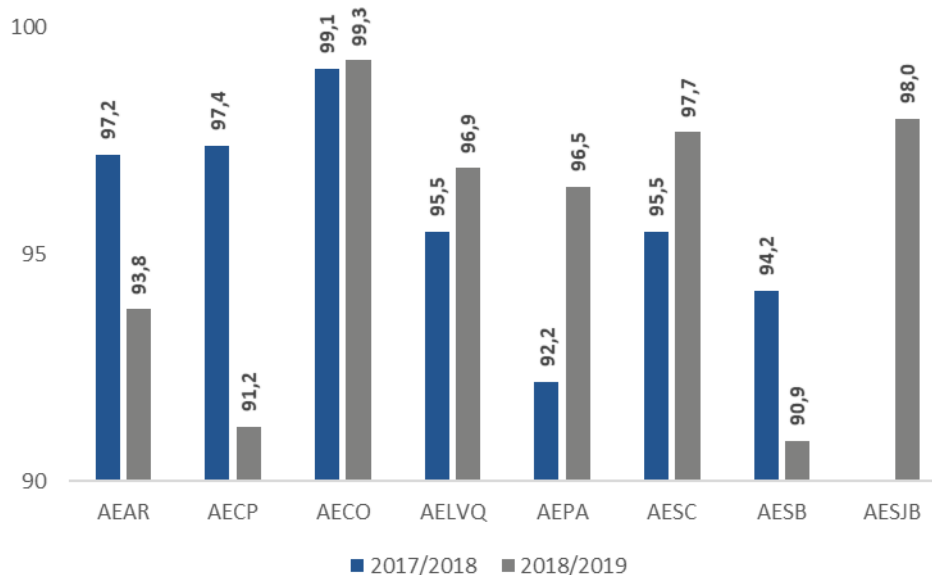
Nesta secção são apresentadas as taxas de transição por ciclo de ensino dos AE do concelho de Oeiras, nos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019.

Por meio de observação da figura 8.33, entende-se que a taxa de transições no 1.º ciclo é bastante positiva em praticamente todos os AE, encontrando-se entre os 90% e os 100%; a taxa mais baixa

encontra-se no AE São Bruno no ano de 2018/2019 (90,9%) e a mais elevada pertence ao AE Conde de Oeiras registada igualmente no último ano em análise.

É preciso ter em atenção que os valores da quase totalidade das UO para os dois anos letivos são tão próximos que foi necessário ajustar a escala do gráfico para que fosse legível, mas convém perceber que são diferenças inferiores a 5%; a exceção é o AE de Carnaxide-Portela que diminuiu um pouco mais de 6 pontos percentuais no último ano letivo analisado.

Figura 8.33: Taxa de transição no 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)



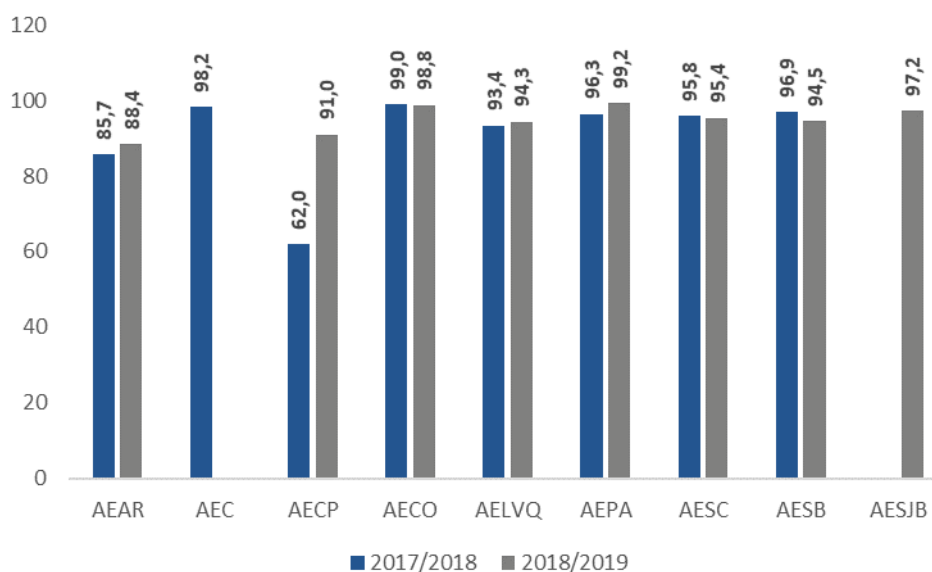
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: Dados em falta para os AE de Carnaxide, de Miraflores e, ainda, de São Julião da Barra para o ano de 2017/18.

Também no 2.º ciclo a diferença entre os dois anos letivos é bastante reduzida na maioria das UO e as percentagens surgem igualmente entre os 90% e os 100% de transições por ano (figura 8.34).

Destacam-se dois agrupamentos. O AE Aquilino Ribeiro que ainda não atingiu uma taxa de 90% de transições em ambos os anos letivos em estudo apesar de surgir bastante próximo nos dois anos letivos: 85,7% em 2017/2018 e 88,4% em 2018/2019. O segundo caso é o de Carnaxide-Portela pela sua baixa taxa de transição (62,0%) no ano letivo 2017/2018. De realçar, no entanto, o progresso positivo deste agrupamento que em 2018/2019 conseguiu atingir uma taxa de transição de 91%.

Figura 8.34: Taxa de transição no 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

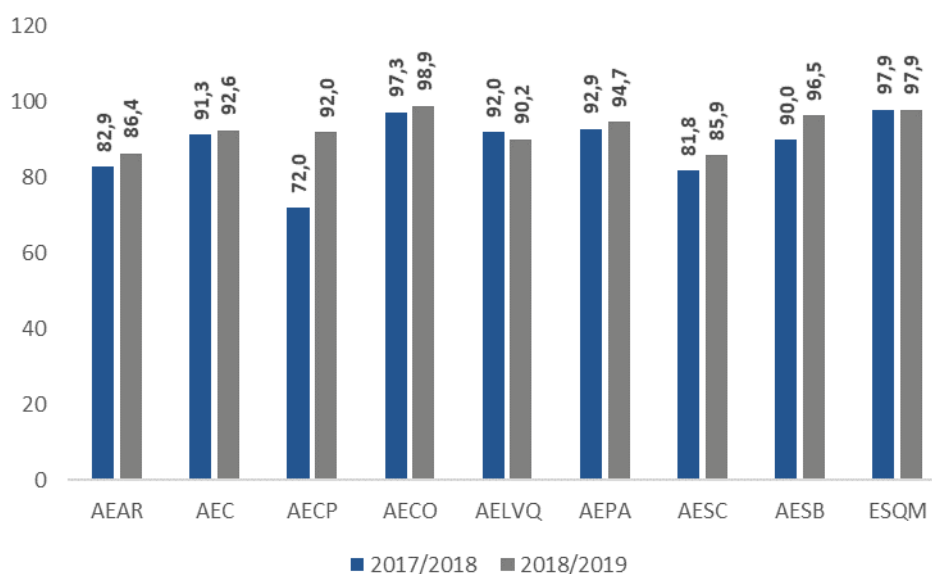
Nota: Dados em falta para o AE de Miraflores e, ainda, de Carnaxide para o ano de 2018/2019 e São Julião da Barra para o ano de 2017/2018.

Contrariamente ao que foi verificado nos ciclos de escolaridade anteriores, a figura 8.35 permite compreender que as taxas de transição no 3.º ciclo são mais oscilantes entre as UO, ainda que a maioria mantenha taxas iguais ou superiores aos 90% (figura 8.35).

As exceções são o AE Aquilino Ribeiro e de Santa Catarina que melhoraram de forma ligeira entre o ano de 2017/2018 e 2018/2019, mas que ainda assim ficaram um pouco abaixo dos 90% (86,4% e 85,9%, pela ordem de agrupamentos). E ainda o AE de Carnaxide-Portela, que no primeiro ano letivo apresentava uma taxa de transição de apenas 72,0%, e que demonstra uma melhoria considerável no seu desempenho ao aumentar para uma taxa de 92,0%.

É de destacar ainda a melhoria do AE São Bruno que aumentou seis pontos percentuais e meio no ano letivo de 2018/2019 atingindo uma taxa de transição de 96,5%. Ainda assim, um pouco à semelhança dos ciclos anteriores, não se verificam grandes diferenças entre os anos letivos na maioria das UO.

Figura 8.35: Taxa de transição de ano no 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019



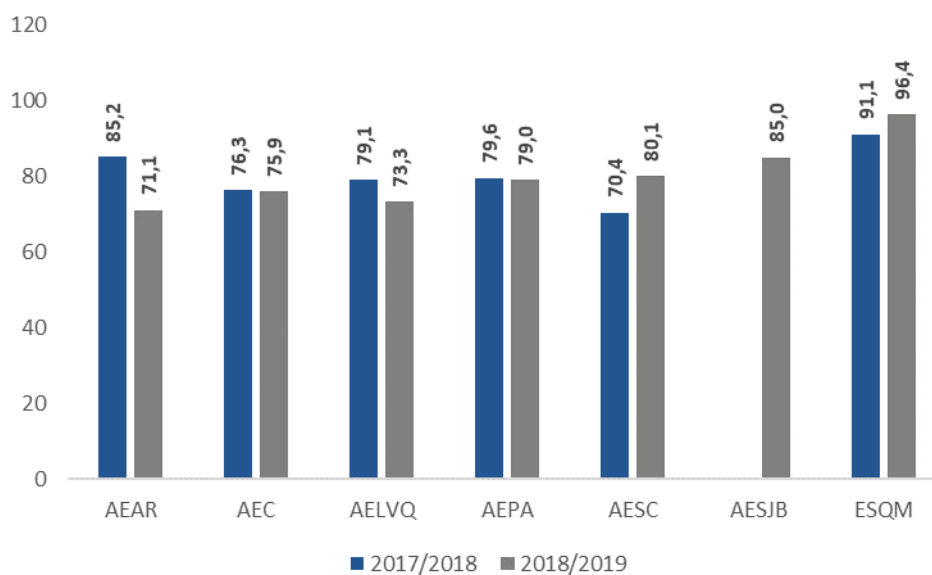
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: Dados em falta para os AE de Miraflores e de São Julião da Barra.

Nos cursos científico-humanísticos da via de ensino regular do ensino secundário (figura 8.36) as taxas de transição das UO do concelho de Oeiras são mais baixas em comparação aos ciclos de escolaridade do ensino básico previamente analisados. A tendência das UO é para que registem taxas de transição entre 70% e 80%, salientando-se a ES Quinta do Marquês por apresentar uma taxa média de 94% e o AE de São Julião da Barra que apresenta uma taxa de 85,0% no último ano analisado. Há que realçar ainda outros dois AE, o de Santa Catarina que aumentou de 70,4% em 2017/2018 para 80,1% no ano seguinte; e, com uma situação contrária, o AE Aquilino Ribeiro que diminuiu consideravelmente a sua taxa de transição, de 85,2%, para 71,1%.

Neste nível e via de ensino, os maiores problemas encontram-se no 10.º e 12.º ano. Possíveis explicações para a menor taxa de transição no caso do 10.º ano poderão surgir associadas à vontade de mudar de curso ou a uma maior dificuldade em lidar com as exigências do ensino secundário. Já no caso do 12.º ano, a explicação poderá estar associada ao facto de se tratar de um ano de exames nacionais, com forte implicância na entrada para o ensino superior, como o é por exemplo o caso do AE Aquilino Ribeiro que registou uma descida bastante acentuada entre anos em análise nesse ano de escolaridade o que mais contribuiu para a diminuição observada na figura.

Figura 8.36: Taxa de transição de ano no ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2017/2018 – 2018/2019

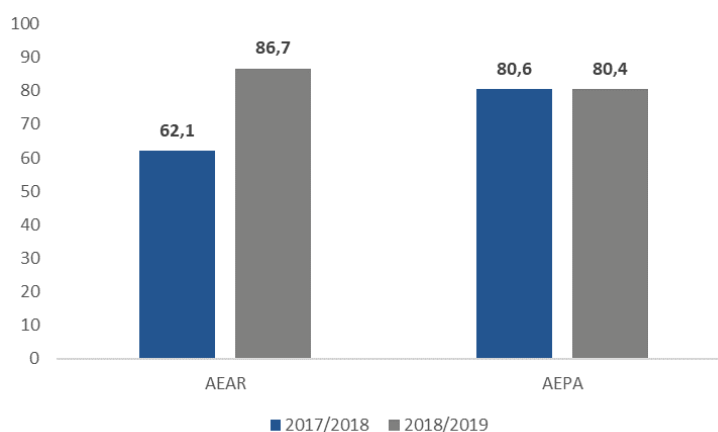


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: Dados em falta para o AE de Miraflores e, ainda, de São Julião da Barra para o ano de 2017/2018.

Relativamente aos cursos profissionais do ensino secundário, verifica-se que o AE de Paço de Arcos revela taxas de transição semelhantes nos dois anos letivos considerados (rondando os 80%). No outro agrupamento com esta oferta, Aquilino Ribeiro, o sucesso melhorou de forma bastante considerável, com o aumento da taxa de transição de 62,1% para 86,7%.

Figura 8.37: Taxa de transição no ensino secundário - profissional por UO, 2017/2018 – 2018/2019

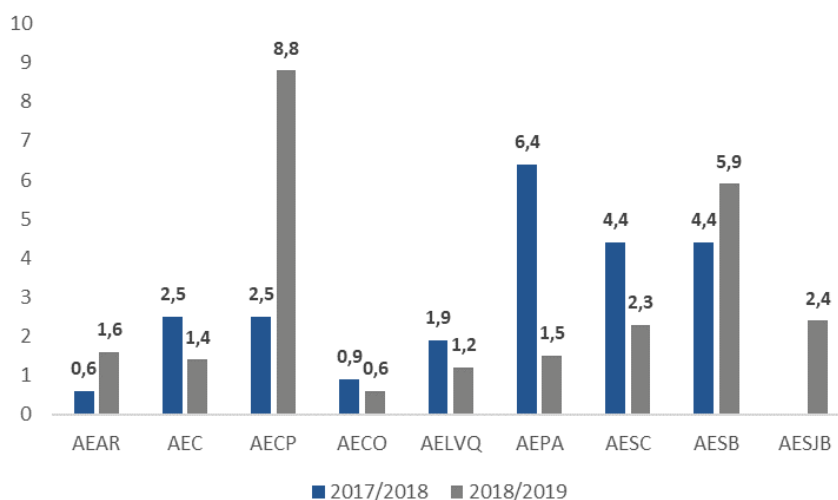


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

8.4: Taxas de retenção

As taxas de retenção no 1.º ciclo de escolaridade são reduzidas ou mesmo irrisórias (inferiores a 5%) em quase todos os agrupamentos do concelho de Oeiras, sendo de notar a diminuição que se observa em Paço de Arcos e em Santa Catarina (figura 8.38). Apenas os AE de Carnaxide-Portela e de São Bruno aumentaram para 8,8% e 5,9%, respetivamente, no ano letivo de 2018/2019.

Figura 8.38: Taxa de retenção do 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)

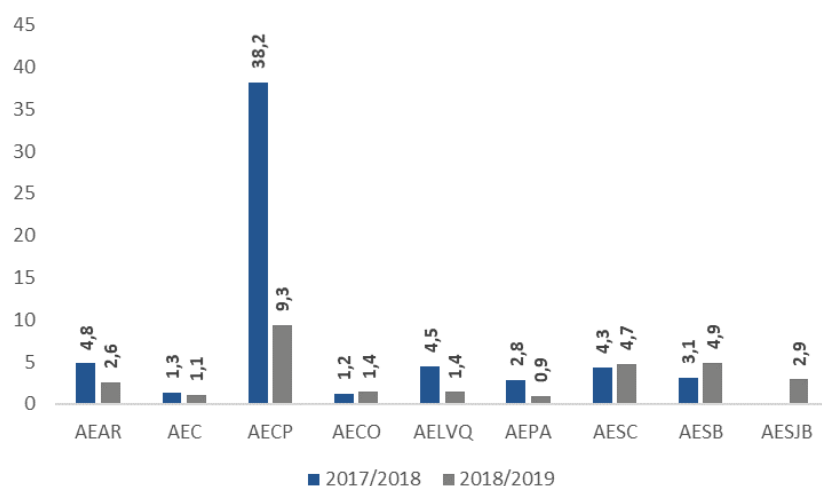


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Notas: sem dados para AEM e para o ano de 2018/2019 do AESJB.

No 2.º ciclo de escolaridade, o cenário concelhio é bastante positivo. A exceção está no AE de Carnaxide-Portela, embora seja de notar a diminuição para apenas 9,3% (face aos anteriores 38,2%).

Figura 8.39: Taxa de retenção do 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)

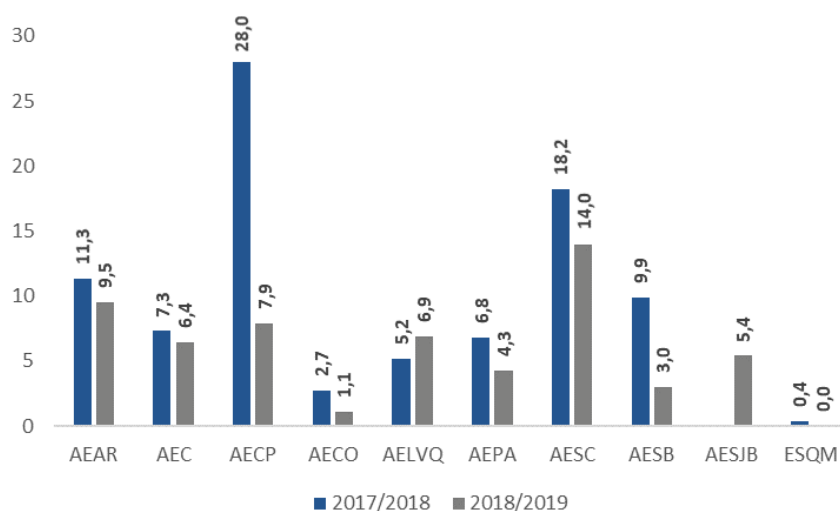


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: sem dados para AEM e para o ano de 2018/2019 do AESJB.

Na figura 8.40 verifica-se que as taxas de retenção são também relativamente baixas no concelho de Oeiras, e que a maioria das UO se posicionem entre os 5% e os 10%. Destacam-se com percentagens ainda mais reduzidas o AE de Conde de Oeiras e a ES Quinta do Marquês acompanhadas por Paço de Arcos e São Bruno no ano letivo de 2018/2019. O AE de Carnaxide-Portela também diminuiu bastante a taxa de retenção neste ciclo de escolaridade passando a apresentar apenas 7,9% (contra os 28,0% do ano de 2017/2018). O AE com as taxas de retenção mais elevada no 3º ciclo é Santa Catarina (18% no primeiro ano em análise e 14,0% no último).

Figura 8.40: Taxa de retenção do 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)



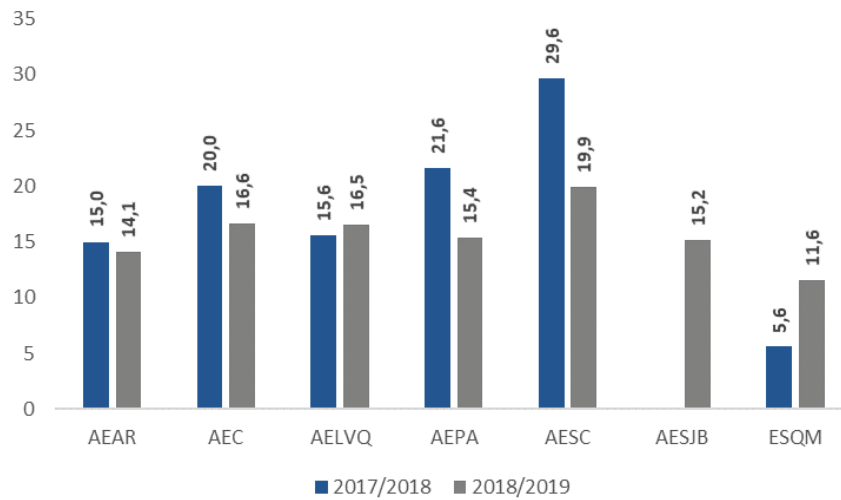
Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: sem dados para AEM e para o ano de 2018/2019 do AESJB.

O quadro muda quando analisadas as taxas de retenção no ensino secundário. A ES Quinta do Marquês continua a mostrar as taxas de retenção mais baixas do concelho, mas que, ainda assim, são bastante mais elevadas em relação às taxas praticamente nulas que esta UO apresentava para o 3º ciclo de escolaridade (figura 8.40).

Nas restantes UO as percentagens surgem, de uma forma geral, entre os 15% e os 20%, sobretudo no ano de 2018/2019.

Figura 8.41: Taxa de retenção ensino secundário - científico-humanístico por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)

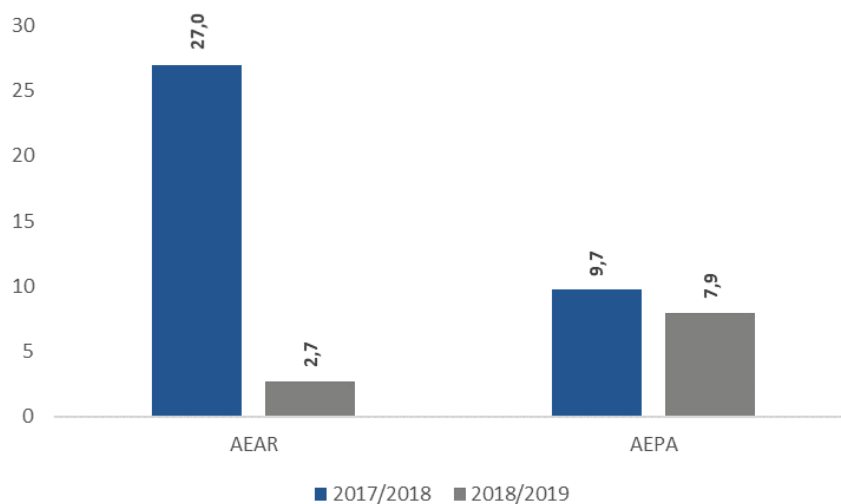


Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Nota: sem dados para AEM e para o ano de 2018/2019 do AESJB.

No que concerne aos cursos profissionais do ensino secundário, observa-se mais uma vez como as taxas de retenção no AE de Paço de Arcos são relativamente estáveis (9,7% em 2017/2018 e 7,9% em 2018/2019); enquanto no AE Aquilino Ribeiro se verifica uma maior oscilação de 27,0% para apenas 2,7%.

Figura 8.42: Taxa de retenção ensino secundário - cursos profissionais por UO, 2017/2018 – 2018/2019 (%)



Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

8.5: Mobilidade discente

Nesta secção são apresentados o número de situações de mobilidade nos anos letivos de 2017/2018 a 2019/2020, de acordo com os dados fornecidos por cada uma das UO através do preenchimento das respetivas fichas de caracterização socioeducativa. Definiu-se como mobilidade os pedidos de transferência de alunos.

Como se verifica através da leitura da tabela 8.1, existe alguma mobilidade no concelho de Oeiras no 1.º ciclo de escolaridade do ensino básico, sendo que o ano letivo de 2018/2019 foi aquele em que mais situações de pedidos de transferência ocorreram. Salientando-se os AE Aquilino Ribeiro (n = 37), de São Bruno (n = 25) e ainda de Carnaxide-Portela (n = 22) com mais registos deste tipo de situações nesse ano. De notar que no AE de Carnaxide-Portela, o número de pedidos de transferência se mantém relativamente estáveis nos três anos, sendo consideravelmente menores no caso das outras duas UO.

Realça-se ainda o número reduzido ou mesmo inexistente deste tipo de pedidos no AE de Paço de Arcos e que, no último ano, as transferências foram igualmente reduzidas nos AE Aquilino Ribeiro e Conde de Oeiras.

Tabela 8.1: Número de alunos em mobilidade no 1.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020

Unidades Orgânicas	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE Aquilino Ribeiro	12	37	3
AE Carnaxide	6	12	6
AE Carnaxide-Portela	20	22	22
AE Conde de Oeiras	10	10	4
AE Linda-a-Velha e Queijas	17	18	10
AE Miraflores	s.d.	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	5	0	0
AE São Bruno	11	25	10
AE Santa Catarina	25	15	20
AE São Julião da Barra	24	17	s.d.
TOTAL	130	156	75

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Legenda: s.d. = sem dados.

No 2.º ciclo de escolaridade a mobilidade é menor e praticamente inexistente no ano letivo de 2018/2019 (ver tabela 8.2). Os pedidos de transferência foram superiores a 10 apenas nos AE de Carnaxide-Portela (18 em 2017/2018 e 13 em 2019/2020), no AE São Julião da Barra que registou 13 pedidos de transferência no primeiro ano da série, e no AE Aquilino Ribeiro onde se verificaram 15 situações deste tipo no último ano letivo.

Tabela 8.2: Número de alunos em mobilidade no 2.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020

Unidades Orgânicas	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE Aquilino Ribeiro	5	0	15
AE Carnaxide	2	0	0
AE Carnaxide-Portela	18	0	13
AE Conde de Oeiras	6	0	8
AE Linda-a-Velha e Queijas	8	0	16
AE Miraflores	s.d.	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	1	0	0
AE São Bruno	7	0	5
AE Santa Catarina	5	2	7
AE São Julião da Barra	13	0	8
TOTAL	65	2	72

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Legenda: s.d. = sem dados.

A tabela 8.3 torna perceptível que as situações de mobilidade no 3.º ciclo ocorrem de forma mais recorrente nas várias UO do concelho de Oeiras embora seja visível que, mais uma vez, os pedidos de transferência foram praticamente inexistentes no ano letivo de 2018/2019. De uma forma geral, foram os AE de São Julião da Barra e de Santa Catarina os que mais registaram casos de pedidos de transferência no primeiro e no último ano da série trabalhada, seguidos de perto pelos AE Aquilino Ribeiro e de Linda-a-Velha e Queijas.

Tabela 8.3: Número de alunos em mobilidade no 3.º ciclo por UO, 2017/2018 – 2019/2020

Unidades Orgânicas	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE Aquilino Ribeiro	19	0	21
AE Carnaxide	7	0	7
AE Carnaxide-Portela	16	1	6
AE Conde de Oeiras	8	0	17
AE Linda-a-Velha e Queijas	17	1	20
AE Miraflores	s.d.	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	3	0	0
AE São Bruno	11	0	15
AE Santa Catarina	28	0	21
AE São Julião da Barra	30	0	24
ES Quinta do Marquês	12	0	8
TOTAL	139	2	131

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Legenda: s.d. = sem dados.

No ensino secundário, a tabela 8.4 permite observar que o número de situações de mobilidade é geralmente elevado no AE de São Julião da Barra, de Linda-a-Velha e Queijas e Aquilino Ribeiro; há também a realçar o número destas situações no ano letivo de 2018/2019 no AE de Paço de Arcos (n = 49).

Tabela 8.4: Número de alunos em mobilidade no ensino secundário por UO, 2017/2018 – 2019/2020

Unidades Orgânicas	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE Aquilino Ribeiro	29	0	16
AE Carnaxide	15	4	11
AE Linda-a-Velha e Queijas	24	9	28
AE Miraflores	s.d.	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	0	49	0
AE Santa Catarina	12	6	13
AE São Julião da Barra	38	16	31
ES Quinta do Marquês	11	0	19
TOTAL	118	84	99

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Legenda: s.d. = sem dados.

8.6: Abandono escolar

Neste subcapítulo são apresentados o número de situações de abandono de acordo com os dados fornecidos pelas UO através das fichas de caracterização socioeducativa.

O abandono escolar é bastante reduzido em todos os ciclos/níveis de ensino no concelho de Oeiras, sendo de registar apenas alguns casos esporádicos. No 1.º ciclo, tendo em conta os dados enviados pelas UO, apenas o AE de São Bruno indicou a existência de 13 casos no ano letivo de 2017/2018 e outros 8 em 2019/2020.

Já no 2.º ciclo, o número de situações de abandono chega a ser inferior àquele observado no 1.º ciclo uma vez que não se registou qualquer situação em nenhum. Contudo, importa salientar que no AE Carnaxide-Portela, no ano letivo de 2017/2018, o número de alunos com menos de 18 anos que ficou retido por excesso de faltas foi de 37.

No que respeita às situações de abandono no 3.º ciclo no ano letivo de 2019/2020, apenas se registou um caso no AE Santa Catarina. No entanto, importa salientar que no ano letivo de 2017/2018, o AE Carnaxide-Portela registou um total de 10 alunos retidos por excesso de faltas com menos de 18 anos enquanto que, no AE Paço de Arcos, o total terá sido de 8.

É no ensino secundário que o maior número de situações de abandono acontece, como visível na tabela 8.5, com vários agrupamentos a registarem elevados números como são os casos de Linda-a-Velha e Queijas, Paço de Arcos (apenas em 2018/2019) e São Julião da Barra. Acrescenta-se ainda o facto de que no AE Paço de Arcos, o número de alunos retidos por excesso de faltas foi de 10 no ano letivo de 2017/2018 e de 15 no ano de 2018/2019. No AE Aquilino Ribeiro e da ES Quinta do Marquês este tipo de casos é reduzido ou inexistente.

Tabela 8.5: Número de alunos em abandono no ensino secundário por UO, 2017/2018 – 2019/2020

Unidades Orgânicas	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE Aquilino Ribeiro	0	1	1
AE Carnaxide	4	11	1
AE Linda-a-Velha e Queijas	9	26	14
AE Miraflores	s.d.	s.d.	s.d.
AE Paço de Arcos	49	38	0
AE Santa Catarina	6	11	2
AE São Julião da Barra	16	26	s.d.
ES Quinta do Marquês	0	0	0
TOTAL	84	113	18

Fonte: Fichas de caracterização socioeducativa das UO, 2020. Cálculos próprios.

Legenda: s.d. = sem dados.

Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras



Volume III – Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras 2020-2030

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cies _iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Ficha Técnica

Nome

Volume III – Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras

Financiamento e Acompanhamento

Câmara Municipal de Oeiras

Coordenação

João Sebastião e Luís Capucha

Equipas

Equipa técnica CIES-iscte

Equipa operacional

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Joana Campos, Marcos Correia, Patrícia Santos, Sara Nunes, Sónia Pintassilgo

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

Data

fevereiro de 2021

Índice

INTRODUÇÃO.....	3
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA.....	4
IDENTIDADE.....	7
A: VISÃO E MISSÃO.....	7
B: PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	7
C: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS	7
ANÁLISE SWOT - OS DIAGNÓSTICOS RESUMIDOS.....	9
A: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, PARQUE ESCOLAR E POPULAÇÃO ESTUDANTIL	9
B: CONTEXTO SOCIOECONÓMICO, ÁREAS ESTRATÉGICAS E OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA.....	12
C: POPULAÇÃO E SUCESSO ESCOLAR E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR	14
CAPÍTULO I – CARTA EDUCATIVA	18
CENÁRIO PARA REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR PÚBLICA	18
CENÁRIO PARA REORGANIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA	18
PLANO ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO ESCOLAR	24
CAPÍTULO II – PLANO EDUCATIVO MUNICIPAL.....	32
PRIORIDADES, EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	32
A POLÍTICA EDUCATIVA – OEIRAS EDUCA.....	32
POLÍTICA EDUCATIVA - OEIRAS EDUCA	35
EIXO 1 – OEIRAS EDUCA +.....	36
OEIRAS EDUCA+	36
OBSERVATÓRIO OEIRAS EDUCA+.....	36
EIXO 2 – OEIRAS EDUCA CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	37
INTERESSE E APROPRIAÇÃO DA CIÊNCIA	37
LITERACIA CIENTÍFICA E RACIONALIDADE.....	37

ATIVIDADE CIENTÍFICA E DE INOVAÇÃO	37
EIXO 3 – OEIRAS EDUCA INOVAÇÃO.....	38
PROJETOS ESTRUTURANTES	38
INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	38
ENSINO PROFISSIONAL	39
ENSINO ARTÍSTICO.....	39
DESPORTO	39
Eixo 4 – OEIRAS EDUCA 4.0.....	40
PORTAL DA EDUCAÇÃO.....	40
CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS DIGITAIS.....	40
PLANO DE DIGITALIZAÇÃO DAS ESCOLAS	41
SUORTE E FORMAÇÃO	41
EIXO 5 – OEIRAS EDUCA CONCRETIZA	42
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	42
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	42
SERVIÇOS ESCOLARES	43
GESTÃO INTEGRADA DAS REDES PÚBLICA E SOLIDÁRIA PARA 1ª INFÂNCIA.....	43
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA.....	44
PARQUE ESCOLAR/ REDE E OFERTA ESCOLAR	45
POPULAÇÃO ESCOLAR	46
PROMOÇÃO DO SUCESSO INTEGRAL DOS ALUNOS.....	47
PESSOAL NÃO DOCENTE	47
<u>IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO.....</u>	<u>48</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>49</u>
ANEXO 1: ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES.....	49
ANEXO 2: GRUPOS DE TRABALHO DE DISCUSSÃO E DECISÃO PARA CE&PEM.....	50
ANEXO 3: BASE PARA DOCUMENTAÇÃO DAS CALL.....	52

INTRODUÇÃO

A Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras tem como principais objetivos criar condições para que Oeiras seja um concelho identificado como um centro de desenvolvimento de competências educativas de excelência. Para isso, cabe a estes documentos definir objetivos e metas de médio e longo prazo para o ordenamento e melhoria progressiva da rede, da oferta escolar e das estratégias para a promoção do sucesso escolar, que sejam coerentes com os objetivos estratégicos globais do Município, baseados numa gestão eficiente de recursos. Torna-se, por isso, necessário adequar, de forma sustentada, a rede e a oferta escolar à procura local respondendo, em simultâneo, aos processos de ordenamento da oferta educativa e formativa regional e nacional existentes, assim como aos desafios colocados pelo ordenamento do território e distribuição da população concelhia e suas especificidades socioeconómicas e culturais.

O desenvolvimento do processo de delegação/transferência de competências na área da Educação teve início em Oeiras com a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nº 558/2015 (Diário da República nº 145/2015, Série II de 28-07-2015), em 17 de julho de 2015, entre o Ministério da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município de Oeiras. Por deliberação do executivo camarário, em 11 de setembro de 2019, aprovada pela Assembleia Municipal em 15 de outubro de 2019, o Município de Oeiras assumiu a transferência de competências na área da Educação, com efeitos a serem produzidos para o ano letivo de 2020/2021. Conforme o disposto no Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto, o Contrato mantém-se em vigor, relativamente às competências que extravasam as previstas na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

O presente volume, que tem o nome de Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras, é o último de um conjunto de três. Nos dois primeiros volumes (Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho e Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras) encontram-se todas as análises elaboradas sobre a realidade do concelho. Esta organização prende-se com a necessidade de criar um documento estratégico, de leitura rápida e dinâmico, que os agentes locais possam considerar um importante e útil instrumento de trabalho para os próximos 10 anos.

Este documento apresenta, inicialmente, a metodologia de trabalho que esteve presente na elaboração dos três volumes, informação que pode ser lida com maior pormenor na secção designada por “Enquadramento” do Volume I. De seguida, expõe-se a identidade, enquanto elemento estratégico do desenvolvimento educativo, procurando estabelecer uma visão prospetiva para o futuro educativo do concelho de Oeiras, estabelecendo a missão atribuída à Câmara Municipal de Oeiras e aos outros atores educativos locais e, ainda, os princípios orientadores dessa ação. Após a identidade que orienta o inscrito na Carta Educativa & Plano Educativo Municipal do concelho de Oeiras, retomam-se os diagnósticos, geral e educativo, recorrendo para isso a uma análise *SWOT*, com a finalidade de identificar as prioridades e objetivos estratégicos para os próximos 10 anos. Por fim, surgem a Carta Educativa e o Plano Educativo Municipal de Oeiras, cada um com o respetivo plano de ação: objetivos estratégicos, ações de implementação e de monitorização, os seus responsáveis e calendarização, visando transformá-los em documentos chave para todos os atores educativos do concelho de Oeiras.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

O desenho de um plano estratégico passa por várias fases que se encontram resumidas na figura 1 e que serviram como orientação para o processo de organização do trabalho realizado.

Como a figura mostra, a elaboração do diagnóstico e a reflexão participada sobre a identidade (visão, missão e princípios orientadores) são o garante de uma análise correta e o mais aproximada possível, tanto da realidade atual como da que se perspectiva para o futuro, identificando as prioridades e estabelecendo os objetivos estratégicos. O diagnóstico constitui-se sempre como a fase mais demorada e, tendo em conta o número elevado de dados a analisar para elaborar um retrato o mais detalhado possível do concelho, optou-se por dividi-lo em dois documentos diferentes, embora complementares: Volume I – Diagnóstico Geral do Concelho e Volume II – Diagnóstico Educativo do Concelho de Oeiras. Adiante, regressa-se ao diagnóstico para descrever como foi elaborado.

A par do diagnóstico, e partindo dele, importa definir a visão de futuro, ou seja, importa pensar a realidade educativa desejada para o concelho de Oeiras daqui a 10 anos, assim como refletir sobre a missão e a participação dos atores envolvidos no processo de melhoria do concelho. Apenas com o pormenorizado “retrato” atual do concelho e com uma clara noção do futuro que se pretende construir, é possível passar à identificação das prioridades e definição dos objetivos estratégicos.

Para auxiliar o processo de identificação de prioridades e de tomada de decisões foram realizadas análises *SWOT* (*Strength, Weaknesses, Opportunities and Threats*), centradas em diferentes dimensões dos diagnósticos complementares: 1. Território, demografia, parque escolar e população infantil; 2. Contexto socioeconómico, áreas estratégicas e oferta educativa e formativa; 3. População e sucesso escolar e promoção do sucesso escolar.

Após a identificação das prioridades de intervenção, definem-se os objetivos estratégicos e, na última fase, trabalha-se na desagregação de cada objetivo estratégico, em linhas de ação. Para que a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras se apresentem como documentos estratégicos e orientadores da ação local, cada linha de ação inclui a respetiva calendarização e os atores responsáveis pela implementação e pela monitorização das ações, para que seja possível avaliar, ao longo do tempo, a execução do plano e realizar todos os ajustes necessários ao plano inicial, tornando-o, assim, um documento dinâmico.

Todas as fases que se seguem ao diagnóstico constituem o Volume III – Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras¹.

¹ Para maior detalhe de explicação e para a exposição das barreiras e das soluções encontradas no terreno, ler o subcapítulo “O enquadramento metodológico” na secção designada por “Enquadramento” do Volume I.

Figura 1. Fases do planeamento estratégico e procedimentos de organização do trabalho de elaboração da Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras



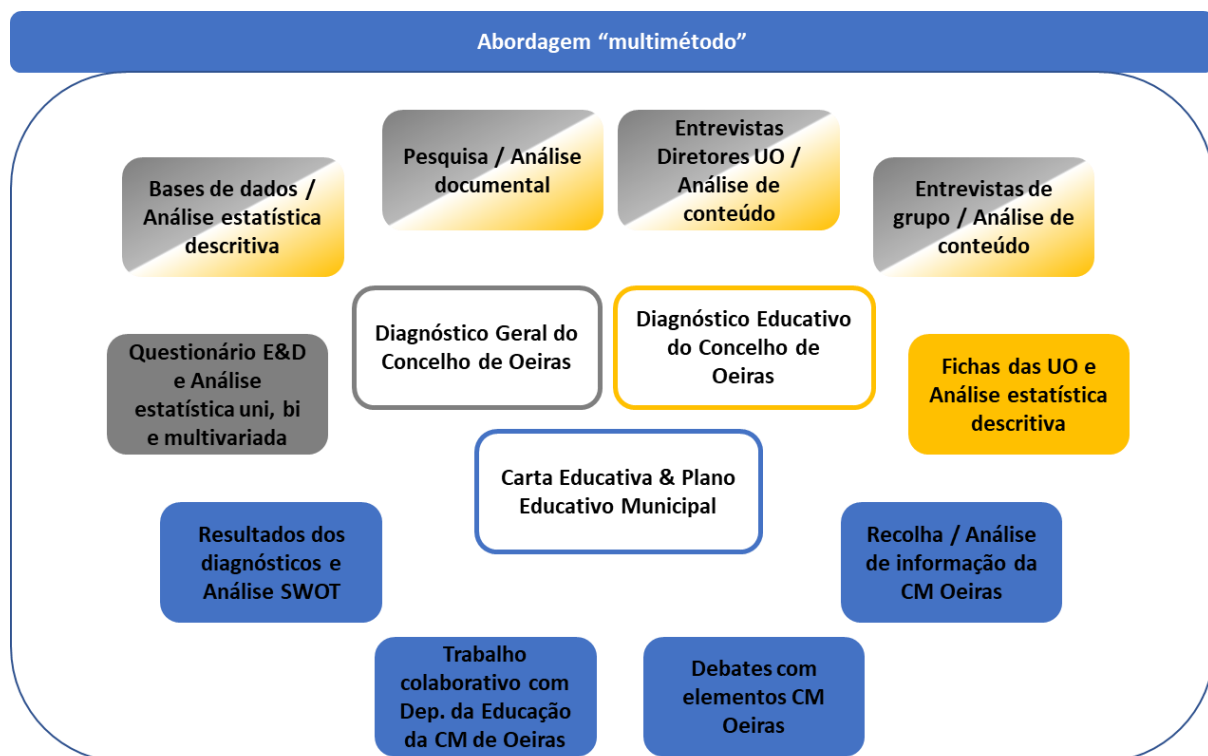
Para executar a tarefa de elaboração dos diagnósticos, optou-se pela utilização de uma abordagem multimétodo, ou seja, pela obtenção e análise de resultados a partir de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação (figura 2), com o objetivo de diminuir a subjetividade dos investigadores e de aumentar a fiabilidade da informação, através da triangulação dos dados.

A informação foi recolhida através de pesquisa documental: relatórios e documentos da Câmara Municipal de Oeiras, das unidades orgânicas da rede pública, solidária e lucrativa do concelho, de outros projetos de investigação e legislação. Foram consideradas várias bases de dados nacionais e municipais disponíveis, por exemplo, nos vários departamentos do Ministério da Educação, no Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Nacional de Estatística, entre outros. A articulação com vários atores privilegiados, pertencentes aos diferentes departamentos da Câmara Municipal de Oeiras, foram essenciais para identificar quais as informações disponíveis nos vários serviços e quais deveriam ser obtidas através de outras fontes. Este trabalho permitiu uma recolha mais exaustiva de informação (quer documental, quer referente a bases de dados). Os diretores das unidades orgânicas da rede pública de Oeiras foram também fontes importantes de informação, tanto através do preenchimento de uma ficha de caracterização socioeducativa (CSE na figura) da entidade da sua responsabilidade, como através dos diálogos desenvolvidos durante a realização de entrevistas formais, que foram essenciais. Por último, recolheu-se informação através da auscultação aos atores locais, com o objetivo de complementar as análises anteriores com as perceções de quem reside, trabalha, estuda ou tem filhos que estudam e/ou integra entidades diretamente relacionadas com a educação no concelho de Oeiras. Mais especificamente, aplicou-se um questionário ao universo dos docentes da rede pública; realizaram-se onze entrevistas individuais a cada um dos diretores das unidades orgânicas públicas; e, por último, efetuaram-se oito *focus group*, cada um dedicado a um tipo específico de atores educativos locais, ou que podem

vir a ser implicados na Carta Educativa & Plano Educativo Municipal, a saber: 1. Diretores das unidades orgânicas públicas (agora com o objetivo de debaterem e refletirem em conjunto sobre questões mais relacionadas com a educação na totalidade do concelho); 2. Diretores ou representantes de escolas privadas com forte representação no concelho, dado o pressuposto da importância do ensino privado na integração de respostas educativas (selecionando-se as de maior expressividade em termos de número de alunos ou que se destacam pelas suas especificidades); 3. Representantes das instituições da rede social e das instituições de ensino superior sediadas em Oeiras; 4. Representantes de algumas empresas e das escolas profissionais; 5. Representantes das associações de pais e encarregados de educação de algumas das escolas públicas; 6. Dirigentes das juntas ou uniões de freguesia; 7. Elementos da equipa técnica da educação, com quem se desenvolveu um trabalho de grande articulação e proximidade, e de outras equipas consideradas essenciais no contexto de uma Carta Educativa & Plano Educativo Municipal, como é o caso, por exemplo, das obras públicas; 8. Equipa política da Câmara Municipal de Oeiras, mais especificamente, os vereadores e diretores dos departamentos mais diretamente implicados nas questões educativas.

Na figura 2 são indicadas as técnicas de recolha e de análise de informação utilizadas em cada volume da Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras.

Figura 2. Modelo de elaboração do diagnóstico: técnicas de recolha e de análise da informação



IDENTIDADE

A: VISÃO E MISSÃO

OEIRAS, AS MELHORES RESPOSTAS PARA TODOS.

Priorizar a educação como força motora para a promoção da coesão social e territorial, através da oferta de respostas pedagógicas consistentes e inclusivas, que capacitem todos os jovens a construir o seu próprio percurso pessoal e profissional com sucesso e a ser cidadãos aptos a contribuir para o contínuo desenvolvimento e melhoria do território na sua globalidade.

B: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. Uma educação exigente assente em profissionais capacitados e na cooperação e compromisso entre autarquia, escolas e famílias, que potencie a visão para o concelho.
2. Uma ação que integra uma observação e avaliação regulares, monitorizando as iniciativas desenvolvidas e a comunicação com as famílias e restantes agentes da comunidade.
3. Uma educação humanista e compreensiva, com a participação da comunidade educativa alargada, focada na Cultura, na Ciência e na Tecnologia, na Cidadania, na Sustentabilidade Ambiental e Societal, que capacite os jovens para um mercado de trabalho global e competitivo (novas profissões de futuro) e que contribua ativamente para o cidadão de corpo inteiro.
4. Uma oferta educativa e formativa assente nos valores da Excelência e da Persistência, da Qualidade e da Equidade, da Diversidade, do Pluralismo e da Inclusão.
5. Maior equidade em todas as estratégias de promoção do sucesso escolar.
6. Uma aproximação ao território e à população na definição do leque de respostas para a Aprendizagem ao Longo da Vida.
7. Um percurso escolar completo e articulado em cada unidade orgânica e próximo à comunidade local.
8. Uma educação sustentada por equipamentos adequados, com infraestruturas e equipamentos atuais.
9. Uma gestão de pessoas assente na sua qualificação e bem-estar e orientada para objetivos.

C: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

O Departamento de Educação, abreviadamente designado por DE, tem por missão assegurar a execução das políticas e programas municipais nas áreas da educação e formação, bem como propor estratégias de intervenção nestas áreas, em articulação com outras unidades orgânicas, garantindo a coerência global da intervenção do Município de Oeiras no planeamento da rede escolar face à oferta educativa e formativa, na administração e gestão dos equipamentos escolares e recursos educativos, no apoio à comunidade escolar e na inovação educativa.

Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativa

A Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativa, abreviadamente designada por DAEGA, tem por missão assegurar o apoio à organização e funcionamento das escolas, instruir processos e dar cumprimento às decisões municipais na área da ação social escolar, nomeadamente quanto aos transportes escolares, ao apoio alimentar e auxílios económicos, bem como aos profissionais não docentes contratados pelo Município para o exercício de funções nos estabelecimentos escolares públicos.

Unidade de Gestão do Pessoal Não Docente

A Unidade de Gestão de Pessoal Não Docente, abreviadamente designada por UGPND, insere-se na DAEGA e faz a gestão dos profissionais não docentes integrados no Município para o exercício de funções nos estabelecimentos escolares públicos.

Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa

A Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, abreviadamente designada por DDPE, tem por missão a execução das políticas educativas municipais no âmbito da ligação da rede escolar à comunidade, da inovação educativa e do apoio às escolas.

Unidade de Inovação e Projetos Especiais

A Unidade de Inovação e Projetos Especiais, abreviadamente designada por UIPE, está integrada na DDPE e a seu cargo a gestão dos projetos estruturantes de oferta municipal, em desenvolvimento nas escolas.

Divisão de Planeamento e Gestão da Rede Escolar

A Divisão de Planeamento e Gestão da Rede Escolar, abreviadamente designada por DPGRE, tem por missão o planeamento e a gestão da rede educativa de acordo com parâmetros de funcionalidade, eficiência, qualidade e inovação (esta unidade orgânica trabalha em estreita articulação com a Divisão de Equipamentos Municipais (DEM) e com a Divisão de Estudos e Projetos (DEP), que integram o Departamento de Obras Municipais (DOM). Também o trabalho de articulação desenvolvido com as direções das unidades orgânicas educativas tem desempenhado um importante papel numa maior adequação e requalificação do edificado escolar).

ANÁLISE SWOT - os diagnósticos resumidos

A análise que se segue tem como principal objetivo resumir os principais tópicos retidos dos diagnósticos elaborados para sustentar a Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras. Para cada ponto resumem-se os pontos fortes e fracos do concelho, os perigos que podem ter impacto sobre o concelho e as oportunidades de melhoria a considerar, enquanto prioridades estratégicas. Estes resumos partem das análises apresentadas nos Volumes I e II, incluindo as perceções dos atores educativos locais auscultados.

A: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, PARQUE ESCOLAR E POPULAÇÃO ESTUDANTIL

Este primeiro ponto analisa, em conjunto, os resultados dos diagnósticos sobre o território, a demografia, o parque escolar e a população estudantil, dimensões que se interligam de forma direta, logo, cujas conclusões estão interligadas.

O **território** de Oeiras é maioritariamente urbanizado e qualificado, e é servido por uma extensa rede de transportes públicos e vias de acesso para dentro e para fora do concelho, embora se verifique algum desequilíbrio na rede de transportes e de acessibilidades internas, nomeadamente tendo em conta as necessidades de famílias e de alunos residentes nas freguesias do interior. Os vários projetos de requalificação dos espaços, a nova concessão de transportes e a requalificação dos mesmos, bem como das vias de acesso atualmente² em curso são, por isso, considerados pontos fortes. Acresce, ainda, o facto de o concelho ser sede de vários parques tecnológicos e de várias instituições de ensino superior.

A **caracterização demográfica** do concelho revela um crescimento estável da população, por via de uma recuperação dos índices de natalidade e de fecundidade e do aumento da população estrangeira verificados nos últimos anos, que contribuem para um índice de envelhecimento inferior a 100, ou seja, para a existência de mais jovens (com 19 anos completos) do que idosos³. Observam-se, novamente, diferenças internas na generalidade dos indicadores demográficos, nomeadamente do envelhecimento, mais marcado no litoral.

O **parque escolar** concelhio cobre todas as uniões de freguesia e freguesias, embora em Barcarena existam apenas escolas de 1º ciclo do Ensino Básico, uma delas num edifício a necessitar de requalificação. O número de estabelecimentos para acolher a primeira infância, sobretudo, os berçários, localizados no território de Oeiras, fica aquém das necessidades da população, prevendo-se uma intensificação da procura decorrente do exposto sobre as características do território e da sua população. Além disso, alguns desses estabelecimentos da rede privada solidária, que absorve a maioria das crianças nessas idades, necessita de requalificação. A aposta da autarquia na

² Ver ponto 1.4 Transportes e acessibilidades, Volume I, pp. 17-18.

³ Ver nota de rodapé número 13 do Capítulo 2 do Volume I, página 38.

requalificação dos edifícios escolares da rede pública é encarada como ponto forte, mas existem ainda alguns edifícios e infraestruturas escolares, que foram recebidos no âmbito da descentralização de competências, a precisar de requalificações integrais. Também o investimento na manutenção dos equipamentos tecnológicos, artísticos e desportivos, por parte da administração central, há longos anos a esta parte, tem sido reduzido. Face a estas debilidades do parque escolar, considera-se o investimento da Câmara Municipal de Oeiras, na construção e/ou requalificação dos estabelecimentos da rede pública e da rede social e a vontade de alocar recursos, para intervir nas redes, futuramente, pontos muito positivos. Por último, verifica-se alguma desadequação ao nível da definição das unidades orgânicas da rede pública, nos termos em que foi recebida na transferência de competências, o que as torna menos funcionais. Destacam-se duas situações. Em primeiro lugar, a existência de dois agrupamentos de escolas na mesma freguesia (Carnaxide), sobretudo, quando um deles se caracteriza por uma população estudantil que, além de ter vindo a diminuir de forma constante, acumula uma série de desvantagens sociais, que poderiam vir a ser atenuadas com a integração num ambiente escolar mais diversificado. O segundo caso, a existência de uma escola não agrupada localizada junto de um agrupamento de escolas, onde os alunos daquela utilizam o refeitório e algumas infraestruturas para prática de desporto, o que não facilita o prosseguimento de estudos, criando quebras desnecessárias no 7º e 9º anos, e reduz a eficiência da gestão de recursos humanos e materiais. Do ponto de vista da educação, considera-se a existência de uma escola não agrupada no território como uma invariância desnecessária e, face ao modelo organizacional do concelho, uma potencial barreira à articulação organizacional e pedagógica entre ciclos/níveis de ensino e ao trabalho colaborativo entre estabelecimentos escolares. É, ainda, de assinalar o registo de elevadas taxas de ocupação em alguns estabelecimentos escolares, ainda assim variável entre escolas e entre ciclos (com maior ocupação no 1º ciclo do Ensino Básico).

Os residentes no concelho têm vindo a aumentar a procura pelas escolas públicas, registando-se casos de enorme pressão da **população estudantil** sobre cerca de metade das escolas de 1º ciclo do Ensino Básico, assim como sobre alguns dos estabelecimentos com oferta de 2º ciclo e 3º ciclo do Ensino Básico e de Ensino Secundário.

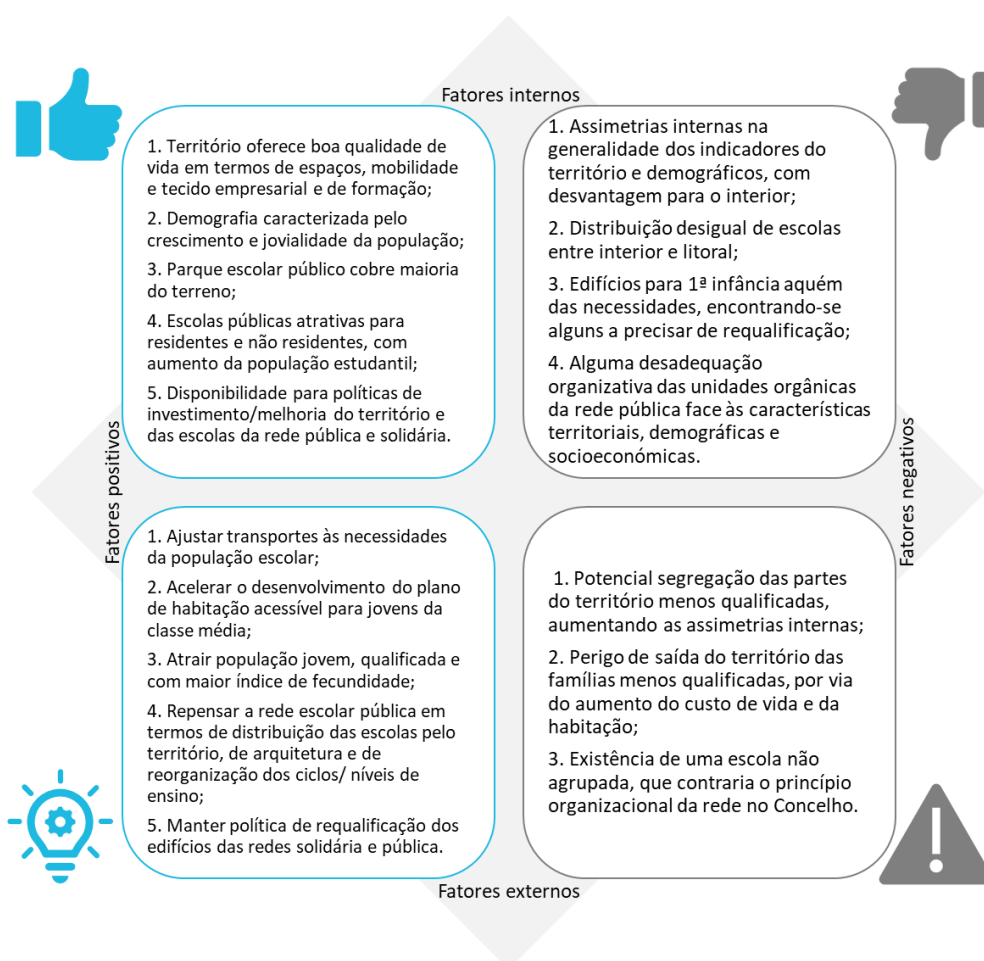
Por via da qualidade dos seus espaços de lazer e do tipo da oferta de trabalho, Oeiras é um concelho capaz de atrair população mais qualificada de outros territórios, o que pode vir a afetar o custo de vida e de habitação. Dessa forma, identificam-se os potenciais riscos do aumento da segregação das consequentes assimetrias internas e, eventualmente, a saída da população residente menos qualificada.

Face ao exposto, identificam-se como oportunidades as seguintes:

- Ajustar o plano de organização de transportes às necessidades da população escolar e à distribuição da rede escolar;
- Explorar formas de mobilidade sustentável de proximidade para as populações escolares;
- Alargamento da implementação de um plano de habitação acessível para jovens e famílias jovens;

- Criar programas de atração de população jovem, mais qualificada e que, em simultâneo, possam contribuir para o aumento dos índices de natalidade;
- Construir ou requalificar estabelecimentos escolares, recorrendo ao desenho de edifícios que consigam responder às atuais exigências da educação e do ensino (incluindo bibliotecas, espaços verdes e de lazer, salas de estudo para alunos, infraestruturas para prática de desporto, salas de multimédia, e espaços flexíveis que possam ser facilmente adaptáveis às diversas atividades escolares, por exemplo);
- Reorganizar a rede de escolas públicas, tornando-a mais eficaz e eficiente (recorrendo à mudança de estabelecimentos escolares entre unidades orgânicas, à criação de novas unidades orgânicas, à requalificação de edificado ou construção de novos estabelecimentos escolares, à recondução de estabelecimentos escolares para outras valências de ensino, à alteração das tipologias e/ou à alteração do número de salas para cada ciclo/nível de ensino);
- Manter a política da Câmara Municipal de requalificação e manutenção dos edifícios escolares, incluindo da rede solidária (para primeira infância), considerando a adaptação dos espaços das escolas às novas exigências da educação e ensino.

Figura 3. Análise SWOT sobre território, demografia, parque escolar e população estudantil do concelho de Oeiras



B: CONTEXTO SOCIOECONÓMICO, ÁREAS ESTRATÉGICAS E OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA

No segundo ponto focam-se as questões relacionadas com os indicadores socioeconómicos, as áreas estratégicas atuais e nas quais se pretende investir no futuro para responder ao objetivo de “colocar Oeiras na linha da frente da tecnologia e da informação” (em *Oeiras Valley Portugal. Município de Oeiras*, p: 3), bem como a área da oferta educativa e formativa existente e necessária para que Oeiras melhore as suas escolas e a qualidade de vida de todos os seus residentes.

Os **indicadores socioeconómicos** revelam um cenário concelhio bastante positivo no contexto, quer regional quer nacional, confirmando-se a elevada qualidade de vida no concelho: aumento da população ativa, nível médio de escolaridade elevado, taxas de analfabetismo e de população dependente de rendimentos sociais muito baixas e taxas de emprego, rendimentos e ganhos médios e número de empresas por cada 100 habitantes mais elevados. Novamente, registam-se diferenças internas para a generalidade destes indicadores com concentração de características menos positivas nas freguesias do interior. É também importante salientar, o aumento da percentagem de pensionistas e a diferença salarial entre homens e mulheres, apesar de a população feminina deter uma escolaridade média mais elevada.

As ciências e as tecnologias são duas **áreas estratégicas** bastante fortes no concelho de Oeiras e posicionam-se como áreas chave no contexto da estratégia Oeiras Valley. Os vários parques empresariais e de ciência e de tecnologia e as várias instituições de investigação e desenvolvimento localizados no concelho constituem-se, por isso, como um ponto forte.

A **oferta educativa e formativa** de Oeiras inclui todos os ciclos de ensino, desde a primeira infância, (apesar de insuficiente), até ao ensino superior, e ainda algumas escolas profissionais, cujo leque de cursos disponíveis é, genericamente, concordante com a estratégia Oeiras Valley. Já o mesmo não se pode afirmar da oferta de ensino profissional da rede pública que, além de pouco dinamizada pelas escolas e pouco procurada pela população, não se encontra articulada com as necessidades do tecido empresarial do concelho, nem com a estratégia Oeiras Valley, nem com o objetivo de diluir as assimetrias internas do concelho, tal como inscrito na secção da Identidade. Acrescenta-se como ponto fraco a incipiente diversificação das atividades de enriquecimento curricular, que apesar do percurso positivo já efetuado, ainda pode ser melhorada. Para finalizar a referência aos pontos fracos, os atores educativos locais identificaram uma excessiva concentração das escolas secundárias em cursos da área de ciências e tecnologia, com reduzida oferta nas outras áreas de formação, e a existência de poucas alternativas educativas e de respostas consistentes no contexto da educação inclusiva. A equipa identificou, ainda, a limitada articulação entre as iniciativas educativas da Câmara Municipal de Oeiras e unidades orgânicas e os programas/iniciativas na área da cultura.

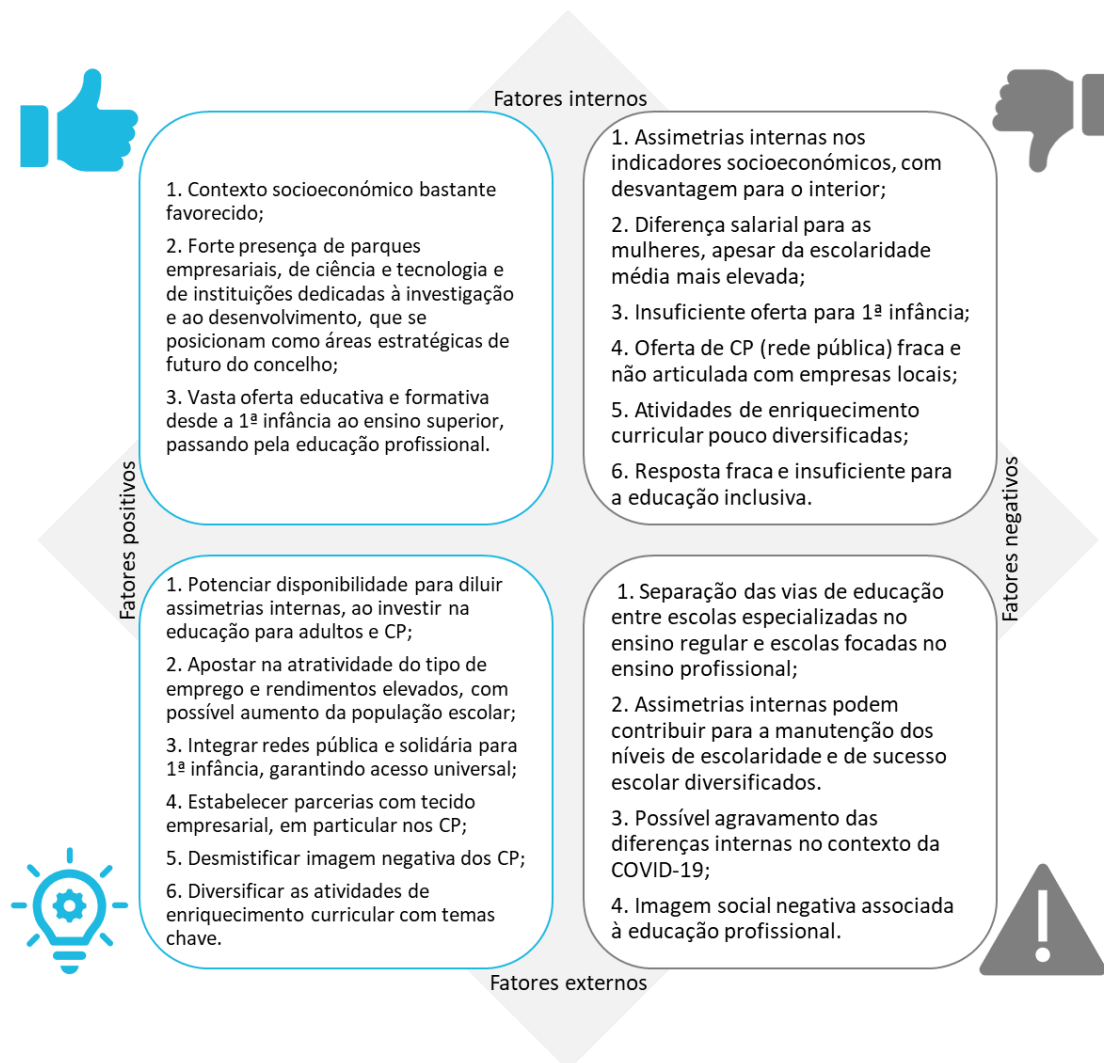
Como ameaças destacam-se a separação de vias de educação entre escolas especializadas em cursos científico-humanísticos *versus* cursos profissionais (apesar de a oferta ser bastante reduzida quando se considera apenas a oferta pública). As assimetrias internas identificadas podem contribuir para a manutenção dos níveis de escolaridade e de sucesso escolar diferenciados, sendo

necessário considerar o seu possível agravamento decorrente do provável impacto da pandemia COVID-19 sobre as taxas de desemprego, de inatividade e sobre a percentagem de população que beneficia de apoios sociais. A imagem social negativa dos cursos de educação profissional por parte de profissionais escolares, de alunos e de famílias ameaça o sucesso da estratégia de investimento no ensino profissional e da aproximação ao tecido empresarial.

Neste ponto, tendo em conta o exposto, elencam-se as seguintes oportunidades:

- Potenciar a disponibilidade da Câmara Municipal de Oeiras para diminuir as assimetrias internas através do investimento em educação para adultos e no ensino profissional;
- Apostar na atratividade do concelho em termos de oportunidades profissionais e de rendimentos elevados no contexto nacional, com possíveis consequências no aumento do número de estudantes;
- Integrar as redes pública e solidária de oferta para primeira infância, de forma a garantir a universalidade deste serviço a todos os residentes do concelho;
- Estabelecer programas de parcerias com o tecido empresarial, em particular para os cursos de ensino profissional e futura integração profissional;
- Implementar uma estratégia de conversão da imagem negativa associada ao ensino profissional;
- Diversificar os programas de atividades de enriquecimento curricular incluindo o trabalho sobre temas como ambiente, cidadania, cultura, artes e desporto (apoio ao desenvolvimento do currículo);

Figura 4. Análise SWOT sobre contexto socioeconómico, áreas estratégicas e oferta educativa e formativa do concelho de Oeiras



C: POPULAÇÃO E SUCESSO ESCOLAR E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

O último ponto resume as características do concelho e as perceções dos atores no que respeita à população escolar (alunos, docentes e não docentes) do concelho de Oeiras e, na sequência, as estratégias de promoção do sucesso escolar a manter, expandir ou a implementar no futuro.

Acerca da **população escolar**, o concelho apresenta uma tendência para o aumento do número de alunos devido ao incremento da natalidade e fecundidade e da procura de população de outros concelhos e população estrangeira. A **população discente** é caracterizada por indicadores socioeconómicos elevados, porém, em consonância com as outras dimensões, são de assinalar as significativas assimetrias internas no concelho, destacando-se duas unidades orgânicas (Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela), com

indicadores socioeconómicos inferiores ou mesmo bastante inferiores, no caso da segunda. De realçar, também, que o rácio médio do número de alunos por docente é inferior, em termos comparativos, no concelho apesar de aumentar com a progressão por ciclo/nível de ensino. O corpo **docente** é maioritariamente caracterizado como estável e detentor de uma carreira consolidada, embora seja de sublinhar a considerável mobilidade registada nos últimos cinco anos, bastante concentrada nas duas unidades orgânicas com piores indicadores socioeconómicos. O concelho apresenta, como outros pontos fracos, uma população docente envelhecida, em particular entre educadores do pré-escolar e docentes do 3º ciclo de escolaridade do ensino básico e do ensino secundário, culturas profissionais resistentes a contextos de mudança e, ainda, dificuldades na articulação das estratégias pedagógicas entre ciclos/níveis de ensino. Em relação à **população não discente**, em toda a rede pública estão cumpridos os rácios de assistentes operacionais por via da ação da Câmara Municipal, após a transferência de competências, apesar de ainda se registarem, de acordo com alguns diretores de unidades orgânicas entrevistados, alguns atrasos nos processos de substituição na sequência de licenças, reformas ou baixas médicas, o que afeta particularmente os níveis do pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico⁴. Consideram-se insuficientes os profissionais técnicos especializados ao serviço das escolas do concelho⁵.

No que concerne ao **sucesso escolar**, verifica-se que Oeiras obtém de forma constante médias de resultados elevadas nas provas de exame nacionais, apesar de apresentar uma tendência de perda de vantagem competitiva face à média nacional no 9º ano do Ensino Básico, e taxas de percursos diretos de sucesso igualmente elevadas em comparação com o cenário nacional e com tendência para aumentar. Também para estes indicadores se distinguem diferenças internas, acumulando as unidades orgânicas com indicadores socioeconómicos mais baixos e com maior percentagem de docentes contratados, indicadores de sucesso bastante inferiores, sobretudo, no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Realçam-se, ainda, como pontos fortes do concelho uma taxa praticamente nula de abandono escolar, uma taxa de mobilidade bastante reduzida, taxas de transição muito elevadas e uma redução progressiva das taxas de retenção nos últimos anos, com destaque para as unidades orgânicas que registam menor sucesso.

Relativamente às **estratégias para a promoção do sucesso escolar**, destacam-se como pontos positivos uma forte dinâmica pedagógica pelas unidades orgânicas e o envolvimento da Câmara Municipal de Oeiras na educação, com a dinamização de vários projetos. No entanto, a generalidade dos atores educativos classifica o número de projetos dinamizados como excessivo, com o prejuízo de não existir uma avaliação mais específica para cada um, que permita aferir as mais valias obtidas. Por último, referem ser necessário potenciar o interconhecimento e articulação das estratégias pedagógicas entre ciclos/níveis de ensino.

⁴ Rácio determinado pela Portaria n.º 272-A/2017 foi objeto de duas revisões - Portaria n.º 245-A/2020 - Diário da República n.º 202/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-16 e Portaria n.º 73-A/2021 - Diário da República n.º 62/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-30 – nas quais que se determinou o aumento de fatores de ponderação e consequente número de PND a dispor nas unidades orgânicas.

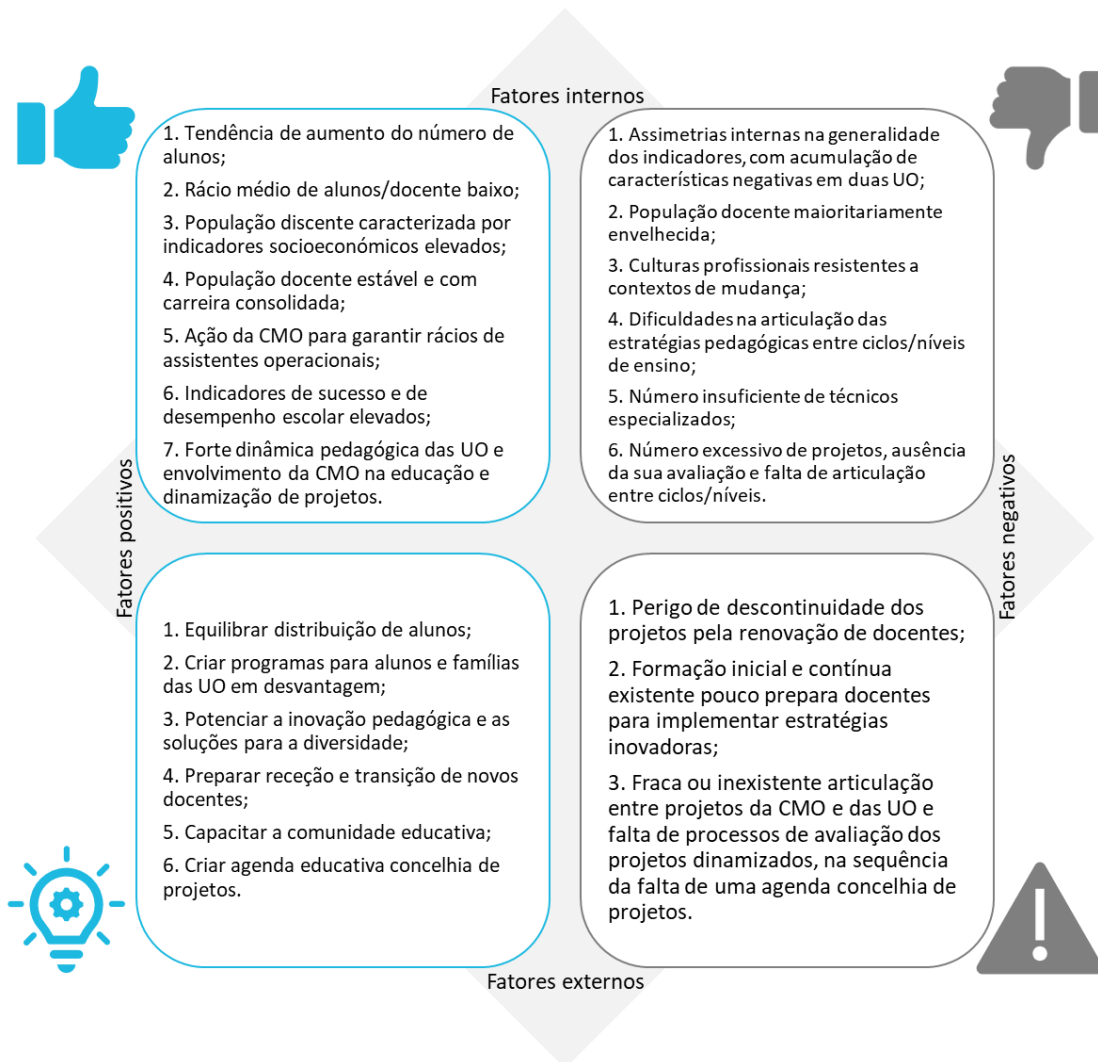
⁵ Estes profissionais não foram transferidos para o Município e a constituição de equipas multidisciplinares em todas as unidades orgânicas é um projeto em curso e financiado a 100% pelo Município.

Entre as principais ameaças, surge o perigo de saturação resultante da descontinuidade e desarticulação entre os projetos e estratégias educativas das escolas e do concelho. A inexistência de uma agenda concelhia pré-definida, para a implementação de projetos, resulta numa articulação deficiente entre os projetos dinamizados pela Câmara Municipal de Oeiras e os projetos em desenvolvimento nas unidades orgânicas, colidindo, bastantes vezes, com projetos nacionais, sujeitos a prazos específicos estabelecidos pela tutela. O cenário futuro de renovação de parte considerável do corpo docente (já envelhecido) levou a Câmara Municipal de Oeiras a criar algumas estratégias de acolhimento aos novos docentes no concelho como a oferta de habitação municipal. Essas estratégias devem ser mantidas, potenciadas e acompanhadas de planos internos de acolhimento a novos docentes, em cada unidade orgânica, que potencie a integração nos projetos educativos existentes, de modo a garantir a sustentabilidade dos mesmos. A formação inicial e contínua para docentes, disponíveis no mercado, parece não acompanhar os novos avanços nas várias áreas da educação, o que pode colocar barreiras à implementação de estratégias mais inovadoras no concelho.

Da perspetiva das oportunidades podem ser consideradas as seguintes:

- Promover a equidade entre unidades orgânicas e respetivas populações escolares através de: i) equilíbrio da distribuição dos alunos pelas várias unidades orgânicas, garantindo a sustentabilidade de todas dentro do previsto na legislação; ii) reflexão e potenciação dos programas articulados para trabalhar com bairros e famílias pertencentes às duas unidades orgânicas que estão em desvantagem, quanto aos indicadores socioeconómicos, organizacionais e de sucesso escolar;
- Potenciar a inovação pedagógica e a procura de soluções para lidar com a diversidade da população estudantil, decorrente do aumento da procura de alunos de nacionalidade estrangeira e de outros concelhos;
- Preparar a receção e a transição dos novos docentes que se avizinha num futuro a médio prazo, com o objetivo de garantir a continuidade dos projetos escolares e concelhios estruturantes e outros;
- Continuar a incentivar a formação contínua na área da pedagogia, didática e docência, no contexto das tecnologias da comunicação e da informação;
- Valorizar a imagem do concelho através dos indicadores de sucesso escolar das escolas públicas;
- Criar uma agenda educativa concelhia, a longo prazo, de projetos pedagógicos sobre temas pertinentes e necessidades emergentes, delineando um conjunto de objetivos e de procedimentos de avaliação comuns e procedimentos de comunicação entre as unidades orgânicas e Câmara Municipal de Oeiras, potenciando a iniciativa social para dinamização de projetos;
- Montar um plano de comunicação robusto das ações municipais;
- Continuar a oferecer oportunidades a quem aceita trabalhar como docente nas escolas de Oeiras (cf. bolsas de estudo, habitações, *etc.*);
- Estabelecer protocolos de colaboração com Instituições de Ensino Superior (IES) que conduzam à recriação dos currículos.

Figura 5. Análise SWOT sobre a população e sucesso escolar e a promoção do sucesso escolar do concelho de Oeiras



CAPÍTULO I – CARTA EDUCATIVA

CENÁRIO PARA REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR PÚBLICA

O cenário que se apresenta como o ideal para a reorganização do parque escolar da rede pública resulta da reflexão sobre os resultados obtidos a partir do estudo de diagnóstico, geral e educativo, elaborado para a redação da nova Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras pela equipa de investigadores do CIES-iscte coordenada pelo Professor Doutor Luís Capucha e pelo Professor Doutor João Sebastião; da constante reflexão acerca da visão, missão e princípios orientadores considerados como cruciais para a orientação dos atores locais para os próximos 10 anos, e, ainda, das propostas de cenários que a mesma equipa de investigação propôs tendo em conta as projeções sociodemográficas calculadas para as várias freguesias do concelho de Oeiras (Capítulo 2 do Volume I), as taxas de ocupação atual e prevista dos edifícios de pré-escolar e de 1º ciclo (Capítulos 5 e 6 do Volume II), os planos de habitação, de mobilidade interna e de desenvolvimento estratégico em elaboração ou em implementação pela Câmara Municipal de Oeiras, as diferentes valências e o conjunto de equipamentos que respondem às diferentes valências, e a visão projetada para a educação no concelho de Oeiras, recolhida junto dos vários atores locais.

Cenário para reorganização do parque escolar da rede pública

Esta solução passa por 8 unidades orgânicas, com a devida construção e/ou requalificação de algum edificado, a desativação de alguns estabelecimentos escolares e a reorganização de algumas unidades orgânicas, a considerar:

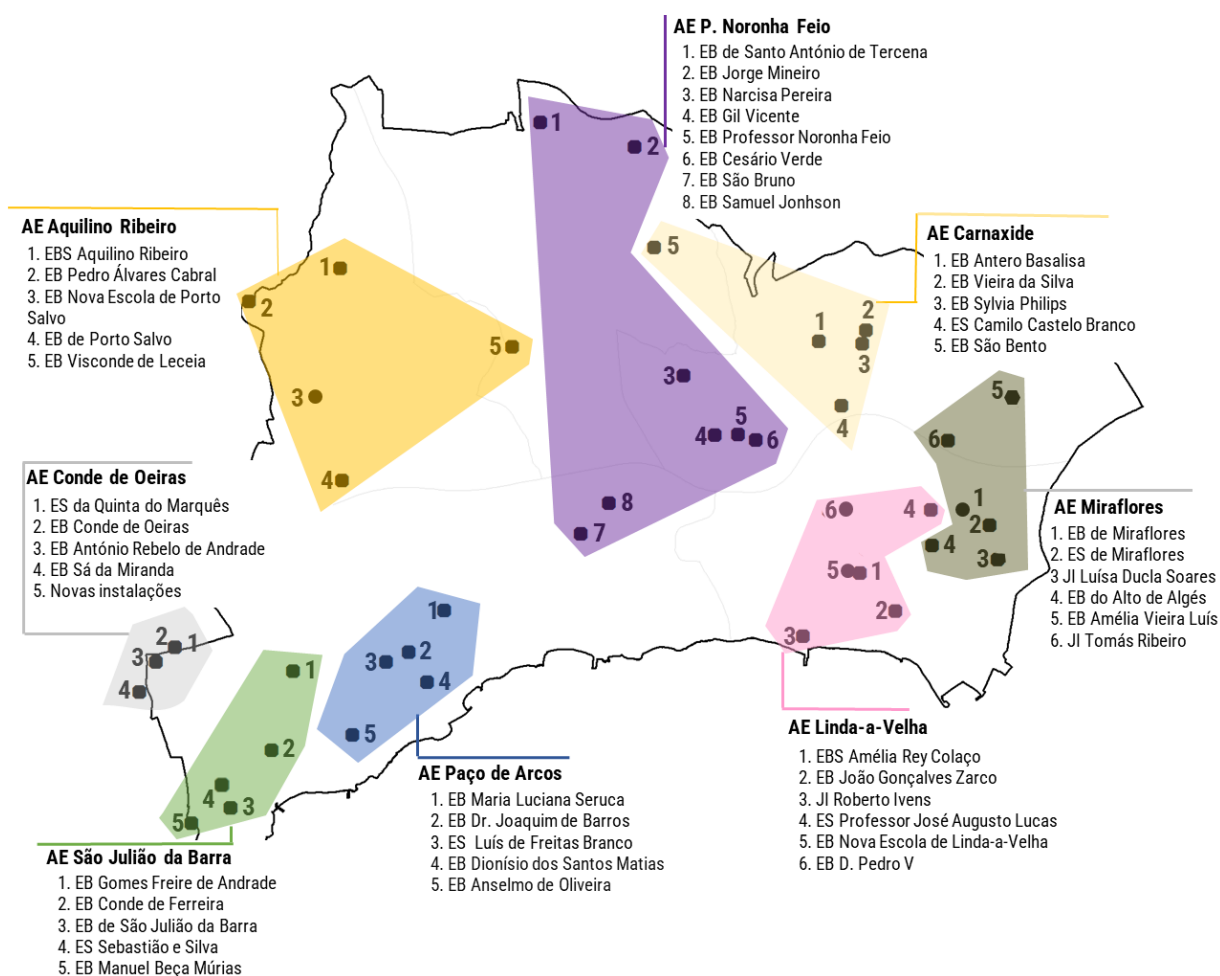
1. Agregação do AE Conde de Oeiras com a ES Quinta do Marquês, após a finalização das obras da Parque Escolar no último estabelecimento de ensino, previsto para 2024-2025;
2. Constituição de um novo AE Professor Noronha Feio, após a realização de uma obra de requalificação que aumentará a área do edificado, passando a mesma a oferecer a valência de ensino secundário. A constituição deste novo Agrupamento de Escolas, permitirá dar resposta de ensino secundário aos alunos residentes em Queijas e Barcarena, previsto para 2029;
3. Extinção do AE de São Bruno, com passagem dos alunos e respetivos edifícios escolares, da EB Samuel Johnson e EB São Bruno, para o novo AE Professor Noronha Feio, previsto para 2029-2030.

A integração da EB Visconde de Leceia no AE Aquilino Ribeiro, é justificada dado o enquadramento e proximidade geográficos, bem como a facilidade de acesso, prevista para 2029;

4. Requalificação da EB de Miraflores, com o aumento da área do edificado, previsto para 2030;
5. Extinção do AE Carnaxide-Portela, com passagem dos estabelecimentos escolares, JI Tomás Ribeiro e EB Amélia Vieira Luís, e respetivos alunos para o AE de Miraflores, previsto para

2030. A atual escola sede, EB Sophia de Mello Breyner, após uma requalificação integral, será transformada num polo de Ensino Profissional de referência, no concelho. Os alunos que frequentem a EB Sophia de Mello Breyner no momento da sua desativação, serão direcionados, de acordo com a sua área de residência e/ou área de influência, para a ES Miraflores ou ES Camilo Castelo Branco;
6. Desativação do JI José Martins e da EB Armando Guerreiro, do AE de Santa Catarina, e do JI Nossa Senhora do Vale, do AE de São Bruno. O espaço ocupado pelo atual JI José Martins será devolvido à comunidade, como espaço de jardim municipal; a EB Armando Guerreiro acolherá um projeto que agregue um Centro de Arte e Ciência ou uma Escola Artística, a desenvolver em parceria com um agente cultural do concelho ou uma IPSS; por fim, o atual JI Nossa Senhora do Vale será entregue a uma IPSS e transformado numa creche, dada a necessidade do aumento de resposta do território, nesta valência. Após a desativação do JI José Martins e da EB Armando Guerreiro, as crianças e alunos que, à data, os frequentem serão integrados na EB (com JI) Nova Escola de Linda-a-Velha, prevista para 2027. As crianças que estejam a frequentar o JI Nossa Senhora do Vale, com a reconversão da EB Samuel Johnson para JI, passarão a frequentar esta unidade orgânica escolar, prevista para 2030;
 7. Construção de EB Nova Escola de Linda-a-Velha, no AE de Linda-a-Velha (prevista para 2027), e da EB Nova Escola em Porto Salvo, no AE Aquilino Ribeiro (prevista para 2028). Neste último, dada qualidade do trabalho desenvolvido; a melhoria progressiva dos índices de sucesso escolar e do crescente número de alunos, nos últimos anos letivos, prepara-se a saída da lista dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIPE);
 8. Eliminação da EB de Talaíde da constituição do AE Aquilino Ribeiro, dado ser uma escola que integra a rede escolar do concelho de Cascais, exigindo à direção do AE Aquilino Ribeiro uma gestão bipartida com dois Municípios distintos, Oeiras e Cascais (prevista para 2030).

Figura 6. Mapa do Cenário proposto



Nas tabelas seguintes expõem-se a distribuição dos estabelecimentos escolares, das novas tipologias e dos grupos/salas e utentes/alunos previstos por cada ciclo/nível de ensino pelas oito unidades orgânicas do cenário a atingir.

Tabela 1. Unidades Orgânicas, Estabelecimentos escolares, Novas Tipologias e Grupos/Salas e Utentes/Alunos previstos

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Nova Tipologia	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ens. Secundário		Total	
			Grupos	Utentes	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Prof. Noronha Feio	EB Professor Noronha Feio ¹	EB2,3/S	-	-	-	-	16	400	24	600	21	525	61	1525
	EB Jorge Mineiro	EB1/JI	2	50	8	200	-	-	-	-	-	-	10	250
	EB Santo António de Tercena	EB1	-	-	7	175	-	-	-	-	-	-	7	175
	EB Cesário Verde	EB1/JI	3	75	5	125	-	-	-	-	-	-	8	200
	EB Gil Vicente	EB1	-	-	6	150	-	-	-	-	-	-	6	150
	EB Narcisa Pereira	EB1/JI	2	50	8	200	-	-	-	-	-	-	10	250
	EB de São Bruno	EB1,2,3	-	-	8	200	4	100	6	150	-	-	18	450
	EB Samuel Johnson	JII	4	100	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100
TOTAL			11	275	42	1050	20	500	30	750	21	525	124	3100
Carnaxide	ES Camilo Castelo Branco ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	24	600	21	525	45	1125
	EB Vieira da Silva	EB1,2	-	-	14	350	16	400	-	-	-	-	30	750
	EB Sylvia Philips	EB1	-	-	10	25	-	-	-	-	-	-	10	250
	EB Antero Basalisa	JII	8	200	-	-	-	-	-	-	-	-	8	200
	EB São Bento	EB1/JI	2	50	4	100	-	-	-	-	-	-	6	150
	TOTAL			10	250	28	700	16	400	24	600	21	525	99
Linda-a-Velha	ES Professor José Augusto Lucas ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	12	300	27	675	39	975
	EBS Amélia Rey Colaço	EB2,3	-	-	-	-	16	400	12	300	-	-	28	700
	EB Nova Escola de Linda-a-Velha	EB1/JI	4	100	12	300	-	-	-	-	-	-	16	400
	JII Roberto Ivens	JII	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50
	EB D. Pedro V	EB1	-	-	8	200	-	-	-	-	-	-	8	200
	EB João Gonçalves Zarco	EB1/JI	3	75	8	200	-	-	-	-	-	-	11	275
	TOTAL			9	225	28	700	16	400	24	600	27	675	104

Notas: ¹Escola Sede.

Tabela 2. Unidades Orgânicas, Estabelecimentos escolares, Novas Tipologias e Grupos/Salas e Utentes/Alunos previstos (cont.)

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Nova Tipologia	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ens. Secundário		Total	
			Grupos	Utentes	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Miraflores	ES de Miraflores ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	24	600	24	600	48	1200
	EB de Miraflores	EB1,2	-	-	8	200	16	400	-	-	-	-	24	600
	EB do Alto de Algés	EB1/JI	4	100	16	400	-	-	-	-	-	-	20	500
	JI Luísa Ducla Soares	JI	4	100	-	-	-	-	-	-	-	-	40	100
	EB Amélia Vieira Luís	EB1/JI	2	50	8	200	-	-	-	-	-	-	10	250
	JI Tomás Ribeiro	JI	4	100	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100
	TOTAL			14	350	32	800	16	400	24	600	24	600	110
Paço de Arcos	ES Luís de Freitas Branco ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	27	675	42	1050	69	1725
	EB Dr. Joaquim de Barros	EB1,2	-	-	9	225	16	400	-	-	-	-	25	625
	EB Dionísio dos Santos Matias	EB1	-	-	7	175	-	-	-	-	-	-	7	175
	EB Anselmo de Oliveira	EB1/JI	2	50	5	125	-	-	-	-	-	-	7	175
	EB Maria Luciana Seruca	EB1/JI	3	75	4	100	-	-	-	-	-	-	7	175
	TOTAL			5	125	25	625	16	400	27	675	42	1050	115
São Julião da Barra	ES Sebastião e Silva ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	27	675	36	900	63	1575
	EB de São Julião da Barra	EB1,2	-	-	4	100	18	450	-	-	-	-	22	550
	EB Conde de Ferreira	EB1	-	-	8	200	-	-	-	-	-	-	8	200
	EB Gomes Freire de Andrade	EB1/JI	4	100	16	400	-	-	-	-	-	-	20	500
	EB Manuel Beça Múrias	EB1/JI	3	75	8	200	-	-	-	-	-	-	11	275
	TOTAL			7	275	36	900	18	450	27	675	36	900	124

Notas: ¹Escola Sede.

Tabela 3. Unidades Orgânicas, Estabelecimentos escolares, Novas Tipologias e Grupos/Salas e Utentes/Alunos previstos (Cont.)

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Nova Tipologia	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ens. Secundário		Total	
			Grupos	Utentes	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Cond e de Oeiras	ES Quinta do Marquês ¹	ES/3	-	-	-	-	-	-	18	450	24	600	42	1050
	EB Conde de Oeiras	EB2,3	-	-	-	-	16	400	12	300	-	-	28	700
	EB António Rebelo de Andrade	EB1/JI	2	50	9	225	-	-	-	-	-	-	11	275
	EB Sá da Miranda	EB1/JI	3	75	8	200	-	-	-	-	-	-	11	275
	Novas instalações a equacionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL			5	125	17	425	16	400	30	750	24	600	92
Aquilino Ribeiro	EBS Aquilino Ribeiro ¹	EB2,3/S	-	-	-	-	12	300	18	450	9	255	39	975
	EB Porto Salvo	EB1/JI	4	100	16	400	-	-	-	-	-	-	20	500
	EB Pedro Álvares Cabral	EB1/JI	4	100	8	200	-	-	-	-	-	-	12	300
	EB Nova Escola de Porto Salvo	EB1/JI	3	75	8	200	-	-	-	-	-	-	11	275
	EB Visconde de Leceia	EB1	-	-	4	100	-	-	-	-	-	-	4	100
	TOTAL			11	275	36	900	12	300	18	450	9	255	86

Notas: ¹Escola Sede.

PLANO ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO ESCOLAR

Tabela 4: Diagnóstico e Plano de Ação para União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias

Diagnóstico Abreviado	Tipo de Intervenção	Conclusão Obra
<p>Inexistência de terrenos com dimensão e localização adequadas para novos estabelecimentos.</p> <p>Insuficiente cobertura de pré-escolar.</p>	<p>- Possibilidade de integração do 1º ciclo na EB de São Julião da Barra.</p> <p>- Identificação e adaptação de edifício, localizado na área de influência do AE Conde de Oeiras, para aumento de capacidade do PE e/ou do 1º Ciclo (eventual utilização das instalações do INIAV, após conclusão das obras de requalificação da EB António Rebelo de Andrade)¹.</p>	-
<p>Escola Básica Conde de Ferreira (1º CEB)</p> <p>- Requalificação em 2009 – remodelação de cozinha e refeitório, disponibilizada mais uma sala de aula, ampliação de ginásio e criação de biblioteca escolar e arranjos exteriores.</p> <p>- Beneficiação em 2019 – reposição de materiais degradados, preservação e valorização do edifício e do espaço exterior; criação de minicampo de jogos, pista de velocidade e novas zonas lúdicas.</p>	<p>- Manutenção do edificado e dos equipamentos</p>	-
<p>Escola Básica Gomes Freire de Andrade (PE, 1º CEB)</p> <p>- Reconstrução, incluindo nova tipologia em 2012 - criação de mais 4 salas de 1º ciclo e 4 novas salas de pré-escolar.</p> <p>- Novas instalações com uma série de novos espaços, como salas de expressão plástica, de música/multiusos, laboratórios para a iniciação à experimentação científica, informática, centro de recursos / biblioteca; salas de apoio; cozinha e refeitório em conformidade, espaços para a atividade física e desportiva; e espaços exteriores seguros e atrativos.</p>	<p>- Manutenção do edificado e dos equipamentos</p>	-
<p>Escola Básica Manuel Beça Múrias (PE, 1ºCEB)</p> <p>- Espaços exteriores degradados</p> <p>- Falta de espaços para atividade física e desportiva</p>	<p>- Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*.</p> <p>- Requalificação do campo polidesportivo (prevendo a sua cobertura) e a criação de um pórtico/portaria que visa conferir uma nova identidade à escola.</p>	2026
<p>Escola Básica de São Julião da Barra (2º e 3º CEB)</p> <p>- Reconhecidas necessidades de intervenção.</p> <p>- Espaços interiores e exteriores degradados.</p> <p>- Sem zonas de recreio definidas e sem espaços para atividade física e desportiva.</p> <p>- Pretende-se reconversão para EB com 1º e 2º ciclos</p>	<p>- Requalificação geral do pavilhão desportivo</p> <p>Reabilitação ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado entre o Município e o Ministério da Educação em junho de 2019.</p> <p>- Prevista a requalificação global do edifício e dos espaços exteriores*.</p> <p>- Criação de Galeria Central e de um Campo de Jogos</p>	2024
<p>Escola Secundária Sebastião e Silva (3º CEB e ES)</p>	<p>- Escola da titularidade da Parque Escolar, E.P.E.</p>	-

<p>Escola Básica Sá de Miranda (PE, 1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espaços exteriores pouco atrativos - Recreio do pré-escolar de área insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de instalações sanitárias para os alunos do 1º ciclo. - Beneficiação da cozinha. 	2023
	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação do espaço exterior- FASE II – ampliação do lote do jardim de infância, com recurso à afetação de área de espaço público, permitindo assim a revitalização das diferentes áreas lúdicas e a instalação de uma nova e maior área coberta; beneficiação do polidesportivo 	2024
<p>Escola Básica António Rebelo de Andrade (PE, 1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área de refeitório insuficiente e circulação deficiente - Sem espaços complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*. - Construção de um novo edifício com Sala de Multiusos, a criação de passagem coberta entre os edifícios e o bloco do pré-escolar, e a criação de um pórtico/portaria. 	2027
<p>Escola Básica Conde de Oeiras (2º e 3º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecidas necessidades de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação dos espaços exteriores com instalação de equipamentos lúdicos e de estadia informal 	2024
<p>Escola Secundária Quinta do Marquês (3º CEB e ES)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escola da titularidade da Parque Escolar, E.P.E. - Execução da última fase da reabilitação da escola. 	2023
<p>Escola Básica Dionísio dos Santos Matias (1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de ginásio - Inexistência de campo exterior polidesportivo e parque infantil - Salas desadequadas e falta de espaços complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*. - Ampliação do edifício/corpo central com a criação de ginásio, biblioteca e espaços complementares. 	2025
<p>Escola Básica Anselmo de Oliveira (PE, 1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de ginásio - Inexistência de campo exterior polidesportivo e parque infantil 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*. - Ampliação do edifício com criação de ginásio e espaços complementares. 	2026
<p>Escola Básica Maria Luciana Seruca (PE, 1º CEB)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Beneficiação geral das instalações, com a renovação de materiais, de revestimento e equipamentos. 	2025
<p>Escola Básica Dr. Joaquim de Barros (1º e 2º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecidas necessidades de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral do pavilhão desportivo - Requalificação global das instalações mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação 	2023 2030
<p>Escola Secundária Luís de Freitas Branco (3º CEB, ES)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escola sob a titularidade da Parque Escolar, E.P.E. 	-
<p>Jardim de Infância Nossa Senhora do Vale (PE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lote escolar sem acessibilidade para veículos de emergência - Desativação (transferência das salas para a EB Samuel Johnson, com a reconversão desta em JI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do edificado e dos equipamentos 	-
<p>Escola Básica Samuel Johnson (1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconversão para JI, passando as turmas de 1ºCEB para a EB de São Bruno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral das instalações para adaptação ao pré-escolar, com renovação de materiais de revestimento e equipamentos. 	2030
<p>Escola Básica de São Bruno (1º, 2º e 3º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecidas necessidades de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação global das instalações mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação. 	Início de obra previsto até 2030

Notas:

¹ Durante o período de requalificação da EB António Rebelo de Andrade, a escola poderá vir a funcionar em instalações do INIAV localizadas na Estação Agronómica Nacional.

² Espaço de Jogo e Recreio.

* **Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores** – Contempla a reorganização, reformulação e valorização dos espaços existentes, tanto interiores como exteriores, com valências letivas e não letivas, por forma a garantir condições essenciais às práticas pedagógicas, estimulando o trabalho colaborativo, com espaços multifuncionais, acessíveis e seguros, oferecendo novas funcionalidades.

Tabela 5: Diagnóstico e Plano de Ação para União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo

Diagnóstico Abreviado	Tipo de Intervenção	Conclusão Obra
<p>- Uma escola a funcionar sem refeitório (EB Armando Guerreiro)</p> <p>- Duas escolas a funcionar sem espaços complementares, sem potencial de ampliação e sem áreas regulamentares (EB Armando Guerreiro e JI José Martins).</p>	<p>Construção do NOVO Centro Escolar de Linda-a-Velha no lote onde se encontra implantada a Escola Secundária Amélia Rey Colaço, no Alto de Santa Catarina;</p> <p>Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância - 12 turmas 1º Ciclo, 4 Salas Pré-Escolar e núcleo de educação inclusiva.</p> <p>Esta solução permitirá diminuir a procura da EB1/JI Alto de Algés, por parte dos alunos da freguesia de Linda-a-Velha e a ocupação excessiva da EB1 D. Pedro V.</p> <p>Considerar a desativação das escolas: EB Armando Guerreiro (6 Salas de Aula) JI José Martins (3 Salas de Atividades)</p> <p>Ampliação da EB de Miraflores para aumento da capacidade de 1º CEB.</p>	2027
<p>Escola Básica do Alto de Algés (PE e 1º CEB)</p> <p>- Ausência de equipamentos de jogo e lazer nos espaços de recreio do 1º CEB</p>	<p>- Instalação de EJR para o 1º Ciclo</p>	2024
<p>Jardim de Infância Luísa Ducla Soares (PE)</p>	<p>- Manutenção do edificado e dos equipamentos</p>	-
<p>Escola Básica de Miraflores (1º e 2º CEB)</p> <p>- Reconhecidas necessidades de intervenção</p>	<p>- Intervenções de melhoria e manutenção dos espaços</p> <p>- Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação</p> <p>Ampliação da área edificada para aumentar a resposta no 1.º CEB e criar novas dinâmicas de escola.</p>	2030
<p>Escola Secundária de Miraflores (3º CEB, ES)</p> <p>- Reconhecidas necessidades de intervenção</p>	<p>- Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação</p>	Início de obra previsto até 2030
<p>Escola Básica Armando Guerreiro (1º CEB)</p> <p>- Sem potencial de ampliação (área exterior exígua); sem cozinha e sem refeitório; sem áreas de recreio exterior</p>	<p>- Criação de sala de refeições e copa</p>	2023

<p>regulamentares; sem campo de jogos; sem espaços complementares para além das salas de aula.</p> <p>- Desativação após construção do novo Centro Escolar de Linda-a-Velha</p>		
<p>Jardim de Infância José Martins (PE)</p> <p>- Único que funciona em pavilhões pré-fabricados construídos em 2000.</p> <p>- A sua localização, no interior do quarteirão, é deficitária de um adequado enquadramento urbanístico. Uma eventual ampliação, ao nível da implantação ou da sua volumetria, constituir-se-ia num agravamento da situação existente tendo em consideração a relação de proximidade com o edificado envolvente.</p> <p>- Cozinha sem confeção local e sem condições de higiene e salubridade.</p> <p>- Recebe também os alunos da EB Armando Guerreiro num refeitório com 55,34 m2.</p> <p>- Desativação após construção do novo Centro Escolar de Linda-a-Velha</p>	<p>- Beneficiação da copa e refeitório, criando melhores condições de salubridade.</p>	2023
<p>Escola Básica D. Pedro V (1º CEB)</p> <p>- Escola requalificada e ampliada em 2010 com a criação de 1 ginásio e 2 salas multiusos.</p> <p>- A requalificação pressupunha a criação de 2 espaços complementares às 8 salas de aula, mas face à procura existente a escola continua a albergar 10 turmas.</p> <p>UEE funciona num gabinete com 16 m2 sem condições.</p>	<p>- Manutenção do edificado e dos equipamentos</p>	-
<p>Jardim de Infância Roberto Ivens (PE)</p> <p>- Com apenas duas salas</p> <p>- Eventual ampliação</p>	<p>- Beneficiação geral das instalações, com a renovação de materiais de revestimento, de equipamentos, e eventual ampliação</p>	2026
<p>Escola Básica João Gonçalves Zarco (1º e 2º CEB)</p> <p>- Reconhecidas necessidades de intervenção</p> <p>- Recorrentes assentamentos dos solos</p> <p>- Espaços desportivos descaraterizados e degradados</p>	<p>- Requalificação do polidesportivo exterior</p>	2024
	<p>- Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação (pode, eventualmente, dispensar a formalização de acordo se o 2.º CEB for transferido para a ES Amélia Rey Colaço, ficando a EBJGZ a ter as valências de Pré-escolar e 1.º CEB).</p>	2028
<p>Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço (3º CEB, ES)</p> <p>- Reconhecidas necessidades de intervenção</p>	<p>- Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação</p>	Início de obra previsto até 2030

<p>Escola Secundária Professor José Augusto Lucas (3º CEB, ES)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecidas necessidades de intervenção - Modelo arquitetónico datado, com reconhecidas limitações funcionais, ao não contemplar valências consideradas indispensáveis ao modelo de organização da escola atual. Tornado obsoleto também pela degradação decorrente do uso e ausência de manutenção regular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado entre o Município e o Ministério da Educação em junho de 2019. - Prevista a requalificação global do edifício e dos espaços exteriores*. - Criação de espaços de trabalho e sociais para alunos e professores. - Relocalização dos laboratórios. - Ampliação do pavilhão desportivo. 	<p>2026</p>
--	--	-------------

Notas:

* **Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores** – Contempla a reorganização, reformulação e valorização dos espaços existentes, tanto interiores como exteriores, com valências letivas e não letivas, por forma a garantir condições essenciais às práticas pedagógicas, estimulando o trabalho colaborativo, com espaços multifuncionais, acessíveis e seguros, oferecendo novas funcionalidades.

Tabela 6: Diagnóstico e Plano de Ação para União de Freguesias de Carnaxide e Queijas

Diagnóstico Abreviado	Tipo de Intervenção	Conclusão Obra
<ul style="list-style-type: none"> - Duas escolas sem ginásio e sem espaços complementares (EB Sylvania Philips e EB Antero Basalisa). - Uma escola com condições muito deficitárias (EB Sophia de Mello Breyner). - Insuficiente oferta de 1.º Ciclo e de Pré-escolar. - Grande dispersão do AE Linda-a-Velha/Queijas, associada à pouca capacidade do 3.º CEB e da inexistência de Secundário em Queijas, obriga alunos desta localidade a deslocarem-se para Linda-a-Velha ou para outras zonas do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de acolher mais turmas do 1º ciclo na EB Vieira da Silva (ampliação das instalações). - Possibilidade de a EB Antero Basalisa ter apenas a valência de pré-escolar - Ampliação da EB Prof. Noronha Feio para oferta de ensino secundário e aumento da capacidade do 3.º Ciclo. 	<p>-</p>
<p>Escola Básica Antero Basalisa (PE, 1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de sala polivalente e ginásio - Falta de espaços complementares - 2 turmas de 1º ciclo a funcionar num bloco pré-fabricado 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação de interiores do edifício do Plano dos Centenários para utilização exclusiva do pré-escolar - Criação de sala polivalente, requalificação da cozinha 	<p>2028</p>
<p>Escola Básica Sylvania Philips (1º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de ginásio - Inexistência de parque infantil - Falta de espaços complementares - Inexistência de cozinha e o refeitório tem dimensões reduzidas 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*. - Ampliação das instalações com criação de ginásio, ampliação do espaço de cozinha e refeitório, aumento do espaço de biblioteca, criação de espaço exterior coberto e ampliação da área útil de recreio para diversificação das áreas lúdicas e desportivas. 	<p>2027</p>
<p>Escola Básica Vieira da Silva (1º e 2º CEB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecidas necessidades de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação do pavilhão desportivo 	<p>2024</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação. 	<p>2028</p>

	-Aumento das instalações do 1º Ciclo (eventual construção de 2º piso).	
Escola Secundária Camilo Castelo Branco (3º CEB, ES)	- Escola sob a titularidade da Parque Escolar, E.P.E.	-
Escola Básica Sophia de Mello Breyner (2º e 3º CEB) - Reconhecidas necessidades de intervenção	- Pintura e tratamento de fachadas exteriores - Beneficiação da cozinha	2024
	- Readaptação a Escola de Ensino Profissional: i) obras de manutenção e requalificação dos espaços; ii) obras de adaptação dos espaços à nova tipologia de ensino	2030
Escola Básica Amélia Vieira Luís (PE, 1º CEB) - Edifício Plano dos Centenários degradado - Cozinha e refeitório apresentam inconformidades - Área de recreio de pré-escolar insuficiente	- Requalificação e renovação geral dos edifícios (Plano dos Centenários e edifício mais recente), por forma a garantir as condições essenciais às práticas pedagógicas. - Reconstrução da cozinha e do refeitório. - Ampliação do lote escolar, com recurso à afetação de área de espaço público, permitindo aumentar a área de recreio e a realocação da entrada da escola.	2027
Jardim de Infância Tomás Ribeiro (PE) - Beneficiação geral do edifício e espaço exterior em 2020 - reformulação dos vestiários das salas de atividades, substituição dos lavatórios nas casas de banho das crianças, pintura interior e reorganização da área do recreio com novas áreas lúdicas e de desporto	- Manutenção do edificado e dos equipamentos	-
Escola Básica Narcisa Pereira (PE, 1º CEB) - Requalificação integral em 2019 - remodelação de cozinha e refeitório, remodelação das instalações sanitárias, renovação de materiais de revestimento; requalificação do espaço exterior com novas áreas de jogo, recreio e desporto e criação de parque infantil	- Manutenção do edificado e dos equipamentos	-
Escola Básica Cesário Verde (PE, 1º CEB)	- Manutenção do edificado e dos equipamentos	-
Escola Básica Gil Vicente (1º CEB) - Inexistência de refeitório - Inexistência de parque infantil - Falta de espaços complementares	- Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores*. - Ampliação do edifício com a criação de refeitório, cozinha para confeção local, biblioteca e espaços complementares.	2024
Escola Básica Professor Noronha Feio (2º e 3º CEB) - Reconhecidas necessidades de intervenção - Espaços exteriores desprovidos de equipamentos lúdicos e de proteção atmosférica.	- Beneficiação de coberturas	2023
	- Beneficiação de espaços interiores (pinturas, reabilitação de pavimentos e carpintarias). - Requalificação dos espaços exteriores com instalação de equipamentos lúdicos e de estadia informal	2024
	- Requalificação global das instalações* mediante acordo a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação - Aumento do lote escolar para terreno contíguo e construção de novos edifícios para receber ensino secundário e aumentar capacidade para o 3.º Ciclo.	2029

Notas:

* **Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores** – Contempla a reorganização, reformulação e valorização dos espaços existentes, tanto interiores como exteriores, com valências letivas e não letivas, por forma a garantir condições essenciais às práticas pedagógicas, estimulando o trabalho colaborativo, com espaços multifuncionais, acessíveis e seguros, oferecendo novas funcionalidades.

Tabela 7: Diagnóstico e Plano de Ação para Junta de Freguesia de Barcarena

Diagnóstico Abreviado	Tipo de Intervenção	Conclusão Obra
- Na freguesia não existe oferta de 2º e 3º ciclo nem de secundário	A ampliação da EB Noronha Feio para oferta de ensino secundário e aumento da capacidade do 3.º Ciclo deverá melhorar a acessibilidade dos alunos de Barcarena a estes níveis de ensino, em particular os das escolas que atualmente integram o AE Linda-a-Velha/Queijas.	
Escola Básica Visconde de Leceia (1º CEB)	- Beneficiação do polidesportivo exterior	2023
- Espaços desportivos degradados.	- Beneficiação dos espaços interiores.	2025
Escola Básica São Bento (PE, 1º CEB)	- Beneficiação das instalações do 1º CEB.	2028
Escola Básica de Santo António de Tercena (1º CEB)	- Beneficiação geral das instalações, cobertura do campo de jogos, telheiro e passagem entre edifícios	2025
- Beneficiação dos espaços exteriores, instalações sanitárias, refeitório e cozinha em 2014		
- Renovação geral dos edifícios e do espaço exterior, e instalação de pavimento radiante, em 2019		
Escola Básica Jorge Mineiro (PE, 1º CEB)	- Beneficiação geral das instalações, com a renovação de materiais de revestimento e equipamentos.	2027
	- Cobertura do campo de jogos	

Tabela 8: Diagnóstico e Plano de Ação para Junta de Freguesia de Porto Salvo

Diagnóstico Abreviado	Tipo de Intervenção	Conclusão Obra
- Regista-se um excesso de procura da EB Porto Salvo, que funciona acima da sua lotação	NOVA Escola Básica (a construir no lote da antiga EB Custódia Marques)	2028
- Falta de salas de pré-escolar	Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância - 8 turmas 1º Ciclo, e 3 Salas de JI Contempla estacionamento coberto, aberto ao público	
Escola Básica de Porto Salvo (PE, 1º CEB)	- Manutenção do edificado e dos equipamentos	-
Escola Básica Pedro Álvares Cabral (PE, 1º CEB)	- Manutenção do edificado e dos equipamentos	-
	- Requalificação do pavilhão desportivo – Fase 1 (inclui a construção de novo corpo de balneários)	2024
Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro (2º e 3º CEB, ES)	- Reabilitação ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado entre o Município e o Ministério da Educação em junho de 2019.	2026
- Reconhecidas necessidades de intervenção	- Prevista a requalificação global do edifício e dos espaços exteriores*.	
Modelo arquitetónico datado, com reconhecidas limitações funcionais, ao não contemplar valências consideradas indispensáveis ao modelo de organização da escola atual, como espaços de ensino informal, e de estadia e recreio qualificados.	- Criação de espaço central entre os pavilhões	
	- Criação de Sala de Convívio dos Alunos	
	- Criação de Auditório	

	- Requalificação do pavilhão desportivo – Fase 2 (inclui a construção de ginásio, sala de aula e espaços de apoio) e criação de novo polidesportivo exterior	2027
--	--	------

Notas:

* **Requalificação geral do edifício e dos espaços exteriores** – Contempla a reorganização, reformulação e valorização dos espaços existentes, tanto interiores como exteriores, com valências letivas e não letivas, por forma a garantir condições essenciais às práticas pedagógicas, estimulando o trabalho colaborativo, com espaços multifuncionais, acessíveis e seguros, oferecendo novas funcionalidades.

As obras de requalificação do edificado escolar de Oeiras podem vir a ser alteradas considerando as modificações que se venham a realizar na sequência da reorganização do parque escolar da rede pública (conforme figura 6. Mapa do Cenário proposto).

CAPÍTULO II – PLANO EDUCATIVO MUNICIPAL

PRIORIDADES, EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O processo de definição de prioridades de intervenção sobre a educação no concelho de Oeiras, para os próximos 10 anos, teve como base os resultados das análises SWOT, anteriormente expostos, analisados em simultâneo com a visão, missão e princípios definidos pelo Município, num conjunto de várias reuniões entre os investigadores do CIES, que elaboraram os diagnósticos concelhio e educativo e os vários elementos do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Oeiras; e posteriormente debatidos e melhorados na sequência de uma série de grupos de trabalho temáticos em que participaram elementos do Departamento da Educação da Câmara Municipal de Oeiras, representantes das várias unidades orgânicas da rede pública, e outros elementos da comunidade concelhia (ver Anexo 1).

A POLÍTICA EDUCATIVA – OEIRAS EDUCA

A política educativa Oeiras EDUCA desenvolveu-se e cresceu dando uma maior expressão a todo o seu potencial, enquanto conceito e marca distintiva de Oeiras.

Oeiras EDUCA é hoje o pilar da política educativa municipal e nele assenta toda a comunicação da Educação em Oeiras.

Oeiras EDUCA constitui-se como um elemento agregador de todos os recursos disponíveis ao serviço dos docentes, dos alunos e de toda a comunidade educativa de Oeiras.

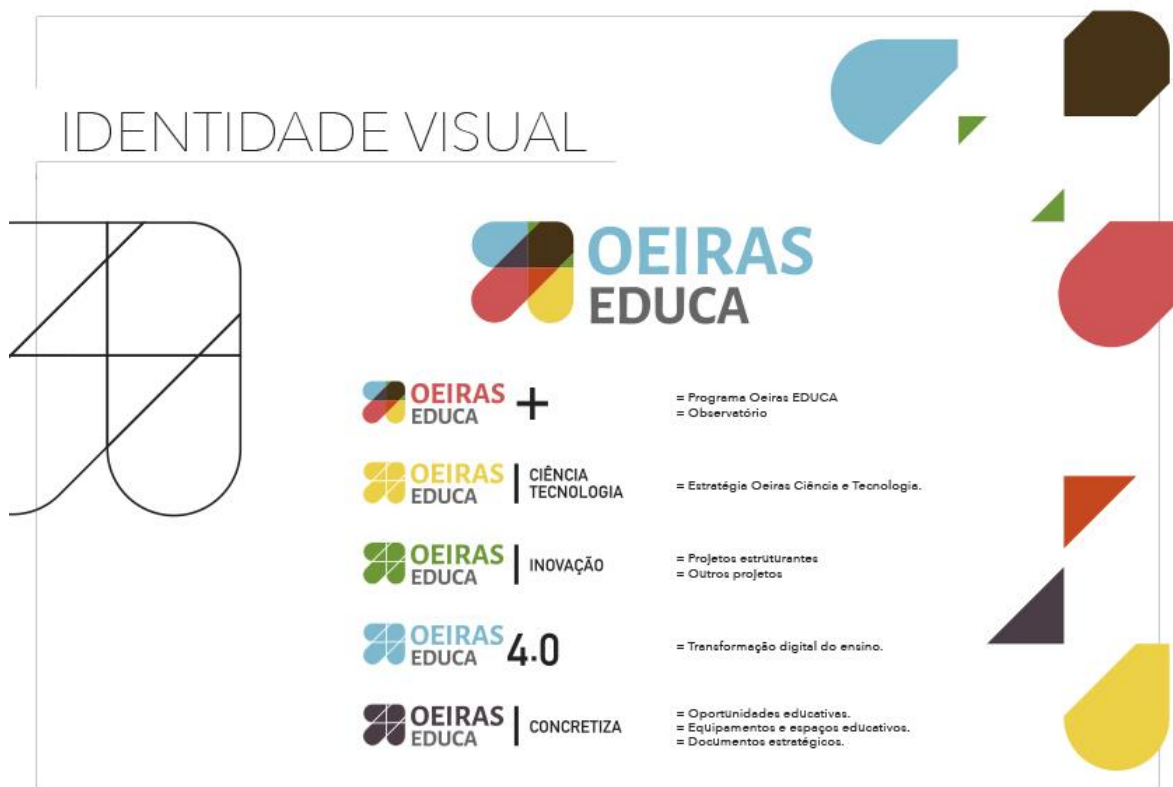
Oeiras EDUCA é a grande casa com espaço para tudo o que diz respeito à Educação em Oeiras.

Educação é Oeiras EDUCA

Após a sequência de debates e o trabalho contínuo de reflexão entre investigadores, equipa da Câmara Municipal e comunidade escolar alargada, constituíram-se os objetivos estratégicos organizados pelas diversas dimensões de cada um dos cinco eixos que enquadram a política educativa do concelho – OEIRAS EDUCA:

1) *Oeiras Educa+*; 2) *Oeiras Educa Ciência e Tecnologia*, 3) *Oeiras Educa Inovação*; 4) *Oeiras Educa 4.0*; 5) *Oeiras Educa Concretiza* (figura 6).

Figura 7. Oeiras Educa: políticas educativas municipais



Fonte: Câmara Municipal de Oeiras

A tabela 9 apresenta a organização do plano estratégico enquadrado na Política Educativa do Município de Oeiras – OEIRAS EDUCA.

Tabela 9. Identidade, Eixos e Dimensões do Plano Educativo de Oeiras

	Eixos	Descrição	Dimensões
IDENTIDADE: OEIRAS EDUCA	<i>Oeiras Educa +</i>	O compromisso da Autarquia com a melhoria permanente	Oeiras Educa+
			Observatório Oeiras Educa+
	<i>Oeiras Educa Ciência e Tecnologia</i>	A motivação dos alunos para a ciência e a inovação	Interesse e apropriação da ciência
			Literacia científica e racionalidade
			Atividade científica e de inovação
	<i>Oeiras Educa Inovação</i>	A garantia de promoção do sucesso integral, da inclusão, e de respostas diversificadas e de qualidade a todos os alunos	Projetos estruturantes
			Inclusão e educação especial
			Ensino profissional
			Ensino artístico
			Desporto
	<i>Oeiras Educa 4.0</i>		Portal da Educação
			Conteúdos pedagógicos digitais

		O incentivo à digitalização de docentes e alunos com acesso aos recursos necessários	Plano digitalização das escolas
			Suporte e formação
	Oeiras Educa <i>Concretiza</i>	As ações estratégicas, em contexto de delegação e transferência de competências, para a formação e capacitação, os serviços escolares, a rede de oferta para 1ª infância, a educação de adultos, o parque e da rede e oferta escolar, a distribuição da população escolar, o sucesso integral dos alunos e a gestão do pessoal não docente	Transferência de competências
			Formação e Capacitação
			Serviços escolares
			Gestão integrada das redes pública e solidária para a 1ª Infância
			Aprendizagem ao longo da vida
			Parque escolar/Rede e oferta Escolar
			População escolar
			Promoção do sucesso integral dos alunos
			Pessoal não docente

Na secção seguinte, apresentam-se os objetivos estratégicos e as respetivas ações a implementar entre 2020 e 2030, para cada uma das dimensões dos cinco eixos de intervenção. De notar que o primeiro objetivo estratégico, exposto na página seguinte, insere-se na Política Educativa OEIRAS EDUCA, sendo transversal a todos os eixos de intervenção.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Política Educativa - OEIRAS EDUCA

Dimensões	Objetivos estratégicos	Ações
OEIRAS EDUCA	A: Potenciar a estratégia integrada, a comunicação, a cooperação, o compromisso e a articulação entre a ação da Autarquia (CM e JF) e as UO para uma educação de excelência	A1: Definir as estratégias gerais de articulação multinível
		A2: Definir grupo de trabalho com representantes das UO, das JF e da CM (DE)
		A3: Definir papéis, responsabilidades e procedimentos da CM, das JF e das UO nas várias dimensões de organização e gestão escolar: i) Edificado, mobiliário e equipamentos; ii) Gestão e administração (recursos humanos, aquisição de bens e serviços, projetos e atividades, matrículas, contabilidade, etc.); iii) Gestão pedagógica e curricular
		A4: Elaborar e instituir procedimentos de comunicação entre CM, JF e UO
		A4) Construir um programa de apoio a projetos das escolas, definindo: i) o tipo de CALL para adesão a projetos de iniciativa municipal ou b) Apresentação de candidaturas das UO ao financiamento da CM; ii) formato base das CALL ⁶ ; iii) processo de comunicação entre CM e UO
		A5: Definir temas e termos específicos das primeiras CALL para projetos das escolas, tendo em conta as áreas de desenvolvimento estratégico do concelho e prioridades definidas, em conjunto, com as unidades orgânicas
		A6: Abrir as primeiras CALL para projetos das escolas
		A7: Avaliar, juntamente com as Unidades Orgânicas e os parceiros envolvidos, o funcionamento e os resultados das primeiras CALL para projetos das escolas, reajustar procedimentos e reiniciar processo
		A8: Promover a articulação entre as UO e a Rede Social para definição de intervenções de forma concertada nas diferentes valências
A9: Integrar a rede solidária e privada nas dinâmicas municipais de intervenção escolar		

Legenda: CM – Câmara Municipal; JF – Juntas de Freguesia; UO – Unidades Orgânicas (da rede pública); DE – Departamento de Educação.

⁶ Ver base para documentação das CALL no Anexo 2.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 1 – OEIRAS EDUCA +		
Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
OEIRAS EDUCA+	B: Melhorar a comunicação da CM junto das famílias dos alunos	B1: Divulgar o Portal Oeiras Educa+ junto das famílias dos alunos
	C: Potenciar o Programa Oeiras Educa+	C1: Avaliar as iniciativas do Programa Oeiras Educa+ de acordo com os objetivos estratégicos definidos
		C2: Permitir a todos os alunos de Oeiras a fruição e participação nas atividades disponibilizadas no Portal Oeiras Educa+
OBSERVATÓRIO OEIRAS EDUCA+	D: Usar os relatórios do Oeiras Educa+ como fonte de informação para futuras monitorizações da CE&PEM	C3: Integrar novas áreas temáticas no Programa Oeiras Educa+ (Ex: Desporto, TIC, Cidadania, etc.)
		D1: Avaliar o potencial da informação contida no Observatório Oeiras Educa+ para pensar o futuro do Programa Oeiras Educa+

Legenda: CM – Câmara Municipal; TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação; CE&PEM – Carta Educativa e Plano Educativo Municipal.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 2 – Oeiras Educa CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
INTERESSE E APROPRIAÇÃO DA CIÊNCIA	E: Estimular o interesse e a aproximação da população estudantil à ciência e à inovação	<p>E1: Criar sessões de trabalho e/ou de apresentação em áreas científicas diversas enquadradas nos programas curriculares potenciando as parcerias com entidades concelhias</p> <p>E2: Criar assembleias cidadãs nas escolas para promover o desenvolvimento de uma cidadania ativa</p> <p>E3: Desenvolver processos de capacitação dos docentes nas áreas da Ciência, do Ambiente e da Cidadania</p> <p>E4: Criar o evento Olimpíadas da Cidadania</p> <p>E5: Criar redes de partilha inter e intra escolas</p> <p>E6: Criar uma publicação municipal de artigos de comunicação de ciência</p> <p>E7: Criar o repositório do Programa Ciência Aberta a Oeiras</p> <p>E8: Promover uma articulação entre a estratégia Oeiras, Ciência e Tecnologia e o Oeiras Educa Ciência e Tecnologia</p>
LITERACIA CIENTÍFICA E RACIONALIDADE	F: Alargar os projetos em execução a todas a UO e a todos os ciclos/níveis de ensino	<p>F1: Promover nas escolas e nos alunos a vontade de elaborar guiões para o desenvolvimento do trabalho de campo, em torno dos projetos em execução</p> <p>F2: Manter parcerias e estreitar laços com os Institutos de Ciência do território</p>
ATIVIDADE CIENTÍFICA E DE INOVAÇÃO	G: Educar os alunos sobre a importância e a utilidade prática da atividade científica e de inovação	<p>G1: Criar projetos de atividade científica inovadora, através dos quais equipas de alunos prestam serviços à comunidade</p> <p>G2: Divulgar a atividade científica, através do desenvolvimento de ações disponibilizadas no Oeiras Educa+</p> <p>G3: Criar com os alunos plataformas de mapeamento do território para o desenvolvimento e incremento de projetos de Ciência</p> <p>G4: Promover e integrar a Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia na Rede de Cidades Educadoras</p> <p>G5: Criar novas redes de parceria, nacional e internacional, envolvendo centros de ciência, cientistas, professores e empresas</p>

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 3 – Oeiras Educa INOVAÇÃO (1)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
PROJETOS ESTRUTURANTES	H: Potenciar a melhoria constante dos projetos estruturantes em concordância com os objetivos estratégicos de CE&PEM	H1: Monitorizar os indicadores de sucesso dos projetos estruturantes e proceder a reformulações sempre que necessário
		H2: Promover encontros entre coordenadores das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Inclusão das Unidades Orgânicas, para partilha e reflexão sobre as práticas pedagógicas e analisar a pertinência de eventuais apoios por parte do MO
		H3: Desenvolver um novo modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular, assente numa metodologia de trabalho de projeto
	I: Promover o sucesso integral do aluno ao longo da escolaridade obrigatória	I1: Elaborar uma caracterização geral da população escolar do concelho para definir planos de atuação que vão ao encontro das reais necessidades do território educativo
		I2: Criar dinâmicas pedagógicas colaborativas com recurso a práticas inovadoras, no âmbito do Português Língua Não Materna
		I3: Definir uma estratégia de promoção do sucesso educativo dos alunos concertada entre o MO e as Unidades Orgânicas, que integre as famílias e os recursos sociais e locais
INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL	J: Garantir a frequência da escolaridade obrigatória e da empregabilidade dos alunos com medidas seletivas/adicionais	J1: Criar projetos e promover parcerias na comunidade que propiciem a conclusão da escolaridade obrigatória e a empregabilidade dos alunos NE
		J2: Criar procedimentos para uma redistribuição adequada de alunos NE pelas Unidades Orgânicas, tendo em conta os recursos disponíveis em cada uma delas, dentro do previsto na legislação
		J3: Promover parcerias na comunidade para a dinamização de formação ao longo da vida para alunos NE
		J4: Desenvolver o conceito de Escola Inclusiva, criando programas que integrem a ideia de Inteligência Emocional e as acessibilidades físicas
	K: Construir um Centro de Multiatividades para alunos com NE	K1: Pensar e estruturar a criação de um Centro de Multiatividades que acolha alunos com NE

Legenda: CE&PEM – Carta Educativa e Plano Educativo Municipal; EMAE-MO - Equipa Multidisciplinar de Apoio Educativo do Município de Oeiras; EMAI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva; NE – Necessidades específicas.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 3 – Oeiras Educa INOVAÇÃO (2)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
<p style="text-align: center;">ENSINO PROFISSIONAL</p>	<p>L: Promover a importância e desenvolver o Ensino Profissional no território educativo de Oeiras</p>	L1: Divulgar o Ensino Profissional no concelho como uma opção de qualidade e com futuro junto da comunidade (famílias, alunos, docentes, parceiros)
		L2: Auscultar empresas, escolas, alunos e famílias para realização do diagnóstico de necessidades relativamente à criação de oferta no Ensino Profissional
		L3: Criar parcerias com as entidades concelhias: i) para adaptar os programas curriculares das disciplinas técnicas dos cursos às necessidades de mercado; ii) para desenvolver cursos técnicos especializados; iii) para garantir um programa de estágios robusto
		L4: Constituir uma Rede de Oferta de Ensino Profissional concertada e alinhada com a estratégia Oeiras Valley e comprometida com o sucesso escolar – pública e privada
		L5: Incrementar o Ensino Profissional nas escolas do território educativo de Oeiras
		L6: Criar um grupo de acompanhamento na Câmara Municipal responsável pela gestão de recursos e apoios a prestar às escolas/alunos, e pela promoção de encontros regulares da Rede de oferta profissional, juntando/facilitando o acesso a entidades empregadoras e outras entidades relevantes
		L7: Organizar e promover encontros, conferências, seminários, <i>workshops</i> , <i>webinars</i> nos domínios transversais da Educação
<p style="text-align: center;">ENSINO ARTÍSTICO</p>	<p>M: Desenvolver a Literacia Artística</p>	M1: Promover o alargamento do projeto Oficina Coral ao Pré-Escolar e 2º Ciclo do Ensino Básico
		M2: Promover o Ensino Artístico através da implementação de projetos, desde o Pré-escolar ao Ensino Secundário
		M3: Estabelecer parcerias que alarguem a possibilidade aos alunos de experimentar diferentes áreas de formação artística
		M4: Criar uma Agenda Educação e Cultura que dê visibilidade ao trabalho realizados no âmbito do Ensino Artístico em Oeiras
		M5: Criar um polo de ensino artístico, com oferta nas várias áreas artísticas (música, teatro, dança, cinema, artes circenses, artes visuais, fotografia, etc.)
<p style="text-align: center;">DESPORTO</p>	<p>N: Promover nos alunos hábitos saudáveis</p>	N1: Criação do Observatório do Desporto e da atividade física
	<p>O: Desenvolver o ensino articulado de desporto no concelho</p>	<p>N2: Realização do evento "Jogos Escolares de Oeiras", articulado com as dinâmicas desportivas do concelho e os Jogos de Oeiras</p> <p>O1: Promover um trabalho de articulação entre o Desporto Escolar, os Clubes e as Associações Desportivas</p>

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 4 – OEIRAS EDUCA 4.0 (1)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
PORTAL DA EDUCAÇÃO	P: Promover a qualidade dos serviços fornecidos no Portal da Educação	P1: Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores e melhorar os serviços de acordo com o seu feedback P2: Criar medidas que promovam o aumento da utilização do Portal da Educação pela comunidade
CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS DIGITAIS	Q: Promover uma utilização pedagógica da tecnologia pela população discente	Q1: Trabalhar com parceiros do território no desenvolvimento de competências digitais nos alunos das escolas de Oeiras Q2: Criar programas de formação extracurricular em programação e cibersegurança para alunos do Ensino Secundário
AMBIENTE	R: Promover a consciência ambiental de crianças e jovens enquadrados no sistema educativo	R1: Desenvolver articulação entre o Departamento de Educação, o Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida e a Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia, no sentido de programar atividades que se liguem às questões ambientais

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 4 – OEIRAS EDUCA 4.0 (2)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
PLANO DE DIGITALIZAÇÃO DAS ESCOLAS	R: Equipar as escolas tecnologicamente	R1: Equipar com tecnologia de última geração os espaços educativos R2: Fornecer equipamento tecnológico à comunidade discente R3: Desenvolver o Plano de Digitalização das escolas com base nos PAD, construídos pelas UO
	S: Capacitar digitalmente a comunidade educativa, em particular docentes e alunos	S1: Integrar o PCD docente desenvolvido pelo ME no Plano de Capacitação Digital do MO
		S2: Desenvolver o Plano de Digitalização das Escolas com base nos PAD, construídos pelas UO
		S3: Robustecer a banda de rede de Internet no espaço escolar
		S4: Integrar licenças do Office 365 nos equipamentos tecnológicos fornecidos às escolas pelo ME
		S5: Criar no território de Oeiras <i>apps</i> digitais e <i>makerspaces</i> que permitam o desenvolvimento de trabalho digital pela comunidade educativa
		S6: Criar e desenvolver com a comunidade educativa projetos no âmbito da Literacia Digital
		S9: Desenvolver através de uma rede de trabalho colaborativo, envolvendo escolas e comunidade, redes de parceria que conduzam ao desenvolvimento de competências na área da Literacia Digital
		S10: Criar momentos de partilha intra e inter escolas que permitam conhecer e discutir os diferentes projetos digitais em curso nas escolas do concelho
		S11: Criar meios para o desenvolvimento de medidas de cibersegurança em todos os espaços educativos
		S12: Criar equipas de professores formadores na área das TIC que, em conjunto com o Município, desenharão e implementarão o Plano de Digitalização das Escolas
		S13: Desenvolver planos de formação para Pessoal Docente e Não Docente (Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais) na área das Tecnologias de Informação e Comunicação
		S14: Prever reuniões periódicas com Focal Points da área das TIC das UO, para aferir necessidades técnicas e formativas
		S15: Criar nas escolas planos de formação, na perspetiva do utilizador e nas áreas das tecnologias digitais e cibersegurança, para Pais e Encarregados de Educação
		SUPORTE E FORMAÇÃO

Legenda: PAD - Planos de Ação Digital; UO – Unidades Orgânicas; PCD – Plano de Capacitação Digital; ME – Ministério da Educação; MO – Município de Oeiras; TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (1)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	U: Concretização e monitorização da transferência de competências	U1: Avaliar anualmente a concretização da transferência de competências atribuídas à CMO no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019
		U2: Criar mecanismos de avaliação da satisfação dos profissionais das escolas, no âmbito da assunção de competências da CMO, na sequência do Decreto-Lei n.º 21/2019
		U3: Monitorizar a implementação de medidas assumidas, na sequência da assunção de competências na área da Educação, controlando os investimentos e os custos associados
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	V: Criar programas de formação rotativos para docentes de Oeiras, que responda às necessidades identificadas	V1: Definir necessidades de formação e áreas de formação, gerais e específicas, para toda a comunidade educativa e procedimentos de rotatividade que garantam a frequência das ações de formação, definidas como essenciais
		V2: Promover a realização de ações de formação em contexto, de acordo com as necessidades de formação identificadas pelas Direções das UO
		V3: Alargar a oferta de formação contínua aos docentes da rede solidária e lucrativa, disponibilizada no CFECO e nos Centros Qualifica, apoiada pelo Município
		V4: Avaliar e reajustar a qualidade e adequabilidade das ações de formação essenciais, através de indicadores de ações de monitorização e avaliação da formação disponibilizada
		V5: Atribuir bolsas de Mestrado e de Doutoramento a professores que pretendam que lhes permita investir na sua formação avançada e desenvolver investigação educacional nas escolas do Concelho
	W: Criar programas de formação rotativo para não docentes de Oeiras que responda às necessidades identificadas	W1: Efetuar anualmente um levantamento/diagnóstico de necessidades de formação gerais e específicas em articulação com as Direções e auscultados os trabalhadores
		W2: Definir plano anual de formação de acordo com as necessidades identificadas pelas Direções das UO, a implementar através de parceiras com Centros Qualifica
		W3: Avaliar e reajustar a qualidade e adequabilidade dos planos de formação anual, através de indicadores de ações de monitorização e avaliação da formação disponibilizada
	X: Criar planos de capacitação para pais e encarregados de educação que responda às necessidades identificadas outras que se venham a identificar	X1: Criar planos de ação e de capacitação para pais e encarregados de educação em diversas temáticas em parceria com a UO.

Legenda: CMO – Câmara Municipal de Oeiras; UO – Unidades orgânicas; CE&PEM – Carta Educativa e Plano Educativo Municipal; CFECO – Centro de Formação de Escolas do Concelho de Oeiras.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (2)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
<p>SERVIÇOS ESCOLARES</p>	<p>Y: Melhorar qualidade e eficiência dos serviços escolares através de uma gestão estruturada dos Assistentes Operacionais (AO) e Assistentes Técnicos (AT) recrutados para as unidades orgânicas da rede pública do concelho de Oeiras</p>	<p>Y1: Estabelecer equipa de trabalho para criar o processo de gestão estruturada de AO/AT com representantes das UO e do DE da CM</p>
		<p>Y2: Definir as várias funções atribuídas a AO/AT e definir os perfis de cada função (tarefas a desempenhar, conhecimentos e competências necessárias)</p>
		<p>Y3: Criar uma Bolsa de Pessoal Não Docente a tempo indeterminado para livre circulação nas escolas de acordo com as necessidades</p>
		<p>Y4: Identificar processos de integração, acompanhamento e avaliação aplicados em cada UO</p>
		<p>Y5: Sistematizar um pacote de benefícios a atribuir aos AO/AT de acordo com as suas funções na Bolsa de Pessoal Não Docente</p>
		<p>Y6: Definir procedimentos municipais de integração, acompanhamento, avaliação e de mobilidade a aplicar em todas as UO, para potenciar o <i>know-how</i> inicial e adquirido de AO/AT</p>
		<p>Y7: Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior, Associações de Professores, ou outras entidades, que permitam integrar nas escolas recursos humanos altamente qualificados nas diversas áreas e domínios de atuação</p>
<p>GESTÃO INTEGRADA DAS REDES PÚBLICA E SOLIDÁRIA PARA 1ª INFÂNCIA</p>	<p>Z: Integrar a gestão das redes pública e privada solidária para primeira infância, de forma a garantir o acesso universal no concelho de Oeiras, às valências de creche e jardim de infância, tendencialmente gratuito</p>	<p>Z1: Manter a política de requalificação e manutenção dos edifícios escolares de oferta para primeira infância da rede privada solidária</p>
		<p>Z2: Criar um programa de participação municipal para apoio às famílias com crianças em berçários, creches e jardins de infância que frequentem a rede privada solidária, com base em princípios de garantia da equidade social no acesso, evitando processos de exclusão/distinção</p>
		<p>Z3: Criar critérios para a constituição de candidaturas de estabelecimentos escolares da rede privada e solidária (prioritária), para a primeira infância, ao processo de participação municipal</p>

Legenda: AO – Assistentes Operacionais; AT – Assistentes Técnicos; DE – Departamento da Educação; CM – Câmara Municipal

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (3)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	AA: Aumentar a oferta da rede de 1. ^a Infância	AA1: Estabelecer protocolos com Entidades da rede pública, cooperativa e solidária
		AA2: Elaborar um diagnóstico de necessidades de resposta por área geográfica, face à distribuição espacial da população e pressão demográfica
		AA3: Efetuar um levantamento das Entidades com capacidade de resposta por área geográfica
	AB: Aumentar o nível de escolaridade, oferta educativa e qualificação profissional, para população adulta, jovens com abandono escolar precoce e adultos sem escolaridade obrigatória atual	AB1: Envolver o Centro Qualifica na elaboração de diagnósticos (perfil, expectativas e interesses dos alunos), para encaminhamento para projetos de carreira ajustados às necessidades das empresas da região e do mercado de trabalho em geral
		AB2: Colaborar com o tecido empresarial, auscultando as necessidades de mão-de-obra especializada
		AB3: Criar resposta educativa e formativa ao nível dos cursos EFA B1 (4º ano) B2 (6º ano) e B3 (9º ano)
		AB4: Fomentar a divulgação/publicitação da oferta educativa e formativa
		AB5: Realizar congressos anuais que promovam a ligação entre as empresas e os jovens que procuram emprego e novas oportunidades
		AB6: Realizar estudos que permitam aferir o <i>gap</i> de competências na área do Ensino Profissional no território de Oeiras
	AC: Potenciar o Centro de Partilha Intergeracional "Aproximar" a população sénior dos jovens	AC1: Potenciar a partilha de experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida com os jovens
AC2: Passar o legado de profissões em extinção, motivando os jovens para o seu exercício		

Legenda: EFA – Educação e Formação de Adultos.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (4)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
<p style="text-align: center;">PARQUE ESCOLAR/ REDE E OFERTA ESCOLAR</p>	<p>AD: Criar o programa de construção, renovação, manutenção, Escolas Inclusivas e Participadas, da rede de edifícios e de equipamentos escolares</p>	AD1: Criar equipa de coordenação e de acompanhamento do programa de requalificação do parque escolar
		AD2: Definir orientações para cadernos de encargos a elaborar para construção/renovação/manutenção dos edifícios escolares ⁷ , respeitando o Plano Estratégico de Reabilitação do Edificado Escolar ⁸
		AD3: Dotar as escolas com instalações desportivas equivalentes e espaços para o ensino e atividades artísticas
		AD4: Regular e potenciar a utilização dos espaços escolares em horários não letivos, colocando-os ao serviço da comunidade para o desenvolvimento de atividades consideradas de interesse municipal (atividades desportivas, culturais, lúdicas, pedagógicas, etc.), e criar instrumentos de monitorização da utilização desses espaços para cada UO
		AD5: Implementar a plataforma de gestão da manutenção, para gestão e monitorização dos procedimentos de manutenção dos equipamentos escolares
		AD6: Desenvolver o plano de formação dirigido aos técnicos das diferentes UO, que intervém diretamente no âmbito da construção e requalificação do parque escolar
		AD7: Utilizar a rede de bibliotecas escolares, para que estas possam ter como função o apoio às aulas e também a formação da comunidade em geral, criando bibliotecas do tipo Joint Use Libraries

Legenda: UO – Unidades Orgânicas.

⁷ Ver algumas linhas para orientações para espaços interiores e exteriores no Anexo 3.

⁸ Ver plano no Anexo 4.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (5)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
PARQUE ESCOLAR/ REDE E OFERTA ESCOLAR	AE: Reorganizar a rede escolar para garantir a proximidade à comunidade e a continuidade e eficiência do percurso escolar	AE1: Reforçar a implementação de uma rede de transportes escolares
		AE2: Implementar o projeto BikeBus, bem como circuitos pedonais seguros
		AE3: Articular com a tutela a revisão da legislação das matrículas, para permitir que alunos residentes que não frequentaram a UO em anos anteriores, possam ser integrados
		AE4: Articular com a tutela a revisão das regras de admissão do pré-escolar que privilegiam a idade face à residência, traduzindo-se esta prioridade nos anos seguintes por já frequentar a UO, em detrimento de alunos que tenham irmãos ou sejam residentes e que frequentavam a rede privada
		AE5: Fechar o cenário para o desenho orientador da rede escolar do concelho de Oeiras, que garanta proximidade à comunidade escolar e continuidade e eficiência do percurso escolar, entre Órgãos Diretivos das UO, Departamento de Educação, Direção Municipal, Vereação e Presidência da Câmara Municipal de Oeiras ⁹
		AE6: Iniciar procedimentos para a reorganização da rede escolar
		AE7: Garantir uma maior mobilidade interna de alunos e famílias para acesso a todas as ofertas educativas e formativas, a partir de qualquer ponto do concelho, através da adequação de carreiras e horários dos transportes (a rever anualmente)
POPULAÇÃO ESCOLAR	AF: Garantir a distribuição equilibrada da população escolar pelas várias unidades orgânicas/ escolas da rede pública	AF1: Criar procedimentos para uma circulação de informação mais eficaz entre as UO e a CM (número de alunos e de turmas, alunos com redutores de turma)
		AF2: Desenvolver a Plataforma de Matrículas de forma a possibilitar a incorporação de mais informação de contexto das escolas
		AF3: Definir junto do Ministério da Educação os procedimentos e grau de acesso à Plataforma de Matrículas
		AF4: Criar procedimentos que garantam a vinculação das UO à distribuição dos alunos resultantes da Central de Matrículas (tipificar mecanismos de resolução das situações não cobertas pela Plataforma de Matrículas)

Legenda: UO – Unidades Orgânicas; CM – Câmara Municipal.

⁹ Ver cenário planificado no Anexo 5.

Política Educativa - *Oeiras Educa*

Eixo 5 – Oeiras Educa CONCRETIZA (6)

Dimensões	Objetivos estratégicos (OE)	Ações (A)
PROMOÇÃO DO SUCESSO INTEGRAL DOS ALUNOS	AG: Criar e implementar um programa de apoio a projetos das escolas que promova, com maior previsibilidade, a articulação entre os projetos educativos das UO e projetos da CM	AF1: Valorizar os projetos que integram os Projetos Educativos das UO e disponibilizar verbas para desenvolvimento dos mesmos, respeitando a autonomia de cada uma
PESSOAL NÃO DOCENTE	AH: Melhorar o processo de seleção e recrutamento dos profissionais	AH1: Criar métodos de seleção, tendo em atenção 3 ações: i) prova escrita de conhecimentos específicos das áreas de atuação e legislação geral e específica; ii) avaliação psicológica do perfil e aptidão do candidato; iii) entrevista de avaliação das competências, perfil, vocação, gosto pelo trabalho em contexto escolar, disponibilidade, compromisso e experiência
		AH2: Integrar no Júris dos Procedimentos membros das Direções das UO e Coordenadores Técnicos e Encarregados Operacionais
		AH3: Responsabilizar as Direções das UO pelos períodos experimentais, integração do trabalhador em contexto real de trabalho, acompanhamento de proximidade pelo avaliador, de forma a avaliar o desempenho profissional consubstanciado no perfil, nas competências e aptidões do trabalhador em contexto escolar
	AI: Estabelecer Redes de Partilha de Conhecimento e Experiências	AI1: Promover atividades inter UO entre os trabalhadores, fomentado o espírito de equipa e colaborativo
		AI2: Promover reuniões de trabalho para partilha de <i>know-how</i> inicial e adquirido entre os trabalhadores
AJ: Definir o processo de Avaliação de Desempenho Profissional	AJ1: Criar bolsa de objetivos e competências e definir objetivos e critérios claros, ajustados às tarefas/funções com indicadores de medida quantificáveis	
AL: Reduzir a rotatividade dos trabalhadores e estabilizar as equipas de trabalho	AJ2: Criar instrumentos de monitorização e melhorar o processo de monitorização de competências atribuídas ao nível da carreira do Assistente Operacional	
	AL1: Rever os processos de autorização de mobilidade dos profissionais para organismos externos	

Legenda: UO – Unidades Orgânicas.

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

A Carta Educativa & Plano Educativo Municipal foram elaborados seguindo a metodologia do planeamento estratégico participado, de forma a tornarem-se documentos para a ação e, por isso, revestindo-se de um carácter dinâmico: i) de leitura simplificada; ii) que permite uma rápida identificação sobre os passos a definir e a executar ao longo dos próximos 10 anos; iii) passível de ser readaptado e ajustado de acordo com o decorrer dos trabalhos; iv) e que identifique, desde o início, os momentos de prestação de contas para que sejam programados atempadamente; v) embora flexível o suficiente para ajustar ao ritmo dos trabalhos realizados e contextos futuros.

Para responder a esses objetivos mantém-se o trabalho colaborativo entre a Câmara Municipal de Oeiras, a equipa de investigadores, as Unidades Orgânicas da rede de escolas públicas e as várias entidades envolvidas na discussão e decisão de prioridades (ver Anexo 1) e outras que queiram participar, para a definição de: i) metas para cada triénio (2021-2023, 2024-2026 e 2027-2029) e finais (2030), ii) dos responsáveis de cada ação prevista em fase, assim como dos responsáveis pela respetiva monitorização, e iii) dos indicadores a avaliar para cada uma. Esse será um trabalho que acompanhará a implementação da Carta Educativa & Plano Educativo Municipal ao longo dos próximos 10 anos e que poderá ser lido nos Relatórios de Implementação e Monitorização (com execução das atividades planeadas e remodelações ao plano) a ser elaborados no final de cada triénio e, após 2030, como balanço final.

No primeiro triénio, o Município de Oeiras contará com o apoio de uma equipa de investigadores que vai elaborar, juntamente com o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Oeiras, o plano de implementação, monitorização e avaliação desta Carta Educativa e Plano Educativo Municipal, resultando estes na elaboração do primeiro Relatório de Implementação e Monitorização 2021-2023.

Anexos

ANEXO 1: ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES

As orientações deverão refletir as necessidades de cada ciclo/ nível de ensino e as características dos:

1. Espaços interiores: laboratórios e salas para trabalho experimental; bibliotecas; salas para clubes e outros projetos; salas reconvertíveis com paredes amovíveis que permitam adaptação a pedagogias diferenciadas e aumentar o número de salas em caso de necessidade; espaços de convívio para alunos; espaços de trabalho para profissionais (docentes e não docentes); refeitórios de utilização única equipados com cozinha própria (uma cozinha em cada escola); espaços confortáveis em termos de temperatura, iluminação, insonorização); parque informático disponível em todo o edifício;
2. Espaços exteriores: espaços verdes, anfiteatros, jogos, máquinas de exercício/ parques infantis, equipamentos de experimentação científica, espaços-aventura, espaços para brincar, para desenvolvimento de projetos, para exposição de trabalhos dos alunos da área das ciências, artes, etc.); equipamentos desportivos (pavilhão coberto, campos polidesportivos); eliminação dos estores; instalação de portas com janelas transparentes em todas as salas; instalação de equipamentos anti-intrusão; Isolamento dos refeitórios e espaços de convívio; ventilação sem recurso a meios mecânicos, hortas pedagógicas que assegurem continuidade; preparar as escolas para o projeto “Eco Escola.

ANEXO 2: GRUPOS DE TRABALHO DE DISCUSSÃO E DECISÃO PARA CE&PEM

Temas	Local	Entidades participantes
EDUCAÇÃO ESPECIAL/ EMAI	EBI Sophia de Mello Breyner	Câmara Municipal (DE; UIPE) AE Paço de Arcos AE Conde de Oeiras AE de Miraflores AE de São Bruno ES Quinta do Marquês
ENSINO PROFISSIONAL	ES/3 Luís de Freiras Branco	Escola Profissional Val do Rio AE de Paço de Arcos AE Aquilino Ribeiro Instituto de Tecnologias Náuticas CIES-Iscte
DESPORTO	EB2,3/S Amélia Rey Colaço	Câmara Municipal (GVPP; DD) AE de Santa Catarina ES Quinta do Marquês
REDE ESCOLAR	ES Sebastião e Silva	Câmara Municipal (DAEGA) AE de São Julião da Barra CIES-Iscte
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	EBI Sophia de Mello Breyner	Câmara Municipal (DDS/UJ; UGPND) AE de São Bruno AE Carnaxide-Portela AE de Paço de Arcos Santa Casa da Misericórdia de Oeiras
ENSINO ARTÍSTICO	EB2,3/S Amélia Rey Colaço	Câmara Municipal (DDPE) Associação de Pais e Encarregados de Educação AE de Carnaxide AE Conde de Oeiras ES Quinta do Marquês Escola de Música Nossa Senhora do Cabo Associação Sem Tábuas

Legenda: EMAE – Equipa Multidisciplinar de Apoio Educativo; DE – Departamento de Educação; UIPE – Unidade de Inovação e Projetos Especiais; GVPP – Gabinete Vereador Pedro Patacho; DD; Departamento de Desporto; DAEGE - Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativa; DDS/UJ – Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Juventude; UGPND – Unidade de Gestão do Pessoal Não Docente; DDPE – Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa.

Temas	Local	Entidades participantes
FORMAÇÃO	ES Sebastião e Silva	CM (DE; DDPE; UIPE) AE Conde de Oeiras AE de Carnaxide AE de São Bruno
PLANO DIGITALIZAÇÃO DAS ESCOLAS	EB2,3 Conde de Oeiras	Câmara Municipal (DITIC; DGSI) AE de Conde de Oeiras ES Quinta do Marquês AE de São Bruno
PESSOAL NÃO DOCENTE	ES3/S Professor José Augusto Lucas	Câmara Municipal (UGPND) AE Linda-a-Velha e Queijas ES Quinta do Marquês AE de São Bruno
EDIFICADO	ES/3 Camilo Castelo Branco	Câmara Municipal (DE; DPGRE; DEM) AE de Carnaxide
PROJETOS	EB2,3/S Amélia Rey Colaço	Câmara Municipal (DDPE; UIPE) AE Conde de Oeiras Associação de pais e encarregados de educação CIES-Iscte
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Edifício Atrium	Câmara Municipal (DE; EOCT) ES Quinta do Marquês Instituto Gulbenkian de Ciência ITQB
REUNIÃO GERAL (apresentação e discussão dos temas)	ES Sebastião e Silva	Câmara Municipal (DE; DDPE; UIPE; DPGRE; UGPND; DDS) UO (diretores e outros representantes) Instituto Gulbenkian de Ciência CIES-Iscte

Legenda: DE – Departamento de Educação; UIPE – Unidade de Inovação e Projetos Especiais; UIPE – Unidade de Inovação e Projetos Especiais; DITIC - Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação; DGSI - Divisão de Gestão da Segurança e Infraestruturas; UGPND – Unidade de Gestão do Pessoal Não Docente; DPGRE - Divisão de Planeamento e Gestão da Rede Escolar; DEM – Divisão de Equipamentos Municipais; DDPE - Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa; EOCT - Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia; ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier; Unidades Orgânicas (rede pública).

ANEXO 3: BASE PARA DOCUMENTAÇÃO DAS CALL

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS “NOME DA CALL – SIGLA DA CALL”

ÁREA TEMÁTICA E SUBTEMÁTICAS / FINANCIAMENTO

[Contexto da CALL, fontes de financiamento; Procedimento concursal (apresentação do presente documento + regulamento)]

+

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas, doravante designado por “Sigla da CALL”, foi elaborado nos termos do previsto no Regulamento de Projetos dinamizados pela Câmara Municipal de Oeiras e estipula o seguinte:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES

[Justificação (CE&PEM/ científica/ oportunidade local, etc.) para financiar projetos na área temática indicada]

2. NATUREZA DOS BENEFICIÁRIOS

[Especificação da natureza de beneficiários que se podem candidatar à CALL (UO/ Departamentos/ UO e Parceiros/ Escolas públicas e privadas, etc.)]

3. TIPOLOGIA E MODALIDADE DOS PROJETOS A APOIAR

[Definição: i) tipo de projetos (individuais ou UO únicas ou em co promoção/ número mínimo ou máximo de parceiros); ii) duração mínima e máxima do projeto; iii) limite máximo de financiamento]

4. FORMA DO APOIO E TAXA DE FINANCIAMENTO

[Natureza dos apoios (não reembolsáveis/ reembolsáveis; fundos nacionais, europeus ou da CMO); Percentagens do(s) proponente(s) e parceiros indicados]

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

[Dotação orçamental total do concurso. Indicar se pode ou não ser reforçada se justificável.]

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS PROJETOS E DOS BENEFICIÁRIOS

[Condições de elegibilidade dos beneficiários]

6.1. Projeto

[Condições de aceitação das candidaturas: i) são ou não aceites candidaturas múltiplas do(s) mesmo(s) proponente(s) em áreas temáticas/subtemáticas distintas; ii) como proceder quando haja sobreposição temporal nos períodos de receção de candidaturas a diferentes CALL (todas são possíveis/ ganha apenas a CALL que deu os resultados primeiro ou outras possibilidades)]

6.2. Responsável (eis)

[Haverá obrigatoriedade de indicar um Responsável? Um Corresponsável que o/a substituirá nas suas faltas, ausências e impedimentos? Poderá haver apenas uma candidatura por cada Responsável? Qual o vínculo laboral que o Responsável e o Corresponsável devem ter?]

6.3. Instituição Proponente

[Além das UO públicas que outras entidades se podem apresentar como proponentes?]

6.4. Outras Entidades Participantes

[Quais os apoios (financeiros/ recursos/etc.) que as outras entidades participantes, além da proponente, podem receber e em que percentagens? Haverá apoios indiretos?]

7. DESPESAS E LIMITES À SUA ELEGIBILIDADE

[Definição das despesas elegíveis com recursos humanos e materiais, missões, subcontratos, registo nacional e estrangeiro de patentes, direitos de autor, modelos de utilidade e desenhos, modelos nacionais ou marcas, demonstração, promoção e divulgação dos resultados do projeto, adaptação de edifícios e instalações, outros bens e serviços]

8. PAGAMENTOS E JUSTIFICAÇÃO DE DESPESAS

[Procedimento relativo às despesas elegíveis (Reembolso? Adiantamento de 15% do total financiado no início do projeto e os restantes por tranches? Transferência do financiamento total no início do projeto?)]

9. MÉTODO DE SELEÇÃO

[Quem e como vai avaliar as candidaturas, os campos que vão ser avaliados e as cotações de cada campo (mérito do projeto, carácter inovador no contexto concelhio, nacional e internacional, mérito da equipa, exequibilidade do plano de trabalhos, contributos para o sucesso educacional dos alunos e para CE&PEM, etc.); fórmula de cálculo; limite mínimo para aceitação e decisão de financiamento; procedimentos em caso de empate]

10. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

[Período de candidaturas (dia e hora de abertura e de encerramento); forma de apresentação das candidaturas (portal, email, etc.), Declaração de compromisso assinada pelo(s) Responsável(is) e vários proponentes; recomendação de documentos (Formulário de Candidatura, Modelo de Declaração de Compromisso, Regulamento)]

11. CRITÉRIOS DE MONITORIZAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

[Indicar instrumentos de monitorização (relatórios, preenchimento de bases de dados, etc.) e periodicidade; e instrumentos e critérios de avaliação do sucesso no final do projeto (entrega de relatório final, de indicadores, de eventos, etc.)]

12. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO

[A CMO promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.]

12. PUBLICAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

[A presente “Sigla da CALL” e todas as informações e peças importantes estão disponíveis em/ podem ser adquiridas através do seguinte Número/Endereço de correio eletrónico]

FORMULÁRIO DA CANDIDATURA DAS UNIDADES ORGÂNICAS

Recomenda-se que, antes de iniciar a preparação da candidatura, proceda à leitura atenta das condições gerais, regras, requisitos necessários, critérios de avaliação e prazos de submissão, vertidos nas Normas de Candidatura e no Aviso de Abertura de Candidatura do Concurso. Recomenda-se ter presentes os critérios e subcritérios de avaliação considerados.

1. Identificação da candidatura

A. Título do projeto

B. Identificação da Coordenação: nome, escola onde leciona, email, telefone

1. Entidades envolvidas na Candidatura

A. Entidades promotoras

B. Entidades executoras

C. Entidades parceiras

2. Projeto

A. Temática

B. Objetivos geral e específicos

C. Estabelecimentos escolares envolvidos

D. População-alvo

E. Recursos necessários (humanos, equipamentos, bens e serviços, etc.)

F. Orçamento

G. Plano de atividades (para cada objetivo específico definir as atividades programadas, o número de alunos e de docentes envolvidos em cada uma, público-alvo, periodicidade, horário; e calendarização das atividades.

Carta Educativa & Plano Educativo Municipal de Oeiras.

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>